



COMUNICAÇÃO  
E SOCIEDADE

34

OS ESTUDOS LUSÓFONOS E  
AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
*LUSOPHONE STUDIES AND  
COMMUNICATION SCIENCES*

Editores | *Editors*

Moisés de Lemos Martins, Alda Costa e Isabel Macedo

Diretor | *Journal Editor*

Moisés de Lemos Martins



**CECS**  
centro de estudos  
de comunicação  
e sociedade  
PUBLICAÇÃO





**COMUNICAÇÃO  
E SOCIEDADE**

34

**OS ESTUDOS LUSÓFONOS E  
AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**  
*LUSOPHONE STUDIES AND  
COMMUNICATION SCIENCES*

Editores | *Editors*

Moisés de Lemos Martins, Alda Costa e Isabel Macedo

Diretor | *Journal Editor*

Moisés de Lemos Martins



**Título | Title:** Os Estudos Lusófonos e as Ciências da Comunicação | *Lusophone Studies and Communication Sciences*

**Diretor | Journal Editor:** Moisés de Lemos Martins

**Diretor Adjunto | Associate Editor:** Manuel Pinto

**Editores Temáticos | Volume Editors n.º 34 – dezembro 2018 | December 2018:** Moisés de Lemos Martins, Alda Costa & Isabel Macedo

**Conselho Editorial | Editorial Board**

Alain Kiyindou (Un. de Bordéus 3, França), Ana Cláudia Mei Oliveira (PUC-SP, Brasil), Anabela Carvalho (CECS-UM, Portugal), Annabelle Sreberny (Un. de Londres, Inglaterra), Barbie Zelizer (Un. da Pensilvânia, EUA), Cláudia Álvares (Un. Lusófona de Lisboa, Portugal), Cláudia Padovani (Un. de Pádua, Itália), David Buckingham (Un. de Loughborough, Inglaterra), Divina Frau-Meigs (Un. Paris III, França), Fabio La Rocca (CEAQ, França), Felisbela Lopes (CECS-UM, Portugal), Fernanda Ribeiro (UP, Portugal), Filipa Subtil (ESCS do IPL, Portugal), Gustavo Cardoso (ISCTE-IUL, Portugal), Hannu Nieminen (Un. de Helsínquia, Finlândia), Helena Sousa (CECS-UM, Portugal), Immacolita Lopes (USP, Brasil), Isabel Ferin (UC, Portugal), Ismar Oliveira Soares (USP, Brasil), Janet Wasco (Un. de Oregon, EUA), José Manuel Pérez Tornero (UAB, Espanha), Lídia Oliveira (UA, Portugal), Madalena Oliveira (CECS-UM, Portugal), Maria Michalis (Un. de Westminster, Inglaterra), Maria Teresa Cruz (NOVA de Lisboa, Portugal), Muniz Sodré (UFRJ, Brasil), Nélia del Bianco (UnB, Brasil), Paulo Serra (UBI, Portugal), Raúl Fuentes Navarro (ITESO, México), Rosa Cabecinhas (CECS-UM, Portugal), Sara Pereira (CECS-UM, Portugal), Sonia Livingstone (LSE, Inglaterra), Teresa Ruão (CECS-UM, Portugal), Tristan Mattelart (Un. de Paris II, França), Vera França (UFMG, Brasil), Vincenzo Susca (Un. Paul Valéry, França), Xosé López García (USC, Espanha), Zara Pinto-Coelho (CECS-UM, Portugal).

**Conselho Consultivo | Advisory Board**

Aníbal Alves (CECS-UM, Portugal), António Fidalgo (UBI, Portugal), José Bragança de Miranda (NOVA de Lisboa, Portugal), Margarita Ledo (USC, Espanha), Michel Maffesoli (Un. Paris Descartes, França), Miquel de Moragas (UAB, Espanha), Murilo César Ramos (UnB, Brasil).

**Diretor Gráfico e Edição Digital | Graphic Director and Digital Editing:** Alberto Sá, Pedro Portela

**Assistente Editorial | Editorial Assistant:** Zara Pinto-Coelho

**Assistente de Formatação Gráfica | Graphic Assistant:** Ricardina Magalhães

**Indexação e avaliação | Indexations and evaluation:** SCOPUS | SciELO | ERIH PLUS | Qualis Capes (B1) | MIAR (ICDS 9.7) | Latindex | Google Scholar | Academia Search Premier | BASE | CEDAL | DOAJ | Journal TOCs | MLA | RevisCOM | Open Access in Media Studies | OAIster | COPAC | ZDB | SUDOC | RepositoriUM | EZB | RCAAP

**URL:** [www.revistacomsoct.pt](http://www.revistacomsoct.pt) | **Email:** [comunicacaoesociedade@ics.uminho.pt](mailto:comunicacaoesociedade@ics.uminho.pt) // **imagem da capa | cover image:** Creative Commons Zero (CC0) license

**Edição:** *Comunicação e Sociedade* é editada semestralmente (2 números/ano) pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho, em formato bilingue (português e inglês). Os autores que desejem publicar artigos ou recensões devem consultar o URL da página indicado acima.  
The journal *Comunicação e Sociedade* is published twice a year and is bilingual (Portuguese and English). Authors who wish to submit articles for publication should go to URL above.

**Redação e Administração | Address:**

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
Universidade do Minho, Campus de Gualtar  
4710-057 Braga – Portugal

**Email:** [cecs@ics.uminho.pt](mailto:cecs@ics.uminho.pt) // **Web:** [www.cecs.uminho.pt](http://www.cecs.uminho.pt)  
**Telefone | Phone:** (+351) 253 601751 // **Fax:** (+351) 253 604697

ISSN: 1645-2089 // e-ISSN: 2183-3575  
Depósito legal | Legal deposit: 166740/01

Cofinanciado por:



Financiado pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 e FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto: UID/CCI/00736/2013.  
Supported by COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560 and FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia within the Project Scope: UID/CCI/00736/2013.

## SUMÁRIO | CONTENTS

---

<b>Os Estudos Lusófonos e as Ciências da Comunicação: nota introdutória</b>	<b>9</b>
Moisés de Lemos Martins, Alda Costa & Isabel Macedo	
<b>Lusophone Studies and Communication Sciences: introductory note</b>	<b>15</b>
Moisés de Lemos Martins, Alda Costa & Isabel Macedo	
<hr/>	
<b>ARTIGOS TEMÁTICOS   ARTICLES</b>	<b>21</b>
<b>Globalização, diversidade cultural e lusofonias: circulação trans-espacial da fala portuguesa e sua relação com outras falas</b>	<b>23</b>
Armando Jorge Lopes	
<b>Globalisation, cultural diversity and Lusophony: trans-spatial circulation of Portuguese speech and its relationship with other speeches</b>	<b>41</b>
Armando Jorge Lopes	
<b>Why subaltern language? Yes, we speak <i>Portuguese!</i> Para uma crítica da colonialidade da língua na mobilidade estudantil internacional</b>	<b>59</b>
Rovênia Borges & Almerindo Janela Afonso	
<b>Why subaltern language? Yes, we speak <i>Portuguese!</i> For a critique of the coloniality of language in international student mobility</b>	<b>73</b>
Rovênia Borges & Almerindo Janela Afonso	
<b>Os países lusófonos e o desafio de uma circum-navegação tecnológica</b>	<b>87</b>
Moisés de Lemos Martins	
<b>Portuguese-speaking countries and the challenge of a technological circumnavigation</b>	<b>103</b>
Moisés de Lemos Martins	
<b>Espaço geopolítico lusófono: <i>vidas em Português</i></b>	<b>119</b>
Regina Brito	
<b>Lusophone geopolitical space: <i>vidas em Português</i></b>	<b>133</b>
Regina Brito	
<b>Fluxos, trânsitos e lugares de (des)encontro: contributos para uma lusofonia crítica</b>	<b>147</b>
Luís Cunha, Lurdes Macedo & Rosa Cabecinhas	
<b>Flows, transits and (dis)connection points: contributions towards a critical Lusophony</b>	<b>165</b>
Luís Cunha, Lurdes Macedo & Rosa Cabecinhas	
<b>A presença da lusofonia no espaço epistémico das Ciências da Comunicação: 10 anos de estudos temáticos</b>	<b>183</b>
Anabela Gradim, Paulo Serra & Valeriano Piñeiro-Naval	
<b>The presence of Lusophony in the epistemic field of Communication Sciences: 10 years of themed studies</b>	<b>197</b>
Anabela Gradim, Paulo Serra & Valeriano Piñeiro-Naval	
<b>Contextos periféricos de criação artística: o caso angolano</b>	<b>211</b>
José Carlos Venâncio	

<b>Peripheral contexts of artistic creativity: the Angolan case</b>	<b>223</b>
José Carlos Venâncio	
<b>Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos <i>conectados desamparados</i></b>	<b>235</b>
Dércio Tsandzana	
<b>Urban youth and social networks in Mozambique: the political participation of the <i>helpless connected</i></b>	<b>251</b>
Dércio Tsandzana	
<b>Um contributo para o debate sobre a redefinição da esfera pública em rede a partir da participação pública dos portugueses no ciberespaço</b>	<b>267</b>
Tiago Lima Quintanilha	
<b>A contribution to the debate on the redefinition of the networked public sphere based on Portuguese public participation in cyberspace</b>	<b>287</b>
Tiago Lima Quintanilha	
<b>A construção discursiva de narrativas coletivas da identidade nacional portuguesa: homogeneidade ou diversidade?</b>	<b>305</b>
Filipa Perdigão Ribeiro	
<b>The discursive construction of collective narratives on Portuguese national identity: homogeneity or diversity?</b>	<b>325</b>
Filipa Perdigão Ribeiro	
<b>Como se escreve “liberdade”? Narrativas sobre a revolução de 25 de Abril de 1974 na imprensa brasileira</b>	<b>343</b>
Camila Garcia Kieling	
<b>How do you spell “freedom”? Narratives about the 25 April 1974 Revolution in the Brazilian press</b>	<b>367</b>
Camila Garcia Kieling	
<b>VARIA   VARIA</b>	<b>389</b>
<b>Motivações e circunstâncias que levam a não usos dos média por jovens e seus familiares</b>	<b>391</b>
Maria José Brites & Cristina Ponte	
<b>Reasons and circumstances that lead to the non-use of media by young people and their families</b>	<b>411</b>
Maria José Brites & Cristina Ponte	
<b>Reportagem histórica como procedimento narrativo</b>	<b>431</b>
Juremir Machado da Silva	
<b>Historical report as narrative procedure</b>	<b>443</b>
Juremir Machado da Silva	
<b>LEITURAS   BOOK REVIEWS</b>	<b>455</b>
<b>Mbembe, A. (2017). <i>Crítica da razão Negra</i>. Lisboa: Antígona.</b>	<b>457</b>
Vitor de Sousa	
<b>Mbembe, A. (2017). <i>Crítica da razão Negra</i>. Lisboa: Antígona.</b>	<b>463</b>
Vitor de Sousa	

Faraco, C. A. (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editora. 469  
Micaela Ramon

---

Faraco, C. A. (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola Editora. 477  
Micaela Ramon

---







---

## OS ESTUDOS LUSÓFONOS E AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: NOTA INTRODUTÓRIA

Moisés de Lemos Martins, Alda Costa & Isabel Macedo

---

A comunidade lusófona tem para cima de 250 milhões de falantes, mas apenas uma minoria desenvolve um sentimento de pertença baseado numa língua comum. De acordo com o escritor moçambicano, Mia Couto (2009), a lusofonia não é uma realidade de voz cheia, mas apenas um lugar “lusó-fônico”, um lugar sem voz, sem o conhecimento nem o reconhecimento das semelhanças e das diferenças do outro, no vasto espaço geográfico e cultural dos países de língua portuguesa e suas diásporas. Reconhecendo este fosso, as associações de Ciências da Comunicação do espaço lusófono lançaram, em 1997, uma rede de cooperação, primeiramente entre pesquisadores de Portugal e Brasil, logo seguidos pelos investigadores galegos, e posteriormente por todo o espaço lusófono. Este movimento baseia-se no pressuposto de que a diversidade linguística enriquece a ciência e de que esta deve ser global e contextualmente relevante. A lusofonia pode ser discutida de acordo com vários pontos de vista, todos relacionados com a identidade cultural dos países de língua portuguesa. Aprofundar este ponto de vista significa centrarmo-nos no estatuto social da língua, o que nos conduz a considerar o Inglês como língua dominante.

Mas são vários os desafios que os grupos de investigação lusófonos têm de enfrentar num mundo global dominado pelos paradigmas anglo-saxónicos. Centrar a atenção na língua significa considerá-la, todavia, como manifestação cultural, expressão do pensamento, espaço relacional e instrumento de organização simbólica do mundo. Um tal entendimento coincide com a ideia de poder simbólico de Pierre Bourdieu (1977), assim como com a perspectiva pós-colonial, que questiona a dominação, submissão, subordinação e controle das periferias, das minorias, das diásporas, dos migrantes e dos refugiados.

No atual contexto da globalização, que é uma realidade comandada pelas tecnologias da informação e cuja natureza é eminentemente económico-financeira, os estudos sobre a lusofonia impõem, pelo menos, três direções complementares de investigação. Se nos cingirmos a um ponto de vista pós-colonial, podemos interrogar, por um lado, as narrativas lusófonas como construção, a várias vozes, de uma comunidade geocultural transnacional e transcultural. Podemos interrogar, igualmente, as políticas da língua e da comunicação como combate simbólico pela afirmação de uma comunidade plural, na diversidade de povos que falam o Português. E podemos interrogar, ainda, a complexidade do movimento de interpenetração das culturas. Um tal movimento compreende, com gradações diversas, colonialismo, neocolonialismo e pós-colonialismo, na relação

entre povos, e traduz, de igual maneira, encontro, assimilação e dominação, na interação entre nós e o outro.

Tendo em atenção diferentes contextos nacionais, os estudos lusófonos movem-se, acima de tudo, no espaço transcultural e transnacional em que a língua portuguesa é língua oficial. Assim como se movem nas diásporas de cada um destes países. Na senda dos estudos pós-coloniais, os estudos lusófonos interrogam a interpenetração identitária de nós com o outro, aberta pela expansão portuguesa dos séculos XV e XVI, uma realidade complexa e contraditória onde se misturam águas ainda revoltas e em convulsão.

Este número da *Comunicação e Sociedade* movimenta-se, precisamente, por entre estas três direções de investigação. Adotando um olhar transdisciplinar e transcultural, e tendo como ângulo de enfoque a linguística aplicada, Armando Jorge Lopes discute o conceito de lusofonia, entendendo-o como um lugar de reflexão, de conhecimento e de reconhecimento de si e do Outro. Na sua perspetiva, a lusofonia não é possível “sem partilha, sem reciprocidade, sem interpenetração dos falares e das culturas dos falantes e escreventes das várias línguas, que milhões de cidadãos da CPLP utilizam nativa e não-nativamente” (p. 36). Nesta reflexão, a noção de *relação* – “feita de todas as diferenças à nossa volta e no mundo” (p. 30) – revela-se fundamental na análise da interconectividade e da interdependência linguística. Armando Jorge Lopes apresenta um esboço preliminar de um programa de trabalho, tendo em vista articular a planificação e a política linguísticas no domínio da lusofonia.

Por sua vez, Rovênia Amorim Borges e Almerindo Janela Afonso discutem a hegemonia da língua inglesa e o facto de nos países de língua oficial portuguesa as suas políticas contribuírem para reforçar desigualdades e desvantagens para candidatos a programas de mobilidade científica internacional. As rotas de estudantes internacionais voltam-se predominantemente para instituições com oferta de cursos em língua inglesa, sendo os Estados Unidos e o Reino Unido os países que mais recrutam estudantes internacionais. Os autores consideram existir na mobilidade internacional uma nova forma de *colonialidade de poder* (p. 60). A mobilidade internacional serve-se, com efeito, da hegemonia do inglês para acesso a centros científicos e tecnológicos de excelência, que excluem, à partida, um conjunto de estudantes internacionais, falantes da língua portuguesa, perpetuando, deste modo, “desigualdades invisibilizadas pela hegemonia da língua inglesa” (p. 69).

Nesta linha de pensamento, Moisés de Lemos Martins argumenta que uma grande língua de culturas e de pensamento, como é a língua portuguesa, não pode deixar de ser, igualmente, uma grande língua de conhecimento, humano e científico. O autor cunha o conceito de *travessia*, para pensar a aceleração da época pela tecnociência, uma travessia tecnológica, através de sites, portais, redes sociais, repositórios, arquivos digitais e museus virtuais. Tomando como objeto a lusofonia, Moisés de Lemos Martins questiona a condição política, estratégica e cultural dos países lusófonos, no contexto da globalização, que tem o inglês como língua hegemónica, situação que coloca estes países perante o problema da sua subalternidade, linguística, cultural, política e científica. Para o autor, a condição de subalternidade política dos países lusófonos exprime-se pela sua condição de subalternidade, linguística, cultural e científica.

Explorando o documentário de Victor Lopes, *Língua – vidas em Português* (2004), Regina Brito interroga as opiniões dos personagens sobre a língua portuguesa, assim como as representações da cultura a que pertencem, representando a lusofonia como um espaço marcado pelo encontro de diferenças. “Mais do que pontes (que são construídas quase sempre em linha reta e, às vezes, com somente uma direção)” (p. 130), entende a autora que a construção da lusofonia exige a produção de redes de contacto e de significação, numa construção coletiva contínua e legítima.

No texto “Fluxos, trânsitos e lugares de (des)encontro: contributos para uma lusofonia crítica”, Luís Cunha, Lurdes Macedo e Rosa Cabecinhas refletem em torno do conceito de lusofonia, pensado como “um lugar de cruzamento de narrativas alimentadas pela história tanto quanto pela memória” (p. 159). Trata-se, para estes autores, de um lugar de encontro, e também de desencontro e divergência, em que se cruzam distintas narrativas. Luís Cunha, Lurdes Macedo e Rosa Cabecinhas analisam as intervenções de Jorge de Sena, que se deslocou a Moçambique em visita de trabalho, em julho de 1972. Durante a sua permanência em Moçambique, Jorge de Sena refletiu sobre a situação da língua portuguesa no mundo, reconhecendo que, embora fosse falada por milhões, era de facto ignorada. No entender dos autores, Jorge de Sena defendia uma “cultura da língua’, fundada no conhecimento científico da história e num multiculturalismo agregador” (p. 152).

A caracterização da produção científica nos últimos 10 anos em Ciências da Comunicação sobre o tema lusófono constitui o principal objetivo do artigo de Anabela Gradim, Paulo Serra e Valeriano Piñeiro-Naval. Estes autores verificam que o interesse pelo tema, assim como a produção científica neste campo têm vindo a crescer, sendo o Brasil e Portugal os países que mais interesse manifestam em o estudar. Por outro lado, referem, a bibliografia utilizada nos textos analisados é feita, predominantemente, em português e são mulheres quem maioritariamente os produzem.

No artigo “Contextos periféricos de criação artística: o caso angolano”, José Carlos Venâncio analisa o percurso das artes plásticas angolanas desde finais do período colonial. Apesar das fragilidades e desequilíbrios estreitamente relacionados com os contextos económicos e políticos vividos – especificamente, uma economia dependente em excesso da produção petrolífera – e com a falta de apoios estatais às artes, o contexto de produção artística angolano apresenta, segundo o autor, uma vantagem, que radica na postura dos seus artistas e na qualidade estética dos seus trabalhos, cujas “formas e estilos (...) atribuem autenticidade e identidade às artes do país” (p. 220).

A participação política dos *conectados desamparados* em Moçambique é o tópico de reflexão proposto por Dércio Tsanzana, que analisa o papel das redes sociais, em particular do Facebook, no envolvimento político e social da juventude urbana em Moçambique, nos últimos quatro anos. O autor constata que as redes sociais ainda não podem ser consideradas, no seu todo, como espaços que permitam uma efetiva participação política da juventude, quer por razões que se prendem com o acesso, quer pelo diminuto interesse que a juventude moçambicana manifesta relativamente à política. De acordo com o autor, os *conectados desamparados* são os jovens que representam “a

face do desemprego urbano e da precariedade social e económica em Moçambique” (p. 248). O autor acrescenta que estes jovens, que vivem nas cidades, e também nas áreas rurais, se servem das redes sociais para “reclamar sem mostrar o rosto’ e ‘sem sair da rede” (p. 248).

Numa análise da participação pública dos portugueses no ciberespaço, Tiago Lima Quintanilha mobiliza dados do *Digital news report* 2018 (DNR), do Reuters Institute for the Study of Journalism e refere que ocorre, hoje, a apropriação dos múltiplos formatos de participação pública no ciberespaço, por exemplo, da partilha de notícias, de comentários a notícias e de participação em processos de votação online. À semelhança do que mencionam Frenette e Vermette (2013), o autor constata que não está garantida a capacidade da internet para incentivar o envolvimento crítico dos cidadãos. Apesar de a internet potenciar a liberdade de expressão, a partilha de algo já publicado ou a circular na rede sobrepõe-se à publicação por iniciativa própria.

Os dois artigos que se seguem neste número da *Comunicação e Sociedade* exploram narrativas e memórias coletivas, relacionadas com a Revolução de 1974 em Portugal. Filipa Perdigão Ribeiro apresenta uma visão geral das narrativas e memórias coletivas mais salientes no contexto português, destacando os eventos históricos que as moldaram. A autora conclui que a maior parte das narrativas “perpetua a imagem de Portugal como um país muito homogéneo, com uma forte construção discursiva do ‘nós” (p. 319). Deste modo, Filipa Perdigão considera que parecem prevalecer, na maioria das narrativas contemporâneas, “memórias coletivas recorrentes de eventos históricos, símbolos e escritos literários canónicos” (p. 319). Por sua vez, Camila Garcia Kieling propõe-nos uma recomposição das narrativas sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal, a partir da cobertura de dois jornais brasileiros de referência: *O Estado de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. Segundo a autora, o golpe de Estado em Portugal agitou o imaginário político mundial, reavivando confrontos entre esquerda e direita, num momento em que no Brasil a ditadura militar completava 10 anos.

Na secção *Varia*, Maria José Brites e Cristina Ponte discutem a resistência aos média em contextos familiares de socialização e sociedade mediatizada. As autoras analisam 18 entrevistas realizadas em Portugal a jovens e aos seus familiares, procurando perceber “sinais de resistência e ou de impossibilidade em usufruir dos média” (p. 406). As autoras identificam vários tipos de resistências e constrangimentos, que se manifestam de diferentes modos. Por exemplo, o não uso, seja por razões de ordem estrutural (imposição familiar), seja por razões socioeconómicas, seja pelo interesse em recorrer a outras alternativas de entretenimento e informação.

Esta secção conta, ainda, com o artigo “Reportagem histórica como procedimento narrativo”, da autoria de Juremir Machado da Silva, que cruza história, jornalismo e literatura, entendendo-os como procedimento para a constituição de uma narrativa específica, a reportagem histórica ou intelectual de aprofundamento.

As resenhas, da autoria de Vítor de Sousa e Micaela Ramon, encerram este número de *Comunicação e Sociedade*, sobre “Os Estudos Lusófonos e as Ciências da Comunicação”. Vítor de Sousa apresenta-nos uma leitura de *Crítica da razão Negra*, de Achille

Mbembe. E Micaela Ramon analisa a *História sociopolítica da língua portuguesa*, de Carlos Alberto Faraco.

Uma nota final para referir que os textos publicados nesta edição de *Comunicação e Sociedade* seguem as regras do Acordo Ortográfico de 1990. Mas são respeitadas as variantes ortográficas dos vários países lusófonos. ✍

## REFERÊNCIAS

Bourdieu, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, 32(3), 405-411.

Couto, M. (2009). Luso-Afonias. A lusofonia entre viagens e crimes. In *E se Obama fosse africano e outras Interinvenções* (pp. 183-198). Lisboa: Editorial Caminho.

Frenette, M. & Vermette, M.F. (2013). Os jovens adultos e a esfera pública digital. *Comunicação e sociedade*, 23, 14-35. Retirado de [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.23\(2013\).1611](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.23(2013).1611)

## NOTAS BIOGRÁFICAS

Moisés de Lemos Martins é Professor de sociologia da cultura e da comunicação na Universidade do Minho (Braga, Portugal), sendo nesta universidade Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É autor de uma vasta obra académica no campo da epistemologia e sociologia da comunicação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Email: [moisesm@ics.uminho.pt](mailto:moisesm@ics.uminho.pt); [moiseslmartins@gmail.com](mailto:moiseslmartins@gmail.com)

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga 4710-057, Portugal

Alda Costa é Professora Auxiliar e Directora de Cultura da Universidade Eduardo Mondlane desde 2010. Trabalhou como museóloga no Departamento de Museus do Ministério da Cultura, que chefiou entre 1986 e 2001, e com o qual mantém, até ao presente, colaboração. Foi Presidente da Comissão Instaladora do Instituto Superior de Artes e Cultura (2007-09). A sua formação académica foi feita em História (1976) e Museologia tendo concluído (2005) o Doutoramento em História da Arte com uma tese sobre arte moderna e contemporânea de Moçambique (c.1932-2004). A sua experiência profissional inclui ainda, entre outros domínios, o ensino e a planificação curricular. Entre as suas publicações contam-se manuais didácticos sobre história e ensino de história, artigos, capítulos e textos sobre museus, museologia e arte em livros, catálogos de exposições e publicações especializadas.

Email: [aldamc@tdm.co.mz](mailto:aldamc@tdm.co.mz)

Morada: Direcção de Cultura, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo. Cx.Postal (pessoal) 4020, Moçambique

Isabel Macedo é doutorada em Estudos Culturais pela Universidade do Minho e Universidade de Aveiro, na área da Comunicação e Cultura. É mestre em Ciências da Educação, com especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas pela Universidade do Minho e licenciada em Ciências da Educação, pela mesma universidade. A sua tese de doutoramento intitula-se *Migrações, memória cultural e representações identitárias: a literacia fílmica na promoção do diálogo intercultural*, projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Os seus principais interesses de investigação conjugam as áreas dos média, das representações sociais e da comunicação intercultural. Alguns dos seus principais trabalhos são: “Representations of dictatorship in Portuguese cinema” (2017), em co-autoria; “Interwoven migration narratives: identity and social representations in the lusophone world” (2016), em co-autoria, e “Os jovens e o cinema português: a (des) colonização do imaginário?” (2016).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4107-3997>

Email: [isabel.macedo@ics.uminho.pt](mailto:isabel.macedo@ics.uminho.pt)

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga 4710-057, Portugal

## LUSOPHONE STUDIES AND COMMUNICATION SCIENCES: INTRODUCTORY NOTE

Moisés de Lemos Martins, Alda Costa & Isabel Macedo

---

While the Portuguese-speaking community numbers exceeds the 250 million, only a minority develops a sense of belonging based on a common language. According to Mozambican author Mia Couto (2009), Lusophony is not a full-throat reality, but only a *lusó-fónico* [lusó-voiceless] place, a place with no voice, with no knowledge or recognition of the similarities and differences of others, in the vast geographical and cultural space of Portuguese-speaking countries and their diasporas. In recognizing this divide, in 1997 the Communication Science associations of the Portuguese-speaking space launched a cooperation network, firstly researchers from Portugal and Brazil, followed by researchers from Galicia, and later on throughout the entire Portuguese-speaking space. This movement is based on the assumption that linguistic diversity enriches sciences and that this should be global and contextually relevant. Lusophony can be discussed according to several viewpoints, all related to the cultural identities of Portuguese-speaking countries. Furthering this viewpoint means centering on the language's social status. This leads us to regard English as the dominant language.

However, there are several challenges the Portuguese-speaking research groups have to face in a global world dominated by Anglo-Saxon paradigms. Still, focusing attention on the language means considering it as a cultural manifestation, expression of thought, a relational space and instrument of the world's symbolic organization. Such an understanding coincides with the Pierre Bourdieu's (1977) notion of symbolic power, as well as the post-colonial perspective, which questions domination, submission, subordination and control of peripheries, minorities, diasporas, migrants and refugees.

In the current context of globalization, which is a reality commanded by information technologies and whose nature is eminently economical and financial, the studies on Lusophony calls for, at least, three complementary research directions. If we hold to a post-colonial viewpoint, we can, on the one hand, question Portuguese-speaking narratives as a construction, in several voices, of a transnational and transcontinental geocultural community. We can also interrogate the policies of language and communication as a symbolic struggle for asserting a plural community, in the diversity of Portuguese-speaking peoples. And we can also question the complexity of the movement of interpenetration of cultures. With various gradations, such a movement comprises colonialism, neocolonialism and post-colonialism, in the relationship between peoples, while translating, in like manner, encounter, assimilation and domination, in interaction among ourselves and with others.

Bearing in mind different national contexts, Portuguese-speaking studies move, above all, within the transcultural and multicontinental space where Portuguese is the official language. Just as they move in the diasporas of each of these countries. In keeping with post-colonial studies, Portuguese-speaking studies question identity-related interpenetration of us with others, opened by Portuguese expansion in the 15th and 16th centuries, a complex and contradictory reality, where troubled waters in upheaval mix.

This number of *Comunicação e Sociedade* precisely moves among these three research directions. By adopting a transdisciplinary and transcultural viewpoint, and with applied linguistics as the primary angle of focus, Armando Jorge Lopes discusses the concept of Lusophony, which is understood as a place of reflection, knowledge and recognition of oneself and of others. In his view, Lusophony is not possible “without sharing, without reciprocity, without interpenetration of the speech and cultures of the speakers and writers of the various languages that millions of CPLP citizens use both natively and non-natively” (p. 54). In this reflection, the notion of *relation* – “made up of all differences around us and in the world” (p. 47) – turns out to be vital in analyzing interconnectivity and linguistic interdependence. Armando Jorge Lopes shows a preliminary outline of a work program, bearing in mind articulation and planning as well as linguistic policies in the sphere of Lusophony.

For their part, Rovênia Amorim Borges and Almerindo Janela Afonso discuss the hegemony of the English language and the fact that, in countries where Portuguese is the official language, their policies contribute toward enhancing inequalities and disadvantages for applicants to international scientific mobility programs. The routes taken by international students are predominantly turned to institutions that offer English-language courses, with the United States and the United Kingdom as the biggest recruiters of international students. The authors consider that international mobility comprises a new form of *coloniality of power* (p. 74). Indeed, international mobility makes use of the hegemony of English for gaining access to scientific and technological centers par excellence, which start off by ruling out a set of international Portuguese-speaking students, thereby perpetuating inequalities “made invisible by the English language hegemony” (p. 83).

In this line of thought, Moisés de Lemos Martins argues that a great language of cultures and thinking, as is the case with the Portuguese language, likewise cannot help but be a great language of human and scientific knowledge. The author coins the concept of *crossing*, to think about hastening time through technoscience, and technological crossing, through sites, portals, social media, repositories, digital archives and virtual museums. By taking Lusophony as the object, Moisés de Lemos Martins questions the political, strategic and cultural state of Portuguese-speaking countries, within the context of globalization, with English as the hegemonic language. Such a state causes these countries to face the problem of their linguistic, cultural, political and scientific subordination. In the author’s view, the condition of the political subordination of Portuguese-speaking countries is expressed by their state of linguistic, cultural and scientific subordination.

By exploring the Victor Lopes documentary *Língua – vidas em Português* [Language – lives in Portuguese] (2004), Regina Brito questions the characters’ opinions on the



Portuguese language, as well as the representations of the culture they belong to, by depicting Lusophony as a space marked by the coming together of differences. “More than bridges (which are built almost always in a straight line and, at times, in only one direction)” (p. 144), the author understands that the construction of Lusophony requires producing networks of contact and meaning, in a continuous and legitimate collective construction.

In the text “Flows, transits and (dis)connection points: contributions toward a critical Lusophony”, Luís Cunha, Lurdes Macedo and Rosa Cabecinhas provide reflections surrounding the concept of Lusophony, thought out as “a crossroads for narratives fueled by history as much as from social memory” (p. 177) To these authors, this is a meeting and divergence point, where distinct narratives cross paths. Luís Cunha, Lurdes Macedo and Rosa Cabecinhas examine the discourse of Jorge de Sena, who traveled to Mozambique on a working visit, in July 1972. During his stay in Mozambique, Jorge de Sena reflected on the situation of the Portuguese language in the world, while acknowledging that, though spoken by millions, it was, in fact, ignored. In the authors’ opinion, Jorge de Sena advocated a “‘culture of language’, founded on the scientific knowledge of history and on an aggregating multiculturalism” (p. 170).

The characterization of scientific production in the last 10 years in Communication Sciences regarding the Portuguese-speaking topic constitutes the main goal of the article by Anabela Gradim, Paulo Serra and Valeriano Piñeiro-Naval. These authors confirm that interest in the topic, as well as scientific production in this field, has been on the rise, as Brazil and Portugal are the countries showing the greatest interest in studying them. On the other hand, as they point out, the bibliography used in the examined texts are predominantly produced in Portuguese, mostly by women.

In the article “Peripheral contexts of artistic creativity: the angolan case” José Carlos Venâncio examines the trajectory of angolan visual arts since the late colonial period. Despite the frailties and imbalances closely related to economic and political contexts experienced – specifically, an economy too reliant on oil production – and with a lack of state support for the arts, the context of angolan artistic production, according to the author, presents an advantage, rooted in the stand taken by their authors and in the esthetic quality of their works, whose “forms and styles (...) provide their production with authenticity and identity” (p. 231).

The political participation of the *helpless connected* in Mozambique is the topic of reflection proposed by Dércio Tsandzana, who examines the role of social media, particularly Facebook, in the political and social involvement of the urban youth in Mozambique, in the last four years. The author notes that social media overall still cannot be regarded as spaces enabling youths’ actual political participation, whether for access-related reasons, or the low interest shown by Mozambican youth toward politics. According to the author, the *helpless connected* are the young people, who represent “the face of urban unemployment and social and economic precariousness in Mozambique” (p. 263). The author adds that these young people, who live in the cities, as well as in rural areas, use social media to “‘complain without showing their face’ and ‘without leaving the network’” (p. 263).

In an analysis of the public participation of the Portuguese in cyberspace, Tiago Lima Quintanilha brings to bear data from the Digital News Report 2018 (DNR), of the Reuters Institute for the Study of Journalism, and points out the today's occurrence of appropriating multiple ways of public participation in cyberspace, for example, in sharing news, comments on news and participation in online voting processes. As pointed out by Frenette and Vermette (2013), the author notes that there's no guarantee that the internet is able to stimulate citizens' critical involvement. Though the internet boosts freedom of expression, sharing something that has already been publicized or circulating on the web overrides publication on one's own initiative.

The following two articles in this number of *Comunicação e Sociedade* look into collective narratives and memories, regarding Portugal's 1974 Revolution. Filipa Perdigão Ribeiro presents an overview of the most notable collective narratives and memories in the Portuguese context, while highlighting the historical events shaping them. The author concludes that most narratives "insist on the image of Portugal as a very homogeneous country, with a strong in-group discursive construction" (p. 338). This way, Filipa Perdigão considers that, in most contemporary narratives, "recurrent collective memories of historical events, symbols and literary canonical writers" (p. 338) appear to prevail. For her part, Camila Garcia Kieling offers us a reconstitution of narratives on the Revolution dated April 25<sup>th</sup>, 1974, in Portugal, from coverage by two reference Brazilian newspapers: *O Estado de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*. According to the author, the coup in Portugal shook the world's political imagination, reigniting clashes between left- and right-wing backers, at a time when Brazil's military dictatorship completed 10 years of existence.

In the section *Varia*, Maria José Brites and Cristina Ponte discuss resistance to the media within family contexts of socialization and in mediated societies. The authors examined 18 interviews conducted in Portugal to young people and their families, seeking to perceive "signs of resistance and/or of impossibility of using the media" (p. 412). The authors identify several types of resistances and constraints, which manifest in different ways. For instance, their non-use, be it for reasons of a structural nature (family-related imposition), or socioeconomic reasons, or given the interest in turning to other entertainment and information alternatives.

This section also comprises the article "Historical report as narrative procedure" by Juremir Machado da Silva, who blends history, journalism and literature, as this is understood as a procedure for constituting a specific narrative, historical or intellectual reporting for further development.

The reviews by Vítor de Sousa and Micaela Ramon close out this number of *Comunicação e Sociedade*, regarding "Lusophone Studies and Communication Sciences". Vítor de Sousa gives us his take on *Crítica da razão Negra* [Critique of black reason], by Achille Mbembe. And Micaela Ramon examines the *História sociopolítica da língua portuguesa* [Sociopolitical History of the Portuguese Language] by Carlos Alberto Faraco.

One final note serves to point out that the texts published in this number of *Comunicação e Sociedade* respect the orthographic variations of the various Portuguese-speaking countries. ✍

## REFERENCES

- Bourdieu, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, 32(3), 405-411.
- Couto, M. (2009). Luso-Afonias. A lusofonia entre viagens e crimes. In *E se Obama fosse africano e outras Interinvenções* (pp. 183-198). Lisboa: Editorial Caminho.
- Frenette, M. & Vermette, M.F. (2013). Os jovens adultos e a esfera pública digital. *Comunicação e sociedade*, 23, 14-35. Retirado de [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.23\(2013\).1611](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.23(2013).1611)

## BIOGRAPHICAL NOTES

Moisés de Lemos Martins is Professor of Sociology of Culture and Communication at the University of Minho (Braga, Portugal). Director of the Communication and Society Research Centre (CECS), which he founded in 2001. He is the author of a vast body of academic work in the field of the epistemology and sociology of communication.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Email: [moisesm@ics.uminho.pt](mailto:moisesm@ics.uminho.pt); [moiseslmartins@gmail.com](mailto:moiseslmartins@gmail.com)

Address: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga 4710-057, Portugal

Alda Costa is an Assistant Professor and Director of Culture at Universidade Eduardo Mondlane since 2010. She worked as a museologist in the Department of Museums of the Ministry of Culture, who headed from 1986 to 2001, and with whom she has hitherto collaborated. She was President of the Installing Commission of the Instituto Superior de Artes e Cultura (2007-09). Her academic background was in History (1976) and Museology, having completed (2005) the PhD in Art History with a thesis on modern and contemporary art in Mozambique (c.1932-2004). His professional experience also includes, among other subjects, teaching and curricular planning. His publications include didactic manuals on History and History teaching, articles, chapters and texts on museums, museology and book art, exhibition catalogs and specialized publications.

Email: [aldamc@tdm.co.mz](mailto:aldamc@tdm.co.mz)

Address: Direcção de Cultura, Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Maputo. Cx.Postal (pessoal) 4020, Moçambique

Isabel Macedo holds a PhD in Cultural Studies in the area of Communication and Culture at the University of Minho. She has a graduation and a master degree in Educational Sciences. Her PhD thesis is entitled “Migrations, Cultural Memory and Identity Representations: Film Literacy in the Promotion of Intercultural Dialogue”, a research supported by the Portuguese Foundation for Science and Technology. She is a researcher at Communication and Society Research Centre. She has published several articles in national and international journals. Some of her main works are: “Representations of Dictatorship in Portuguese Cinema” (2017), in co-authorship; “Interwoven migration narratives: identity and social representations in the lusophone world” (2016), in

co-authorship, and “Young people and the Portuguese cinema: the (des) colonization of the imaginary?” (2016).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4107-3997>

Email: [isabel.macedo@ics.uminho.pt](mailto:isabel.macedo@ics.uminho.pt)

Address: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga 4710-057, Portugal

**ARTIGOS TEMÁTICOS | ARTICLES** 



---

## GLOBALIZAÇÃO, DIVERSIDADE CULTURAL E LUSOFONIAS: CIRCULAÇÃO TRANS-ESPACIAL DA FALA PORTUGUESA E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS FALAS

Armando Jorge Lopes

---

### RESUMO

Discuto transdisciplinarmente questões várias que envolvem os conceitos de *globalização*, *diversidade cultural* e *lusofonia*, recorrendo a *travessias* e a *passagens* mediadas pela Linguística Aplicada e suportadas pela Planificação Linguística e pela Política Linguística. A *travessia*, envolta em novidade e perigosidade, fala-nos de oceanos, proporcionando-nos desafios complexos, e colocando-nos, por vezes, em sobressalto. A *passagem* parece ser mais controlada, associada a experiências com menos enigmas e mais seguras, talvez porque habitualmente se avistam as margens de um lado e do outro, a partir de diferentes pontos do rio, quando efectuamos a passagem. No rio passa-se de uma margem para a outra. E no oceano, o que acontece? Numa perspectiva transdisciplinar e através da linguística aplicada, a lusofonia e a sua contextualização, incluindo a diversidade cultural num mundo pretendido global é, por mim entendida, como sendo a *travessia*. Através da Planificação Linguística e da Política Linguística, que se constituem em instrumento útil para um esboço possível de uma noção virada para o futuro, a lusofonia é aqui entendida como uma *passagem*. O enfoque do presente artigo recai, pois, sobre o conceito de *lusofonia* como lugar de reflexão, de conhecimento e de reconhecimento de si e do Outro, conceito este instanciado pela noção da *relação vis-a-vis* globalização e pela essência aqui representada pelo sistema ecológico linguístico do Português.

### PALAVRAS-CHAVE

Lusofonia; globalização; relação; Planificação e Política Linguística; Linguística Aplicada

---

## GLOBALISATION, CULTURAL DIVERSITY AND LUSOPHONY: TRANS-SPATIAL CIRCULATION OF PORTUGUESE SPEECH AND ITS RELATIONSHIP WITH OTHER SPEECHES

### ABSTRACT

I shall discuss several questions involving the concepts of *globalisation*, *cultural diversity* and *Lusophony* in a transdisciplinary fashion, resorting to the notions of *crossings* and *passages*, mediated by Applied Linguistics and supported by Language Planning and Language Policy. The *crossing*, wrapped in novelty and perilousness, speaks of oceans, affording us complex challenges and, at times, frightening us. The *passage* seems to be more controlled, and associated with less enigmatic and more secure experiences, perhaps because both banks of a river can usually be seen from any point as we pass through it. In a river, we travel across from one bank to the other. And in the ocean, what happens? Lusophony and its contextualisation, in my opinion, is the *crossing*, viewed from a transdisciplinary perspective and through applied linguistics, including cultural diversity in a world claimed as global. Through Language Planning and Language Policy, both established as useful tools for a possible outline of some futuristic notion, Lusophony is here understood as *passage*. The focus of the present article falls therefore upon the concept of Lusophony as a place of reflection, of knowledge as well as recognition of oneself and the Other.

This concept of Lusophony is instantiated by the notion of *relation vis-à-vis* globalisation and by the essence here portrayed by the linguistic ecological system of Portuguese.

#### KEYWORDS

Lusophony; globalisation; relation; Language Planning and Policy; Applied Linguistics

---

### A MINHA POSTURA INVESTIGATIVA SOBRE A GLOBALIZAÇÃO, DIVERSIDADE CULTURAL E LUSOFONIA<sup>1</sup>

A abordagem da realidade não pode fundir opostos metodológicos, por exemplo, entre outros, a experimentação que se pauta por procedimentos rígidos e as histórias que se reconstróem subjectivamente. Por isso, reforço a ideia da actuação a nível multi-partido, uma actuação através da qual podemos, por exemplo, explicar um fenómeno ou evento como entidade física, e uma outra, pela qual procuramos compreender o evento como motivos simbólicos. Mas tal abordagem pluralista requer dos pesquisadores ajustamentos mentais, porque, sendo a pesquisa experimental e a pesquisa etnográfica tão diferentes, é difícil pensar ou trabalhar de uma só vez nas várias direcções. O que é possível, através de cuidadosas mudanças de velocidade, é alternar entre as diferentes abordagens, desenvolvendo uma tensão criativa entre pontos de vista alternativos. Tanto para realizar experiências, como para fazer histórias, os pesquisadores precisam de orientações sobre que tópicos devem ser explicados e que tópicos devem ser interpretados. Na linguística, há, por exemplo, uma certa concordância em separar o processo de aquisição de língua do processo de utilização de língua, e esta divisão serve apenas para sublinhar os nossos pontos de vista, isto é, olharmos para a língua como objecto ou olharmos para a língua como um complexo de motivos simbólicos. As ciências humanas e as ciências sociais, quando comparadas com as ciências naturais, técnicas e exactas, foram e são ainda na tradição nomotética consideradas primas afastadas. Esta ténue relação tem a ver com o estatuto das próprias ciências sociais em que apenas a psicologia experimental é, por essa tradição, considerada como a ciência social mais nomotética. A visão de Platão, tão enraizada nas ciências naturais e exactas, permanece a ponto da teoria puramente formal constituir a preocupação central dos linguistas generativos transformacionistas. Há, contudo, desenvolvimentos recentes nas ciências sociais em busca de um paradigma que acolha melhor a dimensão hermenêutica e estabeleça um equilíbrio mais satisfatório entre a dimensão hermenêutica e a dimensão nomotética, como o que está a ser tentado na linguística aplicada, etnometodologia, etnografia educacional, humanismo psicológico e sociologia, refinando e aperfeiçoando as nossas sensibilidades para não correremos o risco de efectuar interpretações sem sentido.

A postura tradicional na pesquisa e no processo de ensino-aprendizagem é *disciplinar* porque, na abordagem e análise de uma questão, privilegia o enfoque que se

---

<sup>1</sup> Investigação desenvolvida no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.



circunscreve aos parâmetros e limites de uma disciplina ou campo para a entender: por exemplo, tenta-se compreender uma *infelicidade discursiva* com recurso apenas à disciplina de Análise do Texto. Posteriormente, a chamada postura *interdisciplinar* passou a associar e a fazer confluir na abordagem e análise de conhecimentos e habilidades de outras disciplinas para além da Análise do Texto como, por exemplo, as disciplinas da Análise do Discurso, Psicologia Behaviorista e Psicologia Cognitiva para procurar entender a questão da *infelicidade discursiva* na comunicação de falantes e escreventes.

Quanto à postura *transdisciplinar* na pesquisa e no processo de ensino-aprendizagem, ela opera com base na crença de que há conhecimento, conceitos, habilidades, atitudes e acções que transcendem as fronteiras de uma área disciplinar e que forjam o currículo num todo transdisciplinar coerente que é envolvente, relevante e significativo. Adotar uma postura *transdisciplinar* significa que pessoas de duas ou mais disciplinas ensinam, aprendem e trabalham conjuntamente através de fronteiras disciplinares ou profissionais tradicionais. É claro que uma postura transdisciplinar se socorre de posturas *interdisciplinares* que combinam ou envolvem duas ou mais disciplinas ou campos de estudo e, se socorre ainda por vezes, de posturas *intradisciplinares* em que o enfoque reside no seio de uma mesma disciplina ou de pessoas que estão activas trabalhando nessa disciplina.

Por outro lado, a *multidisciplinaridade*, que envolve múltiplas disciplinas académicas visando resolver problemas exteriores às fronteiras habituais, revela reflexões disciplinares paralelas, colocadas lado a lado para consideração, diferentemente da transdisciplinaridade, que é mais integradora e, socialmente, mais inclusiva. A *transculturalidade*, postura que busca interesses partilhados e valores comuns, assenta na ruptura de fronteiras, sendo acentuadamente diferente da *multiculturalidade* (ou multiculturalismo) porque nesta postura tende-se a reforçar fronteiras que têm por base heranças culturais do passado: a postura multicultural faz relacionar uma cultura com outra ou outras diferentes, enquanto que a postura transcultural se amplia através de duas ou mais culturas. Na postura multicultural, em que as pessoas vivem, lado a lado, umas com as outras, um determinado grupo cultural não se envolve necessariamente e nem sempre em interacções com outros grupos culturais. Na postura transdisciplinar, o conhecimento gerado em contexto de aplicação não se reduz nunca a nenhuma das disciplinas que concorreram para a sua acumulação, e não se distingue entre conhecimento básico ou puro e conhecimento aplicado, nem entre investigação teórica ou básica e investigação aplicada porque a relação entre estes tipos de conhecimento e idealizações investigativas não ocorre somente num único sentido. Como defendo (Lopes, 1998, p. ix) a propósito da habitual distinção entre a investigação teórica e investigação aplicada, e incluindo mesmo a investigação prática (esta terceira categoria, relacionada com a didáctica, é muitas vezes ignorada ou secundarizada), a saber:

da construção de modelos para explicar um determinado fenómeno à investigação sobre as aplicações a um dado contexto de quadros teóricos numa disciplina x, à utilização prática de dados teóricos e aplicados em métodos de ensino e na aprendizagem na sala de aulas, cada categoria de

investigação deve idealmente contribuir para a revisão do conteúdo e estrutura das outras categorias.

Dito talvez de forma mais simples: a investigação teórica informa a aplicada e esta, por sua vez, a teórica ou no caso, por exemplo, de preparação e elaboração didáctica de manuais, a investigação aplicada (ou até mesmo a investigação teórica, de forma directa) informa a investigação prática e esta, por sua vez, informa a investigação teórica ou a investigação aplicada. É que a investigação aplicada também tem naturalmente o seu edifício teórico, sendo a postura transdisciplinar de enfoque simultaneamente teórico e aplicado e dirigido para especificadas necessidades sócio-económicas e culturais, através da adopção de múltiplas metodologias de investigação visando criar soluções que respondam a anseios da sociedade, e transformar práticas sociais que requerem alteração ou inovação.

A transdisciplinaridade, termo criado por Jean Piaget em 1970, visa estimular novas compreensões da realidade através da articulação de elementos que atravessam disciplinas, passando entre si e de elementos que vão para além das disciplinas, promovendo a máxima interacção possível entre elas, respeitando todavia as suas individualidades, em que cada uma delas colabora para um saber comum e sem se transformarem numa única disciplina. No caso vertente dos estudos da cultura e da linguagem, a transdisciplinaridade visa igualmente desnaturalizar questões de hegemonia cultural e linguística, sendo o radical *trans* do termo portador de um sentido de movimento multidireccional e recíproco (nunca de sentido único), de ajuda mútua através da experiência e da justa troca como, em minha opinião, sugerem os termos transculturalidade e translinguísmo.

Para reforçar conceptualmente o aspecto da reciprocidade no âmbito da transdisciplinaridade, translinguísmo e transculturalidade, recorri a investigações no seio da psicologia behaviorista e, em especial, aos paradigmas de transferência de Osgood (1949), nas dimensões da proacção e retroacção. A *proacção* é uma acção que se antecipa a uma futura situação, não ocorrendo apenas como reacção. Descreve o controlo e o poder que se pode ter para fazer acontecer várias coisas e não apenas para ajustar coisas a uma dada situação, ou esperar que algo aconteça. A *retroacção* é uma acção recíproca, que descreve um evento, estímulo ou processo que tem efeito sobre efeitos de eventos, estímulos ou processos que ocorreram anteriormente.

Através da *proacção* são visíveis os efeitos numa determinada tarefa 2, e na sequência da execução de uma tarefa 1; por outro lado, através da *retroacção* são visíveis os efeitos da tarefa 2 na tarefa 1, como aconteceu no passado e continua a acontecer, por exemplo, em relação às transferências linguísticas e culturais da língua portuguesa para as línguas bantu, enriquecendo e complementando reciprocamente as transferências linguísticas e culturais das línguas bantu de Moçambique que, em considerável medida, têm alimentado ao longo das décadas o Português Moçambicano.

A postura *transdisciplinar* em relação à disciplina da Linguística Aplicada (LA), incide, em minha opinião, na convergência entre a teoria *científica* e a teoria *indigenizada*, que é a prática, como lhe chamou James (1993, pp. 17-32). Assim, por exemplo, a postura

transdisciplinar incide relevantemente em múltiplos espaços e abordagens entre a teoria linguística e a teoria de ensino de línguas, esta que é uma área pioneira da LA (relacionada com as metodologias do processo de ensino-aprendizagem), alimentando-se ambas as teorias, de forma recíproca, como a proacção e retroacção – ou como a unidade na diversidade: Moçambique na CPLP e a CPLP em Moçambique.

É claro que em tal dinâmica, a disciplina da LA, nas suas dimensões teórica e indigenizada, precisaria de se renovar e também através dela a própria linguística geral, que lhe é fundamental, precisaria de se renovar. A este respeito é apropriado o que diz Rajagopalan (2003, pp. 79-80):

o que a lingüística aplicada precisa com urgência é repensar sua própria razão de ser enquanto disciplina e buscar suas próprias credenciais académicas, admitindo até mesmo, como uma das possibilidades no fim dessa trilha, a de a nova disciplina poder vir a ser uma alternativa à disciplina-mãe (i.e. linguística geral).

E, de seguida, arremata assim: “dito de outra forma, à lingüística aplicada pode estar reservada a tarefa de reanimar a própria disciplina-mãe...que se encontra em estado doentio, necessitando de novo ânimo” (Rajagopalan, 2003, pp. 79-80).

Quanto à transculturalidade, e segundo Mary Louise Pratt, (2005), com quem estou essencialmente de acordo, ela assenta, no conceito que o cubano Fernando Ortiz criou em 1940, à luz do seu pensamento sócio-antropológico (1940/1963): “embora os povos subordinados geralmente não controlem aquilo que emana da cultura dominante, eles determinam, até certo ponto, aquilo que é absorvido pela sua própria cultura e aquilo para que é usado”.

É como se tratasse de um processo em que alguém dá sempre qualquer coisa em troca do que recebe, é como um indivíduo se vê no outro – um processo em que as duas partes da equação saem modificadas. A postura transcultural tem a ver (Lopes, 2017) com a capacidade de conectar com pessoas de diferentes línguas e culturas e de pôr essas línguas e culturas em conjunto e reciprocidade para melhorar as vivências de cada um e de todos: a capacidade que assegura que aprendamos a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessárias para funcionar na nossa própria cultura – a *intraculturalidade* – e funcionar na cultura dos outros indivíduos – a *interculturalidade* que, por vezes, diz respeito à relação entre maiorias culturais e minorias culturais. A intraculturalidade e a interculturalidade são posturas-componente da transculturalidade – que enfatiza a integração através da troca e da interacção, sendo a produção do conhecimento e a sua disseminação contextualizada e participando nela, de forma ampla e participativa, múltiplos e variados actores da sociedade.

## GLOBALIZAÇÃO, RELAÇÃO E LUSOFONIA

Há pouco mais de uma década, discutia (Lopes, 2004, pp. 232-235) a questão dos universais linguísticos e a sua relação com a chamada “desbabelização” da humanidade.

Retomo o assunto, incluindo a sua contextualização histórica. Em 1951, uma comissão francesa enquadrada pela Unesco, que incluía Gougenheim, começou por elaborar um projecto – uma forma simplificada do Francês para uso internacional – que foi inicialmente chamado de “Francês de Base”, posteriormente “Francês Elementar”, e por fim “Francês Fundamental”. O vocabulário era considerado diminuto, mas a maior crítica ao projecto de linguagens simplificadas era que se achava que ele visava impedir a progressão e desenvolvimento espiritual e intelectual das largas camadas populares, em especial, no continente africano. Assim, amplamente criticados, os objectivos iniciais do “Francês Fundamental” como língua de difusão e potencialmente como língua universal, como se pretendia, acabariam por se circunscrever ao objectivo muito mais modesto de um programa metodológico para o ensino da língua.

Por outro lado, a que ficou mais famosa e que teve mais impacto destas tentativas foi sem dúvida o “Basic English”, programa lançado com o ambicioso intuito de resolver o problema do multilinguismo, como diziam os seus mentores. Assim, nem a tentativa francesa de pesquisa nem a inglesa conseguiram concretizar a “desbabelização” da humanidade, quedando-se, pois, por resultados muito mais modestos, do tipo “fornecer métodos de ensino aos professores de língua”. Como grandes línguas de comunicação mais ampla, nem o francês, nem o inglês conseguiram resolver à época o desejo de concretização de uma única língua universal, depois de goradas tentativas anteriores de introdução e uso de línguas artificiais como línguas universais.

E em Moçambique o que se passou em relação ao Português fundamental? À altura da Independência Nacional decorria no então Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo um projecto designado de “Português Fundamental” que, entre outros objectivos, aspirava à construção de uma matriz vocabular de 2000 elementos. Em minha opinião, o “Português Fundamental” partilhou muitos dos traços caracterizantes da abordagem metodológica de experiências precursoras, em particular, a francesa. Reagindo contra as ideias behavioristas que orientavam a filosofia e a psicologia americana na década de 50, Noam Chomsky argumentava então que toda e qualquer criança aprendia a falar e a compreender uma língua através de uma determinada capacidade estruturada e inata para esse fim. Para Chomsky, o talento congénito para a fala e compreensão evidencia que a consciência verbal assenta num quadro invisível de universais abstractos que são limitados em número e que são o que faz gerar o número ilimitado de possíveis transformações numa determinada língua; que toda e qualquer língua humana depende de uma gramática generativa transformacional e que a ênfase recai nas propriedades intrínsecas partilhadas por cada língua. Na realidade a linguística geral moderna assenta, em considerável medida, nos princípios da gramática generativa, como foram originariamente definidos por Chomsky há mais de meio século. E graças a esse trabalho de Chomsky sobre a natureza da linguagem, conseguimos hoje compreender melhor alguns aspectos da estrutura da comunicação humana: o seu modelo mental posteriormente adoptado é explicitamente computacional, assumindo a existência de padrões pré-determinados que orientam cada frase que o ser humano fala.

Mas ao mesmo tempo, a pretendida e incessante busca dos universais linguísticos não se situava ela própria na mesma lógica das tentativas de desbabelização? Será que quanto mais se realça a problemática da universalidade, com menos penumbras ficamos sobre o conhecimento e funcionamento da linguagem? No âmbito da literatura, recorde, por analogia, a passagem de um texto de José Craveirinha (1954), “Consciência de raça”, publicado no Semanário *Brado Africano*, quando se referia ao que considerava ser a ausência de uma cultura literária de expressão africana em Moçambique e o que entendia ser necessário fazer: “não abdicar de uma cultura indígena, nem renegar uma corrente europeia, quando de tal enxerto pode surgir uma beneficiação integral na riqueza do ritmo expressional numa forma literária”. E continuou dizendo, “deste princípio surgiu o grito do poeta Senghor, do Senegal: ‘Porque não unir as nossas duas claridades a fim de suprimir todas as sombras?’”

Sabemos que os processos de homogeneização parecem gerar sempre outros novos processos de homogeneização no seu seio, como aconteceu com a fragmentação do latim nas línguas românicas. Mas muitas transformações têm lugar silenciosamente, uma vez que o poder nestes tempos novos já não procura confrontar a diversidade; agora, tenta, sim, controlá-la, como diz Mosquera (2001, p. 32):

é óbvio que a globalização não consiste de uma inter-conexão efectiva de todo o planeta por meio de uma grelha articulada de comunicações e de trocas. A globalização é sim um sistema radial que se estende de diversos centros de poder com dimensão variada a múltiplas zonas económicas bastante diversificadas. Tal estrutura implica a existência de vastas zonas de silêncio, praticamente sem ligação entre si ou apenas ligadas indirectamente por via das metrópoles...A globalização melhorou sem dúvida as comunicações a um nível extraordinário, dinamizou e pluralizou a circulação cultural e criou uma consciência mais pluralista. Contudo, fê-lo através dos mesmos canais seguidos pela economia, reproduzindo-se assim, em larga medida, as estruturas do poder.

No recente colóquio (5/10/2017) ocorrido na Universidade Politécnica de Maputo e a propósito da investigação, disseminação do conhecimento e produção cultural, Moisés Martins destacou a *relação* entre as coisas, línguas, culturas e indivíduos de todos os quadrantes como algo fundamental no mundo competitivo de hoje em que tudo tem valor económico e financeiro, incluindo pessoas, almas e espíritos. Já no seu capítulo de 2014, intitulado “Língua portuguesa, globalização e lusofonia”, Martins havia utilizado o termo *relação* quando realça o ponto de vista de Macedo (2013), desenvolvido na sua tese de doutoramento:

este projecto convoca a questão da diversidade do mundo lusófono, colocando-se a questão com que já se havia confrontado a expansão marítima portuguesa: a de uma descoberta noética, também a de uma filosofia da integração, e ainda a de uma ideologia da dominação, enquanto conexões da *relação* [ênfase é minha] com o mundo diverso. (Martins, 2014, p. 28)

Considero importante a palavra e o conteúdo do termo *relação* e considero relevantes reflexões sobre o termo no contexto da discussão sobre os universais. O meu ponto de vista é que a noção de *relação* é feita de todas as diferenças à nossa volta e no mundo, e que nenhuma diferença deve ser esquecida por mais pequena que seja ou que possa parecer. Se adoptarmos a *relação* como abordagem, o que é que fazemos, realmente? O que fazemos é gradualmente afastarmo-nos da ideia do universal e, em última instância, da ideia da globalização, incluindo a chamada “globalização cosmopolita” e “globalização multiculturalista”, mesmo que esta surja associada ao multiculturalismo (Martins, 2014, p. 24). Para tratar da interconectividade e interdependência, a noção da *relação* parece-me mais útil que a noção de Globalização ou a dos universais.

O *universal* na linguística ou em qualquer outra ciência social ou humana é uma abstracção e como tal pode orientar-nos apenas para o que é considerado *principal* fazendo-nos esquecer a pequena *diferença*. Mas a *relação*, que é total, não nos deixa fazer isso porque a *relação* nunca é feita de grandes diferenças. A este propósito, Édouard Glissant, em conversa com o maliano Manthia Diawara, a bordo do paquete *The Queen Mary II*, navegando de Southampton para Nova Iorque, em Agosto de 2009, disserta sobre esta noção central nas suas reflexões sobre a cultura e as travessias no mundo (ou melhor, as *passagens*, termo mais amplo que inclui os oceanos, não requerendo assim margens à vista):

porque é que eu preciso mesmo de compreender o Outro com a finalidade de viver próximo dele e trabalhar com ele? Eis uma das leis da Relação. Na Relação, os elementos não se misturam de qualquer maneira, não se perdem de qualquer maneira. Cada elemento pode manter a sua autonomia, a sua qualidade, mesmo quando se acostuma às essenciais qualidades e diferenças dos outros. Cada diáspora é a passagem da unidade para a multiplicidade. A única universalidade hoje é a universalidade das relações que têm por base a diversidade em vez da unidade. A multiplicidade na totalidade é totalmente a diversidade... Não há uma verdade absoluta, mas sim verdades. Tudo está vivo; tudo é uma Relação de diferenças, não de contrários, mas sim de diferenças. Consequentemente, a dialéctica não é uma abordagem linear na direcção daquilo que é contrário. A dialéctica é um rizoma total do que é diferente... (Diawara, citado em Barson & Gorschlüter, 2010, p. 63)

E tendo achado interessante esta relação entre a dialéctica e o rizoma, no final da citação, ocorreram-me à mente várias imagens do maior cajueiro do mundo, o cajueiro de Pirangi, equivalente a setenta cajueiros de dimensão normal, que tive o privilégio de conhecer, a poucos quilómetros a sul da cidade de Natal no nordeste brasileiro. Em vez de crescer para cima, os galhos do cajueiro cresceram e continuam a crescer para os lados, curvando-se para o solo, devido ao seu peso, ao mesmo tempo que se vão criando novas raízes neste gigante cajueiro que cobre cerca de oito mil metros quadrados e uma circunferência de quinhentos metros. O tipo de caule aéreo (neste caso)

crece horizontalmente rente ao solo, um autêntico rizoma, em termos botânicos e cujo conceito foi usado epistemologicamente na teoria filosófica por Deleuze e Guattari (1980/2004) com o sentido de captar multiplicidades, contrariamente ao conceito de conhecimento arborescente, com conexões verticais. Como modelo para a cultura e artes, o rizoma apresenta-se como polo de atrações e influências, sem preocupação com o princípio ou o fim das coisas, situando-se sempre no meio de cadeias e organizações do poder, incluindo as lutas e os desafios sociais, científicos e artísticos.

### LUSOFONIA, POLÍTICA LINGUÍSTICA E PLANIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

No estruturado capítulo de Martins (2014, p. 25), é relevante a referência feita à designação *sistema ecológico linguístico* que, para além da experiência moçambicana, tem por base experiências híbridas e não-híbridas no mundo. Trata-se de experiências eminentemente sociais e linguísticas, inseparáveis do seu meio-ambiente, no qual as línguas e práticas culturais se multiplicam, se cruzam e se influenciam umas às outras, gerando híbridos, na maior parte das situações.

Cerca de duzentos e sessenta milhões de falantes no mundo tornaram e continuam a tornar a língua portuguesa numa língua pluricêntrica e dinâmica, criando-se pressões que actuam em todas as direcções no seio do amplo *sistema ecológico linguístico do Português*. A língua portuguesa em Moçambique é necessariamente parte (não parte isolada) desse complexo sistema, que se amplifica através de Portugal, Brasil e dos seis estados africanos e asiáticos (Timor-Leste) que têm o Português como língua oficial, que se amplifica através de comunidades e regiões como as de Macau, Goa, Damão e Diu, e faixas ao longo do estreito de Malaca, e ainda através de comunidades constituídas pelas chamadas diásporas (cerca de sete milhões de falantes), de número significativo em países não-lusófonos, como sejam a República da África do Sul, os Estados Unidos da América, a Bélgica e a França, entre outros. Defendo que compreender o sistema ecológico linguístico do Português é indispensável para o que puder ser melhor definido como *lusofonia*. Do mesmo modo que a ecologia mostra que a sobrevivência biológica é essencialmente possível através de uma variedade de formas, do mesmo modo vejo a sobrevivência linguístico-cultural e civilizacional das diferentes nações e povos na terra.

Num amplo e imaginado espaço em construção, que parte da língua portuguesa e de múltiplos e variados laços históricos como base comum, e numa perspectiva de abordagem translinguística e transcultural do conceito, a *lusofonia*, que entendo se vai desenvolvendo como uma maneira de ser e de estar, busca o partilhado enriquecimento espiritual, social e económico dos povos e sociedades que dela são parte integrante.

De certa forma, a peculiaridade e a idiosincrasia constantes desta formulação-tentativa foram sendo estabelecidas, em particular, através do ponto de vista sobre a lusofonia em *Ndhaneta* (Lopes, 2012) e na sequência do comentário que a esse respeito mereceu de Martins (2012, s.p.), a saber:

acho este ponto de vista sobre a lusofonia muito interessante. Começa com a realidade actual das sociedades multiculturais que se nos impõe

– sociedades de mistura de etnias, do ocidente e do oriente, do norte e do sul. Não esquece a história, uma história de violência, dado que a história da expansão marítima e territorial dos povos ocidentais para oriente impôs a colonização do oriente pelo ocidente. Passa depois ao fundamental: a importância das línguas e das culturas locais, em nome do respeito pela diversidade e pelo outro, no actual processo de mundialização das economias, onde as línguas e as culturas dos antigos povos colonizadores mantêm a hegemonia. A lusofonia, a menos que não passe de um neo-colonialismo simbólico, não pode, pois, ter uma centracção lusa – isso seria (será) o seu maior equívoco.

E reforço esta posição, concordando, com um extracto mais recente do mesmo autor (Martins, 2014, p. 25):

a lusofonia, ao invés da homogeneização empobrecedora e de sentido único, estabelecida pela globalização cosmopolita, tem a virtude do heterogéneo; a sedução de uma rede tecida de fios de várias cores e texturas, uma rede capaz de resistir à redução do diverso a uma unidade artificial.

Realizaram-se já várias conferências de Linguística Aplicada (LA) e outras sobre a internacionalização da língua portuguesa, incluindo o “Plano de Acção de Lisboa”, adoptado na “X Conferência da CPLP” de Díli em 2014 para esse efeito. A meu ver, são necessários maiores esforços com vista a articular as importantes dimensões da Política Linguística e da Planificação Linguística no tratamento das inúmeras questões envolvendo a lusofonia, incluindo o facto de que, ao projectar-se como língua internacional, a língua portuguesa tem o potencial de, através de si, poder ajudar a promover, em todos os sentidos, as nações e comunidades que falam a língua portuguesa como língua materna, língua segunda, língua estrangeira e/ou língua na diáspora. Argumentei há algum tempo (Lopes, 2015, pp. 197-200) e continuo a pensar que, para benefício no tratamento de múltiplas questões sociais, culturais e históricas no seio da linguística, a LA poderia ser concebida e operar como uma interface fronteiriça, ocupando-se da terra de ninguém entre a Planificação Linguística, que é a teoria científica e a Política Linguística, que é a teoria indigenizada, ou seja, a teoria da prática.

A Planificação Linguística, outrora conhecida por ‘engenharia linguística’ (*language engineering*), contribui através de um conjunto de actividades que visam operar mudanças linguísticas numa determinada comunidade, e cuja intenção, ao nível das autoridades competentes, assenta na preservação da identidade cultural, na manutenção da ordem civil, e no melhoramento da comunicação (Lopes, 1999, pp. 104-125; 2002, pp. 18-22). A Planificação Linguística mantém laços estreitos de relacionamento com o campo da linguística social, que estuda as forças sociais que influenciam a mudança linguística e os tipos de mudança motivados por essas forças, como apropriadamente dizem Kaplan e Baldauf (1997, p. 307) ao defender que a Planificação Linguística é provavelmente a forma suprema da Linguística Aplicada, entendendo-se o tratamento da



linguagem como fenómeno eminentemente social, tanto no plano do *corpus*, como no plano do estatuto:

queremos argumentar que a Planificação Linguística constitui a forma suprema da Linguística Aplicada; ...algumas noções da teoria gramatical são centrais para as acções referentes ao corpus. Mas as acções relacionadas com o estatuto requerem uma abordagem bastante diferente para com a definição da linguagem e para com a compreensão da inter-relação entre populações humanas e a(s) língua(s) que usam ao se comunicarem entre uns com os outros.

A Planificação Linguística deve especificar os objectivos que a política visa atingir e enunciar as propostas de política. Embora reconhecendo a importância do espaço para as utopias, qualquer formulação de políticas que não indique a sua operacionalização pode revelar-se inútil. O facto de não poderem ser implementadas pode indicar que tiveram por base uma análise incompleta ou não suficientemente rigorosa da situação que se pretende superar.

O problema a resolver parece ser de como reunir todos os recursos que são precisos especificamente para os diferentes grupos-alvo em presença e como satisfazer as necessidades relacionadas com a língua desses mesmos grupos. Assim, ao basear-se na natureza presente e dinâmica desses grupos-alvo, a política deve descrever os traços de cada grupo que são relevantes para a identificação das necessidades de língua, actuais e futuras, e para a identificação dos passos a dar para a sua satisfação.

Argumenta-se que a elaboração pensada da política de língua assim como a adequada planificação da sua gestão constituem elementos fundamentais visando maximizar a familiaridade e consciencialização dos grupos-alvo em relação ao Português, e visando igualmente maximizar o seu potencial de uso nos domínios oficial, comercial, técnico e cultural no âmbito da lusofonia. Apresento, de seguida, um esboço preliminar de programa de trabalho constituído por três fases com vista a articular a planificação e política linguísticas no domínio da lusofonia e numa perspectiva transdisciplinar com recurso à linguística aplicada.

#### **FASE DA IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA HISTÓRICO-LINGUÍSTICO-CULTURAL DOS PAÍSES/SOCIEDADES**

O ponto de partida para delinear uma política de língua portuguesa é *identificar e descrever, essencialmente, a natureza histórico-linguístico-cultural dos países e sociedades* que a política visa servir (Lopes, 2013b, pp. 30-33), com particular enfoque, de entre outros, os seguintes elementos:

##### **A. DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E CULTURAL**

1. Nível de “elevada diversidade linguística” de cada país, que é importante à partida para melhor enquadrar as estratégias de difusão, estudo e desenvolvimento do Português

Neste contexto é útil a definição proposta por Robinson (1993, p. 54) para o conceito de “elevada diversidade linguística”, designadamente: “uma situação em que não há uma percentagem superior a 50% da população que fale a mesma língua”; e acrescentando ainda que: “uma classificação segundo o grau de diversidade linguística não deve basear-se no número absoluto de línguas faladas num país, mas sim na percentagem da população que fala uma dada língua”.

## 2. Nível de composição plurilingue e pluricultural dos grupos-alvo

Por exemplo, para Moçambique e Angola, membros da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), e Guiné Equatorial membro da CPLP (como Moçambique e Angola) qual é a situação destes países e de outros que têm o Português, o Inglês ou o Francês como línguas europeias oficiais? Conhecer, com propriedade, a geografia plurilingue e pluricultural é importante para o delineamento de estratégias de negociação para uma maior difusão e promoção do Português em contextos plurilingues e pluriculturais.

## B. DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO ECONÓMICA E EMPRESARIAL

3. Nível de dependência económica em relação ao comércio interno e externo por parte de cada país/sociedade, assim como o nível da sua integração económica no contexto do resto do mundo

Após a identificação e descrição da *natureza histórico-linguístico-cultural dos países/sociedades*, sugerem-se os seguintes passos:

- a) enunciar as respectivas necessidades psicológicas, económicas, políticas e culturais ao nível dos países/sociedades e pessoas;
- b) formular neste contexto os objectivos e as metas;
- c) fazer propostas de política, estabelecendo-se prioridades em relação aos países, sociedades e grupos-alvo a abranger;
- d) elaborar recomendações no que diz respeito à implementação da política; e
- e) alinhar indicadores de sucesso para a avaliação da política e sua implementação.

É claro que o sucesso de toda a planificação, envolvendo os fazedores de política (*policy-makers*) e os grupos-alvo, e conectando com as relevantes organizações nacionais, regionais, continentais e inter-continentais, assenta em pressupostos de atitude fundamentais, a saber:

1. que a língua portuguesa é pertença de todos os que a queiram falar e/ou usar;
2. que a língua portuguesa se reveste de múltiplas identidades e tradições e que, por isso, o uso, o desenvolvimento e os estudos desta língua devem ser sempre contextualizados e sem prejuízo para as línguas e culturas com que coabita – fundamental neste âmbito posturas translinguísticas e transculturais.

## FASE DA ENUNCIÇÃO DAS NECESSIDADES

A identificação e descrição da *natureza histórico-linguístico-cultural dos países/sociedades* conduz-nos à especificação de determinadas necessidades, como sejam as necessidades requeridas pelos destinatários da política em termos do desenvolvimento do seguinte:

1. a *proficiência* nas quatro habilidades linguístico-comunicativas tradicionais, e também a *fluência*; a proficiência tem a ver com as habilidades de compreensão da fala e habilidades do processamento da escrita – o exercício da proficiência é sobretudo praticado por meio do acto de ler e escrever, enquanto que a *fluência* (Lopes, 2017, 2018, p. 40) refere-se essencialmente à prosódia da língua, à pronúncia e ao *timing* do diálogo;
2. técnicas que auxiliem na comparação e contraste das línguas com que a língua portuguesa convive/conviverá tanto em termos translinguísticos como transculturais (Lopes, 2016, pp. 22-25; Lopes, Mabasso & Langa, 2016, pp. 17-23). Neste relacionamento do estudo da língua com os diversos tipos de cultura, é determinante a intervenção do professor experiente, do técnico, do erudito e do conhecedor das problemáticas da linguística aplicada, e a intervenção do tradutor-especialista;
3. atitudes que capacitem (e enfaticamente crianças e jovens) de molde a poderem viver harmoniosamente e para se beneficiarem das sociedades plurilingues e pluriculturais com que estão em contacto ou com que virão a estar num mundo mais amplo. Nas escolas, os alunos devem poder desenvolver uma quinta habilidade linguístico-comunicativa (Lopes, 197, p. 74; 2013a, p. 148) que assenta na compreensão e aceitação do Outro e da sua cultura; nos manuais escolares, as diferentes tradições, hábitos, valores, costumes e práticas culturais não podem ser usados apenas como pano de fundo e como recurso ou expediente para a aquisição apenas de habilidades linguísticas e comunicativas;
4. habilidades que ajudem a formular adequadas políticas de formação linguística e didáctica – são necessários técnicos com pendor educativo, sobretudo fazedores de políticas e decisores (*policy-makers* e *decision-makers*), linguistas com especialidade em linguística aplicada, intérpretes e tradutores, leitores de língua L1 (língua primeira), L2 (língua segunda) e Le (língua estrangeira). Os *fazedores de políticas* identificam e servem-se de ciências relevantes (como a Linguística Aplicada, Linguística Social, as Ciências da Comunicação, os Estudos Culturais, a Psicolinguística e outros domínios como a Economia, a Geografia Demográfica e a Ciência Política) para, de forma transdisciplinar, esclarecer sobre a natureza do problema (da situação) que se pretende resolver e deduzir possíveis soluções. Quando a experiência e o conhecimento teórico-prático da situação (problema) por parte do fazedor de políticas não forem adequados, a política e o modo de implementação propostos serão inapropriados. O fazedor de políticas deve levar-nos a questionar o princípio de gestão na tomada de decisões, isto é, questionar a tentação burocrática de se colocar pessoas eminentes, determinados políticos e executivos como fazedores de políticas e decisores, em vez do devido técnico qualificado, do académico relevante, etc.; e
5. utilização de programas de formação bilingue e plurilingue específicos, incluindo o recurso à auto-aprendizagem (usando certos centros para esse fim), à aprendizagem *e-learning*, ao ensino à distância com base em determinadas plataformas digitais e *tele-conferencing*. Como já referi (Lopes, 1997a, p. 34), torna-se imperioso assegurar a qualidade de qualquer intervenção, com tempos realistas de preparação e execução, condições de implementação, uso de metodologias adequadas, materiais didácticos apropriados... e muita vontade política. O pior cenário é vermos políticos, administradores ou fazedores de políticas impacientes e inaptos formularem programas de baixa-qualidade e que, para agravar, são postos em prática, muitas vezes, por técnicos sem a competência adequada, produzindo resultados ínfimos, magros em termos das habilidades e recursos requeridos por indivíduos e quadrantes de diferentes sociedades.

## FASE DE ALINHAMENTO DOS INDICADORES DE SUCESSO

Quanto à expansão do Português, não valerá a pena reconsiderar a sua *relativa* importância em termos globais? Equacioná-la de forma mais plurilingue e pluricultural, de acordo com os contextos em que opera? Estas questões talvez possam, de forma exploratória, conduzir-nos a perguntas do tipo:

- quantos europeus e americanos falam o Português?;
- quantos africanos e asiáticos falantes de Português se prevê que venham a falar essa língua em 2050, como L2, L3 e como L1, de acordo com metas traçadas?;
- quantos africanos e asiáticos nas regiões em que os países falantes de Português se situam têm actualmente algum conhecimento do Português? O número obedece a alguma razoabilidade? E que previsões há até ao ano de 2050?;
- que papel o Português desempenha/desempenhará nas suas vidas? Desfrutam/desfrutarão dos recursos culturais que a língua proporciona, ou simplesmente utilizam/utilizarão o Português essencialmente como língua veicular?;
- que efeitos tem/terá a globalização económica na demanda pelo Português na CPLP?;
- a evolução de blocos regionais, como o da SADC, ocorre/ocorrerá no sentido da promoção e difusão de línguas francas que desafiam a posição do Português em Moçambique ou Angola?;
- como é que o Português contribui/pode contribuir para a modernização económica de um país como Moçambique mais industrializado?;
- a expansão do Português está a provocar/pode vir a provocar a extinção de várias línguas africanas em África ou asiáticas na Ásia?;
- será que, ao longo destes anos, o Português se tem revelado um recurso importante para cada um dos países da CPLP, proporcionando-lhes vantagens económicas perante outros concorrentes internacionais agressivos?;
- tem-se estudado/ou quando se pensa começar a estudar a literatura em língua africana ou asiática, prevendo-se inclusivamente o recurso à literatura estabelecida de países vizinhos que partilham a língua africana ou asiática em questão?

## CONCLUSÃO

Concluo, acentuando a importância da postura *transdisciplinar* na pesquisa e no processo de ensino-aprendizagem. Em termos transdisciplinares, diferentes investigadores, educadores e educandos trabalham conjuntamente, de modo transversal, através e para além das suas problemáticas, com vista à criação de inovações conceptuais, teóricas, metodológicas e de translação que integrem e ultrapassem abordagens específicas relacionadas com uma única disciplina para tratar um determinado problema comum. Criam-se espaços novos de conhecimento, transitando das relações entre as disciplinas, conceitos e metodologias, de modo proactivo e retroactivo, em busca de soluções para problemas existentes e sentidos na sociedade.

Argumentou-se que não há nem haverá real lusofonia sem partilha, sem reciprocidade, sem interpenetração dos falares e das culturas dos falantes e escreventes das várias línguas que milhões de cidadãos da CPLP utilizam nativa e não-nativamente. A língua portuguesa será poderosa se for sancionada por muitos, se possível por quase todos, se for reconhecida como língua importante, com dinâmica própria para a mudança

e cheia de vitalidade, e se for reconhecida como uma importante língua mundial, se a identificação com a língua na qual o falante se revê for também sancionada por outros, incluindo aqueles outros que concedem à língua portuguesa um estatuto de *co-cidadania* nos seus contextos plurilingues e pluriculturais.

No caso de Moçambique (e de outras nações independentes há menos de meio-século) a situação colonial tornou extremamente difícil a coabitação do Português com as línguas indígenas e de outras línguas implantadas, resultando, pois, na hegemonia da língua portuguesa e na desvalorização das línguas que, pelo menos, a deveriam ter acompanhado, em alguma medida, no seu estatuto e desenvolvimento. Neste contexto, defende-se que os programas de língua portuguesa devem, tanto quanto possível, incorporar acções de língua e cultura que assegurem uma consciente protecção das línguas indígenas com que coexiste em contextos plurilingues e pluriculturais. Será certamente o ponto de partida de uma adequada planificação e política linguística em construção para todos os países da CPLP, e uma possível *passagem* para a lusofonia, em ideal.

Finalmente, o sistema ecológico do Português, que penetra em diferentes estados, regiões e comunidades no mundo, requer planificações e políticas concertadas, incluindo as relações linguístico-culturais internacionais que forem relevantes para contextos específicos na lusofonia. Por exemplo, tendo em conta a relação privilegiada que Moçambique (assim como outros estados da CPLP) mantém com a República Popular da China, e tendo em conta experiências de intercâmbio no período pós-independência, como aconteceu com a formação especializada em língua portuguesa de vários chineses (alguns hoje Embaixadores em várias partes do mundo) em Moçambique nos anos 70 e 80, através da Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), os programas de difusão da língua portuguesa na região da SADC poderiam, por exemplo, beneficiar-se de apoios chineses, incluindo por parte do Instituto Confucius, que criado em 2012 na UEM em Maputo para difusão do Chinês, administra desde o início cursos de curta-duração (de quatro meses) e desde 2016 cursos de licenciatura em língua e cultura chinesa frequentados por centenas de alunos. No Tratado da SADC, Comunidade que agrega quinze países da África Austral, indica-se que as duas línguas oficiais da organização são o Inglês e o Português. Mas o que é facto é que desde 1992, o ano da sua fundação, a Comunidade tem dado passos de muito pequena monta em relação ao uso do Português nas comunicações oficiais, orais e escritas. E poderíamos continuar com mais considerações como, por exemplo, o papel do Inglês em Moçambique, sendo este Estado também membro da Commonwealth. Enfim...muitas coisas susceptíveis de reflexão, a ser feita também através das disciplinas da Planificação Linguística e da Política Linguística, pilares de uma Linguística Aplicada, tal como a entendemos no mundo contemporâneo da diversidade linguístico-cultural e da globalização, autêntica *travessia* rumo à pretendida lusofonia. ✍

## REFERÊNCIAS

- Barson, T. & Gorschlüter, P. (Eds.) (2010). *Afro modern: journeys through the black Atlantic*. Londres: Tate Publishing.
- Craveirinha, J. (1954, 6 de novembro). Consciência da raça. *O Brado Africano*.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980/2004). *A thousand plateaus. Vol. 2 de Capitalism and Schizophrenia*. Londres: Continuum.
- James, C. (1993). What is applied linguistics? *International Journal of Applied Linguistics*, 3(1), 17-32. DOI: 10.1111/j.1473-4192.1993.tb00041.x
- Kaplan, R. B. & Baldauf, Jr., R. B. (1997). *Language planning: from practice to theory*. Sidney: Multilingual Matters.
- Lopes, A.J. (1997a). *Política linguística: princípios e problemas/ Language policy: principles and problems*. Maputo: Livraria Universitária.
- Lopes, A. J. (1997b). Language policy in Mozambique: a taboo? In R.K. Herbert (Ed.), *African linguistics at the crossroads: papers from Kwaluseni* (pp. 485-500). Colónia: Rüdiger Köppe Verlag Köln.
- Lopes, A. J. (1998). Introdução: universidade e investigação. In A. J. Lopes (Ed.), *Universidade e investigação: comunicações de Maputo* (pp. i-xii). Maputo: Livraria Universitária.
- Lopes, A. J. (1999). The language situation in Mozambique. In R. B. Kaplan & R. B. Baldauf, Jr. (Eds.), *Language planning in Malawi, Mozambique and the Philippines* (pp. 86-132). Clevedon: Multilingual Matters.
- Lopes, A. J. (2002). O Português como língua segunda em África: problemáticas de planificação e política linguística. In M. H. M. Mateus (Ed.), *Uma política de língua para o Português* (pp. 15-31). Lisboa: Edições Colibri.
- Lopes, A. J. (2004). Língua, línguas: homogeneizar, heterogeneizar? *PROLER*, 12, 32-34.
- Lopes, A. J. (2012, 23 de agosto). A minha concepção a respeito da lusofonia. *Ndhaneta* [blogue]. Retirado de <http://ndhaneta.blogspot.com/2012/08/ideias-minha-concepcao-respeito-da.html>
- Lopes, A. J. (2013a). Língua portuguesa em Moçambique: timakas, milandos e desafios. *Revista Brasileira*, 74, 117-134.
- Lopes, A.J. (2013b). Criando a região inteligente: o caso do português na comunidade do desenvolvimento da África Austral (SADC). *Platô - Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, 4(2), 28-41.
- Lopes, A. J. (2015). Política linguística: terra de ninguém, terra de todos: notas a partir de um posto de observação moçambicano. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 197-226). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retirado de [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/2202](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2202)
- Lopes, A. J. (2016). Comunicação translinguística e transcultural com enfoque na linguagem idiomática: uma análise contrastiva discursiva entre o Português, Xichangana e Inglês. *Todas as Letras*, 18(1), 22-36. Retirado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/8870/5631>
- Lopes, A. J. (2017). *Cutucando a onça com vara longa: da transdiscursividade à transculturalidade na lusofonia*. Conferência de abertura (keynote address) ao 7º Seminário Internacional de Linguística/III Congresso Interdisciplinar de Cortesia/II Simpósio de Linguística Textual: Discurso e Interdisciplinaridade. Campus Anália Franco, Unicsul, São Paulo.

- Lopes, A. J. (2018). O aluno universitário moçambicano PL2 e os caminhos da escrita: Um trilho seguro vale mais do que os dois que puseram a quizumba a mancar. *Revista Linha d'Água*, 31(1), 29-49. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v31i1p29-49
- Lopes, A. J., Mabasso, E. & Langa, P. (2016). *Com Todos os efes e erres: para um léxico de usos idiomáticos - Português-Inglês-Xichangana/With all the bells and whistles: towards a lexicon of idiomatic usage - Portuguese-English-Shangaan/Kudlaya Nsuna ni Bawa: Ta Kukongoma marito Ya Kufambelana ni Kutirhisa Svivulavulelo-Xiputukezi-Xinghiza-Xichangani*. Maputo: Livraria Universitária.
- Macedo, L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/28851>
- Martins, M. de L. (2012, 23 de agosto). Comentário ao apontamento de A. J. Lopes, 'A minha concepção a respeito da Lusofonia', publicado em *Ndhaneta 'Caderno Cultural' do Diário Notícias*.
- Martins, M. L. (2014). Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo: Educ, IP-PUC. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29178>
- Mosquera, G. (2001). Notes on globalisation, art and cultural difference. *RAIN Artists' Initiatives Network*. Rijksakademie van beeldende kunsten, Amsterdão.
- Ortiz, F. (1940/1963). *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azúcar. Advertencia de sus Contrastes Agrarios, Económicos, Históricos y Sociales, su Etnografía y su Transculturación*. Havana: Consejo Nacional de Cultura.
- Osgood, C. E. (1949). The similarity paradox in human learning: a resolution. *Psychology Review*, 56, 132-143. DOI: 10.1037/h0057488
- Pratt, M. L. (2005) Transculturização e autoetnografia: Peru 1615/1980. In M. R. Sanches (Ed.), *Deslocalizar a Europa* (pp. 231-259). Lisboa: Edições Cotovia.
- Rajagopalan, K. (2003). *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola.
- Robinson, C. D. (1993). Where linguistic minorities are in the majority: language dynamics amidst high linguistic diversity. *AILA Review*, 10, 52-70.

## NOTA BIOGRÁFICA

Armando Jorge Lopes, mestrado (York, RU, 1982), doutorado (Wales, RU, 1986) e pós-doutorado (USC, Califórnia, 1991 & Cambridge, RU, 1993), é linguista (Linguística Aplicada) e dedica-se há mais de 45 anos ao ensino de línguas – como explicador de Inglês (1967), professor no ensino secundário (1972-1977), docente, investigador e gestor universitário (1977--) e Professor Catedrático (2000--) na Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Moçambique. Tem ensinado em programas de doutoramento e pós-doutoramento também em universidades na Europa, América e outros países de África. Foi Director Pedagógico da UEM (1987-1990), Director-Adjunto da Faculdade de Letras para a Investigação (1993-1996), Chefe do Departamento de Linguística e Literatura (2001-04) e Director da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (2007-2012). Foi o Vice-Reitor Académico da Universidade Politécnica de Moçambique (2015-2017). Na África

Austral exerceu o cargo de Editor-Chefe da LASU, Associação de Linguística das Universidades públicas dos 15 países da SADC (1990-1995) e realizou interpretação simultânea e tradução na SADCC e em outras instituições políticas e económicas em Moçambique e outros países (1975-1994). Publicou 12 livros e uma centena de artigos em revistas internacionais e nacionais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9395-8987>

Email: [ajpupes@zebra.uem.mz](mailto:ajpupes@zebra.uem.mz)

Morada: Universidade Eduardo Mondlane, Campus Universitário Principal, Av. Julius Nyerere, nr. 3453 Maputo, Moçambique

\* **Submetido: 14.05.2018**

\* **Aceite: 13.06.2018**



---

## GLOBALISATION, CULTURAL DIVERSITY AND LUSOPHONY: TRANS-SPATIAL CIRCULATION OF PORTUGUESE SPEECH AND ITS RELATIONSHIP WITH OTHER SPEECHES

Armando Jorge Lopes

---

### ABSTRACT

I shall discuss several questions involving the concepts of *globalisation*, *cultural diversity* and *Lusophony* in a transdisciplinary fashion, resorting to the notions of *crossings* and *passages*, mediated by Applied Linguistics and supported by Language Planning and Language Policy. The *crossing*, wrapped in novelty and perilousness, speaks of oceans, affording us complex challenges and, at times, frightening us. The *passage* seems to be more controlled, and associated with less enigmatic and more secure experiences, perhaps because both banks of a river can usually be seen from any point as we pass through it. In a river, we travel across from one bank to the other. And in the ocean, what happens? Lusophony and its contextualisation, in my opinion, is the *crossing*, viewed from a transdisciplinary perspective and through applied linguistics, including cultural diversity in a world claimed as global. Through Language Planning and Language Policy, both established as useful tools for a possible outline of some futuristic notion, Lusophony is here understood as *passage*. The focus of the present article falls therefore upon the concept of Lusophony as a place of reflection, of knowledge as well as recognition of oneself and the Other. This concept of Lusophony is instantiated by the notion of *relation vis-à-vis* globalisation and by the essence here portrayed by the linguistic ecological system of Portuguese.

### KEYWORDS

Lusophony; globalisation; relation; Language Planning and Policy; Applied Linguistics

---

## GLOBALIZAÇÃO, DIVERSIDADE CULTURAL E LUSOFONIAS: CIRCULAÇÃO TRANS-ESPACIAL DA FALA PORTUGUESA E SUA RELAÇÃO COM OUTRAS FALAS

### RESUMO

Discuto transdisciplinarmente questões várias que envolvem os conceitos de *globalização*, *diversidade cultural* e *lusofonia*, recorrendo a *travessias* e a *passagens* mediadas pela Linguística Aplicada e suportadas pela Planificação Linguística e pela Política Linguística. A *travessia*, envolta em novidade e perigosidade, fala-nos de oceanos, proporcionando-nos desafios complexos, e colocando-nos, por vezes, em sobressalto. A *passagem* parece ser mais controlada, associada a experiências com menos enigmas e mais seguras, talvez porque habitualmente se avistam as margens de um lado e do outro, a partir de diferentes pontos do rio, quando efectuamos a *passagem*. No rio passa-se de uma margem para a outra. E no oceano, o que acontece? Numa perspectiva transdisciplinar e através da linguística aplicada, a lusofonia e a sua contextualização, incluindo a diversidade cultural num mundo pretendido global é, por mim entendida, como sendo a *travessia*. Através da Planificação Linguística e da Política Linguística, que se constituem em instrumento útil para um esboço possível de uma noção virada para o futuro, a lusofonia é aqui entendida como uma *passagem*. O enfoque do presente artigo recai, pois, sobre o conceito de *lusofonia* como lugar de reflexão, de conhecimento e de reconhecimento de si e do Outro,

conceito este instanciado pela noção da *relação vis-a-vis* Globalização e pela essência aqui representada pelo sistema ecológico linguístico do Português.

#### PALAVRAS-CHAVE

Lusofonia; globalização; relação; Planificação e Política Linguística; Linguística Aplicada

### MY RESEARCH POSITION ON GLOBALISATION, CULTURAL DIVERSITY AND LUSOPHONY<sup>1</sup>

The approach to reality cannot merge methodological opposites, as for example, amongst others, experimentation, governed by rigid procedures, and histories, which are reconstructed subjectively. Therefore, it reinforces the idea of multi-party action, an action through which we can, for example, explain one phenomenon or event as a physical entity, and another, by which we try to understand the event as symbolic motifs. But such a pluralist approach requires mental adjustments from researchers, because, since experimental research and ethnographic research are so different, it is difficult to think or work in various directions at once. What is possible, through careful shifts in velocity, is to alternate between the different approaches, developing a creative tension between alternative points of view. As much as to realize experiences as to make histories, researchers need guidance as to which topics need to be explained and which topics need to be interpreted. In linguistics there is, for example, a certain concordance in separating the process of language acquisition from that of its use, and this division merely serves to underline our points of view, that is, we view language as an object or we see it a complex of symbolic motifs. The human and social sciences, when compared with the natural, technical and exact sciences, were and still are considered as distant cousins in the nomothetic tradition. This tenuous relationship has to do with the status of the social sciences themselves, in which only experimental psychology is considered, in this tradition, as the most nomothetic social science. Plato's view, so rooted in the natural and exact sciences, remains the point of purely formal theory, constituting the central preoccupation of generative transformational linguists. There are, however, recent developments in the social sciences in search of a paradigm which better receives the hermeneutic dimension and establishes a more satisfactory balance between the hermeneutic and nomothetic dimensions, such as that being attempted in applied linguistics, ethnomethodology, educational ethnography, psychological and sociological humanism, refining and perfecting our sensibilities in order for us to avoid the risk of making meaningless interpretations.

The traditional research posture, and the process of teaching and learning, is *disciplinary* because, in the approach to and analysis of a question, it privileges a focus which is circumscribed by the parameters and limits of a discipline or field in order to understand it: for example, it attempts to understand a *discourse infelicity* through simple recourse

<sup>1</sup> Research developed in the context of the project "Memories, cultures and identities: how the past weighs on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?", supported by Aga Khan Development Network and Portuguese Foundation for Science and Technology.

to the discipline of Text Analysis. Latterly, the so-called *interdisciplinary* posture came to be associated with and blended, in its approach and analysis, with knowledge and skills from other disciplines apart from Text Analysis, such as for example the disciplines of Discourse Analysis, Behavioural Psychology and Cognitive Psychology in order to try to understand the question of *discourse infelicity* in the communication of speakers and writers.

The *transdisciplinary* posture to research, and the teaching and learning process, operates on the basis of the belief that there exist knowledge, concepts, skills, attitudes and actions which transcend the frontiers of a single disciplinary field and which forge the curriculum in a coherent transdisciplinary whole which is involving, relevant and meaningful. Adopting a *transdisciplinary* posture means that people from two or more disciplines teach, learn and work jointly across disciplinary boundaries or traditional professions. It is clear that a transdisciplinary posture is supported by *interdisciplinary* approaches which combine or involve two or more disciplines or fields of study, and it is sometimes fed by *intradisciplinary* postures in which the focus rests at the heart of the same discipline or with people who are actively working in it.

On the other hand, *multidisciplinarity*, which involves multiple academic disciplines seeking to resolve problems beyond the usual boundaries, reveals parallel disciplinary reflections, placed side by side for consideration, differently from transdisciplinarity, which is more integrative, and socially more inclusive. *Transculturality*, a posture which searches for shared interests and common values, is based on breaking boundaries, being markedly different from *multiculturalism* because this latter posture tends to reinforce boundaries based on past cultural inheritance: the multicultural posture relates one culture with another, or other different cultures, while the transcultural posture expands itself across two or more cultures. Within the multicultural posture, where people live side by side, one with another, a particular cultural group does not necessarily, nor always, involve itself in interactions with other cultural groups. In the transdisciplinary posture, the knowledge generated in its application is never reduced to any single discipline that competed in its generation, and no distinction is made between basic or pure knowledge and applied knowledge, nor between theoretical or basic research and applied research, because the relationship between these types of knowledge and investigative idealizations does not occur in only one way. As I have argued (Lopes, 1998, p. ix) in relation to the customary distinction between theoretical and applied research, and including even practical investigation (this third category, related to didactics, is often ignored or discounted), namely:

from constructing models to explain a given phenomenon, to investigating the applications of theoretical constructs in discipline x to a given context, to the practical utilisation of theoretical and applied findings in teaching methodology and classroom learning, each category of research should ideally contribute to revision of the content and structure of the other categories.

Put perhaps in the simplest way: theoretical research informs the applied and this, in turn, the theory or in the case, for example, of the preparation and didactic elaboration

of manuals, applied research (or even theoretical research of a direct type) informs the practical research and this, in turn, informs the theoretical or applied research. Applied research naturally also has its theoretical foundations, the transdisciplinary posture being simultaneously theoretical and applied and driven by specific socio-economic and cultural necessities, through the adoption of multiple research methodologies aimed at creating solutions responding to the demands of society, and transforming social practices needing change or innovation.

Transdisciplinarity, a term created by Jean Piaget in 1970, aims to stimulate new understandings of reality through the articulation of elements which cross disciplines, passing them among themselves, and from elements which go beyond the disciplines, promoting the greatest interaction possible between them, respecting all the while their individualities, in which each one collaborates for a common knowledge without being transformed into a single discipline. In the present case of studies on culture and language, transdisciplinarity aims equally to de-naturalize questions of cultural and linguistic hegemony, the root *trans-* of the term being the bearer of a sense of multidirectional and reciprocal movement (never in one direction only), of mutual support through experience and of fair exchange, as in my opinion, the terms transculturality and translanguaging also suggest.

In order to conceptually reinforce the aspect of reciprocity within the scope of transdisciplinarity, translanguaging and transculturality, I turned to research at the heart of behavioural psychology and, especially, Osgood's (1949) paradigms of transfer, in the dimensions of proaction and retroaction. *Proaction* is an action which anticipates a future situation, not occurring simply as reaction. It describes the possible control and power to make certain things happen and not simply to adjust things to a given situation, or waiting for something to happen. *Retroaction* is a reciprocal action, describing an event, stimulus or process having an effect on the effects of previously occurring events, stimuli or processes.

Through *proaction* are visible the effects on a determined task 2, and following the execution of a task 1; on the other hand, through *retroaction* are visible the effects of task 2 on task 1, as happened in the past and continues to happen, for example in relation to linguistic and cultural transfers from Portuguese to Bantu languages, reciprocally enriching and complementing the linguistic and cultural transfers of the Mozambican Bantu languages which, to a considerable degree, have fed Mozambican-Portuguese throughout many decades.

In relation to the discipline of Applied Linguistics (AL), the *transdisciplinary* posture falls, in my opinion, on the convergence between *scientific* and *indigenized* theory, which is practice, as James (1993, pp. 17-32) called it. Thus, for example, the transdisciplinary posture falls relevantly in many spaces and approaches between linguistic theory and the theory of language teaching, which is an AL pioneer area (related to the methodologies of teaching-learning process), feeding both theories, in a reciprocal fashion, as proaction and retroaction – or as unity in diversity: Mozambique in the CPLP (Community of Portuguese-Speaking Countries) and the CPLP in Mozambique.

It is clear that in such a dynamic, the AL discipline, in its theoretical and indigenized dimensions, needs to renew itself, and through it, general linguistics itself, which is fundamental to it, would also need to renew itself. In this respect what Rajagopalan (2003, pp. 79-80) says is appropriate:

what applied linguistics needs to do urgently is to rethink its own *raison d'être* as a discipline, and to find its own academic credentials, admitting even, as one of the possibilities at the end of this path, that the new discipline may be an alternative to the mother discipline (i.e., general linguistics).

And following on, he concludes thus: “put another way, the task of reanimating the mother discipline itself... which is in a sickly state, and in need of a new spirit, might be reserved for applied linguistics”.

As for transculturality, and following Mary Louise Pratt in Sanches (2005, p. 240), with whom I am essentially in agreement, the term is based on the concept created in 1940 by the Cuban Fernando Ortiz, in the light of his socio-anthropological thinking (1940/1963): “although subordinated peoples generally do not control what emanates from the dominant culture, they determine, to a certain point, what is absorbed by their own culture and what it is used for”.

It is as if you were dealing with a process in which someone always gives something in exchange for what they receive, it is how one individual sees himself in the other – a process in which the two parts of the equation emerge changed. The transcultural posture (Lopes, 2017) has to do with the capacity to connect with people of different languages and cultures, and to place these languages and cultures in conjunction and reciprocity in order to improve the livelihoods of each and all: the capacity that ensures that we learn to acquire the knowledge and skills necessary to function in our own culture – *intraculturality* – and function in the culture of other individuals – *interculturality* which, sometimes, has to do with the relationship between cultural majorities and cultural minorities. Intraculturality and interculturality are component-postures of transculturality – which emphasizes integration through exchange and interaction, the production of knowledge and its dissemination being contextualized, and multiple and varied social actors involving themselves in it, in a broad and participatory way.

## GLOBALIZATION, RELATION AND LUSOPHONY

A little more than a decade ago, Lopes (2004, pp. 218-222) discussed the question of linguistic universals and their relation to the so-called ‘de-babelization’ of humanity. I return to the subject, including its historical contextualization. In 1951, a French commission set up by Unesco, which included Gougenheim, began developing a project – a simplified form of French for international use – which was initially called “Basic French”, later “Elementary French”, and finally “Fundamental French”. The vocabulary was considered diminutive, but the main criticism of the simplified language project was that it was judged to impede the spiritual and intellectual development of the broad masses

of people, especially on the African continent. Thus, widely criticized, the initial objectives of “Fundamental French” as a language of diffusion and potentially as a universal language, as intended, ended up being limited to the much more modest objective of a methodological programme for language teaching.

On the other hand, a more famous attempt which had the greatest impact was undoubtedly “Basic English”, a programme launched with the ambitious intention of solving the problem of multilingualism, as their mentors said. Thus, neither the French research attempt nor the English one succeeded in concretizing the “de-babeling” of mankind, leaving behind far more modest results, such as ‘providing teaching methods to language teachers’. As major languages of wider communication, neither French nor English were able to resolve at the time the desire to realize a single universal language, after previous unsuccessful attempts to introduce and use artificial languages as universal languages.

And in Mozambique what happened in relation to Fundamental Portuguese? At the time of National Independence, a project called “Fundamental Portuguese” was developed at the then Department of Modern Letters in the Faculty of Letters at Eduardo Mondlane University in Maputo, which, among other objectives, aimed to build a vocabulary matrix of 2000 elements. In my opinion, “Fundamental Portuguese” shared many of the traits characterizing the methodological approach of precursory experiences, in particular, the French one. Reacting against the behaviourist ideas guiding American philosophy and psychology in the 1950s, Noam Chomsky argued that each and every child learned to speak and understand a language through a certain structured and innate capacity for that purpose. For Chomsky, the congenital talent for speech and comprehension showed that verbal consciousness rests on an invisible framework of abstract universals that are limited in number, and that is what causes the generation of an unlimited number of possible transformations in a given language; that every human language depends on a transformational generative grammar and that the emphasis lies on the intrinsic properties shared by each language. In fact, modern general linguistics rests, to a considerable degree, on the principles of generative grammar, as originally defined by Chomsky over half a century ago. And thanks to Chomsky’s work on the nature of language, we can now better understand some aspects of the structure of human communication: his later adopted mental model is explicitly computational, assuming the existence of predetermined patterns that guide each sentence that humans speak.

But at the same time, was the deliberate and incessant quest for linguistic universals not situated in the same logic as the attempts at de-babeling? Could it be that the more the problem of universality is emphasized, the less the shadows we have about the knowledge and functioning of language? In the context of literature, I recall, by analogy, the passage of a text by José Craveirinha (1954), “Race Consciousness”, published in the weekly journal *Brado Africano* (6/11/1954), when referring to what he considered to be the absence of a literary culture of African expression in Mozambique and what he felt it was necessary to do: “not to abdicate an indigenous culture, nor to deny a European current, when from such a graft can come about an integral improvement in the richness of expressive rhythm in a literary form”. And he went on to say, “from this principle came the

cry of the poet Senghor of Senegal: ‘Why not unite our two clarities in order to suppress all the shadows?’”.

We know that the processes of homogenization always seem to generate other new processes of homogenization in their midst, as happened with the fragmentation of Latin in the Romance languages. But many transformations take place silently, once power in these new times no longer seeks to confront diversity. Now, it tries, however, to control it, as Mosquera says (2001, p. 32):

it is obvious that globalization does not consist of an effective interconnection of the entire planet by means of an articulated grid of communications and exchanges. Globalization is rather a radial system that extends from several centers of power with a varied dimension to multiple highly diversified economic zones. Such a structure implies the existence of vast zones of silence, practically disconnected with each other or only indirectly linked through the metropolises... Globalization has undoubtedly improved communication at an extraordinary level, stimulated and pluralized cultural circulation and created a more pluralistic consciousness. However, it did so through the same channels followed by the economy, reproducing in this way, to a large extent, the structures of power.

At the recent colloquium (10/5/2017) at the Polytechnic University of Maputo, focusing on research, dissemination of knowledge and cultural production, Moisés Martins highlighted the *relation* between things, languages, cultures and individuals from all quarters as fundamental in today’s competitive world, where everything has economic and financial value, including people, souls and spirits. In Martins’s chapter, entitled “Portuguese language, globalization and Lusophony” (2014), he had already used the term *relation* when he emphasized Macedo’s point of view, developed in her doctoral thesis:

this project raises the question of the diversity of the Portuguese-speaking world, putting the question that had already confronted the Portuguese maritime expansion: that of a noetic discovery, also of a philosophy of integration, and even that of an ideology of domination, as connections of the *relation* [emphasis mine] with the diverse world. (Martins, 2017, p. 28)

I consider the word and content of the term *relation* to be important, and I consider relevant reflections on the term in the context of the discussion of universals. My point of view is that the notion of *relation* is made up of all the differences around us and in the world, and that no difference should be overlooked however small it may be or may appear to be. If we adopt *relation* as an approach, what are we actually doing? What we do is to gradually move away from the idea of the universal and, ultimately, the idea of globalization, including the so-called “cosmopolitan globalization” and “multiculturalist globalization”, even if it arises linked with multiculturalism (Martins, 2014, p. 24). In order to deal with interconnectivity and interdependence, the notion of *relation* seems to me more useful than the notion of globalization or that of universals.

The *universal* in linguistics, or in any other social or human science, is an abstraction, and as such can guide us only to what is considered *principal* by making us forget the small *difference*. But *relation*, which is total, does not allow us to do this because *relation* is never made up of great differences. In this regard, Édouard Glissant, in conversation with the Malian Manthia Diawara, aboard the cruise liner *Queen Mary II*, sailing from Southampton to New York in August 2009, discussed this central notion in his reflections on culture and crossings in the world (or better, *passages*, a broader term that includes the oceans, thus not requiring shores to be in view):

why do I really need to understand the Other in order to live close to him and work with him? This is one of the laws of the Relation. In Relation, the elements do not mix in any way, they are not lost in any way. Each element can maintain its autonomy, its quality, even when one is accustomed to the essential qualities and differences of others. Each diaspora is the passage from unity to multiplicity. The only universality today is the universality of relationships based on diversity rather than unity. Multiplicity in totality is totally diversity ... There is no absolute truth, but instead truths. Everything is alive; everything is a Relation of differences, not of contraries, but of differences. Consequently, dialectics is not a linear approach toward what is contrary. Dialectic is a total rhizome of what is different... (Diawara, quoted in Barson & Gorschlüter, 2010, p. 63)

And having found this relationship between the dialectic and the rhizome interesting, at the end of the quotation, what came to mind were various images of the largest cashew tree in the world, equivalent to seventy cashew trees of normal size, that I had the privilege of visiting at Pirangi, a few kilometers south of the city of Natal in northeastern Brazil. Instead of growing upwards, the tree's branches grew, and still grow sideways, bowing to the ground, due to their weight, at the same time as they are creating new roots for this giant cashew tree that covers about eight thousand square meters and has a circumference of five hundred meters. The type of aerial stem (in this case) grows horizontally close to the ground, an authentic rhizome in botanical terms, which concept was used epistemologically in Deleuze and Guattari's (1980/2004) philosophical theory with the sense of capturing multiplicities, contrarily to the concept of arborescent knowledge, with vertical connections. As a model for culture and the arts, the rhizome presents itself as a pole of attractions and influences, without concern for the beginning or end of things, always being in the midst of chains and organizations of power, including social, scientific and artistic struggles and challenges.

#### LUSOPHONY, LANGUAGE POLICY AND LANGUAGE PLANNING

In the structured chapter of Martins (2014, p. 25), the reference made to the *ecological linguistic system* is relevant, which, in addition to the Mozambican experience, is based on hybrid and non-hybrid experiences in the world. These are eminently social and linguistic experiences, inseparable from their environment, in which languages and



cultural practices multiply, intersect and influence one another, generating hybrids in most situations.

Approximately two hundred and sixty million speakers in the world have made, and continue to make, Portuguese into a pluricentric and dynamic language, creating pressures that operate in all directions within the *broad linguistic ecological system of Portuguese*. The Portuguese language in Mozambique is necessarily part (and not an isolated part) of this complex system, which is amplified through Portugal, Brazil and the six African and Asian states (East Timor) that have Portuguese as their official language, which is amplified through communities and regions such as Macao, Goa, Daman and Diu, and strips along the straits of Malacca, as well as through so-called diasporic communities (around seven million speakers), in a significant number in non-lusophone countries, such as the Republic of South Africa, the United States of America, Belgium and France, among others. I argue that understanding the ecological linguistic system of Portuguese is indispensable for what can be better defined as *Lusophony*. Just as ecology shows that biological survival is essentially possible through a variety of forms, so too do I see the linguistic-cultural and civilizational survival of the different nations and peoples on earth.

In a wide and imagined space under construction, that starts with the Portuguese language and with multiple and varied historical ties as a common base, and in the perspective of a translingual and transcultural approach to the concept, the *Lusophony*, which I understand is developing as a way of being and becoming, seeks the shared spiritual, social and economic enrichment of the peoples and societies that are an integral part of it.

In a certain way, the peculiarity and idiosyncrasy of this tentative formulation were established, in particular, from the point of view of Lusophony in *Ndhaneta* (Lopes, 2012) and following the comment made by Martins in respect to it (2012, s.p.), namely:

I find this view on Lusophony very interesting. It begins with the current reality of the multicultural societies that impose on us – societies of mixed ethnicities, of the West and the East, the North and the South. It does not to forget history – a history of violence – since the history of the maritime and territorial expansion of western peoples to the east imposed colonization of the East by the West. It then moves on to what is fundamental: the importance of local languages and cultures, in the name of respect for diversity and the other, in the current process of worldization of economies, where the languages and cultures of the former colonizing peoples maintain their hegemony. Unless it is no more than a symbolic neo-colonialism, Lusophony cannot then be luso-centred – that would (will) be its biggest mistake.

And I second this position, agreeing with a more recent extract of the same author (Martins, 2014, p. 25):

Lusophony, instead of the impoverishing one-way homogenization established by cosmopolitan globalization, has the virtue of heterogeneity; the seduction of a net woven of yarns of various colours and textures, a net capable of resisting the reduction of the diverse to an artificial unit.

Several conferences on Applied Linguistics (AL) and others on the internationalization of the Portuguese language, including the “Lisbon Plan of Action”, adopted at the 10th Conference of the CPLP in Dili in 2014, have already been held for this purpose. In my view, further efforts are needed to articulate the important dimensions of linguistic policy and linguistic planning in dealing with the many issues surrounding Lusophony, including the fact that, when projected as an international language, the Portuguese language has, through it, the potential to help promote, in all senses, the nations and communities that speak Portuguese as their mother tongue, second language, foreign language and/or language in the diaspora. I argued some time ago (Lopes, 2015, pp. 197-200) and continue to think that, for the benefit of addressing multiple social, cultural and historical issues within linguistics, AL could be conceived and operated as a frontier interface, occupying the no-man’s land between Language Planning, which is scientific theory, and Language Policy, which is the indigenized theory, that is, the theory of practice.

Language planning, formerly known as “language engineering”, contributes through a set of activities aimed at making linguistic changes in a given community, and whose aim, at the level of the competent authorities, is based on the preservation of cultural identity, the maintenance of civil order, and the improvement of communication (Lopes, 2002, pp. 18-22; 1999, pp. 104-125). Language planning maintains close links with the field of social linguistics, which studies the social forces that influence linguistic change and the types of change motivated by these forces, as Kaplan and Baldauf (1997, p. 307) appropriately say, arguing that Language Planning is probably the supreme form of Applied Linguistics, and being understood as the treatment of the language as an eminently social phenomenon, as much in the plan of the corpus, as in the plan of the status:

we would want to argue that Language Planning is the ultimate form of Applied Linguistics; ... some of the notions available in grammatical theory are central to corpus work. But status work requires a quite different approach to the definition of language and to the understanding of the inter-relationship between human populations and the language(s) they use in communicating with each other.

Language planning should specify the objectives which the policy aims to achieve and state the policy proposals. While recognizing the importance of space for utopias, any policy formulation that does not indicate its operationalization could prove useless. The fact that it cannot be implemented could indicate that the policies were based on an incomplete or insufficiently rigorous analysis of the situation to be overcome.

The problem to solve seems to be how to gather all the resources that are specifically needed for the relevant different target groups and how to satisfy the language needs of these same groups. Thus, based on the present and dynamic nature of these target groups, the policy should describe the traits of each group that are relevant to the identification of current and future language needs, and identify the steps to be taken for their satisfaction.

It is argued that the thoughtful elaboration of language policy as well as proper planning of its management are fundamental elements in order to maximize the familiarity

and awareness of the target groups in relation to Portuguese, and also to maximize its potential for use in official, commercial, technical and cultural cooperation within the scope of Lusophony. Below is a preliminary outline of a three-phase programme of work, with a view to articulating language planning and policy in the field of Lusophony, within a transdisciplinary perspective, using applied linguistics.

#### **PHASE OF THE IDENTIFICATION AND DESCRIPTION OF THE HISTORIC-LINGUISTIC-CULTURAL NATURE OF COUNTRIES/ SOCIETIES**

The starting point in delineating a Portuguese language policy is to identify and describe, essentially, the *historic-linguistic-cultural nature of the countries and societies* that the policy aims to serve (Lopes, 2013b, pp. 30-33), with particular focus on the following elements, amongst others:

##### **A. LINGUISTIC AND CULTURAL DIVERSITY**

1. Level of “high linguistic diversity” of each country, which is important at the outset to best fit the strategies of diffusion, study and development of Portuguese

In this context, the definition proposed by Robinson (1993, p. 54) for the concept of “high linguistic diversity” is useful, namely: “a situation where no more than 50% of the population speak the same language”; further adding that: “a ranking of degree of linguistic diversity should not be based on the absolute number of languages in a country, but rather on the percentage of the population speaking any single language”.

2. Level of plurilingual and pluricultural composition of target groups

For example, for Mozambique and Angola, members of the SADC (Southern African Development Community), and Equatorial Guinea, member of the CPLP (as are Mozambique and Angola), what is the situation of these countries and others who have Portuguese, English or French as official European languages? To properly understand their plurilingual and pluricultural geography is important for the design of negotiation strategies for a greater diffusion and promotion of Portuguese in plurilingual and pluricultural contexts.

##### **B. ECONOMIC AND BUSINESS DEPENDENCY AND INTEGRATION**

3. Level of economic dependence on internal and external trade by each country/society, as well as the level of their economic integration in the context of the rest of the world

After identifying and describing the *historic-linguistic-cultural nature of countries/societies*, the following steps are suggested:

- a) state the respective psychological, economic, political and cultural needs at the level of countries/societies and persons;
- b) formulate objectives and goals in this context;

- c) make policy proposals, setting priorities for countries, societies and target groups to be covered;
- d) elaborate recommendations regarding the implementation of the policy; and
- e) set out indicators of success for policy evaluation and implementation.

It is clear that the success of all planning, involving policy-makers and target groups, and connecting with relevant national, regional, continental and inter-continental organizations, is based on fundamental attitudinal assumptions, namely:

- 1. that the Portuguese language belongs to all who want to speak and/or use it;
- 2. that the Portuguese language has multiple identities and traditions and therefore, that its use, development and studies must always be contextualized and without prejudice to the languages and cultures with which it cohabits – translinguistic and transcultural postures are fundamental in this context.

### PHASE OF THE STATEMENT OF NEEDS

The identification and description of the *historic-linguistic-cultural nature of the countries/societies* leads to the specification of certain needs, such as the needs required by the recipients of the policy in terms of the development of the following:

- 1. *proficiency* in the four traditional linguistic-communicative skills, and also *fluency*; proficiency has to do with speech comprehension skills and writing processing skills – the exercise of proficiency is mostly practised through the acts of reading and writing, whereas *fluency* (Lopes, 2017; Lopes, 2018, p. 40) refers essentially to the prosody of language, to the pronunciation and timing of dialogue;
- 2. techniques that help in the comparison and contrast of the languages with which Portuguese coexists/ will coexist in both translinguistic and transcultural terms (Lopes, Mabasso & Langa, 2016, pp. 42-49; Lopes, 2016, pp. 22-25). In this relationship of the study of language with the different types of culture, what is decisive is the intervention of the experienced teacher, the technician, the scholar and the expert on applied linguistic issues, and the intervention of the specialist translator;
- 3. attitudes that enable (and emphatically, children and young people) to live harmoniously and to benefit from the plurilingual and pluricultural societies with which they are in contact, or with which they will be, in a wider world. In schools, students should be able to develop a fifth linguistic-communicative ability (Lopes, 2013a, p. 148; Lopes, 1997, p. 74) based on the understanding and acceptance of the Other and their culture. Different traditions, habits, values, customs and cultural practices cannot be used in school textbooks, simply as background and as a resource or expedient for acquiring only linguistic and communicative skills;
- 4. skills that help to formulate appropriate policies for language and didactic training need specialists with an educational background, mainly policy-makers and decision-makers, linguists with a specialization in applied linguistics, interpreters and translators, L1 (first language), L2 (second language) and FL (foreign language) university language teachers. *Policy-makers* identify and use relevant sciences (such as Applied Linguistics, Social Linguistics, Communication Sciences, Cultural Studies, Psycholinguistics, and other fields such as Economics, Demographic Geography, and Political Science) in a transdisciplinary manner, to clarify the nature of the problem (the situation) that it is intended to solve and to deduce possible solutions. When the policy-makers' experience and theoretical-practical knowledge of the situation (problem) is not adequate, the proposed policy and mode of implementation will be inappropriate. The policy-maker must lead us to question the management principles of decision-making, that is, to question the bureaucratic temptation to put eminent people, particular politicians, and executives as policy-makers and decision-makers instead of the qualified specialist, the relevant academic, etc.; and

5. use of specific bilingual and multilingual training programmes, including the use of self-learning (using certain centres for this purpose), e-learning, distance learning based on certain digital platforms and tele-conferencing. As I have already mentioned (Lopes, 1997, p. 34), it is imperative to ensure the quality of any intervention, with realistic times of preparation and execution, conditions of implementation, use of appropriate methodologies, appropriate didactic materials... and much political will. The worst case scenario is to see impatient and unfit politicians, administrators or policy-makers formulating low-quality programmes which, to make matters worse, are often put into practice by incompetent technicians, producing feeble results, inadequate in terms of the skills and resources required by individuals and sectors from different societies.

### ALIGNMENT PHASE OF INDICATORS OF SUCCESS

As for the expansion of Portuguese, is not it worth reconsidering its *relative* importance in global terms? Equating it in a more plurilingual and pluricultural way, according to the contexts in which it operates? These questions may perhaps, in an exploratory way, lead us to questions such as:

- how many Europeans and Americans speak Portuguese?;
- how many African and Asian Portuguese-speakers are expected to come to speak that language in 2050, as L2, FL and as L1, according to goals outlined?;
- how many Africans and Asians in the regions in which Portuguese-speaking countries are located currently have any knowledge of Portuguese? Is the number reasonable? And what predictions are there up to the year 2050?;
- what role does/will Portuguese play in their lives? Do they/will they enjoy the cultural resources that the language provides, or do they/will they simply use Portuguese essentially as a vehicular language?;
- what effects do/will economic globalization have on the demand for Portuguese in the CPLP?;
- does/will the evolution of regional blocs, such as SADC, occur in the sense of the promotion and diffusion of *lingua francas* that challenge the position of Portuguese in Mozambique or Angola?;
- how does/can Portuguese contribute to the economic modernization of a country like a more industrialized Mozambique?;
- is the expansion of Portuguese leading, or will it lead, to the extinction of several African or Asian languages in Africa or Asia?;
- is it that over the course of these years Portuguese has proved to be an important resource for each of the CPLP countries, providing them with economic advantages over other aggressive international competitors?;
- have you studied or are you considering starting to study literature in an African or Asian language, and do you foresee using existing literature from neighbouring countries that share the African or Asian language in question?

### CONCLUSION

I conclude by emphasizing the importance of a *transdisciplinary* posture to research and the teaching-learning process. In transdisciplinary terms, different researchers, educators and learners work together transversally, through and beyond their issues, with a view to creating conceptual, theoretical, methodological and translational innovations that integrate and transcend specific approaches related to a single discipline to address

a particular common problem. New spaces of knowledge are created, moving from the relations between disciplines, concepts and methodologies, in a proactive and retroactive way, in search of solutions to existing problems and which are felt in society.

It has been argued that there is not, nor there will not be a real Lusophony without sharing, without reciprocity, without interpenetration of the speech and cultures of the speakers and writers of the various languages that millions of CPLP citizens use both natively and non-natively. Portuguese will be powerful if it is sanctioned by many, if possible by almost all, if it is recognized as an important language, with its own dynamics for change and full of vitality, and if it is recognized as an important world language, if identification with language in which the speaker sees himself is also sanctioned by others, including those who grant the Portuguese language a *co-citizenship* status in their plurilingual and pluricultural contexts.

In the case of Mozambique (and other nations independent less than half a century ago), the colonial situation made cohabitation of Portuguese with indigenous languages and other implanted languages extremely difficult, resulting then in the hegemony of Portuguese and the devaluation of languages that at least ought to have accompanied it, to some extent, in its status and development. In this context, it is argued that Portuguese-language programmes should, as far as possible, incorporate language and culture practices that ensure a conscious protection of indigenous languages with which it coexists in plurilingual and pluricultural contexts. It will certainly be the starting point for an adequate language planning and language policy under construction for all the CPLP countries, and a possible *passage* to Lusophony, ideally.

Finally, the ecological system of Portuguese, which penetrates different states, regions and communities in the world, requires concerted planning and policies, including international linguistic-cultural relations that are relevant to specific contexts in Lusophony. For example, given Mozambique's privileged relationship with the People's Republic of China (as well as other states of the CPLP), and taking into account post-independence exchange experiences, as it happened with the specialized training in the Portuguese language of various Chinese citizens (some of them, nowadays, Ambassadors in various parts of the world) in Mozambique in the 1970s and 1980s, through the Faculty of Letters of the Eduardo Mondlane University (UEM), programmes for the spread of the Portuguese language in the SADC region could, for example, benefit from Chinese support, including from the Confucius Institute, which was established in 2012 in the UEM in Maputo for the diffusion of Chinese, and which runs short-term (four-month) courses from the outset, and undergraduate courses in Chinese language and culture attended by hundreds of students, since 2016. In the SADC Treaty, which brings together fifteen Southern African countries, the two official languages of the organization are English and Portuguese. But what is certain is that since 1992, the year of its foundation, the Community has taken very small steps in relation to the use of Portuguese in official, oral and written, communications. And we could continue with more considerations, such as, for example, the role of English in Mozambique, which is also a member of the Commonwealth. In a nutshell...many things available for reflection can also be considered

through the disciplines of Language Planning and Language Policy, pillars of an Applied Linguistics, as we understand it in the contemporary world of linguistic-cultural diversity and globalization, an authentic *crossing* towards the intended Lusophony. ✍

Translation: Armando Jorge Lopes

## REFERENCES

- Barson, T. & Gorschlüter, P. (Eds.) (2010). *Afro modern: journeys through the black Atlantic*. London: Tate Publishing.
- Craveirinha, J. (1954, 6 de novembro). Consciência da raça. *O Brado Africano*.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980/2004). *A thousand plateaus. Vol. 2 de Capitalism and Schizophrenia*. London: Continuum.
- James, C. (1993). What is applied linguistics? *International Journal of Applied Linguistics* 3(1), 17-32. DOI: 10.1111/j.1473-4192.1993.tb00041.x
- Kaplan, R. B. & Baldauf, Jr., R. B. (1997). *Language planning: from practice to theory*. Sydney: Multilingual Matters.
- Lopes, A. J. (1997a). *Política linguística: princípios e problemas/ Language policy: principles and problems*. Maputo: Livraria Universitária.
- Lopes, A. J. (1997b). Language policy in Mozambique: a taboo? In R.K. Herbert (Ed.), *African linguistics at the crossroads: papers from Kwaluseni* (pp. 485-500). Colonia: Rüdiger Köppe Verlag Köln.
- Lopes, A. J. (1998). Introdução: universidade e investigação. In A. J. Lopes (Ed.), *Universidade e investigação: comunicações de Maputo* (pp. i-xii). Maputo: Livraria Universitária.
- Lopes, A. J. (1999). The language situation in Mozambique. In R. B. Kaplan & R. B. Baldauf, Jr. (Eds.), *Language planning in Malawi, Mozambique and the Philip pines* (pp. 86-132). Clevedon: Multilingual Matters.
- Lopes, A. J. (2002). O Português como língua segunda em África: problemáticas de planificação e política linguística. In M. H. M. Mateus (Ed.), *Uma política de língua para o Português* (pp. 15-31). Lisboa: Edições Colibri.
- Lopes, A. J. (2004). Língua, línguas: homogeneizar, heterogeneizar? *PROLER*, 12, 32-34.
- Lopes, A. J. (2012, 23 de agosto). A minha concepção a respeito da lusofonia. *Ndhaneta* [blog]. Retrieved from <http://ndhaneta.blogspot.com/2012/08/ideias-minha-concepcao-respeito-da.html>
- Lopes, A. J. (2013a). Língua portuguesa em Moçambique: timakas, milandos e desafios. *Revista Brasileira*, 74, 117-134.
- Lopes, A.J. (2013b). Criando a região inteligente: o caso do português na comunidade do desenvolvimento da África Austral (SADC). *Platô - Revista do Instituto Internacional da Língua Portuguesa*, 4(2), 28-41.
- Lopes, A. J. (2015). Política linguística: terra de ninguém, terra de todos: notas a partir de um posto de observação moçambicano. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 197-226). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retrieved from [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/article/view/2202](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2202)

- Lopes, A. J. (2016). Comunicação translinguística e transcultural com enfoque na linguagem idiomática: uma análise contrastiva discursiva entre o Português, Xichangana e Inglês. *Todas as Letras*, 18(1), 22-36. Retrieved from <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/8870/5631>
- Lopes, A. J. (2017). *Cutucando a onça com vara longa: da transdiscursividade à transculturalidade na lusofonia*. Opening conference (keynote address) of the 7º Seminário Internacional de Linguística/III Congresso Interdisciplinar de Cortesia/II Simpósio de Linguística Textual: Discurso e Interdisciplinaridade. Campus Anália Franco, Unicsul, São Paulo.
- Lopes, A. J. (2018). O aluno universitário moçambicano PL2 e os caminhos da escrita: Um trilho seguro vale mais do que os dois que puseram a quizumba a mancar. *Revista Linha d'Água*, 31(1), 29-49. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v31i1p29-49
- Lopes, A. J., Mabasso, E. & Langa, P. (2016). *Com Todos os efes e erres: para um léxico de usos idiomáticos - Português-Inglês-Xichangana/With all the bells and whistles: towards a lexicon of idiomatic usage - Portuguese-English-Shangaan/Kudlaya Nsuna ni Bawa: Ta Kukongoma marito Ya Kufambelana ni Kutirhisa Svivulavulelo-Xiputukezi-Xinghiza-Xichangani*. Maputo: Livraria Universitária.
- Macedo, L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Doctoral thesis in Communication Sciences, University of Minho, Braga, Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/28851>
- Martins, M. de L. (2012, 23 de agosto). Comentário ao apontamento de A. J. Lopes, 'A minha concepção a respeito da Lusofonia', publicado em *Ndhaneta* em 2012. 'Caderno Cultural' do *Diário Notícias*.
- Martins, M. L. (2014). Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo: Educ, IP-PUC. Retrieved from <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29178>
- Mosquera, G. (2001). Notes on globalisation, art and cultural difference. *RAIN Artists'Initiatives Network*. Rijksakademie van beeldende kunsten, Amsterdam.
- Ortiz, F. (1940/1963). *Contrapunteo Cubano del Tabaco y el Azúcar. Advertencia de sus Contrastes Agrarios, Económicos, Históricos y Sociales, su Etnografía y su Transculturación*. Havana: Consejo Nacional de Cultura.
- Osgood, C. E. (1949). The similarity paradox in human learning: a resolution. *Psychology Review*, 56, 132-143. DOI: 10.1037/h0057488
- Pratt, M. L. (2005) Transculturalização e autoetnografia: Peru 1615/1980. In M. R. Sanches (Ed.), *Deslocalizar a Europa* (pp. 231-259). Lisboa: Edições Cotovia.
- Rajagopalan, K. (2003). *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola.
- Robinson, C. D. (1993). Where linguistic minorities are in the majority: language dynamics amidst high linguistic diversity. *AILA Review*, 10, 52-70.

## BIOGRAPHICAL NOTE

Armando Jorge Lopes, who holds an MA (York, UK, 1982), a PhD (Wales, UK, 1986) & post-doctorates (USC, California, 1991 & Cambridge, UK, 1993), is an applied linguist and has been involved in language teaching for more than 45 years – as a private tutor for English (1967), a high school teacher (1972-1977), University lecturer, researcher and



manager (1977--) and Full Professor (2000--) at the Eduardo Mondlane University in Mozambique. He has taught doctoral and post-doctoral programmes also at universities in Europe, America and other countries in Africa. At the UEM, he has served as Pro-Vice-Chancellor for Pedagogic Affairs (1987-90), Deputy Dean of the Arts Faculty for Research (1993-1996), Head of the Linguistics & Literature Department (2001-2004), and Dean of the Faculty of Arts and Social Science (2007-2012). He was the Deputy Vice-Chancellor (Academic) of the Polytechnic University in Mozambique (2015-2017). In Southern Africa he was appointed Editor-in-Chief of LASU, the Linguistics Association for public Universities in SADC's 15 countries (1990-1995), and has carried out simultaneous interpretation and translation tasks at SADCC and other political and economic institutions in Mozambique and elsewhere (1975-1994). Has published 12 books and about a hundred refereed articles in international and national periodicals.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9395-8987>

Email: [ajplopes@zebra.uem.mz](mailto:ajplopes@zebra.uem.mz)

Address: Universidade Eduardo Mondlane, Campus Universitário Principal, Av. Julius Nyerere, nr. 3453 Maputo, Moçambique

\* **Submitted: 14.05.2018**

\* **Accepted: 13.06.2018**



## **WHY SUBALTERN LANGUAGE? YES, WE SPEAK *PORTUGUESE!* PARA UMA CRÍTICA DA COLONIALIDADE DA LÍNGUA NA MOBILIDADE ESTUDANTIL INTERNACIONAL**

**Rovênia Borges & Almerindo Janela Afonso**

---

### **RESUMO**

Comunicar fluentemente em língua inglesa, possibilidade vulgarmente associada à condição de classe social e à posse de outros bens posicionais, tornou-se uma das principais vantagens competitivas para participar de programas de estudo e de pesquisa em universidades bem localizadas nos rankings académicos. A nível mais geral, face às desigualdades sociais e educacionais, nomeadamente em Portugal e no Brasil, a hegemonia da língua inglesa constitui um obstáculo para os países de língua portuguesa que investem em políticas de internacionalização para a qualificação avançada de investigadores em áreas científicas, nomeadamente naquelas que induzem inovação e trazem mais-valias para a economia do conhecimento. Sob perspetiva comparada, e tendo em conta alguns pressupostos das teorias críticas pós-coloniais, este artigo faz uma reflexão sobre como as políticas da língua inglesa nos países acima referidos contribuem para reforçar desigualdades e desvantagens para muitos candidatos a programas de mobilidade científica internacional.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Língua inglesa; Brasil/Portugal; internacionalização; desigualdades; colonialidade

---

## **WHY SUBALTERN LANGUAGE? YES, WE SPEAK *PORTUGUESE!* FOR A CRITIQUE OF THE COLONIALITY OF LANGUAGE IN INTERNATIONAL STUDENT MOBILITY**

### **ABSTRACT**

The ability to communicate in English is often associated with the condition of social class, gender and other factors of cultural identity. In this early 21<sup>st</sup> century, it has become one of the main constraints to participate in study and research programs in universities with top academic rankings. However, in many countries with too many educational inequalities, namely in Portugal and Brazil, the hegemony of the English language is a worrying factor for the internationalisation policies aimed at the high qualification of researchers in several scientific areas, especially those that lead to innovation and bring added value to the knowledge economy. From a comparative perspective, and taking into account some assumptions of postcolonial critical theories, this article presents a critical reflection on how English language teaching policies in the countries mentioned have acted to reinforce inequalities in terms of international student mobility.

### **KEYWORDS**

English language; Brazil/Portugal; internationalisation; inequalities; coloniality

---

## SOB A COLONIALIDADE DA LÍNGUA FRANCA DO CONHECIMENTO

Apesar do anterior poder económico, cultural e militar do Império Britânico, foi depois da II Guerra Mundial que o inglês alcançou o predomínio que hoje tem como veículo linguístico de suporte às múltiplas interações internacionais. Com efeito, com o fim do conflito, e na condição de países “vitoriosos”, os Estados Unidos e a Inglaterra adotaram estratégias, que apesar de contestadas e contestáveis, têm sido eficazes para construir e manter a atual hegemonia da língua inglesa. A isso não foi indiferente o acelerar das dinâmicas da globalização, que tem contribuído fortemente para que o inglês se continue a afirmar como língua franca<sup>1</sup> nas relações internacionais (políticas, económicas, comerciais, científicas, culturais, educacionais...), tornando-se também veículo dominante de intercâmbio e colaboração nas (e entre as) diversas instituições de ensino superior e centros de investigação de diferentes países.

Como corolário da sua irradiação ampliada à escala global, o inglês estende-se hoje a distintas dimensões da vida social, muitas das quais estão impregnadas de um visão hegemónica euro(norte)americana, genericamente referenciável à *colonialidade do poder* – expressão usada pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2002, p. 4) para se referir a uma matriz, ou “padrão mundial de poder”<sup>2</sup>, que inclui como elementos constitutivos articulados as formas de dominação pela estratificação social racializada, pela exploração capitalista do trabalho e pelo modo euro(norte)americano<sup>3</sup> de produzir conhecimento científico e tecnológico.

Para autores de estudos pós-coloniais latino-americanos, a colonialidade expande-se, nomeadamente a partir do século XVI, com a chegada dos conquistadores ibéricos às Américas, iniciando a inculcação prosélita e violenta de crenças de raiz religiosa, e impondo outras línguas, culturas e visões do mundo, (auto)justificadas pela suposta supremacia da nascente *modernidade* europeia. Desenvolve-se inicialmente, a partir daí, a matriz colonial de poder que esteve sob a liderança de Portugal e Espanha entre 1500 a 1750, na fase católica-ibérica da modernidade e de domínio da rota mercantil mais rentável do globo, o Atlântico Sul (Barrantes-Monteiro, 2018, p. 10). Entretanto, a partir do século XVIII com a ascensão económica da Inglaterra, França e Alemanha sobre o sul europeu, o Português e o Espanhol, enquanto línguas vivas de dois impérios ibéricos em declínio, começam a perder gradativamente força.

Mas independentemente desta alteração nas relações de força coloniais, o facto é que, após o fim (formal ou convencional) do colonialismo europeu, as suas heranças

<sup>1</sup> Língua franca significa dizer que é o idioma usado “como linguagem de contato entre falantes de diferentes línguas” (Jenkins, 2015, p. 56). Esse papel já foi desempenhado pelo latim, que era a língua culta e de prestígio social ensinada até aproximadamente os séculos XVI-XVII, quando foi paulatinamente sendo substituída pelas “línguas francas dos Descobrimientos e das subseqüentes potências imperialistas” (Martins & Cardoso, 2015, p. 141).

<sup>2</sup> Walter Mignolo (2010, p. 12) acresce que a matriz colonial é uma estrutura complexa de distintos níveis de colonialidade de poder entrelaçados, a fim de obter o controle da economia, da autoridade (Estado), da natureza e dos recursos naturais, do género e da sexualidade, da subjetividade e do conhecimento (forma de pensar e de produzir conhecimento).

<sup>3</sup> Segundo Silva Júnior (2017, p. 14), desde meados dos anos 1990, tanto as universidades europeias, com o Processo de Bolonha, quanto as brasileiras, com a política neoliberal adotada nos governos de Fernando Henrique Cardoso, passaram por um “processo de significativa mutação em direção ao modelo anglo-saxónico sob hegemonia da versão americana”. Por isso, em vez de *eurocentrismo* optámos por atualizar o termo *euro(norte)americano*, inspirados em Quijano.

ideológicas e os seus instrumentos culturais de opressão continuaram a interferir fortemente nas relações sociais no Brasil e demais países, nomeadamente latino-americanos e africanos. Fora do período histórico do colonialismo, mas continuando marcado pela *colonialidade do poder*, o Inglês segue a consolidar-se como língua franca da produção e disseminação do conhecimento técnico e científico, em diferentes áreas, funcionando também, e cada vez mais, como instrumento de construção de novas subjetividades e de novas formas cognitivas de perceber e interpretar o mundo. Neste sentido, “na divisão internacional do trabalho intelectual”, como assinala Robert Stam, a tendência que se mantém, desde o início da modernidade histórica, é a do crescente domínio cultural e científico eurocêntrico (supostamente) mais avançado que outros conhecimentos e culturas, exaltando “os pensadores do Norte Global em detrimento dos pensadores do Sul Global” (Stam em entrevista a Santos & Schor, 2013, p. 703).

Também nas últimas três décadas, a hegemonia da língua inglesa passa a ser um dos esteios do *boom* da internacionalização (capitalista) do ensino superior. Entre outras razões, o fluxo mais intenso de estudantes que cruzam as fronteiras nacionais pode ser explicado não apenas pelas novas oportunidades abertas pela globalização, mas também porque muitas famílias, sobretudo das novas classes médias, apostam na internacionalização dos estudos dos seus filhos (Nogueira, 2017) e “acreditam que as qualificações estrangeiras são mais valiosas que as ‘locais’” (Lasanowski, 2013, p. 199). Por conseguinte, as rotas de estudantes internacionais voltam-se predominantemente para instituições com oferta de cursos em língua inglesa, sendo as mais prestigiadas as que estão (ou procuram estar) nos melhores lugares dos rankings mundiais.

Dados disponíveis online no site oficial da Unesco (Institute for Statistics, 2018) apontam os Estados Unidos e o Reino Unido como os países que mais recrutam estudantes internacionais<sup>4</sup>. Para além da mobilidade recíproca entre estes países, nota-se ainda que, a partir deles, as opções vão também em direção a outros países capitalistas anglófonos<sup>5</sup>. No que diz respeito às rotas de mobilidade internacional rumo ao Brasil, o referido levantamento estatístico indica a procura deste país por parte de 19.855 estudantes de 199 distintas nacionalidades, sendo as origens mais expressivas Angola (2.317), Colômbia (1.627), Peru (1.409), Paraguai (1.082) e Argentina (1.061). Portugal surge em oitavo, com 806 estudantes internacionais e os Estados Unidos, em décimo, com 663 estadunidenses<sup>6</sup>. No sentido inverso, o Brasil enviou mais do que o dobro de estudantes para o exterior (43.438), sendo os EUA o principal destino com 13.349, seguindo-se Portugal com 6.372 estudantes, França com 4.311, Alemanha com 3.790 e Reino Unido com 2.713.

<sup>4</sup> De acordo com mapa online *Global Flow of Tertiary-Level Students* (Unesco Institute for Statistics, 2018), consultado em 30 de abril de 2018, os EUA receberam 907.251 estudantes internacionais a nível de graduação e pós-graduação, que estudaram no exterior por um período de pelo menos um ano, sendo 291.063 da China, 112.714 da Índia e 63.952 da Coreia do Sul. No fluxo inverso, enviaram 68.580 alunos para estudar fora, sendo o Reino Unido o principal destino (15.378), seguido pelo Canadá (8.355) e Granada, no Caribe (4.543). O Reino Unido, por sua vez, hospedou 430.687 estudantes internacionais, grande parte chineses (91.518), indianos (18.177) e nigerianos (17.881). Na mobilidade inversa, os principais destinos foram EUA (9.601), Austrália (2.019), França (1.995), Alemanha (1.798).

<sup>5</sup> Dos três primeiros destinos da mobilidade internacional de estudantes dos EUA, 41,1% eram países de língua inglesa: Reino Unido, Canadá e Grenada. Os EUA posicionaram-se como o principal país anfitrião dos estudantes do Reino Unido, respondendo por 29% do fluxo (Unesco Institute of Statistics, 2018).

<sup>6</sup> Dados referentes ao Brasil são de 2015 (Unesco Institute for Statistics, 2018).

Na análise da mobilidade internacional restrita a Portugal<sup>7</sup>, verificou-se um fluxo ligeiramente maior de estudantes recebidos (16.888) em relação aos enviados para o exterior (12.335). O principal país de origem dos estudantes internacionais foi o Brasil (6.372), seguido de Angola (2.761). Estes dados mostram que 54% dos estudantes internacionais que frequentam instituições de ensino superior em Portugal são falantes da língua portuguesa e provenientes das suas duas maiores ex-colónias. Por sua vez, Brasil e Angola não estão entre os principais países de destino dos portugueses, que optam por estudar no Reino Unido (2.709) e França (1.857), seguindo-se a Espanha (1.586) e os Estados Unidos (887). O Brasil surge apenas no quinto destino de preferência (806).

Há, obviamente, uma conjunção de fatores a influenciar o desenho das rotas, tais como a condição económica dos estudantes, a proximidade geográfica ou histórico-cultural entre os países, fatores relacionados com o clima e com a segurança, e a indução dos rankings mundiais de universidades<sup>8</sup>. Porém, não podemos deixar de considerar uma nova forma de *colonialidade de poder* moldada no mapa-múndi da mobilidade internacional, e que se serve da hegemonia do inglês para acesso a centros científicos e tecnológicos de excelência nos Estados Unidos, Reino Unido<sup>9</sup>, Canadá, Austrália, bem como a instituições de referência situadas em países não anglófonos, a exemplo da Alemanha, que passaram a oferecer cursos em língua inglesa como estratégia comercial de recrutamento (Lasanowski, 2013, p. 204), ou seja, enquanto “negócio de exportação” (Holford, 2014, p. 22).

Nas Américas, o “poder” de atração de estudantes internacionais está, conforme as estatísticas da Unesco, fortemente concentrado nos Estados Unidos e a receita gerada a partir desta mobilidade revela-se “intrinsecamente ligada às economias nacionais, regionais e estaduais” (Spears, 2014, p. 155). Por conseguinte, Estados Unidos e Reino Unido destacam-se como os destinos mais populares no mapa-múndi das rotas da mobilidade, constituindo-se espécies de *Mecas do Conhecimento* para onde fluem “três em cada dez estudantes internacionais atualmente” (Lasanowski, 2013, p. 195).

No entanto, Estados Unidos e Reino Unido não despontam como países que mais estudantes enviam para o exterior, posição ocupada pela China, Índia e Alemanha<sup>10</sup>. Por este prisma, como se pode perceber, as rotas de mobilidade internacional evidenciam muitos desequilíbrios. Mesmo entre os países com posições semiperiféricas no contexto mundial, os dois sentidos de uma mesma rota de mobilidade mostram-se bastante assimétricos. Embora Brasil e Portugal tenham os EUA e o Reino Unido, em grande

<sup>7</sup> Dados referentes a Portugal são de 2016 (Unesco Institute for Statistics, 2018).

<sup>8</sup> Referente aos fatores a influenciar a mobilidade de estudantes portugueses, apesar do apoio financeiro da União Europeia com a concessão de bolsas, “o custo de vida e a distância geográfica ainda são relevantes para explicar os fluxos de estudantes entre países” (Cunha & Santos, 2017, p. 56).

<sup>9</sup> Desde o Processo de Bolonha, na virada do século, as universidades e o governo do Reino Unido empenham-se no recrutamento de estudantes de fora da Europa, sendo as propinas pagas pelos estudantes uma importante fonte de receita – o valor ronda os 11 mil euros por ano, o “mais alto da União Europeia” (Viana, 2018, p. 14).

<sup>10</sup> Entre os países que mais hospedaram estudantes internacionais estão os Estados Unidos (907.251), seguido pelo Reino Unido (430.687) e Austrália (335.512), todos falantes da língua inglesa. China (847.259), Índia (278.383) e Alemanha (117.921) são os que apresentaram maior quantitativo de estudantes no exterior (Unesco Institute for Statistics, 2018).

medida, como países anfitriões dos seus programas de mobilidade, apenas 1,3% de estudantes estadunidenses e 0,7% dos britânicos escolheram, no período analisado, estudar em instituições brasileiras e portuguesas. No sentido oposto, 38% de brasileiros e portugueses foram para instituições de ensino e pesquisa sediadas nos EUA e 28% no Reino Unido (Unesco Institute for Statistics, 2018).

Esta última tendência não deixa, de algum modo, de revelar que as universidades brasileiras e portuguesas, tal como as de muitos países semiperiféricos e periféricos na perspetiva da economia mundial, estão longe de admitir outra alternativa que não seja a subordinação às premissas de uma colonialidade epistemológica técnico-científica euro(norte)americana. Estamos a tentar perceber criticamente o “*dark side* emergente na universidade”, que traduz uma rutura com o seu *ethos* enquanto *instituição* moderna assente “numa ampla visão ética, educativa e cultural” para uma *organização* de tipo empresarial que se guia cada vez mais por “interesses espúrios do capitalismo, crescentemente internacionalizado” (Afonso, 2017, p. 8). Dado o facto de a mobilidade estudantil ocorrer predominantemente do lado de cá da *linha do pensamento abissal*, (para usar a expressão de Boaventura Sousa Santos), nesta fase atual de hegemonia epistémica do Norte, o conhecimento científico produzido pelos países centrais é inevitavelmente o mais procurado. Neste sentido, do nosso ponto de vista, a rutura com os atuais padrões de mobilidade internacional no campo do estudo e da pesquisa só poderá ocorrer quando muitos países deixarem de ser apenas consumidores e passarem a ser também produtores de conhecimento científico e técnico avançado e/ou quando se reconhecer o valor de outros conhecimentos e epistemologias (“epistemologias do sul”), para o que é necessária “uma luta pela justiça cognitiva global [que] para ser bem sucedida exige um pensamento pós-abissal” (Santos, 2009, p. 32).

Paradoxalmente, em países semiperiféricos como Portugal e Brasil, uma das críticas à universidade é a de que esta continua atrasada justamente porque não segue os padrões supostamente mais avançados de outros países. A este propósito, escreve um autor (ex-reitor): “colocar o Brasil no cenário educacional do mundo é responsabilidade da universidade. Para isso, é imprescindível que, nas relações complexas de trocas internacionais, tenhamos sistemas educacionais que sejam valorizados e compatíveis com os centros intelectuais e econômicos do mundo contemporâneo” (Almeida Filho, 2008, pp. 179-180). No entanto, como assinala Edgardo Lander, esta reação deve ter em conta “o processo ideológico da naturalização da sociedade de mercado” em que a própria produção de “pensamento não se distingue da propaganda” (Lander, 2015, pp. 46-55).

No nosso entender, uma reflexão crítica que ponha em questão as universidades do Sul Global deve passar pela tomada de consciência dos atuais processos de globalização no que diz respeito à produção do conhecimento<sup>11</sup>. Não estamos aqui a posicionar-nos contra a internacionalização no ensino superior, mas a chamar a atenção para o facto de que, nas atuais condições históricas, as profundas assimetrias na mobilidade científica

<sup>11</sup> Tendo em mente as “especificidades do capitalismo” dos países centrais e o seu avanço sobre as instituições de ensino superior em economias semiperiféricas, podemos vislumbrar, na esteira do estudo de Silva-Júnior (2017, p. 251), a construção de “novas universidades portuguesas e brasileiras”.

(de estudantes e investigadores) não deixam de algum modo de perpetuar (e até revigorar) relações *neocoloniais* de dominação e injustiça. Sob esta perspetiva, alinhada ao que autores pós-coloniais latino-americanos designam de des/decolonizar as universidades, acreditamos ser possível incentivar (também) a procura de rotas alternativas de internacionalização que não assentem na mera hipervalorização de projetos e estratégias individuais para uma inserção mais vantajosa no novo capitalismo financeiro e cognitivo, mas que mobilizem projetos coletivos, nomeadamente na procura de soluções científicas, técnicas, culturais e educacionais para os problemas que esse mesmo capitalismo não é capaz de resolver. Estas alternativas têm também de ser acompanhadas pela quebra do monopólio da língua inglesa, porque o “monolinguismo (inglês) é reivindicado como condição para a modernização, enquanto a multiplicidade de linguagens é um incômodo” (Barrantes-Montero, 2018, p. 5).

Aliado ao que isto significa e implica, podemos também refletir sobre o paradoxo do fenómeno da internacionalização, que ao mesmo tempo que se agiganta em razão de uma demanda ampliada, a envolver estudantes de culturas linguísticas de todo o mundo, também se empobrece por limitar-se ao imperativo da língua franca da economia global. Assim, a *globalização da língua inglesa* implica também na sua vulgarização, o que pode, no futuro, levar à valorização de outras línguas para efeitos de mobilidade estudantil e de mercado de trabalho. Segundo Veronica Lasanowski (2013, p. 205) “futuros empregadores buscarão, a longo prazo, cada vez mais formandos globais (leia-se multilíngue), fazendo com que a oportunidade de aprender em mais de um idioma ou de estudar em inglês em um contexto não-inglês cresça e se torne comparativamente mais popular”.

Por este viés, universidades com cursos em Inglês, mas não falantes da língua inglesa, passam a disputar com Estados Unidos e Reino Unido a competição por estudantes internacionais interessados em se tornar fluentes numa segunda língua estrangeira. Para a linguista britânica, Jennifer Jenkins, esta tendência leva à construção de uma universidade “verdadeiramente internacional” porque adota o Inglês como língua franca, mas também se configura em um espaço multilíngue, o que significa o ensino em uma variedade de idiomas. Porém, sublinha a autora, nas universidades anglófonas, mesmo diante de toda a retórica da diversidade, “o *ethos* predominante continua a ser o desatualizado de aculturação, o oposto diametral de uma abordagem multilíngue” (Jenkins, 2015, pp. 78-79). Sendo assim, as universidades de países anglófonos que mais atraem estudantes internacionais acabam por perpetuar a “cultura monolíngue” e deixam de se beneficiar dos “ricos recursos linguísticos e culturais que os alunos trazem consigo” (Jenkins & Wingate, 2015, p. 48).

#### DA NEGLIGÊNCIA À URGÊNCIA: A POLÍTICA DO ENSINO DE INGLÊS

Na última década, a internacionalização do ensino superior tem tido grande centralidade nas estratégias políticas do Brasil e de Portugal. Posicionados como *semiperiféricos* no sistema económico mundial, os dois países lusófonos investem e implementam



programas de mobilidade na expectativa de fortalecer as suas instituições de ensino e pesquisa, e de obter vantagens no mercado internacional da educação superior. Assim, para além do já existente programa Erasmus, universidades e institutos superiores politécnicos portugueses passam a aceitar, a partir de 2014, estudantes brasileiros bem classificados nas provas nacionais aplicadas pelo Ministério da Educação do Brasil a concluintes do ensino secundário. Por sua vez, no Brasil, a internacionalização ganha relevância política com o Programa Ciência sem Fronteiras, instituído em 2011.

Em ambos os contextos, a mobilidade segue um percurso afinado com as exigências da economia do conhecimento, num padrão de regulação global em que as universidades e centros de pesquisa são *qualificados* por indicadores de produção de resultados. Ao lado de números que mensuram as publicações científicas, as patentes e os serviços especializados, a presença de estudantes internacionais está entre os critérios de classificação de excelência académica numa comparação mundial (Marginson, 2017, p. 7). Portanto, além de ser uma importante fonte de receita, a massa estudantil que busca a educação internacional contabiliza pontos para o *status* posicional destas instituições nos principais rankings mundiais. Não por acaso, a oferta de cursos e de unidades curriculares lecionados em Inglês justifica também o imperativo de reforçar a competitividade do *espaço europeu de ensino superior*.

Assim, as políticas de internacionalização do Brasil e de Portugal devem ser perccionadas nas suas singularidades (por vezes, antagónicas), não obstante estarem ambas imbrincadas numa agenda global hegemónica onde está em desenvolvimento um mercado da educação muito lucrativo. Para Terri Kim (2009, p. 398), estamos diante de uma mobilidade transfronteiriça que contribui para a empresarialização<sup>12</sup> da universidade numa escala global. Este contexto não pode, por isso, deixar de ser problematizado a partir do conceito de colonialidade, uma vez que a educação formal valorizada é a hegemónica e, portanto, “apoiada e financiada por estruturas de poder nacionais e internacionais, com um claro interesse em manter o sistema educacional como um instrumento para assegurar o controle dos meios e dinâmicas de produção” (Barrantes-Monteiro, 2018, p. 3). Trata-se, pois, de uma relação de forças políticas e económicas que, na especificidade da internacionalização recente do ensino superior do Brasil e de Portugal, tem se revelado em sintonia com a agenda da globalização neoliberal.

As recentes alterações nas políticas educativas para o ensino da língua inglesa ilustram bem o que estamos a problematizar. Como vimos, a proficiência em inglês passou a somar-se ao “conjunto das habilidades internacionais” exigidas para as oportunidades

---

<sup>12</sup> A autora emprega o termo “corporatização” recorrente na administração/gestão de grandes empresas privadas (corporações) para aludir à gestão pública contemporânea. No paralelo ao campo da educação pública, Terri Kim observa que a adoção de um novo modelo de governança e gestão de universidades do Reino Unido prioriza a “gestão eficiente” dos recursos em educação superior, e resulta na criação de uma nova estrutura de “gerenciamento hierárquico”. “Isso levou à mudança da natureza da profissão académica. Os académicos universitários são cada vez mais avaliados por meio de procedimentos quantitativos voltados aos negócios” (Kim, 2009, p. 397). E acrescenta mais adiante: “no geral, sugere-se que a condição contemporânea de mobilidade académica transnacional é em grande parte enquadrada pela ‘globalização económica’, e o regime de mercado neoliberal resultou no aumento da governança e gestão corporativista no setor de ensino superior em países como Nova Zelândia, Austrália e Reino Unido” (Kim, 2009, p. 399).

de emprego em “empresas de orientação global” (Lasanowski, 2013, p. 197)<sup>13</sup>. Por conseguinte, a competência da oralidade tem (também) ganhado ênfase nas políticas educativas destes dois países lusófonos. No Brasil, no auge do neoliberalismo na década de 1990, a oralidade não foi uma competência valorizada pela política linguística<sup>14</sup>. O entendimento era de que “somente uma pequena parcela da população [tinha] a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral, dentro ou fora do país” (MEC/SEF, 1998, p. 20). A pesquisadora brasileira Vera Lúcia Menezes de Oliveira Paiva (Amorim, 2015) critica essa visão elitista relativa ao ensino de inglês nas escolas brasileiras e afirma que, ao desconsiderar a relevância social das habilidades da escrita e da oralidade, a política reforçou a discriminação contra as classes populares, que só contavam com a escola pública para aprender um segundo idioma.

A viragem na política do ensino de língua no Brasil ocorre no início dos anos 2000, no embalo das reformas educacionais demandadas pela economia global<sup>15</sup>. A partir de então a *colonialidade de ordem interna* exercida por uma elite dominante no Brasil – e que dificultava o acesso dos mais pobres à educação internacional mediante um ensino precário de língua estrangeira – é vencida por uma *colonialidade de ordem externa*, a impor a hegemonia do inglês para operacionalizar a máquina da internacionalização capitalista do ensino superior. Num estalar quase de dedos, o inglês deixa de ser disciplina secundária para ingressar entre as de maior *status*. Entretanto, não houve tempo nem fôlego no orçamento público para ser possível transpor os obstáculos e vencer a negligência histórica para um ensino de qualidade da língua inglesa nas escolas brasileiras. A instituição do Programa Ciência sem Fronteiras, em dezembro de 2011, defrontou-se com esta problemática a tal ponto que se tornou urgente a criação de políticas adjacentes para melhorar a proficiência de inglês de estudantes universitários, nomeadamente nas habilidades de oralidade e escrita, para fins de internacionalização<sup>16</sup>.

Em Portugal, as inovações nas orientações relativas ao ensino de língua inglesa processaram-se lentamente e a valorização das competências comunicativas podem ser compreendidas no contexto do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas*, de 2001, tendo em vista “os desafios da enorme mobilidade internacional e de uma

<sup>13</sup> “Esse argumento, de que a capacidade de falar inglês é altamente conducente a futuras oportunidades de emprego, vai ainda mais longe na explicação da atratividade dos destinos de língua inglesa” (Lasanowski, 2013, p. 197). E mais adiante, a autora acrescenta: “Dado que os estudantes frequentemente acreditam que as qualificações no exterior são mais valiosas que as “locais”, o facto de os Estados Unidos, o Reino Unido, a Austrália, o Canadá e a Nova Zelândia oferecerem qualificações reconhecidas internacionalmente é um motivador fundamental a “puxar” estudantes internacionais em direção a eles” (Lasanowski, 2013, p. 199).

<sup>14</sup> No Brasil, o ensino de língua estrangeira foi historicamente uma disciplina secundária no currículo escolar. Apenas com a aprovação da Medida Provisória 746 de 2016, que introduziu modificações na Lei de 9.394/1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), passou a ser unidade curricular obrigatória a partir do 6º ano escolar. Até então era obrigatória a oferta de uma língua estrangeira, não necessariamente o inglês.

<sup>15</sup> As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), do Ministério da Educação do Brasil, no terceiro capítulo, dedicado a “Linguagens, Códigos e suas Tecnologias”, traz uma seção específica sobre o ensino de línguas estrangeiras em que se problematiza a importância da proficiência em um idioma estrangeiro dada a “exclusão no ensino em face de valores ‘globalizantes’ e o sentimento de inclusão”, comumente associado ao domínio de um idioma (MEC/SEB, 2006, p. 87).

<sup>16</sup> A baixa proficiência dos estudantes que se candidatam ao Ciência sem Fronteiras revelou-se o maior desafio para cumprir, no prazo de quatro anos, a meta de conceder 100 mil bolsas de estudo. O Ministério da Educação do Brasil viu-se pressionado a instituir o Programa Inglês sem Fronteiras, com o objetivo de propiciar a formação e a capacitação de universitários para os exames de proficiência exigidos para ingresso nas universidades anglófonas (Borges, 2018, p. 2).

cooperação mais próxima não só nos domínios da educação, cultura e ciência, mas também nos domínios do comércio e da indústria” (Conselho da Europa, 2001, p. 22). Para tanto, conforme ainda o documento, as políticas educacionais da Europa precisam estar organizadas em níveis de ensino-aprendizagem comuns para atender as necessidades de uma Europa “multilingue” e “multicultural”. Por isso, após a publicação do QECR, para além do Inglês, uma segunda língua estrangeira passou a compor o currículo escolar e “tanto a interação oral como a produção oral passaram a ser duas das competências que adquiriram maior relevância” na agenda da política do ensino de línguas em Portugal (Martins & Cardoso, 2015, p. 140)<sup>17</sup>. Em suma, a política de ensino de língua inglesa em Portugal visa atingir “um domínio mais exigente e mais harmonizado com os referenciais internacionais existentes” (Decreto-Lei nº 176, 2014, p. 6065).

### O SUBALTERNO PORTUGUÊS NA MOBILIDADE GLOBAL ESTUDANTIL

Na crescente mobilidade global de estudantes, a competência de comunicar em língua inglesa tornou-se condição primordial para participar de programas de estudo e de pesquisa nas universidades melhor posicionadas nos rankings acadêmicos, “os faróis de Alexandria”, nos termos de João dos Reis Silva Júnior (2017, p. 255). Entretanto, argumentamos, com base em dados de pesquisa empírica, que esta competência pode revelar-se mais ou menos impactante nas políticas de mobilidade internacional conforme a combinação de desigualdades. Para além disso, esta soma de fatores pode estar a moldar rotas possíveis, nem sempre desejáveis, para os grupos sociais mais desfavorecidos. Com foco no domínio e no ensino do idioma inglês, apresentamos a seguir uma análise preliminar a comparar Brasil e Portugal.

Embora a escola pública portuguesa, ao contrário da brasileira, conte com uma presença significativa de alunos de classe média, ainda assim, no domínio da língua inglesa, “um número considerável de alunos chega ao ensino superior com grandes lacunas ao nível de competência oral” (Martins & Cardoso, 2015, p. 150). Em Portugal, o Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) do Ministério da Educação e Ciência estabeleceu em 2013 um protocolo com a Universidade de Cambridge para testes de avaliação externa do nível de Inglês nas escolas portuguesas de ensino básico. A meta traçada pelo governo visava que os alunos atingissem no final do 9º ano o nível de proficiência B1 (capacidade de comunicar sobre assuntos simples do quotidiano) de acordo com as recomendações do QECR. Os testes de língua inglesa aplicados nas escolas portuguesas nos anos 2014 e 2015 mostraram resultados piores para as competências de oralidade: 66% e 64% dos alunos do 9º ano obtiveram, respetivamente, desempenho considerado *weak* ou *borderline*, nos componentes de *reading & writing* e *listening* (Sousa et al., 2014, p. 11).

<sup>17</sup> A partir de 2007, com a Portaria nº 1322, a avaliação da oralidade passa a ser uma obrigatoriedade para as línguas estrangeiras, com 30% do peso da nota. De acordo com Martins e Cardoso (2015, p. 140), até então a oralidade em sala de aula das escolas portuguesas, seja na expressão ou na compreensão, detinha “muito pouco (ou nenhum) peso ao nível da abordagem metodológica”. Em relação ao inglês, desde o ano letivo 2015/2016, com a publicação do Decreto-Lei nº 176/2014, o ensino da disciplina foi antecipado em dois anos e passou a ser obrigatório no currículo das escolas portuguesas a partir do 3º ano de escolaridade. Em Portugal, portanto, o ensino de inglês soma dez anos consecutivos até o fim do secundário, três a mais que no Brasil.

Estes dados e o percurso cumprido até aqui levam-nos a refletir até que ponto a proficiência em língua inglesa está a restringir a mobilidade de portugueses para as universidades de elite sediadas em países anglófonos. Naturalmente, para além da questão do domínio da língua inglesa, outros fatores, nomeadamente de ordem económica, influenciam a escolha dos destinos. Entre 33 países europeus que participam do Programa Erasmus +, que conta com suporte financeiro da União Europeia, Espanha e Itália têm sido os dois principais anfitriões dos estudantes portugueses. Em 2015, estes países foram as escolhas de 34,1% dos que participaram do programa europeu de mobilidade. Por sua vez, o Reino Unido aparece no sexto lugar da lista, com 4,6% do total de estudantes. O fluxo inverso apresenta-se bastante equilibrado, com Espanha e Itália a responderem juntas por 35,5% dos seus estudantes recebidos em Portugal. Porém, o Reino Unido aparece numa longínqua 13<sup>a</sup> posição, com apenas 1,7%<sup>18</sup> (European Union, 2017).

No Brasil, o domínio da língua inglesa pelos estudantes que chegam às universidades já se revelou um problema para os programas de internacionalização, muito embora os Estados Unidos sejam o principal destino da mobilidade académica. A análise de uma amostra, composta por 1.283 participantes do Programa Ciência Sem Fronteiras (CsF), que cumpriram parte da graduação em instituições estadunidenses, entre 2012 e 2015, revela que a proficiência se encontra intimamente associada a variáveis de género, raça, classe social e trajetória escolar anterior (escola pública ou privada). Entre as competências analisadas, a conversação foi a de menor domínio, nomeadamente entre as mulheres, os negros, os mais pobres e aqueles que frequentaram escolas públicas, que, no geral, exibem menor qualidade de ensino no Brasil (Borges, 2018, pp. 129-132). Verificou-se então o quanto as desigualdades da sociedade brasileira se refletiram na mobilidade para os Estados Unidos, país que mais recebeu participantes do Ciência sem Fronteiras. Quase 60% dos estudantes declararam ter feito curso de inglês por até 16 semanas naquele país para “aprimorar a proficiência linguística” (Borges, 2018, p. 134).

Estes dados são relevantes porque denunciam como fenómenos sociais impulsionados pela globalização da educação são permeados por uma complexa rede de relações de poder e interagem com fatores de ordem social para perpetuar e ampliar injustiças e desigualdades em distintas sociedades. No programa Ciência sem Fronteiras, por exemplo, a inexistência de barreira linguística em Portugal para estudantes internacionais do Brasil pode explicar, em grande medida, a razão pela qual as instituições portuguesas de ensino superior se tornaram a única opção para muitos estudantes. Talvez por isso, diante do elevado número de candidatos, o governo brasileiro tenha suspenso a mobilidade para Portugal, sob o argumento de que o programa também objetivava melhorar a proficiência em língua estrangeira. Em decorrência dessa ação, “a parceria com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) foi escanteada em detrimento

<sup>18</sup> Respetivamente, 1.882 e 1.070 estudantes portugueses foram estudar na Espanha e Itália. O Reino Unido recebeu 386 estudantes portugueses em 2014. No fluxo inverso, Portugal recebeu 2.655 estudantes espanhóis e 1.822 italianos. O Reino Unido enviou 219 estudantes para instituições portuguesas em 2015 pelo Programa Erasmus+. Na Europa, o principal destino dos estudantes britânicos e da Irlanda do Norte é a França, que recebeu 24,8% dos participantes do Erasmus+. Portugal ficou em 15º lugar, sendo a escolha de 1,2% dos 31.067 estudantes do Reino Unido que participaram do programa (tabela ANNEX 13 – KA 103, European Union, 2017, pp. 32-33).

de parceiros, em especial, anglófonos” (Borges & Garcia-Filice, 2016, p. 9). Estudantes transferidos para os EUA alegaram, como motivo pela opção por Portugal, a dificuldade com a língua inglesa (Borges & Afonso, 2017, p. 82):

o curso de idioma representa um grande passo para adquirir a bolsa porque, por exemplo, se você tem proficiência em inglês você pode aplicar para a bolsa para vários países. Não foi o meu caso. Porque eu não tinha proficiência em nenhuma língua e havia me candidatado para Portugal. (Entrevistado 1)

No meu caso, eu fui remanejado para os EUA, pois na verdade eu havia aplicado para a bolsa em Portugal. Desta forma, se não fosse este remanejamento dos estudantes para outros países, eu não estaria apto a poder prestar a bolsa para os EUA, pois eu nunca tive a oportunidade de fazer um curso de inglês. (Entrevistado 2)

Muito embora os Estados Unidos sejam o principal destino de estudantes brasileiros, Portugal aparece sempre nas estatísticas oficiais na posição seguinte<sup>19</sup>. Assim, se por um lado, a língua portuguesa aparece *subalterna* na dinâmica da globalização hegemônica da educação, por outro lado, apresenta-se como opção contra-hegemônica para grupos de estudantes socialmente menos favorecidos e que se fazem visíveis nas rotas de mobilidade internacional. Face a um quadro de extremas desigualdades para a aquisição de competências de línguas estrangeiras, para muitos estudantes brasileiros, bem como de outras ex-colônias portuguesas, Portugal é a *metrópole do conhecimento* que lhes é possível alcançar. Por conseguinte, acabam por ser os filhos dos grupos sociais privilegiados, com maior capital econômico e capital cultural (de que a fluência em inglês é um indicador), aqueles que têm maiores chances de adquirir o estatuto de estudante internacional e de frequentar as universidades, sobretudo dos EUA e do Reino Unido, situadas no topo dos rankings mundiais.

Uma questão fundamental que se deve colocar é a de saber se pode haver políticas públicas que fomentem a mobilidade internacional de forma mais justa e igualitária. O caminho pode ser encontrado, de algum modo, na forma como dermos resposta ao título deste artigo, inspirado no pensamento pós-colonial da teórica indiana Gayatri Spivak (1988) – *Can the subaltern speak?* Ele nos serviu de partida para problematizar as desigualdades invisibilizadas e perpetuadas pela hegemonia da língua inglesa na dinâmica da mobilidade global de estudantes. Sinalizámos a impossibilidade de construir um pensamento crítico sobre as consequências da economia capitalista do conhecimento

<sup>19</sup> Tendo por referência as distintas modalidades de mobilidade internacional do Brasil, Portugal “se torna o quinto país mais popular, provavelmente devido a compartilharmos a mesma língua” (CAPES, 2017, p. 45). Entretanto, diferentemente de Portugal, onde a mobilidade ocorre desde o nível de licenciatura, nomeadamente com o Erasmus+, no Brasil o foco, após o declínio do Ciência sem Fronteiras em 2016, centra-se na pós-graduação. Ainda assim, um estudo com 312 instituições brasileiras de ensino superior, divulgado em outubro de 2017 pelo Ministério da Educação, coloca “Portugal em segundo lugar com 1% a menos somente que os EUA na percentagem de solicitação de bolsas (de pós-graduação) em 2016” (CAPES, 2017, p. 13).

sem pôr em questão a colonialidade do poder/saber que, até onde fomos capazes de discorrer, se revela entrelaçada a novas formas de dominação, exploração e produção de desigualdades. ✍

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é financiado pelo CIEd – Centro de Investigação em Educação, projetos UID/CED/1661/2013 e UID/CED/1661/2016, Instituto de Educação, Universidade do Minho, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

## REFERÊNCIAS

- Afonso, A. J. (2017). Prefácio. Da universidade à commoditycidade: mudança ou metamorfose na educação superior? In L. Bianchetti & V. Sguissardi (Eds.), *Da universidade à commoditycidade: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado* (pp. 7-12). Campinas: Mercado de Letras.
- Almeida-Filho, N. (2008). Universidade nova no Brasil. In B. de S. Santos & N. Almeida-Filho, *A Universidade no século XXI: para uma universidade nova* (pp. 79-184). Coimbra: Almedina/CES.
- Amorim, R. (2015, 10 de junho). “É preciso investir na formação dos professores” [Entrevista a Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva]. *Jornal do Professor*. Retirado de <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idEdicao=129&idCategoria=8>
- Barrantes-Monteiro, L. G. (2018). Phillipson's Linguistic Imperialism Revisited at the light of Latin American Decoloniality Approach. *Revista Electrónica Educare*, 22(1), 1-19. DOI: 10.15359/ree.22-1.1
- Borges, R. A. (2018). *Do Brasil aos EUA: a barreira do inglês na mobilidade de estudantes. Um estudo sobre identidades e desigualdades refletidas no Programa Ciência sem Fronteiras*. Berlim: Novas Edições Acadêmicas.
- Borges, R. A. & Afonso, A. J. (2017). Brasil e Portugal: a mobilidade estudantil no espaço da internacionalização. In G. S. Carvalho & M. L. Dionísio (Eds.), *Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação - Livro de Resumos do II ENJIE* (pp. 79-84). Braga: CIEd e CIEC.
- Borges, R. A. & Garcia-Filice, R. C. (2016). Entre Portugal e Estados Unidos: o impacto das desigualdades em duas rotas do Programa Ciência sem Fronteiras. In *Portugal, Território de Territórios - Livro de atas do IX Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. Retirado de [http://www.aps.pt/ix\\_congresso/actas](http://www.aps.pt/ix_congresso/actas)
- Conselho da Europa. (2001). *Quadro Europeu Comum de Referência para as línguas: aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições ASA. Retirado de <http://www.dge.mec.pt/quadro-europeu-comum-de-referencia-para-linguas>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. (2017). *A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela CAPES*. Brasília: Diretoria de Relações Internacionais da CAPES/MEC.
- Cunha, A. & Santos, Y. (2017). *Erasmus'30. A história do programa e a participação dos estudantes portugueses*. Lisboa: Letras Errantes/Bookbuilders.
- Decreto-Lei nº 176/14. (2014). Inglês como disciplina obrigatória a partir do 3º ano. *Diário da República*, 1ª série, 240, 6064-6068. Ministério da Educação e da Ciência.

- European Union. (2017). *ANNEX 13 - KA 103 - Higher Education mobility within programme countries - Students by sending/receiving country - Call 2015. Annual Report 2016. Statistical Annex Erasmus+. Enriching lives, opening minds*. Bruxelas: European Commission.
- Holford, J. (2014). The lost honour of the social dimension: Bologna, exports and the idea of the university. *International Journal of Lifelong Education*, 33(1), 7-25. DOI: 10.1080/02601370.2013.873210
- Jenkins, J. (2015). Repositioning English and multilingualism in English as a Lingua Franca. *Englishes in Practice*, 2(3), 49-85. DOI: 10.1515/eip-2015-0003
- Jenkins, J. & Wingate, U. (2015). Staff and students' perceptions of English language policies and practices in 'international' universities: a case study from the UK. *Higher Education Review*, 47(2), 47-73.
- Kim, T. (2009). Transnational academic mobility, internationalization and interculturality in higher education. *Intercultural Education*, 20(5), 395-405. DOI: 10.1080/14675980903371241
- Lander, E. (2015). Conocimiento para que? Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. In Z. Palermo, S. Castro-Gómez, E. Lander, W. Mignolo, R. Segato & C. Walsh, *Des/decolonizar la universidad* (pp. 41-67). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo.
- Lasanowski, V. (2013). Can speak, will travel: the influence of language on global student mobility. In R. Bhandari & P. Blumenthal (Eds.), *International students and global mobility in higher education* (pp. 193-209). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Marginson, S. (2017). Do rankings drive better performance? *International Higher Education*, 89, 6-8. DOI: 10.6017/ihe.2017.89.9762
- Martins, C. S., & Cardoso, M. N. (2015). Let's talk, shall we? A oralidade no ensino do inglês em Portugal. *Saber & Educação. Perspetivas Didáticas e Metodológicas no Ensino Básico*, 20, 138-158.
- Mignolo, W. (2010). *Desobediência epistémica: retórica de la Modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la colonialidad*. Buenos Aires: Ediciones Del Signo.
- Ministério da Educação. (1998). *Parâmetros curriculares nacionais. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Língua estrangeira*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF).
- Ministério da Educação. (2006). *Linguagens, códigos e suas tecnologias. Orientações curriculares para o Ensino Médio, vol.1*. Brasília: Secretaria de Educação Básica MEC/SEB).
- Nogueira, M. A. (2017). Quando a meritocracia se vê ameaçada, o que ocorre com os padrões (históricos) da excelência escolar? In L. L. Torres & J. A. Palhares (Eds.), *A excelência acadêmica na escola pública portuguesa* (pp. 228-235). Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Portaria nº 1322/07. (2007). Define carga horária de língua estrangeira. *Diário da República*, 1ª série, 192, 7107-7123.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 37(17), 4-28.
- Santos, B. de S. (2009). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Coimbra: Almedina/CES.
- Santos, E. & Schor, P. (2013). Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogos: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam. *Estudos Feministas*, 21(2), 701-725. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000200020
- Silva-Júnior, J. dos R. (2017). *The new Brazilian university. A busca por resultados comercializáveis: para quem?* Bauru: Canal 6.

- Sousa, H., Marôco, J., Sampaio, M. M., Simões, P., Pereira, S. & Castanheira, T. (2014). *Teste key for schools. Resultados 2014. Sumário executivo*. Lisboa: Instituto de Avaliação Educativa (IAVE)/MEC.
- Spears, E. (2014). O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação. *Revista Eletrônica de Educação*, 8(1), 151-163. DOI: 10.14244/198271991026
- Spivak, G. C. (1988). Can the Subaltern Speak? In C. Nelson, L. Grossberg, C. Nelson, & L. Grossberg (Eds.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271-313). Urbana; Chicago: University of Illinois Press.
- Unesco. (2000). *Science for the twenty-first century. A new commitment. Declaration on science and the use of scientific knowledge. Science agenda-framework for action*. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122938eo.pdf>
- Unesco Institute for Statistics. (2018). *Global flow of tertiary-level students*. Retirado de <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>
- Viana, C. (2018, 25 de março). Greve também é sinónimo de universidade? No Reino Unido, sim. *Público*, pp. 14-15.

#### NOTAS BIOGRÁFICAS

Rovênia Borges é doutoranda em Ciências da Educação (Política Educativa) e investigadora do Centro de Investigação em Educação do Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal. Mestre em Educação e licenciada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade de Brasília, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8259-5623>

Email: roveniaa@gmail.com

Morada: Ministério da Educação, Bloco L, Edifício-Sede, Sala 903, Esplanada dos Ministérios, 70047-900, Brasília, DF, Brasil

Almerindo Afonso é sociólogo, Doutor em Educação, Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais da Educação e investigador do Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, Portugal.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9879-5814>

Email: ajafonso@ie.uminho.pt

Morada: Instituto de Educação, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710057, Braga, Portugal

\* **Submetido: 14.05.2018**

\* **Aceite: 12.07.2018**



## **WHY SUBALTERN LANGUAGE? YES, WE SPEAK *PORTUGUESE!* FOR A CRITIQUE OF THE COLONIALITY OF LANGUAGE IN INTERNATIONAL STUDENT MOBILITY**

**Rovênia Borges & Almerindo Janela Afonso**

---

### **ABSTRACT**

The ability to communicate in English is often associated with the condition of social class, gender and other factors of cultural identity. In this early 21<sup>st</sup> century, it has become one of the main constraints to participate in study and research programs in universities with top academic rankings. However, in many countries with too many educational inequalities, namely in Portugal and Brazil, the hegemony of the English language is a worrying factor for the internationalisation policies aimed at the high qualification of researchers in several scientific areas, especially those that lead to innovation and bring added value to the knowledge economy. From a comparative perspective, and taking into account some assumptions of postcolonial critical theories, this article presents a critical reflection on how English language teaching policies in the countries mentioned have acted to reinforce inequalities in terms of international student mobility.

### **KEYWORDS**

English language; Brazil/Portugal; internationalisation; inequalities; coloniality

---

## **WHY SUBALTERN LANGUAGE? YES, WE SPEAK *PORTUGUESE!* PARA UMA CRÍTICA DA COLONIALIDADE DA LÍNGUA NA MOBILIDADE ESTUDANTIL INTERNACIONAL**

### **RESUMO**

Comunicar fluentemente em língua inglesa, possibilidade vulgarmente associada à condição de classe social e à posse de outros bens posicionais, tornou-se uma das principais vantagens competitivas para participar de programas de estudo e de pesquisa em universidades bem localizadas nos rankings académicos. A nível mais geral, face às desigualdades sociais e educacionais, nomeadamente em Portugal e no Brasil, a hegemonia da língua inglesa constitui um obstáculo para os países de língua portuguesa que investem em políticas de internacionalização para a qualificação avançada de pesquisadores em áreas científicas, nomeadamente naquelas que induzem inovação e trazem mais-valias para a economia do conhecimento. Sob perspetiva comparada, e tendo em conta alguns pressupostos das teorias críticas pós-coloniais, este artigo faz uma reflexão sobre como as políticas da língua inglesa nos países acima referidos contribuem para reforçar desigualdades e desvantagens para muitos candidatos a programas de mobilidade científica internacional.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Língua inglesa; Brasil/Portugal; internacionalização; desigualdades; colonialidade

---

## UNDER THE COLONIALITY OF THE *LINGUA FRANCA* OF KNOWLEDGE

Despite the previous economic, cultural and military power of the British Empire, it was after World War II that English reached the predominance that it has today as a linguistic vehicle supporting the multiple international interactions. Indeed, as the conflict ended, and in the condition of “victorious”, the USA and England adopted strategies, which even disputed and contestable, have been effective to build and maintain the current hegemony of the English language. Not indifferent to this was the acceleration of the dynamics of globalisation, which has strongly contributed to the fact that English keeps assuring itself as a *lingua franca*<sup>1</sup> in international relations (political, economic, commercial, scientific, cultural, educational...), becoming also a dominant vehicle of exchange and collaboration in (and between the) various higher education institutions and research centres in different countries.

As a corollary of its broadened irradiation on a global scale, English today extends to different dimensions of social life, many of which are impregnated with a Euro(north) American hegemonic vision, generically referable to the *coloniality of power* – an expression used by the Peruvian sociologist Aníbal Quijano (2002, p. 4) to refer to a matrix, or “global pattern of power”<sup>2</sup>, which includes as articulated constitutive elements the forms of domination by racialized social stratification, by the capitalist exploitation of labour and by the Euro(north)American<sup>3</sup> way of producing scientific and technological knowledge.

For authors of Latin American postcolonial studies, coloniality expanded, especially from the sixteenth century, with the arrival of the Iberian conquerors to the Americas, initiating the proselytising and violent inculcation of religious beliefs, and imposing other languages, cultures and visions of the world, (self)justified by the supposed supremacy of the nascent European *modernity*. From then on, the colonial matrix of power that was under the leadership of Portugal and Spain between 1500 and 1750, developed in the Catholic-Iberian phase of modernity and domination of the most profitable mercantile route of the globe, the South Atlantic (Barrantes-Monter, 2018, p. 10). However, from the eighteenth century onwards, with the economic rise of England, France and Germany over southern Europe, as living languages of two declining Iberian empires, Portuguese and Spanish gradually began to lose strength.

But regardless of this change in colonial power relations, the fact is that after the (formal or conventional) end of European colonialism, its ideological legacies and its

<sup>1</sup> *Lingua franca* means that the language is used “as a contact language among speakers from different first languages” (Jenkins, 2015, p. 56). This role was already played by Latin, which was the cultured and socially prestigious language taught until approximately the XVI-XVII centuries, when it was gradually replaced by the “*lingua franca* of the Discoveries and subsequent imperialist powers” (Martins & Cardoso, 2015, p. 141).

<sup>2</sup> Walter Mignolo (2010, p. 12) adds that the colonial matrix is a complex structure of distinct levels of coloniality of power intertwined in order to gain control of the economy, authority (State), nature and natural resources, gender and sexuality, subjectivity and knowledge (way of thinking and producing knowledge).

<sup>3</sup> According to Silva Júnior (2017, p. 14), since the mid-1990s, both European universities, with the Bologna Process, and Brazilian universities, with the neoliberal policy adopted in the governments of Fernando Henrique Cardoso, have undergone a “process of significant mutation towards the Anglo-Saxon model under the hegemony of the American version”. Therefore, instead of *Eurocentrism* we chose to update the term *Euro(north)American*, inspired by Quijano.

cultural instruments of oppression continued to interfere strongly in social relations in Brazil and other countries, including Latin American and African. Outside of the historical period of colonialism, but still marked by the *coloniality of power*, English continues to consolidate itself as a *lingua franca* of the production and dissemination of technical and scientific knowledge in different areas, functioning also, and increasingly more so, as an instrument of construction of new subjectivities and new cognitive ways of perceiving and interpreting the world. According to Robert Stam, “in the international division of intellectual work”, the trend that has been maintained, since the beginning of historical modernity, is that of the growing cultural and scientific Eurocentric domain, (supposedly) more advanced than other knowledge and cultures, exalting “the thinkers of the Global North to the detriment of the thinkers of the Global South” (Stam in an interview with Santos & Schor, 2013, p. 703).

Also in the last three decades, the hegemony of the English language has become one of the mainstays of the (capitalist) internationalisation *boom* of higher education. Among other reasons, the more intense flow of students crossing national borders can be explained not only by the new opportunities opened by globalisation, but also because many families, especially the new middle classes, are betting on the internationalisation of their children’s studies (Nogueira, 2017) and “often believe overseas qualifications to be more valuable than ‘local’ ones” (Lasanowski, 2013, p. 199). As a result, international student routes are predominantly focused on institutions offering courses in English, with the most prestigious ones being (or seeking to be) the best places in world rankings.

Data available online at the official Unesco Institute for Statistics (2018) website point to the United States and the United Kingdom as the countries that most recruit international students<sup>4</sup>. Apart from the reciprocal mobility between these countries, it is also noted that, from them, the options also go towards other Anglophone capitalist countries<sup>5</sup>. With regard to international mobility routes to Brazil, this statistical survey indicates the demand for this country by 19.855 students from 199 different nationalities, the most significant being Angola (2.317), Colombia (1.627), Peru (1.409), Paraguay (1.082) and Argentina (1.061). Portugal comes in eighth, with 806 international students and the United States, in tenth, with 663 Americans<sup>6</sup>). Conversely, Brazil sent more than twice as many students abroad (43.438), with the United States as the main destination with 13.349, followed by Portugal with 6.372 students, France with 4.311, Germany with 3.790 and the United Kingdom with 2.713.

<sup>4</sup> According to the online map of Unesco Institute for Statistics 2018 (Global Flow of Tertiary-Level Students), consulted on 30 April 2018, the US received 907.251 international undergraduate and graduate students who studied abroad for a period of at least one year, 291,063 from China, 112,714 from India and 63,952 from South Korea. In the reverse flow, it sent 68.580 students to study abroad, with the UK being the main destination (15.378), followed by Canada (8.355) and Grenada, in the Caribbean (4.543). The United Kingdom, in turn, accommodated 430,687 international students, mostly Chinese (91.518), Indians (18.177) and Nigerians (17.881). In reverse mobility, the main destinations were the USA (9.601), Australia (2.019), France (1.995), Germany (1.798).

<sup>5</sup> Of the first three destinations for international mobility of US students, 41,1% were English-speaking countries: The United Kingdom, Canada and Grenada. The United States ranked as the main host country for students in the UK, accounting for 29% (Unesco Institute of Statistics, 2018).

<sup>6</sup> Data referring to Brazil are from 2015 (Unesco Institute for Statistics, 2018).

In the analysis of international mobility restricted to Portugal<sup>7</sup>, there was a slightly higher flow of students received (16.888) than those sent abroad (12.335). The main country of origin of international students was Brazil (6.372), followed by Angola (2.761). These data show that 54% of international students attending higher education institutions in Portugal are Portuguese speakers and come from their two largest ex-colonies. On the other hand, Brazil and Angola are not among the main destination countries of the Portuguese, who choose to study in the United Kingdom (2.709) and France (1.857), followed by Spain (1.586) and the United States (887). Brazil appears only as the fifth preferred destination (806).

There is of course a combination of factors influencing the design of the routes, such as the economic condition of students, geographic or historical-cultural proximity between countries, climate and safety factors, and the induction of world rankings<sup>8</sup> of universities. However, we cannot but consider a new form of *coloniality of power* moulded in the world map of international mobility, using the hegemony of English for access to scientific and technological centres of excellence in the United States, United Kingdom<sup>9</sup>, Canada, Australia, as well as reference institutions located in non-English speaking countries, such as Germany, which started to offer courses in English as a commercial recruitment strategy (Lasanowski, 2013, p. 204), that is, as an “export business” (Holford, 2014, p. 22).

In the Americas, the “power” to attract international students is, according to Unesco statistics, heavily concentrated in the United States and the revenue generated from this mobility is “intrinsically linked to national, regional and state economies” (Spears, 2014, p. 155). As a result, the United States and the United Kingdom stand out as the most popular destinations on the world map of mobility routes, becoming a sort of *Knowledge Mecca* where “three in every ten overseas students currently flow” (Lasanowski, 2013, p. 195).

However, the United States and the United Kingdom do not emerge as countries that send more students abroad, a position occupied by China, India and Germany<sup>10</sup>. From this perspective, as can be seen, the international mobility routes show many imbalances. Even among countries with semi-peripheral positions in the world context, the two directions of the same mobility route are quite asymmetrical. Although Brazil and Portugal had the United States and the United Kingdom largely as host countries of their mobility programs, only 1,3% of US students and 0,7% of British students chose to study

<sup>7</sup> Data referring to Portugal are from 2016 (Unesco Institute for Statistics, 2018).

<sup>8</sup> Regarding the factors influencing the mobility of Portuguese students, despite the financial support of the European Union with the granting of scholarships, “the cost of living and geographic distance are still relevant to explain student flows between countries” (Cunha & Santos, 2017, p. 56).

<sup>9</sup> Since the Bologna Process, at the turn of the century, universities and the UK government are engaged in recruiting students from outside Europe, with tuition paid by students an important source of revenue - the value is around 11 thousand euros per year, the “highest in the European Union” (Viana, 2018, p. 14).

<sup>10</sup> Among the countries that most accommodated international students are the United States (907.251), followed by the United Kingdom (430.687) and Australia (335.512), all English speakers. China (847.259), India (278.383) and Germany (117.921) have the largest number of students abroad (Unesco Institute for Statistics, 2018).

in Brazilian and Portuguese institutions. In the opposite direction, 38% of Brazilians and Portuguese went to US-based teaching and research institutions and 28% to the United Kingdom (Unesco Institute for Statistics, 2018).

This last trend does not in any way reveal that Brazilian and Portuguese universities, like those of many semi-peripheral and peripheral countries in the perspective of the world economy, are far from accepting any other alternative than subordination to the premises of a scientific-technical epistemological Euro(north)American coloniality. We are trying to critically understand the “emerging *dark side* at university”, which translates a rupture with its *ethos* as a modern institution based “on a broad ethical, educational and cultural vision” for a business-like *organisation* that is increasingly guided by “spurious interests of capitalism, increasingly internationalized” (Afonso, 2017, p. 8). Given the fact that student mobility occurs predominantly on this side of the *abyssal line of thought* (to use Boaventura Sousa Santos’s expression), in this current phase of epistemic hegemony in the North, the scientific knowledge produced by the central countries is inevitably the most wanted. In this sense, from our point of view, the break with the current standards of international mobility in the field of study and research can only occur when many countries stop being just consumers and become also producers of advanced scientific and technical knowledge and/or when the value of other knowledge and epistemologies (“epistemologies of the South”) is recognized, for what is necessary “a struggle for global cognitive justice [that] to succeed requires a post-abyssal thought” (Santos, 2009, p. 32).

Paradoxically, in semi-peripheral countries like Portugal and Brazil, one of the criticisms to university is that it continues to be delayed precisely because it does not follow the supposedly more advanced standards of other countries. In this regard, one author (ex-chancellor) writes: “putting Brazil in the educational landscape of the world is the responsibility of the university. For this, it is imperative that, in the complex relations of international exchanges, we have educational systems that are valued and compatible with the intellectual and economic centres of the contemporary world” (Almeida Filho, 2008, pp. 179-180). However, as Edgardo Lander points out, this reaction must take into account “the ideological process of the naturalisation of the market society” in which the very production of “thought is not distinguished from propaganda” (Lander, 2015, pp. 46-55).

In our opinion, a critical reflection that calls into question the universities of the Global South must be made aware of the current processes of globalisation with regard to the production of knowledge<sup>11</sup>. We are not here to oppose internationalisation in higher education, but to draw attention to the fact that, in the present historical conditions, the profound asymmetries in scientific mobility (of students and researchers) do not leave some way of perpetuating (and even reinvigorate) *neocolonial* relations of domination and injustice. Under this perspective, in line with what postcolonial Latin American authors call decolonise universities, we believe it is possible to (also) encourage the

<sup>11</sup> Bearing in mind the “specificities of capitalism” of the central countries and their advance on institutions of higher education in semi-peripheral economies, we can see in the wake of Silva-Júnior’s study (2017, p. 251) the construction of “new Portuguese and Brazilian universities”.

search for alternative routes of internationalisation that do not rely on the mere hyper-valuation of individual projects and strategies for an insertion more advantageous in the new financial and cognitive capitalism, but that mobilise collective projects, namely in the search for scientific, technical, cultural and educational solutions to the problems that capitalism itself is not able to solve. These alternatives also have to be accompanied by the breakdown of the monopoly of the English language, because “monolingualism (English language) is claimed to be the condition for modernization, while multiplicity of languages is rather a nuisance” (Barrantes-Montero, 2018, p. 5).

Allied to what this means and implies, we can also reflect on the paradox of the phenomenon of internationalisation, which, at the same time, is enlarged by an expanded demand, involving students of linguistic cultures from all over the world, to the imperative of the *lingua franca* of the global economy. Thus, the *globalisation of the English language* also implies its popularisation, which may in the future lead to the valuation of other languages for the purposes of student mobility and the labour market. According to Veronica Lasanowski (2013, p. 205) “future employers will increasingly seek more global (i.e. multilingual) graduates in the longer term, providing the opportunity to learn in more than one language or to study in English in a non-English context grow comparably more popular”.

By this bias, universities with courses in English, but not English speakers, compete with the United States and the United Kingdom for international students interested in becoming fluent in a second foreign language. For the British linguist, Jennifer Jenkins, this tendency leads to the construction of a truly international university because it adopts English as a *lingua franca*, but also configures itself in a multilingual space, which means teaching in a variety of languages. However, according to the author, in Anglophone universities, even before all the rhetoric of diversity, “the prevailing ethos remains the outdated one of acculturation, the diametric opposite of a multilingual approach” (Jenkins, 2015, pp. 78-79). Thus, the universities of English-speaking countries that attract the most international students end up perpetuating the “monolingual culture” and prevent them from benefiting from the “rich linguistic and cultural resources that international students bring with them” (Jenkins & Wingate, 2015, p. 48).

#### FROM NEGLIGENCE TO URGENCY: THE ENGLISH LANGUAGE TEACHING POLICY

Over the past decade, political strategies in Brazil and Portugal have focused heavily on the internationalisation of higher education. Both lusophone countries, which are positioned as *semi-peripheral* countries in the world economic system, invest in and implement mobility programmes in the expectation of strengthening their education and research institutions, as well as gaining advantages in the international higher education market. Thus, as of 2014, besides the existing Erasmus programme, Portuguese polytechnic higher education institutions and universities started to accept Brazilian students who achieve good grades in national exams administered by the Brazilian Ministry of Education to secondary education graduates. In turn, in Brazil, internationalisation

gains political relevance with the *Ciência sem Fronteiras* [Science without Borders] Programme, established in 2011.

In both settings, mobility follows a path that is in tune with the requirements of the knowledge economy, in a global regulation pattern in which universities and research centres are *qualified* by outcome indicators. Along with numbers that measure scientific publications, specialised services and patents, the presence of international students is among the academic excellence ranking criteria in a worldwide comparison (Marginson, 2017, p. 7). Therefore, besides being a key source of revenue, the influx of students seeking international education represents points for the positional status of such institutions in the main worldwide rankings. It is not by chance that the offering of courses and curriculum units taught in English also justifies the imperative of strengthening the competitiveness of the *European higher education area*.

Thus, Brazilian and Portuguese internationalisation policies must be perceived in its particularities (which sometimes are antagonistic), although they are interwoven into a hegemonic global agenda where a highly profitable education market is under development. According to Terri Kim (2009, p. 398), we are in the face of a cross-border mobility that contributes to the corporatisation<sup>12</sup> of university on a global scale. Hence, the problematisation of this context, in light of the coloniality concept, cannot be avoided, since the formal education valued is the hegemonic one and, therefore, it is “supported and financed by both domestic and international structures of power with a clear interest in maintaining the educational system as an instrument of keeping control of production means and dynamics” (Barrantes-Monteiro, 2018, p. 3). This is consequently a relationship between political and economic forces which, in the recent internationalisation of higher education in Brazil and Portugal in particular, has been revealed to be aligned with the neoliberal globalisation agenda.

Recent changes in educational policies for English language teaching illustrate well what we are problematising. As we have seen, English proficiency became part of the “international skill set” required for job opportunities in “globally oriented firms” (Lasanowski, 2013, p. 197)<sup>13</sup>. As a result, the speaking competence has (also) been emphasised in educational policies of both lusophone countries. In Brazil, at the height of the

<sup>12</sup> The author uses the term “corporatization”, recurrent in the administration/management of big private companies (corporations) to allude to contemporary public management. In parallel, in the field of public education, Terri Kim notes that the adoption of a new governance and management model for universities in the United Kingdom prioritises the “efficient management” of resources in higher education and leads to the creation of a new “top-down line management structure”. “This has led to the changing nature of the academic profession. University academics are increasingly evaluated through quantitative business-driven procedures” (Kim, 2009, p. 397). And she further states that: “overall, it is suggested that the contemporary condition of transnational academic mobility is mostly framed by ‘economic globalization’, and the neoliberal market regime has resulted in the rise of corporatist governance and management in the HE sector in countries like New Zealand, Australia and the UK” (Kim, 2009, p. 399).

<sup>13</sup> “This argument, that the ability to speak English is highly conducive to future employment opportunity, goes even further toward explaining the attractiveness of the English-speaking destinations” (Lasanowski, 2013, p. 197). Further on, the author adds: “given that students often believe overseas qualifications to be more valuable than ‘local’ ones, the fact that the United States, the United Kingdom, Australia, Canada, and New Zealand provide quality, internationally recognized qualifications is a prime motivational factor ‘pulling’ international students toward them” (Lasanowski, 2013, p. 199).

neoliberalism in the 1990s, speaking was not valued by language policy<sup>14</sup>. It was understood that “only a small portion of the population [had] the opportunity to use foreign languages as an oral communication instrument, within the country or abroad” (MEC/SEF, 1998, p. 20). Vera Lúcia Menezes de Oliveira Paiva (Amorim, 2015), a Brazilian researcher, criticises this elitist point of view on English language teaching in Brazilian schools and states that, by disregarding the social relevance of writing and speaking skills, the policy reinforced the discrimination against low income classes, which only relied on public school to learn a second language.

The turning point in language teaching policy in Brazil occurred in the early 2000s, along with education reforms demanded by the global economy<sup>15</sup>. Since then, the *internal coloniality* exerted by the ruling elite in Brazil – and which hindered the access of the poorest people to international education through poor foreign language teaching – is defeated by an *external coloniality*, to impose the hegemony of English in order to operationalise the higher education capitalist internationalisation machine. Nearly in the blink of an eye English ceased being a secondary subject to figure among the subjects that have superior status. However, there was no time or impulse in the public budget to surmount the obstacles and overcome the historical negligence for quality English language teaching in Brazilian schools. The implementation of the Science without Borders Programme in December 2011 faced this problem to the extent that the establishment of adjacent policies to improve university students’ English proficiency, namely speaking and writing skills for internationalisation purposes, became urgent<sup>16</sup>.

In Portugal, innovations in the guidelines on English language teaching occurred slowly and the valuation of communicative competences can be understood in the context of the *Common European framework of reference for languages*, of 2001, considering “the challenges of intensified international mobility and closer co-operation not only in education, culture and science but also in trade and industry” (Council of Europe, 2001, p. 22). In order to do so, and also according to the document, education policies in Europe need to be organised into common teaching-learning levels to meet the needs of a “multilingual” and “multicultural” Europe. For this reason, after the publication of CEFR, besides English, a second foreign language became part of the school curriculum and “both oral interaction and oral production started to be part of the abilities that gained greater relevance” on the agenda of language teaching policy in Portugal (Martins &

<sup>14</sup> In Brazil, foreign language teaching was historically a secondary subject in school curriculum. It was only after the approval of Provisional Decree 746 of 2016, which amended Law 9.394/1996 – the Law of Guidelines and Bases of Brazilian Education (LDBEN), that it became a mandatory curriculum unit starting from the 6<sup>th</sup> school year. Before this, it was mandatory to offer one foreign language, but not necessarily English.

<sup>15</sup> The Curriculum Guidelines for Secondary Education (OCEM), from the Brazilian Ministry of Education, in the third chapter, focused on “Languages, Codes and its Technologies”, provide a specific section for foreign language teaching in which the importance of being proficient in a foreign language is problematised, given the “exclusion in education in the face of ‘globalizing’ values and the sense of belonging”, commonly associated with the command of a language (MEC/SEB, 2006, p. 87).

<sup>16</sup> The low proficiency of students who apply for Science without Borders was revealed to be the greatest challenge to achieve, in a four-year period, the goal of granting 100.000 scholarships. The Brazilian Ministry of Education felt pressured to institute the Inglês sem Fronteiras [English without Borders] programme, with the purpose of fostering university students’ education and training for proficiency tests required for entering Anglophone universities (Borges, 2018, p. 2).



Cardoso, 2015, p. 140)<sup>17</sup>. In brief, English language teaching policy in Portugal aims to achieve “a more rigorous level of proficiency, more aligned with the existing international referential frameworks” (Decree-law No. 176, 2014, p. 6065).

### PORTUGUESE, A SUBALTERN LANGUAGE IN GLOBAL STUDENT MOBILITY

In the increasing global student mobility, English communication competence became a primary condition for participating in study and research programmes in universities that hold the highest positions in academic rankings, “the lighthouse of Alexandria”, according to João dos Reis Silva Júnior (2017, p. 255). However, based on empirical research data, we argue that this competence may be revealed to have more or less impact on international mobility policies, depending on the combination of inequalities. In addition, these factors combined can shape potential routes, which are not always desirable, for the most disadvantaged social groups. With an emphasis on English language proficiency and teaching, we present the following preliminary analysis comparing Brazil and Portugal.

While middle class students represent a significant portion of students in Portuguese public schools – unlike in Brazilian public schools – still “a meaningful number of students enter higher education with major gaps at the speaking competence level” (Martins & Cardoso, 2015, p. 150) concerning English language proficiency. In Portugal, the Educational Evaluation Institute (IAVE) of the Ministry of Education and Science established a protocol with the University of Cambridge in 2013 for English level external evaluation tests in Portuguese basic education schools. The objective set by the government targeted the achievement of B1 proficiency level by the end of the 9<sup>th</sup> grade (ability to communicate on simple topics of the daily routine) as recommended by CEFR. English language tests applied in Portuguese schools during 2014 and 2015 showed worse results for speaking competences: 66% and 64% of 9<sup>th</sup> grade students had a performance considered “weak” or “borderline”, respectively, on *reading & writing* and *listening* components (Sousa et al., 2014, p. 11).

These data and the path pursued thus far have led us to reflect on the extent to which English language proficiency is restricting the mobility of Portuguese students to elite universities based in Anglophone countries. Naturally, beyond the issue of English language proficiency, other factors, namely economic ones, influence the choice of destination. Among 33 European countries participating in the Erasmus+ Programme, which is financially supported by the European Union, Spain and Italy have been the two main host countries for Portuguese students. In 2015, these countries were chosen by 34.1% of those who took part in the European mobility programme. In turn, the United Kingdom

<sup>17</sup> As of 2007, with Administrative Rule no. 1322, the assessment of speaking became mandatory for foreign languages, representing 30% of the grade. According to Martins and Cardoso (2015, p. 140), until then, speaking in Portuguese classrooms, whether in production or in comprehension, had “very little (or no) weight at the level of the methodological approach”. In relation to English, since the 2015/2016 school year, with the issuance of Decree-law no. 176/2014, the teaching of this subject was anticipated by two years and became mandatory in the curriculum of Portuguese schools starting from the 3<sup>rd</sup> grade of school. Therefore, in Portugal, English teaching adds up to ten consecutive years until the end of secondary school, three years more than in Brazil.

ranks as the sixth country on the list, with 4,6% of the total number of students. The inverse flow is shown to be quite balanced, with Spain and Italy together accounting for 35,5% of their students received in Portugal. The United Kingdom, however, ranks 13<sup>th</sup>, in a remote position, with only 1,7%<sup>18</sup> (European Union, 2017).

In Brazil, the English language proficiency of students who enter universities has already shown to be an issue for internationalisation programmes, although the United States is the main academic mobility destination. The analysis of a sample comprising 1.283 Science without Borders (CsF) Programme participants, who took up part of their undergraduate studies in American institutes between 2012 and 2015, reveals that proficiency is closely associated with gender, race, social class and past academic history (public or private school) variables. Conversation was the least proficient competence among the analysed competences, namely among female, black, poorer students and those who studied at public schools, which, in general, have poorer education quality in Brazil (Borges, 2018, pp. 129-132). Then, the extent to which Brazilian society inequalities reflected on the mobility to the United States – the country that received most Science without Borders participants – was verified. Close to 60% of the students stated that they took an English language course for up to 16 weeks in said country in order to “improve language proficiency” (Borges, 2018, p. 134).

These data are relevant because they expose how social phenomena driven by the globalisation of education are pervaded by a complex network of power relations and interact with social factors to perpetuate and magnify injustice and inequalities in different societies. In the Science without Borders programme, for instance, the absence of a language barrier in Portugal for international students from Brazil can explain, to a large extent, the reason why Portuguese higher education institutions became the only option for many students. This possibly explains why the Brazilian government, faced with a high number of candidates, has discontinued the mobility to Portugal under the argument that the programme also aimed to improve foreign language proficiency. As a result of this action, “the partnership with the Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas [Council of Rectors of Portuguese Universities] (CRUP) has been put aside to the detriment of Anglophone partners in particular” (Borges & Garcia-Filice, 2016, p. 9). Students who were transferred to the USA claimed to have chosen Portugal because of the difficulty with the English language (Borges & Afonso, 2017, p. 82):

the language course represents a big step to obtain the scholarship because, if you are proficient in English, you can apply to scholarships to several countries, for example. This was not my case, since I wasn't proficient in any language and had applied to study in Portugal. (Interviewee 1)

<sup>18</sup> Went to study in Spain and Italy 1.882 and 1.070 Portuguese students, respectively. The United Kingdom received 386 Portuguese students in 2014. In the opposite flow direction, Portugal received 2.655 Spanish students and 1.822 Italian students. The United Kingdom sent 219 students to Portuguese institutions in 2015 through the Erasmus+ Programme. In Europe, the main destination for British and Northern Irish students is France, which received 24,8% Erasmus+ participants. Portugal ranked in the 15<sup>th</sup> position, being the choice of 1,2% of 31.067 students from the United Kingdom who participated in the programme (table ANNEX 13 – KA 103, European Union, 2017, pp. 32-33).

In my case, I was relocated to the USA, because I actually had applied for a scholarship to study in Portugal. Thus, I wouldn't be able to apply for a scholarship to the USA if it wasn't for this relocation of students to other countries, since I never had the opportunity to take an English course. (Interviewee 2)

Even though the United States is the main destination for Brazilian students, Portugal always ranks in the next position in official statistics<sup>19</sup>. Therefore, if on the one hand Portuguese seems like a subaltern language in the hegemonic education globalisation dynamics, on the other hand, it is presented as a counter-hegemonic option for groups of less socially privileged students who make themselves visible on international mobility routes. In the face of a setting of extreme inequalities for the acquisition of foreign languages abilities, for many Brazilian students, as well as for students from other former Portuguese colonies, Portugal is the *knowledge metropolis* they can reach. Consequently, children of privileged social groups, with higher economic capital and culture capital (for which the fluency in English is an indicator), end up having higher chances of acquiring the status of international student and attend universities ranked in good positions of global rankings, mainly in the USA and the United Kingdom.

A crucial question that must be posed is to know whether it is possible to have public policies fostering international mobility in a fairer and more equal way. The path can be found somehow in the way we answer the title of this article, inspired by the post-colonial thinking of the Indian theorist Gayatri Spivak (1988) – *Can the subaltern speak?* It served as a ground to problematise the inequalities that were perpetuated and made invisible by the English language hegemony in the global student mobility dynamics. We have indicated the impossibility of developing critical thinking about the consequences of the knowledge capitalist economy without calling into question the coloniality of power/knowledge which, as far as we could analyse, is revealed to be intertwined with new ways of dominating, exploiting and producing inequalities. ✍

Translation: Fernanda Moreira Ferreira and Ivy Midori Kavata Ferreira

Translation revision: Língua Franca, Lda.

#### ACKNOWLEDGEMENTS

This work is funded by CIEd – Research Centre in Education, projects UID/CED/1661/2013 and UID/CED/1661/2016, Institute of Education, University of Minho, through the national funds of FCT/MCTES-PT [Foundation for Science and Technology/Ministry of Science, Technology and Higher Education].

<sup>19</sup> Taking the different international mobility modalities of Brazil as a reference, Portugal “becomes the fifth most popular country, likely because we share the same language” (CAPES, 2017, p. 45). Nevertheless, unlike in Portugal, where mobility occurs from the undergraduate level, namely with Erasmus+, in Brazil, after Science without Borders' decline in 2016, the focus is on graduate studies. In spite of this, a study with 312 Brazilian higher education institutions, published by the Ministry of Education in October 2017, classifies “Portugal in second position with only 1% less than the USA percentage of (graduate studies) scholarship requests in 2016” (CAPES, 2017, p. 13).

## REFERENCES

- Afonso, A. J. (2017). Prefácio. Da universidade à commoditycidade: mudança ou metamorfose na educação superior? In L. Bianchetti & V. Sguissardi (Eds.), *Da universidade à commoditycidade: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado* (pp. 7-12). Campinas: Mercado de Letras.
- Almeida-Filho, N. (2008). Universidade nova no Brasil. In B. de S. Santos & N. Almeida-Filho, *A Universidade no século XXI: para uma universidade nova* (pp. 79-184). Coimbra: Almedina/CES.
- Amorim, R. (2015, 10 de junho). “É preciso investir na formação dos professores” [Interview Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva]. *Jornal do Professor*. Retrieved from <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/noticias.html?idEducao=129&idCategoria=8>
- Barrantes-Monteiro, L. G. (2018). Phillipson's Linguistic Imperialism Revisited at the light of Latin American Decoloniality Approach. *Revista Electrónica Educare*, 22(1), 1-19. DOI: 10.15359/ree.22-1.1
- Borges, R. A. (2018). *Do Brasil aos EUA: a barreira do inglês na mobilidade de estudantes. Um estudo sobre identidades e desigualdades refletidas no Programa Ciência sem Fronteiras*. Berlin: Novas Edições Acadêmicas.
- Borges, R. A. & Afonso, A. J. (2017). Brasil e Portugal: a mobilidade estudantil no espaço da internacionalização. In G. S. Carvalho & M. L. Dionísio (Eds.), *Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação – Livro de Resumos do II ENJIE* (pp. 79-84). Braga: CIE e CIEC.
- Borges, R. A. & Garcia-Filice, R. C. (2016). Entre Portugal e Estados Unidos: o impacto das desigualdades em duas rotas do Programa Ciência sem Fronteiras. In *Portugal, Território de Territórios – Livro de atas do IX Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia. Retrieved from [http://www.aps.pt/ix\\_congresso/actas](http://www.aps.pt/ix_congresso/actas)
- Conselho da Europa. (2001). *Quadro europeu comum de referência para as línguas: aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições ASA. Retrieved from <http://www.dge.mec.pt/quadro-europeu-comum-de-referencia-para-linguas>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (2017). *A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela CAPES*. Brasília: Diretoria de Relações Internacionais da CAPES/MEC.
- Cunha, A. & Santos, Y. (2017). *Erasmus'30. A história do programa e a participação dos estudantes portugueses*. Lisbon: Letras Errantes/Bookbuilders.
- Decreto-Lei nº 176/14. (2014). Inglês como disciplina obrigatória a partir do 3º ano. *Diário da República*, 1ª série, 240, 6064-6068. Ministério da Educação e da Ciência.
- European Union. (2017). ANNEX 13 – KA 103 – Higher Education mobility within programme countries – Students by sending/receiving country – Call 2015. *Annual Report 2016. Statistical Annex Erasmus+. Enriching lives, opening minds*. Brussels: European Commission.
- Holford, J. (2014). The lost honour of the social dimension: Bologna, exports and the idea of the university. *International Journal of Lifelong Education*, 33(1), 7-25. DOI: 10.1080/02601370.2013.873210
- Jenkins, J. (2015). Repositioning English and multilingualism in English as a Lingua Franca. *Englishes in Practice*, 2(3), 49-85. DOI: 10.1515/eip-2015-0003
- Jenkins, J. & Wingate, U. (2015). Staff and students' perceptions of English language policies and practices in 'international' universities: a case study from the UK. *Higher Education Review*, 47(2), 47-73.

- Kim, T. (2009). Transnational academic mobility, internationalization and interculturality in higher education. *Intercultural Education*, 20(5), 395-405. DOI: 10.1080/14675980903371241
- Lander, E. (2015). Conocimiento para que? Conocimiento para quién? Reflexiones sobre la universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. In Z. Palermo, S. Castro-Gómez, E. Lander, W. Mignolo, R. Segato & C. Walsh, *Des/decolonizar la universidad* (pp. 41-67). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo.
- Lasanowski, V. (2013). Can speak, will travel: the influence of language on global student mobility. In R. Bhandari & P. Blumenthal (Eds.), *International students and global mobility in higher education* (pp. 193-209). New York: Palgrave Macmillan.
- Marginson, S. (2017). Do rankings drive better performance? *International Higher Education*, 89, 6-8. DOI: 10.6017/ihe.2017.89.9762
- Martins, C. S. & Cardoso, M. N. (2015). Let 's talk, shall we? A oralidade no ensino do inglês em Portugal. *Saber & Educação. Perspetivas Didáticas e Metodológicas no Ensino Básico*, 20, 138-158.
- Mignolo, W. (2010). *Desobediência epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la colonialidad*. Buenos Aires: Ediciones Del Signo.
- Ministério da Educação. (1998). *Parâmetros curriculares nacionais. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Língua Estrangeira*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF).
- Ministério da Educação. (2006). *Linguagens, códigos e suas tecnologias. Orientações curriculares para o Ensino Médio, vol.1*. Brasília: Secretaria de Educação Básica MEC/SEB).
- Nogueira, M. A. (2017). Quando a meritocracia se vê ameaçada, o que ocorre com os padrões (históricos) da excelência escolar? In L. L. Torres & J. A. Palhares (Eds.), *A excelência acadêmica na escola pública portuguesa* (pp. 228-235). Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Portaria nº 1322/07. (2007). Define carga horária de língua estrangeira. *Diário da República*, 1ª série, 192, 7107-7123.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 37(17), 4-28.
- Santos, B. de S. (2009). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Coimbra: Almedina/CES.
- Santos, E. & Schor, P. (2013). Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam. *Estudos Feministas*, 21(2), 701-725. DOI: 10.1590/S0104-026X2013000200020
- Silva-Júnior, J. dos R. (2017). *The new Brazilian university. A busca por resultados comercializáveis: para quem?* Bauru: Canal 6.
- Sousa, H., Marôco, J., Sampaio, M. M., Simões, P., Pereira, S. & Castanheira, T. (2014). *Teste key for schools. Resultados 2014. Sumário executivo*. Lisboa: Instituto de Avaliação Educativa (IAVE)/MEC.
- Spears, E. (2014). O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação. *Revista Eletrônica de Educação*, 8(1), 151-163. DOI: 10.14244/198271991026
- Spivak, G. C. (1988). Can the subaltern speak? In C. Nelson, L. Grossberg, C. Nelson & L. Grossberg (Eds.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 271-313). Urbana; Chicago: University of Illinois Press.

Unesco. (2000). *Science for the twenty-first century. A new commitment. Declaration on science and the use of scientific knowledge. Science agenda-framework for action*. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001229/122938eo.pdf>

Unesco Institute of Statistics (2018). *Global flow of tertiary-level students*. Retrieved from <http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow>

Viana, C. (2018, March 25). Greve também é sinónimo de universidade? No Reino Unido, sim. *Público*, pp. 14-15.

## BIOGRAPHICAL NOTES

Rovênia Borges is a Ph.D. student in Education Sciences (Educational Policy) and a researcher at the Centre for Research in Education of the Institute of Education at the University of Minho, Portugal. She holds a Master's degree in Education and a Bachelor's degree in Communication Studies/Journalism from the University of Brasília, Brazil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8259-5623>

Email: roveniaa@gmail.com

Address: Ministério da Educação, Bloco L, Edifício-Sede, Sala 903, Esplanada dos Ministérios, 70047-900, Brasília, DF, Brazil

Almerindo Afonso is a sociologist, Ph.D. in Education, Associate Professor in the Department of Social Sciences and Education, and researcher at the Centre for Research in Education of the University of Minho, Portugal.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9879-5814>

Email: ajafonso@ie.uminho.pt

Address: Instituto de Educação, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710057, Braga, Portugal

\* Submitted: 14.05.2018

\* Accepted: 12.07.2018

---

## OS PAÍSES LUSÓFONOS E O DESAFIO DE UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO TECNOLÓGICA

Moisés de Lemos Martins

---

### RESUMO

Proponho neste artigo a hipótese de estarmos a fazer uma travessia tecnológica, em muitos aspetos análoga à travessia marítima europeia dos séculos XV e XVI (Martins, 2015a, 2017, 2018a, 2018b). Coloco, pois, em confronto a natureza tecnológica da atual globalização financeira e a natureza comercial da expansão marítima europeia. E se da primeira travessia resultou a colonização de povos e nações, com a segunda travessia passámos, em século e meio, àquilo a que Edgar Morin chamou a “colonização do espírito” de toda a comunidade humana (Morin, 1962). Neste contexto, tomei em consideração as consequências, para a cultura, da aceleração da época pela tecnologia, que tem mobilizado o humano, “total” (Jünger, 1930) e “infinitamente” (Sloterdijk, 2010), para as urgências do presente (Martins, 2010). Por outro lado, vou situar nos estudos pós-coloniais as identidades transnacionais e transculturais, analisando as comunidades lusófonas no contexto da “batalha das línguas”, para utilizar uma expressão do linguista moçambicano, Armando Jorge Lopes (2004). Por essa razão, vou considerar a “circum-navegação tecnológica” (Martins, 2015a, 2017, 2018a, 2018b), a empreender por todos os países do espaço lusófono, como um combate pela ordenação simbólica do mundo (Bourdieu, 1977, 1979, 1982), onde se colocam os problemas de língua hegemónica e de subordinação política, científica, cultural e artística (Martins, 2015b). Trata-se, pois, de uma travessia eletrónica, utilizando sites, portais, redes sociais, repositórios e arquivos digitais, e ainda, museus virtuais. E o ponto de vista adotado é o de que uma grande língua de culturas e de pensamento, como é a língua portuguesa, não pode deixar de ser, igualmente, uma grande língua de conhecimento, humano e científico.

### PALAVRAS-CHAVE

Pós-colonialismo; lusofonia; língua portuguesa; identidades transculturais e transnacionais; circum-navegação tecnológica

---

## PORTUGUESE-SPEAKING COUNTRIES AND THE CHALLENGE OF A TECHNOLOGICAL CIRCUMNAVIGATION

### ABSTRACT

In this article, I propose the assumption that we are making a technological journey, analogous in many respects to European ocean voyages of the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries (Martins, 2015a, 2017, 2018a, 2018b). Thus, I confront the technological nature of the current financial globalization and the commercial nature of European maritime expansion. Whereas the first journey resulted in the colonization of peoples and nations, in the second journey we moved, in a century and a half, to that which Edgar Morin called the “colonization of the spirit” of the entire human community (Morin, 1962). Within this context, I took into consideration the consequences, for culture, of the acceleration of the time via technology, which has mobilized human beings, “totally” (Jünger, 1930) and “infinitely” (Sloterdijk, 2010), in view of the urgencies of the present (Martins, 2010). On the other hand, I will use post-colonial studies to situate transnational and transcultural identities, by examining Portuguese-speaking communities within the context of

the “battle of languages,” to use an expression coined by Mozambican linguist Armando Jorge Lopes (2004). This is why I will consider “technological circumnavigation” (Martins, 2015a, 2017, 2018a, 2018b), to be undertaken by every Portuguese-speaking country, like a fight for the world’s symbolic ordering (Bourdieu, 1977, 1979, 1982), where we raise hegemony language-related problems and those pertaining to political, scientific, cultural and artistic subordination (Martins, 2015b). This is, therefore an electronic journey, using sites, portals, social media, digital repositories and archives, as well as virtual museums. What’s more, the viewpoint adopted is that which states a great language of cultures and thinking, such as Portuguese, likewise cannot avoid being a great language of human and scientific knowledge.

#### KEYWORDS

Post-colonialism; Lusophony; Portuguese language; transcultural and transnational identities; technological circumnavigation

### POLÍTICA DA LÍNGUA E LUSOFONIA<sup>1</sup>

Logo na abertura do estudo, “Can the subaltern speak”, Gayatri Spivak confronta os autores, que no Ocidente identificamos como os “pensadores da diferença” (sobretudo, Marx, Althusser, Derrida, Foucault, Deleuze, Guatarri e Lyotard), com uma questão fundamental. Nestes autores é ainda a razão ocidental que se exprime, e não a razão daquele que identificamos como “o outro”. O poder do outro (Marx e Foucault), o desejo do outro (Deleuze e Guatarri) e o interesse do outro (Marx e Althusser) não têm na “filosofia da diferença” (Derrida e Lyotard) a voz do “outro”. E por essa razão, “o outro” não é “sujeito”; é apenas a alienação de um sujeito, pois não passa de uma projeção do sujeito ocidental, com as suas categorias e contexto. Em consequência, Gayatri Spivak procede a uma crítica cerrada da “problematização do sujeito”, feita por estes emblemáticos pensadores. E ao fazê-lo, coloca em questão a representação do sujeito do Terceiro Mundo, projetada pelo discurso ocidental. Como sabemos, o centro nunca deixou de projetar e conceptualizar aquilo que considera como as suas periferias, a África, o Oriente, a América Latina, enfim o Terceiro Mundo. Gayatri Spivak (1988/1994, p. 66) conclui, então, que a crítica radical, que observamos nestes autores ocidentais, não é tão radical assim, pois manifesta “um desejo interessado em conservar o sujeito ocidental, ou o Ocidente como Sujeito”.

Tomando como objeto a lusofonia, interrogo neste artigo a condição política, estratégica e cultural dos países lusófonos, no contexto da globalização, que é sobretudo uma realidade financeira e tecnológica, com uma língua hegemónica, o inglês, e que, por esta razão, coloca todos estes países perante o problema da sua subalternidade linguística, cultural, política e científica. Ou seja, a comum condição de subalternidade política dos países lusófonos exprime-se pela comum condição de subalternidade da sua língua, culturas e conhecimento. Mas embora possamos projetar para os países lusófonos um

<sup>1</sup> Investigação desenvolvida no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.



sonho de convergência de culturas, artes e conhecimento, o espaço lusófono, na sua multiplicidade e diversidade, territorial, cultural, artística, não deixa de ser um espaço policentrado, hierarquizado, assimétrico e largamente desconhecido, para os cidadãos dos próprios países que o compõem.

São tecnológicas as condições da época. É essa a razão que me leva a encarar o ciberespaço como um novo lugar do conhecimento científico, sem dúvida em língua inglesa, com as políticas de comunicação a saltar para os websites, os portais eletrônicos, as redes sociais, os repositórios digitais e os museus virtuais. Mas do ponto de vista em que me coloco, o novo lugar do conhecimento científico é em língua portuguesa.

A ideia de lusofonia inscreve-se, pois, no contexto do atual debate sobre a globalização do conhecimento e da cultura digital. E para todos os povos, a globalização apresenta-se, hoje, como um destino inexorável, de mobilização para um mercado global (Martins, 1998), sendo, em certa medida, única e definitiva a identidade dos indivíduos de todas as nações, doravante móveis e flexíveis (sem direitos sociais), mobilizáveis (respondendo às necessidades do mercado), competitivos (adotando a lógica da produção) e performantes (realizadores de sucesso) (Martins, 2015b, pp. 9-10).

Nestas circunstâncias, o espaço transcultural e transnacional dos povos que falam Português não pode deixar de se confrontar com um desafio estratégico: encontrando-se, hoje, do mesmo lado da barricada, de países dominados, subalternos, e em permanência empurrados para a periferia da globalização hegemónica, um espaço falado numa única língua, o Inglês, a lusofonia pode ser encarada como uma circum-navegação tecnológica e intercultural, uma travessia, a ser realizada por todos os povos lusófonos, no sentido do interconhecimento, da cooperação, cultural, científica, social, política e económica, e também de afirmação da diversidade no mundo, enfim, uma circum-navegação que abra os confins do desenvolvimento humano.

A circum-navegação assinala, classicamente, a experiência da travessia de oceanos e a ultrapassagem do limite estabelecido, de mares, terras e conhecimentos. A circum-navegação constitui, pois, uma boa metáfora para caracterizar a (a)ventura lusófona, não apenas da cultura da diversidade e da comunicação intercultural, mas também da ciência produzida em português. A circum-navegação tecnológica a empreender far-se-á, então, através de sites, portais, redes sociais, repositórios e arquivos digitais, assim como de museus virtuais.

Sem dúvida que a ideia de lusofonia não é consensual em Portugal, nem no espaço alargado dos países de língua portuguesa. Antes de mais nada, é preciso ter presente a identidade multicultural e heterogénea, que constitui cada comunidade do espaço lusófono, assim como a relação intrincada e ambivalente que os mundos não ocidentais têm com os antigos países colonizadores<sup>2</sup>. E do mesmo modo, é preciso considerar os média de cada um dos países do espaço lusófono, no contexto das suas estratégias identitárias, sejam elas locais, nacionais ou transnacionais.

Para sintetizar os argumentos que têm sido apresentados contra a ideia de lusofonia, convoco Miguel Tamen, Professor de Literatura, da Universidade Lisboa. Em

<sup>2</sup> Sobre a identidade multicultural e heterogénea do espaço lusófono, veja-se, por exemplo, o estudo que realizei com Regina Brito sobre Moçambique e Timor-Leste (Brito & Martins, 2004).

vários artigos de imprensa e entrevistas<sup>3</sup>, Miguel Tamen increpa a lusofonia, por não entender que as pessoas e os países possam estar unidos por uma mesma língua. Em seu entender, é uma quimera imaginar a língua como um património. E não sendo um património, não existiria razão para a defender. Mas, sobretudo, a lusofonia é para Miguel Tamen (2012) uma noção errada, por corresponder, em Portugal, a “uma espécie de colonialismo de esquerda”. Depois de ter desaparecido o império colonial português, a lusofonia não passaria de um seu substituto espiritual. Substituiria, hoje, as antigas palavras de “fé, império e religião” (Tamen, 2012). Em suma, a lusofonia decorreria da miragem de um excecionalismo português – esse excecionalismo, que imaginou a colonização portuguesa como um caso único na história da colonização europeia, imagina hoje os portugueses como um povo diferente de todos os outros (Tamen, 2012)<sup>4</sup>.

Este ponto de vista é também partilhado no Brasil, por vários autores, entre os quais, Carlos Alberto Faraco (2012, 2016). Em síntese, Faraco entende que o projeto da lusofonia é uma “quimera”, sobretudo porque o seu discurso é o da exaltação de valores abstratos, como a “comunhão dos povos” e a “harmonia das culturas” (Faraco, 2012).

Entretanto, no artigo que publicou no jornal *Observador*, Miguel Tamen (2016) defende um ponto de vista desconcertante sobre política da língua. Entende que devem desaparecer todas as cátedras portuguesas, pagas pelo governo português em universidades estrangeiras; todos os professores de português, pagos pelo governo português, fora de Portugal; todas as regras sobre ortografia, e todas as tentativas, a seu ver grotescas, de sugerir que por escreverem da mesma maneira, as pessoas vão falar da mesma maneira. Concluindo o seu ponto de vista, Miguel Tamen proclama: acabe-se com o Instituto Camões, porque “a melhor política da língua e a única decente é: nenhuma” (Tamen, 2016).

Os assuntos relativos à língua portuguesa e à lusofonia são importantes, a meu ver, pelo facto de a invocação de uma língua e de um espaço transcultural e transnacional comuns constituírem, sobretudo do ponto de vista estratégico, questões relevantes, tanto para Portugal, como para todos os países de língua portuguesa, assim como para as suas diásporas.

Em todos os tempos, as comunidades humanas viram-se confrontadas com duas questões fundamentais, com o problema da ordem, na tentativa de dar resposta à exigência de viver em comunidade; e também, com o problema da história, indagando sobre as possibilidades da ação humana. Nestes aspetos, a nossa época não é distinta de todas as outras. E o debate sobre a língua portuguesa e, por via dela, sobre a constituição de uma comunidade lusófona, considero-os modos de dar resposta, tanto à exigência de viver em comunidade, como às possibilidades da ação humana.

<sup>3</sup> Veja-se, por exemplo, as entrevistas dadas, por um lado, ao jornal *i* (24 de abril de 2012); por outro lado, à revista *Ler* (n. 149, primavera de 2018, pp. 20-33). Veja-se, ainda, o artigo de opinião publicado no jornal *Observador* (8 de janeiro de 2016).

<sup>4</sup> A ideia de “colonização doce”, que teria caracterizado o processo da expansão marítima portuguesa, teve no salazarismo e no luso-tropicalismo os seus principais apoios ideológicos (Castelo, 1998). E por muito que Vamireh Chacon (2000, 2002) remeta para o desconhecimento do pensamento de Gilberto Freyre a hostilidade que muitos investigadores afixam ao luso-tropicalismo, a sua mera convocação é suficiente anátema para muitos autores, que nele denunciam um juízo condescendente no que respeita à violência histórica em que consistiu o colonialismo (por exemplo: Alexandre, 1973; Bastide, 1972; Boxer, 1963).

É certo que a construção, na diversidade, da grande comunidade de culturas, que o espaço lusófono constitui, exige o exercício de um olhar reflexivo sobre os modos como ocorre a interação entre os povos deste espaço, e também sobre os modos como se realiza a interação entre os cidadãos dos vários países lusófonos, porque se trata, em todos os casos, de territórios marcados pela heterogeneidade e pela diferença. Ao falarmos, todavia, do espaço lusófono, estamos a falar de comunidades que, oficialmente, se exprimem em língua portuguesa, uma língua que por ser de culturas, pensamento e conhecimento, também concorre para a construção de comunidades lusófonas, sejam elas culturais, artísticas ou científicas.

É hoje central na comunidade académica o debate sobre as políticas científicas e sobre os modos de contrariar o modelo hegemónico de fazer ciência, um modelo que apaga a diferença, tanto pela língua de uso, o Inglês, como pelo paradigma científico que impõe, o anglo-saxónico<sup>5</sup>. Trata-se, sem dúvida, de uma questão estratégica. Uma língua que não se esforce para dizer os avanços do seu tempo, e também as suas contradições e inquietações, uma língua que não se esforce para dizer os bloqueios e os impasses da sua época, quero dizer, uma língua que não tenha pensamento, é uma língua que não cria conhecimento. E se o não fizer, se não criar conhecimento, é uma língua arcaica, que estiola e acaba por morrer<sup>6</sup>.

Realizar esta tarefa, de fazer ciência em língua portuguesa, em todos os países que a falam, e também nas suas diásporas, é estar a dar oportunidades ao conhecimento, que se exprime na diversidade das culturas faladas em Português, assim concorrendo para a construção de uma comunidade científica lusófona, policentrada e polifacetada, uma comunidade com sentido humano, que é sempre uma comunidade com o sentido do debate e da cooperação, no respeito pela diversidade e pela diferença entre as culturas.

### A NOVA CIRCUM-NAVEGAÇÃO TECNOLÓGICA<sup>7</sup>

A nova circum-navegação tecnológica, em língua portuguesa, tem um desiderato cooperativo, transnacional e transcultural, um desiderato em termos científicos, pedagógicos, culturais e artísticos. Espera-se de uma tal circum-navegação que possa desenvolver literacias, que promovam a cultura da diversidade e da comunicação intercultural, nos países e regiões de língua portuguesa, assim como das suas diásporas. Aliás, foi este o sentido que foi dado, tanto à criação do Museu Virtual da Lusofonia<sup>8</sup>, na Universidade

<sup>5</sup> Sobre a generalização da língua inglesa como língua de ciência e sobre o paradigma anglo-saxónico de fazer ciência, escrevi o artigo “A liberdade académica e os seus inimigos” (Martins, 2015b).

<sup>6</sup> Este ponto de vista articula-se com os objetivos gerais do trabalho que escrevi sobre a renovação da pesquisa sobre a cultura, que se abre, hoje, às políticas culturais e científicas, e compreende os estudos étnicos, pós-coloniais, comunicacionais, antropológicos, etnográficos e feministas, firmando um compromisso com o atual e o contemporâneo, o que também quer dizer, com o presente e o quotidiano (Martins, 2015d).

<sup>7</sup> Esta secção retoma alguns parágrafos, reescrevendo-os, do estudo que realizei sobre “Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais” (Martins, 2017).

<sup>8</sup> Disponível em <http://www.museuvirtualdalusofonia.com/>

do Minho, em 2017, como à criação da *Revista Lusófona de Estudos Culturais*<sup>9</sup>, também na Universidade do Minho, em 2013.

Em ambos os casos, pretende-se a constituição de bases de conhecimento, ou seja, de repositórios digitais e de museus virtuais, em Ciências Sociais e Humanas, à escala lusófona, que possam representar, não apenas uma importante afirmação científica em língua portuguesa, mas que reúnam, também, um importante acervo, cultural e artístico, que permita compreender a lógica das interdependências, do ponto de vista da comunicação intercultural. Ou seja, inspirando-nos em Tzvetan Todorov (1982), procurar-se-á com este acervo científico, cultural e artístico, esclarecer os juízos de valor que temos sobre o outro, assim como os estereótipos com que os enquadrámos. Tratar-se-á de esclarecer, também, as práticas concretas de assimilação, submissão ou indiferença, relativamente ao outro, assim como de contrariar a “metafísica da unidade”, que possa estar presente na ideia de comunicação intercultural, se porventura desconhecer os processos sociais de segregação, dominação e tomada de poder (Martins, 2014).

A circum-navegação é uma boa metáfora para caracterizar a atual experiência tecnológica, dado que nos ajuda a pensar a travessia a fazer naquela que é, afinal, a experiência contemporânea por excelência<sup>10</sup>. As circunstâncias pós-coloniais são as de um mundo mobilizado nas suas práticas por toda a espécie de tecnologias, sobretudo por plataformas móveis de comunicação, informação e lazer (*iPad*, tablets, smartphones, etc.), por novas formas de interação social (redes sócio-técnicas) e por modelos emergentes de interação (por exemplo, aplicações e videojogos).

Na circum-navegação clássica houve o sextante, o astrolábio, a esfera armilar e a balestilha. Mas havia sobretudo as estrelas, para nos conduzir na noite. Deixámos, entretanto, de olhar para as estrelas e passámos a olhar para os ecrãs, como assinala Paul Virilio (2001, p. 135). Ou seja, da história de sentido em que se inscreviam as estrelas, o Ocidente abriu caminho para os ecrãs, o que quer dizer, para “a inovação, a hibridez e a interatividade” (Martins, 2011/12, p. 49).

Os novos média, ou média digitais, significam isso mesmo: a comunicação mediada por computador, e, em consequência, a inovação, a hibridez e a interatividade. A inovação significa práticas que impõem uma intervenção tecnológica. E porque se trata de práticas tecnológicas, há que discutir nos média digitais, antes de mais nada, a programação e o design (Foster, 2002).

Em concomitância com as práticas tecnológicas, surgem, entretanto, novas práticas de comunicação, que impõem uma alteração do sentido da leitura, assim como uma alteração do sentido do olhar. Hoje, ler o jornal, ver televisão ou ir às exposições de um museu, são exercícios de comunicação, que incluem, todos, práticas de navegação

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.rlec.pt/index.php/rlec>

<sup>10</sup> A figura da circum-navegação, associada à ideia de viagem tecnológica, é desenvolvida, originalmente, na tese de doutoramento de Stéphane Hugon, defendida em 2007, na Sorbonne, com o título, *Circumnavigations, la construction sociale de l'identité en ligne*. Esta tese foi publicada em 2010, mantendo a figura da circum-navegação no título: *Circumnavigations. L'Imaginaire du voyage dans l'expérience internet*. Colocando-se do ponto de vista de “uma sociologia dos espaços eletrónicos”, Hugon interroga, entre outros aspetos, “uma cultura da deambulação”, “uma genealogia da deriva”, “o que significa habitar”, “o que é uma paisagem” e, ainda, “a dinâmica comunitária”.

Web, ou seja, práticas de comunicação, em condições específicas de tempo, espaço e interlocução: downloads, pirateados ou não, visualizações no YouTube, discussões nas redes sociais, expansão de artigos em posts de blogs, expansão de imagens em vídeos no YouTube.

Os média digitais significam, também, a hibridez, o que quer dizer, uma síntese tornada possível pela realidade técnica, que abre espaço para seres artificiais, mundos virtuais e experiências simulacrais. E, neste contexto, uma coisa é, por exemplo, o processo de leitura, caracterizado por Roman Jakobson, em *Lingüística e Comunicação* (2003), que supõe uma tradução intersemiótica, ou de transmutação, no processo de interpretação dos signos verbais por meio de sistemas de signos não verbais. E coisa bem diferente é a leitura a que se refere o *transmedia storytelling*, ou *cross-media*, que significa a expansão da narrativa, por meio de vários média (Sousa, 2018; Sousa, Martins & Zagalo, 2016)<sup>11</sup>.

Os média digitais significam, ainda, a interatividade, e não propriamente a interação, ou seja, significam práticas sociais, que não remetem apenas para a liberdade e autonomia dos atores sociais; remetem, igualmente, para os constrangimentos da ação social, a qual ocorre, sempre, em condições específicas de tempo, espaço e interlocução.

E são os atuais dispositivos eletrônicos de programação e de design, numa linha que é tanto de continuidade como de rompimento com a máquina fotográfica, que generalizam o processo de produção de imagens como práticas de “simulacro e simulação” (Baudrillard, 1981), entre a troca lúdica e a partilha diária de imagens digitais, nos ambientes reais e virtuais dos nossos telemóveis e computadores, de idêntica forma à que ocorreu, no passado, com os postais ilustrados (Correia, 2013; Martins & Correia, 2014).

Os média digitais significam, então, novas práticas de produção do sentido, ou seja, novas práticas da linguagem e da comunicação: por um lado, textualidades multimodais ou transmediáticas (“hipertextualidades”); e por outro, formas de comunicação digital interativa. Entretanto, nesta travessia, atribuímo-nos uma “pele tecnológica” (Kerckhove, 1997), uma pele para a afeção, o que quer dizer, uma pele para o ser-e-estar-com-outros.

No Ocidente, as estrelas têm, de facto, virtualidades narrativas: sempre nos conduziram nas travessias (de mares, desertos e tentações); tinham sentido, ou melhor, inscreveram-nos numa história de sentido, entre uma génese e um apocalipse. E ao inscreverem-nos nesta história da salvação, sempre nos impediram de naufragar. Na cultura ocidental, temos até uma estrela por excelência, aquela que surgindo a Oriente conduziu o Ocidente durante 20 séculos. A estrela que conduziu os Reis Magos permitiu, com efeito, a narrativa da Epifania – o mistério de um Deus encarnado, que fundou no Cristianismo a civilização ocidental.

Ao retomar o imaginário das estrelas, a nova circum-navegação, uma circum-navegação eletrónica, concretiza o novo paradigma cibercultural, uma travessia em direção à Nova América de um novo arquivo cultural, que reativa em nós formas antigas, o

<sup>11</sup> Carlos Alberto Scolari (2011, p. 128) utiliza como sinónimos os conceitos de *transmedia storytelling* e *cross-media*, o último dos quais, reconhece, é todavia mais usado nos meios profissionais do que nos meios académicos. O termo *transmedia storytelling* foi cunhado por Henry Jenkins (2003). François Jost (2011, p. 95) prefere falar de “luta intermídia”, em vez de utilizar o termo convergência. Ver, também, sobre *transmedia storytelling*, Christian Salmon (2007), que propõe um ponto de vista crítico sobre a *storytelling*: “uma máquina de fabricar histórias e de formatar espíritos”.

arcaísmo, enfim a mitologia, e ao mesmo tempo reconfigura em permanência a comunidade, pelo desejo de ser-e-estar-com-outros<sup>12</sup>.

#### A TRAVESSIA DE ATMOSFERAS E PAISAGENS TECNOLÓGICAS

A travessia tecnológica dá conta da mutação digital, que hoje ocorre na sociedade contemporânea e faz convergir tecnologias da informação, mídia, artes e culturas, ao mesmo tempo que altera comportamentos, atitudes e práticas (Jenkins, 2008).

Sendo seu propósito, portanto, realizar a circum-navegação de um território, feito de atmosferas e paisagens tecnológicas, em busca da nova América de um novo arquivo cultural, a travessia tecnológica, a realizar pelos povos lusófonos, articula-se com a exigência da utilização de três tipos de literacias complementares: uma literacia dos média, que nos habilite para a crítica dos conteúdos; uma literacia informativa, que torne possível avaliar documentos e dados online; e ainda, uma literacia computacional, que permita navegar e criar conteúdos online. Espera-se que a combinação destes três tipos de competências mediáticas, na era da técnica, incremente a participação cívica e a ação criativa, tanto online como offline.

A literacia digital precisa, com efeito, de se tornar nuclear na travessia tecnológica a empreender, de modo a poder ser criativa na cultura. A exigência da criatividade na cultura, exige, pois, desta travessia tecnológica, tanto a criação cultural e artística, nas atuais condições tecnológicas, como uma preocupação com a cidadania e a inclusão social (Kittler, 2011). Por essa razão, não podemos deixar de nos confrontar, também, com as políticas de acesso integral a bases de dados digitais, museus virtuais e repositórios de conhecimento em acesso aberto, que hoje enformam as práticas dos agentes culturais. Em síntese, a travessia tecnológica a empreender por todos os países lusófonos não pode deixar de interrogar estes novos contextos de significação. Trata-se não apenas de interrogar o acesso a tecnologias e a ferramentas tecnológicas, como também de interrogar o acesso à participação cívica e à criação cultural e artística, em ambientes tecnológicos.

Sem dúvida, são, hoje, desafios para a travessia tecnológica, as novas atmosferas tecnológicas, que concretizam as práticas dos profissionais do novo contexto digital, particularmente web designers, curadores online, gestores de museus virtuais, ativistas da web, *youtubers*. E constituem, também, atmosferas tecnológicas, desafiadoras para a travessia a empreender, a proteção e a segurança dos conteúdos culturais digitais, assim como a comunicação desses conteúdos.

Do que se trata, com efeito, nesta nova atmosfera tecnológica é de uma cultura em “status nascendi” (Maffesoli & Martins, 2011, pp. 41-43), uma cultura que tanto compreende novas ferramentas, de artistas e criadores, como perpassa arquivos, museus, gravações-vídeo e filmes. Em síntese, esta cultura em *status nascendi* é uma cultura feita de paisagens tecnológicas.

<sup>12</sup> Desenvolvi a ideia de cibercultura como circum-navegação tecnológica, noutros textos. Ver, neste sentido: Martins, 2011a, pp. 18-19, 2011/2012, pp. 52-54, 2015a, pp. 37-43, 2015/2016, pp. 13-14, 2017, pp. 21-26; Maffesoli & Martins, 2011, pp. 43-44.

Podemos, igualmente, assinalar, entre outras questões centrais desta circum-navegação cibercultural, a formação de novos públicos para as culturas e as artes, assim como as políticas específicas para os repositórios digitais, que têm em vista, sempre, o acesso aberto ao conhecimento.

E não podemos esquecer, neste contexto de circum-navegação tecnológica, os ambientes patrimoniais em rede, cujos acervos são em fluxo. Quer isto dizer, por exemplo, que peças, obras e narrativas, tanto culturais como artísticas, podem ser transferidas de um meio de comunicação para outro (*transmedia remix*) (Sousa, Zagalo & Martins, 2012), e mesmo convertidas, mediante licença, em mercadoria, ou até darem origem a um outro produto.

Finalmente, não podemos perder de vista o facto de que a cultura digital precisa de estar ancorada em poderosos territórios físicos e em pesadas infraestruturas tecnológicas. Porque apenas deste modo é possível criar “territórios culturais” que sirvam o desenvolvimento local sustentado<sup>13</sup>.

#### A LUSOFONIA COMO FIGURA DA MODERNIDADE

Uma ideia de lusofonia, que projete o sentido de uma promessa de comunidade, não pode ser alheia à cinética contemporânea, que é uma cinética tecnológica. Não pode, pois, deixar de se inscrever no contexto do debate sobre a globalização, que é, como atrás salientei, uma realidade de cariz eminentemente económico-financeiro, comandada pelas tecnologias da informação. Esta ideia de globalização dá-nos uma identidade definida, ou seja, definitiva, uma identidade de indivíduos móveis, mobilizáveis, competitivos e performantes no mercado global (Martins, 2015b, pp. 9-10). E exprime, além disso, uma conceção cosmopolita de cultura, “a cultura-mundo” (Martins, Cabeinhas & Macedo, 2011), uma “metafísica da unidade”, servida por uma única língua, o inglês (Martins, 2014).

Mas se é verdade que o mundo se unificou, através da expansão do capitalismo financeiro e especulativo, também se diversificou, por via de resistências e adaptações diversas (Sahlins, 1993, p. ix). Como assinala Manuel Ivone Cunha, “a integração global e a diferenciação local seriam até certo ponto concomitantes. A diferenciação desenvolver-se-ia como resposta à integração mundial” (Cunha, 2015, p. 277).

É este o contexto que me parece poder enquadrar a lusofonia, dado situar-se naquilo a que podemos chamar de “globalização multiculturalista”. A “globalização cosmopolita”, fundada nas tecnologias da informação e na economia, não pode ser contrariada por indivíduos solitários e impotentes, nem por Estados-nações em crise. Pode-o ser, todavia, pela “globalização multiculturalista”, que reúne os povos de áreas geoculturais alargadas, promove e respeita as diferenças, dignificando, do mesmo passo, as línguas nacionais. A “globalização multiculturalista” é a globalização do que é diverso, do que é diferente,

<sup>13</sup> Foram estes os princípios que deram forma à criação do Museu Virtual da Lusofonia, disponível em [www.museuvirtual-dalusofoia.com](http://www.museuvirtual-dalusofoia.com). Sobre a natureza, os objetivos e a estrutura do Museu Virtual da Lusofonia, veja-se Martins, 2017, pp. 46-49.

do que é outro. É feita pela mistura, pela miscigenação de etnias, línguas, memórias e tradições (Martins, 2011b)<sup>14</sup>. E é este o sentido que nos parece dever servir a lusofonia.

Quanto à figura da “portugalidade”, uma assombração que vampiriza a figura da lusofonia (Sousa, 2017), devemos alinhá-la ao lado de todas as outras figuras, antigas e modernas, que a vampirizam, sejam figuras luso-tropicalistas ou neocoloniais, sejam figuras de ressentimento, portuguesas, brasileiras, moçambicanas ou angolanas, ou de outros países lusófonos<sup>15</sup>.

Este artigo ensaia, com efeito, sobre as possibilidades da lusofonia, não como o imaginário de um país, mas como um espaço linguístico e geocultural, transcultural e transnacional. Queremos dar à lusofonia o sentido de um imaginário inextricavelmente português, brasileiro, angolano, moçambicano, guineense, cabo-verdiano, são-tomense, timorense, galego, assim como de todas as diásporas destes povos. Como assinala José Luiz Fiorin (2006, p. 46),

é necessário que não haja autoridade paterna dos padrões lusitanos. (...) A lusofonia não será pátria, porque não será um espaço de poder ou de autoridade. Será mátria e será frátria, porque deve ser o espaço dos iguais, dos que têm a mesma origem. Se assim não for, ela não terá nenhum significado simbólico real, será um espaço do discurso vazio de um jargão político sem sentido.

Ou seja, o espaço cultural da lusofonia e a comunidade e a confraternidade de sentido e de partilha comuns só podem realizar-se pela assunção da pluralidade e da diferença e pelo conhecimento aprofundado de uns e de outros.

À pergunta “podem os subalternos falar?”, em tempos endereçada por Gayatri Spivak (1988) contra a razão ocidental, podemos, pois, responder com uma ideia de lusofonia, que é um combate, não apenas pela afirmação da diferença plural, em que radica o espaço lusófono, mas também pelo reconhecimento da diversidade dos povos e culturas que o constituem.

Como temos procurado demonstrar, este entendimento da lusofonia nada tem a ver com “uma nostalgia de império”. Assim como também nada tem a ver com qualquer justificação histórica do projeto colonial que, no passado, mobilizou as nações europeias. A ideia de lusofonia não ignora, pois, o logocentrismo – um discurso único, que foi também o único sentido; o etnocentrismo – uma narrativa única, entre gênese e apocalipse, que continha a memória de um povo, uno e único; o imperialismo, que serviu a razão de um único Estado; enfim, o colonialismo, que alimentou o tráfico de escravos e impôs a dominação dos povos do sul pelos povos do norte.

<sup>14</sup> Sobre a tensão entre a globalização cosmopolita e a globalização multiculturalista, ver “Globalization and lusophone world. Implications for citizenship” (Martins, 2011b).

<sup>15</sup> Sobre os equívocos que parasitam a figura da lusofonia, ver, por exemplo, Martins, 2014, pp. 25-27.



## AS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO E O ESPAÇO TRANSCULTURAL E TRANSNACIONAL LUSÓFONO

É da natureza das Ciências da Comunicação ocuparem-se dos processos de significação social. Enquadra-se neste contexto o estudo das narrativas, que classicamente interrogou as suas funções (Propp e Jakobson), a sua lógica (Barthes, Greimas, Peirce), e os modos como nela se produz sentido (Bakhtin, Halliday, Metz, Baudrillard, Bourdieu). Entretanto, ao ocuparem-se dos média digitais, as Ciências da Comunicação interrogam as narrativas visuais tecnológicas (Lev Manovich, Henry Jenkins, Kress, van Leeuwen, Jay Bolter, Richard Grusin, Steven Shaviro, Carlos Scolari).

E é das narrativas visuais tecnológicas que nos ocupamos neste estudo. Porque são elas que constituem o contemporâneo (Martins, 2007). Ao interrogarem a nossa atual experiência, as Ciências da Comunicação dão-nos a ver paisagens tecnológicas, que exprimem atmosferas sensíveis e sociais, e que remetem, tanto para um tempo de mobilização total para o mercado (Martins, 2010), como simultaneamente remetem para um tempo agitado, um tempo de sobreaquecimento contínuo. As narrativas visuais tecnológicas mobilizam, pois, as emoções e configuram formas melancólicas, que resultam da combinação entre *techne* e *aesthesis*, ou seja, entre técnica e emoção, e também, entre *techne* e *arche*, o que quer dizer, entre o novo e o arcaico (Martins, 2003, 2005, 2007, 2009; Martins, Oliveira & Correia, 2011).

Ora, estando os países lusófonos convocados a empreender esta viagem tecnológica, como quem abre “a última porta para a noite” (Steiner, 1992, p. 6)<sup>16</sup>, pela dificuldade da travessia a realizar, relembro a conferência de Heidegger (1988, p. 38), pronunciada em 1953, sobre “A questão da técnica” (*Die Frage nach der Technik*). Embora o filósofo alemão considere a técnica como o perigo, argumenta com o verso de Hölderlin, mas “Lá onde está o perigo cresce também o que salva”.

É este o mote que utilizo para a proposta que faço para o espaço lusófono. A circum-navegação tecnológica, a que a contemporaneidade nos convoca, dá conta do acontecimento maior da experiência contemporânea, o da fusão de *techne* e *bios*. E nós podemos encarar esta experiência como condição de possibilidade para *uma circum-navegação lusófona*, ou seja, como condição de possibilidade *para uma travessia* a realizar pelos povos lusófonos, *em redes transculturais e transnacionais de conhecimento*, que reconfigurem em permanência o sentido de comunidade, enfim, desejo de ser-e-estar-com-outros. ✍

## REFERÊNCIAS

Alexandre, V. (1973). Le colonialisme portugais: réalité et mythe. In *Suisse-Portugal, de l'Europe à l'Afrique* (pp. 8-17). Genève: s.e..

<sup>16</sup> Querendo precisar o sentido da viagem que quer empreender conosco, no ensaio “para uma redefinição da cultura”, Steiner escreve logo no frontispício: “dir-se-ia que estamos, no que se refere a uma teoria da cultura, no mesmo ponto em que a Judite de Bartok, quando pede para abrir a última porta para a noite” (Steiner, 1992, p. 6). Steiner convoca a personagem Judite, do libreto de uma das óperas de Bartok, que tomara como modelo o conto tradicional, *No Castelo do Barba Azul*. E o seu ensaio sobre a cultura contemporânea, uma cultura de matriz tecnológica, é uma porta aberta sobre “O grande tédio” (título do primeiro capítulo); sobre “Uma temporada no Inferno” (título do segundo capítulo), sobre a “Pós-cultura” (título do terceiro capítulo).

- Bastide, R. (1972). Lusotropicology, race, nationalism, class protest and development in Brazil and portuguese Africa. R. H. Chilcote (Ed.), *Protest and resistance in Angola and Brazil* (pp. 225-240). Berkeley: University of California Press.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée.
- Bourdieu, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, 32(3), 405-411.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.
- Boxer, C. (1963). *Race relations in the portuguese colonial empire, 1415-1825*. Londres: Oxford University Press.
- Brito, R. & Martins, M. L. (2004). Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português. In *Livro de Atas do III Congresso da Sopcom*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1005>
- Castelo, C. (1998). "O modo português de estar no mundo". *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Chacon, V. (2000). Gilberto Freyre, a globalização e o luso-tropicalismo. In A. Moreira & J. C. Venâncio (Eds.), *O luso-tropicalismo. Uma teoria social em questão* (pp. 33-41). Lisboa: Veja.
- Chacon, V. (2002). *O futuro da lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- Correia, M. L. (2013). *Intermitências na cultura visual contemporânea: o postal ilustrado e a imagem recreativa*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29216>
- Cunha, M. I. (2015). As duas faces da cultura: usos e sentidos de uma noção. J. In Y. Durand & H. Martins, *Olhares e ofícios de antropólogos em Espanha e Portugal* (pp. 269-291). Braga: CRIA-UMinho. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/40115>.
- Faraco, C. A. (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola.
- Faraco, C. A. (2012). Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In L. Tânia, Z. Carneiro, J. Soledade, A. Almeida & S. Ribeiro (Eds.), *ROSAE. Linguística, História, História das Línguas e Outras Histórias* (pp. 31-50). Salvador: EDUFBA.
- Fiorin, J. L. (2006). A lusofonia como espaço linguístico. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 25-48). São Paulo: EDUC.
- Foster, H. (2002). *Design and crime (and other diatribes)*. Nova Iorque: Verso.
- Heidegger, M. (1954/1988). *La question de la technique. Essais et conférences*. Paris: Gallimard.
- Hugon, St. (2010). *Circumnavigations. L'imaginaire du voyage dans l'expérience internet*. Paris: CNRS Éditions.
- Jakobson, R. (1970). *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- Jenkins, H. (2008). *Convergence culture – where old and new media collide?* Nova Iorque: New York University Press.
- Jenkins, H. (2003). Transmedia storytelling. *MIT Technology Review*. Retirado de <https://www.technologyreview.com/s/401760/transmedia-storytelling/>

- Jost, F. (2011). Novos comportamentos para antigas mídias ou antigos comportamentos para novas mídias? *Matrizes*, 4(2), 93-109. Retirado de <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38294/41119>
- Jünger, E. (1930/1990). *La mobilisation totale*. Paris: Gallimard.
- Kerckhove, D. de (1997). *A pele da cultura – uma investigação sobre a nova realidade electrónica*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Kittler, Fr. (2011). Técnicas artísticas. In M. T Cruz (Ed.), *Novos média. Novas práticas* (pp. 10-19). Lisboa: Vega.
- Lopes, A. J. (2004). *A batalha das línguas. Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Maputo: IUEM/Fundação Universitária, UEM.
- Maffesoli, M. & Martins, M. L. (2012). Ciberculturas. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 42, 41-52. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23794>
- Martins, M. L. (1998). A biblioteca de Babel e a árvore do conhecimento. *O Escritor*, 11/12, 235-240. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/30068>
- Martins, M. L. (2003). O quotidiano e os média. *Todas as Letras*, 5, 97-105. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/1064>
- Martins, M. L. (2005). Espaço público e vida privada. *Revista Filosófica de Coimbra*, 27, 157-172. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23799>
- Martins, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5-7. DOI: 10.17231/comsoc.12(2007).1092
- Martins, M. L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 1, 158-162. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24132>
- Martins, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares & M. Damásio (Eds.), *Teorias e práticas dos media. Situando o local no global* (pp. 267-278). Lisboa: Edições Lusófonas. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/24250>
- Martins, M. L. (2011a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29167>
- Martins, M. L. (2011b). Globalization and lusophone world. Implications for citizenship. In M. Pinto & H. Sousa (Ed.), *Communication and citizenship: rethinking crisis and change* (pp. 75-84). Coimbra: Grácio Editor. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25344>
- Martins, M. L. (2011/12). Média digitais – hibridez, interatividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43-44, 49-60. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/25606>
- Martins, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. M. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo: EDUC – IP-PUC. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/29178>
- Martins, M. L. (2015/2016). Ciências da Comunicação e mundo Lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, XIII, 11-18. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/45164>
- Martins, M. L. (2015a). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 27-56). Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39698>
- Martins, M. L. (2015b). Lusofonias – reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 7-23). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/39703>

- Martins, M. L. (2015 c). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420. DOI: 10.17231/comsoc.27(2015).2109
- Martins, M. L. (2015 d). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 3(1), 341-361. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/40655>
- Martins, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais o futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/51039>
- Martins, M. L. (2018a). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica – Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da PUCRS*, 11(1), 3-11. DOI: 10.15448/1984-4301.2018.1.30438
- Martins, M. L. (2018b). Communication studies cartography in the lusophone world. *Media, Culture & Society*, 40(3), 458-463. DOI: 10.1177/0163443717752812
- Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds.) (2011). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, Lusofonia e Cultura-Mundo, IX*. Braga: Universidade do Minho/Grácio Editor. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/36686>
- Martins, M. L. & Correia, M. L. (Eds.) (2014). *Do post ao postal*. Famalicão: Húmus. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/35295>
- Martins, M. L., Oliveira, M. & Correia, M. L. (2011). Les images numériques s’imaginent l’archaïque: mettre en perspective les cartes postales. *Sociétés*, 111, 163- 177. DOI: 10.3917/soc.111.0163
- Morin, E. (1962). *L’esprit du temps*. Paris: Grasset.
- Mungioli, M. C. (2011). A construção de mundos possíveis se tornou um processo coletivo. Entrevista com Carlos Alberto Scolari. *Matrizes*, 4(2), 127-136. Retirado de [www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38296/41123/](http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38296/41123/)
- Sahlins, M. (1993). Goodbye to “Tristes Tropiques”: ethnography in the context of Modern History. *Journal of Modern History*, 65, 1-25.
- Salmon, Ch. (2007). *Storytelling. La machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte.
- Sloterdijk, P. (2000). *La mobilisation infinie*. Paris: Christian Bourgois.
- Sousa, M. N. (2018). *A propagação de histórias através de múltiplos média. Por um modelo conceptual de transmediações, adaptações e outros exercícios derivativos*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação. Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/56395>
- Sousa, M. N., Zagalo, N. & Martins, M. L. (2012). Eu também posso propagar histórias. A adaptação e as narrativas transmediáticas na era da participação”. *Comunicação e Sociedade*, 22, 167-183. DOI: 10.17231/comsoc.22(2012).1280
- Sousa, M. N., Martins, M. L. & Zagalo, N. (2016). Transmedia storytelling: the roles and stakes of the different participants in the process of a convergent story, in divergent media and artefacts. In A. Lugmayr & C. Dal Zotto (Eds.), *Media convergence handbook* (Vol.2, pp. 117-135). Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag.

- Sousa, V. (2017). *Da 'portugalidade' à lusofonia*. Famalicão: Húmus.
- Spivak, G. (1988/1994). Can the subaltern speak? In P. Williams & L. Chrisman, *Colonial and Post-colonial theory. A reader* (pp. 66-111). Nova Iorque: Columbia University Press.
- Steiner, G. (1971/1992). *No castelo do Barba Azul. Notas para a redefinição da cultura*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Todorov, T. (1982). *La conquête de l'Amérique. La question de l'autre*. Paris: Éditions du Seuil.
- Tamen, M. (2018, junho). *Ler* (entrevista), 149, 20-33.
- Tamen, M. (2016, 8 de janeiro). Língua portuguesa. A política da língua. *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/opiniao/politica-da-lingua/>
- Tamen, M. (2012, 24 de abril). Miguel Tamen. A lusofonia é uma espécie de colonialismo de esquerda. *i*. Retirado de <https://ionline.sapo.pt/467762>
- Virilio, P. (2001). Entretien avec Paul Virilio. *Le Monde de l'Éducation*, 294, 135-138.

#### NOTA BIOGRÁFICA

Moisés de Lemos Martins é Professor de sociologia da cultura e da comunicação na Universidade do Minho (Braga, Portugal), sendo nesta universidade Diretor do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), que fundou em 2001. É autor de uma vasta obra académica no campo da epistemologia e sociologia da comunicação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Email: [moisesm@ics.uminho.pt](mailto:moisesm@ics.uminho.pt); [moiseslmartins@gmail.com](mailto:moiseslmartins@gmail.com)

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Campus de Gualtar, Universidade do Minho, Braga 4710-057, Portugal

\* **Submetido: 04.05.2018**

\* **Aceite: 03.07.2018**



---

## PORTUGUESE-SPEAKING COUNTRIES AND THE CHALLENGE OF A TECHNOLOGICAL CIRCUMNAVIGATION

Moisés de Lemos Martins

---

### ABSTRACT

In this article, I propose the assumption that we are making a technological journey, analogous in many respects to European ocean voyages of the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries (Martins, 2015a, 2017, 2018a, 2018b). Thus, I confront the technological nature of the current financial globalization and the commercial nature of European maritime expansion. Whereas the first journey resulted in the colonization of peoples and nations, in the second journey we moved, in a century and a half, to that which Edgar Morin called the “colonization of the spirit” of the entire human community (Morin, 1962). Within this context, I took into consideration the consequences, for culture, of the acceleration of the time via technology, which has mobilized human beings, “totally” (Jünger, 1930) and “infinitely” (Sloterdijk, 2010), in view of the urgencies of the present (Martins, 2010). On the other hand, I will use post-colonial studies to situate transnational and transcultural identities, by examining Portuguese-speaking communities within the context of the “battle of languages,” to use an expression coined by Mozambican linguist Armando Jorge Lopes (2004). This is why I will consider “technological circumnavigation” (Martins, 2015a, 2017, 2018a, 2018b), to be undertaken by every Portuguese-speaking country, like a fight for the world’s symbolic ordering (Bourdieu, 1977, 1979, 1982), where we raise hegemony language-related problems and those pertaining to political, scientific, cultural and artistic subordination (Martins, 2015b). This is, therefore an electronic journey, using sites, portals, social media, digital repositories and archives, as well as virtual museums. What’s more, the viewpoint adopted is that which states a great language of cultures and thinking, such as Portuguese, likewise cannot avoid being a great language of human and scientific knowledge.

### KEYWORDS

Post-colonialism; Lusophony; Portuguese language; transcultural and transnational identities; technological circumnavigation

---

## OS PAÍSES LUSÓFONOS E O DESAFIO DE UMA CIRCUM-NAVEGAÇÃO TECNOLÓGICA

### RESUMO

Proponho neste artigo a hipótese de estarmos a fazer uma travessia tecnológica, em muitos aspetos análoga à travessia marítima europeia dos séculos XV e XVI (Martins, 2015a, 2017, 2018a, 2018b). Coloco, pois, em confronto a natureza tecnológica da atual globalização financeira e a natureza comercial da expansão marítima europeia. E se da primeira travessia resultou a colonização de povos e nações, com a segunda travessia passámos, em século e meio, àquilo a que Edgar Morin chamou a “colonização do espírito” de toda a comunidade humana (Morin, 1962). Neste contexto, tomei em consideração as consequências, para a cultura, da aceleração da época pela tecnociência, que tem mobilizado o humano, “total” (Jünger, 1930) e “infinitamente” (Sloterdijk, 2010), para as urgências do presente (Martins, 2010). Por outro lado, vou situar nos estudos pós-coloniais as identidades transnacionais e transculturais, analisando as comunidades lusófonas no contexto da “batalha das línguas”, para utilizar uma expressão do

linguista moçambicano, Armando Jorge Lopes (2004). Por essa razão, vou considerar a “circum-navegação tecnológica” (Martins, 2015a, 2017, 2018a, 2018b), a empreender por todos os países do espaço lusófono, como um combate pela ordenação simbólica do mundo (Bourdieu, 1977, 1979, 1982), onde se colocam os problemas de língua hegemónica e de subordinação política, científica, cultural e artística (Martins, 2015b). Trata-se, pois, de uma travessia eletrónica, utilizando sites, portais, redes sociais, repositórios e arquivos digitais, e ainda, museus virtuais. E o ponto de vista adotado é o de que uma grande língua de culturas e de pensamento, como é a língua portuguesa, não pode deixar de ser, igualmente, uma grande língua de conhecimento, humano e científico.

#### PALAVRAS-CHAVE

Pós-colonialismo; lusofonia; língua portuguesa; identidades transculturais e transnacionais; circum-navegação tecnológica

---

#### LANGUAGE POLICY AND LUSOPHONY<sup>1</sup>

Right at the opening of the study, “Can the subaltern speak,” Gayatri Spivak confronts the authors, whom we in the West identify as the “difference thinkers” (especially, Marx, Althusser, Derrida, Foucault, Deleuze, Guatarri and Lyotard), with a vital question. In these authors, we also see Western reason being expressed, and not the reason of that which we identify as “the other”. The other’s power (Marx and Foucault), the other’s wish (Deleuze and Guatarri) and the other’s interest (Marx and Althusser) do not have, in the “philosophy of difference” (Derrida and Lyotard) the “other’s” voice. That is why “the other” is not the “subject”; it’s merely the alienation of a subject, as this is nothing more than a projection of the Western subject, with its categories and context. As a result, Gayatri Spivak proceeds to make a closed criticism of “discussing the subject”, as done by these iconic thinkers. And, in so doing, this calls into question the depiction of the Third World subject, as projected by Western discourse. As we know, the center never stopped projecting and conceptualizing what it regards as its peripheries: Africa, the Orient, Latina America – in short, the Third World. Gayatri Spivak (1988/1994, p. 66) thus concludes that radical criticism, which we observe in these Western authors, is not all that radical, as it manifests “an interested wish to preserve the Western subject, or the West as Subject”.

While taking Lusophony as an object, I use this article to question the political, strategic and cultural condition of Portuguese-speaking countries, within the context of globalization, which is, above all, a financial and technological reality, with a hegemonic language (English), and which, because of this, sees all of these countries faced with the problem of their linguistic, cultural, political and scientific subordination. That is to say, the common condition of the political subordination of Portuguese-speaking countries is expressed by the common condition of subordination of their language, cultures and knowledge. However, though we can imagine, for Portuguese-speaking countries, a dream of converging cultures, arts and knowledge, the Portuguese-speaking area, in its

---

<sup>1</sup> Research developed in the context of the project “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, supported by Aga Khan Development Network and Portuguese Foundation for Science and Technology.



territorial, cultural and artistic multiplicity and diversity, still remains a multi-centered, hierarchical, asymmetric and largely unknown area for citizens of the very countries comprising it.

Conditions at the time are technological. And that is why I am led to regard cyberspace as a new place for scientific knowledge, undoubtedly in English, with communication policies jumping onto websites, electronic portals, social media, digital repositories and virtual museums. However, from my viewpoint, the new place for scientific knowledge lies in the Portuguese language.

The notion of Lusophony is, thus, found within the context of the current debate on the globalization of knowledge and digital culture. Plus, for all peoples, globalization today is presented as an inexorable destination, of mobilization toward a global market (Martins, 1998): to a certain extent, we see the unique and definitive identity of individuals from every nation, henceforth mobile and flexible (with no social rights), mobilizable (responding to market needs), competitive (adopting production logic) and performing (achievers of success) (Martins, 2015b, pp. 9-10).

Under these circumstances, the transcultural and transnational space of Portuguese-speaking peoples cannot help but be confronted with a strategic challenge: finding itself, today, on the same side of the fence, of countries that are dominated, subordinate, and constantly pushed toward the periphery of hegemonic globalization, a space spoken in a single language (English), Lusophony can be regarded as a technological and intercultural circumnavigation, a journey, to be undertaken by all Portuguese-speaking peoples, in order to achieve inter-knowledge, cultural, scientific, social, political and economic cooperation, as well as the assertion of diversity in the world, in short, a circumnavigation that opens up to the furthest reaches of human development.

Circumnavigation classically highlights the experience of ocean voyages and of overcoming the set limits of seas, lands and knowledge. Circumnavigation, therefore, constitutes a good metaphor to characterize the Portuguese-speaking (ad)venture, not only of the culture of diversity and intercultural communication, but also of the science achieved in Portuguese. The technological circumnavigation shall, thus, be undertaken via websites, portals, social media, digital repositories and archives, as well as virtual museums.

The notion of Lusophony undoubtedly is not consensual in Portugal, or in the extended area of Portuguese-speaking countries. First and foremost, we need to bear in mind the multicultural and heterogeneous identity, which constitutes each community in the Portuguese-speaking area, as well as the non-Western worlds' intricate and ambivalent relation with former colonizing countries<sup>2</sup>. And likewise, we need to consider the media of each of the countries in the Portuguese-speaking area, within the context of their identity-related strategies, be they local, national or transnational.

To summarize the arguments that have been raised against the notion of Lusophony, I summon Miguel Tamen, Literature Professor at Lisbon University. In several press articles and interviews<sup>3</sup>, Miguel Tamen denounces Lusophony, as he did not understand

<sup>2</sup> Regarding the multicultural and heterogeneous identity of the Portuguese-speaking area, see, for example, the study I have conducted with Regina Brito concerning Mozambique and Timor-Leste (Brito & Martins, 2004).

<sup>3</sup> See, for example, the interviews given, on the one hand, to *i* newspaper (April 24th, 2012) and, on the other hand, to *Ler*

that people and countries can be united by a single language. In his view, it is a pipe dream to imagine language as an asset. And, while not being an asset, there would be no reason to defend it. However, and above all, Lusophony is, to Miguel Tamen (2012), an incorrect notion, as, in Portugal, this corresponds to “a sort of left-wing colonialism”. Following the disappearance of the Portuguese colonial empire, Lusophony would be nothing more than its spiritual replacement. Today, it would replace the former words of “faith, empire and religion” (Tamen, 2012). In short, Lusophony would stem from the mirage of a Portuguese exceptionalism – this exceptionalism, which imagined Portuguese colonization as a unique case in the history of European colonization, now imagines the Portuguese as a different people from all the others (Tamen, 2012)<sup>4</sup>.

This viewpoint is also shared in Brazil, by several authors, including Carlos Alberto Faraco (2012, 2016). To summarize, Faraco believes that the project of Lusophony is a “pipe dream”, particularly because its discourse consists of extolling abstract values, such as the “fellowship of peoples” and the “harmony of cultures” (Faraco, 2012).

In the meantime, in the article he published in the *Observador* newspaper, Miguel Tamen (2016) defends an upsetting viewpoint on language policy. He believes in the disappearance of every Portuguese chair, paid by the Portuguese government at foreign universities; every professor of Portuguese, paid by the Portuguese government, outside Portugal; every rule of spelling, and every attempt, in his view grotesque, to suggest that, by writing the same way, people will speak the same way. To conclude his viewpoint, Miguel Tamen proclaims the following: let’s do away with the Camões Institute, because “the best and only decent language policy is: none” (Tamen, 2016).

The matters regarding the Portuguese language and Lusophony are important, in my view, due to the fact that the invoking of a language and a common transcultural and transnational space constitute, especially from a strategic standpoint, relevant issues, both for Portugal and for every Portuguese-speaking country, as well as for their diasporas.

At all times, human communities were confronted with two vital issues, with the problem of the order, in the attempt to respond to the requirement for community living; and also, with the problem of history, by inquiring on the possibilities of human action. In these aspects, our time is no different from any others. And the debate on the Portuguese language and, thereby, on constituting a Portuguese-speaking community, I consider these to be ways of responding, both to the requirement of community living and to the possibilities of human action.

It is true that construction, in diversity, of the large community of cultures, which the Portuguese-speaking space comprises, calls for a reflective look and how the interaction

---

magazine (no. 149, Spring 2018, pp. 20-33). See also the opinion article published in the *Observador* newspaper (January 8<sup>th</sup>, 2016).

<sup>4</sup> The notion of “sweet colonization”, which would have characterized the process of Portuguese maritime expansion, found in “salazarism” and in “lusotropicalism” their main ideological backings (Castelo, 1998). And no matter how much Vamireh Chacon (2000, 2002) hearkens to Gilberto Freyre’s unawareness with regard to thinking, the hostility many researchers show lusotropicalism, the mere summoning thereof is anathema enough for many authors, wherein they denounce a condescending judgment concerning the historical violence that comprised colonialism (for instance: Alexandre, 1973; Bastide, 1972; Boxer, 1963).

occurs between the people in that space, and also how interaction takes place among the citizens of the various Portuguese-speaking countries, because, in every case, we are dealing with territories marked by heterogeneity and the difference. However, when talking of the Portuguese-speaking space, we are talking about communities that officially express themselves in Portuguese, a language which, due to belonging to cultures, thinking and knowledge, also contributing toward building Portuguese-speaking communities, be they cultural, artistic or scientific.

Today, central in the academic community is the debate regarding scientific policies and on the means of counteracting the hegemonic model for making science, a model that does away with the difference, both by the usage language (English) and by the scientific paradigm called for (Anglo-Saxon)<sup>5</sup>. Undoubtedly, this concerns a strategic issue. A language that makes no effort to state the advances of its time, as well as its contradictions and anxieties, a language makes no effort to state the blockages and impasses of its time, i.e., a language with no thought, as it is a language that does not create knowledge. And, in not doing so, if it does not create knowledge, it is an archaic language, which stultifies and ends up dying<sup>6</sup>.

Performing this task, of making science in Portuguese, in every country speaking it, and also in its diasporas, means giving opportunities to knowledge, which is expressed in the diversity of cultures spoken in Portuguese, thereby contributing toward building a Portuguese-speaking, multi-centered and multifaceted scientific community, a community with human meaning, which is always a community with the sense of debate and cooperation, in respect for diversity and for the difference among cultures.

### THE NEW TECHNOLOGICAL CIRCUMNAVIGATION<sup>7</sup>

The new technological circumnavigation, in Portuguese, comprises a cooperative, transnational and transcultural goal, an aim in scientific, pedagogical, cultural and artistic terms. Such a circumnavigation is expected to be able to develop literacies, promoting the culture of diversity and intercultural communication, in Portuguese-speaking countries and regions, as well as their diasporas. In fact, this was the meaning that was given, both to creating the Museu Virtual da Lusofonia [Lusophony Virtual Museum]<sup>8</sup>, at the University of Minho, in 2017, and to creating the *Lusophone Journal of Cultural Studies*<sup>9</sup>, also at the University of Minho, in 2013.

<sup>5</sup> Regarding the generalization of English as the language of science and on the Anglo-Saxon paradigm for making science, I wrote the article, "A liberdade académica e os seus inimigos" [Academic freedom and its enemies] (Martins, 2015b).

<sup>6</sup> This viewpoint is articulated with the general goals of the work that I wrote regarding renewed research concerning culture, which opens today to cultural and scientific policies, and comprises ethnic, post-colonial, communication-related, anthropological ethnographic and feminist studies, signing a commitment with the current and the contemporary, which also means, with the present and the everyday (Martins, 2015d).

<sup>7</sup> This section takes up a few paragraphs, rewriting them, from the study I conducted regarding communication of science, open access to knowledge and digital repositories (Martins, 2017).

<sup>8</sup> Available at <http://www.museuvirtualdalusofonia.com/>

<sup>9</sup> Available at <http://www.rlec.pt/index.php/rlec>

In both cases, the idea is to constitute knowledge bases, that is, digital repositories and virtual museums, in Social and Human Sciences, at the Portuguese-speaking scale, that could represent, not just a major scientific assertion in Portuguese, but which also bring together a significant cultural and artistic corpus enabling us to understand the logic of interdependencies, from the standpoint of intercultural communication. That is, while deriving inspiration from Tzvetan Todorov (1982), the idea will be to use this scientific, cultural and artistic corpus to clarify our value judgments on the other, as well as the stereotypes with which we accommodate them. The idea will be to also clarify the concrete practices of assimilation, submission or indifference, relative to the other, as well as to counteract the “metaphysics of unity,” which may be present in the notion of intercultural communication, if we happen to be unaware of the social processes of segregation, domination and seizing power (Martins, 2014).

Circumnavigation is a good metaphor for characterizing the current technological experience, given that this helps us think through the journey to be taken in that which is, after all, the contemporary experience par excellence<sup>10</sup>. The post-colonial circumstances are those of a world mobilized in its practices by all kinds of technologies, especially by mobile communication, information and leisure platforms (iPad, tablets, smartphones, etc.), by new forms of social interaction (social and technical networks) and by models arising from interaction (for example, apps and videogames).

In classical circumnavigation, there was the sextant, the astrolabe, the armillary sphere and the *balestilha*. However, in particular there were the stars, to guide us at night. In the meantime, we no longer looked at the stars and started looking at screens, as pointed out by Paul Virilio (2001, p. 135). That is, from the history of meaning in which the stars found themselves, the West paved the way to the screens, meaning, to “innovation, hybridity and interactivity” (Martins, 2011/12, p. 49).

The new media, or digital media, mean precisely that: communication mediated by computer, and, as a result, innovation, hybridity and interactivity. Innovation means practices calling for technological intervention. And because we are dealing with technological practices, we need to address, in digital media, first and foremost, programming and design (Foster, 2002).

In the meantime, concurrently with technological practices, we see the emergence of new communication practices calling for a change in the meaning of reading, as well as a change in the sense of glancing. Today, reading the newspaper, watching television or going to museum exhibits, are exercises in communication, all of which include practices of surfing the web, that is, communication practices, under specific conditions of time, space and interlocution: downloads, whether or not pirated, number of hits on Youtube, discussions on social media, expanding articles on blog posts, expanding images on YouTube videos.

<sup>10</sup> The figure of circumnavigation, linked to the notion of technological journey, is originally developed in the Ph.D thesis of Stéphane Hugon, defended in 2007, at the Sorbonne, entitled, *Circumnavigations, la construction sociale de l'identité en ligne*. This thesis was published in 2010, while keeping the figure of circumnavigation in the title: *Circumnavigations. L'imaginaire du voyage dans l'expérience internet*. Aligning himself from the standpoint of “a sociology of electronic spaces”, Hugon questions, among other aspects, “a culture of wandering,” “a genealogy of drifting,” “what it means to inhabit”, “what a landscape is” and also “community dynamics”.

Digital media also mean hybridity, i.e., a synthesis made possible by the technical reality, making way for artificial beings, virtual worlds and simulating experiences. And, within this context, it's one thing, for instance, to engage in the reading process, characterized by Roman Jakobson, in *Lingüística e Comunicação* [Linguistics and Communication] (2003), which presumes an intersemiotic rendering, or of transmutation, in the process of interpreting verbal signs using non-verbal systems. Another thing altogether is the reading referred to in *transmedia storytelling*, or *cross-media*, which means expanding narrative, using various media (Sousa, 2018; Sousa, Martins & Zagalo, 2016)<sup>11</sup>.

Digital media also means interactivity, and not exactly interaction; that is, they mean social practices, which don't hearken merely to freedom and autonomy of social players; they also hearken to constraints of social action, which always occurs under specific conditions of time, space and interlocution.

And the current electronic programming and design devices, in a line of both continuity and split with the photo camera, are what generalize the image production process such as "drill and simulation" practices (Baudrillard, 1981), between recreational exchange and the daily sharing of digital images, in real and virtual environments of our cell phones and computers, identical to what happened, in the past, with postcards (Correia, 2013; and Martins & Correia, 2014).

Thus, digital media mean new production practices of meaning, that is, new language and communication practices: on the one hand, multimodal or transmedia textualities ("hypertextualities"); and, on the other hand, forms of interactive digital communication. In the meantime, in this journey, we assign ourselves a "technological skin" (Kerckhove, 1997), a skin for affection, meaning, a skin for "being with others".

In the West, stars, in fact, have narrative virtualities: they have always guided us through journeys/voyages (seas, deserts and temptations); they had meaning, or rather, they inscribed us in a story of meaning, between a genesis and an apocalypse. And, upon inscribing us in this story of salvation, they always prevented us from capsizing. In Western culture, we even have a star par excellence: the one that, having risen in the East, has led the West for twenty centuries. Indeed, the star that guided the Three Wise Men led to the narrative of the Epiphany – the mystery of a God incarnate, who founded Western civilization in Christianity.

By taking up the imagination of the stars, the new circumnavigation, an electronic circumnavigation, brings about the new cybercultural paradigm, a journey to the New America of a new cultural archive, reactivating ancient forms in us, archaism, in short, mythology, while continually reconfiguring the community, through the longing to be with others<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Carlos Alberto Scolari (2011, p. 128) uses, as synonyms, the concepts of *transmedia storytelling* and *cross-media*, as he acknowledges that the latter is nonetheless more often used in professional circles than in academic ones. The term *transmedia storytelling* was coined by Henry Jenkins (2003). François Jost (2011, p. 95) prefers to speak of "intermedia struggle", instead of using the term convergence. Regarding *transmedia storytelling*, see also Christian Salmon (2007), who proposes a critical viewpoint on *storytelling*: "a story-making and spirit-formatting machine".

<sup>12</sup> I have developed the notion of cyberculture as technological circumnavigation, in other texts. In this regard, see: Maffesoli & Martins, 2011, pp. 43-44; Martins, 2011a, pp. 18-19, 2011/2012, pp. 52-54, 2015a, pp. 37-43, 2017, pp. 21-26, 2015/2016, pp. 13-14.

## THE JOURNEY OF TECHNOLOGICAL ATMOSPHERES AND LANDSCAPES

The technological journey describes digital mutation, currently occurring in contemporary society and causes a convergence of information, media, art and culture technologies, while altering behaviors, attitudes and practices (Jenkins, 2008).

Therefore, since its purpose is to undertake the circumnavigation of a territory, made up of technological atmospheres and landscapes, in search of the new America of a new cultural archive, the technological journey, to be undertaken by Portuguese-speaking peoples, combines with the requirement calling for the use of three kinds of complementary literacies: a literacy of the media, which qualifies us for criticizing contents; an informative literacy, enabling an assessment of online documents and data; and also, a computational literacy, allowing us to surf and create online contents. The combination of these three kinds of media skills, in the technical age, is expected to boost civic participation and creative action, both online and offline.

Indeed, digital literacy needs to become central in the technological journey to be undertaken, so as to be creative in culture. Thus, the requisite of creativity in culture requires, of this technological journey, both cultural and artistic creation, under current technological conditions, and concern with citizenship and social inclusion (Kittler, 2011). This is why we cannot help but be confronted, as well, with the policies of full access to digital databases, virtual museums and repositories of open-access knowledge, which shape the practices of cultural agents today. In a nutshell, the technological journey to be undertaken by every Portuguese-speaking country cannot help but question these new contexts of meaning. This is not merely about questioning access to technologies and technological tools, but also about questioning access to civic participation and to cultural and artistic creation, in technological environments.

Without a doubt, today they comprise challenges to the technological journey, to new technological atmospheres, which put in place professionals' practices within the new digital context, particularly web designers, online curators, managers of virtual museums, web activists, and youtubers. Plus, they also constitute technological atmospheres that are challenging to the journey to be undertaken, the protection and safety of digital cultural contents, as well as communicating these contents.

Indeed, what concerns us in this new technological atmosphere is a culture in "status nascendi" (Maffesoli & Martins, 2011, pp. 41-43), a culture that both comprises new tools, of artists and creators, and applies to archives, museums, video recordings and films. In short, this culture in "status nascendi" is a culture made up of technological landscapes.

Likewise, among other central issues of this cybercultural circumnavigation, we can highlight the formation of new audiences for cultures and the arts, as well as specific policies for digital repositories, always with a view to open access to knowledge.

What's more, within this context of technological circumnavigation, we mustn't forget material network environments, whose acquisitions are in flux. This means, for example, that plays, works and narratives, both cultural and artistic, can be transferred from one means of communication to another (*transmedia remix*) (Sousa, Zagalo & Martins, 2012), and even converted, under license, into merchandise, or even giving rise to another product.

Finally, we must not lose sight of the fact that digital culture needs to be underpinned in powerful physical territories and in heavy technological infrastructures. Because this is the only way we can create “cultural territories” serving sustained local development<sup>13</sup>.

#### LUSOPHONY AS A FIGURE OF MODERNITY

A notion of Lusophony, projecting the meaning of a community promise, must not remain unconnected to contemporary kinetics, which is a technological kinetics. Thus, we must be inscribed within the context of the debate on globalization, which is, as I pointed out earlier, a reality of an eminently economic and financial nature, controlled by information technologies. This notion of globalization gives us a defined identity, that is, definite, an identity of mobile, mobilizable, competitive and performing individuals in the global market (Martins, 2015b, pp. 9-10). Moreover, this expresses a cosmopolitan conception of culture, “a culture-world” (Martins, Cabecinhas & Macedo, 2011), a “metaphysics of unity,” served by a single language: English (Martins, 2014).

However, whereas it is true that the world has unified, via the expansion of financial and speculative capitalism, it has also diversified, through various resistances and adaptations (Sahlins, 1993, p. ix). As pointed out by Manuel Ivone Cunha, “global integration and local differentiation would be, to a certain extent, concurrent. Differentiation would develop in response to world integration” (Cunha, 2015, p. 277).

This is the context which, to me, can accommodate Lusophony, given that it is situated in what we could call “multiculturalist globalization”, “Cosmopolitan globalization”, founded in information technologies and in the economy, cannot be counteracted by lone and impotent individuals, or by Nation-states in crisis. This might be the case, however, for “multiculturalist globalization”, bringing together peoples from extended geocultural areas, promoting and respecting the differences, while dignifying national languages. “Multiculturalist globalization” is the globalization of that which is diverse, of what is different, of that which is another. This occurs through the blending, the cross-breeding of ethnic groups, languages, memories and traditions (Martins, 2011b)<sup>14</sup>. And this is the purpose that we believe should serve Lusophony.

As for the figure of “portugality”, the revenant that “vampirizes” the figure of Lusophony (Sousa, 2017), we need to align it alongside all other figures, ancient and modern, “vampirizing” it, be they luso-tropicalist or neocolonial figures, or figures of resentment – Portuguese, Brazilian, Mozambican or Angolan, or from other Portuguese-speaking countries<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> These were the principles that lent substance to the creation of the Museu Virtual da Lusofonia [Lusophony Virtual Museum], available at [www.museuvirtualdalusofonia.com](http://www.museuvirtualdalusofonia.com). Regarding the nature, goals and structure of the Lusophony Virtual Museum, see Martins, 2017, pp. 46-49.

<sup>14</sup> Regarding tension between cosmopolitan and multiculturalist globalization, see “Globalization and lusophone world. Implications for citizenship” (Martins, 2011b).

<sup>15</sup> Regarding the misconceptions interfering with the figure of Lusophony, see, for example, Martins, 2014, pp. 25-27.

Indeed, this article essays on the possibilities of Lusophony, not like the imagination of a country, but as a linguistic and geocultural, transcultural and transnational space. We want to endow Lusophony with the meaning of an inextricably Portuguese, Brazilian, Angolan, Mozambican, Guinean, Cape Verdean, San Tomean, Timorese, Galician imagination, as well as all of these peoples' diasporas. As pointed out by José Luiz Fiorin (2006, p. 46),

there has to not be paternal authority from Lusitanian principles. (...) Lusophony shall not be the fatherland, as it will not be a space of power or authority. It shall be a motherland and a brotherland, as it should be the space of equals, of those with the same origin. Otherwise, it will not have any actual symbolic meaning, as it will be a space of empty discourse of a meaningless political jargon.

That is, the cultural space of Lusophony and the community and confraternity of common meaning and sharing can take place only on the assumption of plurality and difference and via in-depth knowledge of both sides.

To the question, “can subordinates speak?”, back in the day asked by Gayatri Spivak (1988) against Western reason, we can, thus, reply with a notion of Lusophony, which is a struggle, not only through the assertion of plural difference, in which the Portuguese-speaking space is grounded, but also by the acknowledgment of diversity of peoples and cultures comprising them.

As we have sought to show, this understanding of Lusophony has nothing to do with “an empire nostalgia”. It also has nothing to do with any historical justification of the colonial project which, in the past, mobilized European nations. The notion of Lusophony, thus, does not ignore logocentrism – a single discourse, which was also the unique meaning; ethnocentrism – a single narrative, between genesis and apocalypse, which contained the memory of a single and united people; imperialism, which served the reason of a single State; in short, colonialism, which fed slave traffic and imposed domination of southern peoples by northern ones.

#### **COMMUNICATION SCIENCES AND PORTUGUESE-SPEAKING TRANSCULTURAL AND TRANSNATIONAL SPACE**

It is the nature of Communication Sciences to deal with the processes of social meaning. Within this context, we have the study of narratives, which classically questioned their functions (Propp e Jakobson), their logic (Barthes, Greimas, Peirce), and the ways in which we derive sense from said logic (Bakhtin, Halliday, Metz, Baudrillard, Bourdieu). In the meantime, by dealing with digital media, Communication Sciences question technological visual narratives (Lev Manovich, Henry Jenkins, Kress, van Leeuwen, Jay Bolter, Richard Grusin, Steven Shaviro, Carlos Scolari).

And the technological visual narratives are what we are dealing with in this study. Because these are what constitute what is contemporary (Martins, 2007). By questioning



our current experience, Communication Sciences allow us to see technological landscapes, expressing sensitive social atmospheres, and which hearken back to a time of complete mobilization to the market (Martins, 2010), and simultaneously hearken back to a troubled time, a time of continuous overheating. Thus, the technological visual narratives mobilize emotions and shape melancholy forms, resulting from the combination of *techne* and *aesthesis*, that is, between technique and emotion, and also, between *techne* e *arche*, meaning, between the new and the archaic (Martins, 2003, 2005, 2007, 2009; Martins, Oliveira & Correia, 2011).

Now, with Portuguese-speaking countries summoned to undertake this technological journey, like someone opening “the last door into night” (Steiner, 1992, p. 6)<sup>16</sup>, due to the difficulty of the journey to be undertaken, I recall the Heidegger conference (1988, p. 38), pronounced in 1953, regarding “The question of technique” (*Die Frage nach der Technik*). Even though the German philosopher regards the technique as the danger, he argues with the verse by Hölderlin, but “There where the danger lies, so, too, does the one that saves grow”.

This is the motto I use for the proposal I make for the Portuguese-speaking space. Technological circumnavigation, to which contemporaneity summons us, details the greatest event of the contemporary experience: the one merging *techne* and *bios*. Plus, we can view this experience as a condition for the possibility of a *Portuguese-speaking circumnavigation*, that is, as a condition for the possibility of a journey to be carried out by Portuguese-speaking peoples, in *transcultural and transnational knowledge networks*, which continually reconfigure the meaning of community, in short, the longing to be with others. ✍

Translation: Traduções Técnicas do Minho, Lda.

## REFERENCES

- Alexandre, V. (1973). Le colonialisme portugais: réalité et mythe. In *Suisse-Portugal, de l'Europe à l'Afrique* (pp. 8-17). Genève.
- Bastide, R. (1972). Lusotropicology, race, nationalism, class protest and development in Brazil and portuguese Africa. In R. H. Chilcote (Ed.), *Protest and resistance in Angola and Brazil* (pp. 225-240). Berkeley: University of California Press.
- Baudrillard, J. (1981). *Simulacres et simulation*. Paris: Galilée.
- Bourdieu, P. (1977). Sur le pouvoir symbolique. *Annales*, 32(3), 405-411.
- Bourdieu, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Éditions de Minuit.

<sup>16</sup> Wanting to specify the meaning of the journey he wants to undertake with us, in the essay “for a redefinition of culture,” Steiner writes on the frontispiece: “it would be said that we are, with regard to a theory of culture, at the same point where Bartok’s Judith, when she asks to open the last door to the night” (Steiner, 1992, p. 6). Steiner summons the character Judith, from the libretto from one of the operas by Bartok, who used the traditional tale as a model, *No Castelo do Barba Azul* [In the Castle of Bluebeard]. And his essay on contemporary culture, a culture of a technological nature, is an open door on “The great tedium” (title of the first chapter); on “A season in Hell” (title of the second chapter), on “Post-culture” (title of the third chapter).

- Bourdieu, P. (1982). *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard.
- Boxer, C. (1963). *Race relations in the portuguese colonial empire, 1415-1825*. London: Oxford University Press.
- Brito, R. & Martins, M. L. (2004). Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português. In *Livro de Atas do III Congresso da Sopcom*. Covilhã: Universidade da Beira Interior. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/1005>
- Castelo, C. (1998). "O modo português de estar no mundo". *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Afrontamento.
- Chacon, V. (2000). Gilberto Freyre, a globalização e o luso-tropicalismo. In A. Moreira & J. C. Venâncio (Eds.), *O luso-tropicalismo. Uma teoria social em questão* (pp. 33-41). Lisboa: Veja.
- Chacon, V. (2002). *O futuro da lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- Correia, M. L. (2013). *Intermitências na cultura visual contemporânea: o postal ilustrado e a imagem recreativa*. Doctoral thesis in Communication Sciences, University of Minho, Braga, Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/29216>
- Cunha, M. I. (2015). As duas faces da cultura: usos e sentidos de uma noção. J. In Y. Durand & H. Martins, *Olhares e ofícios de antropólogos em Espanha e Portugal* (pp. 269-291). Braga: CRIA-UMinho. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/40115>
- Faraco, C. A. (2016). *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola.
- Faraco, C. A. (2012). Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In L. Tânia, Z. Carneiro, J. Soledade, A. Almeida & S. Ribeiro (Eds.), *ROSAE. Linguística, História, história das línguas e outras histórias* (pp. 31-50). Salvador: EDUFBA.
- Fiorin, J. L. (2006). A lusofonia como espaço linguístico. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 25-48). São Paulo: EDUC.
- Foster, H. (2002). *Design and crime (and other diatribes)*. Nova Iorque: Verso.
- Heidegger, M. (1954/1988). La question de la technique. In *Essais et conférences* (pp. 9-48). Paris: Gallimard.
- Hugon, St. (2010). *Circumnavigations. L'imaginaire du voyage dans l'expérience Internet*. Paris: CNRS Éditions.
- Jakobson, R. (1970). *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- Jenkins, H. (2008). *Convergence culture – where old and new media collide?* New York: New York University Press.
- Jenkins, H. (2003). Transmedia storytelling. *MIT Technology Review*. Retrieved from <https://www.technologyreview.com/s/401760/transmedia-storytelling/>
- Jost, F. (2011). Novos comportamentos para antigas mídias ou antigos comportamentos para novas mídias? *Matrizes*, 4(2), 93-109. Retrieved from <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38294/41119>
- Jünger, E. (1930/1990). *La mobilisation totale*. Paris: Gallimard.
- Kerckhove, D. de (1997). *A pele da cultura – uma investigação sobre a nova realidade electrónica*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Kittler, Fr. (2011). Técnicas artísticas. In M. T Cruz (Ed.), *Novos média. Novas práticas* (pp. 10-19). Lisboa: Vega.

- Lopes, A. J. (2004). *A batalha das línguas. Perspectivas sobre Linguística Aplicada em Moçambique*. Maputo: IUEM/Fundação Universitária, UEM.
- Maffesoli, M. & Martins, M. L. (2012). Ciberculturas. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 42, 41-52. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/23794>
- Martins, M. L. (1998). A biblioteca de Babel e a árvore do conhecimento. *O Escritor*, 11/12, 235-240. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/30068>
- Martins, M. L. (2003). O quotidiano e os média. *Todas as Letras*, 5, 97-105. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/1064>
- Martins, M. L. (2005). Espaço público e vida privada. *Revista Filosófica de Coimbra*, 27, 157-172. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/23799>
- Martins, M. L. (2007). Nota introdutória. A época e as suas ideias. *Comunicação e Sociedade*, 12, 5-7. DOI: 10.17231/comsoc.12(2007).1092
- Martins, M. L. (2009). Ce que peuvent les images. Trajet de l'un au multiple. *Les Cahiers Européens de l'Imaginaire*, 1, 158-162. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/24132>
- Martins, M. L. (2010). A mobilização infinita numa sociedade de meios sem fins. In C. Álvares & M. Damásio (Eds.), *Teorias e práticas dos media. Situando o local no global* (pp. 267-278). Lisboa: Edições Lusófonas. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/24250>
- Martins, M. L. (2011a). *Crise no castelo da cultura. Das estrelas para os ecrãs*. Coimbra: Grácio Editor. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/29167>
- Martins, M. L. (2011b). Globalization and lusophone world. Implications for citizenship. In M. Pinto & H. Sousa (Ed.), *Communication and citizenship: rethinking crisis and change* (pp. 75-84). Coimbra: Grácio Editor. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/25344>
- Martins, M. L. (2011/12). Média digitais – hibridez, interatividade, multimodalidade. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 43-44, 49-60. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/25606>
- Martins, M. L. (2014). Língua Portuguesa, globalização e lusofonia. In N. M. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo: EDUC – IP-PUC. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/29178>
- Martins, M. L. (2015/2016). Ciências da Comunicação e mundo Lusófono. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, XIII, 11-18. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/45164>
- Martins, M. L. (2015a). Média digitais e lusofonia. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 27-56). Famalicão: Húmus. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/39698>
- Martins, M. L. (2015b). Lusofonias – reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 7-23). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/39703>
- Martins, M. L. (2015 c). A liberdade académica e os seus inimigos. *Comunicação e Sociedade*, 27, 405-420. DOI: 10.17231/comsoc.27(2015).2109
- Martins, M. L. (2015 d). Os Estudos Culturais como novas Humanidades. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 3(1), 341-361. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/40655>

- Martins, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais o futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/51039>
- Martins, M. L. (2018a). A lusofonia no contexto das identidades transnacionais e transcontinentais. *Letrônica - Revista do Programa de Pós-graduação em Letras da PUCRS*, 11(1), 3-11. DOI: 10.15448/1984-4301.2018.1.30438
- Martins, M. L. (2018b). Communication studies cartography in the lusophone world. *Media, Culture & Society*, 40(3), 458-463. DOI: 10.1177/0163443717752812
- Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (Eds.), (2011). *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, Lusofonia e Cultura-Mundo, IX*. Braga: Universidade do Minho/Grácio Editor. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/36686>
- Martins, M. L. & Correia, M. L. (Eds.) (2014). *Do post ao postal*. Famalicão: Húmus. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/35295>
- Martins, M. L., Oliveira, M. & Correia, M. L. (2011). Les images numériques s’imaginent l’archaïque: mettre en perspective les cartes postales. *Sociétés*, 111, 163-177. DOI: 10.3917/soc.111.0163
- Morin, E. (1962). *L’esprit du temps*. Paris: Grasset.
- Mungiolli, M. C. (2011). A construção de mundos possíveis se tornou um processo coletivo. Interview with Carlos Alberto Scolari. *Matrizes*, 4(2), 127-136. Retrieved from [www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38296/41123/](http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38296/41123/)
- Sahlins, M. (1993). Goodbye to “Tristes Tropiques”: ethnography in the context of Modern History. *Journal of Modern History*, 65, 1-25.
- Salmon, Ch. (2007). *Storytelling. La Machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte.
- Sloterdijk, P. (2000). *La mobilisation infinie*. Paris: Christian Bourgois.
- Sousa, M. N. (2018). *A propagação de histórias através de múltiplos média. Por um modelo conceptual de transmediações, adaptações e outros exercícios derivativos*. Doctoral thesis in Communication Sciences, University of Minho, Braga, Portugal. Retrieved from <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/56395>
- Sousa, M. N., Zagalo, N. & Martins, M. L. (2012). Eu também posso propagar histórias. A adaptação e as narrativas transmediáticas na era da participação”. *Comunicação e Sociedade*, 22, 167-183. DOI: 10.17231/comsoc.22(2012).1280
- Sousa, M. N., Martins, M. L. & Zagalo, N. (2016). Transmedia storytelling: the roles and stakes of the different participants in the process of a convergent story, in divergent media and artefacts. In A. Lugmayr & C. Dal Zotto (Eds.), *Media convergence handbook* (Vol.2, pp. 117-135). Berlin/Heidelberg: Springer-Verlag.
- Sousa, V. (2017). *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*. Famalicão: Húmus.
- Spivak, G. (1988/1994). Can the subaltern speak? In P. Williams & L. Chrisman, *Colonial and Post-colonial theory. A reader* (pp. 66-111). New York: Columbia University Press.
- Steiner, G. (1971/1992). *No Castelo do Barba Azul. Notas para a redefinição da cultura*. Lisboa: Relógio d’Água.

- Todorov, T. (1982). *La Conquête de l'Amérique. La question de l'autre*. Paris: Éditions du Seuil.
- Tamen, M. (2018, junho). *Ler* (entrevista), 149, 20-33.
- Tamen, M. (2016, 8 de janeiro). Língua portuguesa. A política da língua. *Observador*. Retrieved from <https://observador.pt/opiniao/politica-da-lingua/>
- Tamen, M. (2012, 24 de abril). Miguel Tamen. A lusofonia é uma espécie de colonialismo de esquerda. *i*. Retrieved from <https://ionline.sapo.pt/467762>
- Virilio, P. (2001). Entretien avec Paul Virilio. *Le Monde de l'Éducation*, 294, 135-138.

### BIOGRAPHICAL NOTE

Moisés de Lemos Martins is Professor of Sociology of Culture and Communication at the University of Minho (Braga, Portugal). Director of the Communication and Society Research Centre (CECS), which he founded in 2001. He is the author of a vast body of academic work in the field of the epistemology and sociology of communication.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3072-2904>

Email: [moisesm@ics.uminho.pt](mailto:moisesm@ics.uminho.pt); [moiseslmartins@gmail.com](mailto:moiseslmartins@gmail.com)

Address: Communication and Society Research Centre (CECS), Campus de Gualtar, University of Minho, Braga 4710-057, Portugal

\* Submitted: 04.05.2018

\* Accepted: 03.07.2018



---

## ESPAÇO GEOPOLÍTICO LUSÓFONO: VIDAS EM PORTUGUÊS

Regina Brito

---

### RESUMO

*Língua – vidas em Português* (2004), de Victor Lopes, mostra a presença da cultura e da língua portuguesa em diferentes partes do mundo, tomando como representação do universo lusófono: Goa, Moçambique, Brasil, Portugal e Japão. Nosso trabalho parte da hipótese de que opiniões, sentimentos, práticas e comportamentos manifestados em Português por indivíduos comuns presentes no documentário indiciam elementos significativos para uma compreensão de lusofonia. Pelo lugar social que ocupam, suas falas são tomadas como estilos de vida englobantes de opiniões sobre a língua portuguesa e representações da cultura à qual pertencem, enfatizando relações entre os sentidos locais e as significações advindas de fora do país. Encontrar o ponto de equilíbrio entre o local e o global, assim como as tensões históricas entre valores (tradição em oposição à inovação, por exemplo) do universo lusófono são consequências da análise a partir do que o documentário nos lega enquanto significação. Assim, por essa manifestação discursiva, outras linhas de entendimento de lusofonia podem surgir por meio de uma chave de leitura que neutraliza ou complexifica as oposições, construindo uma representação de lusofonia como um espaço marcado pelo encontro de diferenças que não necessariamente estão em competição, mas, ao contrário, como um lugar supranacional em permanente diálogo.

### PALAVRAS-CHAVE

Estudos Lusófonos; identidade lusófona; Português no mundo

---

## LUSOPHONE GEOPOLITICAL SPACE: VIDAS EM PORTUGUÊS

### ABSTRACT

*Língua – vidas em Português* (2004), by Victor Lopes, shows the presence of Portuguese culture and language from around the world; the basis of representation of the lusophone universe are Goa, Mozambique, Brazil, Portugal, and Japan. Our work stems from the hypothesis that opinions, feelings, practices and behaviors manifested in Portuguese by common individuals present in the documentary can indicate significant elements for the comprehension of Lusophony. It is by the social spaces they occupy that their speech can be taken as a way of life, which encompasses opinions of the Portuguese language and representations of the culture they belong to, emphasizing relations between local meanings and those originating from abroad. Finding the balance between the local and global, just as the historic tensions among values (tradition in opposition to innovation, for example) of the lusophone universe are consequences of the analysis that the documentary bequeaths us as significant. As such, from this discursive manifestation, other lines of thinking the lusophone concept emerges through a reading key that neutralizes or complexifies oppositions, constructing the representation of Lusophony as a space marked by the meeting of differences, not necessarily in competition with each other, but rather, a supranational space in permanent dialogue.

### KEYWORDS

Lusophone Studies; lusophone identity; Portuguese in the world

---

E a certa altura, o Português perdeu o dono.  
Mia Couto (*Língua – vidas em Português*, 2004)

## ESPAÇO GLOBALIZADO E LUSOFONIA

A epígrafe que abre este artigo, extraída do documentário *Língua – vidas em Português* (2004) (também evocado no título), foi o mote que orientou, nesta escrita, as reflexões em torno dos Estudos Lusófonos. Partimos de considerações sobre o espaço globalizado e sua relação para a construção de uma ideia de lusofonia, para, na sequência, trazer à baila depoimentos de algumas das “vidas em Português”, retirados do documentário.

Compreender o “espaço globalizado” impõe vivenciarmos o acelerado desenvolvimento dos sistemas de comunicação e com ele a diminuição das distâncias e do tempo (a compressão espaço-tempo, de Harvey<sup>1</sup> ou a supressão das barreiras tempo/espaço, de Bauman<sup>2</sup>); de presenciarmos o avanço das mídias digitais, estreitando limites entre a privacidade e a autopublicidade; de vermos o surgimento de novos blocos econômicos para integrar mercados (mas não, necessariamente, pessoas); de observarmos a rápida disseminação de informações sobre dados de quaisquer naturezas (a sociedade informacional, de Castells<sup>3</sup>).

No entanto, a sociedade capitalista parece não sofrer abalos com essas movimentações que auxiliam na caracterização do espaço globalizado, pois a cultura massificada continua a se sobrepor às locais. Neste cenário, a globalização surge como um processo que busca anular diferenças, impondo uma cultura dominante; ou seja, é um processo que tudo padroniza e que tende a eliminar o particular. Em alguma medida, a lusofonia poderia ser um movimento de resistência que se alimentasse, justamente, da valorização e da recomposição dos sentidos e dos valores locais.

A globalização, entretanto, não ocorre impunemente, pois está em andamento uma reação a esse processo de homogeneização no qual a produção local de cultura se coloca contra a globalização e a indústria cultural, robustecendo seus elementos locais. Dessa forma, a globalização na contemporaneidade se defrontou com o ressurgimento da reafirmação das identidades particulares (étnicas, regionais, sexuais, de gênero, etc.) e, naturalmente, a própria noção de identidade, que se solidificou com a ascensão de nações e sofreu transformações em decorrência desses novos tempos:

<sup>1</sup> “À medida que o espaço parece encolher numa ‘aldeia global’ de telecomunicações e numa ‘espaçonave terra’ de interdependências ecológicas e econômicas (...), e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (...) temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal” (Harvey, 2004, p. 219).

<sup>2</sup> “A mudança [na condição da existência humana] é a nova irrelevância do espaço, disfarçada de aniquilação do tempo. (...) o espaço pode ser atravessado, literalmente ‘em tempo nenhum’; cancela-se a diferença entre ‘longe’ e ‘aqui’. O espaço não impõe mais limites à ação e seus efeitos, e conta pouco, ou nem conta” (Bauman, 2001, p. 136).

<sup>3</sup> “O que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação do conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. (...) Um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação” (Castells, 2005, p. 54).



a globalização produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultural local (...). A dispersão das pessoas ao redor do globo produz identidades que são moldadas e localizadas em diferentes lugares e por diferentes lugares. (Woodward, 2000, pp. 21-22)

Nessa conjuntura, nova representação de lusofonia emerge a partir dos processos de independência de meados da década de 1970<sup>4</sup>. A princípio, entende-se a lusofonia como uma conexão, no plano institucional, dos países que assumiram o Português constitucionalmente como oficial. Consequentemente, a herança portuguesa manteve-se como uma das bases do caldo cultural desses países; assim, de certa forma, pensar numa lusofonia viável (Brito, 2017) supõe estabelecer ou reestabelecer vínculos históricos e culturais entre países de diferentes regiões do globo, partindo de elemento comum – a língua portuguesa – que, necessariamente, se reveste de normas distintas em cada localidade. Além desse elo linguístico, a lusofonia significativa deve partir do complexo de relações culturais que subjazem aos que dela fazem parte, como refere Martins (2006, p. 58):

a lusofonia só poderá entender-se como espaço de cultura. E como espaço de cultura, a lusofonia não pode deixar de nos remeter para aquilo que podemos chamar o indicador fundamental da realidade antropológica, ou seja, para o indicador de humanização, que é o território imaginário de paisagens, tradições e língua, que da lusofonia se reclama, e que é enfim o território dos arquétipos culturais, um inconsciente colectivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos.

Há, contudo, quem veja a lusofonia como um projeto vazio e de aplicação problemática, justamente por causa da multiplicidade de discursos e de definições (ou indefinições) sobre o denominado universo lusófono. Se há autores que identificam certa fragilidade do projeto lusófono, há os que defendem o equilíbrio no meio da multiplicidade discursiva, principalmente pela necessidade de reconhecimento da relação entre a diversidade e a unidade linguístico-cultural. Por exemplo, Cunha (2012, p. 260) propõe uma compreensão de lusofonia como “ponto de confluência de identidades sociais distintas e dispersas”. Como esse autor procura trabalhar a lusofonia no âmbito das relações entre identidade e cultura, seu intento é o de tentar ultrapassar a dimensão linguística dessa questão, sem, contudo, negá-la para poder usá-la como complemento – e não como ponto final – das discussões. Nessa mesma perspectiva,

a Lusofonia adjetivada como ‘viável’, como ‘possível’, como ‘admissível’ deve ter sua identidade construída numa dinâmica contínua de respeito, conhecimento, reconhecimento e legitimação uns dos outros, em que

<sup>4</sup> Referimo-nos, aqui, aos países colonizados por Portugal cuja independência ocorre entre 1974 e 1975, após a Revolução dos Cravos: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe (na África) e Timor-Leste (na Ásia).

vamos pincelando diferenças e afinidades. Uma Lusofonia só pode ser ‘legítima’, na medida em que perceba os diferentes papéis que a língua portuguesa assume em cada localidade, que se construa pela evocação de sons de sotaques vários e que, por fim, aponte para uma conceituação desvinculada de egocentrismos e/ou desconfortos que a palavra LUSOFONIA por vezes carrega, em discursos retrógrados, por sua identificação com uma centralidade da matriz portuguesa em relação aos outros países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que não faz sentido. A lusofonia “autêntica” não tem um centro, mas centros em toda a parte. (Brito, 2017, p. 1045)

A lusofonia aponta-se, portanto, como um espaço de conciliação da diversidade linguística (em relação às variedades da língua portuguesa e às línguas nacionais/locais) e cultural (com diferentes percursos e práticas socioculturais, padrões, vivências, etc) por meio da unidade do português. Por isso, é fundamental reconhecer, defender e legitimar o direito à coexistência de várias normas e subnormas do Português em todos os espaços lusófonos, assim como das línguas nacionais existentes, pautando-se num princípio de “integração entre unidade/variedade” (Brito, 2013, pp. 57-59), capaz de dar sentido à edificação de uma ambiência lusófona.

Entendemos que o espaço simbólico<sup>5</sup> em que se constitui a lusofonia, não pode apenas envolver os sentidos racionalmente articulados, mas deve, também, englobar memórias, tradições, hábitos e valores que perpassam e constituem cada um dos países da CPLP e dos demais espaços da diáspora em que o Português se faz presente para, dialogicamente, assentar os significados das muitas lusofonias que constituímos.

A lusofonia – uma totalidade de sentidos distintos baseados num denominador comum, que se abre dicotomicamente em língua e cultura – não é, como sabemos, um conceito ausente de problemas, especialmente quando se passa do plano conceitual para a concretude da vida. Como afirma Fiorin (2010, p. 18), “um dos problemas das entidades supranacionais (no caso da lusofonia, a entidade transnacional é a CPLP) é que eles são um espaço jurídico, político, econômico, financeiro, monetário, mas não um espaço identitário”. Dessa maneira, não basta apenas pensar num espaço supranacional comum para trocas econômicas e políticas, se não houver um lugar para o sentimento de pertencimento a um grupo que ultrapassa a identidade nacional sem, contudo, negá-la. Assim, é possível propor a lusofonia (e as identidades que ela pode subsumir) como um contrato em relação aos sujeitos participantes (tal como um contrato de nacionalidade) no qual uma parte da nacionalidade é preservada e, ao mesmo

---

<sup>5</sup> “A lusofonia pode ser compreendida como um espaço simbólico *linguístico* e, sobretudo, *cultural* no âmbito da língua portuguesa e das suas variedades linguísticas que, no plano geo-sociopolítico, abarca os países que adotam o português como língua materna e oficial (Portugal e Brasil) e língua oficial (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau (...)) e Timor-Leste (acrescente-se nesse rol de oficialidade do português a Guiné-Equatorial). Entretanto, não se pode restringir a lusofonia ao que as fronteiras nacionais delimitam. Nesse modo de conceber a lusofonia, há que se considerar as muitas comunidades espalhadas pelo mundo e que constituem a chamada ‘diáspora lusa’ e as localidades em que, se bem que nomeiem o português como língua de uso, na verdade, ela seja minimamente utilizada: Macau, Goa, Ceilão, Cochim, Diu, Damão e Málaca. Além disso, a lusofonia é inconcebível sem a inclusão da Galiza” (Brito, 2010, p. 177).

tempo, lhe é acrescida uma nova “carga” de sentidos advindos das “outras lusofonias”. É esse aspecto que passamos a discutir a seguir.

### IDENTIDADES DA/NA LUSOFONIA

E hoje eu já andei os continentes todos, mas onde eu gosto mesmo, os países onde eu gosto de trafegar, não sei se é a força da língua, mas são os países de lusofonia. Eu vejo uma identidade entre todos eles.  
Martinho da Vila (*Língua – vidas em Português*, 2004)

A identidade não pode ser considerada um traço natural e inato ao indivíduo ou a uma coletividade. Como Cunha (2012, p. 263) aponta, é preciso perceber quais os elementos participantes da construção da identidade em seus diferentes níveis: a identidade dos grupos naturais (como a família e a comunidade local), a identidade nacional (como uma comunidade imaginada) e as identidades supranacionais que surgem como nova forma de fidelidade pessoal. São nesses diferentes níveis que as identidades estão, a todo o momento, buscando definições legitimadoras de seu estatuto, mas quase sempre essa busca é construída a partir de uma ideia de unidade de sentido (“a” nação, “a” língua, “a” sociedade, etc.), ou seja, como um *em-si* com consciência de si mesmo. Entretanto, é quase consensual pensar que a noção de identidade não pode mais comportar apenas a ideia de uma única unidade de sentido: “a unidade da identidade é, portanto, utópica (fantasiada ou até mesmo paradoxal), pois se fundamenta, se estrutura e se constrói com base na diferença e na divisão à procura da totalidade” (Brito, 2013, p. 23).

A construção da lusofonia passa, portanto, pela questão da identidade. Apesar de se pensar numa identidade lusófona fundada no binômio língua/cultura, é preciso colocar a questão identitária em perspectiva: primeiro, porque ela não é estanque e historicamente imutável; depois, porque uma mesma pessoa possui diferentes identidades que se sobrepõem sem obrigatoriamente se excluírem (familiar, profissional, local, etária, nacional e, talvez, supranacional). Assim, um homem pode ser, ao mesmo tempo, paulistano, paulista, brasileiro, médico, filho de alguém, marido de alguém, e, também, lusófono. A simplicidade desse exemplo pode nos ajudar a pensar nas bases que construiriam uma identidade lusófona.

Se a identidade pode ser entendida como uma narrativa de busca, ela necessariamente passa pelo olhar do outro (Brito, 2013, pp. 22-23). Dessa maneira, a construção da identidade possui uma dimensão mais ou menos controlada pelo sujeito, mas sempre delimitada pelo reconhecimento que o outro precisa fazer da identidade alheia, mesmo que seja apenas em certo grau de abstração. As identidades sociais possuem uma estrutura simbólica historicamente constituída (como determinada cultura nacional), uma dimensão definida pela imposição de uma organização institucional que gera um efeito de sentido de objetividade (como a palavra da Igreja, do Estado e dos partidos políticos) e uma dimensão individual, que pode estabelecer uma tensão com os efeitos de objetividade da identidade imposta. Por isso, a identidade não pode assumir apenas um sentido de semelhança (o *em-si* mesmo): é preciso reconhecer também as diferenças presentes

nas identidades que podem mudar conforme a necessidade e a conjuntura – ou seja, “é necessário ao sujeito reconhecer-se como distinto e, ao mesmo tempo, como imutável e contínuo, apesar de eventuais variações de contexto” (Brito, 2013, p. 29).

A não unificação de identidades é um fato que leva as contradições e as discrepâncias entre o nível individual e coletivo a serem obrigatória e recorrentemente negociadas (Brito & Hanna, 2010, p. 77). No caso, focalizamos, sobretudo, a questão da negociação das identidades, pois essa é a base para se reconhecer a existência de múltiplas identidades e suas lógicas de desenvolvimento. Seria, então, possível pensar uma forma de construção da identidade que privilegiasse uma mistura maior e que pudesse suportar uma constante coexistência de elementos semelhantes e diversos, mas não completamente idênticos; assim, teríamos uma identidade fundada na heterogeneidade, cujos laços seriam fortes o suficiente para conciliar a unidade e a diversidade defendida por vários estudiosos.

Em certa medida, foi o que fizeram alguns grupos imigrantes minoritários no Brasil. Japoneses e libaneses, por exemplo, procuravam moldar a sua identidade de imigrantes à identidade nacional brasileira que nem sempre os aceitou. Assim, em uma constante negociação identitária, esses imigrantes conseguiram mostrar aspectos positivos de sua presença para a sociedade brasileira. A partir dessa situação sócio-histórica no Brasil, ilustramos o conceito de identidade hifenizada, conforme o historiador norte-americano Jeffrey Lesser, que aponta para o fato de a identidade hifenizada possibilitar ao imigrante usar, em determinadas situações, sua identidade étnica original em proveito próprio e, em outros momentos, usar a sua identidade brasileira para obter as mesmas vantagens que os demais brasileiros. Para Lesser (2001, p. 27),

as etnicidades trazidas e construídas por esses imigrantes eram situacionais, e não ‘identidades primordiais imutáveis’. Em diversos momentos, os imigrantes e seus descendentes puderam abraçar sua ‘niponicidade’ ou sua ‘libanicidade’, tanto quanto sua ‘brasilidade’. A etnicidade muitas vezes cruzava com o nacionalismo (brasileiro ou não), tornando extremamente flexíveis essas identidades.

Por isso, é comum no Brasil o uso de expressões como nipo-brasileiro, sino-brasileiro, líbano brasileiro e, mais recentemente, em tempos de politicamente correto, a de afro-brasileiro. Aplicando esse conceito ao campo lusófono (e retirando o sentido etimológico de referência ao povo “lusó”, ressemantizado para a questão de uma identidade que nos aproxima e nos distingue), postula-se pela existência de identidades lusófonas “hifenizadas”: um luso-português, um luso-brasileiro, um luso-timorense (ou o inverso disso tudo) e assim por diante, o que permitiria manter a identidade nacional de cada um e, ao mesmo tempo, acrescentar a identidade transnacional lusófona. Esse critério poderia ser usado para nomear as culturas como múltiplas e entrelaçadas, tal como existe em relação às variedades de língua<sup>6</sup>. Nessa direção, pode-se ser, ao mesmo tempo,

<sup>6</sup> Há assim uma correlação entre as noções de identidade desenvolvidas neste trabalho e a variação e a nomeação da língua, como supranacional (a língua portuguesa), nacional (Português brasileiro, Português europeu, Português angolano,

uno e diverso a partir da mobilização identitária que um sujeito poderia realizar a depender da situação (espaço) e do momento (tempo) em que se insere, já que um único indivíduo ou uma só coletividade tem identidades fluídas e móveis, que podem ser reconhecidas em diferentes perspectivas e, assim, apresentar distintas definições sobre eles.

É dessa maneira que se deve buscar, numa concepção possível de lusofonia, amplificar os exemplos que possam reforçar o conceito de “integração entre unidade/variedade” já mencionado. Uma saída mais prática para isso talvez seja, justamente, encontrar casos de encontros e interações culturais, tanto nos estudos tradicionalmente voltados à literatura, quanto nas práticas cotidianas dos indivíduos que, efetivamente, dão vida à lusofonia. Nesse sentido, no contexto da globalização e da lusofonia, cada povo não pode ser simplesmente um consumidor de produtos e sentidos culturais ou receptáculos vazios a serem preenchidos, mas devem ser interpretadores e produtores de cultura, seja ela vinda de fora, seja ela tendo como referencial sua tradição local.

Nos depoimentos extraídos do *Língua – vidas em Português* (2004) tomados para as reflexões seguintes, podemos identificar uma espécie de “personagem social” bastante significativa, por fazer a passagem entre a sua tradição local e o espaço do outro no qual se insere, interpretando e (re)valorizando alguns traços desse novo espaço de significações.

#### MOVIMENTO DOS SUJEITOS LUSÓFONOS NO ESPAÇO DA LUSOFONIA

Falamos a mesma língua, mas ela não é falada da mesma maneira. Quando estamos nos comunicando, sentimos isso; essa vontade de aproximação e ao mesmo tempo a distância que existe entre as maneiras de ser.  
Teresa Salgueiro (*Língua – vidas em Português*, 2004)

Apesar da redundância aparente do subtítulo acima, entendemos ser preciso demarcar tanto os sujeitos que se movimentam, como o espaço pelo qual eles se movimentam. Isso porque a questão imigratória no universo lusófono é bastante complexa e, diante de tantas possibilidades, delimitamos o nosso interesse e o foco dado pelo documentário em questão. Assim, apesar de cientes de que os imigrantes lusófonos estão presentes em diversos países não-lusófonos, restringimos nossas considerações aos que circulam pelos países da lusofonia porque são eles os responsáveis pela manutenção e variação de significações linguísticas e culturais ligadas ao universo lusófono, à cultura particular de cada um dos imigrantes e à maneira como eles podem fazer circular essas significações e construir novas a partir do contato com outros sujeitos.

Essas questões foram suscitadas pelo documentário *Língua – vidas em Português* (lançado em 2004), dirigido por Victor Lopes, que apresenta um painel da presença da língua portuguesa pelo mundo. A partir dele, observamos a constância da herança cultural e linguística do ex-colonizador português, convivendo com as particularidades

---

Português moçambicano, etc), regional (Português dos Açores, Português sulista) e local (Português carioca, Português mineiro, etc) equivale ao que foi dito em relação à identidade de uma pessoa.

culturais de cada espaço. Além disso, o filme revela diferentes sotaques surgidos a partir do contato com várias línguas e do uso efetivo da língua portuguesa. Por meio desses elementos, é possível refletir sobre transformações de sentidos derivados da relação entre a identidade e a alteridade no espaço lusófono supranacional em comum.

Nesta secção, serão, portanto, observadas relações diversas entre brasileiros, portugueses, macaenses, angolanos, moçambicanos, guineenses etc, que estão ou não em seus respectivos países de origem e têm seus pontos de vista e opiniões captados pela câmera do diretor.

O documentário permite pensar que a ideia da troca de sentidos entre sujeitos não necessita de um espaço material e concreto em comum para por em prática a imagem mesma da lusofonia. No próprio filme, a noção espacial é dilatada pelos cortes que introduzem cenas gravadas em espaços distantes, o que mostra o movimento de ultrapassar os limites geopolíticos dos Estados nacionais. Pode-se, deste modo, estabelecer a relação e a interação entre identidades e alteridades que alternam seus estatutos conforme a perspectiva adotada (global ou local). Neste caso, a questão identitária não é tomada em termos essencialistas, pois há uma série de representações sociais que são mobilizadas conforme o contexto, o espaço e a situação em que cada um dos sujeitos está inserido. Assim, o fato de ser imigrante é apenas contingencial, o que não exige de pensarmos nas dimensões política e social dos indivíduos que participam do documentário.

Outra ressalva é quanto ao fato de não nos atermos aos discursos a respeito da língua portuguesa ou da cultura de cada um dos países (ou de outros países membros da CPLP) proferidas por personalidades destacadas no documentário (como Mia Couto, José Saramago, João Ubaldo Ribeiro e Martinho da Vila) porque optamos pelo discurso dos que possuem poucas oportunidades para expressar sua visão de mundo e para desenvolver seu ponto de vista a respeito de temas que lhes dizem diretamente respeito. Por isso, centramos o foco sobre os imigrantes lusófonos, isto é, o imigrante cuja origem e experiência estrangeiras ocorrem no espaço geopolítico da lusofonia.

Nessa dinâmica da troca de significados entre sujeitos e espacialidades, que os determinam de modo identitário (tanto no plano material como no plano simbólico), novas significações são transportadas para outros espaços, assim como sentidos locais são deslocados por um novo traço criado pela presença da alteridade. Por essa razão, encaramos o universo lusófono representado no documentário como uma abstração na qual a troca intersubjetiva de sentidos pode conduzir-nos a uma ideia de lusofonia como um espaço de tensão entre a inovação e a tradição.

Esta oposição tem como base a observação de que a elaboração identitária oscila entre os pares tradição/modernidade e hibridismo/mistura. Além disso, esses pares opositivos devem ser vistos como processos inerentes à construção e à negociação dessas mesmas identidades, pois é assim que se pode pensar em uma tradição moderna (e, talvez, em seu contrário, uma modernidade tradicional) em que o passado se mistura com o presente, ao mesmo tempo em que orienta a construção de um futuro em um universo de sentidos como a lusofonia. É dessa maneira que, como hipótese, entendemos qual seria uma das funções dos imigrantes lusófonos: estabelecer ligações entre as

diferentes culturas lusófonas, como uma espécie de costura de uma colcha de retalhos disforme, podendo causar certo estranhamento nas variações e nas mudanças que esse contato pode estabelecer no âmbito das culturas lusófonas.

Dessa forma, entendemos esta proposta como uma solução para o que Fiorin aponta sobre as bases de uma identidade comunitária, baseada na política, na cultura e na língua (2011, p. 122). Haveria, assim, espaço para a articulação da diversidade em uma base unitária a partir da qual seriam reconhecidas as significações particulares e próprias da lusofonia.

Esse seria, por exemplo, o caso dos estudantes e namorados Sofia Meireles e Uliengue Almeida. Ela é moçambicana, ele é angolano e ambos são estudantes, ou seja, já temos três identidades diferentes, uma profissional e duas ligadas à origem geográfica no universo lusófono. Em dado momento do documentário (6'45''), ela afirma gostar do centro velho de Lisboa porque possui um "ambiente de aldeia", no qual as pessoas são mais próximas e se conhecem. Essa é a maneira, então, pela qual ela identifica uma familiaridade perceptiva de sua própria história, ao mesmo tempo em que usa esse traço familiar de proximidade para qualificar o espaço sobre o qual ela está falando, para, então, distingui-lo de outros espaços que foram atravessados por ela na cidade.

Dessa forma, apesar de serem jovens e imigrantes (teoricamente inseridos em uma grande e global cidade europeia), eles (re)valorizam uma Lisboa histórica e não um lugar moderno e globalizado. Esses mesmos jovens aparecem um pouco depois (9'07''), caminhando no Porto e com a voz de José Saramago em uma narração em *off* discorrendo sobre o Padre Vieira e a tradição da palavra. Valorizando o passado e o local, esses jovens representam uma modernidade que não apaga ou exclui as características de uma localidade (porque não fazem parte de uma globalização totalizante), mas, ao mesmo tempo, não se lamentam pela superação do passado pelo presente, conforme a fala de Saramago indica. Por isso, entendemos que o jovem casal dessa cena sintetiza a oposição entre passado e presente, antigo e moderno, centro e periferia, ex-metrópole e ex-colônia, sem, necessariamente, excluir um polo para incluir o outro. A oposição conceitual é assim suspensa ou misturada para que se viva o momento do encontro de identidades distintas, que podem se fazer compostas, mutáveis, incertas e fluídas quando precisam ou querem se adaptar às novas situações que o espaço de acolhimento (nem sempre positivo) propicia.

Aparecem outros jovens imigrantes em outro momento do documentário, agora somente angolanos. Dilo Monteiro mostra o centro comercial da Mouraria, também em Lisboa, onde há um "cruzamento de várias culturas" (palavras dele), sobretudo africanas. Aparecem no filme a comerciante guineense Fátima Embaló (da "Mercearia Africana") e o casal macaense Dai Shaori e Liandi Xu, donos de uma loja de roupas no mesmo lugar. O centro comercial poderia representar, pelo documentário, o simulacro do espaço lusófono: um lugar de comércio que conta com a participação de sujeitos de diferentes partes da lusofonia, cuja capacidade de convivência e de contato revela a tolerância em relação ao diferente e ao inesperado.

Ao lado de Dilo Monteiro, dois amigos também narram, distintamente, sua situação. De um lado, Jardel Vieira afirma que o centro comercial mostra uma grande mistura

representativa da globalização pela qual a Europa está passando. De outro, André Mendes diz que não há diferenças entre eles e os jovens de França, da China e da América, pois os gostos e os projetos de vida são os mesmos (talvez um reflexo da padronização imposta pela globalização). Por fim, a conversa é encerrada com Dilo Monteiro que observa que o multiculturalismo é um fato recente na Europa (ao menos no momento em que sua fala é gravada), mas já estava presente há muito tempo nas antigas colônias. Essa opinião, de certa forma, realiza uma espécie de neutralização dos sentidos, pois suspende a oposição entre o 'lá' (ex-colônia) e o 'aqui' (ex-metrópole). Assim, o ponto de vista desses jovens imigrantes e o modo como refletem e articulam seus discursos mostram uma percepção e, acima de tudo, uma experiência atualizada a respeito da diversidade em relação às práticas e aos valores culturais inseridos na dinâmica lusófona.

É ainda Dilo Monteiro quem assinala uma das experiências mais significativas do documentário (aos 38'10"). Ele frequentemente vai ao bar da Tia Alice, uma portuguesa cantora de fado. Jovens que representam a modernidade e a experiência multicultural mostram o que é possível ao multiculturalismo, defendido ao retomar e valorizar a tradição lusitana representada pelo fado cantado por Tia Alice. É no espaço do bar que a unidade (que permite a comunicação entre jovens e velhos, imigrantes e locais) e a diversidade (da música do outro, da experiência do outro) se conciliam para formar uma imagem de lusofonia que é, em seu limite, vivida e experienciada por diferentes sujeitos. Nesse caso, a oposição entre local/tradicional e exterior/moderno também é suspensa (como no exemplo do casal anterior). Desse modo, observamos que o ser lusófono não está diretamente ligado a uma única nacionalidade, nem um país possui a prevalência de dizer o que é ou deixa de ser lusófono. Falar Português e estar aberto a novas experiências de sentido advindas do outro parecem ser, no caso do documentário, algumas das poucas características necessárias para se estabelecer e sustentar a existência do universo lusófono.

A partir dessa cena, podemos especular sobre as práticas culturais e linguísticas desses sujeitos imigrantes. No caso, a postura de circular por um universo cultural que não é seu, do ponto de vista histórico e social, faz pensar que uma das maneiras de o imigrante lusófono realizar suas ações é por meio da postura de um camaleão, tal como Landowski (2002) o conceitua: como um sujeito que circula, com certa habilidade, por dois universos distintos de significação, o seu de origem e o da sociedade de acolhimento. Assim, ele pode usufruir de algumas benesses que a sociedade de acolhimento lhe oferta, mas sem com isso perder as características que o diferem dessa mesma sociedade e que o mantém como um imigrante, que porta uma maneira de falar, um jeito de encarar sua vida, valores sociais próprios ao seu grupo, determinados gostos musicais, gastronômicos, entre outros hábitos.

É, então, por meio desses sujeitos comuns em suas falas, comportamentos, reflexões, paixões e desejos, que procuramos por um lado pouco tratado da lusofonia. Partimos do princípio de que para a lusofonia tornar-se uma realidade bem estabelecida, legitimada e enraizada nos países nos quais ela deve estar presente (ao menos no plano formal e político), é preciso que ela seja vivenciada por todos os cidadãos. Além disso,



ainda que a conciliação não seja completamente possível – porque abriria a possibilidade de uma homogeneidade indesejada – o que consideramos fundamental para esse espaço virtual é a coexistência e o reconhecimento de diferentes *vidas*, como ilustramos acima.

Cabe assinalar, ainda, que o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados nos interstícios, lugar em que a necessidade de suplantar narrativas de subjetividades essencialistas faz com que se enfatize o resultado da articulação social das diferenças culturais, atribuindo autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica (Brito & Hanna, 2010, p. 85).

Para compreender como a dinâmica identitária se desenvolve no contexto da lusofonia, voltamos ao conceito de identidade hifenizada já citado. Lesser (2001), ao estudar as relações entre imigrantes e descendentes de origem asiática no Brasil, observou que eles ora se consideravam brasileiros, ora recorriam às origens identitárias de seus pais, conforme quisessem evidenciar supostas características (como, por exemplo, a habilidade matemática, que seria, assim, derivada de um suposto caráter nipônico, ou a facilidade no trato pessoal, característica dita brasileira). Entendemos haver um movimento semelhante dos imigrantes em suas relações de aproximações e os distanciamentos a respeito do contato com outras culturas. No entanto, ao contrário dos imigrantes no Brasil, a diferença entre os imigrantes lusófonos do espaço português não é tão distante e a possibilidade de mistura e de uma “hifenização” pode vir a ser maior do que a que ocorreu no caso brasileiro tratado por Lesser.

#### LUSOFONIA, LUSOFONIAS, ESTA E OUTRAS

Não há uma língua portuguesa, há línguas em Português.  
José Saramago (*Língua – vidas em Português*, 2004)

Uma possível saída para essa dinâmica identitária, conforme pontua Cunha (2012), é a de encarar a lusofonia como uma identidade mais enfraquecida, mas ainda capaz de organizar redes de significação do imaginário lusófono. No entanto, para isso, seria preciso considerar as narrativas identitárias de cada um dos países do espaço lusófono, não para superá-las ou substituí-las, mas para cruzá-las (o autor nomeia esse expediente de “nós de significação”, p. 269) com o intuito de produzir possíveis desdobramentos, ressignificações e diálogos entre a tradição e a modernidade. É nesse momento que a ideia de identidade hifenizada parece ganhar mais força.

Neste ponto, evocamos Lourenço a respeito do projeto lusófono: “se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense” (2001, p. 112). Acrescente-se, contudo, que a lusofonia só será real se os indivíduos a viverem em uma dimensão única e, ao mesmo tempo, local da lusofonia e de cada nacionalidade. Vivendo, assim, com a sensação de um “ambiente de aldeia” (evocado no documentário pela moçambicana Sofia) em qualquer espaço lusófono,

é que os sujeitos poderão se tratar de forma igualitária, com os mesmos traços em comum:

para que a lusofonia seja um espaço simbólico significativo para seus habitantes, é preciso que seja um espaço em que todas as variantes linguísticas sejam, respeitosamente, tratadas em pé de igualdade. (...) Evidentemente, a lusofonia tem origem em Portugal e isso é preciso reconhecer. No entanto, o que se espera na construção do espaço enunciativo lusófono é a comunidade dos iguais, que têm a mesma origem. (Lourenço, 2001, p. 46)

Por fim, para que serve lutar por uma lusofonia igualitária, múltipla de sentidos e baseada no Português? Para que, como o documentário revela, seja possível estabelecer, mais do que pontes (que são construídas quase sempre em linha reta e, às vezes, com somente uma direção) redes de contato e de significação, onde a troca de sentidos e de valores seja a tônica de uma construção coletiva contínua e legítima.

Com efeito, o documentário constrói o seu principal valor calcado no destaque à diversidade, cuja existência é entendida como a convivência dos contrários. São esses traços e valores que permitem pensar em uma lusofonia baseada na diversidade (hifenizada), mas sem negar a existência de uma unidade que nos une pela história e que se alimenta pela língua. É por esse caminho que a lusofonia, as lusofonias, esta e as outras, pode(m) manter e expandir os sentidos de uma intimidade perante o diferente que não afasta, mas que convida à interação, e cujos traços devem se institucionalizar a ponto de serem reconhecidos e veiculados pelos espaços desse universo sempre em construção. ✍

## REFERÊNCIAS

- Bauman, Z. (2001) *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Brito, R. P. de. (2010). Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. In A. D. Pereira (Ed.), *Ciências & Letras – Ásia: história e cultura* (vol. 48, pp. 175-194). Porto Alegre: Faculdade Portalegrense.
- Brito, R. P. de (2013). *Língua e identidade no universo da lusofonia: aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Terracota.
- Brito, R. P. de (2017). Entre vivências e estudos: por uma lusofonia possível. In A. M. Ferreira; C. Morais; M. F. Brasete & R. L. Coimbra (Eds.), *Pelos mares da língua portuguesa III* (pp. 1043-1051). Aveiro: Universidade de Aveiro. Retirado de <http://hdl.handle.net/10773/18281>
- Brito, R. P. de & Hanna, V. (2010). Sobre identidade em contexto lusófono: reflexões. In N. B. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa: cultura e identidade nacional* (pp. 75-88). São Paulo: IP-PUC-SP; EDUC.
- Castells, M. A (2005). *Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- Cunha, L. (2012). Singularidades inabaláveis e convergências desejadas: discursos e políticas da lusofonia. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários* (pp. 259-272). São Paulo: EDUC.

- Harvey, D. (2004). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Fiorin, J. L. (2011). Língua Portuguesa, identidade nacional e lusofonia. In D. L. P. de Barros (Ed.), *Preconceito e intolerância: reflexões linguístico-discursivas* (pp. 119-135). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Landowski, E. (2002). *Presenças do outro: Ensaios de sociosemiótica II*. São Paulo: Perspectiva.
- Lesser, J. (2001). *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP.
- Lopes, V. (Realizador). (2004). *Língua – vidas em Português* [Filme]. Brasil/Portugal: TV Zero/Costa do Castelo Filmes.
- Lourenço, E. (2001). *A nau de Ícaro*. São Paulo: Cia. das Letras.
- Martins, M. de L. (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo, equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo: EDUC.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: uma introdução teórico e conceitual. In T. T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais* (pp. 7-68). Petrópolis: Vozes.

#### NOTA BIOGRÁFICA

Pós-Doutora pela Universidade do Minho, Doutora e Mestre em Linguística pela Universidade de São Paulo. Docente e coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM. Coordenadora de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de Extensão da UPM. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos das Literaturas de Expressão em Língua Portuguesa da USP e Conselheira do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste. Coordenadora de projetos de difusão linguística do português junto à Universidade Nacional Timor Lorosa'e em 2004 e 2012.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0634-8572>

Email: [reginahelena.brito@mackenzie.br](mailto:reginahelena.brito@mackenzie.br)

Morada: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Av. Brasil, 1220, Jd. Guanabara, Campinas, São Paulo, Brasil

\* **Submetido: 03.06.2018**

\* **Aceite: 07.07.2018**



---

## LUSOPHONE GEOPOLITICAL SPACE: VIDAS EM PORTUGUÊS

Regina Brito

---

### ABSTRACT

*Língua – vidas em Português* (2004), by Victor Lopes, shows the presence of Portuguese culture and language from around the world; the basis of representation of the lusophone universe are Goa, Mozambique, Brazil, Portugal, and Japan. Our work stems from the hypothesis that opinions, feelings, practices and behaviors manifested in Portuguese by common individuals present in the documentary can indicate significant elements for the comprehension of Lusophony. It is by the social spaces they occupy that their speech can be taken as a way of life, which encompasses opinions of the Portuguese language and representations of the culture they belong to, emphasizing relations between local meanings and those originating from abroad. Finding the balance between the local and global, just as the historic tensions among values (tradition in opposition to innovation, for example) of the lusophone universe are consequences of the analysis that the documentary bequeaths us as significant. As such, from this discursive manifestation, other lines of thinking the lusophone concept emerges through a reading key that neutralizes or complexifies oppositions, constructing the representation of Lusophony as a space marked by the meeting of differences, not necessarily in competition with each other, but rather, a supranational space in permanent dialogue.

### KEYWORDS

Lusophone Studies; lusophone identity; Portuguese in the world

---

## ESPAÇO GEOPOLÍTICO LUSÓFONO: VIDAS EM PORTUGUÊS

### RESUMO

*Língua – vidas em Português* (2004), de Victor Lopes, mostra a presença da cultura e da língua portuguesa em diferentes partes do mundo, tomando como representação do universo lusófono: Goa, Moçambique, Brasil, Portugal e Japão. Nosso trabalho parte da hipótese de que opiniões, sentimentos, práticas e comportamentos manifestados em Português por indivíduos comuns presentes no documentário indiciam elementos significativos para uma compreensão de lusofonia. Pelo lugar social que ocupam, suas falas são tomadas como estilos de vida englobantes de opiniões sobre a língua portuguesa e representações da cultura à qual pertencem, enfatizando relações entre os sentidos locais e as significações advindas de fora do país. Encontrar o ponto de equilíbrio entre o local e o global, assim como as tensões históricas entre valores (tradição em oposição à inovação, por exemplo) do universo lusófono são consequências da análise a partir do que o documentário nos lega enquanto significação. Assim, por essa manifestação discursiva, outras linhas de entendimento de lusofonia podem surgir por meio de uma chave de leitura que neutraliza ou complexifica as oposições, construindo uma representação de lusofonia como um espaço marcado pelo encontro de diferenças que não necessariamente estão em competição, mas, ao contrário, como um lugar supranacional em permanente diálogo.

### PALAVRAS-CHAVE

Estudos Lusófonos; identidade lusófona; Português no mundo

---

At a certain point, Portuguese lost its owner.  
Mia Couto (*Língua – vidas em Português*, 2004)

## GLOBALIZED SPACES AND LUSOPHONY

The epigraph which opens this article, extracted from the documentary *Língua – vidas em Português* (also referred in the title), was the motto which guided, in this work, the reflections regarding the Lusophone Studies. We start off from the considerations on the globalized space and its relation for the construction of an idea of Lusophony, to, in sequence, bring up the testimonials of some of the “lives in Portuguese” taken from the documentary.

Understanding the “globalized space” implicates: our living the accelerated development of the communication systems and with it the reduction of distances and time (Harvey’s<sup>1</sup> time-space compression, or Bauman’s<sup>2</sup> suppression of the time-space barriers); our witnessing the advancement of digital media, narrowing the limits between privacy and self-publication; our seeing the emerging of new economic blocks to integrate markets (but not, necessarily, people); our observing the rapid dissemination of information of almost any nature (Castells<sup>3</sup> informational society).

However, capitalist society does not seem to suffer setbacks from these movements that assist in the characterization of the global space because the massified culture continues to superimpose on the local ones. In this scenario, globalization appears as a process which seeks to nullify difference, imposing a dominating culture; in other words, it is a process which standardizes everything and tends to eliminate the unique. To an extent, Lusophony could be a resistance that feeds exactly off the appreciation and reconstitution of local ways and values.

Globalization, meanwhile, does not occur irregularly, for a reaction to the homogenization process is underway, in which local production of culture is put against globalization and the cultural industry, fortifying its local elements. Therefore, globalization in contemporaneity faced the resurging of the reaffirmation of individual identities (ethnic, regional, sexual, of gender, etc.), and, naturally, the very notion of identity, which solidified with the ascension of nations and went through transformations because of these new times:

---

<sup>1</sup> “As space appears to shrink to a ‘global village’ of telecommunications and a ‘spaceship earth’ of economic and ecological interdependencies... and as time horizons shorten to the point, where the present is all there is... we have to learn how to cope with an overwhelming sense of compression of our spatial and temporal worlds” (Harvey, 1989, p. 240).

<sup>2</sup> “The change in question is the new irrelevance of space, masquerading as the annihilation of time. (...) space may be traversed, literally, in ‘no time’; the difference between ‘far away’ and ‘down here’ is cancelled. Space no more sets limits to action and its effects, and counts little, or does not count at all” (Bauman, 2000, p. 117).

<sup>3</sup> “In the new, informational mode of development the source of productivity lies in the technology of knowledge generation, information processing, and symbol communication. (...) in a virtuous circle of interaction between the knowledge sources of technology and the application of technology to improve knowledge generation and information processing” (Castells, 2010, p. 17).

globalization, however, produces different outcomes for identity. The cultural homogeneity promoted by global marketing could lead to the detachment of identity from community and place (...) This dispersal of people across the globe produces identities which are shaped and locates in and by different places. (Woodward, 1997, pp. 16-17)

Against that background, a new representation of Lusophony emerges from the processes of independence in the 1970s<sup>4</sup>. At first, Lusophony is understood as a connection, in the institutional level, of the countries which assumed Portuguese constitutionally as official. Consequently, the Portuguese inheritance remained as the basis for this melting-pot of cultures of these countries; thus, in a way, reflecting on a viable Lusophony (Brito, 2017) supposes the establishment or reestablishment of historical and cultural ties between countries in different parts of the globe, originating from a common element – the Portuguese language – which, necessarily, has distinctive norms in each location. Apart from this linguistic bond, a meaningful Lusophony should stem from the intricacies of the cultural relations that make up those who are part of it, as pointed out by Martins (2006, p. 58):

Lusophony can only be understood as a culture space. And as a culture space, Lusophony cannot stop reminding us of that which can be called the fundamental indicator of anthropological reality, in other words, to the indicator of humanization, which is within the imaginary realm of landscapes, tradition and language, that claim Lusophony, and that is finally the territory of the cultural archetypes, a collective lusophone unconscious, a mythical background of which dreams are fed.

There are, however, those who view Lusophony as an empty project with problematic application because, specifically, of the multiplicity of discourses and definitions (or *in*definitions) of the denominated lusophone universe. If there are authors who identify a certain fragility of the lusophone project, there are others who defend the balance amidst the discursive multiplicity, mainly because of the need of recognition for the relation between the linguistic-cultural diversity and unity. For example, Cunha (2012, p 260) proposes a comprehension of Lusophony as a “point of convergence of distinct and dispersed social identities” Since this author intends to study Lusophony in the scope of the relations between identity and culture, his purpose is to try and overcome the linguistic dimension of this issue without, however, denying it in order to use it as complementary – and not as a final point – of such discussion. Along the same lines,

the Lusophony that takes on the qualities of ‘viable’, of ‘possible’, of ‘admissible’ should have its identity constructed in a continuous dynamic of respect, knowledge, recognition and legitimacy one for another, in which

---

<sup>4</sup> We refer, here, to the countries colonized by Portugal whose Independence occurred between 1974 and 1975, after the Carnation Revolution: Angola, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Saint Thomas and Príncipe (in Africa), and East Timor (in Asia).

we will point out the differences and affinities. A Lusophony can only be 'legitimate' insofar as it recognizes the different roles the Portuguese language takes on in each place, constructs itself through the evocation of various sounds and accents and, also, points to a conceptualization that is disconnected from self-centeredness and/or discomforts that the word LUSOPHONY may at times carry, in retrograde discourses, because of its identifying with a centrality of the Portuguese matrix in relation to the other countries of the CPLP (Community of Portuguese Language Countries), which does not make sense. An "authentic" Lusophony has no center, but centers everywhere. (Brito, 2017, p. 1045)

Lusophony projects itself, therefore, as a space for the conciliation of linguistic (in relation to the varieties of the Portuguese language and to the national/local languages) and cultural (with different trajectories and social-cultural practices, standards, experiences, etc.) diversity through the unity of Portuguese. For this reason, it is fundamental to recognize, defend and legitimize the right of coexistence of the various norms and standards of Portuguese in all the lusophone spaces, as well as the existing national languages, based on the principle of "integration between unity/variety" (Brito, 2013, pp. 57-59), capable of bringing meaning to the edification of a lusophone atmosphere

We understand that the symbolic space<sup>5</sup>, in which Lusophony is constituted, cannot involve only rationally articulated meanings, but should also encompass memories, traditions, habits and values which overextend and constitute each of the countries of the CPLP and the other spaces of the diaspora in which Portuguese makes itself present to, dialogically, settle the definitions of the many Lusophonies we comprise.

Lusophony – a sum of distinctive senses based on a common denominator, which dichotomously splits into language and culture – it is not, as we already know, a concept without problems, especially when we move from the conceptual level to the concreteness of life. As Fiorin affirms (2010, p. 18), "one of the problems with supranational entities (in the case of Lusophony, the transnational entity is the CPLP) is that they are a juridical, political, economic, financial, and monetary space, but not an identity space". Therefore, it is not enough to simply think of a common supranational space without, however, negating it. And so, it is possible to propose Lusophony (and the identities which it may take on) as a contract in relation to the participating subjects (just as a nationality contract) in which part of the nationality is preserved, and, at the same time, a new "burden" of meaning coming from "other Lusophonies" is accrued. We will now discuss this aspect.

---

<sup>5</sup> "Lusophony can be compared to a *linguistic* and, above all, *cultural* symbolic space in the realm of the Portuguese language and its linguistic varieties that, at the geo-socio-political level, includes the countries that adopt Portuguese as their mother and official language (Portugal and Brazil), and official language (Angola, Cape Verde, Mozambique, Saint Thomas and Principe, and Guinea Bissau (...), and East Timor (equatorial Guinea must also be added to the list is countries within the officialdom of Portuguese). However, Lusophony cannot be restrained to what national frontiers delimit. In this conception of Lusophony, we must consider the many communities spread around the world that constitute the so called 'Luso-Diaspora' and the places that, while naming Portuguese as their language of use, in fact, use it minimally: Macau, Goa, Ceylon, Diu, Damão and Malacca. Besides that, Lusophony is inconceivable without the inclusion of Galicia" (Brito, 2010, p. 177).



## IDENTITIES OF/IN LUSOPHONY

And today I have already walked all the continents, but where I really like, the countries I like travelling to, I don't know if it is the force of the language, but it is to the lusophone countries. I see an identity among all of them.  
Martinho da Vila (*Língua – vidas em Português*, 2004)

Identity cannot be considered a natural and innate trait of the individual or collective. As Cunha (2012, p. 263) points to, it is necessary to note which are participating elements of the construction of identity at its different levels: the identity of the natural groups (such as the local family or community), the national identity (such as the imagined community), and the supranational identities that arise as a new format of personal fidelity. It is within these different levels that identities are found, at any moment, searching out legitimate definitions for its statute, but this search is almost always constructed from the idea of a unit of meaning (“the” nation, “the” language, “the” society, etc.), in other words, as an *in-itself* with a conscience of itself. Nonetheless, it is almost consensual to think that the notion of identity can no longer behave solely with the idea of a single unit of meaning: “the unit of identity is, therefore, utopic (made up or even paradoxical), since it is grounded, structured, and constructed based on the difference and the division in the pursuit of its entirety” (Brito, 2013, p. 23).

The construction of Lusophony, therefore, goes through the question of identity. Besides the belief of a lusophone identity based on the binomial language/culture, it is necessary to raise the question of identity in perspective: first, because it is not impervious and historically immutable; then, because the same person possesses different identities that superimpose each other without mandatorily excluding each other (familial, professional, local, age groups, national, and, maybe, supranational). As such, a man can be, simultaneously, *paulistano* (from the city of São Paulo), *paulista* (from the state of São Paulo, Brazilian, a doctor, someone's son, someone's husband, and lusophone. The simplicity of this example can help us to rethink the basis of construction for a lusophone identity.

If identity can be understood as a narrative of seeking, it will necessarily be seen through another's eyes (Brito, 2013, pp. 22-23). Thus, the construction of identity possesses a dimension that is more or less controlled by the individual, but always constrained by the recognition that one must make of another's identity, even if only to a certain degree of abstraction. Social identities have a symbolic structure historically constructed (as a certain national culture), a dimension defined by the imposition of an institutional organization that creates sense of objectivity (such as the word of the Church, of the State and of political parties) and an individual dimension, which can establish a tension between the imposed senses of objectivity of identity. For this reason, identity cannot take on only a resemblance (the very *in-itself*): it is necessary to also recognize the present differences in the identities that may change according to necessity and situation – in other words, “it is necessary for the individual to recognize himself as distinctive and, simultaneously, as immutable and continuous, regardless of eventual context variations” (Brito, 2013, p. 29).

For Brito and Hanna (2010, p. 77), the “non-unification of identities is a fact that creates contradictions and discrepancies between the individual and collective levels to be mandatorily and recurrently negotiated”. In this case, we focus, above all, on the issue of the negotiation of identities because this is the foundation to recognize the existence of multiple identities and their developmental logics. It would, therefore, be possible to suppose a manner of identity construction that privileges a greater mixture and that would be able to withstand a constant coexistence of similar and diverse elements, but not completely identical; we would have an identity grounded in heterogeneity and whose ties would be strong enough to reconcile the unity and diversity defended by various scholars.

To a certain degree, this is what some minority immigrant groups in Brazil accomplished. Japanese and Lebanese immigrants, for example, sought to mold their immigrant identity to the national Brazilian one that did not always accept them. Thus, in a constant negotiation of identity, these immigrants managed to demonstrate positive aspects of their presence to the Brazilian society. From that socio-historical situation in Brazil, we illustrate the concept of a hyphenated identity, according to American historian Jeffrey Lesser, who points out the fact that a hyphenated identity makes it possible for immigrants to use, in certain situations, their own original ethnic identity for their own purposes and, at other moments, to use their Brazilian identity to obtain the same advantages as other Brazilians. For Lesser (2001, p. 27),

the ethnicities brought and constructed by these immigrants were situational, and not “immutable primordial identities”. In many moments, the immigrants and their descendants could embrace their “Niponicity” or their “Lebanicity”, as well as their “Brazilinity”. Ethnicities many times crossed with nationalism (Brazilian or not), making those identities extremely flexible.

For this reason, it is common in Brazil to find use of expressions such as *nipo-brasileiro* (Japanese-Brazilian), *sino-brasileiro* (Chinese-Brazilian), *líbano brasileiro* (Lebanese-Brazilian), and, more recently in the times of political correctness, *afro-brasileiro* (African-Brazilian). Applying this concept to the lusophone realm (and removing the etymological sense of reference to the “Luso” people, redefined for the matter of an identity brings us closer and distinguishes us), because of the existence of “hyphenated” lusophone identities, the following may be postulated: a *luso-português* [Luso-Portuguese], a *luso-brasileiro* [Luso-Brazilian], a *Luso-Timorense* [Luso-Timorese] (or the reverse of all of these) and so on, which would permit maintaining the national identity of each one and, simultaneously, adding on the transnational lusophone identity. These criteria could be used to name cultures as multiple or intertwined, just as it exists in relation to language varieties<sup>6</sup>. In this sense, it is possible to be, simultaneously, singular and diverse in regards to

<sup>6</sup> There is thus a correlation between the notions of identity developed in this work and the variation and naming of the language, such as supranational (Portuguese language), national (Brazilian Portuguese, European Portuguese, Angolan Portuguese, Mozambican Portuguese, Portuguese from Azores, southern Portuguese) and local (Portuguese Carioca, Portuguese mineiro [from Minas Gerais], etc.) is equivalent to what was said in relation to a person identity.

the mobility of identity that an individual is able to carry out depending on the situation (space) and moment (time) in which it is inserted, since a single individual or a single collective has fluid and mobile identities that can be recognized through different perspectives and, in this way, each present distinct definitions.

It is in this manner that, in a possible conception of Lusophony, amplifying the examples that may reinforce the concept of “integration between unity/variety” (Brito, 2013, p. 59) should be sought out. A more practical solution for this might possibly be finding cases of “cultural meetings and interactions” (Brito & Hanna, 2010, p. 83), both in traditional literature studies and in daily practices of the individuals who, effectively, give life to Lusophony. As such, in the context of lusophone globalization, each people cannot simply be a consumer of cultural products and senses, nor empty receptacles to be filled. They should, instead, be interpreter and producers of culture, be it from the outside, or stemming from a local tradition.

In the testimonials extracted from *Língua – vidas em Português*, selected for the following reflections, it is possible to identify a very significant kind of “social figure” in the passage from a local tradition to the space belonging to the other in which they are inserted, interpreting and giving (new) value to some traits of this new space of significance.

#### MOVEMENT OF LUSOPHONE INDIVIDUALS IN THE LUSOPHONE SPACE

We speak the same language, but it is not spoken the same way. When we communicate, we feel that; that desire for proximity and at the same time the distance that exists in our ways of being.

Teresa Salgueiro (*Língua – vidas em Português*, 2004)

Regardless of the apparent redundancy of the above subtitle, we see the need to specifically delimitate both the individuals who move about and the spaces through which they move. This is because the issue of immigration within the lusophone universe is extremely complex and, face with so many possibilities, we have restricted our interest and the focus given by the documentary in question. Thus, besides being conscious that lusophone immigrants are present in many non-lusophone countries, we have limited our considerations to those who transit through the lusophone countries because they are the ones responsible for the maintenance and variety of linguistic and cultural significations connected to the lusophone universe, to the specific culture of each of those immigrants and to the manner in which they are able to circulate those significations and construct new one from contact with other individuals.

These issues were raised by the documentary *Língua – Vidas em Português* (2004), directed by Victor Lopes, which presents a tableau of the presence of the Portuguese language in the world. In it a constant presence of the cultural and linguistic inheritance of the Portuguese colonizer can be seen, living together with the particular cultures of each space. Besides that, the movie reveals different accents that emerged from the contact with various languages and the use of the Portuguese language. Through these elements

it is possible to reflect on the transformations of sense derived from the relation between the identity and the alterity of the common supranational lusophone space.

In this section, therefore, we will observe the different relationships from among Brazilians, Portuguese, Macanese, Angolan, Mozambican, Guinean, etc., who are found in their respective countries of origin or not and who have their own points of view and opinions captured by the director's camera.

The documentary permits the contemplation that the idea of an exchange of senses between individuals does not necessitate a common material and concrete space in order to put into practice an image of the same Lusophony. In the film, the notion of space is dilated by the cuts that introduce recorded scenes of distant spaces, which demonstrates a movement to surpass geopolitical limits of the national States. As such, a relationship and interaction between identities and alterities that alternate their statuses according to adopted perspectives (global or local). In this case, the issue of identity is not taken in essential terms, for there is a situation in which each of the individuals are inserted. Thus, the fact of being an immigrant is merely contingent, which does not dispense us from thinking of the political and social dimensions of the individuals who participated in the documentary.

Another caveat is to the fact of our giving attention to the speech regarding the Portuguese language or the culture of each of the countries (or other member-countries of the CPLP) addressed by the personalities featured in the documentary (such as Mia Couto, José Saramago, João Ubaldo Ribeiro and Martinho da Vila) because we opted for the speech of those who possess little opportunities to express their worldviews and develop their points of view regarding subjects that concern them directly. Consequently, the focus is centered on the lusophone immigrants, that is, the immigrant whose origin and foreign experience occur within the lusophone geopolitical space.

Within that dynamic of exchange of senses among individuals and spaces, which determines them in a manner of identity (both at the material level and at the symbolic one), new senses are transported to other spaces, just as local senses are displaced by a new trait created by the presence of the alterity. For this reason, we see the lusophone universe represented in the documentary as an abstraction in which the intersubjective exchange of senses can lead us to a notion of Lusophony as a space of tension between innovation and tradition.

This opposition is based on the observations made by Brito (2010) that the elaboration of identity oscillates between the tradition/modernity and hybridism/mixture pairs. Besides that, these opposing pairs should be seen as inherent processes to the construction and negotiation of these very identities, because this is how it is possible to reflect on a modern tradition (and, maybe, on the opposite, a traditional modernity) in which the past mixes with the present, at the same time as it orientates and constructs a future in a universe of senses such as the lusophone one. It is this way that, hypothetically, we understand what one of the functions of lusophone immigrants might be: to establish connections between the different lusophone cultures, as a type of shapeless stitching of a patchwork quilt, possibly causing a certain strangeness in the variations and changes that such a contact might establish in the realm of the lusophone cultures.

Thus, we comprehend this proposal as a solution for what Fiorin suggests about the basis of a community identity, based on politics, culture and language (2010, p. 27). There would be, therefore, a space for the articulation of diversity within a singular basis from which specific and unique senses of Lusophony could be recognized.

This would be, for example, the case of the student-couple Sofia Meireles and Ulíngue Almeida. She from Mozambique, he from Angola and both students, in other words, three different identities are already present, a professional one and two connected to a geographical origin within the lusophone universe. At a specific moment in the documentary (6'45"), she states she likes the old town of Lisbon because it possesses a "village environment", in which people are closer to each other and know each other. That is how, therefore, she identifies a familiarity perceptible to her own history, while at the same time using those traces of proximal familiarity to qualify the space of which she is speaking, in order to, thus, distinguish it from other spaces which were traversed by her in the city.

Thus, although they are young immigrants (theoretically inserted in a great and global European city), they give (new) value to a historic Lisbon and not to modern and globalized place. Those same young people appear shortly later (9'07") walking through Porto and with a voiceover of José Saramago discussing *Padre Vieira* and the tradition of the word. By appreciating the past and the local, these youths represent a modernity that does not erase and exclude a place's characteristics (because they are not part of the totalizing globalization), while they concurrently do not lament the present surpassing the past, according to what Saramago states. For this reason, we gather that the young couple of this scene synthesizes the opposition between past and present, old and modern, central and peripheral, metropolitan and colonial, without, necessarily, excluding one hub to include the other. The conceptual opposition is in this way suspended or mixed in order to live a moment of the meeting of distinct identities, which can be composed, mutable, uncertain, and fluid whenever an adaptation to new situations that the host (not always positive) space provides is needed or desired.

Other young immigrants appear in another moment of the documentary, now all Angolan. Dilo Monteiro shows the *Centro Comercial da Mouraria* (commercial center of Mouraria), also in Lisbon, where there is a "crossing of various cultures" (his own words), mostly of Africans. The Guianese vendor Fátima Embaló (from the *Mercearia Africana* [African General Grocery]) and the Macanese couple Dai Shaori and Liandi Xu, owners of a clothing store in the same location, all appear as well. The *Centro Comercial* could represent, for the documentary, a simulation of the lusophone space: a place of commerce that relies on the participation of individuals from different spaces within Lusophony, whose capacity for interaction and contact reveals the tolerance in relation to what is different and unexpected.

Next to Dilo Monteiro, two friends also narrate, separately, their situation. On the one hand, Jardel Vieira affirms that the *Centro Comercial* shows a great representative mixture of globalization through which Europe is going; on the other, André Mendes says that there is no difference between them and youth in France, China, and America

because the likes and life projects are the same (perhaps a reflection of the standardization imposed by globalization). Finally, the conversation ends with Dilo Monteiro's observation that multiculturalism is a recent fact in Europe (at least at the moment in which his speech is recorded), but that it had already been present for a very long time in the old colonies. That opinion, to an extent, creates a certain neutralization of senses because it suspends the opposition between "there" (the ex-colony) and "here" (the ex-metropolis). Thus, the point of view of these young immigrants and the way in which they reflect and articulate their discourse show a perception, above all, of a current experience regarding diversity in relation to the cultural practices and values integrated in the lusophone dynamic.

Dilo Monteiro also notes one of the most significant experiences in the documentary (at 38'10"). He often frequents Tia Alice's bar, a Portuguese singer of *fado*. Youth who represent the modern world and the multicultural experience show what is possible for multiculturalism, defended by their taking up and valuing a Lusitanian tradition represented by the *fado* sung by Tia Alice. It is within the space of the bar that the unity (which permits communication between young and old, immigrant and local that diversity (of the other's music, the other's experience) reconcile with each other to form an image of Lusophony that is, within its own limitations, lived and experience by different individuals. In this case, the opposition between local/traditional and exterior/modern is also suspended (such as in the earlier example of the couple). Thus, we observe that the lusophone being is not directly connected to a single nationality, nor does a single country possess a supremacy in saying what is or is not lusophone. Speaking Portuguese and being open to new experiences of meaning coming from others appears to be, for the documentary, some of the few characteristics needed to establish and maintain the existence of the lusophone universe.

From this scene, we can speculate on the social and linguistic practices of these immigrants. Here, the circulation within a cultural universe that is not one's own, from the historical and social point of view, leads to thinking that one of the ways a lusophone immigrant takes action is similar to that of a chameleon, as Landowski conceptualizes: as an individual who circulates, with certain ability, through two different universes of significance, that of one's origin and that of the host society. As such, the individual is able to take advantage of some benefits the host society may offer, but without losing the characteristics that differentiate he or she from that same society and that keep that individual in the status of immigrant, possessing a different speech pattern, way of viewing life, social values unique to his or her social group, specific tastes in music, food, among other habits.

It is, then, through these individuals common in their speech, behavior, reflections, passions, and desires that we broach a side of Lusophony very little spoken. Coming from the principal that for Lusophony to become a well-established, legitimate and rooted reality in the countries in which it should be present (at least in the formal and political levels), it is necessary that it be lived by all its citizens. Beyond that, even if this conciliation is not completely possible – because it creates the possibility of an unwanted

homogeneity – what we consider fundamental for that virtual space is the coexistence and recognition of the different *lives*, as above illustrated.

It has to be noted that the common interest or the cultural value are negotiated in the interstices, place in which it is necessary to supplant narratives and essentialist subjectivities makes it so that the result of the social articulation of the different cultures is emphasized, attributing authority to the cultural hybridisms that emerge in moments of historical transformation (Brito & Hanna, 2010, p. 85).

To understand how the identity dynamic is developed within the lusophone context, we return to the already mentioned hyphenated identity. Lesser, (2001), in studying the relations between immigrants and descendants of Asian origin in Brazil, observed that they at time considered themselves Brazilian, at times recalled their identities of their countries of origin, according to how they wanted to demonstrate their supposed characteristics (such as, for example, a mathematical ability, which would be, thus, derived from a supposed Japanese trait, or an ease in social interactions, a Brazilian trait). There is a similar behavior from the immigrants in their relationships of approach and distancing concerning contact with other cultures. However, in contrast to the immigrants in Brazil, the differences between the lusophone immigrants in the Portuguese spaces are not as distant and the possibility of a mixture or “hyphenation” can become greater than what occurred in the Brazilian situation described by Lesser.

#### **LUSOPHONY, LUSOPHONIES, THIS ONE AND OTHER**

No Portuguese tongue there are tongues in Portuguese.

José Saramago (*Língua – vidas em Português*, 2004)

A possible solution for this identity dynamic, as Cunha points out (2012), is to view Lusophony as a weakened identity, but that is still capable of organizing a network of meanings of the lusophone subconscious. However, to this end, it is necessary to consider the identity narratives of each of the countries within the lusophone sphere, not so that they may be overcome or substituted, but so that they may intersect (the author calls this aspect the “meaning nodes”, p. 269) in order to produce possible ramifications, resignifications and dialogues between tradition and modernity. It is at this moment that the idea of a hyphenated identity seems strengthen.

For this, we draw attention to Lourenço regarding the lusophone project: “if we want to give meaning to the lusophone galaxy, we must live it, as far as is possible, as inextricably Portuguese, Brazilian, Angolan, Mozambican, Cape-Verdean or San Tomean” (2001, p. 112). In addition, however, lusophone will only be a reality if the individuals live it within a single and, at the same time, local dimension of Lusophony and of each nationality. Living, therefore, with a sense of “village environment” (evoked in the documentary by the Mozambican Sofia) in any lusophone space, is how individuals will be able to treat each other equally, with the same common traits:

for Lusophony to be a significant symbolic space for its inhabitants, it is necessary for it to be a space in which all linguistic variants be, respectfully, treated equally. (...) Evidently, lusophone origins are in Portugal and it is necessary to recognize that. Nonetheless, what is expected in the construction of the lusophone enunciative space is a community of equals, with the same origin. (Lourenço, 2001, p. 46)

Finally, what purpose does a fight for an equal, multi-sense and Portuguese-language-based Lusophony serve? So that, as the documentary reveals, it is possible to build more than bridges (which are constructed usually in a straight line and, at times, in only one direction), networks of signification, where the exchange of senses and values is tonic for a continuous and legitimate collective construction.

In effect, the documentary forges its main value based on its emphasis to diversity, whose existence is understood as a coexistence of opposites. Those are the traits and values that permit a thinking of lusophone based on a (hyphenated) diversity, without denying the existence of an oneness that unites us through history and that is fed by language. It is through this path that Lusophony, the Lusophonies, this one and the others can maintain and expand the senses of intimacy when faced by differences that do not separate, but that invite interaction, and whose traits should be institutionalized to the point of being recognized and conveyed by the spaces of the universe that is always under construction. ✍

Translation: Gabriella da Silva Araújo

## REFERENCES

- Bauman, Z. (2000). *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Brito, R. P. de (2010). Temas para a compreensão do atual quadro linguístico de Timor-Leste. In A. D. Pereira (Ed.), *Ciências & Letras – Ásia: história e cultura* (vol. 48, pp. 175-194). Porto Alegre: Faculdade Portalegrense.
- Brito, R. P. de (2013). *Língua e identidade no universo da lusofonia: aspectos de Timor-Leste e Moçambique*. São Paulo: Terracota.
- Brito, R. P. de (2017). Entre vivências e estudos: por uma lusofonia possível. In A. M. Ferreira, C. Morais, M. F. Brasete & R. L. Coimbra (Eds.), *Pelos mares da língua portuguesa III* (pp. 1043-1051). Aveiro: Universidade de Aveiro. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10773/18281>.
- Brito, R. P. de & Hanna, V. (2010). Sobre identidade em contexto lusófono: reflexões. In N. B. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa: cultura e identidade nacional* (pp. 75-88). São Paulo: IP-PUC-SP; EDUC.
- Castells, M. (2010). *The rise of the network society* (vol. 1). Oxford: Blackwell.
- Cunha, L. (2012). Singularidades inabaláveis e convergências desejadas: discursos e políticas da lusofonia. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa: aspectos linguísticos, culturais e identitários* (pp. 259-272). São Paulo: EDUC.
- Harvey, D. (1989). *The condition of Postmodernity*. Oxford: Blackwell.



- Fiorin, J. L. (2011). Língua portuguesa, identidade nacional e lusofonia. In D. L. P. de Barros (Ed.), *Preconceito e intolerância: reflexões linguístico-discursivas* (pp. 119-135). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.
- Landowski, Eric. (2002). *Presenças do outro: ensaios de sociosemiótica II*. São Paulo: Perspectiva.
- Lesser, J. (1999). *Negotiating national identities: immigrants, minorities and the Struggle for Ethnicity in Brazil*. Durham: Duke University Press.
- Lopes, V. (Director). (2004). *Língua – vidas em Português* [Film]. Brasil/Portugal: TV Zero/Costa do Castelo Filmes.
- Lourenço, E. (2001). *A nau de Ícaro*. São Paulo, Brazil: Cia. das Letras.
- Martins, M. de L. (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo, equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa: reflexões lusófonas* (pp. 49-62). São Paulo: EDUC.
- Woodward, K. (1997). *Identity and difference*. London: Sage.

#### BIOGRAPHICAL NOTE

Post-Doctorate from the University of Minho, PhD and Master Degree in Linguistics from the University of São Paulo. Professor and coordinator of the Lusophone Studies Centre of the Graduate Program in Humanities, Presbiteriana Mackenzie University. Coordinator of Programs and Projects of the Pró-Rectoría of UPM. Associate Researcher at the Centre for the Study of Portuguese-Speaking Literature at USP and Counselor at the National Institute of Linguistics of Timor-Leste. Coordinator of Portuguese language diffusion projects at Timor Lorosa'e National University in 2004 and 2012.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0634-8572>

Email: [reginahelena.brito@mackenzie.br](mailto:reginahelena.brito@mackenzie.br)

Address: Presbiteriana Mackenzie University, Av. Brasil, 1220, Jd. Guanabara, Campinas, São Paulo, Brazil

\* Submitted: 03.06.2018

\* Accepted: 07.07.2018



---

## FLUXOS, TRÂNSITOS E LUGARES DE (DES)ENCONTRO: CONTRIBUTOS PARA UMA LUSOFONIA CRÍTICA

Luís Cunha, Lurdes Macedo & Rosa Cabecinhas

---

### RESUMO

Enquanto conceito, a lusofonia é hoje olhada com justificada desconfiança por muitos lusófonos. Sendo impossível desligar esse conceito do lastro colonial que liga os países que têm o Português como língua oficial, importa, no entanto, não encerrar o debate nesse plano. Neste trabalho revisitamos algumas das narrativas fundacionais de uma identidade mitificada, como são as diferentes assombrações de um prometido Quinto Império ou o lusotropicalismo, tanto na sua fundação no Brasil quanto na sua reconstituição em Portugal. Por outro lado, procuramos pensar a lusofonia a partir da sua matriz formal: uma língua partilhada por diferentes povos em diferentes continentes. Também neste ponto o nosso objetivo é problematizar e densificar o debate, convocando para tal uma experiência singular de reflexão, concretamente a que é elaborada por Jorge de Sena já na reta final do Estado Novo. Partindo dessas focalizações, argumentamos sobre a possibilidade de a lusofonia comportar linhas de fuga a um certo reducionismo crítico, nomeadamente as que decorrem da circulação, convergente e divergente, de narrativas e de experiências singulares. Esta circulação de pessoas, ideias e memórias é potencialmente definidora de um espaço difuso e policentrado de efetiva interculturalidade sobre o qual importa refletir.

### PALAVRAS-CHAVE

Lusofonia; cultura; interculturalidade; excecionalismo; singularidade

---

## FLAWS, TRANSITS AND (DIS)CONNECTION POINTS: CONTRIBUTIONS TOWARDS A CRITICAL LUSOPHONY

### ABSTRACT

As a concept, Lusophony is today looked upon with justified suspicion by many Portuguese-speaking people. It is impossible to separate this concept from the colonial ballast that bounds the countries that have Portuguese as the official language. However, it is important to not end the debate on this plane. In this work we revisit some of the foundational narratives of a mythical identity, such as the different hauntings of a promised *Quinto Império* or Lusotropicalism, both in its founding in Brazil and in its reconstitution in Portugal. On the other hand, we discuss about Lusophony from its formal matrix: a language shared by different peoples in different continents. Our objective is to problematize and deepen the debate, summoning a unique experience of reflection, concretely the one that is elaborated by Jorge de Sena already in the final stretch of *Estado Novo*. Based on these focuses, we argue about the possibility of Lusophony to include lines of escape from certain reductionisms, namely those that derive from the convergent and divergent circulation of narratives and singular experiences. This circulation of people, ideas and memories, is potentially defining a diffuse and polycentric space of effective interculturality, which nurtures further reflection.

### KEYWORDS

Lusophony; culture; interculturality; exceptionalism; singularity

---

## UNIVERSALISMO E PARTICULARISMO: FACES DA CULTURA<sup>1</sup>

Se no final da década de 1950 era ainda com convicção que Raymond Williams (1958) discutia as fronteiras culturais considerando que o âmbito de uma cultura era geralmente proporcional à área de uma língua, hoje tal associação revela-se insustentável. Não só porque o inglês extravasou as dilatadas fronteiras onde se afirmou como língua oficial, tornando-se numa espécie de *latim vulgar* de uma nova ordem cultural imperial, mas também porque o incremento do fluxo de pessoas e ideias evidenciou a impossibilidade de continuar a acreditar naquilo que sempre fora uma ilusão: a conciliação entre a *ordem política*, plasmada no Estado soberano, e a *ordem cultural*, tal como o nacionalismo imaginou, e imagina ainda, ser vivenciada pelos cidadãos que coexistem num território a que se convencionou chamar *nação*. Evidentemente que este princípio de segmentação da cultura, fazendo-a reportar a uma língua ou conferindo-lhe um conteúdo étnico, é ele próprio, assumidamente, parcial. Para retomar uma distinção que o mesmo Raymond Williams desenvolve com proveito, pode dizer-se que quando se confere destaque à língua estamos a privilegiar a cultura enquanto construtora de identidades distintas e potencialmente concorrentes (Eagleton, 2000). Porém, a esta ênfase no particularismo contrapõe-se, com igual sucesso, um entendimento integrado da cultura, quer dizer, a visão da cultura como produto comum de uma Humanidade que se desenvolve de acordo com um desígnio que, em última instância, configuraria a vitória da *razão universal*. Esta visão dicotómica e complementar daquilo a que chamamos *cultura* parece hoje demasiado esquemática e claramente insuficiente para dar conta da complexidade de um conceito excessivamente banalizado.

Oscilando entre o caminho universal, garantido pela convicção de uma razão vencedora delineada pelo projeto iluminista, e a virtude de uma distinção étnica disciplinada, quer dizer, contida dentro das fronteiras dos diferentes Estados-nação, o projeto nacionalista parecia garantir à Humanidade um sólido ponto de equilíbrio. De algum modo, o que nos era oferecido era uma possibilidade de conciliação da *grande narrativa*, capaz de formatar uma História Universal a partir de diferentes cambiantes e registos, com as narrativas nacionais e mesmo com narrativas regionais, mais ou menos folclorizadas. Foi sempre um frágil e ilusório equilíbrio, bem como uma idealização perigosa, em nome da qual se legitimaram *limpezas étnicas*, eufemisticamente consideradas como uma forma de assegurar a preservação das identidades nacionais através de um ideal de convergência entre *território, povo e cultura*.

Na segunda metade do século XX toda esta frágil arquitetura de conveniência se desmoronou de vez. Os territórios que integravam os impérios coloniais europeus tornaram-se nações independentes, também elas preocupadas em construir a sua própria narrativa legitimadora (Chakrabarty, 2000). Um dos aspetos desse complexo processo de construção narrativa é apontado por Ferro (2004) quando destaca que a história ensinada às crianças africanas tende a glorificar o esplendor dos grandes impérios existentes no seu continente antes da chegada de europeus, reforçando essa valorização do

<sup>1</sup> Investigação desenvolvida no contexto do projeto “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?”, financiado pela Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

passado ao contrapor-lhe o atraso e a decadência da Europa feudal da mesma época. Trata-se, de resto, de uma estratégia narrativa que foi também sinalizada na análise do conteúdo dos manuais de história em uso corrente no ensino secundário em Moçambique (ver Cabecinhas, Macedo, Jamal & Sá, 2018). Em paralelo a este exercício de autoconstrução identitária, os fluxos migratórios – tanto para as antigas metrópoles como para outros países em acelerado crescimento económico – produziram um efeito divergente, senão mesmo contraditório. De facto, sobretudo após a II Guerra Mundial e em grande medida na decorrência do surgimento de novos estados independentes, assistiu-se ao incremento de fluxos migratórios que vieram dar às cidades europeias de maior dimensão uma nova face. O que a uns parecia exotismo e a outros cosmopolitismo, expressou uma nova atmosfera, inevitavelmente dissonante do ideal de homogeneidade cultural das nações (Portes, 2006) e, nesse sentido, contribuindo para desconstruir a ideia de uma identidade perene associada à *cultura nacional*.

As respostas dadas pelas antigas metrópoles a esta crescente recomposição étnica das suas populações foram diferentes, balizando-se entre dois extremos: de um lado, a procura de uma dinâmica *assimilacionista*, assente numa ideia de integração suportada, em última instância, na crença da superioridade civilizacional do Ocidente; no outro lado, a ideia de *relativismo cultural* foi tomada como referência para políticas públicas, que acabaram conduzindo ao que pode ser chamado de multiculturalismo funcional. De uma forma necessariamente simplificada, podemos ver no primeiro caso a solução francesa e no segundo a inglesa, mas em qualquer dos casos, incluindo as propostas mais matizadas, do que se tratava era de responder aos desafios pós-coloniais. As dificuldades que a Europa enfrenta no presente parecem demonstrar que nenhuma das soluções conseguiu resolver satisfatoriamente esses desafios. A França laica e republicana confrontou-se, nas últimas décadas, com aquilo que parece ser um retrocesso no processo de integração dos imigrantes, ao mesmo tempo que o relativismo cultural britânico se revelou, afinal, um “monoculturalismo plural” (Sen, 2007), sempre sujeito à eclosão de fundamentalismos no seu seio.

Fora do espaço europeu, e na verdade fora desta equação mais imediatamente pós-colonial, os EUA representam um caso particular e irrepetível. O seu processo de constituição enquanto Estado, marcado por um consenso liberal em torno da ideia de cidadania e participação democrática, singularizou este território face a outras antigas colónias europeias mas também face aos congéneres europeus da mesma época (Catroga, 2005). Trata-se de um caso singular com consequências evidentes no modo como lida com a questão da diversidade cultural, na medida em que o elemento agregador, aquilo que habitualmente é designado por *american way of life*, gere os múltiplos modos de vida característicos da contemporaneidade americana atendendo mais a ideais de abolição de diferenças do que a ideais de valorização da diversidade (Beck, 2006). Esta via singular não deve ser confundida, bem entendido, com ausência de conflitualidade de raiz étnica e cultural. Ao contrário, também neste caso os processos de integração e de distinção étnica foram complexos e geradores de tensão, muito embora revelem diferenças estruturais significativas com os que se observam no contexto europeu (Wacquant, 2014).

Portugal passou também por uma longa experiência colonial, profundamente estruturadora de muitas das narrativas com que se pensou enquanto país e que continuam a ser relevantes no período pós-colonial em que hoje vivemos. Um dos vetores recorrentes dessas narrativas foi a afirmação de uma excecionalidade quase sempre pouco discutida ou analisada. Voltaremos, mais adiante, a esta questão, mas importa, neste ponto, convocar um conteúdo expressivo, que é, simultaneamente, uma ideia e um projeto: a lusofonia. Ao discuti-la, procuraremos centrar o debate no modo como alguns dos tópicos centrais do argumento da excecionalidade foram reajustados à realidade pós-colonial, o que nos permitirá pensar as dinâmicas e as entorses que marcam a lusofonia enquanto projeto.

### LUSOFONIA: DO CONCEITO À SUA OPERACIONALIZAÇÃO

Em primeiro lugar, deve ficar claro que a *lusofonia* tem sido glosada em diferentes tons e modelações. A uma mesma palavra correspondem entendimentos muito diversos, que podem ir desde aqueles que veem a lusofonia como uma ameaça neocolonial num mundo que se imagina pós-colonial, até àqueles que veem nela um projeto pragmático de ampliação de possibilidades a nível internacional de uma língua comum a vários países (Cunha, 2015a). Entre estes dois extremos, que projetam o mesmo conceito numa linha maximalista ou minimalista, define-se uma vasta arena onde se confrontam diferentes atores, individuais e institucionais, configurando um debate que tem diversas centralidades analíticas, que ora se excluem e colidem, ora convergem estrategicamente. Estas diferentes centralidades decorrem do confronto de distintas tradições disciplinares e consequente disputa em torno das fronteiras que demarcam campos científicos, a que acresce uma relevante inscrição política que igualmente fragmenta o objeto – por um lado associando-o a uma longa tradição que essencializa a excecionalidade do colonialismo português; por outro desconstruindo criticamente o conceito de lusofonia, propondo, em última análise, a sua rejeição. De alguma forma, estes confrontos conceituais tornam a lusofonia numa categoria útil para pensar as ideias de cultura e diversidade cultural na *modernidade tardia*.

Neste sentido, procurando fazer deste trabalho mais uma peça para o longo debate que acabámos de convocar, propomo-nos pensar a lusofonia enquanto categoria difusa e declaradamente conflituante, não para nos posicionarmos em qualquer dos eixos centrais do debate; antes, pelo contrário, para tentarmos explorar os seus interstícios como linhas de fuga. Se a centralidade da *língua* em qualquer projeto lusófono é inquestionável, a verdade é que a tensão ideológica dificulta qualquer ambição de neutralidade neste campo. Importa, por isso, matizar o confronto. À ideia de que a lusofonia é um espaço de convergência sem hierarquias, assegurada pelas virtudes da comunicação intercultural, deve agregar-se a evidência de que há sempre assimetrias de poder nas relações entre grupos sociais e entre os *valores culturais* que os enformam (Cabecinhas & Cunha, 2017; L. Macedo, 2013). Por outro lado, não negando o lastro histórico produzido pelo processo colonial, não permitir que as suas cicatrizes impeçam a definição

de espaços onde se confrontem ideias e experiências singulares, ora convergindo ora divergindo, sempre acrescentando algo para um enriquecimento comum. Para melhor o situarmos no presente, é sempre possível e útil fazer uma *arqueologia* do confronto e da convergência de narrativas identitárias, na condição de resistirmos à simplificação e ao esquematismo<sup>2</sup>. Do mesmo modo, algumas experiências singulares deixaram um rasto que importa recuperar, igualmente sem dispensar o olhar crítico nem ceder à simplificação. Começaremos, justamente, por este ponto, para depois nos ocuparmos da persistência de algumas narrativas identitárias. Em ambos os casos a nossa intenção é essencialmente ilustrativa, não permitindo qualquer leitura sistémica.

### JORGE DE SENA E A “CULTURA DA LÍNGUA”

Foi já no final do Estado Novo, em julho de 1972, que Jorge de Sena, em visita de trabalho a Moçambique, teceu considerações públicas sobre as questões que aqui nos ocupam. Convém, desde já, sinalizar que esta visita protagonizada por um intelectual proscrito pelo regime a uma então colónia portuguesa constituiu um verdadeiro acontecimento fraturante, não só por oferecer um programa evocativo do IV centenário da primeira publicação d’*Os Lusíadas* alternativo ao das comemorações oficiais que simultaneamente decorriam sob a égide do Governador Geral<sup>3</sup>, como sobretudo pelas ideias defendidas por Jorge de Sena durante as quatro conferências que proferiu e nas poucas mas expressivas entrevistas que concedeu aos média locais (L. Macedo, 2017a). Ligado a Moçambique pela amizade que alimentava através de intensa correspondência com alguns dos intelectuais e dos artistas da então Lourenço Marques, bem como pela colaboração que mantinha com a revista de poesia *Caliban*<sup>4</sup>, Jorge de Sena chamou a atenção para a situação da língua portuguesa no mundo – à época, a sexta com maior número de falantes e, prospetivamente, a quarta até ao final do século XX – e para o problema que, em sua opinião, era urgente resolver: segundo palavras suas, “a magnitude e o peso do nosso idioma são largamente ignorados no mundo”<sup>5</sup>, o que conduzia, por exemplo, à dificuldade de reconhecimento internacional das produções culturais em língua portuguesa<sup>6</sup>.

<sup>2</sup> O debate que hoje se faz em torno do projeto de construção de um museu dedicado à expansão/descobertas é bem elucidativo da atualidade da questão e também do esquematismo simplificador com que tende a ser abordada.

<sup>3</sup> O programa das comemorações oficiais do IV Centenário da primeira publicação d’*Os Lusíadas* encontra-se amplamente documentado na imprensa da época em Moçambique, sendo este essencialmente composto por eventos institucionais (jantares de gala, salvas de morteiros, ...) que decorreram ao longo de vários dias.

<sup>4</sup> A revista de poesia *Caliban* foi editada por João Pedro Grabato Dias (*alter ego* literário do artista plástico António Quadros) e por Rui Knofli entre 1971 e 1972, tendo por objetivo central a divulgação da poesia de língua portuguesa produzida na época, sobretudo aquela que era produzida fora de Portugal. Para além de Jorge de Sena, colaboravam com esta revista autores como José Craveirinha, Rui Nogar e Herberto Helder (à época, residente em Angola). A *Caliban*, um dos primeiros projetos independentes de cultura da língua, foi encerrada pela Administração Colonial no mês anterior à visita de Jorge de Sena.

<sup>5</sup> Entrevista concedida ao jornal *Notícias* de 16 de julho de 1972, p. 10.

<sup>6</sup> A exceção era a obra de Camões, sobretudo *Os Lusíadas*, na qual Jorge de Sena era um dos mais reconhecidos especialistas a nível mundial. Fazendo uso da sua vasta experiência internacional, o intelectual português demonstrou, em entrevista concedida à Rádio Clube de Moçambique a 19 de julho de 1972, que a epopeia de Camões era alvo de interesse em todo o mundo pelo seu valor literário e não por ser uma narrativa de exaltação das glórias da expansão portuguesa.

O então professor da Universidade de Santa Bárbara, na Califórnia – onde havia chegado após um período de exílio no Brasil e uma fugaz passagem por Wisconsin – foi apontando, ao longo das suas intervenções, as causas do problema, bem como os seus possíveis remédios. A apropriação da língua pelos gramáticos portugueses<sup>7</sup>, a propagação da ideia de que existem formas mais corretas de falar a língua do que outras<sup>8</sup>, a deficiente relação cultural entre Portugal e o Brasil<sup>9</sup>, bem como o não reconhecimento da produção cultural das então colónias portuguesas<sup>10</sup> – o que, em sua opinião, não invalidava que Rui Knopfli fosse um dos maiores poetas e Eugénio Lisboa fosse um dos maiores críticos literários de língua portuguesa desse tempo – seriam, a seu ver, as principais razões para a fragmentação daquilo a que chamava a “cultura da língua”. Para além do diagnóstico, Jorge de Sena foi apontando, através de sugestivas metáforas e de estimulantes truques de retórica, aqueles que considerava serem os remédios para esses males: desmitificar o passado histórico e ultrapassar o nacionalismo português (L. Macedo, 2017a). Quer isto dizer que a “cultura da língua”, concebida por Sena como a cultura em língua portuguesa, da qual ninguém é legítimo proprietário e cuja dimensão extravasa a dimensão dos países onde esta é falada, não pode ser pensada senão depois de uma rigorosa revisitação da história, capaz de repor a verdade dos factos, bem como depois de Portugal e os portugueses deixarem de se imaginar como epicentro privilegiado dessa cultura. O que Jorge de Sena defendia era, pois, uma “cultura da língua” fundada no conhecimento científico da história e num multiculturalismo agregador.

#### CENTRALIDADE DA LÍNGUA NO PROJETO LUSÓFONO

O colonialismo português teve, sem dúvida, as suas singularidades, ainda que estas não sejam as que habitualmente lhe são apontadas. Ao invés de imaginarmos um colonialismo predominantemente benigno, feito por um povo com natural *vocação evangelizadora*, isento de racismo ou de práticas de exploração, devemos pensar a sua singularidade na decorrência de especificidades históricas concretas. Assim, a crença, acrítica, num colonialismo intrinsecamente bom, deve dar lugar à visão mais realista de um colonialismo periférico e subalterno (Santos, 2001). Algumas das consequências dessa subalternidade – baixo capital financeiro, ausência de um projeto colonial centralizado e coerente, predominância de relações informais, etc. – virão a constituir argumentos de sustentação da visão lusotropical, que não escapa, todavia, a uma evidente essencialização. Do que se trata, então, não é de rejeitar a singularidade do colonialismo

<sup>7</sup> “É uma outra verdade de que em Portugal muita gente ainda não se convenceu: as línguas pertencem a quem as fala e a quem as escreve – não aos gramáticos” (*Notícias*, 16 de julho de 1972, p. 10).

<sup>8</sup> “Os povos não falam bem, nem mal: falam. E, se eles não falassem, a língua não havia!” (*Notícias*, 16 de julho de 1972, p. 10).

<sup>9</sup> “Em Portugal não se põem os escritores brasileiros nas selectas, que é para as pessoas não se contaminarem daquela gramática horrível; e, no Brasil, não se põem os escritores portugueses para que não se pense que os escritores portugueses estão a colonizar o Brasil outra vez. O que é, evidentemente, uma situação mutuamente ridícula”. Entrevista à *Rádio Clube de Moçambique*, 19 de julho de 1972.

<sup>10</sup> “Terei a oportunidade de visitar a Ilha de Moçambique, um dos únicos lugares – juntamente com Lisboa – onde podemos ter a certeza que Camões esteve” (*Notícias*, 16 de julho de 1972, p. 10).



português nem da experiência pós-colonial, mas de pensar esses fenómenos sem o habitual lastro ideológico, esteja este fundado na *vocação evangelizadora*, na *disponibilidade para a miscigenação*, na *aptidão natural para lidar com povos tropicais*, ou em quaisquer outros pronunciamentos sem suporte objetivo.

O facto de o português ser uma língua partilhada por povos dispersos pelo planeta deve-se, evidentemente, ao processo colonial. A sua expansão foi, em primeiro lugar, fruto da vontade soberana, e, nesse sentido, da tentativa de impor o uso de uma mesma língua nas distintas partes de um império. Porém, a afirmação dessa língua comum foi também o resultado, dir-se-ia que paradoxal, do processo de descolonização e consequente criação de novas unidades políticas. Se no primeiro caso a língua do colonizador foi uma imposição etnocêntrica e uma estratégia de domínio da periferia pelo centro, no segundo caso essa mesma língua foi o cimento indispensável para a criação de uma unidade política a partir de uma fragmentação étnica pré-colonial, ainda que por vezes reforçada pela gestão colonial. Naturalmente que em cada um dos territórios colonizados, e que são hoje os países constituintes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), estas regras gerais foram aplicadas de forma diversa. Pesam nestas diferenças razões históricas, sociais e políticas, mas no que diz respeito à política da língua, certo é que a convergência se foi fazendo em torno do português.

Mesmo em torno do uso de uma língua comum, o consenso é mais postulado que efetivo, não só pela coexistência da língua oficial com inúmeras línguas nacionais, mas sobretudo porque a língua não pode deixar de ser um campo de disputa, que não apenas confronta a antiga metrópole com os novos países, mas que se afirma também como instrumento de poder dentro de cada espaço e em relação aos grupos que o compõem. Pelo lugar que ocupa dentro do espaço lusófono, vale a pena considerar, ainda que brevemente, o caso brasileiro. Ao longo dos três séculos de percurso histórico do Brasil-colónia, a coexistência das várias línguas faladas pelas diversas gentes que habitavam o seu território foi sendo progressivamente eliminada até à definitiva afirmação do português enquanto língua nacional. Tal processo constituiu, sem dúvida, um gigantesco glotocídio, indissociável dos processos de dominação colonial, mas também dos processos internos que deram cidadania ao português. De facto, como notou Eduardo Lourenço (2004, p. 123), a expansão da língua portuguesa pelo mundo “foi algo mais e mais importante” do que o resultado “da violência colonizadora clássica”, uma vez que “por benfazejo acaso, os Portugueses, mesmo na sua hora imperial, eram demasiado fracos para ‘imporem’, em sentido próprio, a sua língua [sic]”. Apenas apelando a um olhar pluridisciplinar se poderia avançar no entendimento dos processos históricos e culturais que levaram à consolidação de uma língua num determinado território. Pela parte que nos toca limitar-nos-emos a deixar uma breve nota sobre a importância da interculturalidade nesses processos.

Teyssier (2007) observava que, em terras de Vera Cruz do século XVI, as populações de origem indígena, africana ou mestiça iam aprendendo o português falado pelos colonos, embora o fizessem de forma “imperfeita”. Paralelamente, alguns colonos, bem como a sua descendência, adquiriam também mestria quanto aos falares das

populações autóctones o que lhes permitia retirar dividendos a partir da facilidade em comunicar com o outro. De acordo com Schwartz (1999, p. 60),

portugueses e mestiços, leigos e clérigos que falavam línguas indígenas tinham, em geral, orgulho desse seu predicado e empenhavam-se em apregoá-lo à Coroa e a outras autoridades, uma vez que era uma habilidade necessária e valiosa no século XVI e início do século XVII.

Ao mesmo tempo, desenvolvia-se na colónia uma língua geral com base num tupi simplificado e gramaticalizado pelos missionários jesuítas que, ao sobrepor-se a todos os idiomas desse tronco, viria a tornar-se num código de ampla utilização. Sobre as origens desta língua, Houaiss (1984/1992, p. 53) reparava que “desde o início da catequese do gentio, no século XVI, ficou patente aos missionários jesuítas que não seria através de sua própria língua (...) que a catequese poderia ser levada a cabo”. Assim, as necessidades de comunicação conduziram os missionários, homens doutos num saber que mais tarde haveria de se denominar por linguística, a uma prática viva que emergia de contactos interétnicos e que disciplinava as várias línguas faladas pelos diferentes grupos de ameríndios. As possibilidades pragmáticas oferecidas por esta língua geral, que colocava em interação não só portugueses com indígenas como também indígenas entre si, propiciaram o seu rápido sucesso, fazendo do português uma língua quase exclusiva dos colonos, dos centros urbanos e de outros lugares onde se encontrava implantado o poder.

Como observava Holanda (1936/2010), foi deste modo que, durante muito tempo, o português e a língua geral viveram lado a lado como línguas de comunicação. O Brasil conhecia, então, um bilinguismo que empurrava cada vez mais para a marginalidade os idiomas conservados por certos povos locais e as línguas africanas trazidas pelos escravos<sup>11</sup>. Embora Serafim da Silva Neto afirmasse, na sua clássica e monumental *História da língua portuguesa* (1952, p. 52), que “a história de uma língua não é um esquema rigorosamente pré-estabelecido, não é um problema algébrico”, apresentava, ao mesmo tempo, várias tendências comuns às situações de bilinguismo. Consideremos apenas duas delas: um longo período em que se trava uma luta pela supremacia; a vitória decidida pelo prestígio, pelo valor utilitário, pela glória literária e pela situação social dos falantes. Mesmo sem álgebra à mistura, foi o que aconteceu no Brasil da centúria de Oitocentos. Conforme descrito por Teyssier (2007), vários acontecimentos ocorridos nesse período viriam a determinar o cenário para o triunfo do Português sobre a língua geral. Por um lado, a chegada de grandes contingentes de portugueses atraídos pela descoberta de minas de ouro e de diamantes aumentava o número de glotas da língua do poder, com ganhos consequentes no seu uso utilitário. Por outro lado, o Marquês de Pombal promulgava, em 1753, uma lei que proibia o uso da língua geral e oficializava a obrigatoriedade de utilização do Português no Brasil. O golpe de misericórdia na língua

<sup>11</sup> Segundo Teyssier (2007), as línguas africanas mais faladas no Brasil colonial foram o ioruba (importado do território correspondente à atual Nigéria) e o quimbundo (importado de Angola). Embora seja difícil avaliar a real influência destas línguas no português que hoje se fala no Brasil, é inegável que as mesmas deixaram as suas marcas, nomeadamente a nível vocabular.

geral seria finalmente dado, em 1759, com a expulsão dos jesuítas do território brasileiro, afastando da colónia os seus principais protetores. Enfatizando o impacto do processo de “relusitanização” do Rio de Janeiro com a transferência da corte de D. João VI, em 1808, que traria cerca de 15.000 portugueses para a nova capital do império, o autor conclui que cinquenta anos depois da partida dos patronos da língua geral, o Português tinha-a eliminado completamente, restando dela algumas marcas, sobretudo a nível vocabular. É neste cenário que, poucos anos mais tarde, em 1822, se dá a independência do Brasil enquanto nação. Sem que outra alternativa se colocasse, coube à língua portuguesa constituir-se como sua língua nacional.

Apesar do Português ter assumido no Brasil tal estatuto desde a independência de 1822, a verdade é que nem sempre a questão linguística foi pacífica entre as elites intelectuais do país. Sobrinho (1958/2000) analisava as divergências em torno das características próprias da língua portuguesa usada no Brasil no primeiro século pós-independência, identificando três posições predominantes, a saber: 1) a afirmação da existência de uma língua brasileira autónoma, tendo esta em Monteiro Lobato<sup>12</sup> seu mais acérrimo defensor; 2) a alegação da formação de um dialeto brasileiro a partir do Português europeu que justificava as diferenças de fonética, de prosódia e de morfologia entre os dois falares; 3) por fim, a defesa de que as diferenças entre a língua falada no Brasil e em Portugal não autorizavam a ideia da existência de dialetos ou subdialetos brasileiros, uma vez que as mesmas se verificavam sobretudo ao nível da pronúncia. Contudo, Sobrinho sublinhava que a prevalência da língua portuguesa, em relação às suas múltiplas linguagens, constituía um dos principais fundamentos da unidade nacional de um país tão imenso como o Brasil. Em boa verdade, esta é a tese que tem vingado ao longo do tempo, muito embora a identidade brasileira continue a contrapor-se à identidade portuguesa por via dos diferentes usos da mesma língua.

#### NARRATIVAS IDENTITÁRIAS: PERSISTÊNCIA E MUDANÇA

Como já se disse, não se ambicionando uma leitura sistémica, procuraremos, ainda assim, revisitar de forma ilustrativa a *arqueologia* dos processos discursivos através dos quais *cultura* e *identidade* se projetam como argumentos centrais em processos políticos de longa duração. A tentação de enquanto portugueses nos olharmos a partir de uma convicção de excecionalidade vem de longe e tem sido amplamente glosada (Vecchi, 2010). Deu o mote, por exemplo, para Eduardo Lourenço (1992) escrever *Psicanálise mítica do destino português*, texto que se tornou referencial. Outros autores e textos, anteriores e posteriores a este que evocamos, pegaram também neste tema, de tal forma que a ideia da exceção lusa se tornou numa espécie de buraco negro que tudo absorve

<sup>12</sup> Monteiro Lobato (1882-1948) foi um dos mais importantes escritores brasileiros do seu tempo, tendo obtido enorme sucesso no campo da literatura infanto-juvenil. *O Sítio do Pica-Pau Amarelo* conta-se entre as suas obras mais conhecidas (*Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, 1960). Nacionalista convicto e avesso a todas as formas de “europeização”, Lobato defendia a existência de uma língua brasileira autónoma da língua portuguesa. Porém, como observa Sobrinho (1958/2000, p. 66), a sua tese obedecia a um “silogismo um tanto simplista e precário”, uma vez que se apoiava na ideia de que, assim como o português surgiu da corrupção do latim, também o brasileiro surgia da corrupção do português.

– mesmo as considerações críticas acabam sendo integradas numa meta-narrativa, gerando novas versões atualizadas da exceção, de que um conhecido *best-seller* do filósofo José Gil (2004) é exemplo. Uma das peças fundamentais desta secular reivindicação de excecionalidade foi o *projeto colonial/imperial*, que nas diferentes configurações que foi assumindo desde o século XV, não escapou a narrativas fundadas na ideia de excecionalidade. Algumas são bastante remotas, como o sonho do *Quinto Império*, que de resto se foi renovando; outras são mais recentes, mas nem por isso menos centrais ao debate, como todo o edifício conceptual do lusotropicalismo.

A ideia messiânica de um *Quinto Império*, formulada inicialmente pelo Pe. António Vieira no século XVII, e reatualizada mais tarde por Fernando Pessoa e por Agostinho da Silva, já no século XX, ilustra bem o modo como a ideia de excecionalidade acabou por estruturar fortemente a narrativa acerca de *quem somos*. Encontra as suas raízes no mito bíblico da interpretação feita por Daniel de um enigmático sonho de Nabucodonosor, rei da Babilónia. De acordo com essa interpretação, após quatro reinos terrenos e perecíveis que traduziam a queda e a degradação da Humanidade, haveria de surgir, por vontade de Deus, um quinto reino universal e intemporal para a salvar. O jesuíta português tomou esta passagem da Bíblia, reinterpretando-a no contexto de um mundo que, pela primeira vez, apresentava uma dimensão planetária, reunindo condições de extensão e de duração para o aparecimento de um novo e definitivo estádio, ou seja, o *Quinto Império*. Antes das navegações portuguesas dos séculos XV e XVI, nenhum império poderia estender-se a toda a Terra, nem garantir a completude e a eternidade que haviam sido preconizadas por Daniel. Reunidas essas condições, o *Quinto Império* surgiria para unir todos os povos sob o mesmo estádio civilizacional através da evangelização empreendida pelos portugueses, superando a crise da Humanidade. Como essa crise tinha origem no velho mundo da Europa, o Pe. António Vieira centrou esse quinto reino no Brasil, uma parcela do mundo ainda incorrupta e na qual ainda muito havia para descobrir (Franco, 2007). É nestas formulações que Calafate (2006, p. 61) interpreta, no pensamento de Vieira, um “sonho de harmonia e paz universais” que emerge de uma conceção “da história ecuménica fortemente impregnada pelo movimento, pela transformação, pela novidade”, na qual os portugueses assumem o papel de povo eleito no horizonte da ação humana, rumo a um outro futuro: o de um novo e último estádio, em que os seres humanos saem de si mesmos para viver para o mundo.

Esta reabilitação providencial da Humanidade seria retomada por Fernando Pessoa, embora com contornos mais abstratos, perdendo a sua inserção na geografia e a sua possibilidade de aplicação no tempo histórico. Assim, em Pessoa, o *Quinto Império* constitui-se como um mito<sup>13</sup> ou uma visão da alma (Franco, 2007), numa crítica radical à existência daqueles que vivem felizes na sua pequena casa e no seu pequeno quintal<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Sinde (citado em Pessoa, 1934/2007, p. 5) nota que Fernando Pessoa procurava recuperar o mito como forma de compreensão da história nacional. Neste sentido, afirma o autor: “Fernando Pessoa entendia o mito como o verdadeiro impulsionador da História (...), o que lhe confere sentido, o que dá realidade ao destino das nações e dos indivíduos”.

<sup>14</sup> Esta crítica de Fernando Pessoa está claramente expressa no poema “Quinto Império”, contido na obra *Mensagem*, do qual se apresentam alguns versos mais ilustrativos: “Triste de quem vive em casa / Contente com o seu lar / Sem que um sonho, no erguer da asa / (...) / Ser descontente é ser homem / Que as forças cegas se domem / Pela visão que a alma tem!” (Pessoa, 1934/2007, p. 89).

Neste sentido, Calafate (2006) observava que, em Pessoa, a elevação da alma conducente ao *Quinto Império* passa pela aspiração à “extremosidade das alturas”, lugar acima da mediania, reservado apenas a santos e a heróis.

Com a releitura deste mito por Agostinho da Silva, regressa-se à necessidade de um projeto histórico que reatualize a concretização geográfica e a reflexão civilizacional. A visão deste pensador sobre a quinta idade do mundo gravitava em torno das escolhas dos seres humanos na modernidade, sendo esta a quarta das idades. A modernidade poderia vitimar a Humanidade na longa luta fratricida que caracteriza a história ou, em alternativa, poderia elevá-la na plenitude de uma civilização universal, sem fomes e sem opressões (Franco, 2007). Apesar de se tratar de uma escolha a fazer, todo o pensamento de Agostinho afirma o primado da vida sobre a morte, pelo que não é suposto que o futuro se prefigure numa idade inerte. Pelo contrário, a quinta idade, que reuniria todos os povos, teria uma escala planetária e contaria com um contributo decisivo da comunidade de língua portuguesa, à qual caberia a missão de unificar o mundo pelo espírito. Procurando sintetizar a proposta de Agostinho da Silva sobre o último dos estádios da Humanidade, afirmava Freixo (2007, p. 24):

nesta nova era, a língua portuguesa desempenharia um papel fundamental por ser falada em todas as partes do globo e representar o símbolo da expansão portuguesa que lançou as bases da construção do “novo mundo”, do “Reino do Espírito”. Nesta nova ordem, o Brasil teria um papel fundamental, pois traria em si os elementos do verdadeiro Portugal, aquele Portugal arcaico que se perdeu com o fracasso histórico da nação. Para ele, em sua utopia, o Brasil é a concretização do sonho do Quinto Império, é a *Ilha dos Amores* de Camões, o *Não-Lugar* capaz de ser o centro de uma nova civilização por ser o ponto de encontro de diversas culturas, onde a miscigenação favoreceu a tolerância e a moderação.

A refundação do mito de Vieira por Agostinho da Silva decorre, desde logo, da modificação das circunstâncias históricas. Se em Vieira Portugal pode assumir por inteiro o papel de protagonista no projeto utópico, o tempo em que Agostinho da Silva escreveu já não o permite. Em todo o caso, em ambos os autores, o *Quinto Império* projeta o ideal de uma idade final, perene e feliz, na qual Portugal e o Brasil cumprem a missão messiânica de unir a Humanidade num mesmo estádio civilizacional. Entre a agregação em torno de uma evangelização de cunho português (Vieira) ou sustentada numa língua e culturas partilhadas constitutivas de uma *lusitanidade* desterritorializada (Agostinho da Silva), fica evidente uma continuidade narrativa que sedimenta uma visão mitificada de uma identidade coletiva.

O lusotropicalismo, cunhado por Gilberto Freyre, constitui um outro referencial importante no argumento da excecionalidade portuguesa, contribuindo também, de forma determinante, para a narrativa identitária de que vimos falando. Reportado à reta final da história colonial portuguesa e ideologicamente apropriado pelo regime do Estado Novo, importa perceber, antes de mais, que o lusotropicalismo foi uma teoria que

começou por pensar e legitimar a nação brasileira, vincando uma unidade cultural sobreposta à unidade política, contrariando a desconfiança nas possibilidades de um novo país visto, à época, como perigosamente miscigenado. Esta génese da teoria lusotropicalista é relevante, na medida em que, nascendo na periferia e devendo ser enquadrada no longo processo fundacional de uma nação difusa e de dimensão continental (Ribeiro, 1995), se vê apropriada e transmutada em narrativa legitimadora de uma velha metrópole acossada pelos ventos da descolonização europeia (Cunha, 2015b). Neste ponto, mais do que repetir aqui os argumentos do sociólogo brasileiro, julgamos útil sublinhar esta inversão simbólica da ordem centro/periferia, já que ela sinaliza, num plano diferente do habitualmente glosado, a singularidade do projeto colonial português – periférico e subalterno face às grandes potências europeias.

No que diz respeito à contribuição do lusotropicalismo para o debate em torno de uma identidade lusófona, importa ter presente as muitas críticas que sofreu por parte de intelectuais portugueses e brasileiros, muito embora não possa deixar de visto também como uma das poucas teorias interpretativas do colonialismo português (Sousa, 2001). O argumento central de Freyre assenta na valorização dos processos de mestiçagem “racial” e cultural em espaços colonizados por portugueses – pensando inicialmente no Brasil mas depois estendendo a apreciação positiva a outros territórios – defendendo a originalidade do projeto colonial português, perspetivando-o de acordo com um desenvolvimento “não dentro de uma rígida exclusividade de raça ou mesmo de cultura, mas por meio de constante interpenetração de valores culturais diversos e de abundante miscigenação” (Freyre, 1940, p. 12). As críticas que lhe foram feitas denunciavam que a miscigenação racial fora sempre mais falocrática que democrática e que a integração de elementos culturais africanos, ameríndios ou orientais nos hábitos dos povos hoje lusófonos obedecera a interesses predominantemente económicos – o que esclarece regimes de aculturação que não foram inteiramente recíprocos. Em contraponto a estas críticas continuou a ser sublinhada a ideia de excecionalidade, ainda que matizada: a mestiçagem e o hibridismo alcançados, sem que tivessem sido politicamente projetados, constituem heranças perenes de muitas das sociedades fundadas em espaços que outrora estiveram sob exploração colonial portuguesa.

O que subjaz a estas duas metanarrativas, e é nesse sentido que elas nos importam aqui, é a possibilidade de discutir a ideia de *identidade cultural* a partir da relação entre universalidade e particularismo. No caso de Vieira e Agostinho da Silva, estamos perante um particularismo que ambiciona universalizar-se; no caso de Freyre trata-se de postular a possibilidade de absorver a diversidade a partir de uma identidade singular. Ambas as narrativas necessitam da *crença* numa excecionalidade para se tornarem convincentes, pelo que importa considerar analiticamente o conceito. O problema que o *exceccionalismo* coloca não reside, evidentemente, na singularidade de cada nação em confronto com as suas congéneres. Os contextos geográfico e histórico determinam singularidades objetivas mais ou menos expressivas. O problema coloca-se quando a reivindicação de exceção se faz com base em juízos morais: a *nossa* colonização não só foi *diferente* como foi *melhor* no plano moral. Trata-se de um problema, desde logo, por pensar as identidades

a partir de uma matriz *essencialista*, desenhando uma *alma coletiva* autêntica e intemporal. Foi o pensamento conservador, que podemos situar politicamente à *direita*, quem acabou por se apropriar desta ideia de *exceção* revestida de conteúdo moral, ao mesmo tempo que um olhar à *esquerda*, mais crítico, rejeitou o essencialismo e, por extensão, também a ideia de *exceção*. Seguindo um outro percurso, também as correntes pós-coloniais se empenharam na rejeição dos particularismos, preferindo tratar o fenómeno colonial de uma forma global, seguindo uma linha de pensamento fundada por Edward Said (1978). De algum modo, e com perdão do plebeísmo, há nesta matéria o risco de deitar fora a criança com a água do banho. Não negando as singularidades, do que se trata é de olhar as diferenças de forma historicamente situada, extirpando-as dos conteúdos morais, que sempre acabam conduzindo a indesejáveis essencialismos.

#### ENTRE CONVERGÊNCIA E DIVERGÊNCIA: O PODER DAS NARRATIVAS

Tal como vimos argumentando, a lusofonia distingue-se de outras experiências pós-coloniais não por força de qualquer essência, mas por força de circunstâncias históricas que determinaram a natureza das relações entre a metrópole e os territórios colonizados e entre os diferentes grupos que em cada território se confrontaram. A dominação material e simbólica foi historicamente precária e casuística e dependeu sempre mais dos agentes envolvidos que de uma estrutura de poder consolidado. É justamente a fragilidade do colonialismo português, revelada na comparação com outros regimes coloniais, que torna a lusofonia útil para pensar os desafios inerentes à comunicação intercultural nos dias de hoje, nomeadamente os riscos de as relações pós-coloniais disfarçarem a perpetuação de relações assimétricas de poder (Cabecinhas & Cunha, 2017; I. Macedo, 2016; L. Macedo, 2017b; Martins, 2017).

Para tal, deveremos ser capazes de resistir a ver na lusofonia um lugar de conciliação, um ilusório ponto de encontro dos povos que couberam em sorte ao colonialismo português. Importa, isso sim, considerá-la como um lugar de cruzamento de narrativas alimentadas pela história tanto quanto pela memória. Será, nesse sentido, um lugar de encontro, mas também de desencontro, ou seja, um ponto de cruzamento de narrativas convergentes e divergentes. Recuperemos o que atrás se disse acerca do lusotropicalismo: teoria académica, construída com uma intenção *doméstica*, isto é, que procurava explicar a identidade brasileira e legitimar uma unidade sobre a diversidade, acabou sendo apropriada e reorientada para uma outra função, a de justificar a permanência do domínio colonial em África por parte de Portugal. Recuperámo-la, para fazer notar que a teoria desenvolvida por Freyre se alimentou de um conteúdo narrativo que, enquanto tal, transcende as fronteiras do Brasil, podendo ter livre curso em Portugal ou ainda noutros territórios coloniais. Sendo certo que a teoria evoluiu e que na sua leitura existiram variações de ênfase ou mesmo de sentido, essas dinâmicas não implicaram a rejeição mas antes uma acomodação da narrativa. Assim, ao longo de décadas, sobretudo no Brasil e em Portugal, o lusotropicalismo, sem deixar de ser uma projeção fantasiosa, pôde funcionar como fio reconhecível que criou redes e teias de união e de dissenso.

Neste mesmo sentido da existência de um espaço narrativo difuso, contraditório, conflituoso mas, ainda assim, gerador de dialética, podemos convocar outros exemplos. Veja-se o modo como o cristianismo, deixado como herança colonial em Timor, se incrementou após a saída de Portugal do território, sendo reinterpretado como uma das raízes matriciais da reivindicação de independência face à Indonésia (Sousa, 2001). A um outro nível, a guerra de libertação/colonial, ponto óbvio de tensão e conflito, constitui também um nó narrativo à volta do qual se estruturam memórias partilhadas ainda que divergentes (Cabecinhas & Cunha, 2017). Um outro novelo denso de narrativas comuns, é-nos dado pela experiência migratória, que na verdade atravessa todo o espaço que a lusofonia configura (Abadia, Cabecinhas, Cunha & Macedo, 2018). No caso de Portugal, o peso da emigração não qualificada, inclusive para países que foram antigas colónias, é ilustrativo da singularidade do colonialismo português nos pontos que atrás foram referidos – subalternidade e periferia. Encarado de outra forma, porém, ele ganha um inesperado significado, tornando-se num recurso narrativo disponível para a construção de memórias partilhadas, fermento para uma *lusofonia* que não seja apenas espaço de convergência económica nem tampouco a expressão recomposta de uma relação convencional entre centro e periferia. Ao contrário, que possa ser um espaço policêntrico, complexo, atravessado de múltiplos sinais, capaz de convocar diferentes povos e distintas experiências nacionais em torno de uma interculturalidade efetiva (Lopes, 2015; Martins, 2015).

#### BREVE NOTA PARA UM FINAL INCONCLUSIVO

Retomamos aqui a distinção, que reportámos a Raymond Williams, entre o *universalismo*, que assenta num entendimento da cultura como *civilidade*, e o valor do *particularismo*, que vê a cultura como produto e produtora de *identidade*. Fazemo-lo para argumentar que é justamente para a fronteira entre estas duas categorias que importa trazer o debate, sobretudo num tempo em que todo o *espaço* – físico, cultural, étnico, financeiro... – parece investido por categorias associadas à ideia de fronteira. Ambivalência, mistura e liminaridade, estão entre essas categorias, tal como está, também, a ideia de *artificialidade*, que é contrariada e se *naturaliza* através da discursividade e da prática. Se as fronteiras políticas são cicatrizes da história, linhas demarcatórias que ao longo do tempo, e mais nuns casos que em outros, se foram tornando mais profundas, criando territórios efetivamente distintos, o mesmo processo pode ser observado nas *fronteiras culturais*, quer elas sejam pensadas a partir de uma língua tornada nacional, quer reportem a outros vínculos históricos e culturais.

Como em todas as fronteiras, também nestas se reforçam ou esbatem diferenças. O debate entre singularidade e excecionalidade, que acima evocámos, deve ser pensado a partir desta premissa, forma de perceber como a objetificação da primeira se confunde com a imprecisão da segunda. De facto, se a *singularidade* pode ser vista de forma objetiva, como decorrência de processos históricos e sociais concretos e aferíveis, já a *excecionalidade* remete para critérios difusos, frequentemente associados a uma suposta



essência identitária. Importa, por isso, distinguir os dois planos, única forma de superar o impasse entre a crítica ao essencialismo identitário e a possibilidade de aprofundar experiências concretas de interculturalidade. De algum modo foi o que aqui tentámos fazer, quer apelando à arqueologia de algumas das narrativas centrais que fundam uma suposta cultura e identidade lusófona, quer convocando uma experiência singular de reflexão em torno dessa matéria, concretamente a de Jorge de Sena em Moçambique, quer ainda da sugestão da existência de um conjunto de narrativas que atravessam o espaço lusófono interligando os seus diferentes povos. A tentativa de substituir excecionalidade por singularidade e de o fazer através do valor heurístico de situações concretas, não significa, evidentemente, isentar de crítica essas experiências de interculturalidade. Do que se trata, isso sim, é de explorar um conjunto de *possibilidades de relação* que se definem intersticialmente, quer dizer, no espaço difuso deixado vago pelas relações formais entre Estados-nação.

Falar de *lusofonia*, tal como falar de *francofonia*, de *hispanofonia* ou da *Commonwealth*, significa abordar um mesmo fenómeno, embora expresso em diferentes modulações (Margarido, 2000). Reportando a representações e conteúdos que definem laços formais e informais entre as antigas metrópoles e os territórios que um dia colonizaram, em tais expressões está contido o consenso pós-colonial possível tanto quanto a sua crítica. Em alguns casos, como acontece com a CPLP, existe uma instância formal que gere politicamente esse consenso, mas não pode ser perdido de vista que o debate se estende muito para lá desse plano. Para lá do acordo em torno de uma política da língua; para lá também de quaisquer entendimentos no que diz respeito a formas de cooperação económica, à ideia de lusofonia continuarão a corresponder sentimentos, experiências, memórias, expectativas. O perigo não está propriamente no reconhecimento de um passado partilhado mas na ambição de ver nessa suposta *comunhão* os traços de uma *identidade comum*. Importa, ao contrário, valorizar tanto as linhas de divergência quanto as de convergência, trocando a ideia de identidade convergente pela de enriquecimento mútuo. Reforça-se, dessa forma, a partilha de experiências singulares, que apenas se tornam reconhecíveis pela língua comum e por traços de memória e de história – nuns casos de cooperação, noutros de conflito – com os quais se pode fundar um património que não tem pátria nem centro, pertencendo a todos os que constroem a sua identidade a partir da língua portuguesa. ✍

## REFERÊNCIAS

- Abadia, L., Cabecinhas, R., Macedo, I. & Cunha, L. (2018). Interwoven migration narratives: identity and social representations in the lusophone world. *Identities – Global Studies in Culture and Power*, 25(3), 339-357. DOI: 10.1080/1070289X.2016.1244062
- Beck, U. (2006). *Qu'est-ce le cosmopolitisme?* Paris: Éditions Aubier.
- Cabecinhas, R. & Cunha, L. (2017). Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp. 7-12). Vila Nova de Famalicão: Húmus.

- Cabecinhas, R., Macedo, I., Jamal, C. & Sá, A. (2018). Representations of European colonialism, African resistance and liberation struggles in Mozambican history curricula and textbooks. In K. van Nieuwenhuysse & J. P. Valentim (Eds.), *The colonial pasts in history textbooks. Historical and social psychological perspectives* (pp. 217-237). Charlotte, NC: Information Age Publishing.
- Calafate, P. (Ed.) (2006). *Portugal como problema. Séculos XVII e XVIII, da obscuridade profética à evidência geométrica (Volume II)*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público.
- Catroga, F. (2005). *Nação, mito e rito. Religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Edições Nudoc-UFC/Museu do Ceará.
- Chakrabarty, D. (2000). Histórias de minorias, passados subalternos. In M. R. Sanches (Ed.), *Deslocalizar a Europa. Antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade* (pp. 209-230). Lisboa: Livros Cotovia.
- Cunha, L. (2015a). Liminaridade e descentramento: identidades lusófonas e suas narrativas. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 113-127). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Cunha, L. (2015b). O Luso no Trópico, ou por que não pode Olinda ser Olanda. In M. Cardão & C. Castelo (Eds.), *Gilberto Freyre. novas leituras do outro lado do Atlântico* (pp. 61-78). São Paulo: Edusp.
- Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira (1960). Direção de Jacinto do Prado Coelho. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Eagleton, T. (2000). *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas & Debates.
- Ferro, M. (2004). *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde* (nouvelle édition revue). Paris: Éditions Payot.
- Franco, A. C. (2007). Nótula sobre o Quinto Império em Agostinho da Silva. *Revista Convergência Lusíada*, 23, 55-62. Retirado de <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/portals/o/documentos/revista23.pdf>
- Freixo, A. (2007). A língua portuguesa como utopia: Agostinho da Silva e o ideal da comunidade lusófona. *Revista Convergência Lusíada*, 23, 21-27. Retirado de <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/portals/o/documentos/revista23.pdf>
- Freyre, G. (1940). *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Gil, J. (2004). *Portugal, hoje. O medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Holanda, S. B. (1936/2010). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Houaiss, A. (1984/1992). *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Lopes, A. J. (2015). Política linguística: terra de ninguém, terra de todos. Notas a partir de um Posto de Observação Moçambicano. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 197-226). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Lourenço, E. (1992). *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lourenço, E. (2004). *A Nau de Ícaro seguido de imagem e miragem na lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Macedo, I. (2016). Os jovens e o cinema português: a (des)colonização do imaginário? *Comunicação e Sociedade*, 29, 271-290. DOI: 10.17231/comsoc.29(2016).2420

- Macedo, L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Tese de doutoramento em Ciências da Comunicação – Especialização em Comunicação Intercultural, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28851>
- Macedo, L. (2017a). Desmitificar o passado e ultrapassar o nacionalismo para o desenvolvimento de uma cultura de língua portuguesa: o contributo de Jorge de Sena. In E. B. Rosa & M. E. Prado (Eds.), *Atas do XII Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: Rede Sirius; Porto, Portugal
- Macedo, L. (2017b). Sobre o “Jardim das Delícias” como modelo de análise dos processos de comunicação intercultural. *Comunicação e Sociedade*, 31, 225-238. DOI: 10.17231/comsoc.31(2017).2614
- Margarido, A. (2000). *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Martins, M. L. (2015). Lusofonias – reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. In M. L. Martins, (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 7-23). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Martins, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais o futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Neto, S. S. (1952). *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- Pessoa, F. (1934/2007). *Mensagem*. Porto: Porto Editora.
- Portes, A. (2006). Imigração e metrópole: reflexões sobre história urbana. In *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração* (pp. 19-45). Lisboa: Fim de Século.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Said, E. (1978). *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Santos, B. S. (2001). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In M. I. Ramalho & A. S. Ribeiro (Eds.), *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade* (pp. 24-85). Porto: Afrontamento.
- Schwartz, S. B. (1999). *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sen, A. (2007). *Identidade e violência. A ilusão do destino*. Lisboa: Tinta da China.
- Sobrinho, B. L. (1958/2000). *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Sousa, I. C. (2001). The Portuguese colonization and the problem of East Timorese Nationalism. *Lusotopie*, 183-194. Retirado de [https://www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_2001\\_num\\_8\\_1\\_1439](https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2001_num_8_1_1439)
- Teyssier, P. (2007). *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vecchi, R. (2010). *Excepção Atlântica. Pensar a literatura da guerra colonial*. Porto: Afrontamento.
- Wacquant, L. (2014). Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal. Uma cartografia analítica. *Tempo Social*, 26(2), 139-164. DOI: 10.1590/S0103-20702014000200009

Williams, R. (1958). *Culture and society*. Londres: Penguin Books.

#### NOTAS BIOGRÁFICAS

Luís Cunha é doutorado em Antropologia, membro integrado do CRIA e professor do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. A sua investigação tem-se orientado em torno de diversos temas tais como a problemática das identidades nacionais, a memória social em contexto de fronteira, colonialismo e pós-colonialismo e mais recentemente sobre a crise dos sistemas financeiros e suas representações.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9940-9265>

Email: [lmcunha@ics.uminho.pt](mailto:lmcunha@ics.uminho.pt)

Morada: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Lurdes Macedo é doutorada em Ciências da Comunicação, com especialização em Comunicação Intercultural, pela Universidade do Minho. É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade desta universidade, onde trabalha nas áreas de Comunicação Intercultural e da Comunicação para o Desenvolvimento ao abrigo de uma bolsa de pós-doutoramento da FCT. Foi co-editora do *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* em 2010 e 2011, e do ebook *Interfaces da Lusofonia* em 2014. Tem várias dezenas de trabalhos publicados em revistas científicas nacionais e internacionais. Foi membro da comissão organizadora e/ou comissão científica de vários congressos internacionais. É também colaboradora eventual de várias publicações na área da cultura em Portugal e no Brasil. É professora auxiliar na Universidade Lusófona Porto, onde leciona desde 2008.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1577-1313>

Email: [mlmacedo71@gmail.com](mailto:mlmacedo71@gmail.com)

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Rosa Cabecinhas é doutorada em Ciências da Comunicação (Psicologia Social). Atualmente é Diretora do Programa de Doutoramento em Estudos Culturais da Universidade do Minho.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>

Email: [cabecinhas@ics.uminho.pt](mailto:cabecinhas@ics.uminho.pt)

Morada: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

\* **Submetido: 15.05.2018**

\* **Aceite: 11.07.2018**

---

## FLOWS, TRANSITS AND (DIS)CONNECTION POINTS: CONTRIBUTIONS TOWARDS A CRITICAL LUSOPHONY

Luís Cunha, Lurdes Macedo & Rosa Cabecinhas

---

### ABSTRACT

As a concept, Lusophony is today looked upon with justified suspicion by many Portuguese-speaking people. It is impossible to separate this concept from the colonial ballast that bounds the countries that have Portuguese as the official language. However, it is important to not end the debate on this plane. In this work we revisit some of the foundational narratives of a mythical identity, such as the different hauntings of a promised *Quinto Império* or lusotropicalism, both in its founding in Brazil and in its reconstitution in Portugal. On the other hand, we discuss about Lusophony from its formal matrix: a language shared by different peoples in different continents. Our objective is to problematize and deepen the debate, summoning a unique experience of reflection, concretely the one that is elaborated by Jorge de Sena already in the final stretch of *Estado Novo*. Based on these focuses, we argue about the possibility of Lusophony to include lines of escape from certain reductionisms, namely those that derive from the convergent and divergent circulation of narratives and singular experiences. This circulation of people, ideas and memories, is potentially defining a diffuse and polycentric space of effective interculturality, which nurtures further reflection.

### KEYWORDS

Lusophony; culture; interculturality; exceptionalism; singularity

---

## FLUXOS, TRÂNSITOS E LUGARES DE (DES)ENCONTRO: CONTRIBUTOS PARA UMA LUSOFONIA CRÍTICA

### RESUMO

Enquanto conceito, a lusofonia é hoje olhada com justificada desconfiança por muitos lusófonos. Sendo impossível desligar esse conceito do lastro colonial que liga os países que têm o Português como língua oficial, importa, no entanto, não encerrar o debate nesse plano. Neste trabalho revisitamos algumas das narrativas fundacionais de uma identidade mitificada, como são as diferentes assombrações de um prometido *Quinto Império* ou o lusotropicalismo, tanto na sua fundação no Brasil quanto na sua reconstituição em Portugal. Por outro lado, procuramos pensar a lusofonia a partir da sua matriz formal: uma língua partilhada por diferentes povos em diferentes continentes. Também neste ponto o nosso objetivo é problematizar e densificar o debate, convocando para tal uma experiência singular de reflexão, concretamente a que é elaborada por Jorge de Sena já na reta final do *Estado Novo*. Partindo dessas focalizações, argumentamos sobre a possibilidade de a lusofonia comportar linhas de fuga a um certo reducionismo crítico, nomeadamente as que decorrem da circulação, convergente e divergente, de narrativas e de experiências singulares. Esta circulação de pessoas, ideias e memórias é potencialmente definidora de um espaço difuso e policentrado de efetiva interculturalidade sobre o qual importa refletir.

### PALAVRAS-CHAVE

Lusofonia; cultura; interculturalidade; excecionalismo; singularidade

---

## UNIVERSALISM AND PARTICULARISM: FACETS OF CULTURE<sup>1</sup>

While in the late 1950s Raymond Williams (1958) showed conviction in discussing the cultural boundaries considering that the scope of a culture was generally proportional to a language's area, today such an association turns out to be unsustainable. Not only because English has gone beyond the extended boundaries where it has asserted itself as an official language, turning it into a sort of *vulgar Latin* of a new imperial cultural order, but also because the growing flow of people and ideas has shown that it is impossible to keep on believing in an idea that has always been an illusion: the conciliation between the *political order*, shaped in the sovereign State, and the *cultural order*, just as it was, and still is, envisaged by nationalism, being experienced by citizens coexisting in a territory which we have agreed to call *nation*. Obviously, this principle of segmenting culture, causing it to refer to a language or endowing it with an ethnic content, is, in itself, openly partial. In order to reestablish a distinction that Raymond Williams expounds upon as gain, it can be said that, when a language is set apart as noteworthy, we are favoring culture as a builder of distinct and potentially concurrent identities (Eagleton, 2000). However, this emphasis on particularism is just as successfully offset by an integrated understanding of culture, i.e., the vision of culture as the common product of a Humanity that progresses and develops in accordance with a goal that would ultimately amount to the victory of *universal reason*. This dichotomous and complementary vision of that which we call *culture* today appears to be too schematic and clearly insufficient to cope with the actual complexity of a concept that is too trivialized.

While fluctuating between the universal path, ensured by the conviction of a successful reason outlined by the enlightenment project, and the virtue of a disciplined ethnic distinction, i.e., contained within the borders of the various nation-states, the nationalist project appeared to ensure a firm balance point for all Humanity. Somehow, we were being offered was a chance to conciliate the *great narrative*, capable of formatting a World History from different change factors and records, with national narratives and even with more or less folkloric regional narratives. It was always a fragile and illusory balance, as well as a dangerous idealization, in whose name *ethnic cleansings* are legitimized, euphemistically considered a way of ensuring the preservation of national identities through an ideal of convergence between *territory, people and culture*.

In the latter half of the 20<sup>th</sup> century, this entire fragile architecture of convenience came crashing down for good. The territories comprising European colonial empires became independent nations, which were also concerned with building their own legitimizing narrative (Chakrabarty, 2000). One of the aspects of that complex process of narrative construction is pointed out by Ferro (2004) who mentions that the history taught to African children tends to glorify the splendor of the great empires that existed on their continent prior to the arrival of the Europeans, by stressing that valuation of the past while offsetting it with the backwardness and decadence of feudal Europe from

<sup>1</sup> Research developed in the context of the project "Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?", supported by Aga Khan Development Network and Portuguese Foundation for Science and Technology.

that same period. Additionally, this is a narrative strategy that was also highlighted in the analysis of the content of the history textbooks in current use in secondary education in Mozambique (see Cabecinhas, Macedo, Jamal & Sá, 2018). Alongside this exercise of identity self-construction, migratory flows (both to old metropolises and to other countries with heightened economic growth) produced a diverging, let alone contradictory, effect. In fact, particularly after World War II and, to a large extent, during the emergence of new independent states, we witnessed increased migratory flows that gave larger European cities a facelift. What came across as exoticism to some and cosmopolitanism to others expressed a new atmosphere that inevitably diverged from the ideal of cultural homogeneity of nations (Portes, 2006) and, in that regard, contributed toward deconstructing the idea of a perennial identity associated with *national culture*.

The old metropolises' responses to this growing ethnic recomposition of their populations were different, are mapped out between two extremes: on the one hand, the quest for *assimilationistic* dynamic, hinged on an idea of supported integration, ultimately on the belief of the West's civilizational superiority; on the other hand, the idea of *cultural relativism* was taken as a reference to public policies, which ended up leading to what could be called functional multiculturalism. In a necessarily simplified way, the former case shows the French solution, while the English solution is shown in the latter case; however, in either case, including the more outlined proposals, the idea was to respond to post-colonial challenges. The difficulties Europe currently faces appear to show that neither solution was able to suitably resolve such challenges. In the last few decades, secular and republican France has dealt with what appears to be a setback in the process of integrating its immigrants, while British cultural relativism has turned out to be a "plural monoculturalism" (Sen, 2007), always subject to the outbreak of fundamentalisms within its midst.

Beyond the European space, and indeed outside this more immediately post-colonial equation, the U.S. represents a particular case. Its process of incorporation as a State, marked by a liberal consensus surrounding the idea of citizenship and democratic participation, singled out this territory not only relative to other former European colonies, but also in relation to its European counterparts from that same period (Catroga, 2005). This unique case with obvious consequences on how we deal with the issue of cultural diversity, to the extent the aggregating element, that which we can call the *American way of life*, manages the multiple ways of life typical of contemporary America, considering more ideals of abolishing differences than ideals of valuing diversity (Beck, 2006). Naturally, this unique and unrepeatable means should not be mistaken for the absence of conflict between ethnic and cultural roots. By contrast, also in this case the processes of integration and ethnic distinction were complex and generated tension, despite showing significant structural differences with those shown in the European context (Wacquant, 2014).

Portugal went also through a lengthy colonial experience that deeply structured many of the narratives that got us thinking as a nation and which still remain relevant in the post-colonial period in which we live today. One of the recurring vectors of these

narratives was the assertion of an exceptionality almost always seldom discussed or examined. While we will come back to this issue later on, it's important, in this regard, to summon an expressive content, which is both an idea and a project at the same time: Lusophony. When discussing this, we will seek to focus the debate on the way a few central topics to the argument of exceptionality were readjusted to the post-colonial reality; this will enable us to think through the dynamics and traumas that mark Lusophony as a project.

#### LUSOPHONY: FROM THE CONCEPT TO ITS IMPLEMENTATION

First of all, it must be made clear that *Lusophony* has been commented in different tones and modelings. A single word entails very different understandings, which could range from those that regard Lusophony as a neocolonial threat in a world thought to be post-colonial, to those who look at it as a pragmatic project for expanding international possibilities of a language common to several countries (Cunha, 2015a). Between these two extremes, which project the same concept in a maximalist or minimalist line, we outline a wide range where different individual and institutional players meet, constituting a debate comprising various analytical centralities that either are excluded and clash, or strategically converge. These different centralities arise from engaging distinct disciplinary traditions and subsequent dispute surrounding the borders that delineate scientific fields, along with a relevant political inscription also fragmenting the object – on the one hand, associating it with a long tradition that essentializing the exceptionality of Portuguese colonialism; on the other, critically deconstructing the concept of Lusophony, ultimately suggesting that it be rejected. These conceptual confrontations somehow turn Lusophony into a useful category for thinking through ideas of culture and cultural diversity in *late modernity*.

In this regard, while seeking to turn this work into yet another piece for the lengthy debate we have just convened, we intend to think through Lusophony as a diffuse and avowedly conflicting category, not to position ourselves in any of the debate's central pillars; rather, by contrast, for us to try to explore its interstices as vanishing points. While the centrality of *language* in any Portuguese-speaking project is unquestionable, the truth is that ideological tension hampers any ambition of neutrality in this field. It is, therefore, important to qualify the confrontation. To the notion that Lusophony is a hierarchy-free forum, provided by the virtues of intercultural communication, we should add the proof that there is always power asymmetries involved in relations among social groups and among the *cultural values* that shape them (Cabecinhas & Cunha, 2017; I. Macedo, 2013). On the other hand, while not denying the historical ballast produced by the colonial process, not allowing its scars to hinder the outlining of spaces where ideas a unique experiences can be exchanged, either converging or diverging, always adding something toward a common enrichment. In order to better situate it in the present, it's always possible and useful to make an *archeology* of confrontation and convergence of



defining narratives, in the condition of resisting simplification and schematics<sup>2</sup>. Likewise, a few unique experiences have left a trail that should be reclaimed, also without doing away with a critical view or giving in to simplification. This point is precisely where we will begin, so that we can then deal with the persistence of a few defining narratives. In both cases, ours is a basically illustrative intention that does not allow a systematic reading.

### JORGE DE SENA AND THE “CULTURE OF LANGUAGE”

It was toward the end of the *Estado Novo* [New State] regime, in July 1972, that Jorge de Sena, during his work visit to Mozambique, made public comments on the issues being dealt with here. For starters, it has to be pointed out that this visit spearheaded by an intellectual banished by the regime to a then Portuguese colony constituted a truly divisive event, not only because it offered a program evoking the 4<sup>th</sup> centennial of the first publication of *Os Lusíadas* that was an alternative to that of the official celebrations simultaneously going on under the auspices of the Governor General<sup>3</sup>, but also, particularly, given the ideas defended by Jorge de Sena during the four conferences he delivered and also in the few but significant interviews he gave to the local media (L. Macedo, 2017a). While linked to Mozambique by the friendship he nurtured by intensely corresponding with some of the intellectuals and artists of then Lourenço Marques, as well as through his collaboration with the poetry magazine *Caliban*<sup>4</sup>, Jorge de Sena raised awareness to the situation of the Portuguese language in the world – at the time, the world’s sixth most widely spoken language and, prospectively, the fourth-ranked by the end of the 20<sup>th</sup> century – as well as to the problem that, in his opinion, need to be resolved with a sense of urgency: in his words, “the magnitude and weight of our language are largely ignored in the world”<sup>5</sup>, which led, for instance, to difficulty in gaining international recognition of cultural productions in Portuguese<sup>6</sup>.

The then professor at the University of Santa Barbara, in California (where he had arrived after a time in exile in Brazil and a brief passage through Wisconsin) used his

<sup>2</sup> The debate being conducted today surrounding the project for building a museum dedicated to expansion/discoveries is a very good illustration of how current the issue is as well as of the simplifying schematics with which it tends to be addressed.

<sup>3</sup> The program comprising the official celebrations marking the 4<sup>th</sup> Centennial of the first publishing of *Os Lusíadas*, widely documented in the press in Mozambique at the time, essentially consisted of institutional events (gala dinners, gun salutes, ...) that took place over several days.

<sup>4</sup> The poetry magazine *Caliban* was published by João Pedro Grabato Dias (literary *alter ego* of visual artist António Quadros) and by Rui Knofli from 1971 to 1972, whose central goal was to disseminate Portuguese-language poetry produced at the time, especially that which was produced outside Portugal. Not only Jorge de Sena, but also others collaborated with this magazine, including authors such as José Craveirinha, Rui Nogar and Herberto Helder (who was living in Angola at the time). *Caliban*, one of language culture’s first few independent projects, was closed down by the Colonial Administration in the month prior to Jorge de Sena’s visit.

<sup>5</sup> Interview given to the *Notícias* newspaper dated July 16<sup>th</sup>, 1972, p. 10.

<sup>6</sup> The exception was the work of Camões, especially *Os Lusíadas*, where Jorge de Sena was one of the world’s most renowned experts. By using his vast international expertise, this Portuguese intellectual, in an interview with Rádio Clube de Moçambique on July 19<sup>th</sup>, 1972, showed that Camões’ epic poem was the target of interest worldwide, due to its literary value, and not because it was a narrative extolling the glories of Portuguese expansion.

speeches/lectures to point out the causes of the problem, as well as their possible solutions. Portuguese grammarians' appropriation of the language<sup>7</sup>, the propagating of the notion that there are more correct ways than others of speaking the language<sup>8</sup>, the deficient cultural relation between Portugal and Brazil<sup>9</sup>, as well as not acknowledging the cultural output of the then Portuguese colonies<sup>10</sup> (which, in his opinion, did not negate the fact that Rui Knopfli was one of the greatest poets and Eugénio Lisboa was one of the biggest literary critics of the Portuguese language of that time) was, in his view, the main reasons for the fragmenting of what he called the "culture of language". On top of the diagnosis, Jorge de Sena used suggestive metaphors and stimulating rhetorical devices to point out those he regarded as being the remedies for those ills: demystifying the historical past and overcoming Portuguese nationalism (L. Macedo, 2017a). This means that the "culture of language", devised by Sena as culture in the Portuguese language, of which nobody is the lawful owner and whose dimension goes beyond the dimension of countries where this language is spoken, cannot be thought out except after strictly revisiting history, capable of restoring the truth of the facts, as well as after Portugal and the Portuguese no longer regard themselves as the privileged epicenter of that culture. Thus, what Sena defended was a "culture of language" founded on the scientific knowledge of history and on an aggregating multiculturalism.

#### CENTRALITY OF THE LANGUAGE IN THE LUSOPHONE PROJECT

Portuguese colonialism undoubtedly has its singularities, though these are not the ones usually pointed out. Instead of imagining a predominantly mild colonialism, conducted by a people with a natural *evangelizing vocation*, free from racism or from exploitation practices, we need to think through its singularity as a result of concrete historical specificities. Hence, the indiscriminate belief in an intrinsically good colonialism should give way to the more realistic view of a peripheral and subordinate colonialism (Santos, 2001). Some of the results of that subordination (low financial capital, absence of a centralized and coherent colonial project, predominance of informal relations, etc.) will constitute arguments for sustaining the *lusotropical* view, which, however, does not get away from an obvious essentialization. Thus, this is not about rejecting the singularity of Portuguese colonialism or of the post-colonial experience, but about thinking through those phenomena in a more complex way, whether this is founded on the *evangelizing vocation*, on the *availability for crossbreeding*, on the *natural ability to deal with tropical peoples*, or on any other pronouncements with no objective support.

<sup>7</sup> "It is another truth that, in Portugal, many people are still not convinced: languages belong to those who speak it – not to grammarians" (*Notícias*, July 16<sup>th</sup>, 1972, p. 10).

<sup>8</sup> "Peoples do not speak correctly or incorrectly: they just speak. And, if they didn't speak, then there would be no language!" (*Notícias*, July 16<sup>th</sup>, 1972, p. 10).

<sup>9</sup> "In Portugal, Brazilian authors are not placed in select groups, so that people do not get contaminated by that horrible grammar; nor are Portuguese authors likewise, in Brazil, so as not to think that Portuguese authors are once again colonizing Brazil. Evidently, this is a mutually ridiculous situation" (Interview with Rádio Clube de Moçambique, July 19<sup>th</sup>, 1972).

<sup>10</sup> "I will have the chance to visit the Island of Mozambique, one of the only places – along with Lisbon – where we are certain Camões was" (*Notícias*, July 16<sup>th</sup>, 1972, p. 10).

The fact that Portuguese is a language shared by peoples scattered throughout the planet is obviously due to the colonial process. Its expansion was, first of all, the result of the sovereign will, and, in that regard, of the attempt to impose the use of a single language in the different parts of an empire. However, the assertion of that common language was also a, shall we say paradoxical, result of the decolonization process and subsequent creation of new political units. Whereas, in the former case, the colonizer's language was an ethnocentric imposition and a strategy of domination of the periphery from the center, in the latter, that same language was the indispensable cement for creating a political unit from a pre-colonial ethnical fragmentation, even if sometimes reinforced by colonial management. Naturally, in every colonized territory, and which currently comprise the CPLP – community of Portuguese-speaking countries –, these general rules were variably enforced. While historical, social and political reasons weigh heavily on these differences, with regard to language policy, the truth is that the convergence was being brought about surrounding Portuguese.

Even surrounding the use of a common language, the consensus is more postulated than effective, not only given the coexistence of the official language with countless national languages, but especially because the language cannot help but comprise a field of dispute; this not only confronts the former metropolis with the new countries, but which also asserts itself as an instrument of power within each space and in relation to the groups comprising it. Given the place it takes up within the lusophone space, it is worth considering the Brazilian case, if only briefly. Throughout the three centuries of Brazil's history as a colony, the coexistence of various languages spoken by the different peoples that lived in its territory was being gradually eliminated until Portuguese definitively asserted itself as a national language. Such a process doubtless constitutes a gigantic *glottocide*, inseparable from the colonial domination processes, but also from the internal processes that endowed Portuguese language with citizenship. In fact, as Eduardo Lourenço (2004, p. 123) noted, the expansion of the Portuguese language throughout the world “was something ever more important” than the result “of the classical colonizing violence”, since “through benevolent chance, the Portuguese, even in their imperial hour, were too weak to ‘impose’ their language [*sic*], in the true sense”. Merely by appealing to a multidisciplinary view, we could move forward in understanding the historical and cultural processes that led to consolidating a language in a given territory. In what concerns us, we shall leave a brief note on the importance of interculturality in these processes.

Teyssier (2007) remarked that, in the lands of Vera Cruz in the 16<sup>th</sup> century, populations of indigenous, African or mestizo origin would learn Portuguese spoken by settlers, despite doing so “imperfectly”. At the same time, a few settlers, as well as their descendants, also gained a mastery in the tongues of indigenous peoples, thus enabling them to derive dividends from the ease of communicating with others. According to Schwartz (1999, p. 60),

the Portuguese and mestizos, lay people and clerics who spoke indigenous languages were generally proud of that attribute of theirs; they endeavored

to proclaim this to the Crown and to other authorities, as this was a necessary and valuable skill in the 16<sup>th</sup> and in the early 17<sup>th</sup> centuries.

Simultaneously, the colony saw the development of a *general language* based on a simplified Tupi and grammarized by Jesuit missionaries which would become a broadly used code by overriding every language in that branch. Regarding this language's origins, Houaiss (1984/1992, p. 53) noticed that “from the start of Gentile catechism, in the 16<sup>th</sup> century, it became obvious to Jesuit missionaries that their own language would not be used (...) to provide catechism”. Thus, communication needs led the missionaries (men who were learned in a knowhow that would later be known as linguistics) to a living practice that emerged from interethnic contacts and which disciplined the various spoken languages among the different groups of Amerindians. The pragmatic possibilities provided by this general language, which entailed interaction not only between Portuguese and indigenous people, but also indigenous people among themselves, brought about their rapid success; this turned Portuguese into a nearly exclusive language of settlers, of urban centers and of other places where Portuguese power was in place.

As Holanda (1936/2010) remarked, for a long time this was the way Portuguese and general language coexisted as communication languages. Brazil then was aware of a bilingualism that increasingly marginalized particular languages preserved by certain local peoples and African languages brought by slaves<sup>11</sup>. Even though Serafim da Silva Neto, in his classic and monumental *História da língua portuguesa* [History of the Portuguese language] (1952, p. 52), stated that “the history of a language is not a strictly preset plan, it is not an algebra problem”, at the same time he presented several trends common to instances of bilingualism. We consider just two of them: a long period where a struggle for supremacy is waged; victory is decided by prestige, the utility value, literary glory and the social status of their speakers. Even without algebra in the mix, that is what happened in 19<sup>th</sup>-century Brazil. As described by Teyssier (2007), several events that occurred during that period would determine the scenario enabling Portuguese to prevail over the general language. On the one hand, the arrival of huge contingents of Portuguese drawn by the discovery of gold and diamond mines caused a swell in the number of speakers of the language of power, with subsequent gains in their useful purpose. On the other hand, in 1753, the Marquis of Pombal enacted a law forbidding the use of the general language and formalized the obligation to use Portuguese in Brazil. The *coup de grâce* to the general language would finally be given in 1759, when the Jesuits were expelled from Brazilian soil, thereby warding off the colony's chief protectors. By stressing the impact of Rio de Janeiro's “re-lusitanization” process when the court of Portugal's King John VI was moved there in 1808, which brought some 15,000 Portuguese to the empire's new capital, the author concluded that, fifty years after the general language's defenders left, Portuguese had done away with it altogether, with only a few of its traces remaining,

<sup>11</sup> According to Teyssier (2007), the African languages most widely spoken in colonial Brazil were Yoruba (imported from the territory comprising present-day Nigeria) and Kimbundu (imported from Angola). Despite the difficulty in assessing these languages' actual influence on the Portuguese currently spoken in Brazil, it is undeniable that such languages left their marks, namely in terms of vocabulary.

especially in terms of vocabulary. This is the scenario in which, a few years later, in 1822, Brazil became an independent nation. With no other alternative put forth, it was up to Portuguese to become its national language.

Even though Portuguese gained such a status in Brazil since independence in 1822, the truth is, the linguistic issue was not always peaceful among the nation's intellectual elites. Sobrinho (1958/2000) looked at differences surrounding the characteristics specific to the Portuguese language used in Brazil in the first century following independence, identifying three predominant positions, to wit: 1) – affirming the existence of an autonomous Brazilian language, whose staunchest defender is Monteiro Lobato<sup>12</sup>; 2) – claiming the formation of a Brazilian dialect from European Portuguese justifying differences in phonetics, prosody and morphology between both forms of speaking; 3) – finally, maintaining that the differences between the language spoken in Brazil and in Portugal did not allow for the notion that there were Brazilian dialects or subdialects, as these occurred particularly in pronunciation. However, Sobrinho stresses that the prevalence of Portuguese, in relation to its multiple languages, constituted one of the main arguments for the national unity of a country as immense as Brazil. Truth be told, this is the theory that has prevailed over time, although Brazilian identity continues to counteract the Portuguese identity through different uses of the same language.

#### IDENTIFYING NARRATIVES: PERSISTENCE AND CHANGE

As mentioned, while not aspiring to a systemic reading, we will still seek to revisit, in an illustrative manner, the *archeology* of discursive processes whereby *culture* and *identity* define themselves as central arguments in long-term political processes. The temptation of seeing ourselves, as Portuguese, from a conviction of exceptionality has a long history and has been widely commented (Vecchi, 2010). This set the tone, for example, for Eduardo Lourenço (1992) to write *Psicanálise mítica do destino português* [Mythical psychoanalysis of Portuguese destiny], a text that became a benchmark. Other authors and texts, preceding and subsequent to the one we have evoked, also addressed this topic, such that the notion of the Portuguese exception has become a sort of black hole, which absorbs everything – even critical and deconstructionist considerations end up being integrated into a meta-narrative, generating new updated versions of the exception, of which a known best-seller by philosopher José Gil (2004) is an example. One of the vital parts of this secular claim of exceptionality was the *colonial/imperial project*, that, in the different configurations being assumed since the 15<sup>th</sup> century, did not get away from narratives founded on the notion of exceptionality. Some are quite, such as the dream of

<sup>12</sup> Monteiro Lobato (1882-1948), one of Brazil's main authors of his time, achieved huge success in the field of children's and youth literature. *Sítio do Pica-Pau Amarelo* ranks among his most well-known works (*Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira* [Dictionary of Portuguese, Galician and Brazilian Literatures], 1960). A staunch nationalist who resisted any kind of "Europeanization", Lobato defended the existence of an autonomous Brazilian language, separate from Portuguese. However, as Sobrinho (1958/2000, p. 66) notes, his theory conforms to a "somewhat simplistic and precarious syllogism", since it hinged on the notion that, just as Portuguese emerged from a corrupted version of Latin, so, too, the Brazilian arose from a corrupted form of the Portuguese.

the *Quinto Império* [Fifth Empire] which, incidentally, has been undergoing renewal; other are more recent, but still no less central to the debate, such as the entire conceptual structure of *lusotropicalism*.

The messianic notion of a *Quinto Império*, originally formulated by Fr. António Vieira in the 17<sup>th</sup> century, and later re-updated by Fernando Pessoa and by Agostinho da Silva, in the 20<sup>th</sup> century, illustrates well the way the notion of exceptionality ended up heavily structuring the narrative surrounding *who we are*. Its roots are found in the biblical myth of the interpretation given by Daniel regarding an enigmatic dream that Nebuchadnezzar, king of Babylon, had. According to said interpretation, after four earthly and perishable kingdoms, which translated the fall and breakdown of Humanity, God's will would cause the emergence of a universal and timeless fifth kingdom to save it. The Portuguese Jesuit took that Bible passage and reinterpreted it within the context of a world which, for the first time, presented a planetary dimension, putting together the proper conditions of extent and duration for the emergence of a new and definitive level, that is, the *Quinto Império* [Fifth Empire]. Prior to the Portuguese voyages of the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries, no empire could extend to the whole Earth, or ensure the completeness and eternity that had been put forth by Daniel. With those conditions in place, the *Quinto Império* would emerge to unite all peoples under the same civilizational level through the evangelization undertaken by the Portuguese, thus overcoming Humanity's crisis. Since said crisis originated in Europe's old world, Fr. António Vieira focused that fifth kingdom on Brazil, a still pristine part of the world and where so much still remained undiscovered (Franco, 2007). These are the formulations in which Calafate (2006, p. 61), in Vieira's thinking, interprets a "dream of universal harmony and peace" emerging from a conception "of the ecumenical history heavily impregnated by movement, transformation, newness", in which the Portuguese took on the role of a chosen people on the horizon of human action, toward another future: that of a new and latest level, where human beings come out of themselves to live for the world.

This providential rehabilitation of Humanity would be resumed by Fernando Pessoa, though with more abstract contours, with its insertion lost in geography and its possibility of application in historical times. Thus, in Pessoa, the *Quinto Império* was constituted as a myth<sup>13</sup> or a vision of the soul (Franco, 2007), in a radical criticism of the existence of those living happy in their small house and small backyard<sup>14</sup>. In this regard, Calafate (2006) noted that, in Pessoa, the elevation of the soul conducive to *Quinto Império* goes by way of aspiring to the "fondness of the times", a place above the average-ness, reserved solely to saints and heroes.

<sup>13</sup> Sinde (quoted in Pessoa, 1934/2007, p. 5) notes that Fernando Pessoa sought to revive the myth as a way of understanding national history. In this regard, the author states: "Fernando Pessoa understood the myth as the true enabler of History (...), thus giving it meaning, while bestowing reality on the destiny of nations and individuals".

<sup>14</sup> This critique by Fernando Pessoa is clearly expressed in the poem "Quinto Império", contained in the work *Mensagem* (Message), of which some of the most illustrative verses are presented: "Triste de quem vive em casa / Contente com o seu lar / Sem que um sonho, no erguer da asa / (...) / Ser descontente é ser homem / Que as forças cegas se domem / Pela visão que a alma tem!" (Sad of those living at home / Happy with their home / Without a dream, when raising the wing / (...) / Being dissatisfied means being a man / That blind strength is tamed / By the vision that the soul have!) (Pessoa, 1934/2007, p. 89).

With the re-reading of this myth by Agostinho da Silva, we go back to the need for a historical project that re-updates the geographical implementation and the civilizational reflection. The view of the thinker on the world's fifth age gravitated around the choices of modern human beings, as this is the fourth of those ages. Modernity could victimize Humanity in the long fratricidal struggle characterizing history or, alternatively, could elevate it in the fullness of a universal civilization, with no famines or oppressions (Franco, 2007). Despite dealing with a choice to be made, Agostinho's every thought asserts the primacy of life over death, and so the future is not supposed to prefigure an inert age. Rather, the planetary-scale fifth age, which would bring together all peoples, would rely on a decisive contribution from the Portuguese-speaking community, whose mission would be to unify the world by the spirit. Seeking to summarize Agostinho da Silva's proposal on the last of the levels of Humanity, stated Freixo (2007, p. 24):

in this new age, the Portuguese language would play a vital role, as it is spoken in every part of the globe and representing the symbol of the Portuguese expansion that laid the foundation for building the "new world," of the "Kingdom of the Spirit". In this new order, Brazil would play a vital role, as the nation would carry in itself the elements of the real Portugal, that archaic Portugal that was lost with the nation's historical failure. To him, in his utopia, Brazil is the fulfillment of the dream of the *Quinto Império*: it is Camões' *Ilha dos Amores* (Island of Loves), the *Non-Place* capable of being the center of a new civilization, as this is the meeting point of various cultures, where the crossbreeding favored tolerance and moderation.

Right off the bat, Agostinho da Silva's refounding of Vieira's myth stems from modifying historical circumstances. Whereas, in Vieira, Portugal can fully assume the role of key player in the Utopian project, the time when Agostinho da Silva was an author no longer allows for this. In any event, in both authors, the *Quinto Império* projects the ideal of a final, perennial and happy age, where Portugal and Brazil fulfill the messianic mission of uniting Humanity under a single civilizational level. Between the aggregation surrounding an evangelization bearing Portugal's mark (Vieira) or buoyed on shared language and cultures constituting a de-territorialized *lusitaniousness* (Agostinho da Silva), we have evidence of a narrative continuity anchoring a mythical vision of a collective identity.

*Lusotropicalismo*, coined by Gilberto Freyre, constitutes another significant reference in the argument of Portuguese exceptionalism, while decisively contributing toward this mythical narrative. With regard to the final stretch of Portuguese colonial history and ideologically appropriated by the *Estado Novo* regime, it's important to understand, first of all, that lusotropicalism was a theory that started off by thinking through and legitimizing the nation of Brazil, underlining a cultural unit overlapping the political unit, thus counteracting the suspicion in the possibilities of a new country, at the time regarded as dangerously crossbred. This origin of lusotropicalist theory is relevant, to the extent that it springs forth in the periphery and needs to be accommodated in the lengthy foundational process of a diffuse and continent-sized nation (Ribeiro, 1995); thus, this is regarded as appropriated and transmuted in a legitimizing narrative of an old metropolis

beset by the winds of European decolonization (Cunha, 2015b). At this point, more than repeating the Brazilian sociologist's arguments here, we deem it useful to highlight this symbolic reversal of the center/periphery order, as this points out the singularity of the Portuguese colonial project on a different plane from what is normally commented; such a project is peripheral and subordinate to the major European powers.

As concerns lusotropicalism's contribution to the debate surrounding a lusophone identity, it's important to bear in mind the great deal of criticism incurred at the hands of Portuguese and Brazilian intellectuals, even though it cannot help but also be regarded as one of the few interpretative theories of Portuguese colonialism (Sousa, 2001). Freyre's central argument hinges on valuing the processes of "racial" and cultural crossbreeding in areas colonized by the Portuguese – initially thinking of Brazil but then extending the positive assessment to other territories – maintaining the originality of the Portuguese colonial project; this is envisioned according to a development "not within a strict exclusivity of race or even of culture, but by means of constant interpenetration of various cultural values and of abundant crossbreeding" (Freyre, 1940, p. 12). The criticisms made to this reported that racial crossbreeding was always more fallocratic than democratic, and that the integration of African, Amerindian or oriental cultural elements in the habits of today's Portuguese-speaking peoples respected predominantly economic interests – thus clarifying regimes acculturation that were not entirely reciprocal. By contrast with these criticisms, the notion of exceptionality kept on being underpinned, despite being nuanced: achieved crossbreeding and hybridism, without having been politically projected, constitute perennial legacies of many of the societies founded in areas formerly under Portuguese colonial control.

What underlies these two metanarratives (and it's in this regard that they concern us here) is the chance to discuss the notion of *cultural identity* from the relation between universality and particularism. In the case of Vieira and Agostinho da Silva, we are not faced with a particularism seeking to universalize itself; in the case of Freyre, it's about putting forth the possibility of absorbing diversity from a single identity. Both narratives require *belief* in an exceptionality to become convincing, and so it's important to analytically consider the concept. The problem that *exceptionalism* raises obviously does not lie in the singularity of each nation relative to its counterparts. The geographical and historical contexts determine objective singularities that are more or less expressive. The problem is raised when the claim of exception is made based on moral judgments: *our* colonization was not only *different* but also morally *better*. For starters, this is a problem because it thinks through identities from an *essentialist* matrix, while outlining a genuine, timeless *collective soul*. It was conservative thinking, which we can politically situate to the *right*, that ended up appropriating this notion of *exception* overlaid with moral content, while a look over to the *left*, more critical and deconstructionist, rejected essentialism and, by extension, also the notion of *exception*. While following another path, post-colonial trends, as well, were committed to rejecting particularisms, preferring to deal with the colonial phenomenon across the board, in keeping with a line of thought founded by Edward Said (1978). Somehow, and forgiven us by using a everyday folk, this matter "risks throwing



out the baby with the bathwater". While not denying the singularities, what we are dealing with involves looking at historically situated differences, extricating them from moral contents, which always end up leading to unwanted essentialisms.

#### **BETWEEN CONVERGENCE AND DIVERGENCE: THE POWER OF NARRATIVES**

Lusophony stands out from other post-colonial experiences, not as a result of any essence, but given the historical circumstances that determined the nature of relations between the metropolis and colonized territories and among the different groups facing each other. The material and symbolic domination was historically precarious and haphazard, always relying more on agents involved than on a consolidated power structure. It is precisely the frailty of Portuguese colonialism, as revealed in the comparison with other colonial regimes, that made Lusophony useful for thinking through the challenges that are inherent to present-day intercultural communication, namely the risk of post-colonial relations disguising the perpetuation of asymmetric power relations (Cabecinhas & Cunha, 2017; I. Macedo, 2016; L. Macedo, 2017b; Martins, 2017).

To this end, we should be able to resist seeing Lusophony as a place of conciliation, an illusory meeting point for peoples that their lot fell to Portuguese colonialism. What matters is that it be regarded as a crossroads for narratives fueled by history as much as from social memory. In this regard, Lusophony can be a meeting point but also a divergent point, that is, a crossroad for converging and diverging narratives. Let us take up what was said earlier regarding lusotropicalism: academic theory, built up with a *domestic* intention, that is, which sought to explain Brazilian identity and to legitimize a unity on diversity; this ended up being appropriated and redirected to another task: justifying the continuity of Portugal's colonial domination in Africa. We take this up in order to point out that the theory developed by Freyre fed off of a narrative content which, as such, transcends Brazil's border, and can have free rein in Portugal or even in other colonial territories. While the theory evolved and which, in its reading, there were variations in emphasis or even in meaning, such dynamics did not entail rejection, but, rather, an accommodation of narrative. Thus, over the decades, especially in Brazil and in Portugal, Lusotropicalism, while remaining an imaginative projection, can serve as a recognizable thread that created networks and webs of unity and strife.

In this same regard concerning the existence of a diffuse, contradictory and conflicting narrative space, but nonetheless generating dialectics, we can call up other examples. Harken to the way Christianity, which was left as a colonial legacy in Timor, grew after Portugal left the territory, while being reinterpreted as one of the matrix roots of its claim for independence from Indonesia (Sousa, 2001). At another level, the colonial/liberation war, an obvious point of tension and conflict, also constituted a narrative node around which shared but diverging memories are structured (Cabecinhas & Cunha, 2017). Another dense set of common narratives are given by migratory experiences, which crosses the entire space that Lusophony comprises (Abadia, Cabecinhas, Cunha & Macedo, 2018). In the case of Portugal, the weight of unskilled emigration, even to

countries that were former colonies, is illustrative of the singularity of Portuguese colonialism in the aforementioned points – subordination and periphery. Looked at differently, however, this gains unexpected meaning, becoming a narrative recourse available for building shared memories, where *Lusophony* is not just a space for economic convergence, not even the recovered expression of a conventional relation between center and periphery. By contrast, one that could be a polycentric, complex space traversed by multiple signs, capable of bringing together different peoples and distinct national experiences surrounding an effective interculturality (Lopes, 2015; Martins, 2015).

#### A BRIEF NOTE FOR AN INCONCLUSIVE END

Here, we take up the distinction, reported to Raymond Williams, between *universalism*, which rests on an understanding of culture as *civility*, and the value of *particularism*, which regards culture as a product and producer of *identity*. We consider that it is precisely to the border between these two categories that we need to ring the debate, especially at a time when the entire *space* – physical, cultural, *ethnic*, financial... – appears to be invested by categories associated with the notion of border. Ambivalence, blending and liminality, are among those categories, just as the notion of *artificiality*, which is counteracted and *naturalized* through discursiveness and practice. Whereas political borders bear the scars of history, lines of demarcation which, over the course of time, and more in some cases than in others, have become more profound, creating effectively distinct territories, the same process can be observed in *cultural borders*, whether they are thought through from what has become a national tongue, or report to other historical and cultural relations.

As with every border, differences are enhanced or blurred even in these cases. The debate between singularity and exceptionality, which we mentioned above, need to be thought out starting from this premise, as a way of understanding how the objectification of the former is mistaken for the inaccuracy of the latter. In fact, whereas *singularity* can be objectively regarded, as stemming from concrete and measurable historical and social processes, *exceptionality* hearkens to diffuse criteria, often associated with an assumed identity-related essence. Therefore, we need to distinguish the two planes, the only way to overcome the impasse between criticism of identity-related essentialism and the possibility of deepening the concrete experiences of interculturality. Somehow, this is what we tried to do, whether by appealing to the archeology of some of the central narratives that founded an assumed culture and Portuguese-speaking identity, and by summoning a unique experience of reflection surrounding this topic, specifically that of Jorge de Sena in Mozambique, and even suggesting the existence of a set of narratives that traversed the Portuguese-speaking space interconnecting its different peoples. The attempt to replace exceptionality with singularity and to do so via the heuristic value of concrete situations, evidently does not mean exempting from criticism such experiences of interculturality. The idea here is to look into a set of *relationship possibilities* that are interstitially outlined, that is, in the diffuse space left vacant by formal relations among nation-states.

Speaking of *Lusophony*, just as speaking of *Francophony*, of *Hispanophony* or of the Commonwealth, means addressing the same phenomenon, though expressed in different modulations (Margarido, 2000). Reporting to representations and contents that outline formal and informal links between former metropolises and the former colonies, such expressions contain both the possible post-colonial consensus and criticism thereof. In some cases, as is the case with the CPLP, there is a formal instance politically managing that consensus; however, we cannot lose sight of the fact that the debate extends well beyond that surface. Beyond the agreement surrounding a language policy; and also beyond any understandings with regard to means of economic cooperation, to the notion of Lusophony will continue to correspond to feelings, experiences, memories, expectations. Prevailing in a few cases are lines of convergence, and divergence is highlighted in others; such a difference is of little importance if what is at issue is not the construction of a *common identity*, but, rather, *mutual recognition*.

In this way, the sharing of unique experiences, which are only recognizable by the common language and by traces of memory and history – in some cases of cooperation and in other of conflicts – with which a patrimony can be founded with no homeland nor center, belonging to all who build their identities by speaking the Portuguese language. ✍

Translation: Traduções Técnicas do Minho, Lda.

## REFERENCES

- Abadia, L., Cabecinhas, R., Macedo, I. & Cunha, L. (2018). Interwoven migration narratives: identity and social representations in the lusophone world. *Identities – Global Studies in Culture and Power*, 25(3), 339-357. DOI: 10.1080/1070289X.2016.1244062
- Beck, U. (2006). *Qu'est-ce le cosmopolitisme?* Paris: Éditions Aubier.
- Cabecinhas, R. & Cunha, L. (2017). Da importância do diálogo ao desafio da interculturalidade. In R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação intercultural: perspectivas, dilemas e desafios* (pp. 7-12). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Cabecinhas, R., Macedo, I., Jamal, C. & Sá, A. (2018). Representations of European colonialism, African resistance and liberation struggles in Mozambican history curricula and textbooks. In K. van Nieuwenhuysse & J. P. Valentim (Eds.), *The colonial pasts in history textbooks. Historical and social psychological perspectives* (pp. 217-237). Charlotte, NC: Information Age Publishing.
- Calafate, P. (Ed.) (2006). *Portugal como problema. Séculos XVII e XVIII, da obscuridade profética à evidência geométrica (Volume II)*. Lisboa: Fundação Luso-Americana e Público.
- Catroga, F. (2005). *Nação, mito e rito. Religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Edições Nudoc-UFC/Museu do Ceará.
- Chakrabarty, D. (2000). Histórias de minorias, passados subalternos. In M. R. Sanches (Ed.), *Deslocalizar a Europa. Antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade* (pp. 209-230). Lisboa: Livros Cotovia.
- Cunha, L. (2015a). Liminaridade e descentramento: identidades lusófonas e suas narrativas. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 113-127). Vila Nova de Famalicão: Húmus.

- Cunha, L. (2015b). O Luso no Trópico, ou por que não pode Olinda ser Olanda. In M. Cardão & C. Castelo (Eds.), *Gilberto Freyre. novas leituras do outro lado do Atlântico* (pp. 61-78). São Paulo: Edusp.
- Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira (1960). Direção de Jacinto do Prado Coelho. Porto: Livraria Figueirinhas.
- Eagleton, T. (2000). *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas & Debates.
- Ferro, M. (2004). *Comment on raconte l'histoire aux enfants à travers le monde* (nouvelle édition revue). Paris: Éditions Payot.
- Franco, A. C. (2007). Nótula sobre o Quinto Império em Agostinho da Silva. *Revista Convergência Lusíada*, 23, 55-62. Retrieved from <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/portals/o/documentos/revista23.pdf>
- Freixo, A. (2007). A língua portuguesa como utopia: Agostinho da Silva e o ideal da comunidade lusófona. *Revista Convergência Lusíada*, 23, 21-27. Retrieved from <http://www.realgabinete.com.br/portalweb/portals/o/documentos/revista23.pdf>
- Freyre, G. (1940). *O mundo que o português criou: aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Gil, J. (2004). *Portugal, hoje. O medo de existir*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Holanda, S. B. (1936/2010). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Houaiss, A. (1984/1992). *O Português no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Lopes, A. J. (2015). Política linguística: terra de ninguém, terra de todos. Notas a partir de um Posto de Observação Moçambicano. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 197-226). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Lourenço, E. (1992). *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Dom Quixote.
- Lourenço, E. (2004). *A Nau de Ícaro seguido de imagem e miragem na lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Macedo, I. (2016). Os jovens e o cinema português: a (des)colonização do imaginário? *Comunicação e Sociedade*, 29, 271-290. DOI: 10.17231/comsoc.29(2016).2420
- Macedo, L. (2013). *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: a reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Doctoral thesis in Communication Sciences – Specialization in Intercultural Communication, University of Minho, Braga, Portugal. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/28851>
- Macedo, L. (2017a). Desmitificar o passado e ultrapassar o nacionalismo para o desenvolvimento de uma cultura de língua portuguesa: o contributo de Jorge de Sena. In E. B. Rosa & M. E. Prado (Eds.), *Atas do XII Colóquio Internacional Tradição e Modernidade no Mundo Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: Rede Sirius; Porto, Portugal.
- Macedo, L. (2017b). Sobre o “Jardim das Delícias” como modelo de análise dos processos de comunicação intercultural. *Comunicação e Sociedade*, 31, 225-238. DOI: 10.17231/comsoc.31(2017).2614
- Margarido, A. (2000). *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Martins, M. L. (2015). Lusofonias – reinvenção de comunidades e combate linguístico-cultural. In M. L. Martins (Ed.), *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia* (pp. 7-23). Vila Nova de Famalicão: Húmus.

- Martins, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais o futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas – o caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus.
- Neto, S. S. (1952). *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- Pessoa, F. (1934/2007). *Mensagem*. Porto: Porto Editora.
- Portes, A. (2006). Imigração e metrópole: reflexões sobre história urbana. In *Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração* (pp. 19-45). Lisboa: Fim de Século.
- Ribeiro, D. (1995). *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Said, E. (1978). *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Editora Schwarcz.
- Santos, B. S. (2001). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade. In M. I. Ramalho & A. S. Ribeiro (Eds.), *Entre ser e estar: raízes, percursos e discursos da identidade* (pp. 24-85). Porto: Afrontamento.
- Schwartz, S. B. (1999). *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sen, A. (2007). *Identidade e violência. A ilusão do destino*. Lisboa: Tinta da China.
- Sobrinho, B. L. (1958/2000). *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Sousa, I. C. (2001). The Portuguese colonization and the problem of East Timorese Nationalism. *Lusotopie*, 183-194. Retrieved from [https://www.persee.fr/doc/luso\\_1257-0273\\_2001\\_num\\_8\\_1\\_1439](https://www.persee.fr/doc/luso_1257-0273_2001_num_8_1_1439)
- Teysier, P. (2007). *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vecchi, R. (2010). *Excepção Atlântica. Pensar a literatura da guerra colonial*. Porto: Afrontamento.
- Wacquant, L. (2014). Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal. Uma cartografia analítica. *Tempo Social*, 26(2), 139-164. DOI: 10.1590/S0103-20702014000200009
- Williams, R. (1958). *Culture and society*. Londres: Penguin Books.

## BIOGRAPHICAL NOTES

Luís Cunha holds a PhD in Anthropology, integrated member of CRIA and professor of the Department of Sociology of the Institute of Social Sciences – University of Minho. His research has been oriented around several themes, such as national identities, social memory in the border contexts, colonialism and postcolonialism, and more recently on the crisis of financial systems and their representations.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9940-9265>

Email: [lmcunha@ics.uminho.pt](mailto:lmcunha@ics.uminho.pt)

Address: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

Lurdes Macedo holds a PhD in Communication Sciences at University of Minho (Portugal). She was a member of the project “Identity narratives and social memory: the (re)making of Lusophony in intercultural contexts”. Nowadays, she is researcher on Intercultural Communication and Communication for Development with a pos-doctoral Grant supported by FCT. She was editor of *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (2010 and 2011) and *Interfaces da Lusofonia* (2014) co-editor. She published more than 20 papers in national and international scientific journals as first author and as a co-author. She was member of several organizing and scientific committees of international conferences. She was Professor in Education School at Instituto Politécnico de Viseu (2009-2012) and she is a Professor at Universidade Lusófona do Porto since 2008.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1577-1313>

Email: [mlmacedo71@gmail.com](mailto:mlmacedo71@gmail.com)

Address: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

Rosa Cabecinhas holds a PhD in Communication Sciences (Social Psychology). Currently, she is Head of the Doctoral Program in Cultural Studies at the University of Minho.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1491-3420>

Email: [cabecinhas@ics.uminho.pt](mailto:cabecinhas@ics.uminho.pt)

Address: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

\* Submitted: 15.05.2018

\* Accepted: 11.07.2018

## **A PRESENÇA DA LUSOFONIA NO ESPAÇO EPISTÊMICO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: 10 ANOS DE ESTUDOS TEMÁTICOS**

**Anabela Gradim, Paulo Serra & Valeriano Piñeiro-Naval**

---

### **RESUMO**

Fazer a topologia das publicações de temática lusófona no campo das Ciências da Comunicação nos últimos 10 anos (2007-2017) permitiu caracterizar essa produção científica e constatar que esta vem aumentando, que é uma produção feminizada e essencialmente a duas vozes, onde Portugal e Brasil assumem um papel preponderante, que a bibliografia em Português é dominante, contrastando com o estado da citação na área em geral, e que, a partir das temáticas em foco, a Lusocom emerge como o grande *think tank* dos Estudos Lusófonos na área das Ciências da Comunicação. “A presença da lusofonia no espaço epistémico das Ciências da Comunicação” é um ensaio exploratório, descritivo, de abordagem quanti-qualitativa, com um universo que compreende as atas dos congressos da Sopcom, Ibercom, e o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* editado pela Lusocom, num total de 3.252 artigos dos quais, atendendo à temática, foi selecionada uma amostra de 142 espécimes que constitui a base deste estudo.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Lusofonia; Estudos Lusófonos; comunicação; políticas da língua; publicação académica

---

## **THE PRESENCE OF LUSOPHONY IN THE EPISTEMIC FIELD OF COMMUNICATION SCIENCES: 10 YEARS OF THEMED STUDIES**

### **ABSTRACT**

Drawing up a survey of publications on lusophone themes in the field of Communication Sciences over the last 10 years (2007-2017) has made it possible to describe that scientific production and find that it has been increasing in volume. This scientific production is feminised and focuses on two voices, where Portugal and Brazil take on a predominant role, which contrasts with the state of citations in the field in general. Based on the themes examined, Lusocom emerges as the great think tank for Lusophone Studies in the Communication Sciences field. “The presence of Lusophony in the epistemic field of Communication Sciences” is an exploratory, descriptive study that takes a quantitative-qualitative approach, covering a sphere that comprises the conference proceedings of Sopcom, Ibercom and the *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* published by Lusocom. Of the total of 3.252 articles found, a sample of 142 were chosen, selected by theme, to form the basis for this study.

### **KEYWORDS**

Lusophony; Lusophone Studies; communication; language policies; academic publication

---

## LUSOFONIA(S)

Mapear o campo dos Estudos Lusófonos no seu cruzamento com as Ciências da Comunicação é um desafio considerável que exige, desde logo, uma definição operativa de lusofonia.

Vítor de Sousa (2015) assinala a imprecisão do termo e traça-lhe uma genealogia assente no conceito de “portugalidade” do Estado Novo, de que o termo “lusofonia” seria a reconstrução pós-colonial. Maciel (2010, p. 101) considera-a “esfera de comunicação e compreensão, (...) acervo de memória cultural assente na partilha da língua comum”, e comunidade em construção reinventada à luz do encontro entre culturas, que se expressa em modalidades individuais e práticas diversas.

Para Eduardo Lourenço lusofonia é “aquela esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula” (Lourenço, 1999, p. 174). Não sendo apenas facto linguístico e fonético, o “continente imaterial disperso” da lusofonia remete para “um projeto, um sonho e, mesmo, uma assumida utopia” (Lourenço, 1999, p. 175), com configurações diferentes consoante o seu *topos* no espaço lusófono, sendo que, vista da Ibéria, “a lusofonia é, antes de tudo e eminentemente, a fantástica expansão e deriva de um falar que se constituiu como língua de vocação nacional e como cultura” (Lourenço, 1999, p. 177).

Também Moisés Martins fala da lusofonia como “continente imaterial” (Martins, Sousa & Cabecinhas, 2006, p. 17) que “só poderá entender-se como espaço de cultura” e que “convoca hoje uma comunidade transnacional com propósitos político-culturais” (Martins, 2004, p. 12), “baseada numa língua comum, mas que transcende largamente a questão linguística” (Martins, 2004, p. 2) remetendo para um imaginário da pluralidade e da diferença que se expressa “em multiculturalismos com o denominador comum de uma mesma língua” (Martins, 2004, p. 12).

Helena Sousa, coordenadora do projecto “Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono”, resume bem a questão quando defende que “A Lusofonia é uma construção extraordinariamente difícil” por ser “um espaço geo-linguístico altamente fragmentado, um sentimento pleno de contradições, uma memória de um passado comum, uma cultura múltipla e uma tensa história partilhada” com um “património simbólico em permanente disputa” e “instituições cujos objectivos políticos são também eles próprios difusos e – não raramente – contraditórios e mesmo conflituosos” (Sousa, 2006a, p. 9).

Faraco (2012, p. 32), por seu turno, distingue o uso do termo lusofonia para fazer referência ao conjunto dos falantes do Português no mundo, “um uso descritivo, que recorta uma determinada quantidade e, aparentemente, não carrega maiores implicações políticas ou valorativas” de usos “marcados valorativa e politicamente” e que são objeto de infindáveis sentidos e complexa disputa.

Considerando o debate em curso, a profundidade semântico-ideológica do conceito e a diversidade de práticas que recobre, interessa-nos uma definição operativa de lusofonia que possa ser mobilizada na determinação dos estudos sobre a temática, e que se aproxime da aceção do termo como realidade linguística neutra.



No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* lusofonia é fixada como “o conjunto daqueles que falam o português como língua materna ou não”; “conjunto de países que têm o português como língua oficial ou dominante” (Houaiss & Villar, 2002, p. 2323). Para o *Dicionário Houaiss* a lusofonia abrange, além de Portugal, os países de colonização portuguesa, e ainda as variedades faladas por parte da população em regiões onde a presença portuguesa se fez sentir. Por essa razão, a sua riqueza, diversidade e multiplicidade territorial são extraordinárias, constituindo uma realidade cultural, política e geoestratégica de enorme valor.

A língua portuguesa é pluricontinental e policêntrica. Sendo a mesma língua, é falada e escrita de formas diferentes, correspondendo a histórias, patrimónios, vizinhanças linguísticas, estruturas gramaticais, pragmáticas, referências culturais e usos sociais diferentes. (...) é uma realidade dinâmica e multiforme. Todas as variantes dispõem de igual valor. Não há um ‘centro’ para a língua portuguesa, ela não possui só uma norma-padrão nem ninguém pode, sobre ela, invocar direitos especiais de propriedade. (Reto, Machado & Esperança, 2016, p. 16)

Sendo a quarta língua materna mais falada do mundo, o Português, cuja partilha, na senda do *Dicionário Houaiss*, tomaremos como o traço característico e distintivo da lusofonia, é a língua oficial de oito países – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste – cuja população excede, no conjunto, os 275 milhões de falantes, representando 3,7% da população mundial (Reto et al., 2016, p. 61). Distribuída por quatro continentes, é “a única língua global sem fronteiras terrestres” (Reto et al., 2016, p. 61)<sup>1</sup>. É também a primeira língua mais falada no hemisfério sul, e em 2016-2017 reunia 200 mil estudantes estrangeiros em mais de 70 países, estimando-se que possa atingir os 390 milhões de falantes em meados do século, e os 487 milhões no final do século XXI (Reto et al., 2016, p. 57). Além da dimensão geoestratégica, é para todos os seus falantes um bem cultural e político, pátria e “continente imaginado” que desafia as tradicionais distinções entre Norte e Sul.

## OS ESTUDOS LUSÓFONOS NO ESPAÇO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

Este trabalho é uma pesquisa de carácter bibliográfico que tem por finalidade mapear a produção académica sobre as questões da lusofonia no campo das Ciências da Comunicação. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, com uma abordagem qualitativa e quantitativa que pretende contribuir para o conhecimento e clarificação do campo dos Estudos Lusófonos no âmbito da Comunicação. A pesquisa levanta e colige dados inéditos sobre uma década de estudos em Português na área, que representam o

<sup>1</sup> Registe-se ainda que a diáspora é responsável por mais 5,3 milhões de falantes nativos, com comunidades importantes em 22 países: EUA, Japão, Itália, França, Suíça, Alemanha, Reino Unido, Canadá, África do Sul, entre outros (Reto et al., 2016, p. 63). Há ainda seis crioulos de base portuguesa, desenvolvidos na sua maioria entre os séculos XVI e XVIII. Em África contam-se os crioulos da Alta Guiné e Golfo da Guiné; na Índia e Sri-Lanka os crioulos Indo-portugueses; na Ásia há crioulos de base portuguesa na Malásia e Indonésia; crioulos Sino-portugueses em Macau e Hong-Kong; e na América crioulos de influência portuguesa em Aruba, Curaçau, Bonaire e Suriname (Reto et al., 2016, p. 69).

esforço de construção de uma comunidade e identidade lusófonas no seio das Ciências da Comunicação. Os resultados contribuem para uma reflexão mais documentada sobre o tema, possibilitando detetar a origem, extensão e sentido da produção científica do campo, o debate de ideias em curso, e as perspetivas, tensões e temáticas dominantes no processo de produção de saber nesta área.

Em sentido lato, Estudos Lusófonos são todos aqueles que se expressem em qualquer uma das variantes do Português. Neste estudo restringimos esse sentido para incluir apenas aqueles que tematizam, direta ou indiretamente, a lusofonia enquanto espaço político, linguístico, cultural, e de memória.

Para identificar o que consideraremos Estudos Lusófonos no espaço das Ciências da Comunicação, atentamos nas dimensões da lusofonia enquanto prática institucional, mas também na sua materialização aplicada, dando origem às seguintes seis categorias classificativas temáticas: artigos teóricos, instituições e políticas da lusofonia, políticas da língua, modalidades de expressão lusófona, identidade e alteridade nas comunidades lusófonas, e representações da lusofonia nos média.

A amostra compreende as atas do V ao X congresso da Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, num total de nove volumes<sup>2</sup>; os nove volumes do Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, editado pela Federação Lusófona de Ciências da Comunicação<sup>3</sup>, e as atas dos congressos Ibercom de 2011, 2013, 2015 e 2017, publicadas pela Associação Ibero-Americana de Comunicação<sup>4</sup>. O conjunto, no período 2007-2017, entre atas e revistas, compreende 22 volumes, que perfazem um total de 3.252 artigos, dos quais, a partir das suas opções temáticas, foram recolhidos como representando estudos lusófonos 142 espécimes, ou seja, 4,4% do total.

Esta amostra de 142 textos foi organizada numa base de dados em SPSS contemplando 10 variáveis de análise: título, ano de publicação, número e género dos autores, país da universidade do primeiro autor<sup>5</sup>, país tematizado, origem/fonte do trabalho, tipo, tema principal e secundário, e referências bibliográficas.

A recolha foi feita mediante observação qualitativa a partir da grelha de análise previamente determinada, descartando-se a pesquisa por palavras-chave, que produziria resultados menos finos. Assim, foram considerados todos os trabalhos que, mesmo não se avocando do conceito de “lusofonia”, estudam, recompõem, estabelecem ou questionam essa identidade e comunidade em construção (Maciel, 2010), em conformidade com os seis eixos temáticos enunciados.

Nos seis temas que serviram de base à seleção e classificação da amostra, foram considerados *artigos teóricos* aqueles que se ocupam da clarificação de conceitos, de

<sup>2</sup> Ver [https://www.sopcom.pt/page/eventos\\_cient\\_ficos#congressos\\_sopcom](https://www.sopcom.pt/page/eventos_cient_ficos#congressos_sopcom)

<sup>3</sup> Ver <http://www.intercom.org.br/lusocom/alusocom.shtml>

<sup>4</sup> Ver <http://www.assibercom.org/xvibercom2017/assibercom>

<sup>5</sup> Relativamente à nacionalidade, verificou-se que este era o único dado passível de ser codificado objetivamente com base nas fontes disponíveis. A categoria esconde algumas limitações importantes para a interpretação dos resultados, como o facto de muitos destes estudos com origem em Portugal serem realizados por investigadores com origem em outros países Lusófonos, assumindo os estudantes brasileiros um peso significativo; e, também, que um mesmo autor pode ser codificado em países diversos ao longo da década em resultado de percursos académicos internacionais.

instrumentos metodológicos, ou da conceptualização do campo; *instituições e políticas da lusofonia*, aqueles que em sentido lato as tomam por objeto, compreendendo variantes temáticas como a imigração, colonialismo, órgãos de comunicação social enquanto estruturas, e todas as considerações de política com impacto nas instituições da lusofonia, à exceção das que cabem na categoria seguinte; *políticas da língua*, compreendendo os que se dedicam às medidas explícitas e implícitas que regulam as práticas linguísticas da comunidade; *modalidades de expressão lusófona*, quando trabalham algum produto ou realização lusófona – seja simbólico, cultural, ou material; *identidade e alteridade* quando se ocupam da construção ou desconstrução desta nas comunidades lusófonas; e *representações da lusofonia nos media* para os trabalhos vocacionados para a análise de conteúdo ou análise crítica do discurso relativos a representações de conceitos, grupos, processos ou ideologias nos média.

A escolha dos dois mais importantes congressos de Ciências da Comunicação do espaço lusófono (Sopcom e Ibercom), e do anuário publicado pela Lusocom – Federação Lusófona de Ciências da Comunicação, que leva a efeito o “Congresso Internacional de Ciências da Comunicação dos Países de Língua Portuguesa”, em 2018 na sua XIII edição<sup>6</sup>, considera que estas realizações, no espaço de uma década, remetem para o que de mais importante se está fazendo no campo, constituindo uma amostra mais extensa e compreensiva do que outro tipo de publicação, v.g. revistas académicas – já que nem todas as comunicações se materializarão nessa forma – e apresentando também a vantagem de permitir uma recolha mais centralizada do que a consideração de revistas, onde a grande variedade disponível induziria dispersão na amostra.

## RESULTADOS

Em termos quantitativos, a evolução da publicação entre 2007 e 2017 revela um aumento da produção científica consistente e sustentado, que se materializa numa curva de sentido ascendente, conforme o gráfico da Figura 1, onde os picos de publicação são consistentes com a bi-anualidade dos congressos da Sopcom e Ibercom.

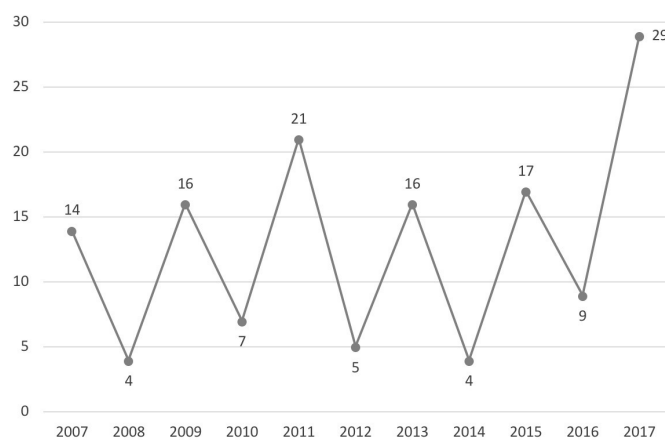


Figura 1: *Timeline* anual da evolução das publicações (número de trabalhos)

<sup>6</sup> Para um histórico dos 12 congressos da Lusocom realizados até à data, consultar <http://www.lusocom.net/eventos/>

Em termos de autoria, 65% das publicações têm um autor ( $n = 93$ ) e 35% foram realizadas em co-autoria ( $n = 49$ ), dos quais 22% são trabalhos com dois autores. O conjunto corresponde a 87% das publicações, revelando que textos com três e mais autores são residuais.

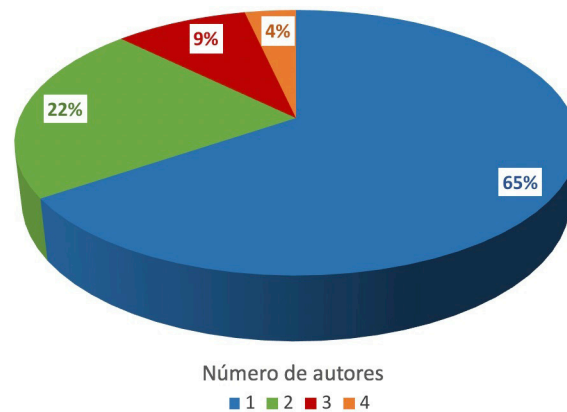


Figura 2: Percentagem de trabalhos de autor único e em co-autoria

Em termos de género, a produção científica na área é claramente feminizada, sendo as mulheres responsáveis por 57% da autoria ( $n = 81$ ) e os homens por 43% ( $n = 61$ ), no caso dos primeiros autores.

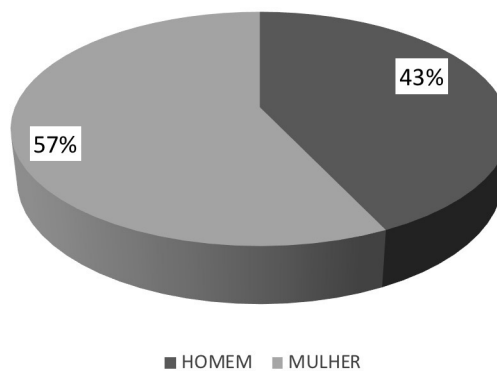


Figura 3: Percentagem de artigos por género dos autores

Esta divisão por género manifesta-se igualmente se considerarmos o conjunto sob o ponto de vista da quantidade da produção científica, registando-se três homens entre o conjunto dos nove autores que mais publicaram no universo considerado. Adicionalmente, no caso destes autores mais produtivos, tendo todos eles origem ou passagem pelo mesmo centro de investigação, o CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade<sup>7</sup>, o conjunto expressa e revela a centralidade do referido centro para os Estudos Lusófonos no campo das Ciências da Comunicação.

<sup>7</sup> Ver <http://www.cecs.uminho.pt/>

NOME	AUTORIA	COAUTORIA	TOTAL
Lurdes Macedo	4	1	5
Moisés de Lemos Martins	3	2	5
Rosa Cabecinhas	2	3	5
Michelly Santos de Carvalho	4	0	4
Vítor de Sousa	3	0	3
Isabel Macedo	2	1	3
Madalena Oliveira	2	1	3
Regina Pires de Brito	2	1	3
Silvino Lopes Évora	2	1	3

Tabela 1: Autores/as que mais publicam (número de publicações)

Relativamente à universidade/centro de investigação de origem dos autores no momento da publicação, 62,7% (n = 89) editaram estes trabalhos a partir de Portugal; 25,7% (n = 36) fizeram-no a partir do Brasil; 8,5% (n = 12) a partir da Galiza/Espanha; 1,4% desde Cabo Verde, e 2,1% com origem em outros países.

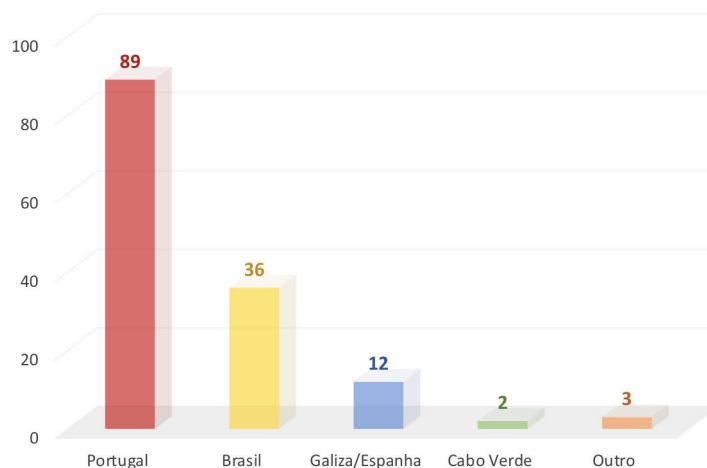


Figura 4: Número de publicações em função do país da universidade do primeiro autor

Os países tematizados no conjunto da amostra são, em primeiro lugar e em simultâneo Portugal e o Brasil, refletindo um conjunto muito alargado de trabalhos realizados numa perspetiva comparativa, e que são transversais a todos os seis temas considerados na classificação da amostra, cobrindo todo o espectro que vai dos trabalhos teóricos às representações mediáticas (31%). Seguem-se os trabalhos que, focando a lusofonia em geral, foram considerados como tematizando o conjunto dos países lusófonos (26,8%). Portugal é objeto de 21% dos estudos, o Brasil de 7,7% e Angola e Cabo Verde são objeto de 3,5% dos estudos cada um. Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Timor apresentam valores abaixo de 3%. Para a construção desta categoria foram considerados

todos os países da CPLP, vindo posteriormente a verificar-se que a amostra também tematizava regiões não pertencentes à organização, nomeadamente Macau e a Galiza, que foram considerados concomitantemente na categoria Outros.

PAÍSES	%
Portugal e Brasil	31,0
Todos países Lusófonos	26,8
Portugal	21,1
Brasil	7,7
Angola	3,5
Cabo Verde	3,5
Outros	2,8
Moçambique e São Tomé	2,1
Guine Bissau	0,7
Timor	0,7
Total	100

Tabela 2: Países tematizados no conjunto da amostra

Em termos de origem, 40,8% dos trabalhos considerados provêm das atas dos congressos da Sopcom; 39,4% têm a sua origem nos nove volumes do *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* publicados entre 2007 e 2017; e 19,7% são trabalhos publicados nos quatro volumes de atas do Ibercom que foi possível recuperar referentes a este período.

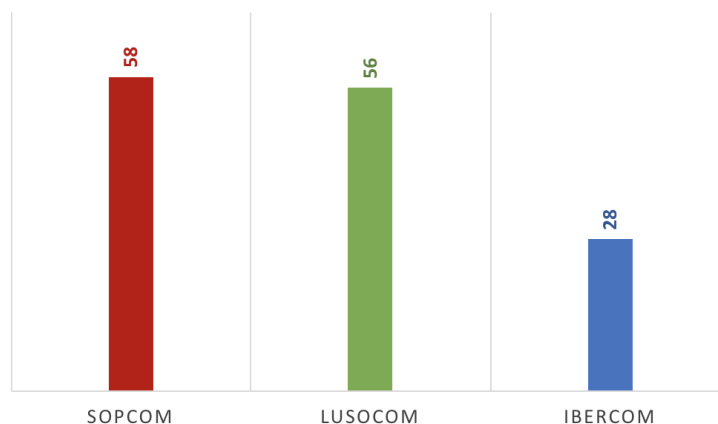


Figura 5: Número de trabalhos em função do evento de origem

Cada um dos trabalhos avaliados era potencialmente enquadrável em dois dos seis temas analisados, sendo uma minoria considerados mono-temáticos. Em relação aos temas principais e secundários, a Tabela 3 apresenta percentualmente a sua ocorrência, constatando-se que o tema principal mais frequente é o das instituições e políticas da

lusofonia, e que o tema secundário mais frequente se refere às modalidades de expressão lusófona. Por seu turno o tema menos representado, quer como principal (10,6%) quer como secundário (6,3%) são as políticas da língua.

TEMA PRINCIPAL	%	TEMA SECUNDÁRIO	%
1. Teórico	12,0	1. Teórico	13,4
2. Instituições e políticas	30,3	2. Instituições e políticas	13,4
3. Políticas da língua	10,6	3. Políticas da língua	6,3
4. Expressão lusófona	14,8	4. Expressão lusófona	29,6
5. Identidade e alteridade	19,0	5. Identidade e alteridade	13,4
6. Representações mediáticas	13,4	6. Representações mediáticas	13,4
7. Outro	0	7. Outro	4,2
Total	100	Total	93,7

Tabela 3: Temas principais e secundários dos trabalhos

No que diz respeito aos temas, as três primeiras categorias (estudos teóricos, instituições e políticas) foram agrupadas considerando-se os trabalhos nestas categorias como estudos teóricos, e os trabalhos nas restantes (expressão lusófona, identidade, representações) como trabalhos aplicados. Esta recodificação da variável politómica em dicotómica teve por fim distinguir os estudos teóricos dos trabalhos aplicados ou práticos. Tomando como ponto de partida esta nova categoria, foram feitas algumas comparações, a primeira delas por género dos autores, a qual permite concluir que a maioria dos homens publica estudos teóricos, sendo responsáveis por 49% do total deste, e por apenas 35,8% do total de estudos aplicados; enquanto as mulheres são responsáveis por cerca de metade dos estudos teóricos, e por 64% dos aplicados.

GÉNERO	% TOTAL	MACRO TEMA	
		TEÓRICO	APLICADO
Masculino	43,0	49,3	35,8
Feminino	57,0	50,7	64,2
n	142	75	67

Tabela 4: Género dos autores dos trabalhos teóricos ou aplicados (% coluna)

Em função dos dados da Tabela 4, observa-se que os homens tendem a realizar trabalhos de tipo teórico em maior medida que as mulheres, que centram os seus esforços em propostas mais práticas ou aplicadas. No entanto, estas diferenças não podem ser consideradas como estatisticamente significativas [ $\chi^2 (1, N = 142) = 2,637; p = 0,104$ ].

Além da comparação de macro tema dos trabalhos por género dos autores, também se considerou de interesse saber que tipo de publicação era mais frequente dependendo da sua origem:

ORIGEM	% TOTAL	MACRO TEMA	
		TEÓRICO	APLICADO
Sopcom	40,8	33,3-	49,3+
Ibercom	19,7	18,7	20,9
Lusocom	39,4	48,0+	29,9-
n	142	75	67

Tabela 5: Origem dos trabalhos teóricos ou aplicados (% coluna)  
 -Valor estatisticamente menor (análise dos resíduos tipificados corrigidos)  
 +Valor estatisticamente maior (análise dos resíduos tipificados corrigidos)

O cruzamento destes dados, expresso na Tabela 5, demonstra que a Sopcom publica em maior medida trabalhos de tipo aplicado, e que a Lusocom publica em maior medida trabalhos de tipo teórico. Estas diferenças relativamente à origem dos trabalhos são estatisticamente tendenciais [ $\chi^2 (2, N = 142) = 5,241; p = 0,073$ ].

Quanto ao número de referências bibliográficas dos trabalhos, aquelas que são em português ( $M = 11,12$ ;  $DP = 8,16$ ) superam as referências bibliográficas em outras línguas ( $M = 10,06$ ;  $DP = 8,82$ ). Embora estas diferenças não sejam estatisticamente significativas [ $t (116) = 0,892; p = 0,374$ ], o facto de os Estudos Lusófonos no campo das Ciências da Comunicação terem uma média de referências bibliográficas de autores lusófonos de 11,12, que ultrapassa a média de referências de autores com outras origens e línguas (10,06) contrasta vivamente com a mesma média quando esta reflete a totalidade do campo (Serra, 2016), como veremos na discussão dos resultados.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados deste trabalho mostram que os Estudos Lusófonos vêm aumentando em termos quantitativos na última década, que a maioria dos autores de estudos aplicados ou práticos são do sexo feminino, que os estudos teóricos se concentram no *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* e que os autores do sexo masculino têm preferência pelas grandes questões teóricas. Por esta razão, a Lusocom emerge como o grande *think tank* dos Estudos Lusófonos na área das Ciências da Comunicação, uma área construída essencialmente a duas vozes, e onde Portugal e Brasil assumem um papel preponderante. Verifica-se ainda que a bibliografia em Português é dominante, ultrapassando em média a citação de autores de outras línguas, e contrastando com o estado da citação nas Ciências da Comunicação em geral; que têm origem em universidades portuguesas a maioria das publicações consideradas, ainda que os seus autores possam ser estudantes de outros países lusófonos; que o CECS concentra o conjunto de investigadores que mais publicam dentro desta área, e que os temas mais abordados são as instituições e políticas da lusofonia, seguidos das questões de identidade e representações mediáticas.

Estes resultados mostram como o papel das associações e congressos é fundamental na promoção da lusofonia, e confirmam o maior envolvimento de Portugal e do



Brasil na área. Note-se que, dos 12 congressos da Lusocom realizados até ao momento, apenas dois não o foram em Portugal, no Brasil e na Galiza: um em Moçambique (V congresso, 2002) e outro em Cabo Verde (XII congresso, 2016) – sendo que em Portugal foram realizados 5, no Brasil 3 e na Galiza 2. Perspetiva-se, para 2018, a realização do XIII congresso da Lusocom em Moçambique, em que foi entretanto criada a Acicom – Associação Moçambicana de Ciências da Informação e da Comunicação, e que constitui, com a Mediacom – Associação Cabo-verdiana de Ciências da Comunicação, as duas associações de ciências de comunicação do espaço lusófono fora do eixo Portugal/Brasil/Galiza.

Consideramos ainda muito significativo que nos Estudos Lusófonos a citação de autores que se expressam em português seja muito mais elevada do que nas Ciências da Comunicação em geral, onde a maioria dos autores lusófonos concentram as suas referências em autores anglófonos (Serra, 2016). Estudos recentes têm tematizado a relação entre a linguagem e as condições políticas e materiais do capitalismo neoliberal global (Flores & Chaparro, 2017; Joseph, 2006), o legado do colonialismo na hegemonia da língua inglesa (Pennycook, 2017) e os problemas que os cientistas de países periféricos enfrentam na divulgação de ciência, observando que a indústria editorial académica é um dispositivo que também serve para estabelecer e manter a hegemonia intelectual ocidental em escala global (Canagarajah, 2002).

Toda a ciência, por mais matemática que seja, envolve sempre uma língua natural para se explicar e tornar público aquilo que explica. Que a língua natural das ciências seja hoje predominantemente o Inglês, isso deve-se, por um lado, à hegemonia económica, político-militar e mediático-cultural do mundo anglo-saxónico, com destaque para os EUA e, por outro lado, a um etnocentrismo anglófono que é ativamente aceite pelas próprias vítimas do mesmo. Lutar contra esse etnocentrismo implica, para cada uma das línguas naturais marginalizadas, e em particular para o Português, ganhar uma tal massa crítica em termos de investigação e de publicação que obrigue as grandes editoras de livros e revistas científicas à tradução para o Inglês – e não apenas do Inglês. Traduzir é precisamente isso: sair de uma certa “visão do mundo” (Humboldt, 1836/1988) para entrar numa outra, promover o diálogo entre diferentes visões do mundo, recusando a distinção entre centros e periferias.

O capitalismo científico, com os seus dispositivos de classificação e avaliação, policiamento linguístico e indústria editorial centrada em anglófonos é um sistema que vem acentuando as desigualdades entre áreas emergentes de diferentes culturas de pesquisa e publicação. As políticas linguísticas e lutas linguísticas, presentes na indústria editorial académica, têm um impacto considerável nessa repartição simbólica e material de recursos científicos (Gradim & Piñero-Naval, no prelo).

Como dirá Moisés Martins, “num tempo pós-colonial e globalizado, as opções linguísticas e culturais exprimem a luta pela ordenação simbólica do mundo” (Martins, 2015, p. 16). É assim que “uma língua apenas pode fazer valer a sua força pela informação e pelo conhecimento que veicula” o qual deverá manifestar-se “em termos literários e em termos científicos, culturais e artísticos”, pelo que o combate linguístico deve

manifestar-se na política editorial, cultural e científica, dos países que a falam (Martins, 2015, p. 16).

Assim, entre os aspetos positivos revelados por este trabalho conta-se o de que, para os Estudos Lusófonos, a questão da hetero-referência e do etnocentrismo, peça não despreciada do “combate linguístico” de que fala Moisés Martins, tem uma orientação favorável. Já no que respeita ao equilíbrio entre os diversos pólos da lusofonia, verifica-se que esta é uma construção ainda sobretudo a três vozes Portugal/Brasil/Galiza e que, mesmo em Portugal, se encontra muito concentrada no CECS da Universidade do Minho.

De entre as estratégias para melhorar e intensificar a participação dos outros países da CPLP nesta construção serão essenciais ações como a organização dos congressos da Lusocom em outros espaços que não Portugal, a Galiza e o Brasil (sempre que necessário, com o apoio destes), a criação e o desenvolvimento de associações de Ciências da Comunicação em todos os países da lusofonia em que elas ainda não existem, e o envolvimento dos investigadores dos diversos países em projetos educativos e de investigação comuns (Serra, 2017).

Este que é o primeiro estudo sobre o perfil dos Estudos Lusófonos na área epistémica das Ciências da Comunicação tem, como limitações, a natureza da amostra – focada nos congressos da área – e a construção do indicador de medida, de natureza qualitativa. Mapeando o campo na área das Ciências da Comunicação, estudos futuros podem incluir o alargamento da amostra pela pesquisa de publicações em bases de dados como a Scielo, WoS e Scopus, determinando o campo epistémico da sua origem a partir das revistas em que surgem, o que permitiria perspetivar os estudos de lusofonia em Comunicação no concerto das outras áreas onde é realizado, e pela inclusão de uma janela temporal mais alargada, que não se limitasse à última década. ✍

## REFERÊNCIAS

- Canagarajah, S. (2002). Reconstructing local knowledge. *Journal of Language, Identity and Education*, 1(4), 243-259. DOI: 10.1207/S15327701JLIE0104\_1
- Faraco, C. A. (2012). Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In T. Lobo, Z. Carneiro, J. Soledade, A. Almeida & S. Ribeiro (Eds.), *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* (pp. 31-50). Salvador: EDUFBA.
- Feytor Pinto, P. (2010). *O essencial sobre política da língua*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Fiorin, J. L. (2009). Língua, discurso e política. *Alea: Estudos Neolatinos*, 11(1), 148-165. DOI: 10.1590/S1517-106X2009000100012
- Flores, N. & Chaparro, S. (2017). What counts as language education policy? Developing a materialist Antiracist approach to language activism. *Language Policy*, 1-20. DOI: 10.1007/s10993-017-9433-7
- Gradim, A. & Piñeiro-Naval, V. (no prelo). Policies for Portuguese and Spanish: the world's second publication languages in Web of Science.
- Houaiss, A. & Villar, M. de S. (2002). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Círculo de Leitores.

- Humboldt, W. (1836/1988). *On language: on the diversity of human language construction and its influence on the mental development of the human species*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Joseph, J. E. (2006). *Language and politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Lourenço, E. (1999). *A Nau de Ícaro seguido de imagem e miragem de lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Maciel, C. (2015). *A construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro: micro-comunidades e práticas da Lusofonia*. Lisboa: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.
- Martins, M. L. (2004). *Lusofonia e luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Conferência inaugural no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1075>
- Martins, M. L. (2012). Revistas científicas de Ciências da Comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(1), 233-251. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/interc/v35n1/12.pdf>
- Martins, M. L. (Ed.) (2015). *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia*. V. N. Famalicão: Húmus.
- Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- Pennycook, A. (2017). *The cultural politics of English as an international language*. Londres: Routledge.
- Reto, L., Machado, F. L. & Esperança, J. P. (2016). *Novo atlas da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Serra, J. P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68. Retirado de <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/article/view/115>
- Serra, J. P. (2017). A lusofonia como projeto em construção. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2015-16: metodologias da pesquisa, cibercultura, regulação e cooperação*, 1, 19-25.
- Sousa, H. (2006a). Comunicação e lusofonia: do lugar acríptico ao lugar da procura. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 9-14). Porto: Campo das Letras.
- Sousa, H. (2006b). A mobilização do conceito de lusofonia: o caso dos canais internacionais da RTP. In M. L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 165-182). Porto: Campo das Letras.
- Sousa, V. M. (2015). *Da 'portugalidade' à lusofonia*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

## NOTAS BIOGRÁFICAS

Anabela Gradim é licenciada em Filosofia pela Universidade do Porto, e mestre, doutora e agregada em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior, onde se doutorou com a dissertação *A dimensão comunicacional da semiótica de Peirce*. Ensina Jornalismo, Comunicação e Metodologia na Faculdade de Artes e Letras da UBI, onde dirige o Doutoramento em Ciências da Comunicação. É investigadora do Labcom – Laboratório de Comunicação Online, coordenando o Grupo de Comunicação e Media.

Os seus interesses de investigação prendem-se com o Jornalismo, a Comunicação de Ciência, a Semiótica, a Retórica e o interface destas disciplinas com a Cibercultura e os Novos Media.

Email: [anabela.gradim@labcom.ubi.pt](mailto:anabela.gradim@labcom.ubi.pt)

Morada: Universidade da Beira Interior, Av. Marquês D'Ávila e Bolama, 6200-001 Covilhã

Paulo Serra é licenciado em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa e mestre, doutor e agregado em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (UBI). Nesta Universidade, é Professor Catedrático no Departamento de Comunicação e Artes e investigador na unidade de I&D Labcom.IFP – Comunicação, Filosofia e Humanidades. Desempenha atualmente, na UBI, o cargo de coordenador científico do Labcom.IFP e, a nível nacional, o de Presidente da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom). É autor dos livros *A informação como utopia* (1998), *Informação e sentido: o estatuto epistemológico da informação* (2003) e *Manual de teoria da Comunicação* (2008), co-autor do livro *Informação e persuasão na web* (2009), organizador do livro *Retórica e política* (2015) e coorganizador de múltiplos livros, o último dos quais *Televisão e novos meios* (2017). Tem ainda vários capítulos de livros e artigos publicados em obras coletivas e revistas, nacionais e estrangeiras.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7821-3880>

Email: [pserra@ubi.pt](mailto:pserra@ubi.pt)

Morada: Universidade da Beira Interior, Av. Marquês D'Ávila e Bolama, 6200-001 Covilhã

Valeriano Piñeiro-Naval é licenciado em Publicidade e Relações Públicas (Universidade de Vigo) e em Comunicação Audiovisual (Universidade de Salamanca). Doutor Europeu em Comunicação Audiovisual, Revolução Tecnológica e Mudança Cultural na Universidade de Salamanca, é atualmente membro integrado da Unidade de I&D Lab-Com.IFP – Comunicação, Filosofia e Humanidades da Universidade da Beira Interior, onde está a usufruir de uma bolsa nacional de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) de Portugal.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9521-3364>

Email: [vale.naval@labcom.ubi.pt](mailto:vale.naval@labcom.ubi.pt)

Morada: Universidade da Beira Interior, Av. Marquês D'Ávila e Bolama, 6200-001 Covilhã

\* **Submetido: 15.05.2018**

\* **Aceite: 12.07.2018**

---

# THE PRESENCE OF LUSOPHONY IN THE EPISTEMIC FIELD OF COMMUNICATION SCIENCES: 10 YEARS OF THEMED STUDIES

Anabela Gradim, Paulo Serra & Valeriano Piñeiro-Naval

---

## ABSTRACT

Drawing up a survey of publications on lusophone themes in the field of Communication Sciences over the last 10 years (2007-2017) has made it possible to describe that scientific production and find that it has been increasing in volume. This scientific production is feminised and focuses on two voices, where Portugal and Brazil take on a predominant role, which contrasts with the state of citations in the field in general. Based on the themes examined, Lusocom emerges as the great think tank for Lusophone Studies in the Communication Sciences field. “The presence of Lusophony in the epistemic field of Communication Sciences” is an exploratory, descriptive study that takes a quantitative-qualitative approach, covering a sphere that comprises the conference proceedings of Sopcom, Ibercom and the *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* published by Lusocom. Of the total of 3,252 articles found, a sample of 142 were chosen, selected by theme, to form the basis for this study.

## KEYWORDS

Lusophony; Lusophone Studies; communication; language policies; academic publication

---

# A PRESENÇA DA LUSOFONIA NO ESPAÇO EPISTÊMICO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: 10 ANOS DE ESTUDOS TEMÁTICOS

## RESUMO

Fazer a topologia das publicações de temática lusófona no campo das Ciências da Comunicação nos últimos 10 anos (2007-2017) permitiu caracterizar essa produção científica e constatar que esta vem aumentando, que é uma produção feminizada e essencialmente a duas vozes, onde Portugal e Brasil assumem um papel preponderante, que a bibliografia em Português é dominante, contrastando com o estado da citação na área em geral, e que, a partir das temáticas em foco, a Lusocom emerge como o grande *think tank* dos Estudos Lusófonos na área das Ciências da Comunicação. “A presença da lusofonia no espaço epistémico das Ciências da Comunicação” é um ensaio exploratório, descritivo, de abordagem quanti-qualitativa, com um universo que compreende as atas dos congressos da Sopcom, Ibercom, e o *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* editado pela Lusocom, num total de 3.252 artigos dos quais, atendendo à temática, foi selecionada uma amostra de 142 espécimes que constitui a base deste estudo.

## PALAVRAS-CHAVE

Lusofonia; Estudos Lusófonos; comunicação; políticas da língua; publicação académica

---

## LUSOPHONY/LUSOPHONIES<sup>1</sup>

Mapping the field of lusophone studies where it intersects with Communication Sciences is a considerable challenge that requires an operational definition of Lusophony from the outset.

Vítor de Sousa (2015) points out the imprecision of this term and traces its past back to the *Estado Novo* [New State] concept of *Portugalidade*, or ‘Portugality’, with ‘Lusophony’ being a post-colonial reconstructed version of this. Maciel (2010, p. 101) considers it the “sphere of communication and understanding, (...) the collection of cultural memory based on sharing a common language”, and a community under construction reinvented in the light of a meeting of cultures, which is expressed in individual forms and many practices.

For Eduardo Lourenço, Lusophony is “the sphere of communication and understanding determined by the use of the Portuguese language with a genealogy that distinguishes it from other Romance languages and the cultural memory that, consciously or unconsciously, is attached to it” (Lourenço, 1999, p. 174). Since it is not simply a linguistic and phonetic fact, the “dispersed intangible continent” of Lusophony points to “a project, a dream and, even, a utopia undertaken” (Lourenço, 1999, p. 175). It has different configurations according to its *topos* in the lusophone space and, seen from Iberia, “Lusophony is above all, eminently, the fantastic expansion and drift of a language that took root as the language of national vocation and as culture” (Lourenço, 1999, p. 177).

Moisés Martins also discusses Lusophony as an “intangible continent” (Martins, Sousa & Cabecinhas, 2006, p. 17) that “can only be understood as a space of culture” and that “today rallies a transnational community with political and cultural purposes” (Martins, 2004, p. 12), “based on a common language that largely goes beyond the language question” (Martins, 2004, p. 2), pointing towards an imagination of plurality and difference expressed in “multiculturisms with the common denominator of the same language” (Martins, 2004, p.12).

Helena Sousa, coordinator of the “Lusocom: estudo das políticas de comunicação e discursos no espaço lusófono” [Lusocom: studying communication policy and discourses in the lusophone space] project, effectively summarises the matter when she argues that “Lusophony is an extraordinarily difficult construction” because it is “a highly fragmented geo-linguistic space, a feeling full of contradictions, a memory of a common past, a multiple culture and a tense shared history” with a “symbolic heritage that is constantly disputed” and “institutions with political objectives that are themselves blurred and – not infrequently – contradictory or even conflicting” (Sousa, 2006a, p. 9).

Faraco (2012, p. 32) in turn distinguishes between use of the term Lusophony to refer to the Portuguese speakers in the world – “a descriptive use, which defines a certain quantity and, apparently, does not carry any greater political implications or evaluations” – and uses that are “marked by politics and by values”, which are the object of endless meanings and complex disputes.

<sup>1</sup> T.N.: The words Lusophony and lusophone are used throughout this article to transmit the ideas of *lusofonia* and *lusófono* in Portuguese, which have meanings and connotations that are more specific than terms such as “Portuguese-speaking”.

Considering the debate in question, the semantic and ideological depth of the concept and the diversity of practices it covers, what we are interested in is finding an operational definition of Lusophony that can be mobilised to determine studies on the theme and comes close to a sense of the term that reflects a neutral linguistic reality.

In the *Houaiss dictionary of the Portuguese language*, Lusophony is established as “the group of those who speak Portuguese as their mother tongue or as a second language”; “the group of countries that have Portuguese as their official or dominant language” (Houaiss & Villar 2002, p. 2323). For the *Houaiss dictionary*, Lusophony covers, as well as Portugal, the countries of Portuguese colonisation, and the varieties spoken by part of the population in regions where Portugal has made its presence felt. It therefore has extraordinary wealth, diversity and is spread over many areas, forming an enormously valuable cultural, political and geo-strategic reality.

The Portuguese language is present on many continents and is polycentric. While it remains the same language, it is spoken and written in different ways, corresponding to different histories, heritages, nearby languages, grammatical and pragmatic structures, cultural references and social uses. (...) it is a dynamic and many-sided reality. All varieties have the same value. There is no ‘centre’ for the Portuguese language, it does not have a standard norm and no-one can claim special rights of ownership over it. (Reto, Machado & Esperança, 2016, p. 16)

As the fourth most widely spoken mother tongue in the world, Portuguese – the sharing of which we shall take as the common, distinctive feature of Lusophony, following the Houaiss definition – is the official language of eight countries: Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Portugal, São Tomé and Príncipe and East Timor. Their combined populations total 275 million speakers, representing 3.7% of the world’s population (Reto et al., 2016, p. 61). Distributed over four continents, it is the “only global language without land borders” (Reto et al., 2016, p. 61)<sup>2</sup>. It is also the most spoken language in the Southern Hemisphere, and in 2016-2017 it was being studied by 200,000 foreign students in more than 70 countries. The total number of speakers is estimated to reach 390 million in the middle of the century, and 487 million by the end of the 21<sup>st</sup> century (Reto et al., 2016, p. 57). As well as the geo-strategic side, it is a cultural and political asset for its speakers, a homeland and an “imagined continent” that challenges traditional north-south distinctions.

<sup>2</sup> The diaspora is also responsible for another 5.3 million native speakers, with significant communities in 22 countries: USA, Japan, Italy, France, Switzerland, Germany, the United Kingdom, Canada, South Africa, and many others (Reto et al., 2016, p. 63). There are six creoles based on Portuguese, most of which developed between the 16th and 18th centuries. Africa has the creoles of Upper Guinea and the Gulf of Guinea; India and Sri Lanka has the Indo-Portuguese creoles; Asia has Portuguese-based creoles in Malaysia and Indonesia; Sino-Portuguese creoles in Macau and Hong Kong; and in America there are Portuguese-influenced creoles in Aruba, Curaçau, Bonaire and Suriname (Reto et al., 2016, p. 69).

## LUSOPHONE STUDIES WITHIN COMMUNICATION SCIENCES

This study is a bibliographic research aiming to map the academic production on matters of Lusophony in the field of Communication Sciences. It is an exploratory, descriptive study with a qualitative and quantitative approach that aims to contribute to knowledge and clarification in the field of lusophone studies within the scope of communication. The research surveys and compiles unprecedented data about a decade of studies in Portuguese in the field, which represent the effort to build a lusophone community and identity within Communication Sciences. The results contribute to a more documented reflection on the theme, making it possible to detect the origin, breadth and direction of scientific production in the field, the ongoing debate of ideas, and the perspectives, tensions and dominant themes in the knowledge production process in this field.

In a broad sense, lusophone studies are all studies expressed in one of the varieties of Portuguese. In this study, we are limiting that to include only those that directly or indirectly discuss the theme of Lusophony as a political, linguistic or cultural space or a space of memory.

To identify what we shall consider lusophone studies in the communication studies space, we shall turn to the dimensions of Lusophony as an institutional practice, but also in its applied form, producing the following six categories for classifying themes: theoretical articles; Lusophony policy and institutions; language policy; modes of lusophone expression; identity and otherness in lusophone communities; and representations of Lusophony in the media.

The sample includes the proceedings from the fifth to tenth conferences of Sopcom – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação [Portuguese Association of Communication Sciences], in a total of nine volumes<sup>3</sup>, the nine volumes of the *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* [International Yearbook of Lusophone Communication], published by the Federação Lusófona de Ciências da Comunicação [Lusophone Federation of Communication Sciences]<sup>4</sup>, and the proceedings of the 2011, 2013, 2015 and 2017 Ibercom conferences, published by Associação Ibero-Americana de Comunicação [Ibero-American Communication Association]<sup>5</sup>. The full set for the 2007-2017 period, between proceedings and journals, comprises 22 volumes, forming a total of 3.252 articles, of which 142 (4,4% of the total) were chosen because their themes represented lusophone studies.

The sample of 142 texts was organised into an SPSS database to consider 10 analysis variables: title, year of publication, number and gender of authors, country of the university of first author<sup>6</sup>, country discussed, origin/source of the work, type, primary and secondary themes, and bibliographic references.

<sup>3</sup> See [https://www.sopcom.pt/page/eventos\\_cient\\_\\_ficos#congressos\\_sopcom](https://www.sopcom.pt/page/eventos_cient__ficos#congressos_sopcom)

<sup>4</sup> See <http://www.intercom.org.br/lusocom/alusocom.shtml>

<sup>5</sup> See <http://www.assibercom.org/xvibercom2017/assibercom>

<sup>6</sup> Regarding nationality, the only information that could be objectively codified based on the sources available was the university of origin. The category has some important limitations for interpreting the results, such as the fact that many of the studies originating in Portugal are carried out by researchers from other lusophone countries, with Brazilian students forming a significant proportion. Also, the same author may be classified as belonging to different countries over the decade as a result of his or her international academic career.



The data was collected by way of qualitative observation from an analysis matrix established beforehand; the possibility of carrying out a keyword search was ruled out, since it would produce less precise results. Therefore, all works that, even if they do not mention the concept of “Lusophony”, study, rework, establish or question that identity and community under construction (Maciel, 2010) in accordance with the six themes mentioned, were considered.

Within the six themes at the root of the selection and classification of the sample, *theoretical articles* are considered to be articles dealing with the clarification of concepts, methodological instruments, or the conceptualisation of the field; *Lusophony policy and institutions* are articles that deal with these things in a broad sense, including variations such as immigration, colonialism, media outlets as structures, and all the policy considerations that have an impact on Lusophony institutions, except those in the following category; *language policy* includes articles dedicated to explicit and implicit measures that regulate the community’s language practices; *modes of lusophone expression* articles work on a lusophone product or achievement – whether symbolic, cultural or tangible; *identity and otherness* articles deal with construction or deconstruction of these ideas in lusophone communities; and *representations of Lusophony in the media* is the category for articles dealing with content analysis or critical discourse analysis regarding representations of concepts, groups, processes, or ideologies in the media.

The two most important Communication Sciences conferences in the lusophone space (Sopcom and Ibercom) and the annual volume published by Lusocom, which carries out the International Conference on Communication Sciences of Portuguese-speaking Countries, held for the 13<sup>th</sup> time in 2018<sup>7</sup>, were chosen to form the sample. This is because these events represent the most important things being done in the field, forming a wider and more comprehensive sample than other types of publication, for example academic journals, since not all communications are embodied in that form. This choice also has the advantage of providing more focused data collection than journals, where the large variety available would make the sample diffuse.

## RESULTS

In quantitative terms, the evolution in publishing between 2007 and 2017 reveals a consistent, sustained increase in scientific production, which is materialised as a rising line, as the graph in Figure 1 shows, with peaks in publication consistent with the two-year frequency of the Sopcom and Ibercom conferences.

---

<sup>7</sup> For a record of the ten Lusocom conferences held to date, see <http://www.lusocom.net/eventos/>

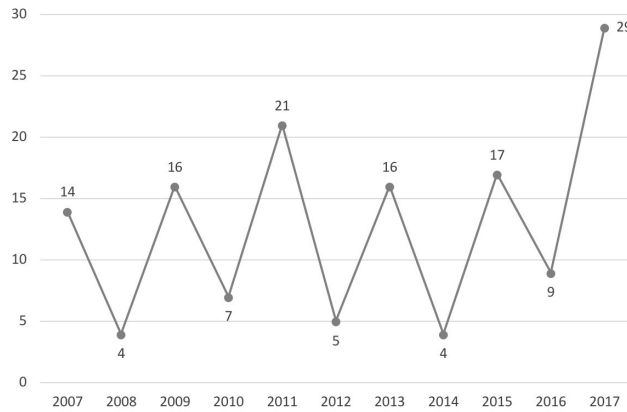


Figure 1: Annual timeline showing progression in publishing (number of works)

In terms of authorship, 65% of publications have one author (n = 93) and 35% are co-authored (n = 49), of which 22% have two authors. This represents 87% of publications, demonstrating that there are few texts with three or more authors.

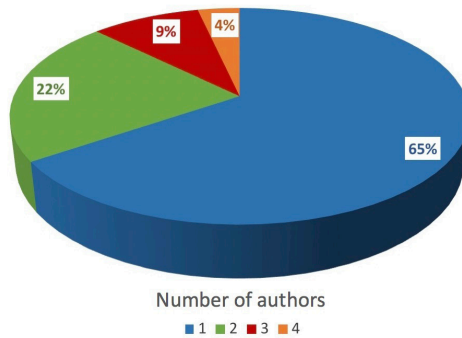


Figure 2: Percentage of studies with a single author and co-authored studies

In terms of gender, scientific output in the area is clearly dominated by women, who are responsible for the authorship of 57% (n = 81) studies, while men are responsible for 43% (n = 61), as regards first authors.

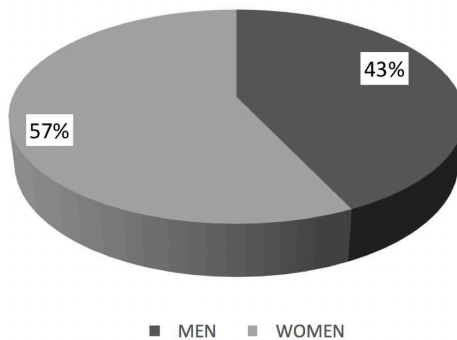


Figure 3: Percentage of articles by gender of authors

This division by gender is also seen if we consider the sample in terms of quantity of scientific output, with three men among the group of nine authors who published the most. Additionally, in the case of these most productive authors, all of them began or spent time at the same research centre, CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade [Communication and Society Research Centre]<sup>8</sup>, which reveals the central nature of this centre for lusophone studies within communication studies.

NAME	AUTHOR	CO-AUTHOR	TOTAL
Lurdes Macedo	4	1	5
Moisés de Lemos Martins	3	2	5
Rosa Cabecinhas	2	3	5
Michelly Santos de Carvalho	4	0	4
Vítor de Sousa	3	0	3
Isabel Macedo	2	1	3
Madalena Oliveira	2	1	3
Regina Pires de Brito	2	1	3
Silvino Lopes Évora	2	1	3

Table 1: Authors who published the most (number of publications)

Regarding the university/research centre of origin for authors at the time of publication, 62,7% (n = 89) published their work from Portugal; 25,7% (n = 36) published their work from Brazil; 8,5% (n = 12) from Galicia/Spain; 1,4% from Cape Verde, and 2,1% from other countries.

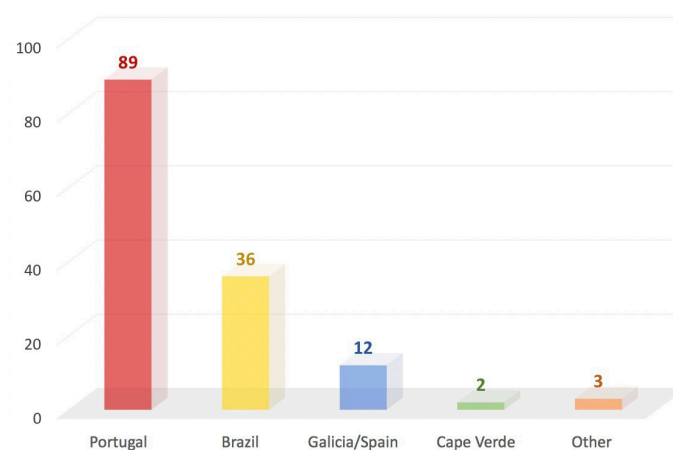


Figure 4: Number of publications by country of the university of the first author

<sup>8</sup> See <http://www.cecs.uminho.pt/>.

The countries discussed in the articles in the sample are, in joint first place, Portugal and Brazil, reflecting a very wide range of studies carried out from a comparative perspective and which are transversal to all six themes considered in the classification of the sample, covering the entire range from theoretical works to media representation (31%). This is followed by works that, focusing on Lusophony in general, have been considered to discuss lusophone countries as a whole (26,8%). Portugal is the object of 21% of the studies, Brazil of 7,7% and Angola and Cape Verde 3,5% each. Mozambique, São Tomé and Príncipe, Guinea-Bissau and Timor represent figures below 3%. To form this category, all the countries in the Comunidade dos Países de Língua Portuguesa [Community of Portuguese-speaking Countries] (CPLP) were taken into consideration, and it was later found that the sample also covered regions that do not belong to the organisation – Macau and Galicia – which have been included in the Others category.

COUNTRY	%
Portugal and Brazil	31.0
All lusophone countries	26.8
Portugal	21.1
Brazil	7.7
Angola	3.5
Cape Verde	3.5
Others	2.8
Mozambique and São Tomé	2.1
Guinea-Bissau	0.7
Timor	0.7
Total	100

Table 2: Countries discussed in the sample

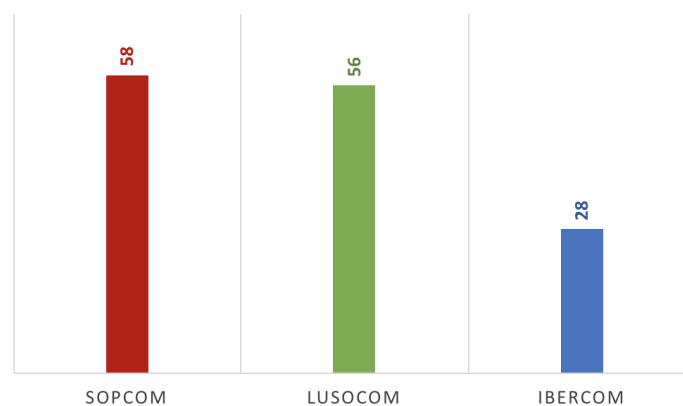


Figure 5: Number of articles by event of origin

In terms of origin, 40,8% of the articles studied come from Sopcom conference proceedings; 39,4% originated in the nine volumes of the *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* [International Yearbook of Lusophone Communication] published between 2007 and 2017; and 19,7% are articles published in the four volumes of proceedings of Ibercom that could be recovered relating to this period.

Each of the articles evaluated could potentially be classified into two of the six themes analysed, with a minority being considered to cover a single theme. Table 3 shows the distribution of primary and secondary themes by percentage, and reveals that the most common primary theme is Lusophony policy and institutions and the most frequent secondary theme deals with modes of lusophone expression. The least represented theme, as either primary (10,6%) or secondary theme (6,3%), is language policy.

PRIMARY THEME	%	SECONDARY THEME	%
1. Theoretical	12,0	1. Theoretical	13,4
2. Institutions and policy	30,3	2. Institutions and policy	13,4
3. Language policy	10,6	3. Language policy	6,3
4. Lusophone expression	14,8	4. Lusophone expression	29,6
5. Identity and otherness	19,0	5. Identity and otherness	13,4
6. Media representation	13,4	6. Media representation	13,4
7. Other	0	7. Other	4,2
Total	100	Total	93,7

Table 3: Primary and secondary themes of the articles

Regarding the themes, the three first categories (theoretical studies, institutions and policy) were grouped together, with articles in these categories considered as theoretical studies and articles in the other categories (lusophone expression, identity, representation) as applied works. This recoding of a polytomous variable into a dichotomous variable aimed to differentiate between theoretical studies and applied or practical works. Taking this new category as a starting point, some comparisons were made. The first is authors' genders, which made it possible to conclude that most men publish theoretical studies and are responsible for 49% of the total, while they are responsible for only 35,8% of applied studies. Women, on the other hand, are responsible for around half of theoretical studies and 64% of applied studies.

GENDER	% TOTAL	MACRO THEME	
		THEORETICAL	APPLIED
Men	43,0	49,3	35,8
Women	57,0	50,7	64,2
n	142	75	67

Table 4: Genders of the authors of theoretical and applied works (% column)

Based on the data in Table 4, we can see that men tend to carry out theoretical work more than women, who focus their efforts on more practical or applied studies. However, these differences cannot be considered statistically significant [ $\chi^2 (1, N = 142) = 2.637, p = 0.104$ ].

As well as looking at the macro themes of the works by the authors' genders, it was also deemed relevant to know what type of publication was most common based on origin:

ORIGIN	% TOTAL	MACRO THEME	
		THEORETICAL	APPLIED
Sopcom	40,8	33,3 <sup>-</sup>	49,3 <sup>+</sup>
Ibercom	19,7	18,7	20,9
Lusocom	39,4	48,0 <sup>+</sup>	29,9 <sup>-</sup>
n	142	75	67

Table 5: Origin of theoretical and applied works (% column)  
<sup>-</sup>Statistically lower value (analysis of adjusted standardised residuals)  
<sup>+</sup>Statistically higher value (analysis of adjusted standardised residuals)

The cross referencing of this data, shown in Table 5, demonstrates that Sopcom publishes more applied works and that Lusocom publishes more theoretical works. These differences regarding the articles' origins show a statistically relevant trend [ $\chi^2 (2, N = 142) = 5.241, p = 0.073$ ].

Regarding the number of bibliographic references in the articles, there are more in Portuguese ( $M = 11.12$ ;  $SD = 8.16$ ) than in other languages ( $M = 10.06$ ;  $SD = 8.82$ ). Although these differences are not statistically significant [ $t (116) = 0.892, p = 0.374$ ], the fact that Lusophone Studies in Communication Sciences have an average number of 11,12 lusophone authors, which is higher than the average number of references to authors from other origins and using different languages (10.06), contrasts starkly with the same average for the whole field (Serra, 2016), as we will see in the discussion of the results.

## DISCUSSION OF RESULTS AND CONCLUSIONS

The results of this study show that lusophone studies have been increasing in quantity over the last decade, that most authors of applied or practical studies are women, that theoretical studies are concentrated on the *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* [International Yearbook of Lusophone Communication] and that male authors prefer the big theoretical issues. For this reason, Lusocom emerges as the great think tank of lusophone studies in the Communication Sciences field, an area that is essentially built around two voices, in which Portugal and Brazil have a predominant role. Bibliography in Portuguese also dominates, overtaking citations of authors of other languages on average, and contrasting with the state of citations in Communication Sciences in general. Most of the publications considered came from Portuguese universities, although authors could be students from other lusophone countries. The CECS research

centre brings together the researchers that publish the most in this field, and the themes most frequently dealt with are Lusophony policy and institutions, followed by questions of identity and media representation.

These results show how the role of associations and conferences is fundamental in promoting Lusophony and confirm the greater involvement of Portugal and Brazil in the field. It should be noted that, of the twelve Lusocom conferences held to date, only two have been held outside Portugal, Brazil or Galicia: one in Mozambique (5<sup>th</sup> conference, 2002) and the other in Cape Verde (12<sup>th</sup> conference, 2016), while five have been held in Portugal, three in Brazil, and two in Galicia. The 13<sup>th</sup> Lusocom conference, in 2018, is due to be held in Mozambique, where an association has been set up (Acicom – Associação Moçambicana de Ciências da Comunicação e da Informação [Mozambican Association of Information and Communication Sciences]). This association and Mediacom (Associação Cabo-verdiana de Ciências da Comunicação [Cape Verdean Association for Communication Sciences]) are the two Communication Sciences associations in the lusophone space outside the Portugal/Brazil/Galicia hub.

We also think it is highly significant that the citation of authors who write in Portuguese is much higher than in Communication Sciences in general, where most lusophone authors focus their references on anglophone authors (Serra, 2016). Recent studies have discussed the relationship between language and the political/material conditions of global neoliberal capitalism (Flores & Chaparro, 2017; Joseph, 2006), the legacy of colonialism in the hegemony of the English language (Pennycook, 2017) and the problems faced by scientists in peripheral countries when disseminating science, observing that the academic publishing industry is a device that also serves to establish and maintain Western intellectual hegemony at global level (Canagarajah, 2002).

All science, however mathematical it may be, always involves a natural language to explain itself and make what it explains public. The natural language of sciences may today predominantly be English, which is due, on the one hand, to the economic, political, military, media-cultural hegemony of the Anglo-Saxon world, particularly the USA and, on the other hand, an anglophone ethnocentrism that is actively accepted by its very victims. Fighting against that ethnocentrism involves, for each marginalised natural language, and Portuguese in particular, achieving critical mass in research and publication that forces the large scientific book and journal publishers to translate into English and not just from English. Translating is exactly that: leaving one “worldview” (Humboldt, 1836/1988) to enter another, promoting dialogue between different views of the world, and refusing to distinguish between centres and peripheries.

Scientific capitalism, with its classification and evaluation devices, language policing and publishing industry geared towards English speakers, is a system that intensifies inequalities between emerging fields of different research and publishing cultures. Language policy and linguistic struggles, present in the academic publishing industry, have a considerable impact on that symbolic and material distribution of scientific resources (Gradim & Piñeiro-Naval, in press).

As Moisés Martins has said, “in a post-colonial, globalised age, linguistic and cultural choices express the struggle for the symbolic ordering of the world” (Martins, 2015,

p. 16). This is how “a language can only assert its strength through the information and knowledge it carries”, which should be manifested “in literary terms and in scientific, cultural and artistic terms”, and therefore the language struggle should be manifested in publishing and cultural and scientific policy in the countries that speak the language (Martins, 2015, p. 16).

The positive features uncovered by this study therefore include, for lusophone studies, the question of hetero-reference and ethnocentrism, which is not a negligible component in the “language struggle” mentioned by Moisés Martins, and appears to be moving in the right direction. In terms of the balance between the different centres of Lusophony, we have observed that this is still mostly being built by three voices, Portugal/Brazil/Galicia, and that even in Portugal it is highly concentrated at the University of Minho’s CECS.

Strategies for improving and broadening participation by other members of the Community of Portuguese-speaking Countries will need to include organising Lusocom conferences in places outside Portugal, Galicia or Brazil (with their support, when necessary), setting up and developing Communication Sciences associations in all lusophone countries that do not yet have any, and the involvement of researchers from several countries in joint education and research projects (Serra, 2017).

This, the first study on the profile of lusophone studies in the epistemic field of Communication Sciences, is limited by the nature of the sample – focused on the field’s conferences – and the construction of the measurement indicator, which is qualitative. Mapping the field of Communication Sciences, future studies may involve broadening the research sample by searching for publications in databases such as Scielo, WoS and Scopus, setting the epistemic field of its origin based on journals in which it is found, which will make it possible to view lusophone studies in communication along with the other fields where it takes place, and by covering a wider window of time, not limited to the last decade. ✍

Translation: Tom Williams

## REFERENCES

- Canagarajah, S. (2002). Reconstructing local knowledge. *Journal of Language, Identity and Education*, 1(4), 243-259. DOI: 10.1207/S15327701JLIE0104\_1
- Faraco, C. A. (2012). Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In T. Lobo, Z. Carneiro, J. Soledade, A. Almeida & S. Ribeiro (Org.), *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* (pp. 31-50). Salvador: EDUFBA.
- Feytor Pinto, P. (2010). *O essencial sobre política da língua*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Fiorin, J. L. (2009). Língua, discurso e política. *Alea: Estudos Neolatinos*, 11(1), 148-165. DOI: 10.1590/S1517-106X2009000100012
- Flores, N. & Chaparro, S. (2017). What counts as language education policy? Developing a materialist Anti-racist approach to language activism. *Language Policy*, 1-20. DOI:10.1007/s10993-017-9433-7
- Gradim, A. & Piñeiro-Naval, V. (in press). Policies for Portuguese and Spanish: the world’s second publication languages in Web of Science.



- Houaiss, A. & Villar, M. de S. (2002). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Círculo de Leitores.
- Humboldt, W. (1836/1988). *On Language: on the diversity of human language construction and its influence on the mental development of the human species*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Joseph, J. E. (2006). *Language and politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Lourenço, E. (1999). *A Nau de Ícaro seguido de imagem e miragem de lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- Maciel, C. (2015). *A construção da comunidade lusófona a partir do antigo centro: micro-comunidades e práticas da lusofonia*. Lisboa: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.
- Martins, M. L. (2004, abril/maio). *Lusofonia e luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários*. Opening Conference at the X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1075>
- Martins, M. L. (2012). Revistas científicas de Ciências da Comunicação em Portugal: da divulgação do conhecimento à afirmação do Português como língua de pensamento. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 35(1), 233-251. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/interc/v35n1/12.pdf>
- Martins, M. L. (2015). *Lusofonia e interculturalidade – promessa e travessia*. V. N. Famalicão: Húmus.
- Martins, M. L., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- Pennycook, A. (2017). *The cultural politics of English as an international language*. London: Routledge.
- Reto, L., Machado, F. L. & Esperança, J. P. (2016). *Novo atlas da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Serra, J. P. (2016). O (des)conhecimento recíproco dos investigadores ibero-americanos de Ciências da Comunicação. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 3(2), 57-68. Retrieved from <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/article/view/115>
- Serra, J. P. (2017). A lusofonia como projeto em construção. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2015-16: metodologias da pesquisa, cibercultura, regulação e cooperação*, 1, 19-25.
- Sousa, H. (2006a). Comunicação e lusofonia: do lugar acríptico ao lugar da procura. In M. L. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 9-14). Porto: Campo das Letras.
- Sousa, H. (2006b). A mobilização do conceito de lusofonia: o caso dos canais internacionais da RTP. In M. L. Martins, H. Sousa, & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp. 165-182). Porto: Campo das Letras.
- Sousa, V. M. (2015). *Da 'portugalidade' à lusofonia*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

## BIOGRAPHICAL NOTES

Anabela Gradim has an undergraduate degree in Philosophy from the University of Porto, and has a master's degree and PhD with *Agregação* in Communication Sciences from the University of Beira Interior, where she gained her PhD with the thesis A

*dimensão comunicacional da semiótica de Peirce*. She teaches journalism, communication and methodology at the University of Beira Interior's Faculty of Arts and Letters, where she runs the PhD in Communication Sciences. She is a researcher at Labcom.IFP – Laboratory of Online Communication and coordinates the Communication and Media Group. Her research interests deal with journalism, communication science, semiotics, rhetoric, and the intersection of these fields with cyberculture and new media.

Email: [anabela.gradim@labcom.ubi.pt](mailto:anabela.gradim@labcom.ubi.pt)

Address: Universidade da Beira Interior, Av. Marquês D'Ávila e Bolama, 6200-001 Covilhã

Joaquim Paulo Serra has an undergraduate degree in Philosophy from the Lisbon Faculty of Letters and a master's degree and PhD with *Agregação* in Communication Sciences from the University of Beira Interior (UBI). At UBI, he is a professor in the Department of Communication and Arts and a researcher at the Labcom.IFP – Communication, Philosophy and Humanities R&D unit. He is currently scientific coordinator of Labcom.IFP at UBI and Chair of the Portuguese Association of Communication Sciences (Sopcom). He wrote the books *A informação como utopia* (1998), *Informação e sentido: o estatuto epistemológico da informação* (2003) and *Manual de teoria da Comunicação* (2008), and co-authored *Informação e persuasão na web* (2009). He organised the book *Retórica e política* (2015) and has co-organised several other books, the last of which was *Televisão e novos meios* (2017). He has also written several chapters of books and articles published in Portuguese and foreign collective works and journals.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7821-3880>

Email: [pserra@ubi.pt](mailto:pserra@ubi.pt)

Address: Universidade da Beira Interior, Av. Marquês D'Ávila e Bolama, 6200-001 Covilhã

Valeriano Piñeiro-Naval has an undergraduate degree in Advertising and Public Relations (University of Vigo) and Audiovisual Communication (University of Salamanca). He has a European PhD in Audiovisual Communication, Technological Revolution and Cultural Change from the University of Salamanca, and is currently a member of the Labcom.IFP – Communication, Philosophy and Humanities R&D unit at University of Beira Interior, where he is currently using a post-doctoral grant from Portugal's Foundation for Science and Technology (FCT).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9521-3364>

Email: [vale.naval@labcom.ubi.pt](mailto:vale.naval@labcom.ubi.pt)

Address: Universidade da Beira Interior, Av. Marquês D'Ávila e Bolama, 6200-001 Covilhã

\* Submitted: 15.05.2018

\* Accepted: 12.07.2018

## **CONTEXTOS PERIFÉRICOS DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA: O CASO ANGOLANO**

**José Carlos Venâncio**

---

### **RESUMO**

Depois de se descrever e discutir as condições de produção artística em contextos periféricos, analisa-se o percurso das artes plásticas angolanas desde finais do período colonial até à atualidade, momento em que as mesmas desfrutam de uma relativa projeção internacional. Essa projeção é o resultado de uma dupla sustentabilidade: por um lado, as condições materiais de criação e produção artística e, por outro, a sustentabilidade ou manutenção de um padrão estético enraizado na tradição e na história do país.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Arte angolana; produção artística; periferia

---

## **PERIPHERAL CONTEXTS OF ARTISTIC CREATIVITY: THE ANGOLAN CASE**

### **ABSTRACT**

After describing and discussing the conditions of artistic production in peripheral contexts, the course of the Angolan visual arts from the end of the colonial period to the present time is analysed, a period when these enjoy a relative international projection. This projection is the result of a double sustainability: on the one hand, the material conditions for creation and artistic production and, on the other hand, the sustainability or maintenance of an aesthetic pattern rooted in the tradition and history of the country.

### **KEYWORDS**

Angolan art, artistic production, periphery

---

Os contextos de produção artística, contrariando o otimismo de alguns analistas (Marchart, 2014), continuam a reproduzir as assimetrias vigentes na economia mundial e no sistema internacional, pelo que, tal como as economias e os Estados, são passíveis de serem classificados como centrais, periféricos e, eventualmente, semi-periféricos<sup>1</sup>. O contexto artístico angolano, objeto do presente ensaio, é, no propósito

---

<sup>1</sup> Referindo-se ao espaço dos países de língua oficial portuguesa e projetando a língua como contexto específico para a produção de conhecimento, culturas e artes, Moisés de Lemos Martins (2017) chama a atenção para o facto de aí se colocar a questão da língua hegemónica e da dominação científica.

dessa nomenclatura, periférico. Está alicerçado em experiências sociais e estéticas que, por razões históricas e de dominação colonial, acabam por apresentar semelhanças, interconexões e compromissos com a realidade portuguesa e com as dos restantes países e regiões de colonização portuguesa. A análise a que se procederá insere-se, em conformidade, num ambiente de reflexão pós-colonial, relevando, para o efeito, as dimensões de uma dominação que se perpetua, mormente no que à cultura e à estética diz respeito. Incidirá a mesma sobre vivências e realizações enquadráveis pelo que se poderá designar por cultura cultivada, cujos protagonistas são, dos muitos grupos sociais que formam a sociedade angolana, os que estiveram mais expostos à influência europeia, devido, sobretudo, ao facto de terem beneficiado do ensino formal implantado pelo sistema colonial. O sistema de ensino em apreço, implementado no contexto do colonialismo moderno, teve, por sua vez, um duplo e ambivalente propósito: o de gerar, por um lado, interlocutores e técnicos locais para viabilizar a dominação<sup>2</sup> e evitar, por outro, que os conhecimentos transmitidos fossem de forma a igualar os colonizados aos colonizadores, perpetuando, desta forma, a dependência que nunca deixou de estar na mente de quem assim legislou e governou.

Repensar a atividade artística de Angola sob este prisma equivale a repensar o respetivo contexto de produção cultural e artística à luz da sua autonomia e sustentabilidade, um propósito que, não raras vezes, choca com a relação de dependência herdada do sistema colonial e prevalecente em ambiente pós-colonial. O conceito de “contexto artístico” traduz, neste propósito, contornos coincidentes com o de cena artística, frequentemente usado, e, num patamar mais elaborado, com o de “campo artístico”, devido a Pierre Bourdieu (2012), e “mundos da arte”, desenvolvido por Howard Becker (1984). O primeiro, pelo esforço de evidenciar relações estruturais e de homologia entre os elementos que o compõem, serve mais ao propósito da argumentação que se segue<sup>3</sup>.

Por contexto artístico entendo, assim, as relações, quer de natureza económica, quer de natureza estética, que se estabelecem entre os vários atores que contribuem para a realização e a afirmação da obra de arte, desde o momento da sua produção até ao do seu consumo ou fruição. Sustentabilidade refere, nestes termos, quer a autonomia económica do processo de produção da obra de arte, evidenciada como uma atividade profissional a par das outras que configuram o (um) espaço económico, quer a preservação de um sentido estético enraizado na sociedade que o alberga.

Entre as muitas funções da arte, está a da realização pessoal e a da autoestima, que, tendo particular incidência no sujeito criador, não deixa de contribuir para o bem-estar psicológico de quem a usufrui ou contempla, podendo ainda contribuir, em circunstâncias determinadas, para o processo identitário deste. Esta função não é tão aleatória no

<sup>2</sup> Esta preocupação específica não é nova em Angola. Os jesuítas já ministravam aos seus escravos, nos séculos XVII e XVIII, ofícios manuais para que os mesmos viessem a valer mais nos mercados de destino, na América do Sul e Central.

<sup>3</sup> Evidentemente que Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito pensando no posicionamento da arte e da criatividade artística em contextos europeus e/ou ocidentais. É, na verdade, um conceito que funciona, sobretudo, em situações de mercado livre, sendo as tensões e hierarquias sociais que o caracterizam de natureza infraestrutural, como escreve Everlyn Nicodemus (1999). Tal facto não impede, porém, que o não possamos utilizar numa perspetiva aberta e relacional, envolvendo contextos de produção próximos e, entre si, hierarquizados, como são os que decorrem da relação colonial.

que ao criador diz respeito, não se podendo entender, no que a este concerne, a realização pessoal separada da construção identitária, quer na sua dimensão pessoal, quer na social, que, por sua vez, tanto pode remeter para enquadramentos territorializados, sejam eles de ordem nacional, regional ou local, como para referentes mais globalizantes e cosmopolitas, sem que as duas orientações sejam em si excludentes (Venâncio, 1998).

A dimensão social em apreço condiciona o ato da criação por duas vias: pela motivação pessoal e subjetiva, decorrente de ou em articulação com predisposições identitárias e ideológicas previamente adquiridas, ou pelos imperativos que se exercem do exterior, viabilizados por doutrinações, sobretudo de ordem política, por políticas públicas, desenvolvidas, em muitas circunstâncias, em consonância com as referidas doutrinações, ou, ainda, por influências difusas e indeterminadas, decorrentes da internacionalização da economia, dos mercados e dos modos de vida. Em qualquer das situações, o ato criativo acaba por ser condicionado e valorizado por práticas (no sentido da *praxis* marxista) sociais e estéticas que lhe servem de paradigma, desempenhando, em consonância, uma função integradora nas sociedades, não obstante as diferenças e as desigualdades que estas internamente espelhem. São diferenças de índole social e educativa, que com o contributo de políticas públicas, se veem, ou se podem ver, esbatidas, resultando concomitantemente na consolidação dos respetivos contextos artísticos. Menciono neste ponto da argumentação as chamadas políticas públicas porque, na verdade, é difícil entender o desenvolvimento de tais espaços de criatividade independentemente de políticas que os condicionam e regulam.

Arte (quer a popular, quer a erudita ou académica) e desenvolvimento apresentam-se, desta forma, como um binómio que, tendo sido desde sempre importante na vida das pessoas e das sociedades, nunca como agora a relação de causalidade entre uma e outra foi tão evidente e explorada. Andreas Reckwitz (2014, p. 133) refere, a este propósito, o processo que conduziu à estetização da economia através da criatividade e do espírito de inovação que o sujeito produtor foi chamado a exercitar nas estruturas de produção. Trata-se de um paradigma que emerge por volta de 1980, substituindo, nessa dimensão, o pós-fordismo e os preceitos que envolviam o chamado capitalismo desorganizado, um processo de transformação que, por sua vez, não deve ser entendido como uma pura reação à crise económica e financeira do início dos anos 70 do século passado (Reckwitz, 2014). A viragem em referência surge por via das indústrias criativas e da economia do design, fenómenos que, ultimamente, têm conduzido à emergência das chamadas cidades criativas, inteligentes ou líquidas, para utilizar um termo devido a Zygmunt Baumann (2015), que, a par do turismo cultural crítico (valorizando mais o cidadão do que o consumidor), têm proporcionado aos respetivos espaços um desenvolvimento de que os artistas saem igualmente beneficiados. Engrandece-se, pois, o potencial mercado das suas obras.

Várias são as modalidades artísticas e os circuitos artísticos a beneficiar com esta viragem de paradigma. A música e as artes visuais serão, porventura, as que mais têm beneficiado, conquanto não se deva excluir desse benefício as chamadas artes plásticas convencionais: a pintura, o desenho, a gravura e a escultura. Não obstante a prevalência de uma modernidade que, na qualidade de líquida, é tentada a privilegiar, na arte e nas

demais manifestações da vida, o efémero, o descartável, em detrimento do duradouro (fruto do consumismo antevisto por Marx há dois séculos), as obras de arte, mormente de pintura, tendem, precisamente pelo seu caráter duradouro, a tornar-se ativos financeiros, num processo para o qual contribuem vários atores e que assenta numa suposta qualidade estética e técnica. Trata-se, na verdade, de um processo que, na sua essência, não difere do que a antropologia económica (Schneider, 1970) desenvolveu a propósito da caracterização do objeto-moeda em sociedades de economia não monetarizada. Equaciono, a propósito, para além da já referida durabilidade, a mobilidade, a divisibilidade e, sobretudo, a raridade, decorrendo esta da natureza artesanal e única do processo produtivo nas artes plásticas (Sontag, 2015)<sup>4</sup>.

Evidentemente que a consistência e a sustentabilidade dos campos ou mundos da arte dependem de outros fatores, tais como o nível educacional e profissional dos artistas e dos demais agentes implicados no circuito comercial dos objetos artísticos (galeristas, diretores de museus, agentes artísticos, críticos de arte, colecionadores, etc.), assim como da natureza do mercado interno dos países ou regiões a que pertencem. Assim sendo, a economias e/ou mercados desestruturados dificilmente poderá corresponder um mercado da arte e respetivo circuito estruturados. É uma questão de homologia. As fragilidades na cadeia de produção, comercialização e consumo que se registam nos mercados nacionais ou regionais acabam, naturalmente, por se repercutir nos circuitos da arte.

Esta é, de certa forma, a situação de uma parte significativa dos países do chamado Terceiro Mundo, termo que surge pela mão do demógrafo francês Alfred Sauvy e do sociólogo Georges Balandier, após a II Guerra Mundial, para designar o conjunto de países e povos que até então haviam vivido à margem do mundo industrializado ou numa posição de subalternidade em relação ao mesmo. Sendo esse posicionamento devido a fatores de vária ordem, o facto de muitas dessas sociedades terem sido colonizadas, desde o século XVI, por potências europeias, é tal circunstância tida, mormente na perspetiva das teorias de matriz marxista (refiro-me às teorias da dependência, do sistema-mundo, assim como às recentes teorias ou abordagens pós-coloniais<sup>5</sup>), como o fator determinante do posicionamento que tem vindo a ser referenciado.

<sup>4</sup> Estas características estão igualmente presentes noutras modalidades artísticas, como, por exemplo, na fotografia, cujo registo é sempre único e irrepetível, dependendo de fatores como a disposição do fotógrafo, as condições de luz, etc. Diferente é o que se passa com a sua reprodução técnica. O valor que certas fotografias atingem no mercado, numa altura em que a tecnologia permite a sua réplica, é, na verdade, o resultado de uma convenção – como, de resto, acontece com a moeda-objeto sem valor de uso –, que se traduz num compromisso das partes envolvidas, em que as fotografias, previamente numeradas, não serão (ou não devem ser) reproduzidas. Sobre a relação entre fotografia e pintura, conferir Barthes (2006) e, sobretudo, Sontag (2015), que chama a atenção para uma característica, a da presença, que Walter Benjamin havia restringido à obra de arte antes da sua reprodutibilidade técnica, mas que, segundo Sontag, embora “nenhuma fotografia seja um original no sentido em que uma pintura o é sempre, há uma grande diferença entre aquilo a que podemos chamar originais – impressão feita no momento do negativo original (isto é, no mesmo período da evolução tecnológica da fotografia) em que a imagem foi registada – e gerações subsequentes da mesma fotografia” (Sontag, 2015, p. 140). As fotografias digitais não vêm alterar a lógica desta argumentação, na medida em que existe sempre um momento em que o fotógrafo, mesmo após o tratamento informático, dá por concluída a fotografia e esse momento, como o do seu registo, é, também ele, irrepetível ou irreversível.

<sup>5</sup> Tais teorias, inspiradas no conceito de acumulação primitiva de capital, tal como o mesmo foi (re)elaborado por Karl Marx, entendem que existe uma relação de causalidade estrutural entre a ação colonial, o colonialismo e o subdesenvolvimento das sociedades em apreço.

Portugal foi uma das potências coloniais em causa. Da sua expansão atlântica e da subsequente relação colonial imposta emergiu a sociedade em estudo, cujas características são remissíveis quer à natureza e dinâmica do próprio império colonial ao longo de cinco séculos<sup>6</sup>, quer às condições geográficas e demográficas locais.

Angola espelha um processo de colonização que não é propriamente idêntico ao da maioria dos países da África continental, na medida em que a presença portuguesa, com ocupação territorial, se fez sentir na região a partir do século XVI, i.e. sob a vigência do mercantilismo. Luanda é fundada em 1576 e Benguela em 1617.

Tratou-se de uma presença conflituosa, de uma conquista marcada por um esforço de guerra constante que levou o maior cronista português deste período, a residir em Angola, António de Oliveira Cadornega (1623-1690), a intitular o livro em que a descreve como a *História geral das guerras angolanas* (1681). O conflito latente e explícito não impediu, de qualquer modo, que emergisse do contacto então havido entre portugueses e africanos das etnias bacongo e ambundu uma sociedade híbrida, que, à semelhança das sociedades insulares, cabo-verdiana e são-tomense (constituídas à base de escravos vindos do continente), pode ser entendida como crioula, sem que, contudo, não deixe esta designação de gerar hoje alguma polémica. O termo, mais no plano formal do que no de conteúdo, tem sido rejeitado, nomeadamente por uma parte da intelectualidade que gravita em redor do MPLA (Movimento para a Libertação de Angola), por razões que se prendem com o facto de os líderes dos outros movimentos de libertação lhes imputarem o estigma de não-pertença à terra. A reação à designação traduz, nestes termos, um esforço de legitimação enquanto “angolanos”, que se tornou tão mais premente quanto o facto de uma parte da elite do MPLA, à qual pertencem mestiços e brancos, ser, desde há muito, “urbanizada”, com raízes étnicas relativamente esbatidas, constituindo, nessa condição, um grupo de *status* cultural e historicamente diferenciado da maioria da população.

O campo de arte angolano, como acontece com o literário, acaba por dar nota, como seria expectável, desta e doutras idiosincrasias, que aparecem associadas quer à produção, quer à mediação, quer ainda ao consumo interno dos bens artísticos e culturais.

A palavra literária teve, no âmbito dos nacionalismos na África de língua portuguesa, um papel importante na afirmação dos mesmos, conquanto tenha exercido essa influência de forma diferenciada; uma diferenciação que é, em muito, remissível à própria natureza da relação colonial. A localização geográfica de cada colónia, a composição humana e cultural de cada uma, a sua importância para a vitalidade do império em termos económicos, são fatores que, entre outros, foram tidos em conta na diferenciação das políticas coloniais. Uma característica, porém, foi comum a todas: a inexistência de estruturas de

<sup>6</sup> Não é consensual, no seio da historiografia, a extensão do colonialismo europeu em África ao século XVI. Existem, contudo, situações de colonização e de dominação, como sejam as ilhas de Cabo Verde e os núcleos urbanos de Luanda e de Benguela e respetivos *hinterlands*, onde, na verdade, a presença europeia se fez sentir de forma integrada, condicionando a vida das populações dominadas de uma forma que pouco se alterou em relação à subjugação que se seguiu após a partilha de África na Conferência de Berlim (1884-85). No sentido de se marcar a diferença entre um período e outro, têm historiadores e antropólogos adotado a designação colonialismo arcaico para o primeiro período e a de colonialismo moderno para identificar a ocupação do segundo período, acontecida sob a vigência do capitalismo industrial (Venâncio, 2009).

ensino superior até ao início dos anos 60 do século XX, altura em que é instituído o ensino universitário em Angola e em Moçambique. Este facto fez com que muitos jovens fossem obrigados a deslocar-se para a metrópole para prosseguir os seus estudos, passando a conviver com colegas de outras colónias e, em conjunto, com a contribuição de setores antifascistas da sociedade portuguesa, se consciencializassem das injustiças do sistema colonial. A informação de que dispunham na capital, embora escassa devido à ditadura vigente, sempre era maior do que a que obtinham nas colónias.

A Casa dos Estudantes do Império (sedeada em Lisboa e em Coimbra) foi um dos palcos desse amadurecimento político, que logrou transformar “estudantes ultramarinos” em líderes nacionalistas, cuja ação veio depois a ser determinante na formação de movimentos de libertação como o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), MPLA, Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) e MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe), integrados, a dada altura, por razões de coordenação da luta anti-colonial em termos internacionais, na CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas).

De comum, estes movimentos tinham, por um lado, o facto de os seus líderes terem tido uma vivência portuguesa e, por outro, a adesão ao universo ideológico marxista, a aproximação aos países do bloco soviético e, em termos africanos, ao grupo de países africanos alinhados com Casablanca<sup>7</sup>. Após a independência, são estas organizações que assumem o poder e os seus líderes, num esforço de autolegitimação como políticos “genuinamente” africanos, promovem a integração das periferias territoriais e dos respetivos grupos étnicos nos espaços herdados da administração colonial, cujas fronteiras não foram postas em causa. Entendem, em conformidade, “ser importante fundar organizações sócio-profissionais ligadas à literatura e à arte com o propósito explícito de as mesmas contribuirem para a consciência nacional em construção. A experiência que traziam da vivência portuguesa e da Casa dos Estudantes do Império ajudou à concretização de tais objetivos, conquanto tenha igualmente pesado, para a concretização dos mesmos, o conhecimento (escasso, mas eficiente nos seus propósitos) que tinham da revolução soviética, que, por força da estética marxista e do realismo socialista (o estilo oficial imposto pelo Partido Comunista a partir de 1932), pusera a arte e a literatura ao serviço da revolução e da política.

Nestes termos, um mês após a independência do país, numa conjuntura ainda de instabilidade política que antevia a longa guerra civil que se seguiu, é criada a União dos Escritores Angolanos (UEA), que terá como presidente da assembleia-geral Agostinho Neto, o primeiro presidente da então designada República Popular de Angola. A influência do poder político era mais do que evidente.

Na prossecução do mesmo objetivo de enquadramento socioprofissional de artistas e escritores, é fundada, dois anos depois, a 8 de outubro de 1977, a União Nacional dos Artistas Plásticos (UNAP) e, uns anos mais tarde, a 9 de setembro de 1981, é

<sup>7</sup> O outro grupo de países ficou conhecido como o grupo de Monróvia, com uma orientação política pró-ocidental. A constituição, em 1963, da Organização de Unidade Africana (OUA) é o resultado de um compromisso então encontrado entre os dois grupos, cuja divisão se fez sentir praticamente até ao fim da Guerra Fria, até aos processos de democratização que se seguiram, com valências mais formais que de conteúdo, pelo que, com alguma ironia, o processo que os viabilizou ficou conhecido na África francófona por “Paristroika”.



proclamada, enquanto instituição de utilidade pública, a União Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC)<sup>8</sup>, tendo por signatários, entre outros, conhecidos cantores como Rui Mingas, Waldemar Bastos e Filipe Mukenga<sup>9</sup>.

Não obstante este percurso comum quanto à profissionalização, proteção e implementação, por parte dos poderes constituídos, das atividades culturais e criativas, registaram-se, no âmbito destas, diferenças significativas ao longo dos 40 anos de independência. São diferenças que têm, sobretudo, a ver com as modalidades artísticas em apreço e com as respetivas mundividências e exercícios de criatividade. De todas, a literatura foi, sem dúvida, a que permaneceu mais tempo comprometida com o projeto político do MPLA, sem que se possa, contudo, deduzir desse comprometimento qualquer empobrecimento estético. Se a palavra literária serviu como um instrumento de auto-consciencialização e de persuasão aos primeiros nacionalistas, alguns deles aliaram o desenho e a pintura à palavra. É o caso, entre outros, de Henrique Abranches, Costa Andrade e Luandino Vieira, um dos escritores angolanos com maior renome. Eles deram forma a uma das linhas evolutivas das artes plásticas angolanas. A presença em Angola, durante o período colonial, de artistas plásticos portugueses, tais como Neves e Sousa, Cruzeiro Seixas ou Alfredo Margarido (Pereira, 2011), permitiu, pela influência direta ou indiretamente exercida, a constituição de uma outra linha, de caráter mais exógeno, mas que, como acontece na maioria das situações africanas, não é de somenos importância para a explicação da emergência das artes plásticas modernas em Angola. Esta via, a da influência de artistas e mestres estrangeiros, mormente europeus, tem sido, aliás, apontada como a mais importante para o surgimento e a afirmação da arte africana contemporânea (Kasfir, 1999). Outra linha, igualmente significativa, na afirmação da arte contemporânea na África subsariana e em Angola, em particular, é a que é protagonizada pelo que se poderá designar por arte popular que, pela sua natureza, acaba por ser uma relação estreita, (mais) continuada, com a chamada arte tradicional.

Trata-se de um tipo de arte que se confunde muitas vezes com artesanato e que, no caso específico de Angola, atendendo ao percurso de dois artistas plásticos, descrito por Pepetela no seu último romance (*Se o passado não tivesse asas*, 2016), pode tal não significar ausência de qualidade estética. Os artistas plásticos em apreço, porque arreitados dos circuitos dominantes do comércio da arte, viram-se confinados, para a venda das suas obras, ao mercado de Benfica, localizado a sul de Luanda, então uma referência na venda de artesanato.

<sup>8</sup> Hoje UNAC-SA (União Nacional dos Artistas e Compositores – Sociedade de Autores).

<sup>9</sup> Embora o processo político pós-independência dos países africanos de língua portuguesa, conhecidos pela sigla PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) tivesse sido, no essencial, idêntico, registaram-se, no que à política cultural diz respeito, algumas diferenças. Se Moçambique, que atinge a independência dois meses antes de Angola, terá, no que respeita à institucionalização do mundo das artes, um percurso idêntico ao angolano, como similar foi igualmente a linha política seguida para a (re)construção do país, marcada pelo alinhamento com o Bloco Socialista, sob a liderança da Frelimo, o mesmo não aconteceu em Cabo Verde. A linha política adotada (neste país e na Guiné-Bissau), sob a égide do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), embora próxima da do MPLA e da Frelimo, delas se distinguiu pela existência de uma maior abertura política e por uma maior neutralidade no que respeita aos dois blocos da Guerra Fria. A influência do pensamento político de Amílcar Cabral, fundador do partido e seguramente o mais preparado politicamente dos dirigentes africanos de língua portuguesa, fez-se sentir no momento da independência dos respetivos países.

Muitos dos artistas a exporem no mercado são de origem estrangeira, como é, aliás, um dos artistas caracterizados por Pepetela. E, a este propósito, vale referir que Angola enquanto destino migratório de pessoas oriundas sobretudo da África central e ocidental, num fluxo de difícil controlo devido à extensão das fronteiras, tem, em contrapartida, beneficiado, sobretudo no que respeita ao artesanato e à arte popular, com as experiências de artistas vindos dessas regiões. Para além da referência de Pepetela, não terá sido por acaso que Edson Chagas entendeu Luanda, que alberga para cima de 6 milhões de habitantes, como uma “cidade enciclopédica” na exposição que apresentou na Bienal de Veneza.

De uma primeira fase, marcada por princípios ideológicos e estéticos em muito identificados com o marxismo e com o realismo socialista, conjuntura em que se insere a fundação da UNAP, os artistas, mormente os do *mainstream*, evoluíram para parâmetros menos comprometidos com o paradigma nacionalista. A política, mormente a imediata e a que tem a ver com as vicissitudes da construção nacional, deixou de ser preocupação e *leitmotiv* das suas criações. Começou tal viragem por ser apanágio do grupo de jovens artistas, os que se autodenominam de “Nacionalistas”, que, em finais dos anos 90 do século passado, revolucionaram a cena artística luandense, com a defesa, entre outros valores, da autonomia da produção artística. Sem descurarem os efeitos do passado colonial na sociedade e na identidade angolanas, os problemas que afligem as novas gerações de artistas plásticos passaram a ser de ordem mais geral e, como tal, mais transversais e menos datados no tempo. É o discurso discricionário do Ocidente sobre África (Nástio Mosquito, citado em *My African mind*, 2009), são os efeitos do capitalismo sobre as identidades locais (conferir a obra de Edson Chagas) ou ainda os efeitos de uma globalização perniciosa que preocupam os artistas das novas gerações. A internacionalização de carreira, surge, neste contexto, como um importante objetivo a ser atingido.

E, na verdade, parte desse objetivo tem sido almejado. O posicionamento do país no sistema internacional, conquanto em muito sustentado por uma economia excessivamente dependente do petróleo, tem ajudado à internacionalização dos seus artistas. As políticas públicas de apoio à arte e à criatividade têm igualmente ajudado. No fim, os governantes de hoje são os mesmos que, após alguma redenção ideológica, continuam, no que à cultura e às artes diz respeito, o apoio e a instrumentalização que haviam promovido, logo após a independência, sob influência marxista e soviética. Nem sempre com a devida transparência (Cowcher, 2014) e, como tal, suscetíveis de gerar injustiças.

Uma parte substancial dos apoios é despendida pelo Ministério da Cultura, que, em cooperação com a ENSA – Seguros de Angola, suporta financeiramente a estreia de Angola, em 2013, na Bienal de Veneza, arrecadando, enquanto representação nacional, o Leão de Ouro pelo projeto *Luanda, cidade enciclopédica*, constituído por 23 fotografias do artista plástico Edson Chagas. O pavilhão premiado acolheu ainda a exposição de pintura e escultura *Angola em movimento*, composta de obras provenientes da coleção da ENSA, na qual estão representados artistas como Francisco Van-Dúnem, António Ole, Fineza Teta e Marco Kabenda.

Outro grande patrocinador das artes no país tem sido a já referida ENSA- Seguros de Angola, empresa estatal que, no âmbito das suas obrigações sociais, tem implementado o ensino e a revelação de novos talentos, em Luanda e nas províncias. O país dispõe ainda de algumas fundações, que, mesmo nas circunstâncias em que a finalidade primeira não seja a promoção artística, acabam por ajudar, de uma forma ou de outra, a implementação destas. Não é este o caso da Fundação Sindika Dokolo, nascida em 2004, cujo propósito explícito é o da promoção artística e cultural<sup>10</sup>. Sindika Dokolo preside à fundação e Fernando Alvim, artista plástico, é o vice-presidente. A fundação dispõe de uma das maiores coleções de arte contemporânea africana<sup>11</sup> e proporcionou recentemente o retorno ao país de duas máscaras e uma estatueta *tshokwé*, numa ação de recuperação de património extraviado, que, num certo sentido, veio calar as vozes mais críticas sobre os princípios da fundação e dos seus promotores<sup>12</sup>. Pela mão de Fernando Alvim, a fundação participa igualmente na organização da Trienal de Luanda, evento que tem ajudado a projetar internacionalmente a cultura e as artes plásticas do país.

Portugal foi o país escolhido para a projeção internacional da fundação. Começou por patrocinar a organização de duas exposições sobre arte contemporânea africana, uma em Lisboa, no Museu Coleção Berardo, que decorreu de 30 de janeiro a 31 de março de 2013, intitulada *No fly zone. Unlimited mileage*, que teve como curadores Fernando Alvim, Simon Njami e Suzana Sousa; outra no Porto, na Galeria Municipal Almeida Garrett, de 19 de abril a 17 de maio de 2015, intitulada *You love me, you love me not* e igualmente comissariada por Fernando Alvim. Recentemente, a fundação adquiriu o edifício da casa do cineasta português Manoel de Oliveira para aí instalar a sua sede europeia e, a partir desse espaço, dinamizar a reflexão e a produção artística, num propósito dialoante, entre a Europa e a África.

Ao entender-se a sustentabilidade de uma economia ou de uma sociedade como a sua capacidade de reprodução *autopoiética* (Luhmann, 2002; Vermeer, 2006)<sup>13</sup>, como atrás foi referido, o contexto artístico em estudo não deixa de apresentar fragilidades e desequilíbrios que estão em linha de conta com as fragilidades da própria economia do país, excessivamente dependente da produção petrolífera. Pelo que é dado verificar a partir do testemunho de vários artistas, a que a imprensa tem dado relevo, a crise do preço do *crude* tem sido fatal para o setor, quer a nível do mercado, quer dos apoios estatais.

Estas fragilidades a nível comercial, de cariz imediato e com repercussões na qualidade de vida dos artistas profissionalizados, não têm tido tradução direta na qualidade

<sup>10</sup> A propósito, nomeadamente, do Pavilhão de África na Bienal de Veneza de 2007 (*Check-List Luanda Pop*), desenhado e suportado pela fundação.

<sup>11</sup> Um dos critérios que tem orientado o colecionador, de origem congoleza, genro do ex-Presidente da República de Angola, Eduardo dos Santos, e marido de uma das mulheres mais ricas de África, a empresária Isabel dos Santos, é o de não circunscrever a sua coleção à arte africana.

<sup>12</sup> Entre as críticas que lhe são imputadas, estão as que se relacionam com o Pavilhão de África (*Check-List Luanda Pop*), proferidas por Ben Davis num artigo intitulado "Art and corruption in Venice" (Cowcher, 2014).

<sup>13</sup> A designação tem outra origem que não nas ciências sociais e/ou humanas. Foi apropriada por Luhmann (2002), no que se tornou um elemento essencial na definição de sistema social. Conferir entre as críticas e recensões ao conceito de sistema social em Luhmann, a que é devida a Hans Vermeer (2006), que tem a particularidade de vir de alguém comprometido com a teoria da comunicação, elemento central na definição do conceito.

estética do que é produzido. Os mercados centrais desempenham, por norma, um papel “antropofágico” junto dos mercados periféricos, empobrecendo-os esteticamente devido ao esforço a que os seus atores são tentados a desenvolver no sentido de se adaptarem às formas estéticas dos colecionadores e demais agentes dos mercados centrais onde desejam vender as suas obras. Não me parece, porém, ser essa a postura dos artistas angolanos, mormente os do *mainstream*. Não deixando os mesmos de gravitar à volta dos poderes instituídos, quer políticos, quer económicos, têm sabido manter a autonomia que confere aos seus trabalhos autenticidade estética e cultural. Adriano Mixinge (2017), um dos críticos angolanos de arte com maior projeção, tem vindo a valorizar, nesse sentido, o que considera como “pintura de parede”, o fio condutor de uma trajetória que, iniciando-se nas pinturas rupestres de Tchitundu Hulu, acaba em artistas contemporâneos como António Ole e Yonamine, sem se esquecer do contributo de artistas coloniais como Neves e Sousa.

Aliás, o mesmo se tem passado, de uma maneira geral, com os escritores e com os músicos. O espírito crítico e a autenticidade estética continuam a ser um referente importante para o desenvolvimento das suas criações, características essas que, mesmo nas situações de maior comprometimento político, durante a vigência do regime político de partido único, não foram postas em causa, como o confirma, no que à literatura diz respeito, a emergência da sátira social, enquanto género ou subgénero literário.

A *título conclusivo*, apraz referir que, apesar das fragilidades, o contexto de produção artística angolano apresenta uma vantagem que é, porventura, a mais importante delas todas: a postura dos seus artistas. A importância que a primeira leva de dirigentes nacionalistas, de influência marxista, atribuiu à cultura e às artes permitiu a reunião de condições de produção artística, que hoje se perpetuam e que têm ajudado os artistas a enfrentarem contratempos de ordem estrutural e conjuntural, consolidando, em consonância, formas e estilos que atribuem autenticidade e identidade às artes do país. O regime de partido único do período imediatamente a seguir à independência foi, assim, no que a estes domínios diz respeito, suficientemente flexível para proporcionar a sua criatividade. ✍

## REFERÊNCIAS

- Amselle, J.-L. (2005). *L'art de la friche. Essai sur l'art africain contemporain*. Paris: Flammarion.
- Barthes, R. (1980/2012). *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70.
- Baumann, Z. (2015). *Arte, líquido?* Madrid: Sequitur.
- Becker, H. S. (1984). *Art worlds*. Berkeley: University of California Press.
- Bourdieu, P. (1998/2012). *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil
- Cowcher, K. E. (2014). Luanda onde está? Contemporary African Art and the Rentier State. *Critical Interventions. Journal of African Art History and Visual Culture*, 8(2), 140-159. DOI: 10.1080/19301944.2014.939524

- Freyre, G. (s.d.). *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Haney, E. (2010). *Photography and Africa*. Londres: Reaktion Books.
- Kasfir, S. L. (1990). *Contemporary African Art*. Londres: Thames & Hudson.
- Lessa, A. & Ruffié, J. (1957). *Seroantropologia de Cabo Verde: mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Luhmann, N. (1984/2002). *Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Lopes, B. (1956). *Cabo-Verde visto por Gilberto Freyre*. Praia: Imprensa Nacional.
- Marchart, O. (2014). The globalization of art and the 'Biennials of Resistance'. A history of biennials from the periphery. *World Art* 4(2), 263-276. Retirado de <https://doi.org/10.1080/21500894.2014.961645>
- Martins, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins, (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e iberoamericanas de Ciências Sociais e Humanas – O caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retirado de [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/iss\\_ue/view/223/showToc](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/iss_ue/view/223/showToc)
- Mixinge, A. (2009). *Made in Angola. Arte contemporânea, artistas e debates*. Paris: L'Harmattan.
- Mixinge, A. (2017, fevereiro). Sobre as tendências da arte actual em Angola: da criação aos novos canais de legitimação. *Artecapital*. Retirado de <http://www.artecapital.net/estado-da-arte-71>
- Muholi, Z. (2011). *Fotógrafas Africanas / African Women Photographers*. Madrid: La Fabrica Editorial / Casa África
- Nicodemus, E. (1999). Bourdieu out of Europe? In O. Oguibe & O. Enwezor, *Reading the contemporary. African art from theory to the marketplace* (pp. 75-85). Londres: Institute of International Visual Arts.
- Pereira, T. I. M. (2011). *Uma travessia da colonialidade. Intervisualidades da pintura, Portugal e Angola*. Tese de doutoramento, Belas-Artes (Pintura), Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal. Retirado de <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4631?locale=en>
- Porto, N. (2000). *Modos de objectivação da dominação colonial. O caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal. Retirado de <http://hdl.handle.net/10316/1587>
- Reckwitz, A. (2012/2014). *Die Erfindung der Kreativität. Zum Prozess gesellschaftlicher Aesthetisierung*. Berlin: Suhrkamp Verlag.
- Sontag, S. (1973/2015). *Ensaio sobre fotografia*. Lisboa: Quetzal.
- Venâncio, J. C. (1996). *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Editorial Vega.
- Venâncio, J. C. (1998). The region as a reference for artistic creativity: the importance of regional identity for the distinctiveness of the lusophone literatures. *Comparative Social Research*, 17, 177-197.
- Venâncio, J. C. (2000/2009). *O fato africano. Elementos para uma Sociologia da África*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editôra Massangana.

Venâncio, J. C. (2009 b). Falácias pós-coloniais. Manuel Figueira: De artista nacional em Cabo Verde a artista *outsider* em Portugal. *Revista Angolana de Sociologia*, 3, 145-154.

Vermeer, H. J. (2006). *Luhmann's "social systems" theory: preliminary fragments for a theory of translation*. Berlin: Frank & Time.

Wallerstein, I. (1974). *The modern world system I. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Nova Iorque: Academic Press.

Wallerstein, I. (1980). *The world-system ii: mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750*. Nova Iorque: Academic Press.

#### NOTA BIOGRÁFICA

Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior; Professor Titular Convocado da Universidade Agostinho Neto. Publicou vários trabalhos sobre Angola, Cabo Verde, Macau e Brasil. Merecem destaque os livros *Literatura e poder na África lusófona* (1992), *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica* (1996), *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos* (1996), *O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África* (2000) e *A dominação colonial. Protagonismos e heranças* (2005).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0428-1914>

Email: [jcvenancio@sapo.pt](mailto:jcvenancio@sapo.pt)

Morada: Universidade da Beira Interior, 6200 Covilhã.

\* Submetido: 08.05.2018

\* Aceite: 22.07.2018

## **PERIPHERAL CONTEXTS OF ARTISTIC CREATIVITY: THE ANGOLAN CASE**

**José Carlos Venâncio**

---

### **ABSTRACT**

After describing and discussing the conditions of artistic production in peripheral contexts, the course of the Angolan visual arts from the end of the colonial period to the present time is analysed, a period when these enjoy a relative international projection. This projection is the result of a double sustainability: on the one hand, the material conditions for creation and artistic production and, on the other hand, the sustainability or maintenance of an aesthetic pattern rooted in the tradition and history of the country.

### **KEYWORDS**

Angolan art, artistic production, periphery

---

## **CONTEXTOS PERIFÉRICOS DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA: O CASO ANGOLANO**

### **RESUMO**

Depois de se descrever e discutir as condições de produção artística em contextos periféricos, analisa-se o percurso das artes plásticas angolanas desde finais do período colonial até à atualidade, momento em que as mesmas desfrutam de uma relativa projeção internacional. Essa projeção é o resultado de uma dupla sustentabilidade: por um lado, as condições materiais de criação e produção artística e, por outro, a sustentabilidade ou manutenção de um padrão estético enraizado na tradição e na história do país.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Arte angolana; produção artística; periferia

---

Contrary to the optimism of some analysts (Marchart, 2014), the contexts of artistic production continue to reproduce the current asymmetries in the world economy and in the international system, so that, akin to economies and states, such contexts can be classified as central, peripheral and possibly semi-peripheral<sup>1</sup>. The Angolan artistic context, object of the present paper, is, following this nomenclature, peripheral. It is based

---

<sup>1</sup> In reference to the space of the countries with Portuguese as an official language, and characterising language as specific context for the production of knowledge, culture and art, Moisés Lemos Martins (2017) draws the attention to the fact that in that context lies the issue of hegemonic language and of scientific domination.

on social and aesthetic experiences that, for historical and colonial domination reasons, end up presenting similarities, interconnections and commitments to both the Portuguese reality and the geo-cultural situation of other countries and regions formerly colonised by Portugal. The analysis that will be carried out constitutes accordingly a part of a postcolonial reflection, revealing the extent/dimension of a domination that persists, namely in what concerns culture and aesthetics. It will focus on experiences and achievements within the so-called high culture, whose protagonists have benefited from the formal education implemented by the colonial system. This educational system, promoted in the context of modern colonialism, had, in turn, a double and ambivalent purpose: on the one hand, to form local interlocutors and technicians to enable the domination<sup>2</sup>, and, on the other hand, to avoid that the knowledge transmitted could equate the colonised with the colonisers, thus ensuring the perpetuation of the dependence, which those that legislated and governed always bore in mind.

Rethinking the artistic activity of Angola under this prism is tantamount to rethinking the respective context of cultural and artistic production in the light of its autonomy and sustainability, a purpose which not infrequently clashes with the relation of dependence inherited from the colonial system and prevailing in the postcolonial environment. The concept of “artistic context” matches with the one of artistic scene, and, at a more elaborate level, with that of “artistic field” introduced by Pierre Bourdieu (2012), and the idea of “art worlds” developed by Howard Becker (1984). The former, evidencing a more structural point of view of the relations among the elements that compose it, serves better the purpose of my argument<sup>3</sup>.

Therefore, I understand by artistic context the relations, both of an economic and aesthetic nature, which are established between the various actors who contribute to the achievement and affirmation of the work of art, from the moment of its production to that of its consumption or fruition. Sustainability refers in these terms to the economic autonomy of the production process of the work of art, understood as a normal professional activity, and the preservation of an aesthetic meaning rooted in the society that hosts it.

Among the functions of art I count that of personal fulfilment and self-esteem, which contributes to the psychological well-being not only of the artist itself but also of those who enjoy or contemplate his work as well, possibly contributing, in some circumstances, to their identity construction process, for personal fulfilment cannot be grasped separately from the construction of identity, either in the personal or social dimension. The latter, can be related to territorial contexts, referring, in such situation, a national, regional or local dimension, or simply be related to more global and cosmopolitan referents. The two references are not mutually exclusive, they usually coexist (Venâncio, 1998).

---

<sup>2</sup> This specific concern is not new in Angola. Although in the XVII and XVIII centuries the Jesuits already educated their slaves in various manual trades, so as to increase their value in the South and Central American destination markets, they provided them with no intellectual skills whatsoever.

<sup>3</sup> Pierre Bourdieu developed the concept thinking about the positioning of art and artistic creativity in European and / or Western contexts. It is, in fact, a concept that functions, above all, in free market situations, and the tensions and social hierarchies that characterise it are of an infrastructural nature, as Evelyn Nicodemus (1999) writes. However, this does not mean that we can not use it in an open and relational perspective, involving close and hierarchical production contexts, such as those arising from the colonial relationship.



The social dimension conditions the act of creation in two ways: through the personal and subjective motivation, expressing previously acquired identities and ideological predispositions, or by external imperatives imposed through of political doctrines, public policies (developed in many circumstances in accordance with these doctrines) or through diffuse and indeterminate influences resulting from the internationalisation of the economy, markets and ways of life. Whatever the case may be, the creative act is conditioned and valued by social and aesthetic practices (in the sense of the Marxist *praxis*) that serve as a paradigm, serving an important function of integration in the society, notwithstanding the differences and inequalities that the latter reflects. Such differences, of social and educational nature, can be lessened or eradicated with the contribution of public policies, leading to a deeper consolidation of the respective artistic contexts. I mention at this point the so called public policies since it is in fact difficult to understand the development of such spaces of creativity independently from the policies that condition and regulate them.

Art (whether popular, erudite or academic) and development are parts of the same binomial. All be it that they have been always important in the lives of people and societies, never was the relation of causality between one and another so evident and exploited as nowadays. In this regard, Andreas Reckwitz (2014, p. 133) points out the process that led to the aestheticisation of the economy through the creativity and the spirit of innovation that emerged as a paradigm around 1980, replacing the post-Fordism and the precepts that involved the so-called disorganised capitalism. It was a process of transformation that, in turn, is not to be understood, following Reckwitz (2014), as a pure reaction to the economic and financial crisis of the early 1970s. The turning point is brought about by the creative industries and the design economy, phenomena that have recently led to the emergence of the so-called creative, intelligent or liquid cities (Baumann, 2015). Such achievements and the critical cultural tourism (valuing the citizen more than the consumer) have provided a social development from which also the artists have benefited. The potential market for their works has thus been enhanced.

There are many artistic modalities and artistic circuits benefiting from this paradigm shift. Music and the visual arts are probably the greatest beneficiaries, although the so-called conventional plastic arts, painting, drawing, engraving, and sculpture should not be excluded. Notwithstanding the prevalence of a modernity which, being liquid, is tempted to privilege, in art and in other manifestations of life, the ephemeral, the disposable, to the detriment of the enduring (the fruit of a consumerism foretold by Marx two centuries ago), the works of art, especially those of painting, tend, owing to their lasting nature, to become financial assets, in a process to which many players contribute and which is based on a supposed aesthetic and technical quality. It is, in fact, a process which, in its essence, is similar to that which the economic anthropology (Schneider 1970) developed in relation to the characterisation of the primitive money. In addition to the aforementioned durability I refer the mobility, divisibility and, above all, the rarity, resulting from the artisanal and unique nature of the production process in the plastic arts (Sontag, 2015)<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> These characteristics are also present in other artistic modalities, for example in photography, each shot always unique and unrepeatable, depending on factors such as the photographer's disposition, light conditions and so forth. Yet, what

Obviously, the consistency and sustainability of the fields or worlds of art depend on other factors, such as the educational and professional level of artists and other actors involved in the commercial circuit of artistic objects (gallerists, museum directors, artistic agents, collectors, etc.) and on the nature of the internal market of the countries or regions to which they belong. Thus, unstructured economies and / or markets can hardly match a structured art and circuit market. It's a matter of homology. The fragilities in the production, commercialisation and consumption of the national or regional markets naturally end up being reflected in the circuits of art.

This is, to a certain extent, the situation of a significant part of the countries of the so-called Third World, a term coined by the French demographer Alfred Sauvy and the sociologist Georges Balandier after World War II, to designate the group of countries and people living on the periphery of the industrialised world or in a position of subalternity in relation to it. This position is due to various factors. The fact that many of these societies have been colonised by European powers since the sixteenth century is understood, especially in the perspective of Marxist theories (I refer to the theories of dependence, of the world-system, as well as to the recent postcolonial theories<sup>5</sup>), as the determining factor of the positioning that has been mentioned.

Portugal was one of the referred colonial powers. From its Atlantic expansion and subsequent colonial relationship emerged the Angolan society, whose characteristics are reminiscent of both the nature and dynamics of the colonial empire that lasted over five centuries<sup>6</sup>, as well as of local geographic and demographic conditions.

Angola reflects a process of colonisation that is not exactly identical to that of most of the countries of continental Africa, in that the Portuguese territorial occupation was effective in the region since the sixteenth century, i.e., during the mercantilist period. Luanda was founded in the year 1576 and Benguela 1617.

---

happens with the technical reproduction is quite different. The value that certain photographs reach on the market, at a time when technology allows the replication of the photographs, is, in fact, the result of a convention – as is the case of the non-use value objects used as primitive money, which translates a compromise of the parties involved, in which the previously numbered photographs will not (or should not be) reproduced. On the relationship between photography and painting, see Barthes (2006), and especially Sontag (2015). The latter author draws attention to a characteristic, that of presence, which Walter Benjamin had restricted to the work of art before its technical reproducibility, but which, according to Sontag, although “no photograph is an original in the sense that a painting is always, there is a great difference between what we can call originals – prints made from the original negative at the time (...) that the picture was taken – and subsequent generations of the same photograph” (Sontag, 2015, p. 140). Digital photographs do not change the logic of this argument, because there is always a moment in which the photographer, even after computer editing, finishes the photograph and that moment, like that of its recording, is also, irreversible.

<sup>5</sup> In such theories, inspired by the concept of primitive accumulation of capital, as the concept was reviewed by Karl Marx, it is understood that there is a structural causal relationship between colonial action, colonialism and the underdevelopment of such societies.

<sup>6</sup> There is not consensus within historiography regarding the extent of European colonialism in Africa at the sixteenth century. There are, however, situations of colonisation and domination, such as the islands of Cape Verde and the urban centres of Luanda and Benguela and their respective hinterlands, where, in fact, the European presence was felt in an integrated way, conditioning the life of dominated populations in a way that changed little in relation to the subjugation that ensued after the division of Africa at the Berlin Conference (1884-85). In order to highlight the difference between one period and another, historians and anthropologists have adopted the term “archaic colonialism” for the first period and that of “modern colonialism” to identify the occupation of the second period, which took place under industrial capitalism (see Venâncio, 2009)

It was a confrontational presence, a conquest marked by a constant war effort that led the greatest Portuguese chronicler of this period to reside in Angola, António de Oliveira Cadornega (1623-1690), to entitle the book in which he describes it the *General History of the Angolan wars* (1681). The latent and explicit conflict did not impede the emergence of a hybrid society, which, like the Cape Verdean and Sao Tome island societies (constituted at the base of slaves coming from the continent), can be understood as Creole, designation that, however, remains controversial. It is not accepted by a part of the Angolan intelligentsia, especially by those who are close to the MPLA (Movement for the Liberation of Angola), for reasons related to the fact that the leaders of the other movements of liberation imputed to them the stigma of non-belonging to the country. The reaction to the designation translates, in these terms, an effort towards their legitimisation as “Angolans”, which has become so much more pressing because a part of them, to which also mestizos and whites belong, constitutes a long “westernised” elite, with weak ethnic ties, constituting, in this condition, a status group culturally and historically differentiated from the majority of the population.

The Angolan art field, as it happens with the literary one, expresses, as expected, this and other idiosyncrasies, which appear associated to either the production, mediation or even the internal consumption of artistic and cultural goods.

Literature had in lusophone Africa an important and differentiate role in the awareness of colonialism. The differentiation was a reminiscence of the colonial rule itself. The geographical location of each colony, the human and cultural composition of each colony, its importance to the economic vitality of the empire are factors, among others, that have been taken into account in such differentiation. One characteristic, however, was common to all: the absence of higher education structures until the early 1960s, when the first universities were instituted in Angola and Mozambique. Many young people were, therefore, forced to move to Portugal to continue their studies, where they met with their colleagues from other colonies and, also owing to the contribution of the anti-fascist sectors of the Portuguese society, became aware of the injustices of the colonial system. The information available to them in the Portuguese academic milieu, though scarce due to the prevailing dictatorship, was much more varied than that which had been available in the colonies.

The Casa dos Estudantes do Império [House of the Students of the Empire], based in Lisbon and Coimbra, was one of the spaces where this political maturation, transforming “overseas students” into nationalistic leaders, took place. And such transformation became later a determining factor in the formation of liberation movements such as the PAIGC (African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde), MPLA, Frelimo (Liberation Front of Mozambique) and MLSTP (Liberation Movement of São Tomé and Príncipe), all constituting, for reasons of coordination of the anti-colonial struggle in international terms, the CONCP (Conference of Nationalist Organizations of the Portuguese Colonies).

As a common feature, these movements had, on the one hand, the fact that their leaders had a Portuguese experience and, on the other hand, the adherence to the

Marxist ideological universe, to the Soviet bloc and, in African terms, to the group of countries aligned with Casablanca<sup>7</sup>. After the independence, it was these organisations that assumed the political power and their leaders, aiming at their self-legitimation as “genuine” African politicians, promoted the integration of the territorial peripheries and corresponding ethnic groups into the national space, founded such socio-professional organisations linked to literature and art with the explicit purpose of contributing to the constitution of a national consciousness. The experience they brought from the Portuguese academic milieu and the House of Students of the Empire helped them achieve such objectives. Also important was the knowledge (scarce but meeting its purpose) they had of the Soviet revolution which, by virtue of Marxist aesthetics and socialist realism (the imposed style by the Communist Party after 1932), had put art and literature at the service of the revolution and politics.

In conformity with those political intentions, one month after the country’s independence, in a context of political instability that foretold the long civil war that followed, the Angolan Writers’ Union (UEA) was created, whose general assembly was presided by Agostinho Neto, the first president of the then called People’s Republic of Angola. The influence of political power was more than evident.

In pursuance of the same objective of socio-professional framing of artists and writers, the National Union of Plastic Artists (UNAP) was founded two years later, on October 8, 1977, and a few years later, on September 9, 1981, the National Union of Artists and Composers (UNAC)<sup>8</sup> was proclaimed as a public institution, with the participation of singers such as Rui Mingas, Waldemar Bastos and Filipe Mukenga<sup>9</sup>, among others.

Notwithstanding this common path as to the professionalisation, protection and implementation of the cultural and creative activities by the constituted powers, significant differences within the scope of the 40 years of independence were registered. These differences have to do, above all, with the artistic modalities in question and with their respective world-views and *praxis* of creativity. Among these modalities, the literature, was undoubtedly the one that was longest committed to the political project of the MPLA, which, however, did not conduce to an aesthetic impoverishment. Such is the case of, among others, Henrique Abranches, Costa Andrade and Luandino Vieira, one of the most

---

<sup>7</sup> The opposite group of countries, of a pro-Western political orientation, became known as the Monrovia group. The later constitution in 1963 of the Organization of African Unity (OAU) is the result of a compromise between the two groups, although the ideological division continued to be felt practically until the end of the Cold War, until the so-called democratisation processes. These processes have been, in fact, more formal than real, so that, with some irony, they were known as “Paristroika” in the French-speaking countries.

<sup>8</sup> Currently UNAC-SA (National Union of Artists and Composers – Society of Authors)

<sup>9</sup> Although the post-independence political process of the Portuguese-speaking African countries known as the PALOP (African Countries of Portuguese Official Language) had been essentially identical, some differences in cultural policy prevailed. If Mozambique, which gained independence two months before Angola, had a path similar to that of Angola in the establishment of the art world, differences are to be found in the case of Cape Verde. The political line adopted (in this country and in Guinea-Bissau), under the aegis of the PAIGC (African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde), although close to that of the MPLA and Frelimo, distinguished itself, exhibiting a greater openness and a greater neutrality with regard to the two blocs of the Cold War. The influence of the political thought of Amílcar Cabral, founder of the party, assassinated in 1973, and certainly the most politically prepared of the Portuguese-speaking African leaders, was felt at the moment of the independence of the respective countries.

renowned Angolan writers. They initiated one of the mainstreams of the Angolan plastic arts. The presence in Angola of Portuguese plastic artists, such as Neves e Sousa, Cruzeiro Seixas and Alfredo Margarido (Pereira, 2011) during the colonial period, allowed the constitution of another mainstream, more exogenous, that also played a significant role in the formation of the Angolan contemporary art. This path, namely the influence of foreign artists and masters, especially Europeans, has been pointed out as the most important factor for the emergence and affirmation of contemporary African art (Kasfir, 1999).

Another mainstream, equally significant in the consolidation of contemporary art in sub-Saharan Africa and Angola, is the popular art, which by its nature turns out to have a close relationship with the so-called traditional art.

This type of art is often confused with handicrafts and, in the specific case of Angola, considering the career of two artists described by Pepetela in his last novel (*Se o passado não tivesse asas*, 2016), does not necessarily imply an absence of aesthetic quality. The plastic artists in appreciation, prevented from reaching dominant circuits of the Angolan art market, were confined, for the sale of their works, to the local market of Benfica, located south of Luanda, at the time a reference in the sale of handicrafts.

Many of the artists exhibiting in this local market are of foreign origin, as is incidentally the case of one of the artists characterised by Pepetela. And regarding this particularity, it is worth mentioning that Angola became a migratory destination of people coming mainly from Central and Western Africa, in a flow of difficult control owing to the extension of the borders. On the other hand, the country also benefited from the experience of artists coming from these regions, especially with regard to crafts and popular art. In addition to Pepetela's reference, it was not by chance that Edson Chagas introduced Luanda, which houses more than six million inhabitants, as an "encyclopedic city" in the awarded exhibition he presented at the Venice Biennale.

From a first phase, marked by ideological and aesthetic principles identified with Marxism and socialist realism, in which the foundation of UNAP occurred, the artists, especially those from the mainstream, have evolved into parameters less committed to the politics nationalist paradigm. Politics, especially the immediate one and the one that has to do with the vicissitudes of the national construction, ceased to be a concern and *leitmotiv* of their creations. This was the turning point for the group of young artists, that identified themselves as "Nationalists", who in the late 90s of the last century renewed the art scene in Luanda, defending, among other values, the autonomy of artistic production. Without neglecting the effects of the colonial past on the Angolan society and identity, the problems that afflict this generation have become more universal and, as such, less dated in time. It is the Western discretionary discourse on Africa (see Nástio Mosquito, cited in *My African mind*, 2009), the effects of capitalism on local identities (see the work of Edson Chagas) or those of a pernicious globalisation that worry the artists of the new generation. The internationalisation of the careers, in this context, emerges as an important goal to be achieved.

This goal has been in part achieved. The positioning of the country in the international system, even if highly supported by an economy overly dependent on oil, has

helped the internationalisation of its artists. Public policies in support of art and creativity have also helped. In the end, the rulers of today are the same ones who, after some ideological redemption continue to support the culture and the arts, following the Marxist and Soviet model, even if not always with due transparency (Cowcher, 2014) and, as such, in a way susceptible to generate injustice.

A substantial part of the support is provided by the Ministry of Culture, which, in cooperation with ENSA – Seguros de Angola, contributed with financial support to the presence of Angola in 2013 at the Venice Biennale, collecting, as a national representation, the Golden Lion by project *Luanda, encyclopedic city*, consisting of 23 photographs of the artist Edson Chagas. The award-winning pavilion also hosted the exhibition of painting and sculpture *Angola in movement*, composed of works from the ENSA collection, which included artists such as Francisco Van-Dúnem, António Ole, Fineza Teta and Marco Kabenda.

Another major sponsor of the arts in the country has been the aforementioned ENSA – Seguros de Angola, a state-owned company that, within the framework of its social obligations, has implemented the teaching and revealing of new talents in Luanda and in the provinces. There are also some foundations, which, even though their primary function is not the artistic promotion, end up contributing, in one way or another, to the implementation of art. This is not the case of the Sindika Dokolo Foundation, created in 2004 with the explicit purpose of artistic and cultural promotion<sup>10</sup>. Sindika Dokolo presides over the foundation and Fernando Alvim, a plastic artist, is the vice-president. The foundation has one of the largest collections of contemporary African art<sup>11</sup> and has recently promoted the return to the country of two tshokwé masks and a statuette in an initiative that can be understood as a recovery of lost heritage. This action silenced the voices critical about the principles of the foundation and its promoters<sup>12</sup>. At the hands of Fernando Alvim, the foundation also participates in the organisation of the Luanda Triennale, an event that has helped project the Angolan culture and plastic arts internationally.

Portugal was the first country chosen for the international projection of the foundation. It began by sponsoring two exhibitions on contemporary African art, the first, entitled *No fly zone. Unlimited mileage*, was curated by Fernando Alvim, Simon Njami and Suzana Sousa and took place in Lisbon at the Berardo Collection Museum from January 30 to March 31, 2013; the second, entitled *You love me, you love me not*, took place in Porto, at Galeria Municipal Almeida Garrett from April 19 to May 17, 2015. It was also curated by Fernando Alvim. The foundation recently acquired the house of the Portuguese filmmaker Manoel de Oliveira to set up its European headquarters and to provide, from this space, reflection and artistic production for a dialogue between Europe and Africa.

<sup>10</sup> In particular, the Pavilion of Africa at the 2007 Venice Biennial (*Check-List Luanda Pop*), designed and supported by the foundation.

<sup>11</sup> One of the criteria that has guided the collector of Congolese origin, the son-in-law of the former President of Angola, Eduardo dos Santos, and the husband of one of the richest women in Africa, the businesswoman Isabel dos Santos, is not to circumscribe his collection to African art.

<sup>12</sup> Among the criticisms targeted at him, those related to the African Pavilion (*Check-List Luanda Pop*) are to be found, as uttered by Ben Davis in an article entitled “Art and corruption in Venice” (Cowcher, 2014).

By understanding the sustainability of an economy or a society as its capacity for autopoietic reproduction (Luhmann, 2002; Vermeer, 2006)<sup>13</sup>, the artistic context in focus does not fail to present fragilities and imbalances that are in line with the weaknesses of the country's own economy, excessively dependent on oil production. As can be verified by the testimony of several artists highlighted by the press, the crisis in the price of crude oil has been fatal for the sector, both in terms of market and state aid.

These economic weaknesses with repercussions on the quality of life of professional artists, have not been directly translated into the aesthetic quality of what is produced. Central markets usually play an “anthropophagic” role in peripheral markets, impoverishing them aesthetically due to the effort that their actors are tempted to develop in order to adapt to the aesthetic forms of collectors and other players in the central markets, which was not the case of the Angolan artists, especially those of the mainstream. They did not neglect the established powers (both political and economic), but they have been able to maintain the autonomy that confers aesthetic and cultural authenticity to their work. Adriano Mixinge (2017), one of the Angolan critics of art with greater projection, has come to value, in this sense, what he considers as “painting of wall”, the guiding thread of a trajectory that, starting in the cave paintings of Tchitundu Hulu, ends up with contemporary artists like António Ole and Yonamine, without forgetting the contribution of colonial artists like Neves e Sousa.

In fact, the same thing has happened, in general, with writers and musicians. Critical spirit and aesthetic authenticity continue to be an important reference for the development of their creations, characteristics that, even in situations of greater political commitment (during the validity of the single-party political regime), were not neglected, as confirmed by the emergence of a very incisive social and political satire in the case of the literary creativity.

In conclusion, it is worthy of note that, despite its weaknesses, the Angolan artistic production context presents an advantage that is perhaps the most important of all its characteristics: the posture of its artists. The importance that the first generation of nationalists, influenced by the Marxist ideology, attached to the culture and artistic production perpetuates and helps today the artists face structure and conjuncture related setbacks, preserving forms and styles that provide their production with authenticity and identity. The single-party regime of the period immediately post-independence was thus sufficiently flexible to value and support the cultural authenticity of the country. ✍

Translation: José Carlos Venâncio and Jaime Lebre

<sup>13</sup> The origin of this designation is not to be found in the social and / or human sciences. It was appropriated by Luhmann (2002), and became an essential element in his definition of social system. Regarding the many criticisms and reviews to the concept of social system in Luhmann, see Vermeer (2006), who has the peculiarity of coming from the linguistics and theory of communication areas, a central element in the definition of the concept.

## REFERENCES

- Amselle, J.-L. (2005). *L'art de la friche. Essai sur l'art africain contemporain*. Paris: Flammarion.
- Barthes, R. (1980/2012). *A câmara clara*. Lisboa: Edições 70.
- Baumann, Z. (2015). *Arte, líquido?* Madrid: Sequitur.
- Becker, H. S. (1984). *Art worlds*. Berkeley: University of California Press.
- Bourdieu, P. (1998/2012). *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil
- Cowcher, K. E. (2014). Luanda onde está? Contemporary African Art and the Rentier State. *Critical Interventions. Journal of African Art History and Visual Culture*, 8(2), 140-159. DOI: 10.1080/19301944.2014.939524
- Freyre, G. (s.d.). *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Haney, E. (2010). *Photography and Africa*. Londres: Reaktion Books.
- Kasfir, S. L. (1990). *Contemporary African Art*. Londres: Thames & Hudson.
- Lessa, A. & Ruffié, J. (1957). *Seroantropologia de Cabo Verde: mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Luhmann, N. (1984/2002). *Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Lopes, B. (1956). *Cabo-Verde visto por Gilberto Freyre*. Praia: Imprensa Nacional.
- Marchart, O. (2014). The globalization of art and the 'Biennials of Resistance'. A History of biennials from the periphery. *World Art* 4(2), 263-276. DOI: 10.1080/21500894.2014.961645
- Martins, M. L. (2017). Comunicação da ciência, acesso aberto do conhecimento e repositórios digitais. O futuro das comunidades lusófonas e ibero-americanas de Ciências Sociais e Humanas. In M. L. Martins, (Ed.), *A internacionalização das comunidades lusófonas e iberoamericanas de Ciências Sociais e Humanas – O caso das Ciências da Comunicação* (pp. 19-58). Vila Nova de Famalicão: Húmus. Retrieved from [http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs\\_ebooks/iss\\_ue/view/223/showToc](http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/iss_ue/view/223/showToc)
- Mixinge, A. (2009). *Made in Angola. Arte contemporânea, artistas e debates*. Paris: L'Harmattan.
- Mixinge, A. (2017, fevereiro). Sobre as tendências da arte actual em Angola: da criação aos novos canais de legitimação. *Artecapital*. Retrieved from <http://www.artecapital.net/estado-da-arte-71>
- Muholi, Z. (2011). *Fotógrafas Africanas / African Women Photographers*. Madrid: La Fabrica Editorial / Casa África
- Nicodemus, E. (1999). Bourdieu out of Europe? In O. Oguibe & O. Enwezor, *Reading the contemporary. African art from theory to the marketplace* (pp. 75-85). London: Institute of International Visual Arts.
- Pereira, T. I. M. (2011). *Uma travessia da colonialidade. Intervisualidades da pintura, Portugal e Angola*. Doctoral thesis, Belas-Artes (Painting), University of Lisboa, Lisboa, Portugal. Retrieved from <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/4631?locale=en>
- Porto, N. (2000). *Modos de objectivação da dominação colonial. O caso do Museu do Dundo, 1940-1970*. Doctoral thesis, Coimbra University, Coimbra, Portugal. Retrieved from <http://hdl.handle.net/10316/1587>



- Reckwitz, A. (2012/2014). *Die Erfindung der Kreativität. Zum Prozess gesellschaftlicher Aesthetisierung*. Berlin: Suhrkamp Verlag.
- Sontag, S. (1973/2015). *Ensaio sobre fotografia*. Lisboa: Quetzal.
- Venâncio, J. C. (1996). *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Editorial Vega.
- Venâncio, J. C. (1998). The region as a reference for artistic creativity: the importance of regional identity for the distinctiveness of the lusophone literatures. *Comparative Social Research*, 17, 177-197.
- Venâncio, J. C. (2000/2009). *O fato africano. Elementos para uma Sociologia da África*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editôra Massangana.
- Venâncio, J. C. (2009 b). Falácias pós-coloniais. Manuel Figueira: De artista nacional em Cabo Verde a artista *outsider* em Portugal. *Revista Angolana de Sociologia*, 3, 145-154.
- Vermeer, H. J. (2006). *Luhmann's "social systems" theory: preliminary fragments for a theory of translation*. Berlin: Frank & Time.
- Wallerstein, I. (1974). *The modern world system I. capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press.
- Wallerstein, I. (1980). *The world-system II: mercantilism and the consolidation of the European world-economy, 1600-1750*. New York: Academic Press.

## BIOGRAPHICAL NOTE

Full Professor at the University of Beira Interior; Visiting Professor at Agostinho Neto University. He has published several works about Angola, Cape Verde, Macao and Brazil. Worthy of mention are the books *Literatura e poder na África lusófona* (1992), *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de Sociologia Histórica* (1996), *Colonialismo, antropologia e lusofonias. Repensando a presença portuguesa nos trópicos* (1996), *O facto africano. Elementos para uma Sociologia de África* (2000) and *A dominação colonial. Protagonismos e heranças* (2005).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0428-1914>

Email: [jcvenancio@sapo.pt](mailto:jcvenancio@sapo.pt)

Address: Universidade da Beira Interior, 6200 Covilhã.

\* Submitted: 08.05.2018

\* Accepted: 22.07.2018



---

## **JUVENTUDE URBANA E REDES SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS CONECTADOS DESAMPARADOS**

Décio Tsandzana

---

### **RESUMO**

Nos últimos 10 anos, os estudos sobre a participação política por intermédio das redes sociais marcam o debate na área dos estudos dos média. Em Moçambique, de forma particular, e no mundo, de forma geral, a juventude representa o centro galvanizador que encontra no uso das redes sociais uma ferramenta quase ideal de expressão sobre as suas frustrações decorrentes da sua situação de gritante miséria social – desemprego e incerteza de vida constante a que os jovens se encontram expostos. Com o presente artigo, pretendemos analisar o papel das redes sociais, concretamente o Facebook, no engajamento político e social da juventude urbana em Moçambique, considerando um horizonte que abarca os últimos quatro anos, 2014-2017. Como resultado, concluímos que embora a sua expansão nos últimos anos, as redes sociais ainda não podem ser consideradas, no seu todo, como espaços que permitam uma efectiva participação política da juventude, decorrente do facto de a internet ser menos abrangente, por um lado, e do fraco interesse da juventude em questões políticas em Moçambique, por outro.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Juventude; redes sociais; participação política

---

## **URBAN YOUTH AND SOCIAL NETWORKS IN MOZAMBIQUE: THE POLITICAL PARTICIPATION OF THE *HELPLESS CONNECTED***

### **ABSTRACT**

In the last 10 years, studies on political participation through social networks have marked the debate in the field of media studies. In Mozambique, particularly, and in the world, in general, youth represent the galvanizing centre that finds in the use of social networks an almost ideal tool of expression about their frustrations due to their situation of blatant social misery – unemployment and constant life uncertainty to which youth are exposed. With this article, we intend to analyse the role of social networks, specifically Facebook, in the political and social engagement of urban youth in Mozambique, considering a timeline that covers the last four years, 2014 to 2017. As a result, it is concluded that, despite the expansion of social networks in recent years, they cannot yet be considered as spaces for effective political participation by youth, due to the fact that the internet is less comprehensive, on the one hand, and the weak youth interest in political issues in Mozambique, on the other.

### **KEYWORDS**

Youth; social networks; political participation

---

## INTRODUÇÃO

Actualmente, com a crescente desconfiança sobre os métodos tradicionais de participação política baseados no voto, os níveis de abstenção eleitoral e o fraco engajamento pela política usual mostra-se em alta, praticamente, em todo o mundo. Porém, em contrapartida, a emergência das redes sociais representa a abertura de um espaço dinâmico com novas formas de participação cívico-política.

No presente artigo, um dos primeiros elementos a ter em conta é o da compreensão do que consideramos participação política, uma discussão que, no seio das ciências sociais não colhe consenso, segundo Norris (2003). Porém, julgamos antes ser necessário definir o termo ‘participação’ que, para além de ser polissémico, autores como Bordenave (1983, p. 23) consideram que o mesmo significa “fazer parte, tomar parte ou ter parte”. O autor prossegue dizendo que de nada adianta “fazer parte” sem “tomar parte”, como, por exemplo, alguém que faz parte de um grupo, mas não toma parte das decisões do mesmo. Em termos políticos, podemos afirmar que a participação é vista como “o conjunto de actividades individuais ou colectivas que podem influenciar os governados sobre o funcionamento do sistema político”, como aponta Braud (2014, p. 353). Por outro lado, Nay (2014, p. 419), afirma que a participação política é

o conjunto de práticas (voto, protesto, activismo e participação em reuniões públicas), bem como manifestações de interesse (para aprender sobre política ou falar de política) dos governantes e dos cidadãos em relação aos assuntos públicos que afectam a comunidade, a região, o Estado ou mesmo toda a humanidade.

Para nós, a definição de Nay (2014) é interessante, visto que destaca, para além da votação, o activismo político como uma das formas integradas na participação política. No campo da ciência política, o voto ainda é reconhecido como a modalidade essencial de participação política, o que podemos chamar de “boa participação”. Porém, nos últimos anos regista-se o surgimento de novas formas de participação que se materializam em movimentos e organizações sociais, por intermédio de outras práticas como: realização de greves, boicotes, petições e manifestações com vista a influenciar os governos, o que podemos chamar de “má participação”. Esta tendência é derivada do esgotamento político por parte dos cidadãos e conseqüente decepção com o voto como o único mecanismo de participar politicamente, como aponta Dahlgren (2003). Assim, as redes sociais e outras formas de comunicação virtual mostram-se como essenciais, porque permitem a troca de informação com as contrapartes e com uma população desinformada. De acordo com Castells (2001, p. 9), “uma rede é um conjunto de ligações interconectadas – modos de organização com benefícios extraordinários, porque eles são naturalmente flexíveis e adaptáveis, qualidades essenciais para sobreviver e prosperar em um ambiente em rápida mudança”. Mais amplamente, uma rede social pode ser uma estrutura social da internet, em que os elementos são constituídos por organizações ou indivíduos, e cujos elos representam as interações estabelecidas (político, corporativo, de serviço, familiar, amigável, de acordo com o interesse e assim por diante). A principal

função de cada rede é, acima de tudo, a comunicação em massa e a transmissão de conhecimentos que serão examinados em maior detalhe em nossa pesquisa.

Por um lado, autores como Matos (2009) mostram-nos que as redes sociais podem ser um conjunto de espaços físicos e imateriais, onde os agentes sociais podem efectivar sua participação no processo de comunicação pública, uma demonstração que interessa estudar no presente artigo. Já Pereira (2011, p. 16) explica que o potencial da internet concentra-se em

atingir indivíduos que, a princípio sem vinculações políticas às instituições clássicas de organização da sociedade civil, estejam dispostos, desde que sejam 'devidamente' convencidos, a participar de acções específicas de protesto, cibernéticas ou não, que tenham alguma identidade com seus interesses e percepções de mundo.

Destacamos aqui como exemplo que desde a *primavera árabe*<sup>1</sup>, é cada vez mais recorrente observar que os jovens, em vários cantos do mundo, têm usado a tecnologia para se mobilizarem em torno das questões que os afectam. Por um lado, tal como afirma Luvizotto (2016, p. 301), com a internet e as redes sociais, as formas de comunicação e consumo de informação se modificaram, deixando de ser unilaterais – marca dos meios de comunicação de massa – e passam a ser mais participativas e democráticas. Ou seja, a informação circula com maior fluidez e o seu alcance é amplo, se comparado com outras ferramentas de média. Para além de diminuir a distância e o custo, a internet (com destaque para as redes sociais como o Facebook), revolucionou a forma como a comunicação é exercida, sendo que os actores políticos tentam capitalizar amplamente esse fenómeno, mesmo considerando os últimos escândalos – como é o caso da Cambridge Analytica (CA)<sup>2</sup>.

Por outro, as redes sociais dão origem a novas transformações em nossas vidas diárias, de forma dinâmica, e em constante mudança. Aqui, referimo-nos concretamente ao fenómeno designado *uberização*, que é amplamente aclamado pelos jovens que encontram um espaço ideal e um discurso de rebelião contra o *velho mundo* que não dá espaço suficiente para eles, segundo Larrouy (2017, p. 56). Na mesma dimensão, observa-se o surgimento do chamado “jornalismo-cidadão”<sup>3</sup> uma prática que desempenha um papel fundamental para o crescente desenvolvimento da participação política e cívica dos cidadãos por intermédio de *blogs* e fóruns de debate no Facebook, Twitter e em outras plataformas de interacção (som, escrita, imagem).

Ao longo do artigo, vamos concentrar-nos na análise sobre os contornos da participação cívica e política da juventude urbana de duas cidades de Moçambique por

<sup>1</sup> Foi uma onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no Médio Oriente e no Norte da África a partir de 18 de Dezembro de 2010. De forma concreta houve revoluções na Tunísia e no Egipto.

<sup>2</sup> Em 2016, a CA trabalhou para a campanha presidencial de Donald Trump e também para a do Brexit, visando a saída do Reino Unido da União Europeia.

<sup>3</sup> Ver o movimento Olho do Cidadão-Txeka em Moçambique, constituído por jovens bloguistas que usam as redes sociais para monitorar a governação.

intermédio das redes sociais, concretamente o Facebook, num horizonte compreendido de quatro anos (2014-2017), designadamente, as Cidades de Maputo e da Beira, dois centros urbanos que marcam o cenário político moçambicano, sendo que a Cidade de Maputo encontra-se sob governação do partido no poder, Frente de Libertação de Moçambique – Frelimo, e a cidade da Beira sob gestão do partido da oposição, Movimento Democrático de Moçambique – MDM. Além desse facto, historicamente, a Cidade da Beira representa um espaço fervescente do debate político nacional – *o bastião da oposição*.

A escolha de 2014 como ponto de partida deve-se ao facto de ter sido naquele ano em que se assistiu a um interesse particular, por parte dos políticos, em usar as redes sociais como espaço de engajamento aos cidadãos, concretamente durante a campanha eleitoral para as quintas eleições gerais em Moçambique, realizadas no dia 15 de Outubro daquele ano. Para a sua efectivação, o presente estudo observou a realização de uma pesquisa qualitativa coadjuvada pela administração de entrevistas semiestruturadas – através de grupos focais com jovens de seis organizações cívicas em Maputo e Beira, bem como a revisão bibliográfica baseada nos estudos sobre o associativismo juvenil em Moçambique e no debate teórico sobre participação política e redes sociais. Das organizações envolvidas no estudo, destaca-se o Parlamento Juvenil de Moçambique – coordenação da Cidade de Maputo e Beira, e Activista Moçambique e Olho do Cidadão/Txeka, ambas da Cidade de Maputo. Na Beira, foram entrevistados elementos das Associações Coalizão, É Possível e AJURIS – Jovens Unidos Rumo à Reintegração Social.

Formalmente, o artigo está dividido em quatro partes, na primeira, apresenta-se um breve resumo sobre a situação da juventude e governação da internet no espaço lusófono; na segunda, faz-se a fundamentação teórica que orienta a problematização do tema; na terceira, procura-se fazer um enquadramento das dinâmicas da participação política na realidade africana e no caso moçambicano; na quarta e última parte, avançam-se as principais conclusões desta investigação em forma de pistas de análise e hipóteses.

#### **BREVE ENQUADRAMENTO SOBRE A JUVENTUDE E A GOVERNAÇÃO DA INTERNET NO ESPAÇO LUSÓFONO**

Uma das grandes dificuldades metodológicas, quando discutimos sobre a internet, é a existência de uma divergência acentuada na uniformização dos dados sobre o acesso à mesma. Porém, no que aos países da CPLP diz respeito, podemos afirmar que o Brasil e Portugal aparecem como aqueles que se encontram bem posicionados, dadas as condições económicas e infra-estruturais em comparação com os outros países da comunidade. Sendo Moçambique o nosso interesse particular, cabe-nos notar que o acesso à internet situa-se em apenas 18%<sup>4</sup> do total população (29 milhões de habitantes<sup>5</sup>).

No espaço da CPLP, a realização das Conferências de Governação Electrónica, constituem um espaço privilegiado em que a discussão de questões ligadas à internet

<sup>4</sup> Retirado de <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

<sup>5</sup> De acordo com informação do INE – Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique, 2017, disponível em <http://www.ine.gov.mz/>

é tida em conta, tendo a última decorrido em Outubro de 2017, no Brasil. A este evento junta-se o Fórum da CPLP sobre Cibersegurança, cujo objectivo é desenvolver uma reflexão em conjunto sobre a segurança da informação nesta era digital, promovendo a cooperação multilateral entre Estados-membros na área das telecomunicações, tendo o último encontro sido realizado em Díli, Timor-Leste.

Por outro lado, podemos destacar o surgimento da primeira iniciativa Lusófona do Fórum de Governança da Internet<sup>6</sup>, cuja realização teve lugar no segundo trimestre de 2018. Porém, precisamos recuar para o ano 2014 quando assistimos à aprovação da Declaração NETmundial, no Brasil, um instrumento que resultou da discussão sobre o papel de vários actores na governação da internet. Os exemplos acima configuram uma demonstração que o espaço lusófono ganha um maior interesse ao se preocupar não só em debater o futuro da internet, mas também com o papel de cada actor no processo da sua governação. Com estas iniciativas, percebe-se que o debate sobre a internet ganha maior destaque no seio da comunidade, embora, no cômputo geral, os países lusófonos não figurem como melhores classificados no acesso à internet no mundo.

No que tange à juventude, é preciso reconhecer que o seu estudo não é um exercício consensual no campo das ciências sociais, sobretudo quando existe uma grande divergência conceptual sobre a temática. Na vasta literatura consultada, observamos que ser jovem nem sempre significou o mesmo em todos os momentos, como é destacado por Muxel (1995), Abbnik (2005) e Galland (2009). Como sublinha Honwana (2012), a juventude é sobretudo uma construção histórica relacionada principalmente às transformações que afectam a sua socialização e a educação.

No entanto, cabe-nos sublinhar que não é apenas uma produção histórica, é também uma produção cultural e institucional, cujos contornos variam de acordo com as fronteiras nacionais e áreas culturais. Para o nosso estudo, consideraremos jovem todo aquele indivíduo a partir da faixa dos dezoito anos de idade – a idade legal para exercer o direito de voto em Moçambique, embora o acesso aos SNS (Social Networking Sites), regido pela lei federal americana, estabeleça a idade mínima de 13 anos para aceder ao Facebook, por exemplo. No tocante à CPLP, nota-se a realização de diferentes iniciativas e plataformas de interacção, com destaque para o Fórum da juventude da CPLP, de onde emerge a semana da juventude da CPLP, sendo que a última edição decorreu em Cascais (2017) sob o lema “Investir na Juventude”, uma iniciativa que enquadra-se na Carta da juventude da CPLP (aprovada em Dezembro de 2013, em Salvador, no Brasil)<sup>7</sup>, a qual afirma no seu preâmbulo:

os Estados membros da CPLP reconhecem os jovens como sujeitos de direitos e sujeitos políticos, assumem como sua obrigação a promoção dos direitos, das políticas de inclusão, autonomia e emancipação, o desenvolvimento integral e o diálogo intergeracional como instrumentos para a afirmação dos jovens e dos seus projetos de vida. (...) A CPLP considera que os

<sup>6</sup> Trata-se do IGF – Lusofonia, Fórum de Governança da Internet, disponível em <http://igf-lusofonia.pt/>

<sup>7</sup> Retirado de <https://goo.gl/uzE9gB>

jovens constituem um núcleo social com características próprias exigindo uma intervenção própria por parte dos poderes públicos, garantindo a participação dos jovens na tomada de decisões públicas.

A citação acima mostra, claramente, que existe uma consciência política ao mais alto nível sobre o papel que a juventude representa no seio da comunidade, embora variadas vezes seja relegada para o segundo plano pelos governantes, uma temática que iremos discutir na terceira parte do artigo.

### **PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (ONLINE) E SUAS LIMITAÇÕES**

Em um estudo realizado sobre activismo, participação política e internet, Luvizotto (2016, p. 302), explica que a internet e as redes sociais possibilitam uma nova compreensão e sentido para a participação, para a democracia, para o activismo e para as identidades colectivas. Essa ideia é corroborada por Vedel (2011, p. 73), que afirma que “nas últimas duas décadas, a internet mudou muitos aspectos do nosso quotidiano, e a política não escapou dessas transformações. Seja para informar, discutir notícias, participar de certas acções colectivas (como assinar uma petição), muitas vezes usamos ferramentas digitais”. Essas abordagens nos convidam a pensar na internet como uma ferramenta de mudança marcada por uma evolução permanente. Não podemos imaginar o futuro sem ela, pois, a sua mudança é volátil e transforma as relações humanas de forma substancial.

Enquanto isso, Mabi e Theviot (2014, p. 5), afirmam que “a multiplicação de dispositivos participativos mobilizando ferramentas digitais atraiu rapidamente o interesse de pesquisadores, produzindo uma importante literatura sobre a relação entre a internet e a política, particularmente em termos de participação cívica”. Esta afirmação pode sugerir que os novos media reduzem a distância entre os líderes políticos e os seus eleitores, e é por essa razão que em Moçambique, regista-se uma tendência de adoptar novas tecnologias para se comunicar com os cidadãos. Ao nível mais alto da política moçambicana, um exemplo notável foi a decisão de Julho de 2017 do Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, em abrir um espaço na sua página do Facebook para interagir com os usuários com o formato de perguntas e respostas, um exercício visto como forma de captar as sensibilidades da juventude naquele espaço.

Em um artigo sobre a mobilização de jovens brasileiros em São Paulo para o transporte público, De Melo (2013) apontava que em países onde a pluralidade dos meios de comunicação não é garantida, a expansão da internet é uma vantagem, especialmente para jovens democracias como é o caso do Brasil, onde a internet pode se tornar um instrumento que promove o exercício da cidadania. Em Moçambique, um país que historicamente possui um passado de repressão política devido à existência de partido único ou partido-Estado, o uso da internet tem aumentando a cada ano nas cidades, mas também nas áreas rurais, havendo assim um uso abrangente para expressar opiniões sobre vários tópicos e especialmente para influenciar decisões políticas, sendo que na Cidade de Maputo se encontra o maior número de usuários.



Contudo, é preciso sublinhar que as redes sociais não substituem a prática política quotidiana, como é o caso do voto. Assim, consideramos que “fazer política” na esfera da comunicação virtual tem seus limites, pois, as redes sociais não são um fim em si, mas um instrumento. Por exemplo, Monnoyer-Smith (2011) aponta que cada nova tecnologia de comunicação traz uma novidade aos usuários e pode ser usada para diversos fins, de acordo com cada pessoa. Esta afirmação não pode ser entendida como um elemento isolado da realidade, porque toda nova tecnologia é implantada em uma sociedade específica e com uma configuração social, política e económica diferente, ou seja, devemos entender essa evolução em sede do contexto em que vamos estudá-la, e Moçambique não é excepção.

Naquilo que Morozov (2011) chama “net desilusion”, mostra que as redes sociais estão longe de constituir espaços de consenso sobre a participação e mobilização política, pois não basta o seu acesso, torna-se importante dominar o uso, pois, quanto mais acesso se têm, vários países e dirigentes políticos preparam-se para controlar ou limitar o uso dessas redes sociais como instrumentos de participação política. Em um estudo sobre a juventude britânica e o uso da internet, Gerodimos (2008) demonstrou que existe um modelo na interação *top-down* dos jovens por intermédio dos websites cívicos, o que desencoraja a participação online e cria sentimentos de desamparo.

Ainda no campo das limitações, Loader (2011, p. 759), sublinha que “munidos com media sociais, os cidadãos não precisam mais ser consumidores passivos de propaganda política, informações governamentais ou informações de massa, mas podem partilhar perspectivas alternativas e publicar suas histórias, suas próprias opiniões”. No entanto, o mesmo autor afirma que hoje, o impacto mais óbvio das redes sociais sobre a democracia pode ter sido a sua capacidade de “perturbar as práticas e instituições políticas tradicionais”, para as quais é claramente necessário evitar optimismo utópico sobre a existência de uma “democracia digital”.

Essas observações nos fazem pensar em duas grandes questões: (1) a real capacidade mobilizadora das redes sociais, pois, se falamos sobre a participação política online da juventude urbana, é necessário aferir até que ponto essas redes sociais são um acto de inclusão, sobretudo em duas cidades marcadas pelo acesso desigual a recursos, como é o caso de Maputo e da Beira; e (2) até que ponto as redes sociais podem ser consideradas como um instrumento de libertação ou intimidação política pelos governos, visto que há registo de tendências repressivas contra vozes que se levantam contra a governação vigente no país.

#### **JUVENTUDE PARTICIPAVA, MAS ESQUECIDA PELO PODER POLÍTICO: A NARRATIVA AFRICANA E O CASO DE MOÇAMBIQUE**

Segundo Mbembe (1985, p. 19), para a maioria dos Estados africanos, os jovens são “a ponta de lança da nação”, “a garantia mais segura para o futuro”, “o futuro no presente”. Esse é um discurso amplamente usado em vários países e revela uma homogeneização do Estado que se recusa a reconhecer a pluralidade das condições em que vivem os

jovens. Ou seja, vários Estados apontam, às vezes, para culpar, ameaçar ou adiar, ou às vezes, para bajular a juventude, usando registos do futuro para colocar os jovens como as esperanças de amanhã. Anteriormente, esses jovens foram percebidos como um grupo sensível a qualquer coisa que pudesse levar à desestabilização do Estado.

A tendência de politizar a juventude moçambicana esteve quase sempre presente nas declarações do primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Machel, proferindo, na mesma época em que se criou a Organização da Juventude Moçambicana (OJM), a 29 de novembro de 1977, que a juventude constituía a “seiva da nação”, uma amostra que revela a importância histórica que há muito tempo tem sido dada à juventude como um actor crucial na construção do país, sublinha Biza (2009). Recentemente, falando numa reunião do partido Frelimo (25 de Março de 2018), Filipe Nyusi, presidente deste partido que é, ao mesmo tempo, o Presidente da República, disse que os jovens devem estar atentos:

para acelerar a criação do bem-estar dos jovens, identificamos como necessidades essenciais e imediatas: educação e formação, acesso à saúde, habitação decente, emprego. (...) Afirmamos que o jovem moçambicano não pode continuar com medo ou alimentado por promessas imaginárias por parte de forças que nunca fizeram nada por elas. Essas forças pretendem impressioná-las ou manipulá-las<sup>8</sup>.

Porém, em Moçambique, a realidade nos revela que a juventude encontra-se numa situação de “marginalização permanente” (Parlamento Juvenil de Moçambique, 2014), sendo que a sua representatividade política continua diminuta nos órgãos de decisão do país, embora constitua a maioria da população total do país. Por exemplo, ao nível da Assembleia da República, observamos que dos 250 deputados, apenas 40 (16%) é que foram eleitos para a qualidade de Deputados com idade igual ou abaixo dos 35 anos, segundo nos revelou o Gabinete da Juventude Parlamentar de Moçambique<sup>9</sup>.

Face a esta situação de aparente abandono político, como refúgio, a juventude encontra nas redes sociais um espaço fértil para o exercício da sua cidadania, visto que o modelo por intermédio da votação e representação política encontra-se em crise. Junta-se a este facto, o elevar da abstenção que não é necessariamente sinónimo de indiferença, mas sim uma transmissão de desconfiança, protesto e descontentamento – uma mensagem política. Por exemplo, em Moçambique, a participação dos eleitores durante as primeiras eleições de 1994 (88%) foi substituída nos últimos anos por indiferença e apatia. Por outras palavras, mais de metade dos eleitores registados ignorou as eleições de 2009 (56%) e 2014 (52%), das quais as cidades de Maputo e Beira não são excepção<sup>10</sup>.

Autores como Tournier (2009, p. 17), enfatizam que essa abstenção entre os jovens decorre, em primeiro lugar, de sua situação social. Por seu turno, Galland (2009, p. 45)

<sup>8</sup> Excerto de uma reportagem da STV, retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=2MbQW2yKSo8>

<sup>9</sup> Informação recolhida em conversa com o Gabinete da Juventude parlamentar de Moçambique, em 2018.

<sup>10</sup> Os dados da abstenção foram obtidos através do que foi produzido pelos órgão de administração e gestão eleitorais em Moçambique.

afirma que há uma desconfiança dos jovens para a política baseada essencialmente na sensação de que os políticos estão totalmente desconectados das realidades quotidianas dos cidadãos. Além disso, Coleman (2005) afirma que não são os jovens que estão desconectados da política, mas as instituições políticas que estão longe desses jovens. Estes jovens, através de práticas como as redes sociais, constroem sua própria cultura de participação online. Ou seja, as modalidades tradicionais de participação política da juventude tendem a ser rejuvenescidas com o uso das redes sociais.

### REDES SOCIAIS COMO ALTERNATIVA PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE EM MOÇAMBIQUE: OS CASOS DE MAPUTO E DA BEIRA

Ao longo dos últimos 10 anos, observamos que Moçambique vive uma dinâmica política marcada pela renovação da paisagem política no meio urbano com a ascensão ao poder pela oposição nas chamadas “cidades mais influentes do país”, designadamente Beira e Quelimane (centro) e Nampula (norte), que hoje estão sob a presidência do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e do partido Renamo, respectivamente. O ambiente urbano, em Moçambique, tem sido foco de várias manifestações populares, com destaque para o ano de 2010 na cidade Maputo, com a realização da “revolta contra o custo de vida”, um momento marcante que abriu uma nova página na história das mobilizações colectivas em Moçambique (Chaimite, 2014).

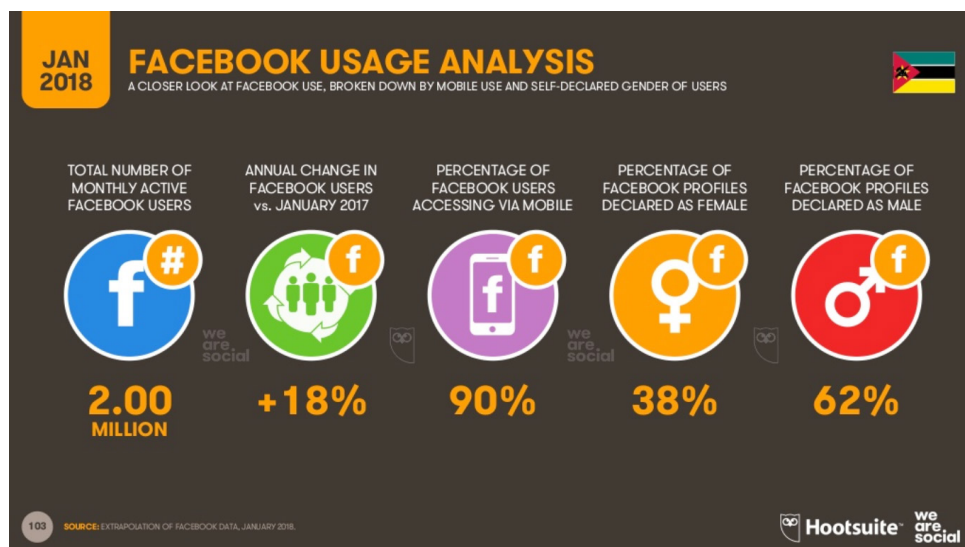


Figura 1: Número de usuários activos (mensalmente) de Facebook em Moçambique

Fonte: <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

Desde então, temos notado uma evolução do uso de vários espaços de participação para expressar uma opinião sobre diferentes assuntos concretos no quotidiano de Moçambique, uma tendência que contribuiu para o uso de tecnologias de informação e comunicação, com destaque para as redes sociais. De forma concreta, observamos imagens de jovens que se unem para protestar através do uso de *hashtags* pelo Twitter,

Facebook e outras plataformas de redes sociais. O Facebook, em Moçambique, representa, de forma recorrente, um espaço galvanizador do engajamento da juventude, uma rede de dois milhões de utilizadores activos por mês<sup>11</sup> (Figura 1). Segundo Alexa (2018), o primeiro site mais visitado pelos moçambicanos é o Google, seguido pelo YouTube e pelo Facebook.

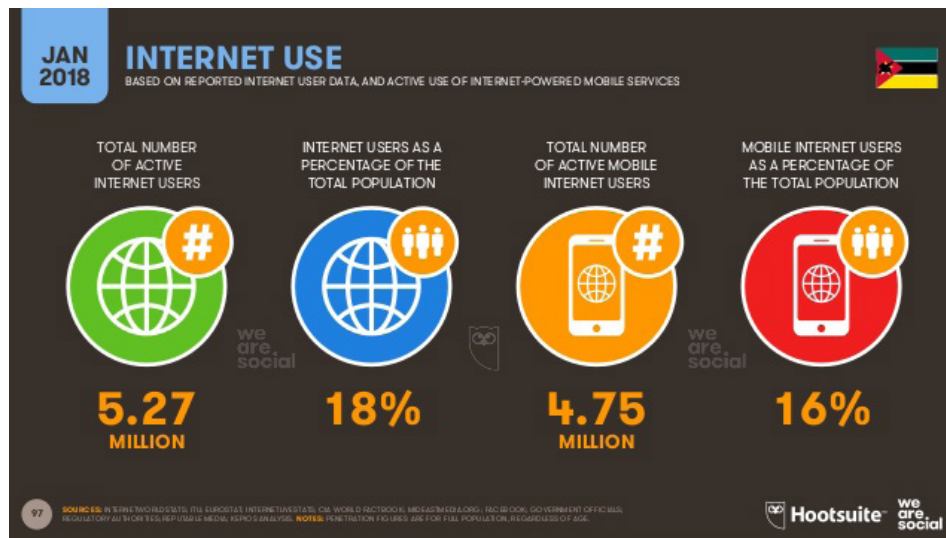


Figura 2: Número de usuários activos (mensalmente) de internet em Moçambique

Fonte: <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

Considerando que apenas 18% da população possui acesso à internet<sup>12</sup> (Figura 2) em Moçambique, importa referir que a televisão continua sendo o meio mais confiável para o acesso à informação, pois, de forma recorrente, os usuários buscam informação na internet, mas dão credibilidade após a sua certificação em um meio tradicional – canal de televisão ou rádio, segundo Raposo (2012). Esta realidade permite-nos entender em que dimensão devemos analisar a contribuição das redes sociais como espaços de práticas de participação política em uma sociedade marcada por uma desigualdade em termos de acesso e uso de novas tecnologias da informação e comunicação, bem como nos alerta para a necessidade de termos um olhar crítico sobre as mesmas redes.

Por um lado, a expansão exponencial no uso de redes sociais com serviços como Free Facebook<sup>13</sup> é fundamental para entender como esse crescimento tem trazido mudanças reais para a forma de participação na esfera política de Moçambique. Por outro lado, deve-se enfatizar que existe uma grande divergência geográfica entre as cidades em termos do desenvolvimento de infra-estruturas de provisão de serviços de internet, o que influencia de forma substancial a qualidade da mesma. Um dos casos de protestos sociais que teve o seu epicentro com o uso de redes sociais como ferramentas de

<sup>11</sup> Informação retirada de <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

<sup>12</sup> Informação retirada de <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

<sup>13</sup> Serviço implementado pela rede de telefonia móvel mCel com o apoio do Facebook.

mobilização foi a manifestação realizada na cidade de Maputo, a 31 de Outubro de 2013, contra a insegurança pública, um acto que contou com uma participação de mais de 10 mil pessoas.

Outro exemplo de destaque foi a manifestação de 16 de Março de 2014, convocada por um grupo do Facebook intitulado Representantes de Luxo, cujo objectivo era de reivindicar contra as *benesses* dos Deputados da Assembleia da República. Ainda em 2014, durante a greve dos médicos (20 de Maio), a Associação dos Médicos de Moçambique utilizou o Facebook para publicar os seus comunicados de imprensa, tendo a detenção de Jorge Arroz, presidente da Associação de Médicos, sido anunciada primeiramente na página do *Jornal@Verdade* no Facebook<sup>14</sup> e, posteriormente, popularizada por outros meios de comunicação. Como resultado, registou-se a mobilização de mais de seiscentas pessoas para a esquadra da polícia para exigir a libertação do médico.

Já em 2015, as redes sociais voltaram a ser o epicentro da mobilização para uma manifestação contra o assassinato de um professor universitário no centro da Cidade de Maputo, bem como para a realização da “marcha popular pela paz”, realizada em 2016. Estes exemplos revelam que as redes sociais começaram a constituir um campo de pressão, embora os políticos não tivessem, naqueles anos, a real dimensão dessa importância, a avaliar pela forma como reagiram – com espanto e chamando as redes sociais de “fábricas de sonhos inalcançáveis”, como afirmara o então Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza.

Um exemplo notável, no campo político moçambicano, foi a decisão, em Julho de 2017, do Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, em abrir um espaço na sua página do Facebook<sup>15</sup> para interagir com os usuários da sua página num formato ‘perguntas e respostas’. Por outro lado, Alcinda de Abreu, membro do *bureau* político do partido Frelimo, falando numa conferência realizada em 29 de Novembro de 2017, por ocasião do 40º aniversário da Organização da Juventude de Moçambique, disse que o maior desafio da juventude de hoje é saber como usar as redes sociais para o acesso à informação e conhecimento, com o objectivo de desenvolver o país. Ainda em 2017, o presidente moçambicano convidou alguns jovens internautas ao palácio presidencial para uma interacção *tête-à-tête*, acto que repetiu já em 2018 durante uma visita de trabalho realizada na Província de Inhambane, Sul de Moçambique.

De maneira geral, durante a nossa pesquisa, observamos que existem diferenças substanciais entre o entendimento sobre a participação da juventude nas redes sociais nas duas cidades. Enquanto em Maputo a juventude apresenta-se com alguma relativa liberdade para se expressar, na cidade da Beira constatamos que a apatia reina no seio da juventude, um elemento que é agravado pelas fortes desigualdades que se registam entre os bairros da mesma cidade.

Por exemplo, Jackson Timóteo, um dos nossos entrevistados na Beira, membro da Associação É Possível, referiu que a cultura de participação política varia de acordo com o bairro de residência e nível de escolaridade de cada jovem, tendo feito referência

<sup>14</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/JornalVerdade/>

<sup>15</sup> Disponível em <https://www.facebook.com/NyusiConfioemti/>

a Munhava e Macute, dois bairros residenciais onde as competências e qualidade de formação escolar dos jovens são diferentes, o que segundo ele influencia na forma como estes encaram e reagem aos problemas sociais e políticos:

se hoje queremos reivindicar alguma coisa, é mais fácil ir para Munhava do que ir para Macute. Aqueles que possuem mais necessidades vivem em Munhava e necessitam de ser ouvidos por quem de direito de acordo com suas necessidades – várias manifestações são feitas em Munhava e algumas são convocadas pelas redes sociais<sup>16</sup>.

Ainda na Cidade da Beira, Benedito Pequeno, coordenador da AJURIS fez notar que a entrada de um novo partido político, o Movimento Democrático de Moçambique – MDM, na governação municipal daquela cidade motivou a participação política dos jovens em questões locais, pois estes passaram a perceber que existe espaço para uma alternativa política, o que de igual forma trouxe abertura para a aceitação de novas ideias.

Concernente à Cidade de Maputo, Cídia Chissungu, do Activista Moçambique referiu que os jovens de Maputo pouco participam por intermédio das redes sociais devido ao percurso histórico e político do próprio país, pois acredita-se que aqueles que mais questionam os dirigentes estão tendencialmente expostos a perder oportunidades diversas, por essa razão “estão habituados a menos questionar e a ser bem-educados”<sup>17</sup>. Porém, tal como na Beira, Alexandre Nhampossa, do Olho do Cidadão-Txeka, revelou que na Cidade de Maputo também existe uma diferenciação de participação em função da zona de residência:

na área urbana, existe uma maneira diferente de pensar e agir. Por exemplo, os jovens podem fazer a diferença através de movimentos sociais e até organizar manifestações usando o Facebook, mas se entrarmos na área sub-urbana, veremos que os jovens são indiferentes a essas situações<sup>18</sup>.

Voltando para 2014, ano em que se realizaram as últimas eleições gerais em Moçambique, tanto os jovens de Maputo, como os da Beira, foram unânimes em afirmar que as redes sociais representaram um “ponto de viragem” para o seguimento das acções dos actores políticos (partidos e candidatos), mas esta acção não teve um impacto substancial na sua decisão final de voto. Ou seja, apesar de terem acompanhado algumas realizações por intermédio das redes sociais (campanha eleitoral), as redes sociais não foram capazes de ser ferramentas mobilizadoras para votar ou para formar a opinião de voto, visto que a decisão de votar (ou não) já estava previamente tomada. Ademais, a partir do nosso estudo foi possível notar que possuir uma conta em uma rede social não é sinónimo de aumento da participação política, mas pode ser o contrário como vários autores críticos sobre participação política online afirmam. Os mesmos

<sup>16</sup> Excerto da entrevista a Jackson Timóteo, realizada no dia 9 de Janeiro de 2017, na Cidade da Beira.

<sup>17</sup> Excerto da entrevista a Cídia Chissungu, realizada no dia 9 de Janeiro de 2017, na Cidade de Maputo.

<sup>18</sup> Excerto da entrevista a Alexandre Nhampossa, realizada no dia 4 de Janeiro de 2017, na Cidade de Maputo.

consideram que há uma visão utópica de “mais internet é igual a mais democracia” – o que chamaríamos de *miragem democrática*.

Outro elemento de destaque alia-se com a qualidade do próprio debate que se registou no seio das redes sociais, tendo sido afirmado que o que se assistiu em 2014 foi o acentuar da polarização de opinião e actos de ataques verbais entre simpatizantes, membros e militantes dos partidos políticos concorrentes, bem como a inexistência de feedback por parte dos actores políticos nos espaços que foram criados para tal interacção durante aquele acto eleitoral, facto que pode ser comprovado com o total abandono de algumas páginas nas redes sociais depois das eleições.

Os jovens das duas cidades notam, com alguma satisfação, que de 2014 a 2017 tenha existido alguma evolução no uso das redes sociais como espaços de participação política, embora prevaleça a apatia generalizada que caracteriza-se pelo “reclamar dentro da caixa”, ou seja, a juventude protesta somente nas redes sociais, mas inexistente uma acção enérgica para exprimir a sua vontade desde a última manifestação realizada em 2016 contra o conflito armado em Moçambique. O ano de 2017 não registou nenhuma acção de protesto assinalável.

Como resultado da nossa interacção nas Cidades de Maputo e Beira foi possível perceber que quem mais se engaja nas redes sociais são aqueles que já eram, de certa forma, activos no espaço offline ou que possuíam alguma ligação com uma organização cívica ou uma rede de amigos também activa. Essa tendência é derivada ao elevado nível de desconfiança que se instalou na juventude em relação aos actores políticos nacionais que são vistos como os responsáveis pela situação social degradante em que a juventude urbana se encontra.

Em última análise, a elaboração deste artigo emerge numa época em que Moçambique será palco de eleições autárquicas, sendo que Maputo e Beira voltam a ser os centros urbanos de maior destaque com os actores políticos a prepararem todo o tipo de estratégias para maximizar positivamente o uso das redes sociais como verdadeiros espaços de engajamento político, visto que, de forma recorrente, os jovens encontram nos media digitais um espaço fértil para exprimir a sua opinião e os actores políticos (partidos políticos) não querem se excluir desses espaços.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Falar sobre o uso de redes sociais no espaço urbano pela juventude moçambicana é, em primeiro lugar, considerar que analisamos uma população que representa a maioria dos cerca de 29 milhões de habitantes<sup>19</sup>, sendo que cerca de 60% é jovem – com idade compreendida entre 18 e 25 anos. Em segundo plano, notamos que a juventude moçambicana está presente nas cidades, mas também nas zonas rurais. Ao todo, uma juventude frequentemente considerada como a “seiva da nação” pelo discurso político moçambicano (Samora Machel, 1977). Entre a apatia e a falta de uma visão comum, é essa juventude que hoje está no centro da mudança da *paisagem política*, utilizando as

<sup>19</sup> Informação do INE – Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique, 2017, disponível em <http://www.ine.gov.mz/>

redes sociais como espaços de participação e mobilização política, concretamente nas “grandes cidades”, como são os casos de Maputo, Beira, Quelimane e Nampula.

No entanto, a acentuada desigualdade entre essas cidades em termos de acesso às infra-estruturas de uso da internet, representa um elemento que merece uma atenção especial ao analisar esse tema. Em conexão com essa questão, verifica-se de forma recorrente a disseminação e circulação de notícias falsas (*fake news*) sobre vários assuntos, bem como o surgimento de um sistema repressivo e autoritário contra as chamadas vozes protestantes contra o regime do partido no poder.

Um dos pontos a considerar nesta conclusão é o debate em torno da compreensão da expressão “ser jovem”, um elemento que discutimos ao longo do artigo e demonstramos que não existe um consenso no campo das ciências sociais. A partir do nosso intercâmbio com o público-alvo e da literatura existente, podemos afirmar que ser jovem não é essencialmente uma questão de idade determinada simplesmente por legislação específica de um país, mas é acima de tudo uma condição social e espiritual. Por outro lado, observamos que a determinação de ser jovem é condicionada pelo *status* de vida de cada indivíduo no seu ambiente social, político ou económico, uma realidade que também determinará como esse mesmo jovem vai se empenhar no uso das redes sociais como espaços de participação política.

Deve ser enfatizado que, apesar do entusiasmo criado pelas redes sociais em Moçambique, os jovens permanecem como os “conectados abandonados”, são esses jovens que representam na sua globalidade a face do desemprego urbano e a precariedade social e económica em Moçambique. Esses mesmos jovens estão nas cidades, mas também nas áreas rurais e usam as redes para “reclamar sem mostrar o rosto” e “sem sair da rede”. A esta situação acrescenta-se a individualização das acções que dizem respeito à juventude moçambicana, não há uma missão partilhada sobre os problemas e as necessidades desta camada social, e em último, as desigualdades sociais, económicas e políticas entre jovens da mesma cidade é outro factor que enfraquece a sua mobilização. ✍

## REFERÊNCIAS

- Abbink, J. (2004). *Being young in Africa: the politics of despair and renewal*. Amesterdão: Brill.
- Biza, A. (2009). *Associações juvenis, Estado e política em Moçambique. Da herança aos novos desafios*. Conferência inaugural do IESE, Maputo.
- Bordenave, J. (1983). *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.
- Bordes, V. (2004). L'alternative jeunesse. *Agora débats/jeunesses*, 36, 118-119. Retirado de [www.persee.fr/doc/agora\\_1268-5666\\_2004\\_num\\_36\\_1\\_2183\\_t13\\_0118\\_0000\\_1](http://www.persee.fr/doc/agora_1268-5666_2004_num_36_1_2183_t13_0118_0000_1)
- Braud, P. (2014). *Sociologie politique*. Paris: LDGJ.
- Castells, M. (2001). *La galaxie internet*. Paris: Fayard.
- Chaimite, E. (2017). Das revoltas às marchas: emergência de um repertório de acções colectivas em Moçambique. In L. Brito (Ed.), *Agora eles tem medo de nós!* (pp. 83-98). Maputo: IESE.



- Coleman, S. (2005). *Remixing citizenship: democracy and young people's use of the internet*. Research report. Londres: Carnegie Young People Initiative.
- Dahlgren, P. (2012). Web et participation politique: quelles promesses et quels pièges? *Questions de communication*, 21, 13-24. Retirado de <https://journals.openedition.org/questionsdecommunication/6545>
- De Melo, M. (2013, 13 de novembro). *Faire de la politique à l'ère de l'activisme en ligne* [Post em blogue]. Retirado de <https://blogs.mediapart.fr/marilza-de-melo-foucher/blog/131113/faire-de-la-politique-l-ere-de-l-activisme-en-ligne>
- Galland, O. (2009). *Les jeunes*. Paris: La Découverte.
- Gerodimos, R. (2008). Mobilising young citizens in the UK: a content analysis of youth and issue websites. *Information, Communication & Society*, 11(7), 964-988. DOI: 10.1080/13691180802109014
- Honwana, A. (2012). *The time of youth: work, social change and politics in Africa*. Londres: Kumarian Press.
- Larrouy, P. (2017). *Ubérisation: utopie et tyrannie*. Paris: Uppr Éditions.
- Loader, B. & Mercea, D. (2011). Networking democracy? *Information, Communication & Society*, 14(6), 757-769. DOI: 10.1080/1369118X.2011.592648
- Luvizotto, C. (2016). Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 30, 297-312. DOI: 10.17231/comsoc.30(2016).2499
- Mabi, C. & Theviot, A. (2014). La rénovation par le web? Dispositifs numériques et évolution du militantisme au PS. *Participations*, 8, 97-126. DOI: 10.3917/parti.008.0097
- Matos, H. (2008). Engagement civique et participation politique: controverses sur les TICs et le déclin du capital social. *Les Enjeux de l'information et de la communication*, 1, 57-71. Retirado de [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_ARTICLE=ENIC\\_008\\_0500](http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ENIC_008_0500)
- Mbembe, A. (1985). *Les jeunes et l'ordre politique en Afrique noire*. Paris: L'Harmattan.
- Monnoyer-Smith, L. (2011). La participation en ligne, révélateur d'une évolution des pratiques politiques?. *Participations*, 1, 156-185. DOI: 10.3917/parti.001.0156
- Morozov, E. (2011). *The net delusion: the dark side of internet freedom*. Nova Iorque: Public Affairs Books.
- Muxel, A. (1996). *Les jeunes et la politique*. Paris: Hachette Livre.
- Nay, O. (2014). *Lexique de science politique, vie et institutions politiques*. Paris: Dalloz.
- Norris, P. (2003). Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites. *Party Politics*, 9(1), 21-45. DOI: 10.1177/135406880391003
- Parlamento Juvenil de Moçambique (2014). *Juventude e participação política em Moçambique*. Maputo: Parlamento Juvenil de Moçambique.
- Pereira, M. A. (2011). Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. *Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. Retirado de <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>
- Raposo, E. (2012). A centralidade das redes sociais no acesso ao Estado pelos cidadãos. *Debates – Boletim Informativo do Centro de Estudos Inter-Disciplinares de Comunicação*, 1(1), 4-6.

Tournier, V. (2009). Comment le vote vient aux jeunes. L'apprentissage de la norme électorale. *Agora débats/jeunesses*, 51, 79-96. DOI: 10.3917/agora.051.0079

Vedel, T (2011). Chapitre 5 - L'internet et la démocratie: une liaison difficile. In P. Perrineau & L. Rouban (Eds.), *La démocratie de l'entre-soi* (pp. 73-88). Paris: Presses de Sciences Po (P.F.N.S.P.).

#### NOTA BIOGRÁFICA

Dércio Tsandzana é licenciado em Administração Pública pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Mestre em Ciência Política pelo IEP Sciences Po Bordeaux, França, sendo que actualmente é doutorando em Ciência Política na mesma Universidade.

Email: [dercio.adpub@gmail.com](mailto:dercio.adpub@gmail.com)

Morada: Domaine Universitaire, 10 Rue Robert Escarpit, 33600 Pessac, França

\* **Submetido: 19.05.2018**

\* **Aceite: 20.07.2018**

## **URBAN YOUTH AND SOCIAL NETWORKS IN MOZAMBIQUE: THE POLITICAL PARTICIPATION OF THE *HELPLESS CONNECTED***

Décio Tsandzana

---

### **ABSTRACT**

In the last 10 years, studies on political participation through social networks have marked the debate in the field of media studies. In Mozambique, particularly, and in the world, in general, youth represent the galvanizing centre that finds in the use of social networks an almost ideal tool of expression about their frustrations due to their situation of blatant social misery – unemployment and constant life uncertainty to which youth are exposed. With this article, we intend to analyse the role of social networks, specifically Facebook, in the political and social engagement of urban youth in Mozambique, considering a timeline that covers the last four years, 2014 to 2017. As a result, it is concluded that, despite the expansion of social networks in recent years, they cannot yet be considered as spaces for effective political participation by youth, due to the fact that the internet is less comprehensive, on the one hand, and the weak youth interest in political issues in Mozambique, on the other.

### **KEYWORDS**

Youth; social networks; political participation

---

## **JUVENTUDE URBANA E REDES SOCIAIS EM MOÇAMBIQUE: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS *CONECTADOS DESAMPARADOS***

### **RESUMO**

Nos últimos 10 anos, os estudos sobre a participação política por intermédio das redes sociais marcam o debate na área dos estudos dos média. Em Moçambique, de forma particular, e no mundo, de forma geral, a juventude representa o centro galvanizador que encontra no uso das redes sociais uma ferramenta quase ideal de expressão sobre as suas frustrações decorrentes da sua situação de gritante miséria social – desemprego e incerteza de vida constante a que os jovens se encontram expostos. Com o presente artigo, pretendemos analisar o papel das redes sociais, concretamente o Facebook, no engajamento político e social da juventude urbana em Moçambique, considerando um horizonte que abarca os últimos quatro anos, 2014-2017. Como resultado, concluímos que embora a sua expansão nos últimos anos, as redes sociais ainda não podem ser consideradas, no seu todo, como espaços que permitam uma efectiva participação política da juventude, decorrente do facto de a internet ser menos abrangente, por um lado, e do fraco interesse da juventude em questões políticas em Moçambique, por outro.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Juventude; redes sociais; participação política

---

## INTRODUCTION

Nowadays, with the growing distrust on traditional methods of political participation based on voting, levels of voter abstention and weak engagement with the usual policy are rising almost throughout the world. However, on the other hand, the emergence of social networks represents the opening of a dynamic space with new forms of civic-political participation.

In this article, one of the first elements to be taken into account is the understanding of what is considered political participation, a discussion that does not reach consensus within the social sciences, according to Norris (2003). However, we believe it is necessary to define the word “participation” which, besides being polysemic, authors like Bordenave (1983, p. 23) consider that it means “to be part of, to take part or to have part”. The author goes on saying that it is useless to “be take part” without “taking part”, as, for example, someone who is part of a group, but does not take part in the decisions of the group. In political terms, we can say that participation is seen as “the set of individual or collective activities that can influence the governed on the functioning of the political system”, as Braud (2014, p. 353) points out. On the other hand, Nay (2014, p. 419) states that political participation is

the set of practices (voting, protest, activism and participation in public meetings), as well as expressions of interest (to learn about politics or talk of politics) of the rulers and citizens in relation to public affairs that affect the community, the region, the state or even the whole of humanity.

For us, Nay’s definition seems more interesting (2014), as it highlights, in addition to voting, political activism as one of the integrated forms of political participation. In the field of political science, voting is still recognized as the essential modality of political participation, which we can call “good participation”. However, in recent years new forms of participation have emerged which are materialized in social movements and organizations, through other practices such as strikes, boycotts, petitions and demonstrations to influence governments, which we can call “bad participation”. This tendency derives from the political exhaustion from the citizens and consequent disappointment with the vote as the only mechanism to participate politically, as Dahlgren (2003) points out. Thus, social networks and other forms of virtual communication are essential because they allow the exchange of information with counterparts and with an uninformed population. According to Castells (2001, p. 9), “a network is a set of interconnected links – modes of organization with extraordinary benefits, because they are naturally flexible and adaptable, essential qualities for surviving and thriving in a changing environment”. More broadly, a social network can be a social structure of the internet, where elements are constituted by organizations or individuals, and whose links represent the established interactions (political, corporate, service, family, friendly, according to the interest and so on). The main function of each network is, above all, mass communication and the transmission of knowledge that will be examined with more detail in our research.

On the one hand, authors such as Matos (2009) show that social networks can be a set of physical and immaterial spaces, where social agents can effectively participate

in the process of public communication, a demonstration that is interesting to study in this article. Pereira (2011, p. 16) explains that the potential of the internet is focused on

reaching individuals who, at first, without any political ties to the classical institutions of civil society, are willing, as long as they are ‘properly’ convinced, to participate in specific protest actions, cybernetic or not, that have some identity with their interests and perceptions of the world.

It is highlighted as an example that since the *Arab spring*<sup>1</sup>, it has become more and more common to observe that youth in various parts of the world have used technology to mobilize themselves regarding the issues that affect them. On the one hand, as Luvizotto (2016, p. 301) affirms, with the internet and social networks, the forms of communication and consumption of information have changed, no longer being unilateral – a mark of the mass media – and become more participatory and democratic. In other words, information circulates more fluidly and its range is broad compared to other *media* tools. In addition to reducing distance and cost, the internet (especially social networks such as Facebook) has revolutionized the way communication is carried out, with political actors trying to capitalize on this phenomenon, even considering the latest scandals – as is the case of *Cambridge Analytica (CA)*<sup>2</sup>.

On the other hand, social networks bring about new transformations in our daily lives, in a dynamic and constantly changing way. Here, we refer concretely to the phenomenon known as *uberisation*, which is widely acclaimed by youth who find in it an ideal space and a discourse of rebellion against the *old world* that does not give them enough space, according to Larrouy (2017, p. 56). In the same dimension, the emergence of so-called “citizen-journalism”<sup>3</sup> is seen as a fundamental practice for the growing development of citizens’ political and civic participation through blogs and discussion forums on Facebook, Twitter and other platforms (sound, writing, image).

Throughout the article, we will focus on the analysis of the outlines of civic and political participation of urban youth in two cities of Mozambique through social networks, specifically Facebook, over a period of four years (2014-2017), the cities of Maputo and Beira, two urban centres that mark the Mozambican political scene, with Maputo City under the governance of the ruling party, Mozambique Liberation Front – Frelimo, and the city of Beira under the management of opposition party, Democratic Movement of Mozambique – MDM. Beyond this, historically, the City of Beira represents a fervent space of the national political debate – the *bastion of the opposition*.

The choice of 2014 as a starting point is due to the fact that it was in that year that there was a particular interest from the politicians in using social networks as a space

<sup>1</sup> It was a revolutionary wave of demonstrations and protests that took place in the Middle East and North Africa from 18 December 2010. In concrete terms, there were revolutions in Tunisia and Egypt.

<sup>2</sup> In 2016 CA worked for the presidential campaign of Donald Trump, and also for the the Brexit, aiming at the exit of the United Kingdom from the European Union.

<sup>3</sup> See the Olho do Cidadão-Txeka movement in Mozambique, made up of young bloggers who use social networks to monitor governance.

for citizens to engage, specifically during the electoral campaign for the fifth general elections in Mozambique, held on October 15 of that year. For its effectiveness of the present study qualitative research was carried out, supported by semi structured interviews – through focus groups with youngsters from six civic organizations in Maputo and Beira, as well as the bibliographic review based on the studies on youth associativism in Mozambique and in the theoretical debate on political participation and social networks. Among the organizations involved in the study, we highlight the Mozambican Youth Parliament – Division of Maputo City and Beira, and *Activista Moçambique* and *Olho do Cidadão-Txeka*, both from Maputo City. In Beira, members from *Coalizão*, *É Possível* and *AJURIS – Youth United Towards Social Reintegration* were interviewed.

Formally, the article will be divided in four parts, in the first, a brief summary will be presented on the youth situation and internet governance in the Portuguese-speaking space; in the second, there will be a theoretical basis that will guide the problematisation of the topic; in the third part, an attempt will be made to contextualize the dynamics of political participation in the African reality and in the Mozambican case; in the fourth and last part, the main conclusions of this research will be advanced in the form of clues of analysis and hypotheses.

#### **BRIEF FRAMEWORK ON YOUTH AND INTERNET GOVERNANCE IN THE PORTUGUESE-SPEAKING SPACE**

One of the great methodological difficulties when discussing the internet is the existence of a marked divergence in the standardization of data on access to it. However, as far as the CPLP countries are concerned, it can be said that Brazil and Portugal appear as those that are well positioned, given the economic and infrastructural conditions when compared to the other countries of the community. As Mozambique is our particular interest, it should be noted that internet access covers only 18%<sup>4</sup> of the total population (29 million inhabitants<sup>5</sup>).

In the space of the CPLP, the Electronic Governance Conferences constitute a privileged space in which the discussion of issues related to the internet is taken into account, the last one having taken place in October 2017 in Brazil. The CPLP Forum on Cyber security, which aims to develop a joint reflection on information security in this digital era, promoting multilateral cooperation between Member States in the area of telecommunications. The last meeting was held in Dili, Timor-Leste.

On the other hand, we can highlight the appearance of the first Portuguese-speaking initiative of the internet Governance Forum<sup>6</sup>, which will be held in the second quarter of 2018. However, we need to move back to 2014 when we see the approval of the NET-mundial Declaration in Brazil, an instrument that resulted from the discussion on the

<sup>4</sup> Retrieved from <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

<sup>5</sup> According to information from the INE – Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique [National Institute of Statistics of Mozambique], 2017, available at <http://www.ine.gov.mz/>

<sup>6</sup> This is the IGF – Lusofonia, Fórum de Governação da Internet [Lusofonia, Internet Governance Forum], available at <http://igf-lusofonia.pt/>

role of various actors in internet governance. The above examples are a demonstration that the Portuguese-speaking space gains a particular interest not only in discussing the future of the internet, but also the role of each actor in the process of its governance. With these initiatives, it is noticed that the debate on the internet gains greater prominence within the community, although, in general, Portuguese-speaking countries are not ranked as the best in internet access worldwide.

With regard to youth, it is necessary to recognize that their study is not a consensual exercise in the field of social sciences, especially when there is a great conceptual divergence on the subject. In the vast literature consulted, we observed that being young did not always mean the same at all times, as emphasized by Muxel (1995), Abbnik (2005) and Galland (2009). As Honwana (2012) emphasizes, youth is above all an historical construction related mainly to the transformations that affect their socialization and education.

However, it should be emphasized that it is not only an historical production, it is also a cultural and institutional production, the outlines of which vary according to national boundaries and cultural areas. For our study, we will consider all youth from the age of eighteen – the legal age to exercise the right to vote in Mozambique, although access to SNS (Social Networking Sites) governed by the American federal law establishes 13 years as the minimum age to access Facebook, for example. With regard to the CPLP, there are different initiatives and platforms for interaction, especially the CPLP Youth Forum, where CPLP's youth week emerges from, the last edition of which was held in Cascais (2017) under the motto "Investing in Youth", an initiative that is part of the Carta da Juventude da CPLP [CPLP Youth Charter] (approved in December 2013 in Salvador, Brazil)<sup>7</sup>, which states in its preamble:

the Member States of the CPLP recognize youth as holders of rights and political actors, they assume as their obligation the promotion of rights, policies of inclusion, autonomy and emancipation, integral development and intergenerational dialogue as instruments for the affirmation of youth and their life projects. (...) The CPLP considers that youth constitute a social nucleus with their own characteristics, requiring their own intervention by the public authorities, guaranteeing the participation of youth in public decision.

The above quote clearly shows that there is a political awareness at the highest level about the role that Youth represent within the community, although it is often relegated to the background by the rulers, a theme that we will discuss in the third part of the article.

## **POLITICAL PARTICIPATION (ONLINE) AND ITS LIMITATIONS**

In a study on activism, political participation and the internet, Luvizotto (2016, p. 302) explains that the internet and social networks enable a new understanding and

<sup>7</sup> Retrieved from <https://goo.gl/uzE99B>

meaning for participation, for democracy, for activism and for identities collective agreements. This idea is corroborated by Vedel (2011, p. 73), who states that “in the last two decades, the internet has changed many aspects of our daily lives, and politics has not escaped these transformations. Whether it is to inform, discuss news, participate in certain collective actions (such as signing a petition), we often use digital tools”. These approaches invite us to think of the internet as a tool for change marked by a permanent evolution. We cannot imagine the future without it, because its change is volatile and it transforms human relations in a substantial way.

Meanwhile, Mabi and Theviot (2014, p. 5) states that “the multiplication of participatory devices mobilizing digital tools has rapidly attracted the interest of researchers, producing an important literature on the relationship between the internet and politics, particularly in terms of civic participation”. This statement may suggest that the new media reduce the distance between political leaders and their constituencies, and that is why in Mozambique there is a tendency to adopt new technologies to communicate with citizens. At the highest level of Mozambican politics, a notable example was the July 2017 decision of the President of the Republic of Mozambique, Filipe Nyusi, to open a space on his Facebook page to interact with users in a way of questions and answers, an exercise seen as a way of capturing the sensibilities of youth in that space.

In an article about the mobilization of young Brazilians in São Paulo for public transport, De Melo (2013) pointed out that in countries where plurality of media is not guaranteed, the expansion of the internet is an advantage, especially for young democracies such as is the case of Brazil, where the internet can become an instrument that promotes the exercise of citizenship. In Mozambique, a country that historically has a past of political reprimand due to the existence of a single party or a state party, internet use has been increasing every year in cities, but also in rural areas, and there is a wide use to express opinions on various topics and especially to influence political decisions, and in Maputo City there are the largest number of users.

However, it should be emphasized that social networks do not replace daily political practice, such as voting. Thus, we consider that “doing politics” in the sphere of virtual communication has its limits, because social networks are not an end in itself, but an instrument. For example, Monnoyer-Smith (2011) points out that each new communication technology brings a novelty to users and can be used for different purposes, according to each person. This statement cannot be understood as an isolated element of reality because all new technology is implanted in a specific society and with a different social, political and economic configuration, i.e, we must understand this evolution in the context in which we are going to study it, and Mozambique is no exception.

In what Morozov (2011) calls “net disillusion”, he shows that social networks are far from constituting spaces of participation and political mobilization, since their access is not enough, it becomes important to master the use, because the more access they have, the more several countries and political leaders are prepared to control or limit the use of these social networks as instruments of political participation. In a study on British youth and the use of the internet, Gerodimos (2008) has shown that there is a



model in the *top-down* interaction of youth through civic websites, discouraging online participation and creating feelings of helplessness.

Still in the field of limitations, Loader (2011, p. 759) stresses that “with social media, citizens no longer have to be passive consumers of political propaganda, government information or mass information, but can share alternative perspectives and publish their stories, their own opinions”. However, the same author argues that today, the most obvious impact of social networks on democracy may have been its ability to ‘disrupt traditional political practices and institutions’, for which it is clearly necessary to avoid utopian optimism about the existence of a ‘digital democracy’.

These observations lead us to think about two major issues: (1) the real mobilizing capacity of social networks, because if we talk about online political participation of urban youth, it is necessary to gauge the extent to which these social networks are an act of inclusion, especially in two cities marked by unequal access to resources, such as Maputo and Beira; and (2) the extent to which social networks can be considered as an instrument of political liberation or intimidation by governments, as there are reprehensible tendencies against voices rising against the current governance in the country.

#### **PARTICIPATIVE YOUTH, YET FORGOTTEN BY THE POLITICAL POWER: THE AFRICAN STORY AND THE CASE OF MOZAMBIQUE**

According to Mbembe (1985, p. 19), for most African states, youth are “the spearhead of the nation”, “the safest guarantee for the future”, “the future in the present”. This is a widely used discourse in several countries and reveals a homogenization of the state that refuses to recognize the plurality of conditions in which youth live. That is, several states sometimes point out to blame, threaten or delay, or sometimes to flatter youth, using future words to put youth as the hopes of tomorrow. Previously, these youth were perceived as a group sensitive to anything that could lead to destabilization of the state.

The tendency to politicize Mozambican youth was almost always present in the declarations of the first president of independent Mozambique, Samora Machel, in the same period of the creation of the Mozambican Youth Organization (OJM), on 29 November 1977, that the youth was the “lifeblood of the nation”, a sample that reveals the historical importance that has long been given to youth as a crucial player in building the country, Biza (2009) stresses. Speaking recently at a meeting of the Frelimo party (25 March 2018), Filipe Nyusi, the president of this party who is at the same time the President of the Republic, said that youth should be aware:

to accelerate the creation of youth welfare, we have identified as essential and immediate needs: education and training, access to health, decent housing, employment. (...) We affirm that the young Mozambican cannot continue in fear or be fed by imaginary promises from forces that have never done anything for them. These forces are meant to impress or manipulate them<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Excerpt from a STV report, retrieved from <https://www.youtube.com/watch?v=2MbQW2yKSo8>

However, in Mozambique, reality shows us that youth are in a situation of “permanent marginalization” (Parlamento Juvenil de Moçambique [Mozambique Youth Parliament], 2014), and their political representation remains low in the country’s decision-making bodies, although it constitutes the majority of the country’s total population. For example, at the level of the Assembly of the Republic, we note that of the 250 deputies, only 40 (16%) were elected for the quality of Deputies aged under 35 years, according to the Gabinete da Juventude Parlamentar de Moçambique [Mozambican Parliamentary Youth Office]<sup>9</sup>.

Faced with this situation of apparent political abandonment, as a refuge, youth find in social networks a fertile space for the exercise of their citizenship, since the model through voting and political representation is in crisis. Added to this is the raising of abstention that is not necessarily synonymous of indifference, but rather a transmission of mistrust, protest and discontent – a political message. For example, in Mozambique, voter participation during the first elections of 1994 (88%) has been replaced in recent years by indifference and apathy. In other words, more than half of registered voters ignored the 2009 (56%) and 2014 (52%) elections, of which the cities of Maputo and Beira are no exception<sup>10</sup>.

Authors such as Tournier (2009, p. 17) emphasize that this abstention among youth stems primarily from their social situation. In turn, Galland (2009, p. 45) argues that there is a mistrust of youth to politics based essentially on the feeling that politicians are totally disconnected from the everyday realities of citizens. In addition, Coleman (2005) argue that it is not the youth who are disconnected from politics but the political institutions that are far from these youth. These youth, through practices such as social networks, build their own online participation culture. That is, the traditional modalities of youth political participation tend to be rejuvenated with the use of social networks.

#### **SOCIAL NETWORKS AS AN ALTERNATIVE FOR THE POLITICAL PARTICIPATION OF YOUTH IN MOZAMBIQUE: THE CASES OF MAPUTO AND BEIRA**

Over the last ten years, we have seen that Mozambique is experiencing a political dynamic marked by the renewal of the political landscape in the urban environment with the rise of power by the opposition in the so-called “most influential cities of the country”, namely Beira and Quelimane (centre) and Nampula (North), which today are under the leadership of the Democratic Movement of Mozambique (MDM) and the Renamo party, respectively. The urban environment in Mozambique has been the focus of several popular demonstrations, with emphasis being placed in the year of 2010 in the city of Maputo, with the “revolt against the cost of living”, a remarkable moment that opened a new page in the history of mobilizations in Mozambique (Chaimite, 2014).

<sup>9</sup> Information collected in conversation with the Gabinete da Juventude Parlamentar de Moçambique [Mozambican Parliamentary Youth Office], in 2018.

<sup>10</sup> The abstention data were obtained through the information produced by the electoral administration and management bodies in Mozambique.

Since then, we have noticed an evolution of the use of various spaces of participation to express an opinion on different concrete issues in the daily life of Mozambique, a trend that has contributed to the use of information and communication technologies, especially social networks. In a concrete way, we see images of youth coming together to protest through the use of hashtags by Twitter, Facebook and other social networking platforms. Facebook, in Mozambique, is a recurring arena of youth engagement, a network of two million active users per month<sup>11</sup> (Figure 1). According to Alexa (2018), the first most visited site by Mozambicans is Google, followed by YouTube and Facebook.

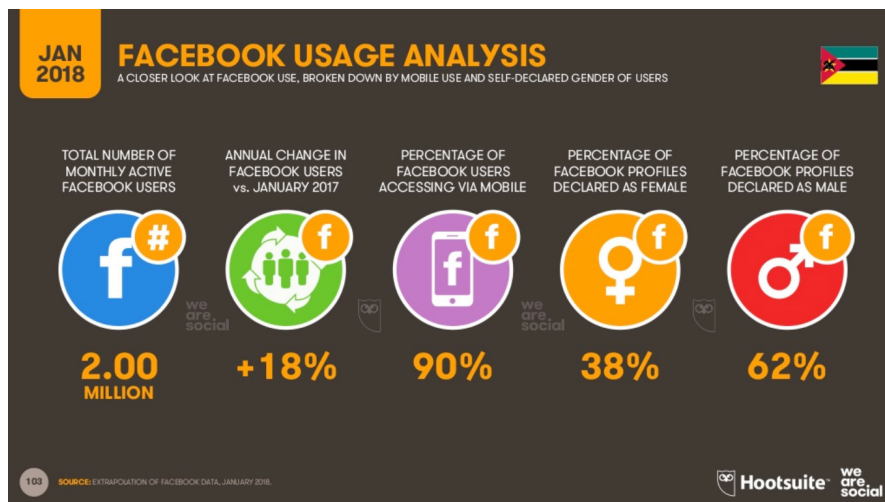


Figure 1: Number of Facebook active users (monthly) in Mozambique

Source: <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

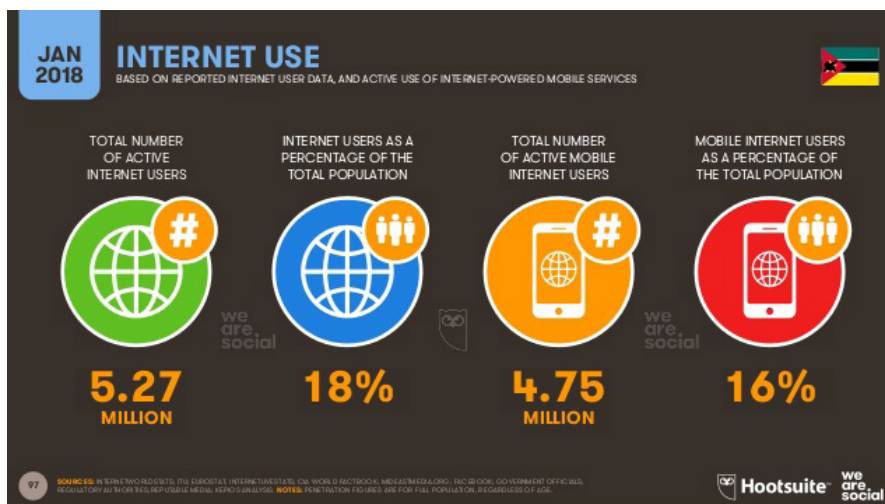


Figure 2: Number of active (monthly) internet users in Mozambique

Source: <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

<sup>11</sup> Information retrieved from <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

Considering that only 18% of the population has access to the internet<sup>12</sup> (Figure 2) in Mozambique, it should be noted that television is still the most reliable mean for access to information, since users seek information on the internet but give credibility after its confirmation by traditional mean – television channel or radio, according to Raposo (2012). This reality allows us to understand in which dimension we should analyze the contribution of social networks as spaces of practices of political participation in a society marked by an inequality in terms of access and use of new information and communication technologies, as well as alert us to the need to have a critical eye on the same networks.

On the one hand, the exponential expansion in the use of social networks with services like Free Facebook<sup>13</sup> is fundamental to understand how this growth has brought real changes to the form of participation in the political sphere of Mozambique. On the other hand, it should be emphasized that there is a great geographical divergence between cities in terms of the development of infrastructures for the provision of internet services, which substantially influences its quality. One of the cases of social protests that had its epicentre with the use of social networks as tools of mobilization was the manifestation held in the city of Maputo, on 31 October 2013, against public insecurity, an act that had a participation of more than 10 thousand people.

Another outstanding example was the demonstration on March 16 2014, convened by a Facebook group entitled Representantes de luxo (Luxury Representatives), whose purpose was to claim against the *blessings* of the Assembly of the Republic Deputies. Also in 2014, during the doctors' strike (May 20), the Medical Association of Mozambique used Facebook to publish its press releases, and the arrest of Jorge Arroz, president of the Medical Association, was first announced on Jornal@Verdade's page on Facebook<sup>14</sup> and later popularized by other media. As a result, more than six hundred people were mobilized to the police station to demand the release of the doctor.

Already in 2015, social networks have once again become the epicentre of mobilization for a demonstration against the murder of a university professor in the centre of Maputo City, as well as for the “popular march for peace” held in 2016. These examples reveal that social networks began to be a field of pressure, although politicians did not have the real size of that importance in those years, judging by their reactions – with astonishment and calling social networks “unreachable dream factories” as affirmed by then the President of the Republic of Mozambique, Armando Guebuza.

A notable example in the Mozambican political arena was the decision in July 2017 of the President of the Republic of Mozambique, Filipe Nyusi, to open a space on his Facebook<sup>15</sup> page to interact with users of his page in a question and answer format. On the other hand, Alcinda de Abreu, a member of the political bureau of the Frelimo party, speaking at a conference held on 29 November 2017, on the occasion of the 40<sup>th</sup>

<sup>12</sup> Information retrieved from <https://hootsuite.com/pt/pages/digital-in-2018>

<sup>13</sup> A Service implemented by mCel mobile network with the support of Facebook.

<sup>14</sup> Available at <https://www.facebook.com/JornalVerdade/>

<sup>15</sup> Available at <https://www.facebook.com/NyusiConfioemti/>

anniversary of the Mozambican Youth Organization, said that the greatest challenge for today's Youth is to know how to use social networks to get access to information and knowledge, with the goal of developing the country. Also in 2017, the Mozambican president invited some young internet users to the presidential palace for a *tête-à-tête* interaction, an act he repeated as early as 2018 during a work visit held in Inhambane Province, southern Mozambique.

In general, during the research, it was observed that there are substantial differences between the understanding of youth participation in social networks in the two cities. While in Maputo the youth present themselves with some relative freedom to express themselves, in the city of Beira we find that apathy reigns in the bosom of the youth, an element that is aggravated by the strong inequalities that are registered between the districts of the same city.

For example, Jackson Timoteo, one of our interviewees in Beira, a member of the *É Possível* Association, mentioned that the culture of political participation varies according to the neighbourhood of residence and level of education of each young person, referring to *Munhava* and *Macute*, two residential neighbourhoods where the skills and quality of schooling of youth are different, which according to him influences on how they face and react to social and political problems:

today, if we want to claim something, it is easier to go to *Munhava* than to go to *Macute*. Those who have the most needs live in *Munhava* and need to be heard by proper authority according to their needs – several manifestations are made in *Munhava* and some are called by social networks.<sup>16</sup>

Still in the city of Beira, Benedito Pequenino, coordinator of *AJURIS*, noted that the entry of a new political party, the Mozambique Democratic Movement (MDM), into the municipal government of that city motivated youth's political participation in local issues, as they became aware that there is room for a political alternative, which has also opened the way for the acceptance of new ideas.

Concerning the City of Maputo, Cídia Chissungu, from *Activista Moçambique*, stated that the youth of Maputo do not participate through social networks due to the historical and political path of the country itself, since it is believed that those who question the leaders the most are exposed to lose various opportunities, for that reason "they are used to question less and to be well-educated"<sup>17</sup>. However, just like in Beira, Alexandre Nhamossa, from *Olho do Cidadão-Txeka*, revealed that in Maputo City there is also a differentiation of participation depending on the area of residence:

in the urban area, there is a different way of thinking and acting. For example, youth can make a difference through social movements and even organize demonstrations using Facebook, but if we enter the suburban area, we will see that youth are indifferent to these situations.<sup>18</sup>

<sup>16</sup> Excerpt from the interview with Jackson Timóteo, held on January 9 2017, in the City of Beira.

<sup>17</sup> Excerpt from the interview with Cídia Chissungu, held on January 9 2017, in the City of Maputo.

<sup>18</sup> Excerpt from the interview with Alexandre Nhamossa, held on January 4 2017, in the City of Maputo.

Going back to 2014, the year in which the last elections were held in Mozambique, both Maputo youth and Beira Youth were unanimous in stating that social networks represented a “turning point” for the follow-up of the actions of the political actors (parties and candidates), but this action did not have a substantial impact on their final voting decision. That is, although they have accompanied some achievements through social networks (electoral campaign), social networks have not been able to be mobilizing tools to vote or to build the opinion of vote, since the decision to vote (or not) was already previously taken. In addition, from our study it was possible to note that having an account in a social network does not mean increased political participation, but it may be the other way around, as several critical authors on online political participation claim. These authors affirm that there is a utopian according to which more internet equals to more democracy – what we would call a *democratic illusion*.

Another highlight is the quality of the debate that has taken place within social networks, as it has been affirmed that the event of 2014 was the accentuation of the polarization of opinion and acts of verbal attacks between supporters, members and militants of competing political parties, as well as the lack of feedback from political actors in the spaces that were created for such interaction during that electoral event, a fact that can be verified with the total abandonment of some pages in the social networks after the elections.

The youth of both cities note with some satisfaction that from 2014 to 2017 there has been some evolution in the use of social networks as spaces of political participation, although the general apathy that is characterized by “complaining in the box” prevails, that is to say, youth protest only on social networks, but there is no forceful action to express their will since the last demonstration in 2016 against the armed conflict in Mozambique. The year 2017 saw no significant protest action.

As a result of our interaction in the cities of Maputo and Beira, it was possible to perceive that those who engage in social networks are those who were already somehow active in offline space or who had some connection with a civic organization or an also active network of friends. This trend is due to the high level of mistrust that has developed in youth regarding the national political actors who are seen as responsible for the degrading social situation in which urban youth finds themselves.

Ultimately, the drafting of this article emerges at a time when Mozambique will be the scene of local elections, and Maputo and Beira will again be the most prominent urban centres with the political actors preparing all kinds of strategies to positively maximize use of social networks as real spaces of political engagement, since, in a recurrent way, youth find in digital media a fertile space to express their opinion and the political actors (political parties) do not want to exclude themselves from these spaces.

#### **BY WAY OF CONCLUSION**

To talk about the use of social networks in the urban space by Mozambican youth is, in the first place, to consider that we are analysing a population that represents the

majority of the approximately 29 million inhabitants<sup>19</sup>, with about 60% being youth – aged between 18 and 25 years. Secondly, we note that Mozambican youth are present in cities as well as in rural areas. In all, a youth often regarded as the “lifeblood of the nation” by Mozambican political discourse (Samora Machel, 1977). Between apathy and the lack of a common vision, these youth are today at the centre of the change of the political landscape, using the social networks as spaces of participation and political mobilization, concretely in the “big cities”, as in the cases of Maputo, Beira, Quelimane and Nampula.

However, the marked inequality between these cities in terms of access to the infrastructures of internet use is an element that deserves special attention when analyzing this topic. In connection with this question, the dissemination and circulation of fake news on various subjects, as well as the emergence of a repressive and authoritarian system against the so-called Protestant voices against the regime of the ruling party are recurring.

One of the points to be considered in this conclusion is the debate around the understanding of the expression “being young”, an element that we discussed throughout the article and demonstrated that there is no consensus in the field of social sciences. From our exchange with the target audience and the existing literature, we can say that being young is not essentially a matter of age determined simply by specific legislation of a country, but it is above all a social and spiritual condition. On the other hand, we observe that the determination to be young is conditioned by the life status of each individual in their social, political or economic environment, a reality that will also determine how this young person will engage in the use of social networks as spaces of political participation.

It should be emphasized that, despite the enthusiasm created by social networks in Mozambique, youth remain as *helpless connected*. These youth represent in their entirety the face of urban unemployment and social and economic precariousness in Mozambique. These same youth are in the cities, but also in the rural areas and use the networks to “complain without showing the face” and “without leaving the network”. To this situation is added the individualisation of actions that concern Mozambican youth, there is no shared mission on the problems and needs of this social stratum, and lastly, the social, economic and political inequalities among youth of the same city is another factor that weakens its mobilization. ✍

Translation: Januário Alexandre Mavie

## REFERENCES

Abbink, J. (2004). *Being young in Africa: the politics of despair and renewal*. Amsterdam: Brill.

<sup>19</sup> Information from the INE – Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique [National Institute of Statistics of Mozambique], 2017, available at <http://www.ine.gov.mz/>

- Biza, A. (2009). *Associações juvenis, Estado e política em Moçambique. Da herança aos novos desafios*. Conferência inaugural do IESE, Maputo.
- Bordenave, J. (1983). *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.
- Bordes, V. (2004). L'alternative jeunesse. *Agora débats/jeunesses*, 36, 118-119. Retrieved from [www.persee.fr/doc/agora\\_1268-5666\\_2004\\_num\\_36\\_1\\_2183\\_t13\\_0118\\_0000\\_1](http://www.persee.fr/doc/agora_1268-5666_2004_num_36_1_2183_t13_0118_0000_1)
- Braud, P. (2014). *Sociologie politique*. Paris: LDGJ.
- Castells, M. (2001). *La galaxie internet*. Paris: Fayard.
- Chaimite, E. (2017). Das revoltas às marchas: emergência de um repertório de acções colectivas em Moçambique. In L. Brito (Ed.), *Agora eles tem medo de nós!* (pp. 83-98). Maputo: IESE.
- Coleman, S. (2005). *Remixing citizenship: democracy and youth's use of the internet. Research Report*. London: Carnegie Youth Initiative.
- Dahlgren, P. (2012). Web et participation politique: quelles promesses et quels pièges? *Questions de communication*, 21, 13-24. Retrieved from <https://journals.openedition.org/questionsdecommunication/6545>
- De Melo, M. (2013, 13 de novembro). *Faire de la politique à l'ère de l'activisme en ligne* [Post em blogue]. Retirado de <https://blogs.mediapart.fr/marilza-de-melo-foucher/blog/131113/faire-de-la-politique-l-ere-de-l-activisme-en-ligne>
- Galland, O. (2009). *Les jeunes*. Paris: La Découverte.
- Gerodimos, R. (2008). Mobilising young citizens in the UK: A content analysis of youth and issue websites. *Information, Communication & Society*, 11(7), 964-988. DOI: 10.1080/13691180802109014
- Honwana, A. (2012). *The Time of Youth: Work, social change and politics in Africa*. London: Kumarian Press.
- Larrouy, P. (2017). *Ubérisation: utopie et tyrannie*. Paris: Uppr Éditions.
- Loader, B. & Mercea, D. (2011). Networking democracy? *Information, Communication & Society*, 14(6), 757-769. DOI: 10.1080/1369118X.2011.592648
- Luvizotto, C. (2016). Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 30, 297-312. DOI: 10.17231/comsoc.30(2016).2499
- Mabi, C. & Theviot, A. (2014). La rénovation par le web? Dispositifs numériques et évolution du militantisme au PS. *Participations*, 8, 97-126. DOI: 10.3917/parti.008.0097
- Matos, H. (2008). Engagement civique et participation politique: controverses sur les TICs et le déclin du capital social. *Les Enjeux de l'information et de la communication*, 1, 57-71. Retrieved from [http://www.cairn.info/article.php?ID\\_ARTICLE=ENIC\\_008\\_0500](http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=ENIC_008_0500)
- Mbembe, A. (1985). *Les jeunes et l'ordre politique en Afrique noire*. Paris: L'Harmattan.
- Monnoyer-Smith, L. (2011). La participation en ligne, révélateur d'une évolution des pratiques politiques? *Participations*, 1, 156-185. DOI: 10.3917/parti.001.0156
- Morozov, E. (2011). *The net delusion: the dark side of internet freedom*. New York: Public Affairs Books.
- Muxel, A. (1996). *Les jeunes et la politique*. Paris: Hachette Livre.



- Nay, O. (2014). *Lexique de science politique, vie et institutions politiques*. Paris: Dalloz.
- Norris, P. (2003). Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites. *Party Politics*, 9(1), 21-45. DOI: 10.1177/135406880391003
- Parlamento Juvenil de Moçambique (2014). *Juventude e participação política em Moçambique*. Maputo: Parlamento Juvenil de Moçambique.
- Pereira, M. A. (2011). Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital. In *Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. Retirado de <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>
- Raposo, E. (2012). A centralidade das redes sociais no acesso ao Estado pelos cidadãos. *Debates – Boletim Informativo do Centro de Estudos Inter-Disciplinares de Comunicação*, 1(1), 4-6.
- Tournier, V. (2009). Comment le vote vient aux jeunes. L'apprentissage de la norme électorale. *Agora débats/jeunesses*, 51, 79-96. DOI: 10.3917/agora.051.0079
- Vedel, T (2011). Chapitre 5 - L'internet et la démocratie: une liaison difficile. In P. Perrineau & L. Rouban (Eds.), *La démocratie de l'entre-soi* (pp. 73-88). Paris: Presses de Sciences Po (P.F.N.S.P.).

#### BIOGRAPHICAL NOTE

Dércio Tsandzana holds a degree in Public Administration from Eduardo Mondlane University, Mozambique. He has a Master degree in Political Science from IEP Sciences Po Bordeaux, France, and is currently a Doctoral candidate in Political Science at the same University.

Email: [dercio.adpub@gmail.com](mailto:dercio.adpub@gmail.com)

Address: Domaine Universitaire, 10 Rue Robert Escarpit, 33600 Pessac, France.

**Submitted: 19.05.2018**

**Accepted: 20.07.2018**



# **UM CONTRIBUTO PARA O DEBATE SOBRE A REDEFINIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA EM REDE A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DOS PORTUGUESES NO CIBERESPAÇO**

**Tiago Lima Quintanilha**

---

## **RESUMO**

O presente artigo tenta enquadrar para Portugal a discussão sobre a transição de uma esfera pública normativa (Habermas, 1968/1989, 1998) para uma nova esfera pública em rede (Benkler, 2006), potenciada pelas características da internet, pela sociedade em rede global, e pelas culturas participativas e interativas. São utilizados dados do módulo participação pública do inquérito *Digital news report*, do Reuters Institute for the Study of Journalism, de 2018, aplicado a uma amostra representativa da população portuguesa. Os dados obtidos apontam para a existência e apropriação dos múltiplos formatos de participação pública no ciberespaço, através da partilha de notícias, comentários a notícias, participação em processos de votação online, etc., nos sites de títulos de imprensa ou nas redes sociais. Contudo, os dados coligidos apontam para a fundação de uma participação pública no ciberespaço que, pelas suas características, determina a constituição e consolidação lentas de uma nova esfera pública em rede para o contexto português.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Esfera pública seminal; redefinição de esfera pública; esfera pública em rede; participação pública online; Portugal

---

# **A CONTRIBUTION TO THE DEBATE ON THE REDEFINITION OF THE NETWORKED PUBLIC SPHERE BASED ON PORTUGUESE PUBLIC PARTICIPATION IN CYBERSPACE**

## **ABSTRACT**

This article locates Portugal in the discussion on the transition from a normative public sphere (Habermas, 1968/1989, 1998) to a new networked public sphere (Benkler, 2006), powered by the internet, global networked society and participative and interactive cultures. We use data from the public participation module of the 2018 *Digital news report* published by the Reuters Institute for the Study of Journalism, which surveyed a representative sample of the Portuguese population. The results point to the existence and appropriation of many forms of public participation in cyberspace. Users share news, comment on news, take part in online votes, etc., on press websites and social media. Nonetheless, the collected data point to a type of online public participation that determines the slow constitution and consolidation of a new networked public sphere in Portugal.

## **KEYWORDS**

Seminal public sphere; redefinition of public sphere; networked public sphere; online public participation; Portugal

---

## INTRODUÇÃO

A transformação do paradigma dos meios de comunicação de massas acarreta mudanças assinaláveis em termos das práticas mediáticas e do papel do cidadão/consumidor/produtor. (Sousa, Pinto & Costa e Silva, 2013, p. 5)

Com o advento dos não-mercados descentralizados de produção horizontal de conteúdos na internet (Benkler, 2006), e com a redefinição das fronteiras entre produtores e consumidores de informação, consubstanciada no 1) aparecimento das audiências interativas e participativas, e 2) do jornalismo em rede ou participativo (Beckett, 2008, 2010; Glasser, 1999, 2010; Noor, 2017; Rosen, 1999; Singer, 2012; Van der Haak et al., 2012), passa a fazer sentido reposicionar o debate sobre esfera pública no contexto da participação pública em rede, um debate que é simultaneamente global, no espectro das características da sociedade em rede, e local no âmbito das especificidades dos diferentes países.

“De difícil definição e complexa configuração” (Sousa et al., 2013, p. 5), a conceção original de Habermas (1968/1989) deu origem às “configurações mais contemporâneas que incluem uma ecologia mediática pontuada pela Internet” (Sousa et al., 2013, p. 5), que tem sido “apontada como instrumento de suporte às novas formas de envolvimento na vida pública” (Frenette & Vermette, 2013, p. 15). Como mencionam Carvalho e Casanova (2010), a internet e as diversas modalidades de informação, interação e discussão, constituem um impulso renovador da esfera pública e das instâncias mediadoras da ordem democrática, numa opinião partilhada por Benkler (2006), Carlsson e Weibull (2018) que falam de um ambiente informativo em rede a operar fora da esfera de mercado, de forma descentralizada, com influência na redefinição e democratização da esfera pública.

## ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

A estratégia metodológica adotada na elaboração deste artigo privilegia o método quantitativo com o recurso a dados secundários coligidos pelo Reuters Institute for the Study of Journalism, num estudo designado por *Digital news report 2018* (DNR) que resulta, para o caso português, de uma colaboração com o Observatório da Comunicação. Para a realização deste estudo, foram aplicados inquéritos online a uma amostra estratificada proporcional da população portuguesa, constituída por 2008 inquiridos distribuídos por Portugal Continental e regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Esta amostra não é representativa da população utilizadora de internet mas sim da população portuguesa em geral.

O recurso aos dados secundários aqui utilizados é explicado por três razões principais: 1) pelo facto de o inquérito *Digital news report*, do Reuters Institute for the Study of Journalism, ser hoje, e desde 2015, o principal instrumento de recolha de dados sobre as experiências de relacionamento com notícias por parte dos utilizadores de internet em Portugal; 2) pelo facto de o inquérito “Sociedade em Rede em Portugal”, importante exercício metodológico de recolha de informação sobre a atividade e experiências online

dos portugueses não ter sido replicado após a última edição em dezembro de 2013; e 3) pela proximidade do autor do artigo ao Observatório da Comunicação de Lisboa, entidade que colabora com o Reuters Institute for the Study of Journalism na realização do projeto, gestão dos dados e divulgação do estudo em Portugal.

Por outro lado, uma das vantagens associadas ao uso dos dados mencionados, inseridos no módulo de participação online do DNR, explica-se precisamente pelo alcance do estudo de acordo com a sua representatividade, algo que, com a descontinuidade dos relatórios “A sociedade em rede”, se constitui como uma mais-valia à tentativa de explorar novas dinâmicas de experiência online dos portugueses.

Relativamente ao uso do inquérito de natureza representativa, Bryman (2004, p. 11, 2012, p. 192) lembra-nos que a sua principal vantagem reside na capacidade de gerar dados quantificáveis de uma população maior, permitindo uma aproximação às características da própria população.

#### **O ENQUADRAMENTO E DEBATE SOBRE A TEORIA NORMATIVA DE ESFERA PÚBLICA E A NOVA ESFERA PÚBLICA EM REDE.**

A conceção seminal de esfera pública de Habermas (1968/1989, 1998) descreve um espaço de instituições e práticas entre os interesses privados da vida quotidiana na sociedade civil e o domínio do poder do Estado. Habermas (1998) fala de um sistema de comunicação entre Estado e sociedade civil (Habermas, 1998), numa definição que é abraçada por autores como Gerhards e Neidhardt (1991) que aludem a um sistema comunicacional capaz de fazer a mediação entre cidadãos e sistema governativo. Neste processo de mediação, e segundo a abordagem normativa de esfera pública, vários autores (Ahva, 2011, p. 1; Walter, 2015) observam o papel determinante do jornalismo e dos jornalistas que definem o que é noticiado e quem participa na cobertura mediática.

A conceção de esfera pública do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (1968/1989) contempla assim a ideia normativa de que sem o estímulo promovido pelo fluxo informativo apoiado na experiência e perícia capazes de garantir pesquisa intensiva (que não é um processo barato), a comunicação pública perde a sua vitalidade e o seu referencial, comprometendo os padrões da atividade jornalística e o coração da esfera pública. A visão de Habermas é portanto bastante próxima da teoria normativa do *gatekeeping* (Lewis, 2012; Manning, 1950; Shoemaker & Vos, 2009; Singer, 2012), sugerindo de forma mais ou menos declarada a posição do jornalista enquanto *gatekeeper* de uma esfera pública singular.

Contudo, autores como Castells (2008), nas suas discussões sobre o papel do informacionalismo e da sociedade em rede como catalisadores de uma mudança fundamentalmente determinada pela tecnologia, alegam que o processo de globalização alargou o debate nacional para o debate global, promovendo o surgimento de uma sociedade civil transnacional e de formas *ad hoc* de governança global. Ao mesmo tempo, a esfera pública como espaço de debate sobre assuntos públicos também muda de uma dimensão nacional para uma dimensão transnacional construída nas redes de comunicação de alcance global.

Para Benkler (2006), a ideia de que, na internet, os cidadãos passam a tirar partido de uma nova liberdade de agir e cooperar com o outro, redonda no entendimento de um melhoramento da experiência democrática, das condições de justiça e da reflexividade, com óbvios benefícios para as comunidades.

Benkler (2006), apesar de falar já de uma Era caracterizada pela sobrecarga informativa e pelos perigos resultantes da incapacidade de assimilar o fluxo de produção e disseminação informativas – *Ninguém ouve quando todos falam!* –, não conseguiu prever imediatamente os efeitos da desregulação desse híper-fluxo informativo, tendo por isso uma visão sobretudo otimista e celebratória da formulação de uma esfera pública em rede.

Para o autor, a construção de uma esfera pública em rede minimizaria de certa forma os condicionalismos e as limitações dos *mass media* – aquilo que Haas (2007) designou de falhas do jornalismo convencional –, exponenciando as formas segundo as quais qualquer pessoa passa a poder falar, a poder questionar e a poder investigar, tirando partido das características e do alcance da internet. Benkler (2006) valoriza assim a re-fundação de uma esfera pública em rede que se constrói nas abordagens descentralizadas capazes de cumprir a função de vigilância/*watchdog*, ao alargar o debate aos novos intervenientes e atores nas várias modalidades de produção horizontal de informação.

Para Hjarvard (2018, p. 72), que se aproxima das considerações celebratórias de Benkler (2006), esta nova esfera pública em rede surge como o processo de transformação estrutural da esfera pública habermasiana, onde os media em rede são responsáveis pela reestruturação das relações pessoais, privadas, e das arenas públicas, bem como de novas formas de comunicação mais deliberativas.

Khan (2012), por outro lado, ao situar-se no meio desta espécie de contenda entre esfera pública habermasiana e nova esfera pública em rede, refere que o enquadramento para a descrição da esfera pública de Habermas continua a ver os seus princípios e mecanismos fundadores como sendo ainda relevantes na teoria sobre a esfera pública global (Khan, 2012; Giddens, 2000). Para este autor, as características de uma nova esfera pública, como a globalização, os softwares de âmbito social, etc. (Çela, 2015, menciona também a importância das redes sociais), não só não se opõem à visão habermasiana de esfera pública, como também se posicionam na forma de apoio aos princípios e requisitos de um ideal de esfera pública ao nível global, ideia que, segundo o autor, se justapõe às pesquisas mais habituais e conflituais sobre este assunto.

Khan (2012) refere que as condições estruturais para o modelo habermasiano de esfera pública são, em primeiro lugar, o facto de serem as instituições de media a sua grande fundação; segundo, o papel da opinião pública como interveniente crucial e como principal instrumento de vigilância dos Estados; e terceiro, a necessidade imperativa de uma sociedade civil vibrante e capaz de conduzir o debate público. Assim, para Khan (2012), a conceção de esfera pública resulta mais de um modelo em tríade que beneficia das estruturas de participação descentralizada em rede, na Era das novas liberdades de agir e interagir, ao mesmo tempo que o papel fundacional atribuído aos media passa a ser disputado pelo poder cada vez maior do cidadão ativo e participativo em rede,

sustentado por aquilo a que Crack (2007) designa como o papel determinantemente diferenciador das novas tecnologias e da internet na reformulação do novo modelo de esfera pública em rede.

Contudo, e antes das visões mais celebratórias de Benkler (2006) e Khan (2012) relativamente a um modelo reformulador da conceção normativa de esfera pública, Boeder (2005) declarava que a redefinição do conceito de esfera pública como extensão do alcance e impacto da participação dos cidadãos, acompanhava de certa forma o abandono da distinção rigorosa entre facto e ficção da pós-modernidade. Desta forma, e ao contrário das observações posteriores de Benkler (2006) e Khan (2012), os argumentos de Boeder (2005) realçam a centralidade das instituições de media e do credencialismo profissional na determinação de uma esfera pública válida, mais próxima do conceito inicial de Habermas, em detrimento de um robustecimento do papel atribuído à sociedade civil e à opinião pública na determinação de uma nova esfera pública. Esta ideia de Boeder (2005) é reforçada anos mais tarde por Ahva (2011), autora que enfatiza o papel central do jornalismo enquanto instituição ou agente envolvido na construção da esfera pública, mesmo que não seja despidendo debater a validade de uma discussão mais maximalista centrada em múltiplas esferas públicas, ao contrário do modelo de esfera pública singular dos primeiros trabalhos de Habermas.

Boeder (2005) questiona-se também sobre a possibilidade de os novos media, como a internet, apenas oferecerem um substituto superficial para aquilo que este designa como “discurso autêntico”. O autor interroga-se sobre se serão as comunidades virtuais capazes de contribuir para a renovação do debate público ou se são meras simulações de distração catártica de um público que passa a sentir-se mais envolvido, mesmo que esse envolvimento auto-percecionado não tenha repercussão num avanço e consolidação da participação efetiva.

Neste sentido, e realçando a necessidade de discutir amplamente a redefinição de esfera pública, Boeder (2005) destaca o escasso debate relativamente a algumas condicionantes, como é o caso da falta de discussão sobre questões como a propriedade e controlo da tecnologia (central na discussão sobre uma nova esfera pública em rede), bem como daqueles por ela beneficiada. Boeder (2005) auxilia-se dos contributos iniciais de Fernback e Thomson (1995), autores que concluíam no final da década de 1990, em pleno desenvolvimento da internet, que a cidadania via ciberespaço teria de 1) provar poder ser uma panaceia aos problemas de representação democrática, ao mesmo tempo que a 2) participação ativa, sustentada nos canais múltiplos de publicação e comunicação nos media eletrónicos, poderia não ser necessariamente sinónimo de sociedades mais saudáveis a partir do alargamento do debate público.

Mahlouly (2013), por seu turno, introduz mais debate sobre a construção de um modelo de esfera pública no contexto digital, identificando a emergência de comunidades transnacionais e difusas, mas sustentando-se de um certo determinismo tecnológico, no sentido em que, para a autora, as interações sociais online são primeiramente condicionadas e limitadas pelo desenho tecnológico dos novos dispositivos comunicacionais. Adicionalmente, Mahlouly (2013) tenta demonstrar a forma como a era digital

afeta a qualidade do discurso público, ao conferir poder aos intervenientes amadores e ao legitimá-lo na mesma exata medida dos profissionais especializados. A autora estabelece assim uma distinção entre a esfera pública normativa e a atual cultura participativa central ao novo modelo de esfera pública, rejeitando a ideia de que todas as pessoas estão aptas a contribuir na mesma exata medida para o discurso público. No entanto, a autora reconhece igualmente os benefícios da tecnologia como veículo de expressão das múltiplas subjetividades, dando o exemplo do ciberativismo, e enfatizando a ideia de que as interações sociais online aumentam a atratividade dos projetos colaborativos e do envolvimento político, ao garantirem aos utilizadores a oportunidade de defenderem a sua identidade individual e poderem fazer parte de um conjunto de movimentos sociais mais alargados.

Em resumo, Ahva (2011, p. 124) fala-nos de uma dicotomia categorial do papel dos cidadãos na esfera pública, enquanto representantes ou agentes ativos da cidadania.

Para a autora, mais próxima da teoria normativa habermasiana de esfera pública, a derradeira autoridade nas sociedades, apesar de ser atribuída aos cidadãos, não determina para os mesmos, através da sua atividade pública, o papel central no funcionamento da esfera pública.

Por contraponto, o enquadramento agencial, mais disruptivo e associado à nova esfera pública global em rede, sugere que os cidadãos constituem o grupo de comunicadores mais importante na determinação de qualquer esfera pública, num modelo que se centra numa participação contínua dos cidadãos e que tem como base o facto de todos os cidadãos serem os especialistas da sua própria vida e dos seus interesses (Walter, 2015).

#### **A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NA REDEFINIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA: A PERSPETIVA PORTUGUESA**

A descentralização do processo de produção de notícias na sociedade em rede (Castells, 2002) e na Era das culturas da conectividade (Van Dijck, 2013) redefine as estruturas de poder simbólico no processo de construção das notícias. As organizações de media passam a dispor de menor controlo sobre o conteúdo e sobre a sua distribuição. Como grande consequência, a robustez deste papel abraçado pelos públicos simultaneamente consumidores, produtores, avaliadores e comentadores de notícias, passa a desafiar o papel central atribuído aos média, e ao jornalismo em particular, como elementos fundacionais de uma esfera pública normativa, numa discussão que varia fundamentalmente entre a necessidade de preservar o papel das organizações de media e do jornalismo na construção de uma esfera pública seminal, e a necessidade de refundar a conceção de esfera pública a partir do intrincado sistema de participação e interações globais em rede.

Nas linhas seguintes olhamos com atenção para o que se passa em Portugal, a partir das dinâmicas de participação pública e espaço público no ciberespaço, com o recurso a dados recentes do estudo *Digital news report* (2018) do Reuters Institute for the Study of Journalism, com a colaboração do Observatório da Comunicação de Lisboa.

As questões que constituem o módulo produzido sobre participação pública na internet, no inquérito Reuters, permitem-nos constatar, desde logo, que aproximadamente



metade dos inquiridos envolvidos no estudo tende a partilhar notícias e a fazê-lo principalmente por email ou através das redes sociais. Para além disso, cerca de sete inquiridos em cada dez alegam participar em conteúdos informativos na internet, numa amostra que se declara muito ou extremamente interessada em notícias.

Por outro lado, a dimensão de comentário à notícia evidencia um traço distintivo desta amostra de utilizadores de internet que passa por compreender que a partilha de notícias é mais relevante do que o comentário à notícia. Na base desta evidência poderá estar a interpretação de que “as pessoas não criam informação nova por si mesmas, basicamente reproduzem aquilo que lhes chega” (Luque, Martínez & Sánchez, 2013, p. 67).

Adicionalmente, “a teoria deliberativa propõe diversas condições que as conversas de cidadãos necessitam de satisfazer antes de serem consideradas conversas democráticas e deliberativas” (Barber, Dahlberg & Stromer-Galley, citados em Strandberg & Berg, 2013, p. 111), sendo que, para os autores, no caso específico do comentário em *sites* online de títulos de imprensa, e segundo os dados recolhidos a partir da análise de conteúdo aos comentários produzidos na edição online de um jornal finlandês, os outputs produzidos na forma de participação pública são muitas vezes desprovidos de qualidade (Strandberg & Berg, 2013, p. 111).

Assim, “apesar de os comentários online permitirem aos cidadãos discutirem os temas em contexto” (Strandberg & Berg, 2013, p. 113), estes não oferecem muitas vezes as condições para uma reformulação da esfera pública com base na qualidade da participação pública no formato digital, no sentido em que podem representar um conjunto de considerações demagógicas, beligerantes, exibicionistas, subjetivas, pouco racionais, incivilizadas, e conversas de circunstância que não satisfazem as condições normativas de deliberação e da esfera pública (Dahlberg, 2004).

Em última análise, como observa Torres da Silva (2013, p. 83), “apesar de vários estudos sublinharem a vertente democratizadora da Internet, permanecem ainda dúvidas acerca da qualidade dos debates que aí ocorrem”.

Partilhar notícias	48,8%
Partilhar notícias por email ou via redes sociais	44,5%
Comentar em peças noticiosas	29,9%
Participar na internet em conteúdos informativos	69,5%

Tabela 1: “Numa semana normal, na sua atividade online, costuma...”

Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018

Quando questionados sobre as formas de partilha e participação nos conteúdos noticiosos, verificamos que as modalidades mais mencionadas, por ordem decrescente de importância, são a interação com amigos e colegas na internet; a partilha de notícias numa rede social, como o Facebook ou o Twitter, categoria que evidencia o peso que as redes sociais têm hoje na determinação do ciclo de vida das notícias; e o comentário sobre notícias nas redes sociais. Relativamente ao fenómeno do poder das redes sociais,

Luque, Martínez e Sánchez (2013, pp. 57-59) lembram-nos que estas surgem como oportunidades reais de protestos individualizados e de massa, veiculados, em grande parte, através de conteúdos gerados pelo utilizador, como resultado de estes se terem transformado nas principais plataformas de organização cívica que permitem a comunicação entre milhões de pessoas.

De salientar ainda que o comentário a notícias nos sites de grupos de imprensa é valorizado apenas por cerca de 9% dos inquiridos, ao passo que cerca de 18% dos inquiridos classificam, marcam ou fazem *like* em notícias.

Partilho notícia/s numa rede social (Facebook, Twitter, LinkedIn)	35,7%
Partilho notícia/s via email	17,8%
Classifico, faço <i>like</i> ou marco notícias	17,6%
Comento notícias nas redes sociais (Facebook, Twitter)	26,2%
Comento notícias nos sites de grupos de imprensa	8,7%
Escrevo sobre questões políticas ou noticiosas em <i>blogs</i>	14,4%
Envio ou partilho vídeos e fotos de cariz informativo em sites de redes sociais	8,6%
Envio ou partilho vídeos e fotos para sites de grupos de imprensa/organizações de média	5,4%
Participo em votações online via sites de notícias ou redes sociais	11,6%
Participo em campanhas ou grupos baseados num assunto noticioso	3,4%
Interaço com amigos e colegas na internet, sobre notícias (por email, redes sociais, aplicações de mensagens)	42,3%
Partilho notícias via plataformas de mensagens (Whatsapp, Facebook, Messenger, etc.)	18,5%
Nenhuma das anteriores	20,3%

Tabela 2: “Numa semana normal, de que forma partilha ou participa em conteúdos noticiosos?”

Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018

As dimensões de interacção e partilha de notícias constituem-se assim como duas vertentes importantes do relacionamento dos inquiridos com as notícias, ainda que o comentário às mesmas seja relevado apenas por  $\frac{1}{4}$  da amostra.

O facto de a grande maioria dos inquiridos assinalar pelo menos uma forma de participação ou partilha de notícias online, resulta, por contraponto, em apenas 20,3% de inquiridos que declaram não partilhar ou participar de nenhuma forma nos conteúdos noticiosos online.

Por outro lado, a Tabela 3 confirma o peso crescente das redes sociais naquilo a que Castells (2007) designou como o ambiente das notícias em rede, e que autores como Bergström e Belfrage, 2018; Carlson, 2017; Mourao et al., 2015; Sampedro e Avidad, 2018; Usha e Niemann, 2017, fazem referência como um dos principais meios transformadores do ecossistema das notícias.

Com efeito, 75% dos inquiridos utilizam por exemplo o Facebook para uso geral, sendo que, destes, 52,5% têm por hábito ler, ver, partilhar ou discutir conteúdos

noticiosos nesta plataforma. Para além disso, e pese embora o facto de a hegemonia do Facebook dentro do segmento das redes sociais em Portugal ser evidente, um grande número de inquiridos tende a utilizar outras plataformas sociais, ainda que, em proporção, o Facebook seja a rede social mais utilizada para interagir com conteúdos noticiosos.

	USO GERAL	LER, VER, PARTILHAR OU DISCUTIR CONTEÚDOS NOTICIOSOS
Facebook	74,8%	52,5%
YouTube	68,7%	22,2%
Facebook Messenger	62,5%	19,4%
WhatsApp	39,9%	11,2%
Instagram	33,9%	6,4%
LinkedIn	24,7%	6,7%
Pinterest	21,4%	3,3%
Twitter	13,1%	5,3%
Google+	9,6%	3,6%
Snapchat	5,7%	0,8%
Tumblr	3,2%	0,6%
Viber	2,7%	0,4%
Telegram	1,7%	0,5%
Flickr	1,2%	0,1%
Slack	1,2%	0,4%
Periscope	0,7%	0,1%
Line	0,6%	0,2%
WeChat	0,6%	0,0%
Kik	0,3%	0,1%
Outra	1,0%	0,7%

Tabela 3: Utilização de redes sociais em geral e para ler, ver, partilhar ou discutir conteúdos noticiosos

Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018

Postei conteúdos noticiosos	16,9%
Partilhei ou fiz <i>like</i> numa notícia	57,1%

Tabela 4: “Ao utilizar o Facebook na semana anterior à realização do estudo, quais as tarefas que desempenhou?”

Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018 (n=1055)

Dos 1.055 inquiridos que declararam ter utilizado o Facebook na semana anterior à realização do inquérito, mais de metade referem ter partilhado ou feito *like* em notícias, ao passo que 16,9% publicam conteúdos noticiosos nas suas páginas de Facebook. Mais uma vez, a dimensão de partilha de algo já publicado ou a circular na rede sobrepõe-se à publicação por iniciativa própria.

Concordo	31,4%
Não concordo, nem discordo	33,6%
Discordo	34,9%

Tabela 5: “É importante para mim, sempre que procuro por notícias nas redes sociais, ter em atenção o número de likes e partilhas dessas notícias porque são os likes e partilhas que me dizem se a notícia é merecedora do meu tempo”

Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism (n=1937)

O contexto da economia da atenção (Davenport & Beck, 2002) constrói-se e define-se em parte nas métricas de consulta, *likes* e partilhas nas experiências online de uma parte dos utilizadores de internet. Contudo, e no que respeita à importância dos *likes* e à partilha na determinação das dietas informativas dos utilizadores online, interessa fazer notar que, muito embora 31,4% dos inquiridos considerem importante o número de *likes* na escolha das notícias vistas, 33,6% dos inquiridos não concordam nem discordam da afirmação, ao passo que cerca de 35% não veem no número de *likes* e partilha das notícias uma condição definidora do interesse da notícia.

Concordo	36,0%
Não concordo, nem discordo	34,4%
Discordo	29,6%

Tabela 6: “Tendo a pensar cuidadosamente quando expresso os meus pontos de vista políticos na Internet, porque isto me pode trazer problemas perante a autoridade”

Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism (n2018=2008)

Uma das razões para o facto de a partilha da notícia ser mais frequente do que o comentário produzido sobre a mesma, poderá ser explicada com base nas motivações descritas na tabela sete. Com efeito, 36,0% dos inquiridos (mais de um terço da amostra) ainda tendem a pensar e a refletir cuidadosamente nos seus comentários e pontos de vista políticos, na internet, não sendo claro nesta análise se essa reflexão é impeditiva de uma maior participação online por via do comentário produzido, ou se é apenas determinada pela ideia de que as pessoas, ao não criarem informação nova, tendem basicamente a reproduzir aquilo que lhes chega (Luque et al., 2013).

Com base no cruzamento de algumas variáveis sociodemográficas (género, idade e grau de escolaridade) com as questões discutidas nas tabelas anteriores, constatamos que não se registam diferenças significativas em termos de associação entre as variáveis.

	GÉNERO		IDADE					GRAU DE ESCOLARIDADE			
	Masculino	Feminino	18-24	25-34	35-44	45-54	55+	Ensino secundário incompleto	Ensino secundário	Ensino profissional	Ensino superior
Partilhei notícias via redes sociais	33,5%	37,6%	22,8%	27,2%	32,1%	37,3%	43,1%	36,7%	37,1%	32,1%	35,8%
Comentei um <i>post</i> noticioso numa rede social	26,7%	25,7%	17,3%	19,9%	27,5%	26,5%	30,1%	15,9%	28,5%	23,9%	26,4%
Comentei um <i>post</i> noticioso num site noticioso	11,1%	6,5%	4,6%	8,6%	8,1%	10,5%	9,1%	6,1%	8,2%	11,3%	8,8%
Participei em votações online via sites de notícias ou redes sociais	14,2%	9,2%	8,1%	10,0%	10,3%	14,2%	12,7%	11,0%	9,7%	12,6%	13,1%
Interajo com amigos e colegas na internet, sobre notícias (por email, redes sociais)	25,2%	26,4%	28,9%	23,9%	23,5%	22,5%	28,5%	22,0%	22,4%	20,1%	28,8%
Penso cuidadosamente quando expresso os meus pontos de vista políticos na internet, porque isto me pode trazer problemas perante as autoridades	36,6%	35,4%	37,1%	38,2%	38,3%	34,2%	34,7%	31,7%	36,4%	36,5%	35,8%

Tabela 7: Algumas análises sociodemográficas às formas de interação e partilha online

Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018 (n2018=2008)

MEDIDAS DE ASSOCIAÇÃO	GÉNERO (DICOTÓMICA)	IDADE (ORDINAL)	GRAU DE ESCOLARIDADE (ORDINAL)
Partilhei notícias via redes sociais (Dicotómica)	Vcramer=0,043	Vcramer=0,153	Vcramer=0,063
Comentei um <i>post</i> noticioso numa rede social (Dicotómica)	Vcramer=0,009	Vcramer=0,102	Vcramer=0,069
Comentei um <i>post</i> noticioso num site noticioso (Dicotómica)	Vcramer=0,086	Vcramer=0,058	Vcramer=0,036
Participei em votações online via sites de notícias ou redes sociais (Dicotómica)	Vcramer=0,076	Vcramer=0,062	Vcramer=0,070
Interajo com amigos e colegas na internet, sobre notícias (por email, via redes sociais)	Vcramer=0,014	Vcramer=0,059	Vcramer=0,080
Penso cuidadosamente quando expresso os meus pontos de vista políticos na internet, porque isto me pode trazer problemas perante as autoridades (Dicotómica)	Vcramer=0,050	Vcramer=0,054	Vcramer=0,043

Tabela 8: Cruzamento entre variáveis sociodemográficas e as questões do módulo “As notícias e participação pública”

Fonte: Reuters Institute for the Study of Journalism (n2018=2008)

Contudo, é possível assumir algumas diferenças percentuais dos valores obtidos, a saber: 1) os inquiridos do sexo masculino tendem a comentar mais em *posts* noticiosos nos *sites* de grupos de comunicação e tendem igualmente a participar mais em votações online via *sites* de notícias ou redes sociais; 2) os inquiridos do sexo feminino e inquiridos situados em escalões etários superiores tendem a partilhar mais notícias via redes sociais; 3) Os inquiridos mais velhos tendem a comentar mais os *posts* noticiosos nas redes sociais e os inquiridos com o ensino secundário incompleto tendem a fazê-lo menos vezes; 4) os inquiridos com o ensino superior tendem a interagir mais com amigos e colegas na internet, sobre questões de ordem noticiosa; 5) os inquiridos mais velhos e inquiridos com o ensino secundário incompleto tendem a ser menos rígidos relativamente à ideia de que, ao expressarem os seus pontos de vista políticos na internet, poderão vir a ter problemas com as autoridades.

Para explicação destes resultados, podemos observar desde logo que

o fator etário tem um peso relevante enquanto influência na partilha e nos comentários de notícias (...) são os mais velhos quem mais comentam e partilham notícias nas plataformas online. Sabendo que os mais jovens são ávidos utilizadores de media sociais online, esta análise permite aferir que, no que respeita a notícias, não são esses os que influenciam, em maior grau, o fluxo de partilhas e comentários online. Para as notícias nas redes sociais são, efetivamente, os mais velhos que mais partilham. (Cardoso et al., 2017, pp. 56-57).

O facto de serem os mais velhos aqueles que mais partilham e mais interagem com as notícias nas plataformas online, opõe-se num certo sentido à ideia disseminada de que os jovens, ao possuírem práticas universais, como diversos autores parecem sugerir (Frenette & Vermette, 2013, p. 30), tendem a manifestar-se mais na internet do que os restantes escalões etários, exprimindo as suas próprias identidades, experiências e interesses online (Frenette & Vermette, 2013, p. 27).

## CONCLUSÕES

As características principais da internet potenciaram a redefinição das barreiras entre produtores e consumidores de conteúdos, levando estes últimos a estabelecer-se, cada vez mais, como atores ativos e participativos no processo de produção e disseminação de informação, e no robustecimento de novas formas de participação pública online.

Como referem Dahlberg (2007), Mason (2012) e Palczewski (2001), os dispositivos digitais geraram novas formas de mobilização social para além dos ecrãs e possibilitaram aos cidadãos o exercer de uma influência crescente nas formas de decisão e do processo democrático, o que levou autores como Sampedro e Avidad (2018) a falarem da construção de uma esfera pública digital como espaço alternativo e contra-hegemónico de participação pública.

Ao longo deste artigo foi-nos possível discutir algumas das características definidoras das dinâmicas de participação pública dos portugueses, com base no relacionamento

que estes assumem ter com o conteúdo noticioso na esfera digital, em função da partilha e publicação de notícias, do comentário produzido acerca das mesmas, das votações online, etc.

O artigo começou com uma revisão teórica sobre a conceção de esfera pública e o processo de transição para uma nova esfera pública em rede, tentando refletir sobre as dicotomias teóricas de a) uma corrente que faz a defesa do conceito normativo de esfera pública, no contexto habermasiano da posição hegemónica da experiência e perícia profissionais; e b) uma corrente mais celebratória de uma nova esfera pública em rede, sustentada na maior participação e interação online das culturas participativas (Jenkins, 2006; Lewis, 2012; Singer, 2012), capazes de maximizar as características da internet, como a sua velocidade e alcance global, para se poderem estabelecer, cada vez mais, como membros efetivos de um debate público global mais descentralizado, horizontal e diferenciado.

A Internet possui um grande impacto sobre a forma como as relações de poder se desenrolam na sociedade porque, entre outros fatores, aumenta as possibilidades de participação, permitindo formas de expressão que são menos exigentes (...) para além de serem apelativas (...) a capacidade de interagir instantaneamente com as outras partes, são características das TIC que facilitam a participação. Além disso, as TIC permitem o envolvimento na esfera pública (...) significando que é possível participar na esfera pública a qualquer momento, em qualquer lugar. (Frenette & Vermette, 2013, p.17)

Com base nos dados do *Digital news report* de 2018, que, para o contexto português, resultam de uma colaboração entre o Reuters Institute for the Study of Journalism e o OberCom, foi-nos possível compreender a forma como os portugueses exercem hoje a sua participação pública no ciberespaço, com base na sua experiência online e no relacionamento com o material noticioso. Da partilha de notícias, à interação com as mesmas via comentário produzido, nas redes sociais e em *sites* de grupos de comunicação, ou em votações online, muitas são as modalidades que permitem a uma parte substancial dos utilizadores de Internet em Portugal estabelecer-se como parte integrante de um sistema que antes primava pela unidirecionalidade da relação entre produtor de notícia e consumidor passivo. Como nos lembram Frenette e Vermette (2013, p. 16),

os média sempre funcionaram como um importante elemento de transmissão de informação entre aqueles que detêm o poder e a população em geral; porém, durante muito tempo, a comunicação foi sobretudo unidirecional. Estas transformações recentes (i.e. o acesso imediato às informações, a diversidade de fontes em todo o mundo, a possibilidade de o público intervir, etc.) influenciaram conseqüentemente a forma como as relações de poder se desenrolam.

Contudo, apesar de estas múltiplas modalidades de participação e relacionamento com as notícias serem hoje parte da experiência online dos utilizadores portugueses, e

mesmo que a própria dimensão hegemónica da partilha possa, por si só, ser considerada uma extensão ou legitimação de um ponto de vista, os resultados obtidos no inquérito Reuters a uma amostra de 2008 inquiridos mostram que a dimensão de partilha de notícias é consideravelmente superior à dimensão e expressão do comentário e opinião produzidos relativamente às temáticas noticiosas. Na base desta constatação poderá estar a ideia de que as pessoas tendem a reproduzir aquilo que lhes chega, ao invés de criarem informação por si mesmas (Luque et al., 2013, p. 67). Uma parte muito considerável dos inquiridos denuncia mesmo alguma relutância na manifestação dos seus pontos de vista, em função das suas consequências perante a autoridade.

Em relação aos perfis de participação, e apesar de as medidas estatísticas não evidenciarem grandes diferenças, os inquiridos do sexo masculino tendem a comentar e a partilhar ligeiramente mais do que os inquiridos do sexo feminino, em sites de grupos de média, ao passo que os inquiridos do sexo feminino tendem a partilhar e a participar mais do que os homens nas redes sociais. Por outro lado, os inquiridos mais velhos são aqueles que mais comentam nos *posts* noticiosos nas redes sociais e os inquiridos com menores níveis de escolaridade são aqueles que menos notícias comentam.

De certa forma, os resultados obtidos no inquérito aplicado aos utilizadores portugueses de internet evidenciam comportamentos muito próximos das considerações avançadas por Boeder (2005). Crítico da avaliação da consolidação da participação efetiva das novas esferas públicas, Boeder (2005), referindo-se aos novos formatos de participação na internet, fala de um ecossistema que, apesar de variado nas suas modalidades de participação, não se reflete na estabilização de um nível de participação capaz de consolidar a construção de uma nova esfera pública erguida da maior participação dos cidadãos. O pensamento de Boeder (2005), explanado nos resultados obtidos neste estudo, sugere assim o refrear da ideia mais determinística de que “a esfera pública digital se encontra imersa na atual conjuntura de transformação acelerada e provavelmente de rutura, que influirá certamente no modo de exercer a cidadania na contemporaneidade” (Andrade, 2013, p. 186).

Neste sentido, Luque, Martínez e Sánchez (2013, p. 67) reportam-se à participação pública enquanto sonho longínquo, uma esfera pública em rede não totalmente inclusiva, num contexto em que as TIC mais não fazem do que produzir um efeito placebo em termos da participação dos cidadãos na esfera pública. Para os autores, na base do sonho longínquo está a certeza de que a participação pública dos cidadãos através da tecnologia não ocorre de forma automática e proporcionalmente, ou seja, não basta dispor de equipamento tecnológico e aceder ao mesmo.

Num estudo sobre o envolvimento de jovens adultos na esfera digital, as autoras Frenette e Vermette (2013) vão mais longe e ajudam-nos a enquadrar os resultados explorados neste artigo, aludindo ao intrincado sistema de reconfiguração da esfera pública digital e à impossibilidade de se abraçar o garantismo normativo e celebratório das novas esferas públicas, onde cada um é parte integrante dessa mesma reconfiguração. Para as autoras, apesar de a internet potenciar a liberdade de expressão, não é certa a sua capacidade de incentivar o empoderamento dos cidadãos (Frenette & Vermette,



2013, p. 29), o que se explica essencialmente por seis pontos, a saber: 1) apesar de a internet ter permitido a um número mais elevado de pessoas intervir nos discursos públicos correntes, os seus utilizadores não têm as mesmas capacidades, quer técnicas, quer sociais, para tirarem proveito destas oportunidades; 2) apesar das óbvias vantagens da internet em termos de envolvimento na esfera pública, nem todos utilizam ou pretendem utilizar estas oportunidades de forma permanente; 3) por outro lado, as práticas de socialização orientam subtilmente homens e mulheres para diferentes concetualizações do seu papel na construção da esfera pública; 4) o facto de a predominância das trajetórias individuais de auto-interesse relativamente à perspetiva de vida e o papel de cada um na sociedade favorecer a mistura de interesses pessoais com assuntos que dizem respeito à sociedade como um todo; 5) o facto de, por detrás do horizonte democrático dos “todos-participativos”, se reproduzir uma distribuição desigual do capital sociocultural; e, por último, 6) o facto de estarmos perante diferentes graus de envolvimento público dos cidadãos, desde o ativismo permanente ao interesse mais vago (Frenette & Vermette, 2013, pp. 30-35).

Em última análise, mesmo que as novas tecnologias de comunicação sustentadas na internet incluam na sua configuração material, o enorme potencial de participação, interação e produção colaborativa, as verdadeiras consequências dessas mudanças carecem ainda de verificação (Murru, 2013, p. 154-155).

#### PISTAS PARA INVESTIGAÇÃO FUTURA

Uma forma de complementar o estudo anual do Reuters Institute for the Study of Journalism poderá passar por recorrer à realização de *focus groups* e entrevistas a utilizadores de internet, percebendo de forma mais detalhada as motivações e as dinâmicas de participação pública no ciberespaço, bem como a auto-perceção sobre o impacto e influência da participação online destes utilizadores em processos de decisão. Minimizar-se-iam assim os riscos das leituras unidimensionais produzidas pelo método quantitativo que, segundo Bryman (2004, p. 35), encerra o perigo da generalização para além das margens limitadoras da pesquisa. Seguindo as ideias de Flick, Kardorff e Steinke (2004, p. 9) sobre o método qualitativo, uma abordagem mais intensiva às formas de participação pública em rede permitiria complementar os chamados “dados duros”, introduzindo diferenciação e intensificação, e oferecendo um novo referencial na interpretação das relações de cariz estatístico da pesquisa quantitativa do *Digital news report*.

Por outro lado, seria igualmente interessante confrontar o profissional jornalista, figura central da conceção seminal de esfera pública, com os resultados de estudos futuros que procurem refletir sobre o produto da auto-perceção dos cidadãos relativamente à sua participação na construção de uma nova esfera pública, numa discussão que se funde com o debate mais amplo do *gatekeeping* e da teoria da ambivalência na profissão de jornalista. ✍

## AGRADECIMENTOS

Este artigo foi escrito com o apoio financeiro da FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia – Portugal), contemplado na bolsa individual de doutoramento com a referência SFRH/BD/131338/2017

## REFERÊNCIAS

- Ahva, L. (2011). What is public in public journalism? *Estudos de Comunicação*, 9, 119-142. Retirado de <http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-07.pdf>
- Andrade, P. (2013). Ontologia Sociológica da Esfera Pública Digital: o caso da web 2.0./3.0. *Comunicação e Sociedade*, 23, 186-201. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1621
- Beckett, C. (2008). *Super media – saving journalism so it can save the world*. EUA: Blackwell Publishing.
- Beckett, C. (2010). *The value of networked journalism*. Londres: London School of Economics and Political Science.
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press.
- Bergström, A. & Belfrage, M.J. (2018). News in social media. *Digital Journalism*, 6(5), 583-598. DOI: 10.1080/21670811.2018.1423625
- Boeder, P. (2005). Habermas' heritage: the future of the public sphere in the networked society. *First Monday*, 10(9). DOI: 10.5210/fm.v10i9.1280
- Bryman, A. (2004). *Quantity and quality in social research*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* Oxford: Oxford University Press.
- Carlson, M. (2017). Facebook in the news: social media, journalism, and public responsibility following the 2016 trending topics controversy. *Digital Journalism*, 6(1), 4-20. DOI: 10.1080/21670811.2017.1298044
- Carlsson, U. & Weibull, L. (2018). *Freedom of expression in the digital media culture. A study of public opinion in Sweden*. Göteborg: Nordicom.
- Carvalho, T. & Casanova, J.L. (2010). Esfera pública, democracia e internet: os bloggers em Portugal. *OBS\*Observatorio*, 4(2), 091-118. DOI: 10.15847/obsOBS422010343
- Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2007). Communication power and counter-power in the networked society. *International Journal of Communication*, 1, 238-266. Retirado de <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/46/35>
- Castells, M. (2008). The new public sphere: global civic society, communication networks, and global governance. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 78-93. DOI: 10.1177/0002716207311877
- Çela, E. (2015). Social media as a new form of public sphere. *European Journal of Social Sciences Education and Research*, 4(1), 195-200. DOI: 10.26417/ejser.v4i1.p195-200
- Crack, A. M. (2007). Transcending borders? Reassessing public spheres in a networked world. *Globalizations*, 4(3), 341-354. DOI: 10.1080/14747730701532427

- Dahlberg, L. (2004). The Habermasian public sphere: a specification of the idealized conditions of democratic communication. *Studies in Social and Political Thought*, 10, 2-18. Retirado de <https://tinyurl.com/ygmpxmjq>
- Dahlberg, L. (2007). The internet, deliberative democracy, and power: radicalizing the public sphere. *International Journal of Media & Cultural Politics*, 3(1), 47-64. DOI: 10.1386/macp.3.1.47/1
- Davenport, T. H. & Beck, J.C. (2002). *The attention economy: understanding the New Currency of Business*. Boston: Harvard Business Press.
- Fernback, J. & Thompson, B. (1995). Virtual communities: abort, retry, failure? [Post em blogue]. Retirado de <http://www.rheingold.com/texts/techpolitix/Vccivil.html>
- Flick, U., Kardorff, E. V. & Steinke, I. (2004). What is qualitative research? An introduction to the field. In U. Flick, E. V. Kardorff & I. A. Steinke (Eds.), *Companion to qualitative research* (pp. 3-11). Londres: Sage.
- Frenette, M. & Vermette, M.F. (2013). Os jovens adultos e a esfera pública digital. *Comunicação e Sociedade*, 23, 14-35. Retirado de [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.23\(2013\).1611](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.23(2013).1611)
- Gerhards, J. & Neidhardt, F. (1991). Strukturen Und Funktionen Modernder Offentlichkeit: Fragestellungen Und Ansätze. [Post em blogue]. Retirado de <http://www.polsoz.fu-berlin.de/soziologie/arbeitsbereiche/makrosoziologie/mitarbeiter/lehrstuhlinhaber/dateien/GerhardsNeidhardt-1990.pdf>
- Giddens, A. (2000). *Runaway world*. Nova Iorque: Routledge.
- Glaser, M. (2010). Citizen journalism: widening world views, extending democracy. In S. Allan (Ed). *The Routledge companion to news and journalism* (pp. 578-590). Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Glaser, T. L. (ed.) (1999). *The idea of public journalism*. Nova Iorque: The Guilford Press.
- Haas, T. (2007). *The pursuit of public journalism: theory, practice and criticism*. Nova Iorque: Routledge.
- Habermas, J. (1968/1989). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1998). *Between facts and norms*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Hjarvard, S. (2018). Public service in the age of social network media. In G. F. Lowe, H. Van den Bulck & K. Donders (Eds.), *Public service media in the networked society* (pp. 59-74). Gothenburg: Nordicom.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: where old and new media collide*. Nova Iorque: New York University Press.
- Khan, M. Z. (2012). From Habermas model to new public sphere: a paradigm shift. *Global Journal of Human Social Science*, 12(5), 43-51. Retirado de [https://globaljournals.org/GJHSS\\_Volume12/6-From-Habermas-Model-to-New.pdf](https://globaljournals.org/GJHSS_Volume12/6-From-Habermas-Model-to-New.pdf)
- Lewis, S. C. (2012). The tension between professional control and open participation: journalism and its boundaries. *Information, Communication & Society*, 15(6), 836-866. DOI: 10.1080/1369118X.2012.674150
- Luque, S. G., Martínez, J. F. & Sánchez, M. O. P. (2013). O Movimento 15M. Ações coletivas e voláteis no campo político. *Comunicação e Sociedade*, 23, 56-68. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1613
- Mahlouly, D. (2013). Rethinking the public sphere in a digital environment: similarities between the eighteenth and the twenty-first centuries. *ESharp*, 20(6), 1-21. Retirado de [https://www.gla.ac.uk/media/media\\_279211\\_en.pdf](https://www.gla.ac.uk/media/media_279211_en.pdf)

- Manning, D. W. (1950). The “gate keeper”: a case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, 27(4), 383-390. Retirado de <http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1950-White-383-90.pdf>
- Mason, P. (2012). *Why it's kicking off everywhere: the new global revolutions*. Londres: Verso Press.
- Mourao, R. R., Yoo, J., Geise, S., Araiza, J. A., Kilgo, D. K., Chen, V. Y. & Johnson, T. (2015). Online news, social media and european union attitudes: a multidimensional analysis. *International Journal of Communication*, 9, 3199-3222. Retirado de <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2990/1480>
- Murru, M.F. (2013). A interseção entre o “óbvio” e o “público catalisado” através do domínio de mediatização das culturas cívicas. *Comunicação e Sociedade*, 23, 153-169. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1619
- Noor, R. (2017). Citizen journalism vs mainstream journalism: a study on challenges posed by amateurs. *Athens Journal of Mass Media and Communication*, 3(1), 55-76. Retirado de <https://www.athensjournals.gr/media/2017-3-1-4-Noor.pdf>
- Palczewski, C. H. (2001). Cyber-movements, new social movements, and counterpublics. In R. Asen & D. Brouwer (Eds.), *Counterpublics and the state* (pp. 161-186). Albany NY: State University of New York Press.
- Reuters Institute for the Study of Journalism. (2018). *Digital news report*. Retirado de <http://media.digitalnewsreport.org/wp-content/uploads/2018/06/digital-news-report-2018.pdf?x89475>
- Rosen, J. (1999). *What are journalists for?* New Haven: Yale University Press.
- Sampedro, V. & Avidad, M.M. (2018). The digital public sphere: an alternative and counterhegemonic space? The case of Spain. *International Journal of Communication*, 12, 23-44. Retirado de <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/6943>
- Shoemaker, P. J. & Vos, T.P. (2009). *Gatekeeping theory*. Nova Iorque: Routledge.
- Singer, J. B. (2012). The journalist in the network. A Shifting rationale for the gatekeeping role and the objectivity norm. *Tripodos: Llenguatge, Pensament, Comunicació*, 23, 61-76. Retirado de <http://openaccess.city.ac.uk/3479/7/The%20journalist%20in%20the%20Network.pdf>
- Sousa, H., Pinto, M. & Costa e Silva, E. (2013). Esfera pública digital – fragilidades e desafios: uma introdução. *Comunicação e Sociedade*, 23, 5-8. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1609
- Strandberg, K. & Berg, J. (2013). Comentários dos leitores dos jornais online: conversa democrática ou discursos de Opereta virtuais? *Comunicação e Sociedade*, 23, 110-131. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1617
- Torres da Silva, M. (2013). Participação e deliberação: um estudo de caso dos comentários às notícias sobre as eleições presidenciais brasileiras. *Comunicação e Sociedade*, 23, 82-95. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1615
- Usha, M. R. & Niemann, M. (2017). Social media as a platform for incessant political communication: a case study of Modi's “clean India” campaign. *International Journal of Communication*, 11, 3431-3453. Retirado de <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/6727>
- van der Haak, B., Parks, M. & Castells, M. (2012). The future of journalism: networked journalism. *International Journal of Communication*, 6, 2923-2938. Retirado de <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1750/832>
- Van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press.

Walter, S. (2015). Three models of the european public sphere. *Journalism studies*, 18(6), 749-770. DOI: 10.1080/1461670X.2015.1087815

#### NOTA BIOGRÁFICA

Tiago Lima Quintanilha é doutorando em Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL e bolseiro de doutoramento FCT no CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ESPP). É licenciado em Sociologia pelo ISCTE-IUL e tem uma pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos pela mesma instituição.

Atua nas áreas das Ciências Sociais, com ênfase nas Ciências da Comunicação, ciência aberta e estudos de jornalismo. Foi gestor de uma revista científica internacional, de 2009 a 2016, e investigador no ISCTE-IUL e no Observatório da Comunicação em Lisboa. Colaborou com a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) no estudo “Públicos e Consumos de Média”. Colaborou com o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações no ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, e com o Reuters Institute for the Study of Journalism. É autor de três livros, 12 capítulos de livros, uma dezena de artigos académicos e mais de 65 relatórios de pesquisa e consultoria nas áreas dos media e comunicação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9189-481X>

Email: [Tiago.lima@obercom.pt](mailto:Tiago.lima@obercom.pt)

Morada: CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ESPP), Edifício Sedas Nunes, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa (Portugal)

\* **Submetido: 12.05.2018**

\* **Aceite: 24.07.2018**



## **A CONTRIBUTION TO THE DEBATE ON THE REDEFINITION OF THE NETWORKED PUBLIC SPHERE BASED ON PORTUGUESE PUBLIC PARTICIPATION IN CYBERSPACE**

Tiago Lima Quintanilha

---

### **ABSTRACT**

This article locates Portugal in the discussion on the transition from a normative public sphere (Habermas, 1968/1989, 1998) to a new networked public sphere (Benkler, 2006), powered by the internet, global networked society and participative and interactive cultures. We use data from the public participation module of the 2018 *Digital news report* published by the Reuters Institute for the Study of Journalism, which surveyed a representative sample of the Portuguese population. The results point to the existence and appropriation of many forms of public participation in cyberspace. Users share news, comment on news, take part in online votes, etc., on press websites and social media. Nonetheless, the collected data point to a type of online public participation that determines the slow constitution and consolidation of a new networked public sphere in Portugal.

### **KEYWORDS**

Seminal public sphere; redefinition of public sphere; networked public sphere; online public participation; Portugal

---

## **UM CONTRIBUTO PARA O DEBATE SOBRE A REDEFINIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA EM REDE A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DOS PORTUGUESES NO CIBERESPAÇO**

### **RESUMO**

O presente artigo tenta enquadrar para Portugal a discussão sobre a transição de uma esfera pública normativa (Habermas, 1968/1989, 1998) para uma nova esfera pública em rede (Benkler, 2006), potenciada pelas características da internet, pela sociedade em rede global, e pelas culturas participativas e interativas. São utilizados dados do módulo participação pública do inquérito *Digital news report*, do Reuters Institute for the Study of Journalism, de 2018, aplicado a uma amostra representativa da população portuguesa. Os dados obtidos apontam para a existência e apropriação dos múltiplos formatos de participação pública no ciberespaço, através da partilha de notícias, comentários a notícias, participação em processos de votação online, etc., nos sites de títulos de imprensa ou nas redes sociais. Contudo, os dados coligidos apontam para a fundação de uma participação pública no ciberespaço que, pelas suas características, determina a constituição e consolidação lentas de uma nova esfera pública em rede para o contexto português.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Esfera pública seminal; redefinição de esfera pública; esfera pública em rede; participação pública online; Portugal

---

## INTRODUCTION

The transformation of the mass media paradigm introduces clear changes in terms of media practices and in the role of citizens/consumers/producers (Sousa, Pinto & Costa e Silva, 2013, p. 9).

With the advent of decentralised non-markets of horizontal production of internet contents (Benkler, 2006) and the redefinition of the boundaries between producers and consumers of information resulting from 1) the appearance of interactive, participative audiences and 2) networked journalism (Beckett, 2008, 2010; Glasser, 1999, 2010; Noor, 2017; Rosen, 1999; Singer, 2012; Van der Haak et al., 2012), it now makes sense to reposition the debate on the public sphere in the context of networked public participation. This debate is both global, in the spectrum of the characteristics of networked society, and local within the specificities of each country.

Although difficult to define (Sousa et al., 2013, p. 9), Habermas's original idea of the public sphere (1968/1989), has led to "more contemporary settings that include a media ecology punctuated by the internet" (Sousa et al., 2013, p. 9) that "have been hailed as instrumental in supporting these new forms of engagement in public life" (Frenette & Vermette, 2013, p. 37). As Carvalho and Casanova (2010) mentioned, the internet and the different forms of information, interaction and discussion constitute an impetus that has been renewing the public sphere and the mediating instances of democratic order. This opinion is shared by Benkler (2006), Carlsson and Weibull (2018), who speak of a decentralised networked information environment operating outside the market sphere with an influence on the redefinition and democratisation of the public sphere.

## METHODOLOGY

Our methodological strategy in this article focuses on a quantitative method using secondary data collated by the Reuters Institute for the Study of Journalism in its *Digital news report 2018* (DNR) resulting from collaboration with the Communication Observatory in Lisbon, Portugal. Online questionnaires were sent to a proportional, stratified sample of the Portuguese population consisting of 2,008 respondents in mainland Portugal and the Azores and Madeira autonomous regions. This sample was representative of the Portuguese population in general rather than just internet users.

There are three reasons for using these secondary data: 1) since 2015 the *Digital news report* by the Reuters Institute for the Study of Journalism has been the main tool for collecting data on internet users' relationships with the news in Portugal; 2) the "Sociedade em Rede em Portugal" survey, an important methodological exercise in gathering information on Portuguese people's online activities and experiences, was conducted for the last time in December 2013; 3) the author has a close relationship with the Lisbon Communication Observatory, a body that works with the Reuters Institute for the Study of Journalism on the planning, data management and dissemination of the report results in Portugal.



One of the advantages of using the above-mentioned data from the DNR online participation module is precisely the scope achieved by the survey's representativity. After the discontinuation of the "A sociedade em rede" reports, it is a considerable asset in exploring new dynamics in online experiences in Portugal.

The main advantage of using a representative survey, as Bryman (2004, p. 11, 2012, p. 192) reminds us, is its ability to generate quantifiable data from a larger population and better mirror the characteristics of the population itself.

#### **FRAMEWORK OF AND DEBATE ON NORMATIVE THEORY OF THE PUBLIC SPHERE AND THE NEW NETWORKED PUBLIC SPHERE**

Habermas's (1968/1989, 1998) seminal definition of the public sphere describes a set of practices and institutions lying between the private interests of civil society's everyday life and the power of the state. Habermas (1998) speaks of a communication system between the state and civil society in a definition that is embraced by authors such as Gerhards and Neidhardt (1991), who refer to a communication system capable of mediating between citizens and government. According to the normative approach to the public sphere, a number of authors (Ahva, 2011, p. 1; Walter, 2015) see in this mediation process the decisive role of journalism and journalists, who define what is included in the news and who participates in media coverage.

The definition of the public sphere by the German philosopher and sociologist Jürgen Habermas (1968/1989) involves the normative idea that, without the stimulus of the flow of information based on experience and expertise capable of guaranteeing intensive research (which is not cheap), public communication loses its vitality and point of reference, thereby compromising the standards of journalism and the heart of the public sphere. Habermas's vision is therefore very close to the normative theory of gatekeeping (Lewis, 2012; Manning, 1950; Shoemaker & Vos, 2009; Singer, 2012). He more or less clearly states the journalist's position as gatekeeper of a unique public sphere.

Nonetheless, in their discussions of the role of informationalism and network society as catalysts of change fundamentally determined by technology, authors like Castells (2008) claim that globalisation has extended the debate from national to global and fostered the appearance of a transnational civil society and ad hoc forms of global governance. At the same time, the public sphere as a forum on public matters is also changing from a national to a transnational dimension built on worldwide communication networks.

Benkler (2006) upholds that the idea that citizens on the internet can now enjoy a new freedom to act and cooperate with each other will lead to a better democratic experience, justice and reflexivity, with obvious benefits to the community.

Benkler (2006) spoke of an age characterised by information overload and the dangers of an inability to take in the flow of information – *Nobody listens when everyone is talking!* Even so, he was not immediately able to foresee the effects of deregulation of this information hyper-flow and mainly took an optimistic, celebratory view of the formulation of a networked public sphere.

Benkler believes that the construction of a networked public sphere would, to an extent, minimise the limitations of the mass media, what Haas (2007) called the shortcomings in conventional journalism. This would increase the ways in which anyone could speak, question and investigate, thereby taking advantage of the internet's scope and characteristics. Benkler (2006) advocates the re-foundation of a networked public sphere based on decentralised approaches capable of acting as watchdogs by extending the debate to new actors in the different forms of horizontal production of information.

Hjarvard's (2018, p. 72) view is close to Benkler's (2006) celebratory considerations of this new public sphere. He believes that it constitutes a structural change in Habermas's public sphere, where the online media are responsible for the restructuring of private, personal relationships and public arenas, and new deliberative forms of communication.

On the other hand, Khan (2012) positions himself in the middle of this argument between Habermas's public sphere and the new networked public sphere. He argues that the framework for describing Habermas's public sphere still considers its founding principles and mechanisms to be relevant in the overall theory of the global public sphere (Giddens, 2000; Khan, 2012). He upholds that the characteristics of a new public sphere, with globalisation, social software, etc, not only do not oppose Habermas's view of the public sphere, but also support the principles and requirements of the idea of a global public sphere (Çela, 2015, also mentions the importance of social media). He believes that, at global level, this idea juxtaposes the usual and most contentious research on the matter.

Khan (2012) says that the structural conditions for Habermas's model of public sphere are firstly the fact that media institutions form its primary foundation, secondly the role of public opinion as a crucial player and main state watchdog tool and thirdly the imperative need for a vibrant civil society capable of leading the public debate. He therefore believes that the concept of a public sphere is more the result of a triad model that benefits from decentralised online participation. This is in an age of new freedoms to act and interact while the foundational role assigned to the media is disputed by the ever-increasing power of active, participative, networked citizens sustained by what Crack (2007) calls the decisively distinguishing role of the internet and new technologies in the reformulation of new model of the networked public sphere.

Nonetheless, before Benkler's (2006) and Khan's (2012) more celebratory views on a reformulated normative theory of the public sphere, Boeder (2005) stated that the redefinition of the concept as an extension of the scope and impact of people's participation to a certain extent accompanied the abandonment of the strict distinction between post-modern fact and fiction. Contrary to Benkler's (2006) and Khan's (2012) later observations, Boeder's arguments (2005) underscored the central role of media institutions and professional credentials in determining a valid public sphere that was closer to Habermas's initial theory, as opposed to the strengthening of the role of civil society and public opinion in determining a new public sphere. Boeder's (2005) idea was reinforced years later by Ahva (2011), who stressed the central role of journalism as an institution

or agent in the construction of the public sphere, even though it was worth discussing the validity of a more maximalist debate focusing on multiple public spheres, unlike the single public sphere in Habermas's initial works.

Boeder (2005) also wonders about the possibility of the new media like the internet only constituting a superficial substitute for what he calls "authentic discourse". He speculates whether virtual communities can contribute to a new public debate or whether they are mere simulations of the cathartic distraction of an audience that feels more involved, even if this self-perceived involvement has no effect on an advance and consolidation of effective participation.

On the subject, Boeder highlights the need for a broad discussion of the redefinition of the public sphere (2005). He underlines the sparse debate on some limitations, such as a failure to discuss issues such as ownership and control of technology (central to the discussion of a new networked public sphere) and those that benefit from it. Boeder (2005) avails himself of the initial contributions of Fernback and Thomson (1995). In the late 1990s, when the internet was burgeoning, they upheld that online citizenship would have to prove 1) that it could be a panacea for the problems of democratic representation and 2) that sustained active participation in multiple electronic media publication and communication channels might not necessarily be synonymous with healthier societies thanks to the extension of the public debate.

In turn, Mahloully (2013) introduces further debate on the construction of a digital public sphere model. She identifies the emergence of communities that are transnational and diffuse and bases her ideas on a certain technological determinism. She believes that online social interactions are conditioned and limited by the technological design of the new communication devices. Furthermore, she endeavours to demonstrate how the digital age affects the quality of public discourse by empowering amateur contributors and legitimising them in exactly the same way as specialised professionals. She distinguishes between the normative public sphere and the current participative culture that is central to the new public sphere model and rejects the idea that everyone is qualified to contribute to the public discourse in exactly the same way. Nonetheless, she also recognises the benefits of technology as a vehicle for expressing the many subjectivities, giving cyber-activism as an example. She underscores the idea that online social interactions make collaborative projects and political involvement more attractive as they offer users the chance to protect their personal identity and be part of broader social movements.

In short, Ahva (2011, p. 124) speaks of a categorical dichotomy of citizens' roles in the public sphere as active agents or representatives of citizenship. She is closer to Habermas's normative public sphere theory and upholds that although the ultimate authority in societies lies with their citizens it does not give them the central role in the functioning of the public sphere through their public activity.

On the other hand, the more disruptive agency framework associated with the new global networked public sphere suggests that citizens constitute the most important group of communicators in determining any public sphere. This model focuses on ongoing public participation and is based on the fact that all citizens are specialists in their own lives and interests (Walter, 2015).

## **PUBLIC PARTICIPATION IN THE REDEFINITION OF THE PUBLIC SPHERE: THE PORTUGUESE PERSPECTIVE**

The decentralisation of the news production process in the networked society (Castells, 2002) and in the age of the culture of connectivity (Van Dijck, 2013) redefines the symbolic power structures in the construction of news. Media organisations now have less control over content and its distribution. A major consequence of this is the strength of this role embraced by audiences that are simultaneously news consumers, producers, assessors and commentators. This strength now challenges the central role played by the media in general and journalism in particular as fundamental elements in a normative public sphere. It also features in a discussion that basically varies between the need to preserve the role of journalism and media organisations in the construction of a seminal public sphere, and the need to recreate the concept of a public sphere from the intricate system of global networked participation and interactions.

We will now take a close look at what is happening in Portugal based on the dynamics of public participation and the online public space, using the data from the Reuters Institute for the Study of Journalism *Digital news report* (2018), which was produced in collaboration with the Lisbon Communication Observatory.

The questions in the Reuters survey module on public participation in the internet first show that approximately half of the respondents tended to share news, mainly by email or on social media. Around seven out of 10 said that they participated in online information content in a sample that said it was very or extremely interested in the news.

On the other hand, commenting on the news showed a different trend in this sample, as they tended to share news much more than they commented on it. This evidence could be interpreted to mean that “people do not create new information by themselves: basically, they echo what comes to them” (Luque, Martínez & Sánchez, 2013, p.79).

Additionally, “deliberative theory has several conditions that citizen conversations need to satisfy in order to be considered democratic conversations” (Barber, Dahlberg & Stromer-Galley, quoted in Strandberg & Berg, 2013, pp. 132-133). Where comments on online news headline websites are concerned, the authors believe that, based on data from an analysis of comments on an online Finnish newspaper, public participation outputs often lack quality (Strandberg & Berg, 2013, p. 111).

This means that, although online comments enable people to discuss issues in context (Strandberg & Berg, 2013, p. 134), they often do not offer the right conditions for reformulation of the public sphere based on the quality of public participation in digital formats. They may represent a set of demagogical, belligerent, exhibitionistic, subjective, irrational, uncivilised considerations and incidental conversations that do not meet the normative requirements for deliberation or the public sphere (Dahlberg, 2004).

When all is said and done, as Torres da Silva (2013, p. 83) points out, “although several studies have underlined the internet democratization features, doubts remain as to the quality of the debates that it hosts”.

Share news	48,8%
Share news by email or social media	44,5%
Comment on news reports	29,9%
Participate in online informative contents	69,5%

Table 1: "In a normal week, in your online activity, you usually..."

Source: RDNR, 2018

When asked about ways of sharing and participating in news contents, the forms that respondents mentioned most, in decreasing order of importance, were online interaction with friends and co-workers; sharing news on social media such as Facebook and Twitter, a category that shows the weight of social media today in determining the life cycle of news; and comments on the news in the social media. On the subject of the power of the social media, Luque, Martínez and Sánchez (2013, pp. 57-59) remind us that these networks offer real opportunities for personal and mass protests carried mainly by user-generated contents, as they have become the main civic organisation platforms for communication among millions of people.

It is worth saying that comments on the news on press group websites are valued by only around 9% of the respondents, while about 18% graded, flagged or 'liked' news.

I share news on social media (Facebook, Twitter, LinkedIn)	35,7%
I share news by email	17,8%
I grade, like or flag news	17,6%
I comment on news on social media (Facebook, Twitter)	26,2%
I comment on news on press group websites	8,7%
I blog about political or news issues	14,4%
I send or share news videos and photos on social media websites	8,6%
I send or share news videos and photos on press group or media organisation websites	5,4%
I take part in online votes on news or social media websites	11,6%
I participate in news-based groups or campaigns	3,4%
I interact with friends and co-workers on the internet about news (email, social media, messaging apps)	42,3%
I share news on messaging platforms (WhatsApp, Facebook, Messenger, etc)	18,5%
None of the above	20,3%

Table 2: "In a normal week, how do you share or participate in news contents?"

Source: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018

The dimensions of interaction and sharing of news are therefore two important aspects of the respondents' relationship with the news, even though comments on news are highlighted by only 25% of the sample.

While the vast majority of the respondents mentioned at least one form of participation in or sharing of online news, only 20,3% said that they did not share or participate in online news contents in any way.

Table 3, on the other hand, confirms the growing weight of social media in what Castells (2007) called the online news environment. Authors such as Bergström and Belfrage, 2018; Carlson, 2017; Mourao and colleagues, 2015; Sampedro and Avidad, 2018; Usha and Niemann, 2017, refer to it as one of the main means of changing the news ecosystem.

Indeed, 75% of the respondents used Facebook. Of these, 52,5% usually read, viewed, shared or discussed news contents. Even though Facebook's hegemony in the social media in Portugal is clear and it is the social medium used most to interact with news contents, many respondents use other social platforms.

	GENERAL USE	READING, VIEWING, SHARING OR DISCUSSING NEWS ITEMS
Facebook	74,8%	52,5%
YouTube	68,7%	22,2%
Facebook Messenger	62,5%	19,4%
WhatsApp	39,9%	11,2%
Instagram	33,9%	6,4%
LinkedIn	24,7%	6,7%
Pinterest	21,4%	3,3%
Twitter	13,1%	5,3%
Google+	9,6%	3,6%
Snapchat	5,7%	0,8%
Tumblr	3,2%	0,6%
Viber	2,7%	0,4%
Telegram	1,7%	0,5%
Flickr	1,2%	0,1%
Slack	1,2%	0,4%
Periscope	0,7%	0,1%
Line	0,6%	0,2%
WeChat	0,6%	0,0%
Kik	0,3%	0,1%
Other	1,0%	0,7%

Table 3: General use of social media and reading, viewing, sharing or discussing news items

Source: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018

I posted news	16,9%
I shared or liked a news item	57,1%

Table 4: "What did you do when using Facebook the week before the survey?"

Source: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018 (n=1055)

More than half of the 1.055 respondents who said that they had used Facebook in the week before the survey said that they had shared or liked news, while 16,9% had published news on their Facebook pages. Once again, there were more respondents who had shared something already published or circulating online than those who had published on their own initiative.

Agree	31,4%
Neither agree nor disagree	33,6%
Disagree	34,9%

Table 5: "When I am looking up news on social media, I pay attention to the number of likes and shares, because they are what tell me the news is worth my while"

Source: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018 (n=1937)

The attention economy (Davenport & Beck, 2012) is built and defined in metrics based on views, likes and shares in the online experiences of some internet users. Regarding the importance of likes and shares in determining users' news diets, although 31.4% of the respondents considered the number of likes important when choosing news, 33.6% neither agreed nor disagreed with the statement and around 35% did not regard the number of likes or shares of news as defining their interest in news.

Agree	36,0%
Neither agree nor disagree	34,4%
Disagree	29,6%

Table 6: "I tend to think carefully when I express my political views on the Internet, because it may cause me problems with the authorities"

Source: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018 (n2018=2008)

Some of the reasons why the respondents shared news more often than commenting on it are set out in table seven. Indeed, 36% of them (more than a third of the sample) still tended to think carefully about their online political comments and views. It is not clear in this analysis whether this reflection prevents greater online participation in the form of comments or whether it is determined by the idea that, by not creating

new information, people basically tend to reproduce what they view (Luque, Martínez & Sánchez, 2013).

	GENDER		AGE					ACADEMIC QUALIFICATIONS			
	Male	Female	18-24	25-34	35-44	45-54	55+	Less than 12 <sup>th</sup> grade	12 <sup>th</sup> grade	Vocational training	Higher education
I shared news on social media	33,5%	37,6%	22,8%	27,2%	32,1%	37,3%	43,1%	36,7%	37,1%	32,1%	35,8%
I commented on a news post on social media	26,7%	25,7%	17,3%	19,9%	27,5%	26,5%	30,1%	15,9%	28,5%	23,9%	26,4%
I commented on a news post on a news website	11,1%	6,5%	4,6%	8,6%	8,1%	10,5%	9,1%	6,1%	8,2%	11,3%	8,8%
I took part in online votes on news websites or social media	14,2%	9,2%	8,1%	10,0%	10,3%	14,2%	12,7%	11,0%	9,7%	12,6%	13,1%
I interact about news with friends and co-workers online (email, social media)	25,2%	26,4%	28,9%	23,9%	23,5%	22,5%	28,5%	22,0%	22,4%	20,1%	28,8%
I think carefully before expressing my political views online because it may cause me problems with the authorities	36,6%	35,4%	37,1%	38,2%	38,3%	34,2%	34,7%	31,7%	36,4%	36,5%	35,8%

Table 7: Some sociodemographic analyses of ways of interacting and sharing online

Source: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018 (n2018=2008)

Based on a cross-tabulation of some sociodemographic variables (gender, age and academic qualifications) with the issues set out in the previous tables, we found that there were no significant differences in terms of association between the variables.

ASSOCIATION METRICS	GENDER (DICHOTOMIC)	AGE (ORDINAL)	QUALIFICATIONS (ORDINAL)
I shared news on social media (dichotomic)	Vcramer=0,043	Vcramer=0,153	Vcramer=0,063
I commented on a news post on social media (dichotomic)	Vcramer=0,009	Vcramer=0,102	Vcramer=0,069
I commented on a news post on a news website(dichotomic)	Vcramer=0,086	Vcramer=0,058	Vcramer=0,036
I took part in online votes on news website or social media (dichotomic)	Vcramer=0,076	Vcramer=0,062	Vcramer=0,070
I interact about news with friends and co-workers on the internet (email, social media)	Vcramer=0,014	Vcramer=0,059	Vcramer=0,080
I think carefully before expressing my political views online because it may cause me problems with the authorities (dichotomic)	Vcramer=0,050	Vcramer=0,054	Vcramer=0,043

Table 8: Crosstabulation between sociodemographic variables and module questions “News and public participation”

Source: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2018 (n2018=2008)



We can, however, recognise some differences in the percentages obtained: 1) the male respondents tended to comment more on news posts on chat sites and to participate more in online votes on websites or social media; 2) the female respondents and those in the older age groups tended to share more news on social media; 3) older respondents tended to comment more on news posts on social media, while the respondents who had not completed the twelfth grade tended to do so the least; 4) the respondents with degrees tended to interact more about news issues with friends and co-workers online; 5) older respondents and those who had not completed the twelfth grade tended to be more convinced that expressing their political views online might cause them problems with the authorities.

These results can be explained by the fact that:

the age factor is of relevant weight as an influence on sharing and comments on news (...). Older people share and comment more on news on online platforms. Knowing that younger people are avid users of online social media, this analysis shows that, where news is concerned, they are not the ones who have the most influence on the flow of online shares and comments. Older people are in fact the ones who share the news most on social media (Cardoso et al., 2017, pp 56-57).

The fact that older people are the ones who share and interact most with the news on online platforms goes against the idea that, as young people have the universal skills, as a number of authors seem to suggest (Frenette & Vermette, 2013), they communicate more online than the other age groups, “expressing their own identities, experiences and interests online” (Frenette & Vermette, 2013, p. 48).

## CONCLUSIONS

The main characteristics of the internet have boosted the redefinition of boundaries between producers and consumers of contents. Consumers are increasingly becoming active, participative players in the production and dissemination of information and in the solidification of new forms of public participation online.

As mentioned by Dahlberg (2007), Mason (2012) and Palczewski (2001), digital devices have generated new forms of social mobilisation that go beyond screens. They have enabled citizens to exert a growing influence on decision making and the democratic process, leading authors like Sampedro and Avidad (2018) to talk of the construction of a digital public sphere as an alternative, counter-hegemonic space for public participation.

In this article we have discussed some of the defining characteristics of the dynamics of public participation in Portugal based on their relationship with digital news contents, in which they share, publish, comment on and vote on news, etc.

We began with a theoretic review of the concept of the public sphere and the transition to a new networked public sphere. We reflected on the theoretic dichotomies of 1) a current that upholds the normative concept of Habermas’s public sphere and the

hegemonic position of professions experience and expertise and 2) a more celebratory current of a new networked public sphere based on greater online participation and interaction between participative cultures (Jenkins, 2006; Lewis, 2012; Singer, 2012) capable of maximising internet features, such as speed and global scope, so that they can become effective members of a more decentralised, horizontal, differentiated global public debate.

The Internet has an impact on how power relationships play out in society because, among other factors, it enlarges the possibility of participation by allowing forms of expressions that are less demanding, socially and culturally speaking, as well as being very appealing. For instance, the interactive features allowing us to receive personalized feedback and the capacity to interact instantaneously with other parties, are characteristics of ICTs that facilitate participation. Moreover, ICTs allow engagement in the public sphere (...) these characteristics of ICTs that enable new forms of engagement in the digital sphere (...) meaning that you can participate in the public sphere, at any time and from anywhere. (Frenette & Vermette, 2013, p.37-38)

The data from the 2018 *Digital news report* resulting in Portugal from a collaboration between the Reuters Institute for the Study of Journalism and OberCom demonstrated how people in Portugal conduct their public participation in cyberspace based on their online experience and relationship with news. Ranging from sharing news and interacting with it by submitting comments on social media and chat websites to online votes, there are many ways in which a substantial percentage of internet users in Portugal become part of a system that was previously characterised by a unidirectional relationship between news producers and passive consumers. As Frenette and Vermette point out (2013, p. 38),

indeed, media have always served as an important relay of information between those holding power and the general population, but for a long time, the communication was mainly unidirectional. Their recent transformations (i.e., immediate access to information, variety of sources from all over the world, possibility for the public to intervene, and so forth) inevitably have consequences for how power relations play out, both within and between the public spheres. (Frenette and Vermette, 2013, p. 38)

Nonetheless, although these many forms of participation in and relationship with news are part of Portuguese users' online experience today and even if the hegemonic dimension of sharing may in itself be considered an extension or legitimisation of a point of view, the Reuters' survey results for a sample of 2.008 respondents show that the news-sharing dimension is far greater than comments and opinions on news issues. This may be based on the idea that people tend to reproduce what comes to them rather than creating their own information (Luque et al., 2013, p. 67). A considerable percentage of the respondents admitted to a certain reluctance to express their points of view, because of consequences from the authorities.

Although the statistics did not show great differences in participation profiles, the male respondents tended to comment and share slightly more than the female respondents on media group websites. The female respondents tended to share and participate more in social media than the men. The older respondents were the ones who commented most on news posts in the social media, while those with the lowest academic qualifications commented the least.

To a certain extent, the results of the survey of Portuguese internet users show very similar behaviour to those in Boeder's (2005) findings. Boeder (2005) was critical of the assessment of consolidation of effective participation in new public spheres. Referring to the new formats of internet participation, he speaks of an ecosystem that, in spite of its varied forms of participation, is not reflected in the stabilisation of participation capable of building a new public sphere based on greater citizen participation. Boeder's (2005) thinking, set out in this survey's results, suggests holding back on the idea that the "digital public sphere is immersed in the present conjuncture of accelerated transformation and probable rupture, which certainly will affect the way we exercise our citizenship in contemporary times" (Andrade, 2013, p. 202).

On the subject, Luque, Martínez and Sánchez (2013, p. 67) refer to public participation as a distant dream, a networked public sphere that is not fully inclusive in a context where ICTs do nothing more than produce a placebo effect in terms of public participation in the public sphere. The authors believe that the reason for this distant dream is the certainty that citizens' use of technology for public participation does not occur automatically and proportionally. In other words, it is not enough to have the equipment in order to access it.

Frenette and Vermette (2013) went further in a study on young adults' involvement in the digital sphere, which helps us to position the results used in this article. They refer to the intricate system of reconfiguration of the digital public sphere and the impossibility of embracing the normative, celebratory guaranteeism of the new public spheres, where each one is an integral part of this reconfiguration. They uphold that, although the internet boosts freedom of expression, its ability to encourage citizens' empowerment is by no means certain (Frenette & Vermette, 2013, p. 29). This can be explained by six points: 1) although the internet has allowed more people to take part in current public discourses, its users do not have the same technical or social skills to make the most of these opportunities; 2) in spite of the obvious advantages of the internet in terms of involvement in the public sphere, not everyone uses or wishes to use these opportunities permanently; 3) on the other hand, socialisation practices subtly guide men and women to different concepts of their role in the construction of the public sphere; 4) the predominance of personal self-interest in life outlooks and each person's role in society favours a mixture of personal interests and matters that have to do with society as a whole; 5) beyond the democratic horizon of "all-participative", there is unequal distribution of socio-cultural capital; 6) there are different degrees of public involvement, from permanent activism to a vaguer interest (Frenette & Vermette, 2013, pp. 50-55).

In conclusion, even if the material configuration of the new communication technologies supported by the internet includes huge potential for participation, interaction

and collaborative production, the real effects of these changes have yet to be verified (Murru, 2013, pp. 171-172).

### SUGGESTIONS FOR FUTURE RESEARCH

One way of complementing the Reuters Institute for the Study of Journalism report might be to form focus groups and conduct interviews with internet users. This would help ascertain in more detail the reasons and dynamics behind public participation in cyberspace and achieve self-perception of the impact and influence of their online participation on decision making. This would minimise the risks of one-dimensional interpretations resulting from the quantitative method that, according to Bryman (2004, p. 35), runs the risk of generalisation beyond the boundaries of research. Following the ideas on the qualitative methods of Flick, Kardorff and Steinke (2004, p. 9), a more intensive approach to forms of networked public participation would complement the so-called “hard data”. It would introduce differentiation and intensification and offer a new reference in the interpretation of statistical relationships from the quantitative research in the *Digital news report*.

On the other hand, it would be equally interesting to confront professional journalists, the central figure of the seminal idea of the public sphere, with the results of future studies seeking to reflect on citizens’ self-perceptions regarding their participation in the construction of a new public sphere, in a discussion that merges with the wider debate of gatekeeping and the theory of ambivalence in the journalist’s profession. ✍

Translation: Wendy Maralyn Antunes Graça

### ACKNOWLEDGEMENTS

This article was written with financial support from FCT (Fundação para a Ciência e Tecnologia – Portugal), which was included in individual PhD grant no. SFRH/BD/131338/2017.

### REFERENCES

- Ahva, L. (2011). What is public in public journalism? *Estudos de Comunicação*, 9, 119-142. Retrieved from <http://www.ec.ubi.pt/ec/09/pdf/EC09-2011Mai-07.pdf>
- Andrade, P. (2013). Sociological ontology of the digital public sphere: the case of Web 2.0/3.0. *Comunicação e Sociedade*, 23, 202-216. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1622
- Beckett, C. (2008). *Super Media – saving journalism so it can save the world*. USA: Blackwell Publishing.
- Beckett, C. (2010). *The value of networked journalism*. London: London School of Economics and Political Science.
- Benkler, Y. (2006). *The wealth of networks: how social production transforms markets and freedom*. New Haven: Yale University Press.

- Bergström, A. & Belfrage, M. J. (2018). News in social media. *Digital Journalism*, 6(5), 583-598. DOI: 10.1080/21670811.2018.1423625
- Boeder, P. (2005). Habermas' heritage: the future of the public sphere in the networked society. *First Monday*, 10(9). DOI: 10.5210/fm.v10i9.1280
- Bryman, A. (2004). *Quantity and quality in social research*. London and New York: Routledge.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Carlson, M. (2017). Facebook in the news: social media, journalism, and public responsibility following the 2016 trending topics controversy. *Digital Journalism*, 6(1), 4-20. DOI: 10.1080/21670811.2017.1298044
- Carlsson, U. & Weibull, L. (2018). *Freedom of expression in the digital media culture. A study of public opinion in Sweden*. Göteborg: Nordicom.
- Carvalho, T. & Casanova, J. L. (2010). Esfera Pública, democracia e internet: os bloggers em Portugal. *OBS\*Observatorio*, 4(2), 091-118. DOI: 10.15847/obsOBS422010343
- Castells, M. (2002). *A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2007). Communication power and counter-power in the networked society. *International Journal of Communication*, 1, 238-266. Retrieved from <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/viewFile/46/35>
- Castells, M. (2008). The New public sphere: global civic society, communication networks, and global governance. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 78-93. DOI: 10.1177/0002716207311877
- Çela, E. (2015). Social media as a new form of public sphere. *European Journal of Social Sciences Education and Research*, 4(1), 195-200. DOI: 10.26417/ejser.v4i1.p195-200
- Crack, A. M. (2007). Transcending borders? Reassessing public spheres in a networked world. *Globalizations*, 4(3), 341-354. DOI: 10.1080/14747730701532427
- Dahlberg, L. (2004). The Habermasian public sphere: a specification of the idealized conditions of democratic communication. *Studies in Social and Political Thought*, 10, 2-18. Retrieved from <https://tinyurl.com/y9mpxmjq>
- Dahlberg, L. (2007). The internet, deliberative democracy, and power: radicalizing the public sphere. *International Journal of Media & Cultural Politics*, 3(1), 47-64. DOI: 10.1386/macp.3.1.47/1
- Davenport, T. H. & Beck, J. C. (2002). *The attention economy: understanding the New Currency of Business*. Boston: Harvard Business Press.
- Fernback, J. & Thompson, B. (1995). Virtual communities: abort, retry, failure? [Post em blogue] Retrieved from <http://www.rheingold.com/texts/techpolitix/VCCivil.html>
- Flick, U., Kardorff, E. V. & Steinke, I. (2004). What is qualitative research? An introduction to the field. In U. Flick; E. V. Kardorff, & I. A. Steinke (Eds.), *Companion to qualitative research* (pp. 3-11). London: Sage.
- Frenette, M. & Vermette, M.F. (2013). Young adults and the digital public sphere: a cross-cultural perspective. *Comunicação e Sociedade*, 23, 36-55. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1612
- Gerhards, J. & Neidhardt, F. (1991). Strukturen Und Funktionen Modernder Öffentlichkeit: Fragestellungen Und Ansätze. [Post em blogue]. Retrieved from <http://www.polsoz.fu-berlin.de/soziologie/arbeitsbereiche/makrosoziologie/mitarbeiter/lehrstuhlinhaber/dateien/GerhardsNeidhardt-1990.pdf>

- Giddens, A. (2000). *Runaway world*. New York: Routledge.
- Glaser, M. (2010). Citizen journalism: widening world views, extending democracy. In S. Allan (Ed). *The Routledge companion to news and journalism* (pp. 578-590). New York & London: Routledge.
- Glaser, T. L. (Ed.) (1999). *The idea of public journalism*. New York: The Guilford Press.
- Haas, T. (2007). *The pursuit of public journalism: theory, practice and criticism*. New York: Routledge.
- Habermas, J. (1968/1989). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: Polity Press.
- Habermas, J. (1998). *Between facts and norms*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Hjarvard, S. (2018). Public service in the age of social network media. In G. F. Lowe, H. Van den Bulck & K. Donders (Eds.), *Public service media in the networked society* (pp. 59-74). Gothenburg: Nordicom.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: where old and new media collide*. New York University Press.
- Khan, M. Z. (2012). From Habermas model to new public sphere: a paradigm shift. *Global Journal of Human Social Science*, 12(5), 43-51. Retrieved from [https://globaljournals.org/GJHSS\\_Volume12/6-From-Habermas-Model-to-New.pdf](https://globaljournals.org/GJHSS_Volume12/6-From-Habermas-Model-to-New.pdf)
- Lewis, S. C. (2012). The tension between professional control and open participation: journalism and its boundaries. *Information, Communication & Society*, 15(6), 836-866. DOI: 10.1080/1369118X.2012.674150
- Luque, S. G., Martínez, J. F. & Sánchez, M. O. P. (2013). The 15M Movement. Collective and volatile actions in the political arena. *Comunicação e Sociedade*, 23, 69-81. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1614
- Mahlouly, D. (2013). Rethinking the public sphere in a digital environment: similarities between the eighteenth and the twenty-first centuries. *ESharp*, 20(6), 1-21. Retrieved from [https://www.gla.ac.uk/media/media\\_279211\\_en.pdf](https://www.gla.ac.uk/media/media_279211_en.pdf)
- Manning, D. W. (1950). The “Gate Keeper”: A case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, 27(4), 383-390. Retrieved from <http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1950-White-383-90.pdf>.
- Mason, P. (2012). *Why it's kicking off everywhere: the new global revolutions*. London: Verso Press.
- Mourao, R. R., Yoo, J., Geise, S., Araiza, J. A., Kilgo, D. K., Chen, V.Y. & Johnson, T. (2015). Online news, social media and european union attitudes: a multidimensional analysis. *International Journal of Communication*, 9, 3199-3222. Retrieved from <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2990/1480>
- Murru, M.F. (2013). The intersection between “obvious” and “catalyzed public” through the mediating domain of civic cultures. *Comunicação e Sociedade*, 23, 170-185. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1620
- Noor, R. (2017). Citizen Journalism vs Mainstream journalism: a study on challenges posed by amateurs. *Athens Journal of Mass Media and Communication*, 3(1), 55-76. Retrieved from <https://www.athensjournals.gr/media/2017-3-1-4-Noor.pdf>
- Palczewski, C. H. (2001). Cyber-movements, new social movements, and counterpublics. In R. Asen & D. Brouwer (Eds.), *Counterpublics and the state* (pp. 161-186). Albany NY: State University of New York Press.
- Reuters Institute for the Study of Journalism. (2018). *Digital news report*. Retrieved from <http://media.digitalnewsreport.org/wp-content/uploads/2018/06/digital-news-report-2018.pdf?x89475>
- Rosen, J. (1999). *What are journalists for?* New Haven: Yale University Press.

- Sampedro, V. & Avidad, M.M. (2018). The digital public sphere: an alternative and counterhegemonic space? The case of Spain. *International Journal of Communication*, 12, 23-44. Retrieved from <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/6943>
- Shoemaker, P. J. & Vos, T.P. (2009). *Gatekeeping theory*. New York: Routledge.
- Singer, J. B. (2012). The journalist in the network. A Shifting rationale for the gatekeeping role and the objectivity norm. *Tripodos: Llenguatge, Pensament, Comunicació*, 23, 61-76. Retirado de <http://openaccess.city.ac.uk/3479/7/The%20Journalist%20in%20the%20Network.pdf>
- Sousa, H. & Pinto, M. & Costa e Silva, E. (2013). Digital public sphere: weaknesses and challenges. *Comunicação e Sociedade*, 23, 9-12. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1610
- Strandberg, K. & Berg, J. (2013). Online newspapers' readers' comments - democratic conversation platforms or virtual soapboxes? *Comunicação e Sociedade*, 23, 132-152. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1618
- Torres da Silva, M. (2013). Participation and deliberation: a case study of readers' comments to news stories on the Brazilian presidential campaign. *Comunicação e Sociedade*, 23, 96-109. DOI: 10.17231/comsoc.23(2013).1616
- Usha, M. R. & Niemann, M. (2017). Social media as a platform for incessant political communication: a case study of Modi's "clean India" campaign. *International Journal of Communication*, 11, 3431-3453. Retrieved from <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/6727>
- van der Haak, B., Parks, M. & Castells, M. (2012). The future of journalism: networked journalism. *International Journal of Communication*, 6, 2923-2938. Retrieved from <http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1750/832>
- Van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press.
- Walter, S. (2015). Three models of the european public sphere. *Journalism studies*, 18(6), 749-770. DOI: 10.1080/1461670X.2015.1087815

## BIOGRAPHICAL NOTE

Tiago Lima Quintanilha is currently enrolled as a Ph.D. candidate in Communication Sciences at ISCTE-IUL. His research interests include studies in media, journalism and open science. He served as a research assistant at the Communication Observatory in Lisbon (OberCom) and served as journal manager at the *OBS\* Observatorio* e-journal from 2009 to 2016. He collaborated with the Research Centre in Economic and Organizational Sociology at the Lisbon School of Economics & Management; the Regulatory Authority for the Media (ERC) as well as with the Reuters Institute for the Study of Journalism on the project "Digital News Report Portugal" (2015 & 2016). In his research and consultancy career he has co-authored over 65 research reports in the field of media and communication studies, three books, 13 book chapters and 10 peer-reviewed original scientific articles in topics ranging from radio innovation and newspaper industrial dynamics to digital advertising and the networked future of the European film sector. His work has been recognised by two academic merit-based scholarships and his doctoral research is supported by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9189-481X>

Email: [Tiago.lima@obercom.pt](mailto:Tiago.lima@obercom.pt)

Address: CIES-IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (ESPP), Edifício Sedas Nunes, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa (Portugal)

\* **Submitted: 12.05.2018**

\* **Accepted: 24.07.2018**



## **A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE NARRATIVAS COLETIVAS DA IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA: HOMOGENEIDADE OU DIVERSIDADE?**

Filipa Perdigão Ribeiro

---

### **RESUMO**

As concepções dominantes do Portugal “autêntico” ou “real” estão agora tão naturalizadas no discurso nacional que muitos dos contextos socio-históricos da sua construção discursiva foram apagados da memória coletiva das pessoas. Este artigo apresenta uma visão geral das narrativas e memórias coletivas mais proeminentes no contexto português, destacando os eventos históricos que as moldaram, como por exemplo a Revolução de 1974, a partir da qual todas as narrativas atuais sobre identidade nacional construíram as suas principais referências. Este texto refere brevemente a historiografia do século XIX, a conceptualização do Estado Novo sobre a “missão nas colónias” de Portugal, a rutura ideológica da Revolução com o antigo regime e os principais mitos de homogeneidade e estereótipos. Deste modo, os discursos contemporâneos sobre a identidade nacional portuguesa são considerados à luz da memória social e da mudança diacrónica.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Identidade nacional portuguesa; narrativas coletivas; discursos; Revolução de 1974; nacionalismo banal

---

## **THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF COLLECTIVE NARRATIVES ON PORTUGUESE NATIONAL IDENTITY: HOMOGENEITY OR DIVERSITY?**

### **ABSTRACT**

Mainstream conceptions of the “authentic” or “real” Portugal are now so naturalized in national discourse that many of the socio-historical contexts of their discursive construction have been erased from people’s collective memory (-ies). This paper presents an overview of the prominent collective narratives and memories in the Portuguese context, highlighting salient historical events that shaped them, such as the 1974 revolution which was a watershed moment from which all current narratives on national identity construct their major reference. It briefly covers 19th century historiography, the *Estado Novo*’s concept of Portugal’s “mission in the colonies”, the revolution’s ideological break with the old regime, and the major myths of homogeneity and self-stereotyping. Thus, contemporary discourses on Portuguese national identity are considered in the light of social memory and diachronic change.

### **KEYWORDS**

Portuguese national identity; collective narratives; discourses; 1974 revolution; banal nationalism

---

## INTRODUÇÃO

Portugal, através do Museu Nacional de Arte Antiga, apresenta a todos os visitantes, nacionais e internacionais, o melhor da produção cultural que demonstra, uma vez mais, o seu papel como produtor e produto de boas práticas de comunicação global, sua matricial vocação identitária, através dos registos históricos de natureza científica, artística, cultural e comercial. Este movimento cumpriu-se da Europa para o Mundo e deste para a Europa, para onde os portugueses sempre trouxeram, entre o século XV e a atualidade, essa riqueza primordial que é a imensa diversidade humana.

Este excerto, retirado do texto introdutório da exposição internacional *Englobando o globo: Portugal e o mundo, nos séculos XVI e XVII* (16 de julho a 11 de outubro de 2009, Museu Nacional de Arte Antiga), incorpora alguns dos principais temas da identidade nacional portuguesa contemporânea: a nação “pioneira dos mares” como mediadora entre “nós, os europeus” e “eles, o resto do mundo”; a nação como guardiã da “diversidade humana”, ou, em termos modernos, do “multiculturalismo e tolerância”; a nação como mediadora que “ofereceu novos mundos ao mundo”. O texto encapsula a proeminência de uma narrativa hegemónica profunda de identidade cultural, histórica e essencialista que permeia a maior parte do discurso sobre a identidade nacional portuguesa<sup>1</sup>. Sob essa perspetiva, somos levados a perguntar como é que esses mitos de homogeneidade surgiram, uma vez que posições nacionalistas são facilmente descartadas como algo extremista e irracional (Billig, 1995). A tentação de situar o discurso nacionalista entre o tipo de vocabulário que “nós”, os cidadãos instruídos, não usamos é grande. No entanto, num artigo de opinião publicado em 26 de março de 2008, o poeta e político português Manuel Alegre declarou, em relação ao Acordo Ortográfico de 1990: “o que está em jogo é uma questão de identidade nacional”. Ainda neste contexto, o Acordo foi descrito, entre outras coisas, como “um ataque à nossa língua”, “um desrespeito pela diversidade e riqueza linguística” e “um erro histórico” (Carita, 2008, p. 16). Aliás, entre as gerações mais jovens, as opiniões não diferem. Os resultados de um inquérito aplicado a 198 estudantes universitários revelou que 70,7% rejeitaram o Acordo para “proteger a identidade cultural portuguesa e preservar o património cultural do papel de liderança de Portugal durante o período do império” (Carvalho & Cabecinhas, 2013, p. 88). Estes dois exemplos ilustram como a questão da identidade nacional emerge na vida pública portuguesa com regularidade, quer seja com base em razões políticas, económicas e sociais, ou, neste caso, linguísticas.

De entre as principais teorias que dizem respeito à “criação da nação”, o foco deste trabalho são os séculos XIX e XX, quando a maioria dos debates questionando a identidade nacional ganha destaque, salientando as grandes tensões e revoltas que Portugal

<sup>1</sup> Outro exemplo recente desta narrativa essencialista da identidade é o Discurso da Tomada de Posse do atual presidente português, Marcelo Rebelo de Sousa, no qual declarou: “Os valores matriciais da Constituição são igualmente os da identidade nacional, enraizados na nossa terra e no nosso mar, mas de vocação universal - uma plataforma que construímos entre continentes e, sobretudo, entre culturas e civilizações”. Discurso da Tomada de Posse do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa no Parlamento, 9 de março de 2016, retirado de <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=103410>

tem enfrentado ao lidar com o “outro”. Além disso, nas últimas décadas, Portugal tem estado sujeito a vários processos históricos e sociais. Em abril de 2004, a Revolução comemorou o seu 30.º aniversário e uma série de académicos e formadores de opinião estavam finalmente em condições para iniciar o debate sobre o passado recente das últimas três décadas. A Revolução havia acabado com o domínio político de Portugal sobre as suas antigas colónias africanas e havia dado novo alento ao longo debate sobre o “papel simbólico de Portugal” e sobre a interpretação mítica de sua identidade nacional. A adesão à União Europeia em 1986 e a crescente globalização económica levaram à urgente reflexão sobre as consequências da Revolução e também sobre o debate em curso centrado na identidade nacional. Além disso, o número crescente de migrantes económicos que chegaram a Portugal a partir dos anos 80<sup>2</sup> colocou inevitavelmente em questão a ideia de “cidadãos perfeitamente assimilados” e forçou repensar na reformulação das instituições nacionais e dos direitos relacionados com os grupos, com implicações para a natureza e práticas da identidade nacional (Biles & Spoonley, 2007, p. 194). Curiosamente, a construção e consolidação da nação portuguesa remonta historicamente ao século XIII, e apresenta alguns traços desviantes em relação a algumas das principais teorias que atribuem a criação do nacionalismo ao Estado moderno (Anderson 1983/2006; Gellner 1983/2006; ver também Almeida, 2004, sobre a situação distinta de Portugal).

Aqui a análise é guiada por quatro fatores principais que moldaram a construção discursiva da identidade nacional de Portugal. Primeiro, enquanto país pequeno e modestamente povoado, a relação com uma Espanha avassaladora e única vizinha moldou a maioria dos debates sobre o tema<sup>3</sup>. O segundo fator relaciona-se com o conceito de “glorioso império ultramarino”, cuja administração foi empreendida pelo Estado português desde o início do século XV até meados do século XX<sup>4</sup>. Por sua vez, essas relações “imaginárias”/“imaginadas” e reais no exterior moldaram a perceção do país sobre a sua relação com a Europa, percebida e (discursivamente) construída como um todo integral e abstrato (ou seja, os países não são entidades únicas e individualizadas). A ditadura e a guerra colonial em África (que durou treze anos), ambas durante o século XX, constituem os fatores número três e número quatro com impacto decisivo na autoimagem de Portugal nos discursos públicos e nas narrativas de autorrepresentação. Esses fatores serão explorados nas secções abaixo.

Com base nestes pressupostos, este artigo discute as narrativas coletivas e memórias salientes no contexto português, ligando-as aos acontecimentos históricos que as moldaram. Foi estruturado de forma a fornecer uma visão geral, mas concisa, de algumas das dimensões sociopolíticas e históricas em Portugal relacionadas com questões

<sup>2</sup> Ver Vieira e Trindade (2008) e Peixoto (2014) para uma perspetiva global dos recentes fluxos migratórios para Portugal.

<sup>3</sup> Já no século XIV, a população portuguesa sentia um crescente sentimento de ódio contra Castela e Leão (dois dos vários antigos reinos que vieram a transformar-se na Espanha). Vários autores, entre os quais Saraiva e Lopes (1987), mostraram como esses sentimentos levaram a investidas regulares ao longo dos séculos, nos momentos em que a independência de Portugal estava em jogo.

<sup>4</sup> O poder administrativo da nação estendia-se desde Portugal até à Índia (Goa, Damão e Diu), China (Macau), Ásia Oriental (Timor Leste), África (Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe) e América Latina (Brasil).

de construção de identidade e de “pertença” de um ponto de vista macro, a partir da exploração de estudos críticos do discurso, de história, de sociologia e de antropologia. O objetivo é traçar a construção do discurso público sobre a identidade nacional que enquadra os discursos contemporâneos nacionais sobre esta temática e compreender de que forma as autoridades estatais e as elites académicas e políticas, através da mediação da esfera pública – média, escola, discurso público, narrativas históricas, etc. –, têm desempenhado um papel fundamental na formação das memórias e narrativas coletivas recentes.

Na próxima secção descrevem-se as principais narrativas na historiografia do século XIX, altura em que os primeiros debates públicos sobre a questão da “identidade nacional” emergem. Em segundo lugar, serão descritas as narrativas mais proeminentes da “missão de Portugal no mundo” impostas à população durante a época da ditadura. A guerra colonial, que decorreu nos últimos treze anos do Estado Novo, e o seu papel fundamental na construção das narrativas nacionais de identidade, também são abordados. Em terceiro lugar, focar-se-á a forma como a Revolução do 25 de abril de 1974 e as suas consequências moldaram as narrativas e as memórias coletivas no passado recente e como as elites de Portugal sentiram uma forte necessidade de “repensar Portugal”, retomando o antigo debate do século XIX. Defendido por muitos escritores e historiadores, este debate favoreceu o projeto europeu em detrimento do “projeto imperial”. Segue-se um resumo das principais reivindicações sobre as narrativas dominantes da identidade nacional portuguesa, conforme são apresentadas por historiadores, sociólogos, filósofos e escritores, e como esses discursos constroem “o outro”. A secção final aborda as representações discursivas do relacionamento de Portugal com três atores específicos: Espanha, Europa e os novos migrantes.

#### **PRESSUPOSTOS SUBJACENTES À CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE NAÇÕES E IDENTIDADES NACIONAIS**

O entendimento de identidade nacional e de nacionalidade que aqui se segue baseia-se em diversos sobrepostos. Para começar, as nações devem ser entendidas como construções mentais, como “comunidades políticas imaginadas” (Anderson, 1983/2006, p. 6). “Estão representados nas mentes e memórias dos nacionais como unidades políticas soberanas e delimitadas” (De Cillia, Reisigl & Wodak, 1999, p. 153), através de discursos (linguagem e outros sistemas semióticos) produzidos, reproduzidos, transformados e/ou destruídos. O ditador português António de Oliveira Salazar compreendia claramente como esta representação funcionava e aplicou-a ao império colonial português. Atualmente, esta representação ainda desempenha um papel importante na construção discursiva da identidade nacional portuguesa. Em segundo lugar, a identidade nacional pode ser considerada como uma espécie de “habitus” (partindo do conceito de Bourdieu), ou seja, “um complexo de ideias comuns, conceitos ou esquemas de perceção comuns de atitudes emocionais intersubjetivamente partilhadas por um grupo específico de pessoas, as quais são todas interiorizadas através da socialização nacional” (De Cillia et al., 1999, p. 153).

No caso da nação portuguesa, as ideias, conceitos ou questão dizem respeito à ideia de traços específicos do caráter de ser português que distinguem os portugueses dos outros povos – incluindo noções estereotipadas que “nos” distinguem de “eles”, nomeadamente uma “história nacional comum, cultura, presente e futuro”, bem como um “território nacional específico”. Estas disposições comportamentais incluem a solidariedade com o próprio grupo nacional, bem como a exclusão dos “outros” deste coletivo construído.

O próximo pressuposto, que se interliga com o anterior, diz respeito às ligações muito estreitas entre “construção discursiva de nações e de identidades nacionais” e “a construção de diferença/distintividade e singularidade” (De Cillia et al., 1999, p. 153). No momento em que é “elevado ao nível do imaginário coletivo”, tanto a construção daquilo que é semelhante como a construção daquilo que é diferente violam a variedade plural e democrática e a multiplicidade, dada a pressão interna do grupo no sentido da homogeneização” (De Cillia et al., 1999, p. 153). Este último argumento é visível na persistente tentativa de homogeneização do grupo interno transmitida nos media ou, por exemplo, nos discursos presidenciais<sup>5</sup>. Mesmo assim, a identidade nacional nunca é fixa num sentido essencialista, já que existirão sempre, invariavelmente, conceções, histórias e estereótipos em concorrência (Billig, 2009, p. 348). Também identidades diferentes são discursivamente construídas de acordo com o contexto, nomeadamente, o público alvo dessas narrativas, o cenário situacional do ato discursivo e o tema em discussão (De Cillia et al., 1999, p. 153; Wodak, 2006, p. 106). Por fim, a vida contemporânea é diariamente injetada com pressupostos e símbolos nacionalistas, que muitas vezes passam despercebidos. Isto é, “o complexo de crenças, suposições, hábitos, representações e práticas” é reproduzido endemicamente de forma “banalmente mundana” (Billig, 1995, p. 6).

## RAÇA E NACIONALIDADE

Portugal é o estado-nação mais antigo da Europa, com fronteiras a datar do século XII, quando o aspirante a rei, Afonso Henriques, batalhou contra o seu próprio primo, Alfonso VII do Reino de Leão. Afonso Henriques acabou por se coroar *rex Portugalensis* (Rei de Portugal) e adotou uma política expansionista contra os mouros e os espanhóis. Esta narrativa fundadora do país é bem conhecida dos portugueses. Relembramo-la aqui pelo seu valor paradigmático em termos da visão essencialista da identidade nacional portuguesa consensualmente aceite. Para implementar essa visão, o Estado Novo controlou o currículo do ensino da História, impondo narrativas oficiais e valorizando a relação entre a história e os projetos nacionalistas, nomeadamente as versões românticas da nação criadas durante o século XIX (Torgal, 1989). Na verdade, essas versões românticas – originalmente moldadas pela historiografia do século XIX – da narrativa fundadora vieram apresentar uma separação definitiva do que seria mais tarde a Espanha e têm sido utilizadas discursivamente para distanciar Portugal do seu vizinho territorial.

<sup>5</sup> Ver a nota de rodapé n.º 1.

Durante o século XIX, tal como por toda a Europa, as questões do nacionalismo dominaram a esfera pública portuguesa. As teorias que explicavam a génese da nação faziam parte da cultura geral (Sobral, 2004, p. 257). O historiador Alexandre Herculano (1846/1980-81) argumentou que a nação portuguesa era um produto político, resultado da sua formação nas mãos dos barões da parte noroeste da Península Ibérica. Outro proeminente historiador do século XIX, Oliveira Martins (1879), na sequência das ideias de Herculano, acrescentou que existiam traços de origem celta no carácter português. Oliveira Martins (1879, p. 29) acreditava numa civilização ibérica, num “carácter peninsular [que consistia] no traço fundamental da raça”. Assim, o argumento étnico/racial acabou por ser difundido durante as décadas de 1870 e 1880. A representação da história do país, em paralelo com a de Espanha, era composta por duas etapas principais: uma de grandeza, que atingiu o seu pico durante os impérios marítimos do século XVI; e a seguinte, de decadência, que durou até o século XIX. Teófilo Braga, também um historiador português, insistiu na abordagem étnica para explicar a nacionalidade portuguesa, defendendo até que havia uma distinção racial dos espanhóis, incluindo a influência árabe durante os sete séculos de domínio dos mouros nas regiões do sul de Portugal (Braga, 1885, 1894).

Como resultado, o fator racial foi percebido como um elemento proeminente na organização social. Na segunda metade do século XIX, a interpretação do nacionalismo com fundamento na raça (mesmo que fosse uma combinação de diversos povos) contribuiu para um sentido de comunidade, baseado na falsa sensação de uma origem única e de um destino comum. Durante este período, e estendendo-se até às primeiras décadas do século XX, sucessivas crises políticas e económicas, o cada vez menor papel político do país na Europa, e a crescente migração da população para o Brasil, incutiram a ideia de que “a essência histórica dos primeiros séculos do estado português” (Sobral, 2004, p. 266) tinham de voltar a ser capturados.

Numa fase ulterior, alegando a presença de traços de carácter comuns, outros autores sugeriram que existia uma continuidade ou homogeneidade entre os povos lusitanos e o português (Correia, 1919), ou até entre vários grupos étnicos, incluindo árabes, judeus e africanos subsarianos (Vasconcellos, 1940-1941). Após a Segunda Guerra Mundial, os currículos escolares, apesar de terem incorporadas a ideologia fascista de António de Oliveira Salazar, davam ênfase à multiplicidade de contribuições étnicas para o povoamento da Península Ibérica, nunca mencionando palavras como “Ariano” ou “semita” por causa da sua óbvia estigmatização. Sob a ideologia nacionalista de Salazar, a ênfase colocada nas múltiplas origens étnicas do povo lusitano foi expandida através do conceito de lusotropicalismo de Gilberto Freyre “que incorporava o mito de um harmonioso Império Português multirracial” (Cusack, 2005, p. 601). Como tal, os portugueses “tinham um fim ou propósito didático: o de desvalorizar quanta tese racista se levanta contra os povos heterogêneos. Nunca o ideal de pureza de raça animou ou limitou os esforços portugueses” (Freyre, 1942, p. 48)<sup>6</sup>. Este conceito, apropriado pela

<sup>6</sup> A conceptualização inicial do conceito “lusotropicalismo” foi introduzida pela primeira vez pelo antropólogo brasileiro Gilberto Freyre na obra *Casa-Grande & Senzala* (1933). As expressões “lusotropical” e “tropicalismo” são formuladas pela primeira vez nas conferências que o autor profere em Goa (1951) e em Coimbra (1952) e mais tarde reunidas na obra *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953) do mesmo autor (Castelo, 1999, p. 33, 2011, p. 267). O conceito engloba o

ideologia salazarista – porque fornecia o repertório para o regime responder às críticas cada vez mais fortes das Nações Unidas e de outros foros internacionais (Sidaway & Power, 2005) – propunha que

a independência do português se processou pela negação de qualquer puritanismo étnico (...) e por uma ‘consciência de espécie’ não biológica, de semelhanças rigorosamente de raça, mas social: a consciência de necessidades, de aspirações, de interesses comuns entre elementos etnicamente heterogéneos. (Freyre, 1942, p. 25)

Embora modernizada, esta imagem multicultural dos portugueses prevalece em termos de construção discursiva.

### O ESTADO NOVO E A PORTUGALIDADE

O ditador de direita António de Oliveira Salazar chega ao poder político como ministro das Finanças em 1928 e inicia o Estado Novo, oficializado na Constituição de 1933. Enquanto primeiro-ministro, Salazar acabou por governar o país praticamente sozinho de 1932 a 1968. O regime ditatorial durou até à revolução de 25 de Abril de 1974, na altura já sob o comando do único outro primeiro-ministro do Estado Novo, Marcello Caetano, que sucedeu a Salazar em 1968. Em 1974, Portugal possuía o regime fascista mais antigo do mundo. Lamentavelmente, o governo de Salazar/Caetano tinha subsistido ao período entre as Grandes Guerras, à Segunda Guerra Mundial, e ao período do pós-guerra e imposto valores nacionalistas à população portuguesa. Entretanto, o sistema de ensino fora adaptado de forma a glorificar a nação portuguesa e os seus territórios ultramarinos centenários.

A partir dos anos 1930, o Estado Novo assume a “função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam” (Ato Colonial, 1930, artigo 2). Esta seria a missão e “o fardo do homem português” (Rosas, 2001, p. 1034) e a essência orgânica da nação portuguesa que, por sua vez, justificava e legitimava o direito de ocupar, possuir e colonizar os territórios ultramarinos. Estes direitos alienáveis sobre os territórios ultramarinos estavam fundamentados na manutenção da independência nacional, percebida e discursivamente construída como estando constantemente sob ameaça de Espanha. Ao mesmo tempo, a grande dimensão do Império Colonial compensava o tamanho do pequeno Portugal continental (Rosas, 2001).

Na busca de seus objetivos, o Estado Novo tentou estabelecer uma ideia mítica da “essência portuguesa” (Rosas, 2001, p. 1034). Salazar estava, no entanto, preocupado principalmente com as elites, pois acreditava que o futuro da nação e do regime dependia, sobretudo, das elites instruídas, que perpetuariam o “verdadeiro interesse nacional” (Rosas, 2001, p. 1038).

---

conhecimento experiencial vivo e direto dos trópicos, tanto no Oriente como em África ou na América, que deu lugar a um novo tipo de civilização lusotropical, implicando um carácter simbiótico único de união entre a Europa e os trópicos.

Sendo este o caso, o domínio forte da ditadura fora construído sobre uma ideologia que propunha o conceito de Portugalidade e o expansionismo ultramarino, bem como a ideia de família e da religião católica. Portanto, “perder África” na década de 1970, a última posse política e simbólica do império ultramarino, era (e ainda é para alguns setores da população) a grande perda de uma nação que permaneceu incapaz de encontrar-se (Ferreira, 1993 p. 173). Muitos portugueses encaravam os territórios ultramarinos e Portugal como eternamente ligados através da língua e cultura portuguesas<sup>7</sup>. No entanto, exceto para o setor religioso (cujo suporte era a estrutura da Igreja), a abordagem autoritária piramidal para a divulgação destas ideologias nunca teve o efeito de imbuir totalmente as pessoas na “sinalização-da-nação” (*flagging-of-the-nation*) (Billig, 1995). Na verdade, largos setores da população ressentiam-se cada vez mais das colónias e, a partir de 1961, quando a guerra colonial começou em Angola, do esforço de guerra. Este último envolveu uma drenagem significativa no orçamento nacional e, mais importante, exigiu um elevado número de jovens recrutas masculinos<sup>8</sup>. Outro fator de ressentimento em relação às colónias africanas era a implicação de uma “portugalidade danificada” produzida pelos portugueses que haviam emigrado para África. Percebeu-se que esses migrantes rotulados de “retornados” mantinham um estilo de vida e “práticas que eram consideradas moralmente suspeitas por parentes e membros da comunidade que haviam permanecido para trás em Portugal” (Lubkemann, 2002, p. 189). Como resultado, após a Revolução de 1974, os chamados retornados foram fortemente estigmatizados pela população que permaneceu em Portugal<sup>9</sup>, em forte contraste com os portugueses que tinham migrado para outros destinos, como a França, o Luxemburgo ou a Alemanha ou ainda o continente Americano (Lubkemann, 2002).

Deste modo, o Estado Novo reivindicou e divulgou a imagem de um “Portugal maior”, uma representação necessária para defender a independência de Portugal contra “o outro”. A população em geral, na sua maioria analfabeta, assimilava estas representações ao mesmo tempo que se ressentia da nação *de facto* por razões económicas, sociais e emocionais, já que “os seus rapazes” tinham que navegar para o ultramar para lutar nas guerras coloniais. Paralelamente, pequenas minorias das elites instruídas sustentavam a ideologia do Estado ou revoltavam-se contra ela - na medida do possível, dada a censura e o papel ativo da polícia política, conhecida pelo acrónimo PIDE - questionando a dita “missão” portuguesa nas colónias. Esta ambivalência relativamente à ideia hegemónica da nação persistiria durante os anos imediatamente após a Revolução, e ainda mais no futuro, moldando os discursos sobre a identidade nacional e a rejeição inicial de tudo o que estivesse relacionado com patriotismo ou com símbolos nacionais, uma vez que estes eram vistos como autoritários, antidemocráticos e contra a liberdade<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> Num estudo de 2001, os portugueses admitiram as quatro principais razões para se sentirem orgulhosos do país: os Descobrimientos, a Revolução do 25 de abril, a língua portuguesa por todo o mundo e os laços históricos com outros povos (Almeida, 2004).

<sup>8</sup> Calcula-se que um milhão de pessoas tenha estado envolvido (incluindo civis, famílias, etc.) no esforço de guerra, viajando para África a determinada altura durante no período de 1961-1974.

<sup>9</sup> Ver, a título de exemplo, o *post* em blogue de Passos (2016, 6 de janeiro) no qual ele descreve essa experiência traumática.

<sup>10</sup> De facto, a população em geral parece ter feito as pazes com a bandeira portuguesa durante a Expo em 1998 e, posteriormente, durante o Campeonato Europeu de Futebol em 2004, eventos nos quais a bandeira foi orgulhosamente exibida.



## O 25 DE ABRIL E A (BREVE) REJEIÇÃO DOS SÍMBOLOS NACIONAIS

A Revolução introduziu uma rutura importante com os valores autoritários, as crenças e as ideologias do regime anterior (Barreto, 1995, 2000; Cabral, 1999). Durante o inevitável entusiasmo pós-revolucionário, a população portuguesa sentiu que os paradigmas culturais impostos anteriormente se tinham desmoronado, nomeadamente a insistência em manter a esfera privada “secreta” e a esfera pública<sup>11</sup> sob o escrutínio da censura, uma vez que no período pós-revolução, as ideologias sociais predominantes promoviam o coletivo sobre o indivíduo. Almeida (2004, p. 3), por exemplo, sugere que, em termos de memória coletiva, a “revolução inaugurou a maior utopia coletiva dos portugueses”. No entanto, acrescenta o autor, durante a turbulência as pessoas esqueceram-se de que o passado é componente da identidade nacional. De facto, por um breve período, o Portugal pós-revolucionário tentou rejeitar o seu passado recente e, associada a essa rejeição, a sua história coletiva, precisamente porque a política ideológica do Estado Novo havia apropriado, reenquadrado e incorporado essa mesma história coletiva.

A essa breve interrupção dos discursos públicos dominantes/hegemónicos seguiu-se, na década de 1980, uma crescente desconfiança nas ideologias sociais defendidas pelos partidos de esquerda. O enfoque político na cultura enquanto património, na portugalidade e na identidade nacional retornaram. Ser “nacional” torna-se um valor unificador na preocupação crescente sobre a imagem do país e sobre o seu reconhecimento na Europa, juntamente com a falta de debate sobre o que seria relevante em termos de políticas culturais (Reis, 1993, p. 473).

A partir de uma perspetiva analítica, durante os anos oitenta e noventa, académicos portugueses sentiram a necessidade de visitar o passado histórico com base em premissas científicas modernas e válidas. Os investigadores estavam interessados em interpretar a identidade de Portugal (e a política) à luz de cenários internacionais: Europa, Estados Unidos, relações internacionais Norte-Sul e as antigas colónias portuguesas em África. Os investigadores tornaram-se cada vez mais conscientes de que, para compreenderem Portugal, tinham de olhar para o “outro” (Barreto, 1994, p. 1064). Desde então, os sociólogos têm argumentado que fenómenos considerados de tipo permanente pelo Estado Novo, e até certo ponto ainda enraizados nos discursos coletivos sobre a identidade nacional, estão, na verdade, em constante mutação. Exemplos destes seriam a cultura, a língua, a etnia, a religião e certas tradições portuguesas (Barreto, 2000, p. 38).

---

Em 2000, com o objetivo de aumentar a consciência nacional, o governo português distribuiu o chamado kit patriótico a crianças do ensino básico e incentivou as crianças a cantarem o hino nacional (Almeida, 2004).

<sup>11</sup> De acordo com o modelo tradicional de Jürgen Habermas (1962/1989), o elemento mediador do sistema social é a esfera pública, compreendendo as principais instituições políticas e culturais e a imprensa. Os agentes sociais ou reproduzem ou contestam a estrutura institucional, permitindo assim um potencial de reflexividade, tanto pelos indivíduos como pelas coletividades.

## NARRATIVAS DOMINANTES SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA – MITOS DE HOMOGENEIDADE E ESTEREÓTIPOS

A ditadura, a guerra colonial e a Revolução foram eventos traumáticos<sup>12</sup>, que acabaram por moldar os discursos públicos sobre a identidade nacional, reformulando as memórias coletivas e as fronteiras de grupo internas e externas de uma forma autorreflexiva muito particular. As últimas quatro décadas testemunharam a constante competição na esfera pública portuguesa pela *narrativa única e exclusiva*, que deveria ser hegemónica. Vários grupos – elites, partidos políticos, académicos – competem em relação à interpretação(ões) da ideologia do Estado Novo e da sua construção discursiva da identidade nacional; além disso, de uma forma aparentemente paradoxal, tanto os partidos de esquerda como os de direita discutem sobre quem entende e narra de forma mais convincente “o passado imaginário”, que se mantém fundamental na construção da identidade nacional portuguesa. Este passado tende a voltar ao século XVI, considerado como o momento glorioso da história nacional e coletiva portuguesa, o período histórico que Oliveira Salazar elegera para simbolizar a grande portugalidade.

É de facto notável quão hegemónicos são os mitos constitutivos, especialmente tendo em vista que, como foi referido acima, a máquina da ditadura também reformulou estes momentos históricos para servir a sua agenda política. Seria de esperar a substituição dessas narrativas baseadas nos heróis dos descobrimentos marítimos do século XVI por diferentes heróis como reação à ideologia do Estado Novo.

Nos últimos anos, a identidade nacional portuguesa tem sido uma preocupação de diversas áreas disciplinares, tais como história (Mattoso, 1998), filosofia (Almeida, 2002, 1995; Cruzeiro, 2014; Gil, 2004; Lourenço, 1988, 1997), sociologia (Barreto, 2000, 1995; Conde, 1990; Ribeiro, 2003; Santos, 1993; Sobral, 2004, 2003) e análise de discurso (Ribeiro, 2011), para citar alguns. O problema tem sido debatido tanto em obras literárias como em trabalhos críticos, e têm sido propostas interpretações e leituras sobre o que é a identidade nacional portuguesa e de que forma as memórias coletivas foram e estão a ser formadas<sup>13</sup>.

É possível apontar dois argumentos principais em torno da discussão sobre a identidade nacional portuguesa. Por um lado, fundamentada no contexto do século XX, mais especificamente na ditadura salazarista, assistimos à construção discursiva de uma *identidade homogénea e unida*. Por outro lado, estas alegações são refutadas por investigadores como Mattoso (1998) e Sobral (2003), cujos argumentos são baseados no raciocínio de que a “nação portuguesa foi construída sobre vários elementos desde a Idade Média” (Mattoso, 1998, p. 98). Consequentemente, durante os séculos XIII e XIV, o forte papel nuclear do Estado (e a função de disseminação das representações

<sup>12</sup> A vários níveis, a Revolução e a década que se lhe seguiu foram traumáticas para segmentos importantes da população portuguesa. As empresas privadas foram nacionalizadas, a terra agrícola foi tomada pelos trabalhadores rurais, os governos foram de curta duração, a inflação disparou; o estado esteve à beira da falência. Num curto período (1974-1975) o país teve de acolher, abrigar e encontrar emprego para mais de 600 mil pessoas, deslocadas das cinco recém-independentes ex-colónias portuguesas em África.

<sup>13</sup> Ver a este respeito a revista *Comunicação e Sociedade*, edição especial (volume 29, 2016) dedicada ao tema Imaginários coloniais: propaganda, militância e resistência no cinema.

da nação pela população e elites – aristocracia e clero) foi crucial no processo de reunir vários grupos étnicos sob a ideia de uma nação coletiva.

Anderson (1983/2006, p. 11) data o surgimento da ideia de nação (como uma construção cultural) a partir dos finais do século XVIII (a era do Iluminismo e das Revoluções). Esta ideia aparece associada ao nascimento e ascensão da imprensa que possibilitou que as pessoas “observassem réplicas exatas do seu próprio jornal” (Anderson, 1983/2006, p. 35) e, assim sendo, procedessem à construção imaginária da sua comunidade à distância, mas em simultâneo com os outros cidadãos.

Contudo, a originalidade da nação portuguesa encontra-se no facto de que o processo histórico de reunir as pessoas (ou seja, o processo de criação da “comunidade imaginada”) sob a égide de uma nação começou muito antes. A ideia de uma unidade cultural portuguesa, juntamente com uma unidade linguística, distingue o país da maioria dos processos europeus de criação da nação, nos quais estes elementos ou não foram tão fortes ou nem sequer coincidem com o estado-nação.

Após extenso investimento crítico das ciências sociais no período pós-revolução – centrado na comparação de Portugal com a Europa em várias vertentes: fenómenos históricos; localização geográfica; distinções entre uma produção económica subdesenvolvida e o recente superdesenvolvido consumo de massas; a significativa lacuna educacional, cultural e económica entre as elites culturais e o restante da população (Cabral, 1992; Santos, 1993) – acredita-se que o país constitui uma unidade sólida, ao mesmo tempo que é reconhecido por aceitar a diversidade devido à sua origem multicultural.

Este último argumento tem alimentado o discurso mais comum ou tradicional sobre a identidade portuguesa, que invoca o carácter excecional do país (Medeiros, 1996, p. 12). Esta singularidade encontra-se tanto na unidade nacional, territorial e linguística do país, como na construção da “comunidade imaginada” que engloba o mito da diversidade nacional. Este mito tem origem no facto histórico de que, até ao século XVI, os portugueses terão sido o produto intrínseco de miscigenação étnica e cultural. Contudo, Barreto (1995, p. 842) afirmou que Portugal é surpreendentemente formado por “um território, um povo, uma nação, uma língua, uma fronteira, uma religião: forjados há séculos, mantidos durante séculos, estas realidades compunham uma unidade rara e permanente na história” (ver também Barreto & Pontes, 2007).

Num artigo perspicaz, Almeida (2002) divide os contendores do debate sobre identidade nacional em três grupos principais. Identifica o primeiro grupo como sendo os tradicionalistas, que adotam posições essencialistas sem qualquer tipo de rigor científico. O segundo grupo é constituído por cientistas sociais, cuja metodologia é uma combinação de verificação empírica e rigor conceptual com base em dados, estatísticas e abordagens quantitativas. Por fim, o terceiro grupo inclui uma compreensão da história e das humanidades e uma avaliação da “transformação de estruturas subjacentes que unem os elementos de um grupo cultural e a consciência da tradição e a importância simbólica dos fatores formadores de identidade” (Almeida, 2002, p. 6). Não obstante, o autor reforça que “pouquíssimos estudiosos alegam que Portugal possui uma individualidade cultural que o diferencia radicalmente” (Almeida, 2002, p. 9) das outras nações.

Como Stråth e Wodak (2009, p. 16) salientam, “os conceitos de crise e de mobilização dos valores dicotómicos (certo/errado, sociedade boa/má, amigo / inimigo) [são] refletidos e reforçados na esfera pública através de apelos a valores específicos”. Assim, os políticos recorrem ao argumento da “crise de identidade” quando serve a sua agenda política: por exemplo, um programa de rádio com a participação dos ouvintes transmitido em julho de 2006 apresentava o tema “A identidade nacional está em crise?” (ver Ribeiro, 2009). Ou seja, verificamos que o tema foi apresentado e discutido apesar de Lourenço (1988, p. 19) afirmar repetidamente que “Portugal, de ontem e ainda mais de hoje, nunca teve, nem tem, problemas de identidade”.

Para concluir esta breve visão geral, ambos os discursos sobre identidade nacional – aquele que reivindica homogeneidade e o que defende uma compreensão excecional da diversidade – são hoje usados pelo poder político dominante para explorar oportunisticamente a relação da nação com a comunidade internacional, conforme discutido abaixo.

### **IDENTIDADE NACIONAL E O “OUTRO”**

Em geral, os sentimentos nacionalistas surgem nos momentos em que paira um sentimento de ameaça externa. Por um lado, as estratégias discursivas de representação do “outro” são instrumentalizadas para construir um sentido de coesão e de pertença nacional. Por outro lado, a identidade nacional é construída por limites dentro e fora do grupo. Estes limites alteram-se de acordo com o contexto histórico e social de cada instante. As secções abaixo apresentam as principais estratégias de construção do “outro” que ocorreram nas últimas décadas em Portugal.

### **PORTUGAL E ESPANHA**

Não é possível mencionar a identidade nacional de Portugal sem a comparar com a de Espanha. A relação entre os dois países tem sido assunto de debate relativo às suas identidades, sejam semelhantes, diferentes ou paralelas (Flynn, 2001; Sobral, 2003). As suas histórias sobrepostas forneceram motivos frutíferos para conflito sobre aspetos mais específicos da definição nacional. Reconhecendo as duas nações como entidades paralelas e complementares, as propostas do século XIX para a construção de uma federação ibérica, por intelectuais portugueses e espanhóis, enfatizavam as identidades aliadas, mas diferentes, dos dois estados-nação (Flynn, 2001, p. 705).

Não obstante este ponto de vista, durante o século XIX e início do século XX, círculos políticos do país vizinho sugeriram recorrentemente que Portugal poderia ser reclamado como parte de Espanha (Flynn, 2001, p. 134). Naturalmente, esta situação mostrava aos portugueses que nem todos os espanhóis reconheciam a legitimidade da soberania portuguesa e da sua identidade nacional específica que, ao contrário da de Espanha, não era contestada pelo crescimento de nacionalismos alternativos. Já no século XX, mesmo dentro de setores semelhantes da direita autoritária espanhola e portuguesa, as opiniões divergiam quanto à relação legítima entre as duas nações, criando uma distância evidente nas relações hispano-portuguesas até o final da década de 1960.

Esta desconfiança de Espanha dissipar-se-ia finalmente depois de ambos os países se juntarem à União Europeia em 1986.

### PORTUGAL, OS MIGRANTES QUE RETORNARAM E OS NOVOS MIGRANTES

As últimas décadas testemunharam a migração em massa das ex-colónias e das zonas rurais para as áreas urbanas, produzindo deste modo novos discursos de pertença. Após a Revolução de 1974, Portugal recebeu 600.000 “retornados” (cidadãos portugueses das ex-colónias), vendo a sua população crescer em cerca de 5%, num momento da história nacional de séria instabilidade política e de crise económica profunda. Os “retornados” eram na sua maioria emigrantes de segunda ou terceira geração, nascidos no estrangeiro e que nunca haviam pisado terras de Portugal continental<sup>14</sup>. Este grupo também incluía angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, etc., com passaporte português, e timorenses (depois da invasão indonésia de Timor-Leste em 1976), que também possuíam passaporte português. Em paralelo, os emigrantes portugueses na Europa ocidental também começaram a voltar para “a sua pátria”, a fim de se estabelecerem em definitivo. Por fim, na década de 1990 e no início do século XXI, migrantes económicos, primeiro vindos do Brasil e mais tarde da Europa Oriental (principalmente da Roménia, Moldávia e Ucrânia), chegam em grande número a Portugal (Baganha, Marques & Góis, 2004). Não obstante, além das referências ao impacto social e económico dos “retornados”, estes outros recém-chegados são apenas ocasionalmente referidos por especialistas em estudos sociais, com a notável exceção da pesquisa no campo dos estudos de migrantes e minorias. Da mesma forma, são geralmente omitidos dos discursos presidenciais proferidos no Dia de Portugal<sup>15</sup>. Poder-se-á, então, afirmar que a construção e a representação da identidade nacional não incluem uma parcela significativa da população.

### PORTUGAL E EUROPA

O problema das relações de diferença e semelhança entre Portugal e os restantes países europeus (...) permanece tanto mais controverso quanto raramente tem sido objeto de estudo desapaixonado. Deve-se isto, em boa medida, ao facto de Portugal ser um país pequeno e geograficamente estreme, e ao mesmo tempo um velho Estado-nação cuja identidade e interesses se construíram, em parte, por contraste com a Europa continental. (Cabral, 1992, p. 943)

Esta citação resume adequadamente a forma como a construção discursiva da identidade do país tem sido representada. A sua dimensão e localização geográfica dentro da Europa, o facto de ser um estado político duradouro e de “possuir” colónias, são

<sup>14</sup> Havia também alguns casos de “retornados” de primeira geração que haviam migrado para a África no início da adolescência ou com vinte e poucos anos.

<sup>15</sup> Ver, a título ilustrativo, os discursos presidenciais proferidos no Dia de Portugal, a 10 de junho, pelos ex-presidentes Jorge Sampaio e Aníbal Cavaco Silva.

um tema recorrente. A partir do século XIX, a independência política de Portugal foi construída e sustentada através das suas possessões territoriais. Sem as colónias, o país sentia que politicamente não seria suficientemente poderoso (ou suficientemente grande) para manter a independência.

Após a Revolução de 1974, Portugal ficou reduzido ao seu território europeu e o debate sobre a identidade nacional foi retomado. Por um lado, o fim da ditadura facilitou a “abertura ao mundo” e o questionamento da identidade nacional nova/antiga; por outro lado, o país teve de se reajustar a uma nova realidade política, na qual a Europa Ocidental se tornara no maior parceiro político e económico. Por conveniência política, depois de 1974, a construção da Europa como o “outro” efetuada tanto por Salazar como pela historiografia, foi rapidamente reformulada como “nós”. Simultaneamente, antigas colónias africanas que tinham sido “nós” no Estado Novo, transformam-se num ambivalente “outro” e “nós” no discurso pós-revolucionário, dependendo da agenda estratégica nacional e internacional.

O país tem de resolver a tensão entre as perspetivas política europeia e a luso-tropical. A colonização e a emigração haviam sido componentes da construção da identidade nacional. Historicamente, as elites tinham produzido discursos sobre o significado simbólico das colónias. Os processos recentes, e aliás muito tardios, de democratização, de descolonização e de adesão à União Europeia em 1986, forçam novos discursos e representações do que significa ser português em relação à Europa e ao chamado “desafio europeu”.

Aparentemente, as diferenças entre Portugal e a Europa não constituem um problema (Cabral, 1992). De facto, várias sondagens nos anos 90 não destacam diferenças distintas em atitudes, valores e comportamento. A distinção encontra-se antes nos níveis atingidos dentro dos mesmos parâmetros, revelando o atraso das instituições democráticas portuguesas, os processos e a esfera pública fortemente censurada (ver também Gil, 2004).

## CONCLUSÃO

É importante lembrar que a construção da identidade (nacional) é um processo fluído. De entre as múltiplas dimensões, a identidade nacional é realizada “como uma distribuição controlada” (Iedema & Caldas-Coulthard, 2008, p. 6). Como resultado, devemos questionar quem tem *acesso* à implementação da identidade nacional portuguesa, quem *controla a sua distribuição*, e o quê ou quem é colocado em pano de fundo ou é, por sua vez, omitido. Por exemplo, a reiteração da “comunidade imaginada” como uma sociedade homogénea não abre espaço para a diferença. Da mesma forma, a narrativa hegemónica sobre o “destino do país”, “o futuro do país” ou a “abertura do país ao mundo” (em oposição à monitorização cuidadosa da ditadura de qualquer relacionamento entre fronteiras) não abre a esfera pública a narrativas alternativas.

Este ensaio descreve os discursos mais relevantes sobre a identidade nacional portuguesa durante os séculos XIX e XX e quatro argumentos principais foram apresentadas. Primeiro, os historiadores e sociólogos contemporâneos não propõem uma única

explicação para o que a identidade portuguesa, carácter ou traços, possam ser. Em segundo lugar, baseiam as suas propostas principalmente em processos históricos, embora tenham o cuidado de destacar a complexidade e a variedade múltipla dos fenómenos. Em terceiro lugar, destacam a divisão entre uma minoria de elite – e as respetivas afirmações sobre a essência da portugalidade – e a maioria da população sem instrução e desconhecadora da informação política. Em quarto lugar, o acesso à esfera pública foi seriamente restringido pela ideologia do Estado Novo e pelos seus dispositivos muito específicos para restringir o acesso da população à escola e a inerente ausência de mobilidade social e económica ascendente. Embora por diferentes razões, pode-se afirmar que, até certo ponto, este é ainda o caso. Estas restrições refletem não só a falta de envolvimento da população com o poder político e simbólico, mas também a perceção da desigualdade social e da falta de pluralidade em várias dimensões sociais, (não obstante, e verdade seja dita, estas restrições serem comuns às sociedades neoliberais contemporâneas).

Por conseguinte, e para responder às questões apresentadas no início desta seção sobre quem tem acesso à implementação e definição da identidade nacional portuguesa e quem controla essa distribuição, poder-se-á argumentar que a elite determina os discursos sobre a identidade nacional e de pertença, bem como é quem domina a “sinalização banal da nacionalidade” (Billig, 1995). No entanto, a perceção de Portugal com uma “identidade simbólica forte” (Lourenço, 1997, p. 42) permanece e o que aparentemente prevalece na maioria das narrativas contemporâneas são memórias coletivas recorrentes de eventos históricos, símbolos e escritos literários canónicos.

Em oposição, o ponto de vista étnico-simbólico (Özirimli, 2000), compartilhado principalmente por filósofos como Almeida (1995, 2002), Gil (2004) e Lourenço (1988, 1997), alega que as elites selecionam elementos com “significado e significância para um grupo em particular”, mobilizando pessoas que respondem a pedidos de ação que ecoam através do uso de símbolos e mitos significativos baseados em laços étnicos preexistentes (Skey, 2008, p. 29). No entanto, ao desviar a atenção para a dimensão cultural do nacionalismo, essa perspetiva tende a essencializar a etnicidade, atribuindo “a mitos, símbolos, valores e práticas historicamente significativas um papel importante a desempenhar na criação da imagem da nação” (Skey, 2008, p. 29). Como tal, esta perspetiva não consegue avaliar de que forma estas narrativas de identidade nacional são transformadas ao longo do tempo em resposta aos vários eventos históricos (Skey, 2008, p. 30).

Como vimos, a maior parte das narrativas perpetua a imagem de Portugal como um país muito homogéneo, com uma forte construção discursiva do “nós”. De facto, parece até não haver espaço para contradiscursos. Por comparação, enquanto noutros contextos (nacionais) se testemunhou o impacto dos ex-colonizadores, imigrantes e requerentes de asilo na redefinição de uma identidade nacional homogénea, este tipo de influxos não teve qualquer impacto nos discursos sobre a identidade nacional portuguesa (nem na produção académica nem nos discursos mediáticos ou oficiais). Como exemplo recente, em 2015, durante a chamada “crise migratória”, a imprensa portuguesa preocupou-se com a representação positiva de Portugal como uma sociedade tolerante, pronta e capaz de participar em ações de apoio e solidariedade aos menos afortunados do que “nós” (Torkington & Ribeiro, 2018).

Como a identidade nacional se constrói sobre a memória seletiva e também sobre o esquecimento seletivo, a ausência forçada de factos históricos importantes nas narrativas identitárias para servir propósitos específicos (do estado ou das elites) foi reconhecida há muito tempo, mas isso apenas aumenta a necessidade de criticar essas práticas uma vez que podem envolver várias formas de opacidade.

No entanto, e voltando às palavras de Billig, “se o nacionalismo é uma ideologia mais ampla, cujos lugares-comuns muito familiares nos apanham desprevenidos (...) é ingénuo pensar que um texto de exposição pode escapar ao tempo e lugar da sua formulação” (1995, p. 12), o que significa, naturalmente, que este estudo está inevitavelmente limitado pelo seu próprio contexto de produção. //

Tradução: Filipa Perdigão Ribeiro

## REFERÊNCIAS

- Ato Colonial 1930, de 8 de julho, República Portuguesa. Retirado de [https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto\\_colonial.pdf](https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf)
- Almeida, J. C. (2004). Portugal, o Atlântico e a Europa: a identidade nacional, a (re)imaginação da nação e a construção europeia. *Nação e Defesa*, 107, 147-172. Retirado de <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/consulta/NeD/NeD107/NeD107.pdf>
- Almeida, O. T. (1995). *Em busca da clarificação do conceito de Identidade Cultural - o caso açoriano como cobaia*. Comunicação apresentada nas Actas do Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores, Ponta Delgada.
- Almeida, O. T. (2002). National identity – a revisitacion of the Portuguese debate. *NUI Maynooth papers in Spanish, Portuguese and Latin American Studies*. NUI Maynooth.
- Almeida, O. T. (2004). Onésimo Teotónio de Almeida: uma entrevista sobre o utopismo português no rescaldo de uma palestra sobre o conceito de identidade. *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, 1, 1-5. Retirado de <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10481.pdf>
- Anderson, B. (1983/2006). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Baganha, M., Marques, J. C. & Góis, P. (2004). The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal. In M. Baganha & M. L. Fonseca (Eds.), *New waves of migration from Eastern to Southern Europe* (pp. 23-40). Lisboa: Metrópolis.
- Barreto, A. (1994). Portugal, a Europa e a democracia. *Análise Social*, 29 (129), 1051-1069. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378256M5dFA4xr9Oe65Q11.pdf>
- Barreto, A. (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise Social*, 30 (134), 841-855. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388784X1kPT5fa3Yr88TD2.pdf>
- Barreto, A. (2000). Portugal e a Europa: quatro décadas. In *A situação social em Portugal 1960-1999* (Vol. 2, pp. 37-75). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, A. & Pontes, J. (escritores) (2007). 04 Nós e os Outros – Uma Sociedade Plural [TV]. In Rádio Televisão Portuguesa (Produtor), *Portugal, um Retrato social*, Portugal.



- Billig, M. (1995). *Banal nationalism*. Londres: Sage.
- Biles, J. & Spoonley, P. (2007). Introduction national identity: what it can tell us about inclusion and exclusion. *National Identities*, 9 (3), 191-195. DOI: 10.1080/14608940701406146
- Braga, T. (1894). *A Pátria portuguesa: o território e a raça*. Porto: Livraria Chardron.
- Braga, T. (1885/1995). *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cabral, M. V. (1992). Portugal e a Europa: diferenças e semelhanças. *Análise Social*, 27 (118-119), 943-954. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223055416E2mQD7hf9Vw88HW7.pdf>
- Cabral, M. V. (1999). *A sociedade portuguesa e a Revolução de Abril*. Comunicação apresentada em Lições de História Contemporânea, Universidade do Algarve.
- Carvalho, M. & Cabecinhas, R. (2013). The orthographic (dis)agreement and the Portuguese identity threat. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 25, 82-95. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/2533525>
- Castelo, C. (1999). 'O modo português de estar no mundo': o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961. Porto: Edições Afrontamento.
- Castelo, C. (2011). Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue História Lusófona*, 6, 261-280.
- Conde, I. (1990). Identidade nacional e social dos jovens. *Análise Social*, 25 (108-109), 675-693. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034770Q7eVC8cc6Clo4LH5.pdf>
- Correia, A. A. M. (1919). *Raça e nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Cruzeiro, M. M. (2014). O 25 de Abril de 1974 memória da revolução e revolução da memória. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 2, (1), 25-34. Retirado de <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/article/viewFile/53/46>
- Cunha, I. F. (2003). Imagens da imigração em Portugal. *Media e Jornalismo*, 2, 71-87.
- Cunha, I. F. (2004). Imigração e racismo: dez anos nos media. Boca biblioteca on-line da Ciência e Comunicação. Retirado de [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)
- Cusack, I. (2005). Tiny transmitters of nationalist and colonial ideology: the postage stamps of Portugal and its Empire. *Nations and Nationalism*, 11(4), 591-612. DOI: 10.1111/j.1469-8129.2005.00221.x
- De Cillia, R., Reisigl, M. & Wodak, R. (1999). The discursive construction of national identity. *Discourse and Society*, 10(2), 149-173. DOI: 10.1177/0957926599010002002
- Ferreira, J. M. (1993). Portugal em transe (1974-1985). In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal* (Vol. 8). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Flynn, M. K. (2001). Constructed identities and Iberia. *Ethnic and Racial Studies*, 24 (5), 703-718. DOI: 10.1080/01419870120063945
- Freyre, G. (1942). *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- Gellner, E. (1983/2006). *Nations and nationalism*. Londres: Blackwell Publishing.
- Gil, J. (2004). *Portugal, hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Habermas, J. (1962/1991). *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Herculano, A. (1846/1980-81). *História de Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand.

- Iedema, R. & Caldas-Coulthard, C. R. (2008). Introduction. In R. Iedema & C. R. Caldas-Coulthard (Eds.), *Identity trouble: critical discourse and contested identities*. Nova Iorque: Palgrave, Macmillan.
- Lourenço, E. (1988). Identidade e memória. In E. Lourenço (Ed.), *Nós e a Europa ou as duas razões* (pp. 9-23). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Lourenço, E. (1997). 1900-2000: Portugal e os desafios finiseculares. In Pavilhão de Portugal Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa (Ed.), *Portugal na transição do milénio* (pp. 35-44). Lisboa: Fim de Século.
- Lubkemann, S. C. (2002). The moral economy of portuguese postcolonial return. *Diaspora: A Journal of Transnational Studies*, 11(2), 189-213. Project MUSE, DOI: 10.1353/dsp.2011.0041
- Martins, G. de O. (2007). *Portugal identidade e diferença*. Lisboa: Gradiva.
- Martins, J. P. O. (1917 /1879). *História de Portugal* (Vol. I). Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Mattoso, J. (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Medeiros, P. de (1996). Introdução: “Em nome de Portugal”. *Discursos: Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*, 13, 12-29.
- Mónica, M. F. (1999). Trinta anos que mudaram Portugal. In M. F. Mónica (Ed.), *Cenas da vida portuguesa* (pp. 13-55). Lisboa: Quetzal.
- Özkirimli, U. (2000). *Theories of nationalism: a critical introduction*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Passos, S. (2016, 6 de janeiro). “Retornados”: os refugiados portugueses do século XX. [Post em blogue]. Retirado de <https://euacuso.blogs.sapo.pt/retornados-os-refugiados-portugueses-do-311527>
- Peixoto, J. (2014). Portugal. In A. Triandafyllidou & R. Gropas (Eds.), *European immigration: a sourcebook* (pp. 287-299). Farnham: Ashgate.
- Reis, A. (Ed.) (1993). *Portugal: 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ribeiro, F.P. (2009). The discursive construction of Portuguese national identity: elite vs. lay participants discursive strategies in a phone-in radio show. *Papers from LAEL PG 2008*, 3, 79-97. Retirado de <http://www.lancaster.ac.uk/fass/events/laelpgconference/papers/v03/Ribeiro.pdf>
- Ribeiro, F. P. (2011). ‘A democratic revolution must always remain unfinished’: commemorating the Portuguese 1974 revolution in newspaper opinion texts. *Journal of Language and Politics*, 10 (3), 372-395. DOI: 10.1075/jlp.10.3.04rib
- Ribeiro, M. C. (2003). Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 188, 1-34.
- Rosas, F. (2001). O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, 35 (157), 1031-1054. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jF04wy1Oi67NG6.pdf>
- Santos, B. S. (1993). *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- Saraiva, A. J. & Lopes, O. (1987). *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Sidaway, J. D. & Power, M. (2005). ‘The tears of Portugal’: empire, identity, ‘race’, and destiny in Portuguese geopolitical narratives. *Environment and Planning D: Society and Space*, 23, 527-554. DOI: 10.1068/d345t

- Skey, M. (2008). *Flagging nations? Exploring the banality of national discourse through a study of everyday talk and media texts in England*. Tese de doutoramento, London School of Economics, Londres, Reino Unido.
- Smith, A. D. (1998). *Nationalism and modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism*. Londres: Routledge.
- Sobral, J. M. (2003). A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social*, 37(165), 1093-1126. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736434|oeQU4wx7Ro77GX9.pdf>
- Sobral, J. M. (2004). O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, 39(171), 255-284. Retirado de <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218705452QonRE7ep1Tg38ZJ4.pdf>
- Strâth, B. & Wodak, R. (2009). Europe - discourse - politics - media - history: constructing 'crisis'? In A. Triandafyllidou, R. Wodak & M. Krzyzanowski (Eds.), *The European public sphere and the media: Europe in crisis* (pp. 15-33). Basingstoke, Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Torkington, K. & Ribeiro, F.P. (2018). 'What are these people: migrants, immigrants, refugees?': migration-related terminology and representations in Portuguese digital press headlines. *Discourse Context Media*. Advance online publication. DOI: 10.1016/j.dcm.2018.03.002
- Vieira, R. & Trindade, J. (2008). Migration, culture and identity in Portugal. *Language and Intercultural Communication*, 8, 36-49. DOI: 10.2167/laic266.o
- Wodak, R. (2006). Discourse-analytic and socio-linguistic approaches to study of nation(alism). In G. Delanty & K. Kumar (Eds.), *The Sage handbook of nations and nationalism* (pp. 104-117). Londres: Sage.

#### NOTA BIOGRÁFICA

Filipa Perdigão Ribeiro é professora adjunta na Universidade do Algarve, Escola de Gestão, Turismo e Hotelaria (Portugal). Terminou o Doutoramento em Linguística Aplicada pela Universidade de Lancaster (Reino Unido) em 2011. Em 2002, foi convidada para integrar o conselho editorial da revista *Dos Algarves: a Multidisciplinary e-Journal*, da qual foi co-editora (2006-2016), tendo coeditado uma edição especial dedicada a Línguas, Literatura e Turismo (2014). Os seus interesses atuais de investigação centram-se nas relações entre língua(s), discurso e turismo nas suas múltiplas facetas, identidades nacionais e escrita académica. Publicou artigos sobre identidade nacional (*Journal of Language and Politics*, 2011), sobre lugar e turistas (*International Journal of Culture, Tourism, and Hospitality Research*, 2013) e migração (*Social & Cultural Geography*, 2017; *Discourse, Context & Media*, 2018). Revê regularmente trabalhos submetidos a várias revistas e encontros científicos e é investigadora integrada do CiTUR – Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo (Portugal).

Email: [fperdig@ualg.pt](mailto:fperdig@ualg.pt)

Morada: Universidade do Algarve – ESGHT, Campus da Penha – Estrada da Penha, 8006-139 Faro, Portugal

\* Submetido: 17.04.2018

\* Aceite: 10.07.2018



---

## THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF COLLECTIVE NARRATIVES ON PORTUGUESE NATIONAL IDENTITY: HOMOGENEITY OR DIVERSITY?

Filipa Perdigão Ribeiro

---

### ABSTRACT

Mainstream conceptions of the “authentic” or “real” Portugal are now so naturalized in national discourse that many of the socio-historical contexts of their discursive construction have been erased from people’s collective memory (-ies). This paper presents an overview of the prominent collective narratives and memories in the Portuguese context, highlighting salient historical events that shaped them, such as the 1974 revolution which was a watershed moment from which all current narratives on national identity construct their major reference. It briefly covers 19th century historiography, the *Estado Novo*’s concept of Portugal’s “mission in the colonies”, the revolution’s ideological break with the old regime, and the major myths of homogeneity and self-stereotyping. Thus, contemporary discourses on Portuguese national identity are considered in the light of social memory and diachronic change.

### KEYWORDS

Portuguese national identity; collective narratives; discourses; 1974 revolution; banal nationalism

---

## A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE NARRATIVAS COLETIVAS DA IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA: HOMOGENEIDADE OU DIVERSIDADE?

### RESUMO

As concepções dominantes do Portugal “autêntico” ou “real” estão agora tão naturalizadas no discurso nacional que muitos dos contextos socio-históricos da sua construção discursiva foram apagados da memória coletiva das pessoas. Este artigo apresenta uma visão geral das narrativas e memórias coletivas mais proeminentes no contexto português, destacando os eventos históricos que as moldaram, como por exemplo a Revolução de 1974, a partir da qual todas as narrativas atuais sobre identidade nacional construíram as suas principais referências. Este texto refere brevemente a historiografia do século XIX, a conceptualização do Estado Novo sobre a “missão nas colónias” de Portugal, a rutura ideológica da Revolução com o antigo regime e os principais mitos de homogeneidade e estereótipos. Deste modo, os discursos contemporâneos sobre a identidade nacional portuguesa são considerados à luz da memória social e da mudança diacrónica.

### PALAVRAS-CHAVE

Identidade nacional portuguesa; narrativas coletivas; discursos; Revolução de 1974; nacionalismo banal

---

## INTRODUCTION

Portugal, through the National Museum of Antique Art, presents its role as both producer and product of good practices of global communication, (...) [which] were accomplished from Europe out into the World and from the World back to Europe, to which the Portuguese have always brought back, from the 15th century until now, the primordial richness that is its immense human diversity.

This excerpt, taken from the introductory text to the international exhibition *Encompassing the globe: Portugal and the world in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries* (16 July-11 October 2009), embodies some of the main themes of contemporary Portuguese national identity: the nation as the mediator “by its pioneering navigation of the seas” between “us, the Europeans” and “them, the rest of the world”; the nation as the guardian of “human diversity”, or in modern terms, of “multiculturalism and tolerance”; the nation as the mediator that “offered new worlds to the world”. It summarises the prominence of a deep hegemonic cultural, historical and essentialist identity narrative that permeates most discourse on Portuguese national identity<sup>1</sup>. In this light, we are led to ask how these myths of homogeneity surfaced. Billig (1995) has argued that nationalism is too easily discarded as something extreme and irrational. Therefore, the temptation to locate nationalist discourse within the sort of vocabulary which “we” educated citizens do not use is great. However, in an opinion article published on 26 March 2008, the Portuguese poet and politician, Manuel Alegre, declared, in relation to the Orthographic Agreement of 1990: “what is at stake is an issue of national identity”. In this context, the Agreement was described, amongst other things, as “an attack on our language”, “a disrespect of diversity and linguistic richness” and “a historical error” (Carita, 2008, p. 16). Amongst the younger generation, opinions do not differ. Findings from a survey applied to 198 university students reported that 70,7% rejected the agreement in order “to protect Portuguese cultural identity and preserve the cultural heritage of Portugal’s leading role during the period of empire” (Carvalho & Cabecinhas, 2013, p. 88). These examples illustrate how the issue of national identity is often surfacing in Portuguese public life, whether it be based on political, economic and social, or, in this particular case, linguistic reasons.

Within the main theories concerning the “creation of the nation”, the focus of this paper is primarily on the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, when most debates questioning national identity gained prominence, highlighting major tensions and upheavals Portugal has encountered when dealing with the “other”. Additionally, in recent decades, Portugal has been subjected to various historical and social processes. In April 2004, the revolution commemorated its 30<sup>th</sup> anniversary and a number of the country’s intellectuals and opinion makers were ready to initiate a debate on the past three decades. The revolution

<sup>1</sup> Another recent example of the essentialist identity narrative is the Discourse of Inauguration by the current Portuguese President, Marcelo Rebelo de Sousa, in which he declared: “Matrix values of the Constitution are likewise those of national identity, rooted in our land and our sea, but of universal vocation - a platform that we build between continents and, above all, between cultures and civilizations”. Inaugural address of the President of the Republic, Marcelo Rebelo de Sousa in Parliament, 9 March 2016, retrieved from <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=103410>

had ended Portugal's political dominance over its former African colonies and impacted on the long-standing debate on "Portugal's symbolic role" and on the mythical interpretation of its national identity. Joining the European Union in 1986 and the increasing globalization of the economy led to an urgent reflection on the consequences of the revolution and to the on-going debate on national identity. Moreover, the increasing numbers of labour migrants arriving in Portugal from the 1980s onwards<sup>2</sup> has inevitably put into question the idea of "perfectly assimilated citizens" and has reshaped national institutions and group-related rights, with implications for the nature and practices of national identity (Biles & Spoonley 2007, p. 194). Interestingly, Portugal's nation-building, historically dating back to as early as the 13th century presents an original case as it deviates from some of the major theories that ascribe the creation of nationalism to the modern state (Anderson 1983/2006, p. 4; Gellner, 1983/2006; see Almeida, 2004, on the originality of Portugal's case).

The analysis here is guided by four major factors that have shaped the discursive construction of the country's national identity, the first of which relating to its size. As a rather small and modestly populated country, with an overpowering Spain as its only neighbour, the relationship between the two countries has shaped most debates on the topic<sup>3</sup>. The second element relates to the idea of the "glorious overseas empire", whose administration was undertaken by the Portuguese state from the early 15<sup>th</sup> century to the mid-20<sup>th</sup> century<sup>4</sup>. In turn, these "imaginary"/"imagined" and real relationships overseas shaped the country's perception of its relationship with Europe, perceived and (discursively) constructed as a rather abstract integral whole (i.e. countries are not individualized). The dictatorship and the colonial war in Africa, which lasted thirteen years, both during the 20<sup>th</sup> century, constitute the third and fourth factors to have an impact on Portugal's self-image, public discourses and narratives of self-representation. These factors are further explored in the following sections.

This article discusses salient collective narratives and memories within the Portuguese context, linking them to the historical events that shaped them. It is designed to provide a concise overview of some of the wider socio-political and historical dimensions relating to questions of identity-construction and of "belonging" in Portugal from a macro viewpoint, drawing from research in critical discourse studies, history, sociology and anthropology. The aim is to trace the major public discourse constructions on Portuguese national identity that frame national contemporary discourses on the subject and to understand how state authorities, and scholarly and political elites, through the mediation of the public sphere – media, school, public speeches, historical accounts, etc. –, have played a major role in shaping recent collective memories and narratives.

<sup>2</sup> See Vieira and Trindade (2008) and Peixoto (2014) for an overall perspective of recent migration to Portugal.

<sup>3</sup> As early as the 14<sup>th</sup> century, a growing sense of hatred against Castile and León (two of the several former kingdoms which became Spain) developed amongst the Portuguese population. Various authors, including Saraiva and Lopes (1987) have highlighted how these feelings have led to regular outbursts across the centuries, namely at times when Portugal's independence was at stake.

<sup>4</sup> The nation's administrative power extended from Portugal itself to India (Goa, Damão and Diu), China (Macau), East Asia (East-Timor), Africa (Mozambique, Angola, Guinea-Bissau, Cape Verde and S. Tomé and Príncipe) and Latin America (Brazil).

This paper begins by covering the main narratives of the latter in 19th century historiography, when the first public debates on the issue of “national identity” surfaced. Secondly, prominent narratives on “Portugal’s mission in the world” imposed on the population during the time of the dictatorship will be described. The colonial war, which took place in the last thirteen years of the *Estado Novo* and its major role in the construction of national identity narratives is also addressed. Thirdly, the focus will be on how the 25<sup>th</sup> of April 1974 revolution and its aftermath shaped the narratives and collective memories on the recent past and how Portugal’s elites felt a strong need to “rethink Portugal”, by resuming the old 19<sup>th</sup> century debate. Advocated by many literary authors and historians, this debate favoured the European project to the detriment of the “imperial project”. Then follows a summary of the major claims on the dominant narratives of Portuguese national identity as put forward by historians, sociologists, philosophers and literary authors, and how these discourses construct “the other”. The final section focuses on the construction of discourses on Portugal’s relationship with three specific parties: Spain, the various “newcomers” and Europe.

#### **ASSUMPTIONS UNDERLYING THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF NATIONS AND NATIONAL IDENTITIES**

The approach to national identity and nationhood followed here draws from several assumptions. To begin with, nations are to be understood as mental constructs, as “imagined political communities” (Anderson, 1983/2006, p. 6). “They are represented in the minds and memories of the nationalized subjects as sovereign and limited political units” (De Cillia, Reisigl & Wodak, 1999, p. 153) through discourses (language and other semiotic systems) produced, reproduced, transformed and/or destructed. The right-wing Portuguese dictator Salazar understood clearly how this representation worked and played with the idea in relation to the Portuguese colonial empire. Nowadays, this representation still plays a major role in the discursive construction of Portuguese national identity. Next, national identity can be regarded as a sort of “habitus” (drawing on Bourdieu’s notion), i.e. “a complex of common ideas, concepts or perception schemes of related emotional attitudes intersubjectively shared within a specific group of persons, all of which are internalized through ‘national’ socialization” (De Cillia et al., 1999, p. 153).

In the case of the Portuguese nation, the ideas and schemata in question relate to the idea of Portuguese character traits that set its nationals apart from other peoples – including stereotypical notions that distinguish “them” from “us”, a “common national history, culture, present and future”, as well as a “specific national territory”. These behavioural dispositions include both solidarity with one’s own national group, as well as the readiness to exclude others from this constructed collective.

The next assumption, which follows from the last, regards the “discursive construction of nations and national identities [as running] hand in hand with the construction of difference/distinctiveness and uniqueness” (De Cillia et al., 1999, p. 153). The moment it is “elevated to an imaginary collective level, both the construction of sameness and



the construction of difference violate pluralistic and democratic variety and multiplicity by group-internal homogenization” (De Cillia et al., 1999, p. 153). This last point is highly visible in the persistent group internal homogenization conveyed in general by the media output or by presidential speeches<sup>5</sup>. Even so, national identity is not fixed in an essentialized sense, since there will invariably be competing conceptions, histories and stereotypes (Billig, 2009, p. 348). Also, different identities are discursively constructed according to context, e.g. audiences to which narratives or speeches or written genres are addressed, the situational setting of the discursive act and the topic being discussed (De Cillia et al., 1999, p. 153; Wodak, 2006, p. 106). Lastly, contemporary life is daily infused with nationalist assumptions and symbols, which often pass unnoticed. That is to say, “the complex of beliefs, assumptions, habits, representations and practices” are reproduced in a “banally mundane way”, endemically (Billig, 1995, p. 6).

### RACE AND NATIONHOOD

Portugal is the oldest European nation-state, its borders dating back to the 12<sup>th</sup> century, when the would-be king, Afonso Henriques, fought in battle his own cousin, the Alfonso VII of León. Afonso Henriques proceeded by crowning himself *rex Portugalensis* (King of Portugal) and adopting an expansionist policy against the Moors and the Spaniards. The country’s foundation narrative is well known by Portuguese nationals who have been schooled in the country. It is presented here on the grounds of its paradigmatic value in terms of the generally accepted essentialist view of Portuguese national identity. To implement this view, the *Estado Novo* controlled the History curriculum imposing official narratives and enhancing the relationship between History and nationalist projects, such as the Romantic versions of the Portuguese nation framed during the 19<sup>th</sup> century (Torgal, 1989). In fact, this account – originally shaped by 19<sup>th</sup> century historiography – of the foundation narrative was seen as a definite separation from what would later become Spain and has been discursively used to distance the country from its territorial neighbour.

During the 19<sup>th</sup> century, as everywhere else in Europe, issues of nationalism dominated the Portuguese public sphere. Theories explaining the genesis of the nation became common knowledge (Sobral, 2004, p. 257). The historian Alexandre Herculano (1846/1980-81) argued that the Portuguese nation was a political product, this being a result of its formation at the hands of barons from the Northwest part of the Iberian Peninsula. Another prominent 19<sup>th</sup> century historian, Oliveira Martins (1879), following on Herculano’s theory, added that there were traits of Celtic origin in the Portuguese character. Oliveira Martins (1879, p. 29) believed in an Iberian civilization, in a “peninsular character [that was the] fundamental trait of the race”. Thus, the ethnic/racial argument became widespread during the 1870s and 1880s. The representation of the country’s history, in parallel with Spain, comprised two main stages: one of grandeur, which reached its peak during the 16<sup>th</sup> century overseas empires; and the following one of decadence

<sup>5</sup> See footnote 1.

which lasted until the 19<sup>th</sup> century. Teófilo Braga, also a Portuguese historian, insisted on the ethnic approach to Portuguese nationality; he argued for a racial distinctiveness from Spain, including the Arabian influence during their seven-century long dominance of the southern regions of Portugal (Braga, 1885, 1894).

As a result, the racial factor was perceived as a prominent element in social organization. By the second half of the 19<sup>th</sup> century, the interpretation of nationalism based on race (even if it was a combination of diverse peoples) contributed to a sense of community, drawing on the false sense of a unique origin and a common destiny. During this period and extending to the first decades of the 20<sup>th</sup> century, successive political and economic national crises, the country's ever decreasing political role in Europe, and the increasing population migration to Brazil, instilled the idea that the "historical essence of the first centuries of the Portuguese state" (Sobral, 2004, p. 266) had to be recaptured.

At a later stage, other authors suggested that there was a continuity or homogeneity between the Lusitan people and the Portuguese (Correia, 1919), or between various ethnic groups, including Arabs, Jews and Blacks (Vasconcellos, 1940-1941), claiming the presence of common character traits. After World War II, school syllabuses, despite being embedded in the fascist ideology of António de Oliveira Salazar's ruling, stressed the multiple ethnic contributions to the peopling of the Iberian Peninsula, never referring to words such as "Arian" or "Semitic" because of their obvious negative stigma. Under Salazar's nationalist ideology, the emphasis placed on the multiple ethnic origins of the Lusitan people was expanded into Gilberto Freyre's concept of Lusotropicalism "which embodied the myth of a multiracial harmonious Portuguese Empire" (Cusack, 2005, p. 601). As such, the Portuguese "had the objective or pedagogical aim of lessening all racist theories (...) the ideal of a pure race never limited Portuguese endeavours" (Freyre, 1942, p. 48)<sup>6</sup>. This concept, seized by Salazar's ideology – because it provided a repertoire for the regime as it sought to out manoeuvre increasingly "vociferous criticism from anti-imperialists at the United Nations and in other international fora" (Sidaway & Power, 2005, p. 542) – projected "Portuguese independence over the centuries based on the denial of any ethnic purism" and over "the conscience of the needs, aspirations and common interests of ethnically heterogeneous elements" (Freyre, 1942, p. 25). Even though it has been modernized, this multi-cultural image of the Portuguese prevails in terms of discursive construction.

### THE *ESTADO NOVO* AND THE *PORTUGALIDADE*

The right-wing dictator Salazar stepped into political power as the Minister of Finance in 1928 and initiated what was officialised as the *Estado Novo* in the 1933 Constitution. Eventually, Salazar ruled the country almost single-handedly as Prime Minister

<sup>6</sup> The initial stages of the concept which would become "lusotropicalism" was first introduced by the Brazilian anthropologist Gilberto Freyre in *Casa-Grande & Senzala* (1933); the expressions "lusotropical modern culture" and "tropicalism" were first used during the author's lectures in Goa (1951) and Coimbra (1952) (Castelo, 1999, p. 33, 2011, p. 267). It encompasses the direct, living experiential knowledge of the tropics, both in the East and in Africa or America that gave way to a new type of Lusotropical civilization, entailing a unique symbiotic character of union of European with Tropical.

from 1932 until 1968. The dictatorial regime lasted until the 25<sup>th</sup> April revolution in 1974, then under the command of its only other Prime Minister, Marcello Caetano, who succeeded Salazar in 1968. At the time, Portugal had the longest-running fascist regime in the world. Regrettably, the Salazar/Caetano government had spanned through inter-war years, World War II, and the post-war period.

The *Estado Novo* reinforced nationalist values on the Portuguese population. The education system was tailored toward the glorification of the Portuguese nation and its five-century-old overseas territories (the *Ultramar*).

From the 1930s onwards, the *Estado Novo* assumed the “historical mission of colonizing and civilizing the native populations” (*Colonial Act*, 1930, article 2). This would be the “mission and burden of the Portuguese people” (Rosas, 2001, p. 1034) and the organic essence of the Portuguese nation, which, in turn, justified and legitimized the right to occupy, possess and colonize the overseas territories. These unalienable rights over overseas territories were grounded on the maintenance of national independence, perceived and discursively construed to be constantly under threat from Spain. At the same time, the large dimension of the Colonial Empire over-compensated for a small-sized continental Portugal (Rosas, 2001).

In the pursuit of its aims, the *Estado Novo* attempted to establish a mythical ideal of the “Portuguese essence” (Rosas, 2001, p. 1034). Salazar was, however, concerned mainly with the elites. He believed that the future of the nation and the regime depended, above all, on the educated elites, who would perpetuate the “true national interest” (Rosas, 2001, p. 1038).

This being the case, the strong uphold of the dictatorship was an ideology built on the concept of *Portugalidade* (or Portugueseness) and overseas expansionism, as well as on the idea of family and the Catholic religion. Therefore, “losing Africa” in the 1970s, the last symbolic and political possession of the overseas empire, was, and is still to some sectors of the population, the great loss of a nation that remained unable to find itself (Ferreira, 1993, p. 173). Many Portuguese viewed the overseas territories and Portugal as eternally linked through the Portuguese language and culture<sup>7</sup>. However, except for the religious sector (which had the Church organization as main support), the pyramidal authoritarian approach to the dissemination of these ideologies, was never completely embedded in the people’s “flagging-of-the-nation” (Billig, 1995). In fact, large sectors of the population increasingly resented the colonies and, from 1961 onwards, when the colonial war began in Angola, the war effort. The latter involved a significant drain on the national budget and, more importantly, demanded high numbers of young male recruits<sup>8</sup>. Another factor of resentment towards the African colonies was the implication of a “spoiled Portugueseness”, effused by the Portuguese who had migrated to Africa. It was perceived that these migrants labelled as “*os retornados*” (literally, *the come-backs*)

<sup>7</sup> On a survey from 2001 the Portuguese declared that the top four reasons for feeling national pride were the Discoveries, the 25<sup>th</sup> April revolution, the Portuguese language across the world, and the historic links with other peoples (Almeida, 2004).

<sup>8</sup> One million people are estimated to have been involved (including civilians, families, etc.) in the war effort, travelling to Africa at some point in the 1961-1974 period.

held lifestyle “practices that were cast as morally suspect by kin and community members who had remained behind in Portugal” (Lubkemann, 2002, p. 189). As a result, after the 1974 Revolution, the so called *retornados* were strongly stigmatized by the population who had remained in Portugal<sup>9</sup>, in stark contrast with the Portuguese who had migrated to other destinations, such as France, Luxembourg or Germany or the America continent (Lubkemann, 2002).

Hence, the *Estado Novo* claimed and disseminated the image of a “greater Portugal”, a necessary representation to uphold Portugal’s independence against “the other”. The population in general, mostly illiterate, assimilated these representations while simultaneously resenting the *de facto* nation for economic, social and emotional reasons, since “their boys” had to navigate overseas to fight in the colonial wars. In parallel, small minorities of educated elites either upheld the state’s ideology or rebelled against it – insofar as possible given the censorship and the active role of the political police, known by the acronym PIDE – questioning the Portuguese so called “mission” overseas. This ambivalence toward the hegemonic idea of nation would persist during the years immediately after the revolution, and even further into the future, shaping discourses on national identity and the initial rejection of anything related to patriotism or national symbols, since these were perceived as authoritarian, anti-democratic and directed against freedom<sup>10</sup>.

#### THE 25<sup>TH</sup> OF APRIL REVOLUTION AND THE (BRIEF) REJECTION OF NATIONAL SYMBOLS

The revolution introduced a major break with the authoritarian values, beliefs and ideologies of the previous regime (Barreto, 1995, 2000; Cabral, 1999). During the inevitable post-revolutionary enthusiasm, the Portuguese population felt that the formerly enforced cultural paradigms had collapsed, namely the insistence on maintaining the private sphere “secret” and the public sphere<sup>11</sup> under the scrutiny of censorship. In the revolution aftermath, prevalent social ideologies promoted the collective over the individual. Almeida (2004, p. 3), for instance, suggests that, in terms of collective memory, the “revolution inaugurated the largest collective utopia of the Portuguese”. However, the author adds, during the turmoil people forgot that the past is part of national identity. In fact, for a brief period, post-revolutionary Portugal tried to reject its recent past and with it, its collective history, precisely because the *Estado Novo*’s ideological policy had appropriated, reframed and incorporated it.

This brief interruption of the dominant/hegemonic public discourses was followed in the 1980s by an increasing distrust in the social ideologies flagged by left-wing

<sup>9</sup> See, for instance, the web log post of Passos (2016, January 6) in which he describes this traumatic experience.

<sup>10</sup> In fact, the population in general appeared to have only made peace with the country’s flag during the Expo World Exhibition in 1998 and the European Football Championship in 2004, events in which the flag was fully and proudly exhibited. In 2000, aiming at increasing national awareness, the Portuguese government distributed a so-called patriotic kit to primary school children and encouraged the children to sing the national anthem (Almeida, 2004).

<sup>11</sup> According to Jürgen Habermas’ traditional model (1962/1989) the mediating element of the social system is the *public sphere*, comprising major political and cultural institutions and the press. Social agents either reproduce or contest the institutional structure, therefore enabling a potential for reflexivity, both by individuals and collectivities.

partisans. The political focus on culture as heritage, Portugueseness and national identity returned. Being “national” became a unifying value within the growing preoccupation over the image of the country and its European recognition, together with a lack of debate over what would be salient in terms of cultural policies (Reis, 1993, p. 473).

From an analytical perspective, during the eighties and nineties, Portuguese academics felt the need to revisit the historical past anew based on valid modern scientific premises. Scholars were interested in interpreting Portugal’s identity (and politics) in the light of international scenarios: Europe, the United States, international North-South relationships and the former Portuguese colonies in Africa. Researchers became increasingly aware that to understand Portugal they had to look at the “other” (Barreto, 1994, p. 1064). Since then, sociologists have argued that the phenomena considered to be permanent by the *Estado Novo* and to a certain extent still engrained in collective discourses on national identity, are in fact, constantly mutating. Examples of these would be Portuguese culture, language, ethnicity, religion and certain traditions (Barreto, 2000, p. 38).

#### DOMINANT NARRATIVES ON PORTUGUESE NATIONAL IDENTITY – MYTHS OF HOMOGENEITY AND SELF-STEREOTYPING

The dictatorship, the colonial war and the revolution were traumatic events<sup>12</sup>, which have been shaping public discourses on national identity, reframing collective memories and in-group and out-group boundaries in a very particular self-reflective form. The last four decades have witnessed the ongoing contest within the Portuguese public sphere for *the one and only* narrative, which should be hegemonic. Various groups – elites, political parties, academics – compete over the interpretation(s) of the *Estado Novo*’s ideology and its discursive construction of national identity; moreover, in a seemingly paradoxical way, both left-wing and right-wing partisans contend over who understands and narrates more convincingly “the imaginary past” which remains prominent in the construction of Portuguese national identity. This past tends to circle back to the sixteenth century, considered as the peak of Portugal’s national and collective history, the same historical period Salazar elected to symbolize the greater Portugueseness. It is indeed remarkable how hegemonic the constitutive myths became, especially in view of the fact that, as stated above, the dictatorship machine reframed these historical events to serve its political agenda. One would have expected the replacement of these narratives based on the heroes from the sixteenth century maritime discoveries with different ones as a reaction to the *Estado Novo*’s ideology.

In recent years, Portuguese national identity has been the concern of several academic fields such as history (Mattoso, 1998), philosophy (Almeida, 2002, 1995; Cruzeiro, 2014; Gil, 2004; Lourenço, 1988, 1997), sociology (Barreto, 2000, 1995; Conde, 1990;

<sup>12</sup> On various levels, the revolution and the following decade were traumatic for large segments of the Portuguese population. Private businesses were nationalized, agricultural land was taken over by rural labourers, governments were short-lived, inflation skyrocketed; the state was on the verge of bankruptcy. In a very short period of time (1974-1975) the country had to welcome, give shelter to, and find jobs for more than 600,000 people, dislocated from the five, newly independent, former Portuguese colonies in Africa.

Ribeiro, 2003; Santos 1993; Sobral, 2004, 2003), discourse analysis (Ribeiro, 2011), to name a few. In both literary and critical works, the issue has been discussed and readings or hypotheses have been offered on what Portuguese national identity is and how collective memories were and are shaped<sup>13</sup>.

It is possible to pinpoint two main arguments in relation to Portuguese national identity. On the one hand, largely grounded on the 20<sup>th</sup> century context, more specifically on the Salazarist dictatorship, there is the discursive construction of a *homogeneous and united identity*. On the other hand, these claims are rebutted by academics such as Mattoso (1998) and Sobral (2003), whose arguments are based on the claim that the “Portuguese nation has been built on various elements since the Middle Ages” (Mattoso, 1998, p. 98). Accordingly, during the 13<sup>th</sup> and 14<sup>th</sup> century, the state’s strong nuclear role (and the elite’s – aristocracy and clergy – dissemination of the representations of the nation amongst the population) was crucial in the process of bringing together various ethnic groups under the idea of a collective nation.

Anderson (1983/2006, p. 11) dates the emergence of the idea of nation (as a cultural artefact) from the late 18th century (the age of Enlightenment and Revolution) associated with the birth rise of the newspaper that enabled people from afar to imagine the community “observing exact replicas of their own paper” (Anderson, 1983/2006, p. 35) at the same time.

Portugal’s originality, however, lies in the fact that the historical process of gathering its people together (i.e. creating the “imagined community”) under the scope of one nation began much earlier. The idea of a Portuguese cultural wholeness, together with a fundamental linguistic unity singles out the country from most other European nation creation process, where these elements were not as strong or did not even coincide with the nation-state.

After extensive post-revolution critical investment from the social sciences – focused on comparing Portugal to Europe on several accounts: historical phenomena; geographical location; distinctions between an underdeveloped economic production and the recent overdeveloped mass consumption; and the significant educational, cultural and economic gap between the cultural elites and the remainder of the population (Cabral, 1992; Santos, 1993) – Portugal is believed to constitute a solid unity, while also being recognized for accepting diversity on the grounds of its multicultural origin.

This last argument has fuelled the most common or traditional discourses on Portuguese identity, which invoke the country’s exceptional character (Medeiros, 1996, p. 12). This so-called uniqueness is to be found both in the country’s national unity, territorially and linguistically, as well as in the construction of the “imagined community” at the core of the myth of the country’s full-hearted embrace of diversity. This myth originates in the historical fact that, until the 16th century, the Portuguese were the intrinsic product of ethnic and cultural miscegenation. Conversely, Barreto (1995, p. 842) has claimed that Portugal is “surprisingly [formed of] one territory, one people, one nation, one language,

<sup>13</sup> See in this regard the journal *Comunicação e Sociedade*, (29, 2016) dedicated to the topic of Colonial Imaginaries: propaganda, militancy and “resistance” in the cinema.

one border, one religion, forged centuries ago, kept during centuries” and that “these realities belonged to a rare case of unity in history” (see also Barreto & Pontes, 2007).

In an insightful paper, Almeida (2002) divides the contenders of the national identity debate into three main groups. He identifies the first group as the traditionalists, who adopt essentialist positions that lack any kind of scientific rigor. The second group is constituted by social scientists, whose methodology is a combination of empirical verification and conceptual rigor based on data, statistics and quantitative approaches to the issue. Lastly, the third group comprises an understanding of both history and Humanities and an appraisal of “the transformation of underlying structures that tie together the elements of a cultural group and an awareness of tradition and the symbolic importance of identity-forming factors” (Almeida, 2002, p. 6). Nonetheless, the author reinforces that “very few, if any, scholars make claim that Portugal possesses a cultural individuality that radically sets it apart” (Almeida, 2002, p. 9).

As Stråth and Wodak (2009, p. 16) perceptively point out, “the crisis concept and contentious value mobilization (right/wrong, good/bad society, friend/enemy) [are] reflected and reinforced in the public sphere through appeals to specific values”. Accordingly, politicians use the argument of the “identity crisis” when it serves their agenda: for instance, a Portuguese phone-in radio-programme broadcasted in July 2006 branded the theme topic “Is national identity in crisis?” (see Ribeiro, 2009). This topic was branded even though Lourenço (1988, p. 19) has repeatedly stated that “Portugal, of yesterday and even more so of today, never had, nor has, problems of identity”.

To conclude this brief overview, both discourses on national identity – the one claiming homogeneity and the one arguing for an exceptional understanding of diversity – are used today by the dominant political power to explore opportunistically the nation’s relationship with the international community, as discussed below.

## **NATIONAL IDENTITY AND THE “OTHER”**

Nationalist feelings have surfaced in the past at times when there has been a sense of threat from what is perceived as the outsider. On the one hand, discursive strategies of othering are instrumentalised to build a sense of national cohesion and belonging. On the other hand, national identity is constructed by in-group and out-group boundaries. These boundaries shift and change according to historic and societal contexts. The following sections present the main othering strategies that have taken place over the recent decades.

## **PORTUGAL AND SPAIN**

One cannot speak about Portugal’s national identity without referring and comparing to that of Spain. The relationship between the two countries has been the subject of much debate relating to their identities, be they similar, different or parallel (Flynn, 2001; Sobral, 2003). Their overlapping histories have provided fruitful grounds for

disagreement over finer points of national definition. Recognizing the two nations as parallel and complementary entities, 19<sup>th</sup> century proposals for an Iberian federation, by Portuguese and Spanish intellectuals alike, emphasized the allied but different identities of the two nation-states (Flynn, 2001, p. 705).

Notwithstanding this view, there were recurrent suggestions that Portugal could be reclaimed as part of Spain in Spanish political circles in the 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries (Flynn, 2001, p. 134). This did little in terms of assuring the Portuguese that all Spanish recognized the legitimacy of their statehood and its particular national identity, one which, unlike that of Spain, was not challenged by the development of alternative nationalisms. Even within similar sectors of the Spanish and Portuguese authoritarian right during the 20<sup>th</sup> century, opinions diverged as to the legitimate relationship between the two nations, resulting in an overt distance in Spanish-Portuguese relations until the late 1960s. This distrust of Spain would finally dissipate after both countries joined the European Union in 1986.

#### PORTUGAL, THE RETURNING MIGRANTS AND THE NEW MIGRANTS

The recent decades have witnessed mass migration from the former colonies and from rural to urban areas, thus producing new discourses of belonging. After the 1974 revolution, Portugal received 600.000 *retornados* (Portuguese citizens from its former colonies) increasing its population by around 5%, at a moment in national history when serious political instability and a far-reaching economic crisis were felt. The latter were mostly second or third-generation emigrants from continental Portugal who had been born overseas and had never set foot in the European country itself<sup>14</sup>. The group also included Angolans, Mozambicans, Cape Verdeans, etc., who held a Portuguese passport, and Timorese (after the 1976 Indonesian invasion of East-Timor), who also possessed a Portuguese passport. In parallel, Portuguese emigrants in Western Europe started to return to “their homeland” in order to settle down definitively. By the end of the 1990s and by the beginning of the twenty-first century, migrant-labourers first from Brazil and later from Eastern Europe (mainly Romania, Moldavia and Ukraine), arrive *en masse* in Portugal (Baganha, Marques & Góis, 2004). Nonetheless, apart from references to the social and economic impact of the *retornados*, these other newcomers are only occasionally mentioned by experts in social studies, with the noteworthy exception of research in the field of migrant/minority studies. They are also usually omitted from the Presidential speeches delivered on National Day<sup>15</sup>. Therefore, it would appear that the construction and representation of national identity does not include a significant portion of the population.

<sup>14</sup> There were also cases of first-generation *retornados* who had migrated to Africa in their early teens or twenties.

<sup>15</sup> See, as an example, presidential speeches delivered on National Day, the 10<sup>th</sup> of June, by the former Presidents Jorge Sampaio and Anibal Cavaco Silva.



## PORTUGAL AND EUROPE

The issues arising from the relationship of differences and similarities between Portugal and other European countries (...) are controversial, although they have rarely been studied in a detached form. Portugal is a small country; geographically marginal and at the same time it is an old Nation-state whose identity and interests were built, to a certain degree, in contrast with continental Europe. (Cabral, 1992, p. 943)

This quotation aptly summarizes how the discursive construction of the country's identity has been represented. Its size and geographic location within Europe, the long-lasting political state and the overseas colonies are the main recurrent topic. From the 19<sup>th</sup> century onwards, Portugal's political independence was built and sustained through its territorial possessions. Politically, it was felt that, without the colonies, the country would not be powerful enough (or sufficiently large) to maintain its independence.

After the 1974 revolution, Portugal was confined to its European territory and the debate on national identity resumed. On the one hand, the end of the dictatorship facilitated the "opening to the world" and the questioning of the new/old national identity; on the other hand, the country had to readjust to a new political reality, in which Western Europe became the major political and economic partner. For political convenience, after 1974, the construction of Europe as the "other", both by Salazar and historiography, was rapidly reframed as "us". Simultaneously, former African colonies which had been the "us" of the *Estado Novo*, became an ambivalent "other" and "us" in post-revolutionary discourse, depending on national and international strategic motives.

The country had to resolve the tension between the European and the luso-tropical political outlooks. Colonization and emigration had been a part of the construction of national identity. Historically, the elites had persistently produced discourses on the symbolic meaning of the colonies. The recent and belated processes of democratization, decolonization and the joining of the European Union in 1986 forced new discourses and representations of what it meant to be Portuguese in relation to Europe and to the so-called "European challenge".

Apparently, differences between Portugal and Europe are not an issue (Cabral, 1992). In fact, various opinion polls from the 1990s do not highlight distinct differences in attitudes, values and behaviour. The distinction, rather, lies in the noticeable levels within the same parameters, revealing the belatedness of Portugal's democratic institutions, processes, and the heavily censored public sphere (see also Gil, 2004).

## CONCLUSION

All aspects considered, one must remember that (national) identity construction is a fluid process. Amongst the manifold dimensions, national identity is realized "as a controlled distribution" (Iedema & Caldas-Coulthard, 2008, p. 6). As a result, we must ask who has *access to the enactments* on Portuguese national identity, who *controls their distributions* and what or who is placed in the background or omitted. For instance, the

reiteration of the “imagined community” as a homogeneous society does not allow room for difference. Similarly, the hegemonic narrative on the “country’s destiny”, “the country’s future” or the “country’s opening to the world” (as opposed to the dictatorship’s careful monitoring of any cross-border relationships) does not open the public sphere to different narratives.

This essay describes the most salient discourses on Portuguese national identity over the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries and four main arguments have been put forward. Firstly, contemporary historians and sociologists do not propose one single explanation of what Portuguese identity, character or traits, might be. Secondly, they base their claims mostly on historical processes, although they are careful to highlight the complexity and multi-variety of the phenomena. Thirdly, they note the divide between the elite minority – and their respective claims on the essence of Portugueseness – and the majority of the uneducated, “news un-savant” population. Fourthly, the access to the public sphere was seriously restricted by the *Estado Novo* ideology and its very specific devices to curb the population’s access to schooling and the inherent lack of social and economic upward mobility. Albeit for different reasons, one could claim that, to a certain extent, this is still the case. These restrictions reflect not only the population’s lack of engagement with the political and symbolic power, but also the perception of social inequality and lack of plurality in various societal dimensions, which is common to contemporary neo-liberal societies.

Therefore, and to answer the questions presented at the beginning of this section about who has access to the enactments on and definition of Portuguese national identity and who controls this distribution, one could argue that the elite determine discourses on national identity and belonging, as well as who dominates the “banal flagging of nationhood” (Billig, 1995). Nevertheless, the perception of Portugal as a “strong symbolic identity” (Lourenço, 1997, p. 42) continues, and what apparently prevails in most contemporary narratives are recurrent collective memories of historical events, symbols and literary canonical writers.

In opposition, the ethno-symbolic view (Özkirimli, 2000), shared mostly by philosophers such as Almeida (1995, 2002), Gil (2004) and Lourenço (1988, 1997), contends that elites select elements with “meaning and significance for that particular population”, mobilizing people who respond to calls for action that resonate through the use of meaningful symbols and myths based on pre-existing ethnic bonds (Skey, 2008, p. 29). However, in shifting attention to the cultural dimension of nationalism this perspective tends to *essentialise* ethnicity, by assigning “historically-significant myths, symbols, values and practices an important role to play in generating an image of the nation” (Skey, 2008, p. 29). As such, this view fails to assess how these national identity narratives are transformed over time in response to the various historic events (Skey, 2008, p. 30).

As we have seen, most narratives insist on the image of Portugal as a very homogeneous country, with a strong in-group discursive construction. Indeed, there even seems to be no room for counter-discourses. When compared, whilst other (national) contexts have witnessed the impact of ex-colonials, immigrants and asylum seekers in re-defining and eroding images of a homogenous national identity, these types of influxes have not

had an impact on Portuguese discourses on national identity (neither in academic output nor in media or state official discourses). A recent example is that in 2015, during the so called “migrant crisis”, the Portuguese press was concerned with positive self-presentation of Portugal as a tolerant society, ready and able to engage in actions of support for and solidarity with those less fortunate than ‘us’ (Torkington & Ribeiro, 2018).

Because national identity is based on selective remembering and selective forgetting, the forced absence of important historical facts in identity narratives to serve specific (state or elite) purposes has long been acknowledged, but this fact only enhances the need to critique these practices as they might involve various forms of opacity.

Nonetheless, and going back to Billig’s words, “if nationalism is a wider ideology, whose familiar commonplaces catch us unawares (...) it is naive to think that a text of exposure can escape from the times and place of its formulation” (1995, p. 12), which means of course that this study is unavoidably embedded in its own layers of context. ✍

## REFERENCES

- Ato Colonial 1930, de 8 de julho, República Portuguesa. Retrieved from [https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto\\_colonial.pdf](https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf)
- Almeida, J. C. (2004). Portugal, o Atlântico e a Europa: a identidade nacional, a (re)imaginação da nação e a construção europeia. *Nação e Defesa*, 107, 147-172. Retrieved from <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/consulta/NeD/NeD107/NeD107.pdf>
- Almeida, O. T. (1995). *Em busca da clarificação do conceito de Identidade Cultural – o caso açoriano como cobaia*. Paper presented at the Congresso do I Centenário da Autonomia dos Açores, Ponta Delgada.
- Almeida, O. T. (2002). National identity – a revisitation of the Portuguese debate, *NUI Maynooth papers in Spanish, Portuguese and Latin American Studies*. NUI Maynooth.
- Almeida, O. T. (2004). Onésimo Teotónio de Almeida: uma entrevista sobre o utopismo português no rescaldo de uma palestra sobre o conceito de identidade. *E-topia: Revista Electrónica de Estudos sobre a Utopia*, 1, 1-5 Retrieved from <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10481.PDF>
- Anderson, B. (1983/2006). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London & New York: Verso.
- Baganha, M., Marques, J.C. & Góis, P. (2004). The unforeseen wave: Migration from Eastern Europe to Portugal. In M. Baganha & M. L. Fonseca (Eds.), *New waves of migration from Eastern to Southern Europe* (pp. 23-40). Lisboa: Metrópolis.
- Barreto, A. (1994). Portugal, a Europa e a Democracia. *Análise Social*, 29 (129), 1051-1069. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378256M5dFA4xrgOe65Q11.pdf>
- Barreto, A. (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise Social*, 30 (134), 841-855. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388784X1kPT5fa3Yr88TD2.pdf>
- Barreto, A. (2000). Portugal e a Europa: quatro décadas. In *A situação social em Portugal 1960-1999* (Vol. 2, pp. 37-75). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Barreto, A. & Pontes, J. (writers) (2007). 04 Nós e os outros – uma sociedade Plural [TV]. In Rádio Televisão Portuguesa (Producer), *Portugal, um retrato social*, Portugal.

- Billig, M. (1995). *Banal nationalism*. London: Sage.
- Biles, J. & Spoonley, P. (2007). Introduction national identity: what it can tell us about inclusion and exclusion. *National Identities*, 9(3), 191-195. DOI: 10.1080/14608940701406146
- Braga, T. (1894). *A pátria portuguesa: o território e a raça*. Porto: Livraria Chardron.
- Braga, T. (1885/1995). *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cabral, M. V. (1992). Portugal e a Europa: diferenças e semelhanças. *Análise Social*, 27 (118-119), 943-954. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223055416E2mQD7hfgVw88HW7.pdf>
- Cabral, M. V. (1999). *A sociedade portuguesa e a Revolução de Abril*. Conference paper presented at the Lições de História Contemporânea, Universidade do Algarve.
- Carvalho, M. & Cabecinhas, R. (2013). The orthographic (dis)agreement and the Portuguese identity threat. *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 25, 82-95. Retrieved from <http://hdl.handle.net/1822/2533525>
- Castelo, C. (1999). 'O modo português de estar no mundo': o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961. Porto: Edições Afrontamento.
- Castelo, C. (2011). Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre. *Blogue História Lusófona*, 6, 261-280.
- Conde, I. (1990). Identidade nacional e social dos jovens. *Análise Social*, 25 (108-109), 675-693. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034770Q7eVC8cc6Clo4LH5.pdf>
- Correia, A. A. M. (1919). *Raça e nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Cruzeiro, M. M. (2014). O 25 de Abril de 1974 memória da revolução e revolução da memória. *Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies*, 2(1), 25-34. Retrieved from <http://www.rlec.pt/index.php/rlec/article/viewFile/53/46>
- Cunha, I.F. (2003). Imagens da imigração em Portugal. *Media e Jornalismo*, 2, 71-87.
- Cunha, I.F. (2004). Imigração e racismo: dez anos nos media. Boca biblioteca on-line da Ciência e Comunicação. Retrieved from [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt).
- Cusack, I. (2005). Tiny transmitters of nationalist and colonial ideology: the postage stamps of Portugal and its Empire. *Nations and Nationalism*, 11(4), 591-612. DOI: 10.1111/j.1469-8129.2005.00221.x
- De Cillia, R., Reisigl, M. & Wodak, R. (1999). The discursive construction of national identity. *Discourse and Society*, 10(2), 149-173. DOI: 10.1177/0957926599010002002
- Ferreira, J. M. (1993). Portugal em transe (1974-1985). In J. Mattoso (Ed.), *História de Portugal* (Vol. 8). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Flynn, M. K. (2001). Constructed identities and Iberia. *Ethnic and Racial Studies*, 24(5), 703-718. DOI: 10.1080/01419870120063945
- Freyre, G. (1942). *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.
- Gellner, E. (2006/1983). *Nations and nationalism*. London: Blackwell Publishing.
- Gil, J. (2004). *Portugal, hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Habermas, J. (1962/1991). *The structural transformation of the public sphere*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Herculano, A. (1846/1980-81). *História de Portugal*. Lisboa: Livraria Bertrand.

- Iedema, R. & Caldas-Coulthard, C. R. (2008). Introduction. In R. Iedema & C. R. Caldas-Coulthard (Eds.) *Identity trouble: critical discourse and contested identities*. New York: Palgrave, Macmillan.
- Lourenço, E. (1988). Identidade e memória. In E. Lourenço (Ed.), *Nós e a Europa ou as duas razões* (pp. 9-23). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Lourenço, E. (1997). 1900-2000: Portugal e os desafios finisseculares. In Pavilhão de Portugal Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa (Ed.), *Portugal na Transição do Milénio* (pp. 35-44). Lisboa: Fim de Século.
- Lubkemann, S. C. (2002). The moral economy of Portuguese postcolonial return. *Diaspora: a Journal of Transnational Studies*, 11(2), 189-213. Project MUSE, DOI: 10.1353/dsp.2011.0041
- Martins, G. de O. (2007). *Portugal identidade e diferença*. Lisboa: Gradiva.
- Martins, J. P. O. (1879/1917). *História de Portugal* (Vol. I). Lisboa: Parceria António Maria Pereira.
- Mattoso, J. (1998). *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva.
- Medeiros, P. de (1996). Introdução: “em nome de Portugal”. *Discursos: Estudos de Língua e Cultura Portuguesa*, 13, 12-29.
- Mónica, M. F. (1999). Trinta anos que mudaram Portugal. In M. F. Mónica (Ed.), *Cenas da vida portuguesa* (pp. 13-55). Lisboa: Quetzal.
- Özkirimli, U. (2000). *Theories of nationalism: a critical introduction*. New York: Palgrave Macmillan.
- Passos, S. (2016, January 6). “Retornados”: os refugiados portugueses do século XX. [Weblog post]. Retrieved from <https://euacuso.blogs.sapo.pt/retornados-os-refugiados-portugueses-do-311527>
- Peixoto, J. (2014). Portugal. In A. Triandafyllidou & R. Gropas (Eds.), *European immigration: a sourcebook* (pp. 287-299). Farnham: Ashgate.
- Reis, A. (Ed.) (1993). *Portugal: 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Ribeiro, F. P. (2009). The discursive construction of Portuguese national identity: elite vs. lay participants discursive strategies in a phone-in radio show. *Papers from LAEL PG 2008*, 3, 79-97. Retrieved from <http://www.lancaster.ac.uk/fass/events/laelpgconference/papers/v03/Ribeiro.pdf>
- Ribeiro, F. P. (2011). ‘A democratic revolution must always remain unfinished’: commemorating the Portuguese 1974 revolution in newspaper opinion texts. *Journal of Language and Politics*, 10(3), 372-395. DOI: 10.1075/jlp.10.3.04rib
- Ribeiro, M. C. (2003). Uma história de regressos: império, guerra colonial e pós-colonialismo. *Oficina do Centro de Estudos Sociais*, 188, 1-34.
- Rosas, F. (2001). O Salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, 35(157), 1031-1054. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>
- Santos, B. S. (1993). *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento.
- Saraiva, A. J. & Lopes, O. (1987). *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora.
- Sidaway, J. D. & Power, M. (2005). ‘The tears of Portugal’: empire, identity, ‘race’, and destiny in Portuguese geopolitical narratives. *Environment and planning D: society and space*, 23, 527-554. DOI: 10.1068/d345t

- Skey, M. (2008). *Flagging nations? Exploring the banality of national discourse through a study of everyday talk and media texts in England*. Unpublished PhD thesis, London School of Economics, London, United Kingdom.
- Smith, A. D. (1998). *Nationalism and modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism*. London: Routledge.
- Sobral, J. M. (2004). O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX). *Análise Social*, 39 (171), 255-284. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218705452QonRE7ep1Tg38ZJ4.pdf>
- Sobral, J. M. (2003). A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português. *Análise Social*, 37(165), 1093-1126. Retrieved from <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736434JoeQU4wx7Ro77GX9.pdf>
- Stråth, B. & Wodak, R. (2009). Europe - discourse - politics - media - history: constructing 'crisis'? In A. Triandafyllidou, R. Wodak & M. Krzyzanowski (Eds.), *The European public sphere and the media: Europe in crisis* (pp. 15-33). Basingstoke, New York: Palgrave Macmillan.
- Torkington, K. & Ribeiro, F.P. (2018). 'What are these people: migrants, immigrants, refugees?': migration-related terminology and representations in Portuguese digital press headlines. *Discourse Context Media*. Advance online publication. DOI: 10.1016/j.dcm.2018.03.002.
- Vieira, R. & Trindade, J. (2008). Migration, culture and identity in Portugal. *Language and Intercultural Communication*, 8, 36-49. DOI: 10.2167/laic266.o
- Wodak, R. (2006). Discourse-analytic and socio-linguistic approaches to study of nation(alism). In G. Delanty & K. Kumar (Eds.), *The Sage handbook of nations and nationalism* (pp. 104-117). London: Sage.

#### BIOGRAPHICAL NOTE

Filipa Perdigão Ribeiro is a Senior Lecturer at University of the Algarve, School of Management, Tourism and Hospitality (Portugal). She holds a PhD in Applied Linguistics, Lancaster University (UK). In 2002, she was invited to join the editorial board of *Dos Algarves: a Multidisciplinary e-Journal*, of which she was co-editor-in-chief (2006-2016), having co-edited a special issue on Languages, Literature and Tourism (2014). Her current research interests focus on links between language(s), discourse and tourism in their multiple facets, national identities and on academic writing. She has published papers on national identity (*Journal of Language and Politics*, 2011), on sense of place amongst tourists (*International Journal of Culture, Tourism, and Hospitality Research*, 2013) and on migration (*Social & Cultural Geography*, 2017; *Discourse, Context & Media*, 2018). She regularly reviews papers for several journals and scientific meetings and is a researcher of CiTUR – Centre for Tourism Research, Development and Innovation (Portugal).

Email: [fperdig@ualg.pt](mailto:fperdig@ualg.pt)

Universidade do Algarve – ESGHT, Campus da Penha – Estrada da Penha, 8006-139 Faro, Portugal.

\* Submitted: 17.04.2018

\* Accepted: 10.07.2018

---

## COMO SE ESCREVE “LIBERDADE”? NARRATIVAS SOBRE A REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974 NA IMPRENSA BRASILEIRA

Camila Garcia Kieling

---

### RESUMO

Este artigo propõe uma recomposição da intriga de narrativas sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal a partir da cobertura de dois jornais brasileiros de referência: o paulistano *O Estado de S. Paulo* e o carioca *Jornal do Brasil*. Compreendemos a narrativa jornalística como uma ordenadora do tempo na contemporaneidade, exprimindo uma “circulação generalizada da percepção histórica” (Nora, 1979, p. 180), mobilizada pela emergência de um novo fenômeno: o acontecimento. O incomum golpe de Estado em Portugal mexeu com o imaginário político mundial, reavivando confrontos entre esquerda e direita. Nesse momento, no Brasil, a ditadura militar completava 10 anos e iniciava-se o mandato do quarto presidente integrante das Forças Armadas. As narrativas são analisadas sob diferentes pontos de vista: por meio da organização dos fatos no tempo, da construção das personagens, das projeções para o futuro ou, ainda, da ressignificação do passado.

### PALAVRAS-CHAVE

Revolução de 25 de Abril de 1974; imprensa brasileira; narrativa; acontecimento

---

## HOW DO YOU SPELL “FREEDOM”? NARRATIVES ABOUT THE 25 APRIL 1974 REVOLUTION IN THE BRAZILIAN PRESS

### ABSTRACT

This paper proposes a recomposition of the intrigue of journalistic narratives on the Revolution of April 25, 1974 in Portugal based on the coverage of two Brazilian newspapers: *O Estado de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*. The journalistic narrative is understood as a time orderer in the contemporaneity, expressing a “generalized circulation of historical perception” (Nora, 1979, p. 180), mobilized by the emergence of a new phenomenon: the event. The unusual coup d'état in Portugal stirred the world's political imagination, reviving confrontations between left and right. At that moment, in Brazil, the military dictatorship completed 10 years and the fourth president of the Armed Forces was beginning its mandate. Narratives are analyzed from different points of view: the organization of facts in time, the construction of characters, projections for the future, or the re-signification of the past.

### KEYWORDS

25 April 1974 Revolution; brazilian press; narrative; event

---

## INTRODUÇÃO: A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E O CONTEXTO BRASILEIRO

A Revolução de 25 de Abril de 1974 e o Processo Revolucionário em Curso (PREC) ao qual ela deu início mexeram com o ânimo da imprensa de todo o mundo: “Portugal era olhado como o palco de um confronto definidor entre esquerda e direita e terá sido essa uma das razões pelas quais a sua agitação tanto apaixonou a opinião pública mundial” (Vieira & Monico, 2014, p. 337). O incomum golpe de Estado perpetrado por militares que, entre idas e vindas, levou efetivamente a um processo democrático foi acompanhado pelo mundo com olhos incrédulos e esperançosos.

Antes da Revolução, Portugal vivia sob um regime fechado<sup>1</sup> que ficou conhecido como Estado Novo ou Salazarismo (1933-1974), denominação que faz referência ao seu principal líder, António de Oliveira Salazar (1889-1970). O Estado Novo português foi muito mais que um Estado forte e repressivo. O regime foi também sustentado por um imaginário poderoso, espalhado por todas as áreas da vida dos portugueses, da política e economia à educação e divertimentos. Martins (1992, p. 194), ao estudar os manuais escolares durante o período, compreende esses textos como “um sistema cultural, um sistema de símbolos em interação, o que quer dizer, como uma rede ou uma teia de significações que se entrecruzam” que integram um “corpo simbólico, que ao mesmo tempo age sobre a vida real e a reflete”. O autor expõe o imaginário salazarista em seu simbolismo – a saudade e o sebastianismo, o passado e o futuro – que projeta a imagem de um país antigo, tradicional e humilde, mas com aspirações de grande Império: “por um lado, pois, o desejado medievalismo, bucólico e cordato, figurado pelo tema ‘boa dona de casa’. Por outro, a ambição do Império, ousada e épica, figurada pelas caravelas” (Martins, 1992, p. 198).

O 25 de Abril, Revolução que deu fim à ditadura, foi conduzido pelo Movimento das Forças Armadas (MFA) e iniciou o processo que levou à implantação de um regime democrático, com a aprovação da Constituição de 25 de abril de 1976.

Em 1974, no Brasil, a ditadura iniciada com o golpe contra o presidente João Goulart completava 10 anos e encaminhava-se a posse do quarto presidente militar. A oposição festejou o sucesso da insurreição portuguesa. Curiosamente, o governo brasileiro, que cultivava relações amistosas com governos ditatoriais de direita – como os de Pinochet no Chile e de Stroessner no Paraguai – logo reconheceu a Junta de Salvação Nacional (JSN) que se instalou no governo português e, ao mesmo tempo, ofereceu asilo político ao presidente da República deposto, Américo Tomás, e ao presidente do Conselho de Ministros, sucessor de Salazar, Marcelo Caetano. O inusitado posicionamento esteve relacionado com a questão colonial, especialmente com as guerras de independência de Angola, Moçambique e Guiné, já que o Brasil tinha interesse em herdar de Portugal a influência cultural e comercial sobre as colônias (Martinho, 2007).

<sup>1</sup> Foram 48 anos de ditadura, de 1926 a 1974. Nesse percurso estão a Ditadura Militar (1926 a 1933), o Estado Novo Salazarista (1933 a 1968) e o Estado Novo Marcelista (de 1968 a 1974, período no qual Marcelo Caetano assume a presidência do Conselho de Ministros após o afastamento, por motivos de saúde, de António Salazar) (Rosas, 2013). Sobre a natureza nacionalista e clerical do Estado Novo, a sua forma autoritária e antidemocrática e a sua legitimidade corporativa, ver Martins (2017). E sobre o imaginário salazarista, ver, também, Martins (2014).



A mobilização da opinião pública sobre este evento de ruptura institucional, acompanhado por jornais, revistas, rádio e televisão (esta última teve um papel inédito nas revoluções do século XX até aquele momento) – está relacionado com o que Nora (1979; 1983), ao discutir a questão da especificidade da chamada história contemporânea, vê como um vasto fenômeno de democratização da história, derivado de tudo o que se costuma entender por “mundialização” – as guerras mundiais, a rapidez das comunicações, a penetração das economias em escala global. Trata-se de uma “circulação generalizada da percepção histórica” que culmina em um fenômeno novo: o acontecimento” (Nora, 1979, p. 180). De acordo com o autor, a comunicação de massas desempenha um papel central nesse processo: “os *mass media* têm agora um monopólio sobre a história. Nas sociedades contemporâneas, é através da mídia e somente através dela que um acontecimento nos atinge e não nos pode escapar” (Nora, 1983, p. 5). Mais do que simplesmente meios de transmissão de mensagens, os *mass media* abarcam a própria condição da existência dos acontecimentos.

Mediada e irremediavelmente coberta pela película da atualidade, a percepção da mudança é impactada por essa nova forma de conhecimento do mundo: o acontecimento. Nesse sentido, os processos de mudanças econômicas, políticas, culturais vêm sendo, ao longo dos séculos XX e XXI, reconfigurados pela ação dos meios de comunicação de massa, em um processo que pode ser explicado, ao menos em parte, pela mitologia da prática jornalística. O jornalismo funda-se em um paradoxo, uma vez que não deixa de lançar mão de recursos mitológicos, como o da “construção de uma narrativa sobre si mesma como entidade mítica que administra a verdade dos fatos sociais, e mais, a retórica encantatória na narração fragmentária sobre a atualidade” (Sodré, 2009, p. 12). A mitologia do liberalismo encobre as disputas em torno da atribuição de sentidos que permeiam a constituição do discurso jornalístico ao mesmo tempo em que confere à notícia o estatuto de esclarecimento neutro.

É sobretudo a partir do século XX, através da ação dos meios de comunicação de massa, que a *mudança* – ou leitura midiática dessa noção – emerge como um valor preponderante na consciência histórica ocidental. Nora (1979, p. 184) também assinala a dimensão imaginária que a mediação de massas provoca no acontecimento: “na medida em que efetivamente o acontecimento se tornou intimamente ligado à sua expressão, sua significação intelectual, próxima de uma primeira forma de elaboração histórica, esvaziou-se a favor de suas virtualidades emocionais. A realidade propõe, o imaginário dispõe”. De “espelho do real”, o jornalismo é encarado como uma narrativa e como uma *tecnologia do imaginário* (Silva, 2006). Esta atividade provoca um conhecimento do mundo através de suas técnicas, interpelando os fatos por meio de sua espetacularização, configurando, assim, uma *tecnologia do imaginário*: “os fatos só existem como narrativas, entre as quais a jornalística” (Silva, 2006, p. 107).

Em termos teórico-metodológicos, consideramos a narrativa jornalística como narrativa do cotidiano, mediadora das ações no tempo, organizadora da experiência entre o passado, o presente e o futuro: “o jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Opera uma mediação

que é, ao mesmo tempo, linguística e temporal” (Motta, 2005, p. 9). Nesse sentido, o texto é ponto de partida, mas não perdemos de vista o fato de que ele só produz sentidos na relação com atores históricos humanos e com o contexto.

Para tratar das narrativas jornalísticas sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974, interessou-nos, sobretudo, exemplares da imprensa brasileira de referência, com circulação nacional e tiragem expressiva. Buscamos, ainda, a composição de um *corpus* formado por jornais que representassem grupos ideológicos e linguagens jornalísticas diferenciadas. A seleção compreende, assim, *O Estado de S. Paulo*, matutino ligado aos cafeicultores paulistas e de trajetória liberal, conservadora e anti-trabalhista, e *Jornal do Brasil*, diário carioca marcado pelo diálogo com as classes populares, pioneiro na modernização da linguagem gráfica e editorial no jornalismo brasileiro nos anos 1960. Ambos foram favoráveis ao golpe civil-militar que em abril de 1964 destituiu o presidente João Goulart. Dez anos mais tarde, a relação com os militares apresentava algum desgaste, perceptível nas nuances e ambiguidades da cobertura da revolução portuguesa.

Os acontecimentos de 25 de abril de 1974 foram acompanhados, ao mesmo tempo, com esperança, ceticismo e incredulidade, no mundo todo. Àquela altura, poderia parecer mais um golpe militar que encobria intenções despóticas com promessas de libertação, mas também um revigorante sopro de liberdade e um sério aviso a outras ditaduras, seja na Europa ou na América do Sul – em países como Espanha, Grécia, Chile e Brasil. Vemos, assim, que o 25 de Abril traz à tona uma série de disputas de poder e expõe a complexidade das relações políticas naquele momento histórico, relatadas e interpretadas pela imprensa da época.

#### **PORTUGAL E O FUTURO, O LEVANTE DAS CALDAS E A DERROCADA DO REGIME**

A Revolução de 25 de abril de 1974 e o Processo Revolucionário em Curso (PREC) ao qual ela deu início mexeram com o ânimo da imprensa mundial: “Portugal era olhado como o palco de um confronto definidor entre esquerda e direita e terá sido essa uma das razões pelas quais a sua agitação tanto apaixonou a opinião pública mundial” (Vieira & Monico, 2014, p. 337). O incomum golpe de Estado perpetrado por militares que, entre idas e vindas, levou efetivamente a um processo democrático foi acompanhado por olhos incrédulos e esperançosos.

A essa altura, a imprensa brasileira estava sob censura. De acordo com Fico (2012, p. 87), a prática existiu desde o começo do regime militar, mas acentuou-se após dezembro de 1968, com a edição do Ato Institucional número cinco. A partir daí, a censura “sistematizou-se, tornou-se rotineira e passou a obedecer instruções especificamente emanadas dos altos escalões do poder”. A forma mais grave era a censura prévia, mas a mais comum eram as proibições determinadas, transmitidas às redações através de bilhetinhos ou por telefone (Fico, 2012).

Matutino e diário, *O Estado de S. Paulo* contribuiu ativamente para a efetivação do golpe civil-militar de 1964 no Brasil. Depois do golpe, a relação entre o jornal e os militares torna-se cada vez mais tensa, e atinge o auge em dezembro de 1968, após a

edição do Ato Institucional número cinco, com a publicação do editorial “Instituições em frangalhos”. A edição do jornal foi apreendida e instituiu-se a censura prévia sobre a redação, que seria suspensa apenas em janeiro de 1975.

No Brasil, Ernesto Geisel toma posse em 15 de março de 1974, ocasião em que, de acordo com *O Estado de S. Paulo*, “faz apelo pela unidade” (Geisel faz apelo pela unidade, 1974, p. 1), indicando que o apelo à coesão das Forças Armadas continua impregnado no imaginário nacional. Na edição deste mesmo dia, o jornal repercute o que chama de recrudescimento da “crise político-militar em Portugal” (Recrudescer em Portugal a crise político-militar, 1974, p. 1), reportando o cercamento da Academia Militar pela Guarda Republicana por conta de uma reunião de oficiais que lá se encontravam para “debater problemas militares nacionais”, voltando a vigorar o estado de alerta nos quartéis. A matéria repercute a tensão entre as Forças Armadas portuguesas e cita a questão da demissão de Spínola e Costa Gomes ocorrida na quarta-feira, 14 de março de 1974, provocada pela discordância entre os militares e o governo na condução da guerra na África.

Na página dois, a coluna do correspondente Santana Mota, contraria a matéria de capa, afirmando que “em Portugal, a situação agora é menos confusa”. De acordo com o colunista, oficiais de altas patentes manifestaram apoio ao governo em sua política ultramarina. O texto se dedica, ainda, a analisar em pormenor a conduta de Spínola e a repercussão da publicação do livro *Portugal e o Futuro*, que veio a público em fevereiro de 1974 e provocou grande interesse, especialmente no exterior, por indicar que a solução para a guerra em territórios africanos não seria militar, mas política. Mota informa que Spínola é considerado um militar leal e disciplinado e que a publicação do livro só se deu com a anuência de seus superiores e do governo. O episódio de sua demissão também é minimizado e interpretado

como o processo mais sensato de acabar com as especulações e as tentativas de aliciamento que certamente não deixariam de ser feitas sobre o general por todos os insatisfeitos civis e militares, enquanto ele permanecesse no exercício de um cargo de tanta projeção. (Mota, 1974, p. 2)

Ao lado da matéria do correspondente está uma charge de Bigatti: em um requintado gabinete, figura um retrato de Marcelo Caetano e, dentro do cesto de lixo, está um exemplar do livro *Portugal e o Futuro* (Figura 1). Complementada pela leitura do texto, a charge parece remeter ao triunfo do governo frente às críticas de Spínola. Ou, em uma interpretação mais livre, pode indicar que Portugal e o futuro, sob o regime de Caetano, restam na lata do lixo.



Figura 1: Portugal e o futuro na lata do lixo

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 16 de março de 1974, p. 2

*Portugal e o Futuro* foi publicado no Brasil pela editora Nova Fronteira, de propriedade de Carlos Lacerda, que assinou também o prefácio da edição. Nas páginas de *O Estado de S. Paulo* aparece um reclame da obra (Figura 2), que anuncia: “o livro que abalou uma nação”. *O Jornal do Brasil* de 27 de abril noticia que o livro se esgotou em Niterói e no Recife e que em poucos dias vendeu mais de 50 mil exemplares em São Paulo (Livro se esgota em duas cidades, 1974, p. 9). Lacerda – que foi articulador do golpe de 1964 no Brasil e feroz opositor do presidente deposto João Goulart, vivia agora em atrito com os militares e teve seus direitos políticos suspensos por 10 anos em 1968 – dedica-se então ao jornalismo e a atividades empresariais. Colaborador de *O Estado de S. Paulo*, assina um texto na edição de 9 de abril intitulado “Portugal acha a solução”. Nele, Lacerda classifica de “irrefutável” a análise e a proposta de solução de Spínola para a situação portuguesa, na qual enfatiza a dimensão da democratização de Portugal para a solução do problema colonial. Lacerda afirma, ainda, que “há um movimento em marcha em Portugal” e que a mudança acontecerá inevitavelmente. Invoca a experiência própria para advertir: “na medida em que posso alegar uma experiência na matéria, digo que o atraso de uma solução tornará inevitável a ascensão direta das Forças Armadas ao poder” (Lacerda, 1974, p. 5).

Em 17 de março, a manchete principal de capa de *O Estado de S. Paulo* confirma a persistência da crise em Portugal. A marcha do V Regimento de Infantaria de Caldas da Rainha foi contida, mas o clima de tensão crescente é caracterizado por *O Estado de S. Paulo* através de vários aspectos: a prisão de mais de 100 oficiais, restabelecimento da prontidão rigorosa em todo o país, distribuição de panfletos nas ruas de Lisboa criticando o tratamento dispensado pelo governo aos territórios africanos e defendendo a solução política das questões do ultramar, o bloqueio das entradas e saídas de Lisboa, o reforço da guarda do presidente Américo Tomás e do primeiro-ministro Marcelo Caetano. A matéria atribui a crise à publicação do livro de Spínola: “o paradeiro do General Spínola – autor do livro *Portugal e o Futuro*, cuja publicação levou à atual crise

político-militar – é desconhecido e ignorado até mesmo por sua mulher”. São publicados trechos da nota oficial do governo português descrevendo os fatos e afirmando que “a ordem e a calma reinam em todo o país”. Parte das fontes das informações não é explicitada, citando “rumores” e “observadores” para descrever um momento grave: “segundo observadores, trata-se da mais grave crise que se registra nos últimos 40 anos em Portugal”. Para *O Estado de S. Paulo*, ainda, Caetano encontra-se pressionado, por um lado, pelos partidários da tese de Spínola e, por outro, pelos apoiadores da “linha dura” de Américo Tomás, “favoráveis à preservação dos territórios africanos por todos os meios” (Lisboa sufoca revolta mas crise se agrava, 1974, p. 1), enquanto abre-se a possibilidade de espaço na Comunidade Europeia.

**O LIVRO QUE ABALOU  
UMA NAÇÃO**



PORTUGAL NÃO É SO O PASSADO.  
PORTUGAL TEM FUTURO

O futuro de Portugal será o que propõe o GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA, herói de guerra na África? Sua proposta é a do desenvolvimento com segurança e liberdade, com paz e autodeterminação, dirigida aos portugueses de todas as cores, a todos os povos e ao seu governo. Estará aqui a resposta ao desafio do futuro português? Batendo todos os recordes editoriais da língua portuguesa em todos os tempos, deste livro foram vendidos 50 mil exemplares num só dia em Lisboa e no Porto.

PREFÁCIO DE CARLOS LACERDA

Já em todas as bancas - Cr\$ 20,00

Um lançamento da Editora Nova Fronteira

Figura 2: Anúncio do livro *Portugal e o Futuro*

Fonte: *O Estado de S. Paulo*, 7 de abril de 1974, p. 2

O governo português procura demonstrar certo controle da situação e isso se reflete, inclusive, nas relações com o Brasil. Ainda na capa de 17 de março, ao lado da matéria principal, está uma matéria secundária que informa que o chanceler português Rui Patrício “refutou energicamente a denominação de Comunidade Afro-Luso-Brasileira” a um “sistema de relações econômicas entre Brasília, Lisboa e colônias na África. Para Patrício, a expressão deve limitar-se a Comunidade Luso-Brasileira” (Patrício rejeita

alteração, 1974, p. 1). O chanceler, à altura do levante das Caldas, encontrava-se em Brasília, onde concedeu entrevista à imprensa.

Mesmo assim, a tensão aumenta, Spínola desponta como liderança, e o controle da revolta de Caldas da Rainha não é considerado uma vitória definitiva. *O Estado de S. Paulo* dedica-se a traçar um perfil de Spínola (Os feitos de Spínola o destacam como líder, 1974, p. 14), no qual é caracterizado como um militar e administrador público de alta capacidade, demonstrada especialmente no período em que foi governador e comandante da Guiné, gozando de respeito e estima entre os soldados.

A 28 de março *O Estado de S. Paulo* publica notícia que afirma que “A sublevação em Portugal fazia parte de conspiração”. Dá espaço, ainda, à resposta, por parte da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), à solução spinolista para as colônias portuguesas na África. A Frelimo rejeitava a proposta e afirmava considerar Spínola “um filósofo fascista” (Frelimo rejeita a proposta, 1974, p. 2).

### A EXPLOÇÃO DO 25 DE ABRIL

Nos jornais brasileiros analisados, a primeira referência ao movimento militar da revolução em Portugal aparece no *Jornal do Brasil* de 25 de abril de 1974. Em notícia na página 14, indicando o segundo clichê da página naquela edição, o jornal informa que “tropa rebelada marcha em direção à [sic] Lisboa”:

tropas do 5º Regimento de Caçadores ocuparam, na madrugada de hoje, a Rádio Clube de Portugal, que passou a transmitir comunicados em que os militares pedem ‘a todas as forças do Exército e da polícia a máxima cautela para evitar qualquer choque’. (Tropa rebelada marcha em direção à Lisboa, 1974, p. 14)

O jornal transcreve na íntegra o primeiro comunicado do que chama de “um” Movimento das Forças Armadas, que assinava um documento que circulava clandestinamente “no qual se pedia uma reavaliação das políticas seguidas por Portugal em suas guerras na África”. No terceiro clichê da edição de 25 de abril, foi possível publicar mais detalhes. O título torna-se “Rebeldes tentam evitar choque armado em Lisboa”. Refere-se a um “levante militar”, de acordo com a ANI (Agência Noticiosa de Informação), de proporção e natureza ainda desconhecidas. Ressaltamos que o *Jornal do Brasil* procura a agência oficial do governo português (mas cita, ainda, AGP e UPI como fontes) para confirmar a existência do movimento cujas intenções ainda não estão claras, já que em suas transmissões “o Movimento das Forças Armadas não esclarece o que pretende, quem lidera, se é legalista ou parte do movimento contra o governo” (Rebeldes tentam evitar choque armado em Lisboa, 1974, p. 14).

A 26 de abril de 1974, toda a capa de *O Estado de S. Paulo* é dedicada a Portugal. O diário paulistano opta pela manchete: “Golpe militar derruba o governo português”. No *lead*, vemos que o *Estado* centra os acontecimentos nos oficiais de mais alto escalão. Além das lideranças militares, *O Estado de S. Paulo* ressalta as promessas de restauração

da democracia, de convocação de uma Assembleia Constituinte e de eleições gerais e livres. A dimensão popular aparece na capa, destacada em texto secundário intitulado “O novo regime é aclamado nas ruas de Lisboa”. São relatos de detalhes do cotidiano, do clima festivo das ruas que demonstram o entusiasmo popular com os acontecimentos.

Outros dois títulos utilizam como recurso o uso de sinais de precisão e exatidão (neste caso, o horário) como síntese dos textos: “Apenas 12 horas” e “Às 4 da tarde, o final de uma era”. O primeiro refere-se ao tempo decorrido entre as primeiras movimentações de tanques em Santarém, às quatro horas da manhã, e a entrada de Spínola no Quartel do Carmo, às 18h, sintetizando e precisando uma cronologia dos fatos. Em “Às 4 da tarde, o final de uma era”, o correspondente Santana Mota destaca o protagonismo da jovem oficialidade:

aparentemente, toda a oficialidade que participou do golpe é constituída de jovens, a maioria com patentes inferiores à de major. Em declarações pelo rádio, esses oficiais disseram que pretendem não apenas abolir o regime, mas também realizar imediatamente eleições livres, com plena liberdade de expressão e reunião. (Mota, 1974, p. 1)

Os dois últimos textos da capa, localizados ao pé da página, tratam de projeções e desdobramentos dos acontecimentos, selecionadas pelo veículo como relevantes. Neste caso, *O Estado de S. Paulo* procura analisar os reflexos do golpe em Portugal no Brasil e nas colônias portuguesas na África. “Itamaraty não foi surpreendido”, texto assinado pela sucursal de Brasília, informa que o Itamaraty, desde a publicação do livro *Portugal e o Futuro*, entendia que mudanças na política portuguesa eram inevitáveis e, por isso, não se surpreendeu, talvez em uma tentativa de minimizar a magnitude dos acontecimentos e seus possíveis reflexos na oposição ao regime militar no Brasil. O texto traz como informação a “confidência” de um diplomata a um jornalista, afirmando que “o Brasil se encontrava numa situação delicada, pois pretendia aproximar-se dos árabes e africanos e Portugal representava um empecilho” (Itamaraty não foi surpreendido, 1974 p. 1). Àquela altura, as autoridades ainda guardavam silêncio ou eram evasivas. Dos territórios africanos, a “notícia”, até então, era apenas o silêncio.

Em editorial, *O Estado de S. Paulo* interpreta os acontecimentos em Portugal à luz da geopolítica, da Guerra Fria e do esgotamento do salazarismo frente aos problemas do País. Compara o movimento de 25 de abril com o começo da ditadura portuguesa em 1926, afirmando que as mesmas “classes armadas (...) repetem o gesto de há quase meio século e constituem uma junta revolucionária, igualmente intitulada de salvação nacional, sobre os escombros do governo Marcelo Caetano” (A queda do regime português, 1974, p. 3). Adepto das soluções autoritárias, o diário sugere que se realize, antes das eleições, um “processo de reeducação das massas, para que aprendam a fazer uso da liberdade inebriante de pensamento, de reunião, de associação, de expressão e de voto” (A queda do regime português, 1974, p. 3).

A cobertura de *O Estado de S. Paulo* estende-se por mais quatro páginas completas, nas quais procura contextualizar as informações ao público brasileiro, apresentando os

protagonistas dos acontecimentos em Portugal, a questão colonial e a repercussão no Brasil e no mundo. Em relação às personagens protagonistas, *O Estado de S. Paulo* elege o general Spínola, o presidente Américo Tomás e o primeiro-ministro Marcelo Caetano, além do próprio Salazar. *O Estado de S. Paulo* procura contextualizar os fatos didaticamente, através de mapas e informações demográficas sobre as agora “províncias” na África, do perfil de personagens, de dados sobre as Forças Armadas e de textos de resgate histórico sobre o Salazarismo.

Sobre a repercussão internacional, *O Estado de S. Paulo* elege Londres e Paris como pontos de vista. Quase com o mesmo estatuto de Nação, está a opinião de Carlos Lacerda, indicando que essa personagem segue, apesar de agora inimigo dos militares brasileiros, no centro do palco midiático. Carlos Chagas, jornalista e ex-assessor de imprensa da presidência da República em 1969, sob o governo do general Costa e Silva, também assina a coluna. Afora as colunas assinadas e opiniões individuais, o texto noticioso afirma que o “mundo aguarda desfecho da crise” e reúne as reações, caracterizadas, em termos gerais, como de cautela e apreensão, em Londres, em Madrid e no Vaticano. Satisfação é a manifestação de diversos delegados da ONU, instituição que havia, no ano anterior, reconhecido a independência da Guiné. Na Rodésia e África do Sul, tradicionais apoiadoras da política ultramarina, “a situação portuguesa era acompanhada ontem com grande interesse” (Mundo aguarda o desfecho da crise, 1974, p. 9). Washington afirma não ter “nenhuma informação significativa” além das notícias da imprensa” (Mundo aguarda o desfecho da crise, 1974, p. 9). A agência soviética TASS é a única a sugerir, nesse momento, uma eventual separação entre o MFA e os generais Francisco da Costa Gomes e António de Spínola, que, de acordo com essa fonte, teriam sido convidados pelos líderes da insurreição para unirem-se a eles. De outro modo, a leitura que se tem nos jornais analisados é sempre a de que esses generais já eram os líderes do movimento das Forças Armadas, e não de que se uniram no 25 de Abril.

De Paris, onde vivia exilado, aparece Mário Soares, do Partido Socialista Português. Soares demonstra total confiança no exército, diferenciando-o do exemplo das Forças Armadas do Chile que, no ano anterior, haviam deposto o socialista Salvador Allende e implantado uma ditadura liderada pelo general Augusto Pinochet: “não temos motivo para colocar em dúvida a intenção de nosso Exército de acabar com a ditadura” (Mário Soares oferece apoio, 1974, p. 9). Na mesma matéria que fala de Soares, apesar do título não indicar (“Mário Soares oferece apoio”), está a repercussão dos acontecimentos entre líderes das revoltas nos territórios africanos. De Londres, é enviada nota da Comissão para Libertação da Guiné e Moçambique. De Ottawa, Canadá, Agostinho Neto, representante do Movimento para a Libertação de Angola – MPLA, afirma que o golpe de Estado não significa a independência e que seria preciso aguardar para “verificar quais foram os verdadeiros motivos do golpe” (Mário Soares oferece apoio, 1974, p. 9).

De Londres, o correspondente Hermano Alves reporta que os “meios oficiais e oficiais da Inglaterra” recebiam as notícias com “indisfarçável simpatia e até mesmo com entusiasmo” (Alves, 1974, p. 9). A reação da Inglaterra é de grande relevância, uma vez que a Aliança Anglo-Portuguesa é a mais antiga aliança diplomática do mundo (ainda em



vigor) e também porque este país, que havia recentemente eleito um primeiro-ministro trabalhista, tinha grande interesse comercial nas colônias e no golpe que uma possível “composição com os nacionalistas africanos” poderia significar no *apartheid* da África do Sul e na supremacia branca da Rodésia. Segundo o correspondente de *O Estado de S. Paulo*, os jornais britânicos *Guardian* e *The Times* haviam noticiado, recentemente, a incursão de tropas da Rodésia em Moçambique.

Gilles Lapouge, correspondente na França, afirma que, apesar da falta de reações oficiais das autoridades e candidatos (a França estava em pleno período de campanha eleitoral), os acontecimentos em Portugal dominavam o noticiário em Paris. O jornalista afirma ter procurado conversar “com vários operários portugueses nas obras dos subúrbios de Paris. Poucos quiseram dar declarações. Os que falaram, disseram que não esperavam qualquer mudança importante na situação de seu país” (Lapouge, 1974, p. 9). O texto considera, ainda, a dimensão popular da revolução, até agora muito pouco explorada pela narrativa jornalística:

de qualquer maneira, a notícia foi recebida com alegria pela maior parte da população francesa. A presença de milhões de operários portugueses neste país não poderia deixar de sensibilizar a opinião pública para o problema de um povo sem direitos, perseguido por uma violenta polícia-política, levado à pobreza e ao desencanto por um regime arcaico. (Lapouge, 1974, p. 9)

Neste sentido, o artigo assinado pelo jornalista Carlos Chagas afirma que “Fim do regime *apenas* traduz a vontade popular” (grifo nosso):

pode-se dizer, com pouca margem de erro, que a revolução de agora teve bases estritamente populares, ainda que conduzida pelos militares portugueses. A eles coube, tão somente, acordar para a realidade e contestá-la, já que detinham os meios para tanto. Faltava uma unidade ou um denominador comum, e este surgiu com o livro do general António de Spínola, transpondo para o papel não apenas a reação de todos, mas apontando uma solução clara e precisa para o impasse. (Chagas, 1974, p. 9)

Ao mesmo tempo, o jornalista imputa os acontecimentos à falta de competência e de sensibilidade dos governantes portugueses – uma leitura que é recorrente em nossa análise – e afirma que “algumas revoluções se fazem por falta de pão, outras por falta de ordem (...) Pode-se concluir que o movimento de ontem se fez por falta de inteligência” (Chagas, 1974, p. 9).

A página 9 de *O Estado de S. Paulo* de 26 de abril completa-se com a opinião de Carlos Lacerda. A composição da página dá à fala do ex-governador na Guanabara o estatuto de nação ou autoridade. Os demais textos demonstram uma certa cautela nessas esferas, o que se traduz em dificuldade para os jornalistas em conseguir declarações oficiais. Mesmo com os direitos políticos cassados, Lacerda não apresenta esse problema, opinando livremente, o que demonstra a relevância desta personagem na cena pública brasileira. O título é “Para Lacerda, era previsível o que aconteceu” e, na matéria,

“De roupa esporte, muito alegre e recebendo telefonemas a todo o instante”, Lacerda imputava a previsibilidade do evento à publicação do livro de Spínola (do qual, lembramos, a edição brasileira foi publicada pela editora Nova Fronteira, de propriedade do ex-governador). Com histórico de “derrubador de presidentes”, a reportagem questiona se ele teria colaborado de alguma forma com a queda da ditadura portuguesa, pergunta à qual “respondeu, sério: — Infelizmente, não tive a honra de participar de nada” (Lacerda, 1974, p. 9).

“Foi um grande dia para o ex-governador, que começou manifestando sua emoção e suas esperanças, que devem ser as mesmas de todos os que defendem a liberdade dos povos: – Todos estamos de parabéns, repetiu várias vezes” (Para Lacerda, era previsível o que aconteceu, 1974, p. 9). O comunismo segue sendo rechaçado no discurso de Lacerda, e é mencionado como sinônimo de anarquia. Afirma que “o que se deve fazer lá é formar uma verdadeira democracia, dissociada do comunismo” (Para Lacerda, era previsível o que aconteceu, 1974, p. 9). Assim como Chagas, Lacerda atribui à incompetência política de Marcelo Caetano o fato de o governo não ter percebido o que se passava, especialmente entre as Forças Armadas.

O *Jornal do Brasil* a 26 de abril opta pela manchete “Junta controla Portugal e anuncia Constituinte”. A *protagonista* das ações, pela narrativa deste jornal, é a Junta de Salvação Nacional, que contaria com a “chancela do Movimento das Forças Armadas, denominação adotada pelos rebeldes desde o início de sua ação”. O destaque são as medidas imediatas anunciadas, como a eleição de uma Assembleia Constituinte pelo voto direto. Na página dois, “Militares acabam Salazarismo e prometem eleição” informa que o anúncio oficial da Junta aconteceu imediatamente depois da rendição de Caetano, mas não esclarece qual a exata relação entre ela e o MFA. Destaca os objetivos do movimento, divulgados pelo próprio através de manifesto televisionado do General Spínola e, através da fonte “observadores diplomáticos em Lisboa”, enfatiza que “os novos detentores do poder, no período de transição até a convocação de eleições gerais, se dedicarão à tarefa de eliminar da vida pública todos os elementos vinculados ao Salazarismo” (Militares acabam salazarismo e prometem eleição, 1974, p. 2), incluindo a possibilidade de um expurgo nas Forças Armadas.

Em uma cronologia da revolução (“Como foi o movimento rebelde”), *Jornal do Brasil* repercute a edição do jornal *República*, agora livre de censura e caracterizado como “liberal”:

as Forças Armadas tomam o poder’. Sob uma manchete em cor vermelha, o jornal liberal *República* divulgou ontem um amplo relato do movimento que culminou com a queda do Primeiro-Ministro Marcelo Caetano e anunciou aos seus leitores que pela primeira vez saía às ruas sem censura. (Como foi o movimento rebelde, 1974, p. 2)

A narrativa do *Jornal do Brasil* dá indícios da confusão em relação às lideranças do movimento. De acordo com a cronologia apresentada, já ao final da manhã, com Lisboa tomada pelo MFA, especialmente na Praça das Carmelitas, em frente ao quartel do

Carmo, onde Caetano estava refugiado, faltava ainda, para a imprensa, uma informação importante: “Apenas não se conheciam, ainda, os nomes dos dirigentes do movimento” (Como foi o movimento rebelde, 1974, p. 2).

A narrativa do *Jornal do Brasil* exalta o protagonismo de Spínola: a rendição de Caetano teria sido apressada por sua presença no local. Após a retirada do primeiro-ministro, preso, “saía o carro do General Spínola. Este, trajando seu uniforme com todas as condecorações, foi aclamado pela multidão aos gritos de “Viva Spínola. Abaixo o Fascismo. Viva Portugal” (Como foi o movimento rebelde, 1974, p. 2).

Na Coluna do Castello – do jornalista Carlos Castello Branco –, está a leitura de que, entre o peso da guerra e o ânimo das novas gerações está Spínola, ou seja:

a inspiração de um general dotado de visão política e coragem cívica, o qual, depois de governar a Guiné e comandar as forças repressoras, propôs em livro de larga repercussão o fim da ditadura interna em Portugal como pressuposto de sobrevivência da sua pátria e da continuidade da influência de Portugal no mundo português. (Castello Branco, 1974, p. 4)

Marcelo Caetano, a quem se refere como professor, é também considerado culpado, por Castello, pela incapacidade do governo de Portugal de superar o conservantismo da sociedade herdada de Salazar e por fazer o país seguir mergulhado no isolacionismo. Procura explorar o papel do Brasil frente a nova situação em “nossa fronteira d’além mar”. Para Castello, o Brasil deve ter interesse no mundo português e não exclusivamente em Portugal, “a cuja política oferecemos o sacrifício continuado do nosso prestígio nas organizações internacionais”. Vê, ainda, um papel central do Brasil na preservação de “um sistema multinacional” (Castello Branco, 1974, p. 4).

No espaço noticioso, ainda não há uma posição oficial do governo brasileiro, que aguarda uma manifestação de “um novo governo que se constitua e exerça, de fato, sua autoridade política sobre Portugal” (Brasil aguarda em silêncio, 1974, p. 4). Porém, na seção de notas curtas “Informe Jornal do Brasil” está a sentença: “Portugal – O Brasil reconhecerá o novo Governo português, imediatamente” (Informe Jornal do Brasil, 1974, p. 10). A opinião de Carlos Lacerda também tem espaço no *Jornal do Brasil*, na matéria “Lacerda diz que Spínola democratizará Portugal”.

Em editorial, *Jornal do Brasil* dedica-se a analisar o papel do Brasil frente à nova configuração política portuguesa. Reforça a tese de que as mudanças nesse país eram previsíveis e que refletiam a vontade popular:

o previsível movimento militar e político que encerrou, em Portugal, o governo do Primeiro-Ministro Marcelo Caetano, foi o reconhecimento, de fato, de que a opinião pública portuguesa exigia caminhos novos para o país, que há 13 anos se exauria numa guerra inglória em suas colônias da África. O movimento foi rápido e praticamente incruento, que é a marca das ações que já surgem apoiadas no consenso popular. (Brasil-Portugal, 1974, p. 6)

Como autoridade no espaço público, *Jornal do Brasil* exige atitudes dos governantes, sugerindo o imediato reconhecimento do novo governo: “o Brasil, reconhecendo imediatamente o Governo que assumiu o poder, deve pôr-se a serviço da comunidade de língua portuguesa, na antiga metrópole e nas ex-colônias”. Para o jornal, Brasília já estava “suficientemente afastada” do governo português e, com as mudanças que despontam no horizonte político desse país “é imperativo não protelar esse encontro dos três mundos de cultura portuguesa: o lusitano, o africano, o brasileiro” (Brasil-Portugal, 1974, p. 6). Em “Portugal à margem do mundo” está um resgate, assinado pelo selo “Pesquisa *Jornal do Brasil*”, da turbulenta trajetória recente deste país em relação aos organismos internacionais, como ONU, Unesco, Organização Internacional do Trabalho e até mesmo divergências com a Igreja, amealhando diversos sinais de que se posicionava, realmente, “à margem do mundo” (Portugal à margem do mundo, 1974, p. 4).

A dimensão popular na narrativa do *Jornal do Brasil* está em “Povo sai às ruas da Capital em festa”. São as mesmas histórias relatadas em *O Estado de S. Paulo*, com as mesmas citações, provavelmente pela origem em comum – a agência AFP. Também são praticamente idênticas as matérias sobre a até então possível volta de Mário Soares a Portugal.

A 27 de abril, o *Jornal do Brasil* destina a foto e manchete principais de capa a Portugal: “Portugal anuncia Governo civil e eleição em um ano”. Os destaques, além dos indicados no próprio título e que constituem as primeiras medidas anunciadas pela Junta de Salvação Nacional, são a libertação dos presos políticos da prisão de Caxias e algumas repercussões internacionais: a intenção de pronto reconhecimento do novo governo pela Espanha, a cautela dos norte-americanos e a saudação, pela “imprensa europeia” do fim do salazarismo.

A cobertura se divide entre os acontecimentos em Lisboa e a repercussão mundial. Na primeira abordagem, está “Junta dissolve polícia e Partido salazaristas”. Entre as primeiras medidas do novo governo está a destruição das instituições do passado salazarista: “Menos de um dia depois da vitória do movimento armado, o salazarismo começou a desaparecer da vida portuguesa. A obra de reconstrução, segundo disse Spínola, começa com a destruição do que já ‘não nos serve mais’” (Junta dissolve polícia e Partido salazaristas, 1974, p. 8).

Um dos *episódios* com maior destaque é a questão dos presos políticos na prisão de Caxias, em Lisboa. Por um lado, nas palavras da Junta, a libertação de “todos os presos políticos não comprometidos com outros tipos de crimes” (Spínola solta presos políticos, 1974, p. 8), incluindo os militares presos no Levante das Caldas; por outro, a detenção, neste mesmo centro, dos agentes da polícia política que resistiram na sede da DGS (Departamento Geral de Segurança, a antiga PIDE). Segundo o *Jornal do Brasil*, uma multidão de duas mil pessoas esperava pela libertação dos presos políticos. O título da matéria destinada a esse tópico centraliza, mais uma vez, as ações revolucionárias na figura do general: “Spínola solta presos políticos”.

De acordo com o jornal, Lisboa começou a manhã de 26 de abril “aparentando calma total”: comércio e bancos abertos. Porém, alguns sinais do cotidiano sinalizavam as

mudanças em andamento: “indícios do movimento militar, apenas tanques estacionados em pontos estratégicos, papel picado ainda nas ruas e, sinal mais evidente, os jornais ‘sem censura’, a noticiar tudo e comentar tudo” (Spínola solta presos políticos, 1974, p. 8).

Algumas ocorrências violentas indicavam a perseguição e ataque a agentes da polícia, especialmente na frente da sede da DGS, onde grupos esperavam saída dos policiais que haviam resistido dentro do prédio, “com intenções evidentes de linchar” (Spínola solta presos políticos, 1974, p. 8). Há diversos relatos, na imprensa analisada, de perseguição aos “pides”. A liberdade política recém-conquistada explode nas ruas. Já no dia 26 de abril, de acordo com o *Jornal do Brasil*, milhares de pessoas participaram de um comício na Praça do Rossio, “o primeiro em quase 50 anos, convocado pela Comissão Democrática Eleitoral, uma organização que reúne os Partidos que se opunham ao regime salazarista” (Primeiro comício tem bandeiras, 1974, p. 8).

A 27 de abril, *O Estado de S. Paulo* destaca em manchete de capa “Spínola liberta presos políticos”. Assim como no *Jornal do Brasil*, os destaques de capa são as primeiras medidas da Junta de Salvação Nacional em seu “programa de pacificação nacional, progresso e justiça” (Spínola liberta presos políticos, 1974, p. 1), a supressão das ultrapassadas estruturas do salazarismo e a “cautela” de Spínola em relação ao “problema do ultramar” (Um novo país, 1974, p. 1). *O Estado de S. Paulo* destaca em capa as repercussões internacionais, opondo a “cautela” nos EUA e o “elogio” em Moscou (Cautela nos EUA e elogio em Moscou, 1974, p. 1). Da África, as notícias são as mesmas do *Jornal do Brasil*: apreensão na África do Sul e Rodésia, contentamento pelo fim da ditadura, mas garantia da continuação da luta dos movimentos de independência em Guiné, Angola e Moçambique.

*O Estado de S. Paulo* manifesta seu posicionamento editorial na página três, focando na falta de experiência e estrutura democrática em Portugal após 48 anos de ditadura. Pelo ponto de vista da política externa brasileira, o entendimento é que as mudanças inevitáveis nas relações entre Portugal e territórios africanos trazem certo alívio e ampliam a possibilidade de diálogo entre as nações, já que os sinais de desajuste entre Brasil e Portugal nesse tema era crescente, sendo “possível supor o próprio rompimento” (Portugal e a diplomacia, 1974, p. 1).

Nas páginas internas, os tópicos sintetizados na capa são aprofundados, com ênfase na reconquista das liberdades democráticas, na reação popular (“O clima é de festa em Lisboa”) e nas repercussões na África e na Europa. Os textos noticiosos e citações de jornais e fontes, especialmente dos EUA, Europa e África são muitas vezes idênticos ao *Jornal do Brasil*, indicando o uso das fontes de agências noticiosas. A diferença nas coberturas manifesta-se nos textos dos correspondentes. Santana Mota, de Lisboa, destaca os primeiros passos da Junta de Salvação Nacional e descreve pormenores do episódio da passagem do poder das mãos de Marcelo Caetano para o general Spínola que indicam que este último não era chefe do MFA até ser chamado a negociar a passagem do poder com o Primeiro-Ministro: “como, no momento, o general não exercia qualquer função de comando no golpe, resolveu-se consultar a direção do movimento, que prontamente concordou em entregar a chefia a Spínola” (Mota, 1974, p. 7).

O episódio também ocupa uma coluna na página 6 do espaço noticioso, sob o título “O último gesto de Caetano” (O último gesto de Caetano, 1974, p. 6). O texto adiciona alguns detalhes ao relato do correspondente Santana Mota, entre eles, a afirmação de Caetano de que desejava transmitir-lhe o poder “para que este não caísse nas mãos da gentalha” e que a transmissão teria sido realizada “com exemplar dignidade” (O último gesto de Caetano, 1974, p. 6).

De Londres, o correspondente Hermano Alves analisa a conjuntura sob o ponto de vista da Organização do Tratado do Atlântico Norte: “a NATO sairá favorecida”. Nessa leitura, a ditadura em Portugal era vista como um empecilho para esse grupo: “um regime democrático em Portugal abre o caminho para que o país participe – como membro – da Comunidade Econômica Europeia. E pode ter grande influência no futuro político da Espanha e também da Grécia” (Alves, 1974, p. 7). Confirma-se ainda, que, na África, as propostas da Junta são consideradas, à esquerda (movimentos de independência africanos) e à direita (comunidade portuguesa nesses territórios), “muito liberais” (Alves, 1974, p. 7).

Gilles Lapouge, de Paris, afirma que “Na França, há simpatia geral”, opinião embasada nas repercussões da imprensa neste país, à esquerda e à direita:

Do ultraconservador L’Aurore ao comunista L’Humanité, os jornais franceses dedicaram ontem páginas inteiras aos acontecimentos portugueses. Mesmo L’Aurore, que em algumas ocasiões apoiou atitudes de Salazar e de Caetano, admitiu, num artigo de Roland Faure, que o golpe foi justificado. L’Humanité, por sua vez, publicou um raro elogio a um golpe militar. (Lapouge, 1974, p. 7)

Lapouge conseguiu uma entrevista com Mário Soares em Paris, que afirmou que “para a oposição portuguesa, há apenas uma solução: pôr fim à guerra e reconhecer a personalidade das colônias” (Lapouge, 1974, p. 7). Note-se que Soares não fala em independência total. A posição de cautela da Junta em relação às questões africanas é corroborada pela leitura da imprensa, somada à análise do passado de Spínola, voluntário na Guerra Civil Espanhola ao lado de Franco e, até pouco tempo atrás, colaborador do regime salazarista:

Algumas horas depois da entrevista, havia sinais, em Lisboa, de que o novo governo não pretende iniciar os contatos com os líderes guerrilheiros. Pelo menos é a opinião do jornalista Antonio Diez, da revista L’Express, que declarou ao Estado: “Creio que Spínola não irá tão longe na liberalização como se creditava. Na minha opinião, a vida democrática será revitalizada, mas dentro de um regime autoritário”. (Lapouge, 1974, p. 7)

Finalmente, a 28 de abril, está a notícia de que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o novo regime de Portugal, simplesmente através da troca de comunicados entre os dois países. Em *O Estado de S. Paulo*, a manchete principal é: “Brasil reconhece junta portuguesa”. Na capa estão, ainda, novas informações sobre as manifestações populares

(“Após quase 50 anos, um dia de euforia em Lisboa”) e as preocupações iniciais de Spínola (“Spínola teme o uso indevido da liberdade”). A capa é composta com uma foto com a legenda “estudantes desmantelam carro de um agente da antiga polícia-secreta”. Das ruas de Lisboa, os correspondentes Clóvis Rossi e Ewaldo Dantas reportam os comícios e manifestações políticas, especialmente de grupos de esquerda e as expressões de ódio à PIDE, que levaram a alguns atos violentos, como o desmantelamento do automóvel e a perseguição a um policial identificado e açoitado pela multidão dentro de um banco, de onde foi retirado e levado preso pelos soldados. Prédios e ônibus amanheceram marcados em tinta spray encarnada, com o slogan: “O primeiro de maio é vermelho”. Outros slogans eram: “Guerra do povo à guerra colonial”, “Pão, paz, liberdade, democracia e independência nacional”. Os militantes mais jovens já pediam “Abaixo Spínola”. Os jornalistas recolheram, ainda, o depoimento de presos políticos recém-libertados, os quais relataram as torturas nas prisões portuguesas, incluindo privação do sono, do contato com a família e espancamentos. Os jornalistas insistiam em perguntar aos presos se a polícia lhes havia “tirado sangue”, o que os entrevistados negaram.

Ainda na capa do *O Estado de S. Paulo* de 28 de abril, estão as manifestações de Spínola, que, frente à euforia popular, declara: “é natural que o povo dê vazão à sua alegria. Mas não devemos nos esquecer que se trata de um povo que há meio século não tem consciência do uso das liberdades”. A ideia de que a privação da ditadura desabilitou o povo para o exercício da liberdade e da política, de vertente autoritária, é recorrente, tanto entre as autoridades quanto na opinião de jornais como *O Estado de S. Paulo*, como já vimos.

É apenas nas notícias publicadas nesse dia 28 de abril que *O Estado de S. Paulo* atenta para a constituição básica do MFA: um movimento da oficialidade jovem. Hamilton de Souza, enviado especial de *O Estado de S. Paulo* a Lisboa, escreve:

mas, nos meios jornalísticos comenta-se que a maioria das medidas anunciadas pela Junta de Salvação Nacional – com exceção da questão das províncias – não reflete o pensamento de Spínola. As mesmas fontes dizem que tais medidas foram impostas pela oficialidade jovem das Forças Armadas. (Souza, 1974, p. 7)

O correspondente descreve, ainda, a adesão popular ao inusitado golpe de Estado, corroborando a visão de que o 25 de Abril contrariou todas as expectativas em relação a um movimento desse tipo:

Lisboa não parece ter sido palco de um golpe de Estado. A não ser nas proximidades dos quartéis e postos-chave ocupados pelas tropas do general António de Spínola, não há nenhuma movimentação militar ou indícios de repressão policial. (...) A adesão ao novo governo é quase total, e a cada momento são transmitidos, pelas emissoras de rádio, já em programação normal – os comunicados de apoio procedentes de diversos setores de atividades. Os jornais, livres da censura, dedicam quase todo o espaço aos

recentes acontecimentos, realçando sempre a libertação dos presos políticos, a normalização da vida política e as manifestações de apoio à junta. A incrível rapidez com que o povo aderiu ao movimento das Forças Armadas leva a crer que a ansiedade pela mudança do regime, mantido durante 48 anos, estava decididamente arraigada na mente de todos os cidadãos portugueses. (Souza, 1974, p. 7)

O editorial de 28 de abril de *O Estado de S. Paulo* reflete sobre os acontecimentos em Portugal, revelando, mais uma vez, o conservadorismo e anticomunismo do diário paulistano. Ao comentar a euforia sobre as perspectivas de redemocratização em Portugal, afirma que, de forma “realista”, a democracia tem “condicionantes morfológicas” e que é conquistada pelo “amadurecimento”. Sendo assim, para *O Estado de S. Paulo*, o povo português não estaria preparado para a democracia, já que a educação popular para essa forma de governo não era “prioridade do programa do governo salazarista” e que “outros totalitários, desta vez da esquerda sob influência exógena” poderiam beneficiar-se do caos e da desordem.

Ora, há quase cinquenta anos, Salazar estabeleceu sua ditadura para remediar o caos e a desordem em que a desintegração política precipitara o país. Esse quase meio século de ditadura, por sua vez, afastou totalmente o povo das práticas democráticas, já que a educação popular para a democracia não foi uma das prioridades do programa do governo salazarista, preocupado principalmente com a necessidade de reorganizar, consolidar e disciplinar a administração pública e assegurar bases financeiras para a produção. Assim sendo, não há como negar que a democratização deve ser progressiva (...) para que o povo português, não preparado e amadurecido para assumir as responsabilidades culturais e morais do autogoverno, vendo-se surpreendido pela obtenção dos direitos advindos da liberdade, esqueça-se dos deveres a ela inerentes e passe a interpretá-la e a exercê-la no sentido da libertinagem. A libertinagem, todos o sabemos, leva ao caos e à desordem, dos quais irão beneficiar-se outros totalitários, desta vez da esquerda sob influência exógena. (Os caminhos dos militares portugueses, 1974, p. 3)

A 28 de abril, a manchete do *Jornal do Brasil* é bastante similar à de *O Estado de S. Paulo*, trocando, apenas, “junta portuguesa” por “novo governo de Portugal”: “Brasil reconhece novo governo de Portugal”. Assim como o diário paulistano, a ênfase é no fato de o Brasil ser o primeiro país a realizar esse reconhecimento e nas promessas de Spínola de autodeterminação e independência progressivas nos territórios na África. O jornal transcreve a troca de mensagens entre a Junta e o Ministério das Relações Exteriores. Diferente de *O Estado de S. Paulo*, dá ênfase a elementos que seriam perpetuados como símbolos do imaginário desse acontecimento: a senha para o golpe foi a música, proibida pela censura, *Grândola, Vila Morena*, de José Afonso. *Jornal do Brasil* reproduz



a letra da canção em box. Sobre os cravos vermelhos, o enviado especial do *Jornal do Brasil*, José Silveira, afirma: “soldados do Exército e Fuzileiros Navais, em uniformes de campanha, portam fuzis automáticos leves. Muitos deles trazem cravos vermelhos nos canos das armas, oferecidos pela população” (Silveira, 1974, p. 3).

Ao tratar da questão africana, *Jornal do Brasil* dá destaque aos rumores de que colonos portugueses em Moçambique “estariam preparando um plano para libertar o ex-presidente Marcelo Caetano de seu atual confinamento na Ilha da Madeira e confiar-lhe o Governo de Moçambique, que se declararia independente de Portugal”. O plano é considerado “totalmente inexecutável” pela Junta, tanto pela prisão de Caetano quanto pela adesão dos militares portugueses em Moçambique à Revolução (Colonos de Moçambique querem libertar Caetano, 1974, p. 19).

A narrativa sobre a Revolução de 25 de Abril termina, em nosso recorte, de forma aberta. Para onde o golpe de Estado efetuado pelos militares em Portugal conduziria este país? As forças armadas entregariam o poder aos civis? A democracia conseguiria se estabelecer? No Brasil, 10 anos de ditadura militar cerceavam a vida política e as liberdades individuais. Os ventos do além-mar poderiam ser um bom presságio. A charge de Ziraldo (Figura 3), publicada no *Jornal do Brasil*, sintetiza bem essa expectativa, ao invocar a letra do Hino da Independência do Brasil.

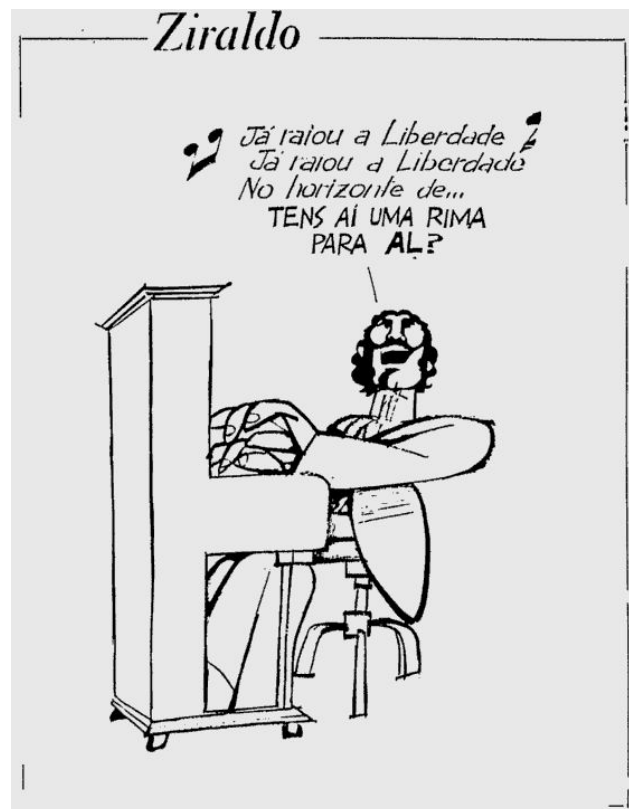


Figura 3: Para Ziraldo, a liberdade raiou em Portugal

Fonte: *Jornal do Brasil*, 28 de abril de 1974, p. 6

Um dos pontos mais repercutidos pela imprensa brasileira, com certa nostalgia, é o da liberdade de expressão. Com a euforia popular e a súbita liberdade de expressão, Spínola afirma que o objetivo é “criar uma imprensa mais responsável: ‘Todos os jornais devem transformar-se em instrumentos válidos. Não podemos permitir que se crie um clima de irresponsabilidade’” (Spínola teme o uso indevido da liberdade, 1974, p. 1). O mesmo temor em relação ao “uso indevido da liberdade” é direcionado às colônias, caso no qual Spínola vê que há confusão entre autodeterminação (postura que defende) e independência, e também ao cotidiano dos cidadãos portugueses, há tanto tempo privados da liberdade. A Charge de Ziraldo, publicada no *Jornal do Brasil*, volta-se também ao tema da liberdade e sugere que o povo português anda “esquecido” (Figura 4).



Figura 4: Estariam os portugueses desacostumados com a liberdade?

Fonte: *Jornal do Brasil*, 27 de abril de 1974, p. 6

## NOTAS CONCLUSIVAS

Vimos, nesta recomposição da narrativa da imprensa brasileira sobre o 25 de Abril, que a tentativa de reescrever a liberdade enfrentou muitos desafios. Em termos de protagonismo, percebemos que a horizontalidade do movimento dos jovens oficiais provocou confusão, e as manchetes acabaram por focar na figura (já conhecida) de Spínola. A Revolução foi vista como previsível, porém, seu caráter inusitado (popular e pacífico) provocaram surpresa. O tema da liberdade repercute na política interna: mesmo sob censura prévia (*O Estado de S. Paulo* costumava publicar sonetos de Camões nos espaços cortados pela censura), vimos a defesa de um ponto de vista autoritário no espaço opinativo desse jornal: o povo português estaria despreparado para a vida democrática.

A cobertura noticiosa, um tanto pasteurizada pelos textos das agências, ganha cores nos relatos dos colunistas e correspondentes. As relações internacionais entremearam-se na cobertura, demonstrando que a ditadura portuguesa agradava a poucos, e que se projetava, no Brasil, um novo arranjo de forças na comunidade lusófona. Muito pouco se noticiou sobre as repercussões nos territórios africanos, lacuna que, sinalizamos, muito contribuiria para uma compreensão mais abrangente dos significados do 25 de Abril. ✍

## REFERÊNCIAS

- A queda do regime português (1974, 26 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 3.
- Alves, H. (1974, 26 de abril). Na Inglaterra, simpatias são mal disfarçadas. *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Alves, H. (1974, 27 de abril). A NATO sairá favorecida. *O Estado de S. Paulo*, p. 7.
- Brasil aguarda em silêncio (1974, 26 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 4.
- Brasil-Portugal (1974, 26 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Castello Branco, C. (1974, 26 de abril). A libertação de Portugal. *Jornal do Brasil*, p. 4.
- Cautela nos EUA e elogio em Moscou (1974, 27 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Chagas, C. (1974, 26 de abril). Fim do regime apenas traduz a vontade popular. *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Colonos de Moçambique querem libertar Caetano (1974, 28 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 19.
- Como foi o movimento rebelde (1974, 26 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 2.
- Fico, C. (2012). *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record.
- Frelimo rejeita a proposta (1974, 28 de março). *O Estado de S. Paulo*, p. 2.
- Geisel faz apelo pela unidade (1974, 16 de março). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Informe Jornal do Brasil (1974, 26 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 10.
- Itamaraty não foi surpreendido (1974, 26 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Junta dissolve polícia e Partido salazaristas (1974, 27 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 8.
- Lacerda, C. (1974, 9 de abril). Portugal acha a solução. *O Estado de S. Paulo*, p. 5.
- Lapouge, G. (1974, 26 de abril). Por momentos, a França esquece a campanha eleitoral. *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Lapouge, G. (1974, 28 de abril). Na França, há simpatia geral. *O Estado de S. Paulo*, p. 7.
- Lisboa sufoca revolta mas crise se agrava (1974, 17 de março). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Livro se esgota em duas cidades (1974, 27 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 9.
- Mário Soares oferece apoio (1974, 26 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 9.

- Martinho, F. C. P. (2007). Léguas a nos separar: o que levou o regime militar brasileiro a apoiar um movimento de esquerda como a Revolução dos Cravos em Portugal? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 42, 63-68.
- Martins, M. L. (1992). A dona de casa e a caravela transtlântica. Estudo sócio-antropológico sobre o imaginário salazarista. *Cadernos do Noroeste*, 5, 191-204. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25357>
- Martins, M. L. (2014). Os mitos de origem no salazarismo – o passado como se fora presente. In M. M. Baptista, J. E. Franco & B. Cieszynska (Eds.), *Europa das nacionalidades: imaginários, identidades e metamorfoses políticas* (pp. 185-191). Coimbra: Grácio Editor.
- Martins, M. L. (2017). *O olho de Deus no discurso salazarista*. Porto: Afrontamento.
- Militares acabam salazarismo e prometem eleição (1974, 26 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 2.
- Mota, S. (1974, 16 de março). Em Portugal, a situação agora é menos confusa. *O Estado de S. Paulo*, p. 2.
- Mota, S. (1974, 26 de abril). Às 4 da tarde, o final de uma era. *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Mota, S. (1974, 27 de abril). Junta inicia sua missão. *O Estado de S. Paulo*, p. 7.
- Motta, L. G. (2005). A análise pragmática da narrativa jornalística. In *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (pp. 1-15). Rio de Janeiro: UERJ. Retirado de <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>
- Mundo aguarda o desfecho da crise (1974, 26 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Nora, P. (1979). O retorno do fato. In J. Le Goff, & P. Nora, *História: novos problemas* (pp. 179-193). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Nora, P. (1983). Monster events. *Discourse*, 5, 5-20.
- O último gesto de Caetano (1974, 27 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 6.
- Os caminhos dos militares portugueses (1974, 28 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 3.
- Os feitos de Spínola o destacam como líder (1974, 17 de março). *O Estado de S. Paulo*, p. 14.
- Para Lacerda, era previsível o que aconteceu (1974, 26 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Patrício rejeita alteração (1974, 17 de março). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Portugal à margem do mundo (1974, 26 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 4.
- Portugal e a diplomacia (1974, 27 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Primeiro comício tem bandeiras (1974, 26 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 8.
- Rebeldes tentam evitar choque armado em Lisboa (1974, 25 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 14 [3º clichê].
- Recrudescem em Portugal a crise político-militar (1974, 16 de março). *O Estado de S. Paulo*, p.1.
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o poder – a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Silva, J. M. da. (2006). *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina.

- Silveira, J. (1974, 28 de abril). Novos hóspedes nas prisões. *Jornal do Brasil*, p. 3.
- Sodré, M. (2009). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Souza, H. de (1974, 28 de abril). Oficialidade jovem parece controlar a Junta. *O Estado de S. Paulo*, p. 7.
- Spínola liberta presos políticos (1974, 27 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Spínola solta presos políticos (1974, 27 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 8.
- Spínola teme o uso indevido da liberdade (1974, 28 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 19.
- Tropa rebelada marcha em direção à Lisboa (1974, 25 de abril). *Jornal do Brasil*, p. 14 [2º clichê].
- Um novo país (1974, 27 de abril). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Vieira, J. & Monico, R. (2014). *Nas bocas do mundo: o 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta-da-China.

#### NOTA BIOGRÁFICA

Camila Garcia Kieling é Professora Adjunta na Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutora em Comunicação Social pela mesma instituição.

Email: [camila.kieling@gmail.com](mailto:camila.kieling@gmail.com)

Morada: Avenida Otto Niemeyer, 1025 apto. 707B – 91910-001 – Porto Alegre, RS, Brasil

\* **Submetido: 15.05.2018**

\* **Aceite: 21.06.2018**



## HOW DO YOU SPELL “FREEDOM”? NARRATIVES ABOUT THE 25 APRIL 1974 REVOLUTION IN THE BRAZILIAN PRESS

Camila Garcia Kieling

---

### ABSTRACT

This paper proposes a recomposition of the intrigue of journalistic narratives on the Revolution of April 25, 1974 in Portugal based on the coverage of two Brazilian newspapers: *O Estado de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*. The journalistic narrative is understood as a time orderer in the contemporaneity, expressing a “generalized circulation of historical perception” (Nora, 1979, p. 180), mobilized by the emergence of a new phenomenon: the event. The unusual *coup d'état* in Portugal stirred the world's political imagination, reviving confrontations between left and right. At that moment, in Brazil, the military dictatorship completed 10 years and the fourth president of the Armed Forces was beginning its mandate. Narratives are analyzed from different points of view: the organization of facts in time, the construction of characters, projections for the future, or the re-signification of the past.

### KEYWORDS

25 April 1974 Revolution; brazilian press; narrative; event

---

## COMO SE ESCREVE “LIBERDADE”? NARRATIVAS SOBRE A REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974 NA IMPRENSA BRASILEIRA

### RESUMO

Este artigo propõe uma recomposição da intriga de narrativas sobre a Revolução de 25 de Abril de 1974 em Portugal a partir da cobertura de dois jornais brasileiros de referência: o paulistano *O Estado de S. Paulo* e o carioca *Jornal do Brasil*. Compreendemos a narrativa jornalística como uma ordenadora do tempo na contemporaneidade, exprimindo uma “circulação generalizada da percepção histórica” (Nora, 1979, p. 180), mobilizada pela emergência de um novo fenômeno: o acontecimento. O incomum golpe de Estado em Portugal mexeu com o imaginário político mundial, reavivando confrontos entre esquerda e direita. Nesse momento, no Brasil, a ditadura militar completava 10 anos e iniciava-se o mandato do quarto presidente integrante das Forças Armadas. As narrativas são analisadas sob diferentes pontos de vista: por meio da organização dos fatos no tempo, da construção das personagens, das projeções para o futuro ou, ainda, da ressignificação do passado.

### PALAVRAS-CHAVE

Revolução de 25 de Abril de 1974; imprensa brasileira; narrativa; acontecimento

---

## INTRODUCTION: 25 APRIL 1974 REVOLUTION AND THE BRAZILIAN CONTEXT

*Revolução dos Cravos* [Carnation Revolution] (April 25, 1974) and its resulting Revolutionary Process (PREC) stirred the mood of the press worldwide: “Portugal was regarded as the arena of a definite confrontation between left and right and this was one of the reasons it has fascinated so much the world’s public opinion” (Vieira & Monico, 2014, p. 337). The unusual *coup d’état* perpetrated by the military staff, between twists and turns, have effectively led to a democratic process watched closely by an incredulous and hopeful audience worldwide.

Before the Revolution, Portugal was ruled by a closed regime<sup>1</sup>, known as *Estado Novo* [New State] or Salazarism (1933-1974), referring to its main leader, António de Oliveira Salazar (1889-1970). The Portuguese *Estado Novo* was more than a strong and repressive State. The regime was also sustained by a powerful imaginary, spread throughout everyday life, from politics and economics to education and amusements. Martins (1992, p. 194) studied school textbooks during the period, understanding these texts as “a cultural system, a system of interacting symbols, which is to say, as a network or a web of meanings that intersects” and integrates a “symbolic body, which acts on and reflects real life at the same time”. The author exposes Salazarist’s imaginary in its symbolism – *saudade* and *sebastianismo*, past and future – that projects the image of an old, traditional and humble country, but with aspirations of a great empire: “On the one hand, the desired medievalism, bucolic and cordate, figured by the theme ‘good housewife’. On the other hand, the ambition of being an Empire, daring and epic, figured by the caravels” (Martins, 1992, p 198).

*Revolução dos Cravos*, conducted by the Armed Forces Movement (MFA), was a movement that ended the dictatorship and started a process which led to a democratic regime, marked by the Constitution of April 25, 1976.

In Brazil in 1974, the dictatorship originated by the civil-military coup d’état against president João Goulart was completing 10 years and the fourth military president was taking office. The opposition celebrated the success of the Portuguese insurrection. Curiously, the Brazilian government, which have promoted friendly relations with right-wing dictatorial governments – such as those of Pinochet in Chile and Stroessner in Paraguay – promptly recognized the National Salvation Junta (JSN) settled in the Portuguese government, at the same time that offered political asylum to Américo Tomás, the deposed President of the Republic, and to Marcelo Caetano, Salazar’s successor and president of the Council of Ministers. The unusual positioning was related to colonial matters, especially to the wars of independence of Angola, Mozambique and Guinea, since Brazil was interested in inheriting Portugal cultural and commercial influence over the colonies (Martinho, 2007).

<sup>1</sup> The dictatorship lasted for 48 years, from 1926 a 1974, divided in: Military Dictatorship (1926 to 1933), the Salazarist *Estado Novo* (1926 to 1968) and the Marcelist *Estado Novo* (1968 to 1974). In the last one, Marcelo Caetano took over the presidency of the Council of Ministers after the withdrawal of António Salazar, due to health issues (Rosas, 2013). About the nationalist and clerical nature of the *Estado Novo*, its authoritarian and undemocratic form and its corporate legitimacy, see Martins (2017). And on the Salazarist imaginary, see, also, Martins (2014).



The mobilization of the public opinion about this institutional rupture event was followed up by newspapers, magazines, radio and television (the latter had an unprecedented role in the 20<sup>th</sup> century revolutions) and is related to what Nora (1979; 1983), in discussing the specificity of the so-called contemporary history, sees as a vast phenomenon of history democratization, derived from all that is usually understood as “globalization” – world wars, rapid communications, global-scale penetration of economies. It is a “generalized circulation of historical perception” that culminates in a new phenomenon: “the event” (Nora, 1979, p. 180). According to the author, mass communication plays a central role in this process: “Mass media has now the monopoly on history. In contemporary societies, it is through the media, and only through it, that an event reaches us and from which we cannot escape” (Nora, 1983, p. 5). More than simply means of transmitting messages, mass media embraces the very condition of the events existence.

Mediated and hopelessly covered by the currentness layer, the perception of change is impacted by this new way of knowing the world: the event. In this sense, the processes of economic, political and cultural changes have been reconfigured along the 20<sup>th</sup> and the 21<sup>st</sup> century – by the action of mass media, in a process that can be explained, at least in part, by the mythology of journalistic practice. Journalism is grounded on a paradox, since it uses mythological resources such as the one of the “construction of a narrative about itself as a mythical entity that manages the truth of social facts, and more, the enchanting rhetoric in the fragmented narration of the current happenings” (Sodré, 2009, p. 12). The liberalism mythology veils the disputes over the attribution of meanings that permeates the constitution of the journalistic discourse at the same time that it gives the news the status of neutral enlightenment.

It is mostly from the 20<sup>th</sup> century, through the agency of mass media that *change* – or the mediatic reading of it – emerges as a preponderant value in western historical consciousness. Nora (1979, p. 184) also indicates the imaginary dimension of the mediate events: “to the extent that the event actually became intimately connected with its expression, its intellectual significance, close to a first form of historical elaboration, it was emptied in favor of its emotional potentialities. Reality proposes, the imaginary disposes”. Displaced from the “mirror” perspective, journalism is understood as a narrative and as a “technology of the imaginary” (Silva, 2006). This activity provokes, through its techniques, a specific type of knowledge of the world. As a technology of the imaginary, journalism inquires the facts by means of spectacularization: “the facts only exist as narratives, among them, the journalistic narrative” (Silva, 2006, p. 107).

In theoretic-methodological terms, the journalistic narrative is an everyday narrative, a time mediator of the actions, an organizer of the experience between the past, the present and the future: “journalism observes the world from a current point of view, anchors its stories in the present to report the past and to anticipate the future. It operates a mediation that is, at the same time, linguistic and temporal” (Motta, 2005, p. 9). In this sense, the text is a starting point, and the fact that it only produces meaning in the relationship with historical human actors and with the context cannot be disregarded.

In order to deal with the journalistic narratives of the Revolution of April 25, 1974, we got really interested in copies of Brazilian reference press, national newspapers of

expressive circulation. We have also sought for the composition of a corpus formed by newspapers that represented ideological groups and different journalistic languages. Thus, the selection includes *O Estado de S. Paulo*, a liberal, conservative and anti-labor movement morning newspaper tied to the coffee growers from São Paulo, and *O Jornal do Brasil*, a newspaper from Rio de Janeiro marked by the dialogue with the working classes, and pioneer in the modernization process of graphic and editorial language in the Brazilian journalism in the 1960s. Both were in favor of the civil-military coup that in April 1964 ousted President João Goulart. Ten years later, the relation with the military evidenced some wear and tear, perceived in the nuances and ambiguities of the coverage of the Portuguese revolution.

The events of April 25, 1974 were accompanied with hope, skepticism and unbelief concurrently all over the world. At that point, it could be another military coup covering oppressive intentions with promises of freeing, but it could also be an invigorating breath of freedom and a serious warning to other dictatorships, both in Europe and South America – in countries like Spain, Greece, Chile and Brazil. Therefore, we see that April 25 has brought to light a series of power disputes and exposed the complexity of the political relations at the historical moment, reported and interpreted by the press of the time.

#### **PORTUGAL AND THE FUTURE, THE CALDAS UPRISING AND THE REGIME COLLAPSE**

*Revolução dos Cravos* (April 25, 1974) and the resulting Revolutionary Process (PREC) in course stirred the mood of the press worldwide. “Portugal was regarded as the arena of a definite confrontation between left and right and this was one of the reasons the turmoil so much fascinated the world’s public opinion” (Vieira & Monico, 2014, p. 337). The unusual *coup d’état* perpetrated by the military staff, between twists and turns, effectively led to a democratic process watched closely by an incredulous and hopeful audience worldwide.

By this time, the printed media in Brazil was under censorship. According to Fico (2012, p. 87), the censoring practice started in the beginning of the military regime, but after December 1968, with the edition of the Institutional Act number five, it was reinforced. From that point on, censorship was “systematized, became a routine and started to conform to instructions specifically issued by the upper ranks of power”. The most severe form of censorship was the prior censorship, but the most common were certain bans transmitted to newsrooms by small notes or by phone (Fico, 2012).

The daily and morning newspaper, *O Estado de S. Paulo*, has actively contributed to the accomplishment of the civil-military coup of 1964 in Brazil. After the coup, the relationship between the newspaper and the military became increasingly tense, and reached its peak in December, 1968, after the edition of the Institutional Act number five, with the editorial “Institutions in shambles”. The newspaper edition was apprehended and a previous censorship on the wording was instituted. It would be suspended only in January, 1975.

In Brazil, Ernesto Geisel took office on March 15, 1974, when, according to *O Estado de S. Paulo*, he “appeals for unity” (Geisel faz apelo pela unidade, 1974, p. 1), suggesting

that the appeal to cohesion of the Armed Forces cohesion is embedded into national imagination. On that day’s edition, the newspaper reverberates what it calls the resurgence of “the political-military crisis in Portugal” (Recrudesce em Portugal a crise político-militar, 1974, p. 1), reporting the siege of the Military Academy by the Republican Guard on account of a meeting of officials that was taking place there to “discuss national military issues”, and consequent return of the state of alert in the barracks. The article echoes the tension among the *Forças Armadas* [Portuguese Armed Forces] and mentions Spínola and Costa Gomes’s dismissal which occurred on March 14, 1974 caused by the disagreement between the military and the government in conducting the war in Africa.

On page two, the column of the correspondent Santana Mota, contradicts the cover story, stating that “in Portugal, the situation is less confusing now”. According to the columnist, the top military officials have expressed support to the government overseas policy. The text also examines in details Spínola’s attitude and the impact of the book *Portugal and the Future* that had come out in February, 1974 and caused a great deal of interest, mainly abroad, for suggesting that the solution to the war in African territories would not be military but political. Mota says that Spínola is considered a loyal and disciplined military man and that the book was published with the concurrence of his superiors and the government. The event of his dismissal is also minimized and interpreted “as the wiser process of ending the speculations and grooming attempts about the general that would certainly arise from all unsatisfied civil and military, as long as he remained in such a prominent position” (Mota, 1974, p. 2). Next to the correspondent’s issue there is a cartoon by Bigatti: in an exquisite office, there is a portrait of Marcelo Caetano and, inside the garbage basket, there is a copy of the book *Portugal and the Future* (Figure 1). The cartoon along with the reading seems to refer to the government’s triumph over Spínola’s criticism. Or, in a more independent interpretation, it may indicate that under Caetano’s regime, Portugal and the future are left in the garbage bin.



Figure 1: Portugal and the future left in the garbage bin

Source: *O Estado de S. Paulo*, March 16, 1974, p. 2)

*Portugal and the Future* was published in Brazil by Nova Fonteira, owned by Carlos Lacerda, who also signed the edition forewords. *O Estado de S. Paulo* pages show an advertisement of the book (Figure 2) which says “the book that undermined a nation”. *Jornal do Brasil* on April, 27 announced that the book has sold out in Niteroi and Recife and also that within a short period more than 50 thousand copies have been sold in São Paulo (Livro se esgota em duas cidades, 1974, p. 9). Lacerda, the articulator of the coup of 1964 in Brazil and president João Goulart’s fierce opponent, now lives in friction with the military, his political rights were suspended for 10 years in 1968 – and has engaged in journalism and business activities.

As an *O Estado de S. Paulo* associate, Lacerda signs a text in the edition of April 9 entitled “Portugal found the solution” where he classifies as “irrefutable” Spínola’s analysis and proposal to solve the Portuguese situation, in which he emphasizes the dimension of Portugal democratization for solving the colonial problem. Lacerda further states that “there is an ongoing movement in Portugal” and the change is inevitable. Based on his own experience, he alerts “to the extent I can allege to be experienced in that matter I say that a delay in stating a solution will inevitably lead to an immediate take over by the Army” (Lacerda, 1974, p. 5).

**O LIVRO QUE ABALOU  
UMA NAÇÃO**

PORTUGAL NÃO É SO O PASSADO.  
PORTUGAL TEM FUTURO

O futuro de Portugal será o que propõe o GENERAL ANTÓNIO DE SPÍNOLA herói de guerra na África? Sua proposta é a do desenvolvimento com segurança e liberdade, com paz e autodeterminação, dirigida aos portugueses de todas as cores, a todos os povos e ao seu governo. Está aqui a resposta ao desafio do futuro português? Batendo todos os records editoriais da língua portuguesa em todos os tempos, deste livro foram vendidos 50 mil exemplares num só dia em Lisboa e em Paris.

PREFÁCIO DE CARLOS LACERDA

Já em todas as bancas - Cr\$ 20,00

Um lançamento da Editora Nova Fronteira

Figure 2: Advertisement of the book *Portugal and the Future*

Source: *O Estado de S. Paulo*, April 7, 1974, p. 26

On March 17, *O Estado de S. Paulo*'s frontpage main headline confirms the persisting crisis in Portugal. The march of the Fifth Infantry Regiment of Caldas da Rainha has been contained, but the increasing tension is characterized by *O Estado de S. Paulo* through various aspects: the arrest of more than 100 officers, the reinstatement of a rigorous state of alert throughout the country, the distribution of leaflets on the streets of Lisbon criticizing the government's treatment of African territories in favor of political solutions for overseas issues and the blockage of Lisbon entries and exits, the custody of president Americo Tomás and the prime minister Marcelo Caetano. The article attributes the crisis to the publication of Spínola's book: “the whereabouts of General Spínola – author of the book *Portugal e o Futuro*, which publication has led to the current political-military crisis – is unknown and ignored even by his wife” (emphasis in original). Excerpts from the official statement of the Portuguese government are published describing the facts and stating that “order and calm reign throughout the country”. Part of the information sources is not explicit, “rumors” and “observers” are cited to describe a critical moment: “according to observers, this is the most serious crisis that has ever occurred over the last 40 years in Portugal”. For *O Estado de S. Paulo*, Caetano is still under pressure, on the one hand by those in favor of Spínola's thesis and, on the other hand, by the supporters of Américo Tomas's “hard line”, “favoring the preservation of African territories by all means” (Lisboa sufoca revolta mas crise se agrava, 1974, p. 1) while opening up the possibility of space in the European Community.

The Portuguese government tries to show some control over the situation and that has also been reflected in the relations with Brazil. In addition, on the cover of March 17 edition, next to its main subject matter, there is a secondary article informing that the Portuguese chancellor Rui Patrício “strongly refuted the denomination Afro-Luso-Brazilian Community” to name the “system of economic relations between Brasília, Lisbon and the colonies in Africa. According to Patrício, the expression should be restricted to Luso-Brazilian Community” (Patrício rejeita alteração, 1974, p. 1). The chancellor, at the height of the Caldas uprising, was in Brasília, where he was interviewed by the press.

Even so, tension increases, Spínola emerges as a leader, and the control of the Caldas da Rainha uprising is not recognized to be definitive victory. The *O Estado de S. Paulo* dedicates itself to drawing a profile of Spínola (text entitled “The deeds of Spínola highlights him as leader”, Os feitos de Spínola o destacam como líder, 1974, p. 14), in which he is characterized as a military officer and a high-quality public administrator, evidences of which can be found especially in the period he was the governor and commander of Guinea, being respected and cherished by the soldiers.

On March 28, *O Estado de S. Paulo* publishes the news stating that “The insurgence in Portugal was part of a conspiracy”. It also provides space to the Mozambican Liberation Front (Frelimo) to address the question of Spínolista solution for the Portuguese colonies in Africa. Frelimo rejected the proposal and claimed that Spínola was “a fascist philosopher” (Frelimo rejeita a proposta, 1974, p. 2).

## THE EXPLOSION OF APRIL 25

In the Brazilian newspapers we analyzed the first reference to the military movement of the revolution in Portugal appears in *Jornal do Brasil* edition of April 25, 1974. On page 14, the news indicating the 2nd cliché of the page in that edition, reports “Rebelious troop march toward Lisbon”: “at today’s dawn, troops of the 5th Regiment of Hunters occupied the Radio Clube of Portugal, and began to transmit bulletins in which the military ‘asked all the Army and Police extreme caution to avoid any shock’” (*Tropa rebelada marcha em direção à Lisboa, 1974, p. 14*). The newspaper entirely transcribes the first communication of what it calls “a” Armed Forces Movement, a signed document that was circulating clandestinely “in which a reassessment of the policies followed by Portugal in its wars in Africa” was requested. On the third cliché of the April 25 issue, more details were published. The title turns into “Rebels try to avoid armed clashes in Lisbon” and refers to a “military uprising”, according to the ANI (Information Agency), of proportions and nature yet unknown. We emphasize that *Jornal do Brasil* contacts the official agency of the Portuguese government (but also quotes AGP and UPI as sources) to confirm the existence of the movement which intentions are not clear yet, since in its transmissions “the Armed Forces Movement does not clarify what is intended, who leads, whether it is legalist or part of the movement against the government” (*Rebelde tentam evitar choque armado em Lisboa, 1974, p. 14*).

On April 26, 1974, the whole cover of *O Estado de S. Paulo* is dedicated to Portugal. The *paulistano* newspaper opts for the headline: “Military coup overthrows the Portuguese government”. In the lead, we can see that the *State* focuses the events on the highest officials. In addition to the military leadership, *O Estado de S. Paulo* points out the promises to restore democracy, convey a Constituent Assembly and general and free elections. The popular dimension appears on the cover, highlighted in secondary text entitled “The new regime is acclaimed on the streets of Lisbon”. They are reports of daily life details, the festive atmosphere on the streets that demonstrate the popular enthusiasm with the events.

Two other titles use precision signals as a resource (in this case, the time) as a synthesis of texts: “Only 12 hours” and “At 4 pm, the end of an era”. The first refers to the time elapsed between the first movements of tanks in Santarém, at four o’clock in the morning, and the entrance of Spínola in the Carmo Quarters at 6 pm, synthesizing and specifying a chronology of the facts. In “At 4 pm, the end of an era”, correspondent Santana Mota highlights the protagonism of the young officers:

apparently, all the officers who participated in the coup consisted of young people, the majority with patents inferior to that of major. Speaking on the radio, these officials said they intended not only to abolish the regime, but also to hold free elections immediately, with full freedom of expression and assembly. (Mota, 1974, p. 1)

The last two cover texts, at the bottom of the page, deal with projections and developments, considered as relevant by the vehicle. In this case, *O Estado de S. Paulo* seeks to

analyze the repercussions of the coup in Portugal, in Brazil and in the Portuguese colonies in Africa. “Itamaraty was not surprised”, text signed by the Brasília branch, informs that since the publication of the book *Portugal and the Future*, Itamaraty understood that changes in Portuguese politics were inevitable, therefore it was not surprised, perhaps in an attempt to minimize the magnitude of the events and potential effects on the opposition to the military regime in Brazil. The text brings information about what a diplomat “has confided” to a journalist, stating that “Brazil finds itself in a delicate situation, because in its intention to be close to Arabs and Africans, Portugal represents an obstacle” (Itamaraty não foi surpreendido, 1974, p. 1). At the time, the authorities were still silent or evasive. From the African territories, no news so far, just silence.

In an editorial, *O Estado de S. Paulo* interprets the events in Portugal in the light of Geopolitics, the Cold War and the Salazarism exhaustion in facing the country’s problems. He compares the movement of April 25 with the beginning of the Portuguese dictatorship in 1926, stating that the same “armed classes (...) repeat the gesture of almost half a century ago and constitute a revolutionary junta, also entitled national salvation, on the debris of Marcelo Caetano’s government” (A queda do regime português, 1974, p. 3). Adept of authoritarian solutions, the newspaper suggests a “process of re-education of the masses before the elections, so that they learn to make use of the heady freedom of thought, assembly, association, expression and vote” (A queda do regime português, 1974, p. 3).

The *O Estado de S. Paulo* coverage extends for another four whole pages in an attempt to contextualize the information for the Brazilian public, presenting the protagonists of the events in Portugal, the colonial issue and the repercussion in Brazil and worldwide. In relation to the main characters, *O Estado de S. Paulo* elects General Spínola, President Américo Tomás and Prime Minister Marcelo Caetano, as well as Salazar himself. *O Estado de S. Paulo* seeks to contextualize the facts didactically through maps and demographic information on the present “provinces” in Africa, the profile of the characters, data on the Armed Forces and bailout of historical texts on the Salazarism.

In relation to international repercussion, *O Estado de S. Paulo* elects London and Paris as viewpoints: Carlos Lacerda’s opinion has nearly the same status as Nation, and he says that the character, now enemy of the Brazilian military, continues in the center of the media stage. Carlos Chagas, a journalist and former press officer of the Republic Presidency in 1969, under the administration of General Costa e Silva, also signs the column. Apart from the signed columns and individual opinions, the news text affirms that the “World awaits the outcome of the crisis” and gathers reactions generally characterized as of caution and apprehension, in London, in Madrid and in the Vatican. Several delegates of ONU, institution that a year before recognized the independence of Guinea, manifest satisfaction. In Rhodesia and South Africa, traditional supporters of overseas politics, “the Portuguese situation was accompanied yesterday with great interest” (Mundo aguarda o desfecho da crise, 1974, p. 9). Washington states that it has “no meaningful information” beyond the printed media (Mundo aguarda o desfecho da crise, 1974, p. 9). The TASS Soviet agency is the only one at this point to suggest a

potential separation between the MFA and generals Francisco da Costa Gomes and Antonio de Spínola, who according to the source, have been invited by the leaders of the insurrection to join them. On the other hand, the analysis of the newspapers in study suggest that those generals were already the leaders of the Armed Forces movement and had not just joined on April 25.

From Paris, where he lived in exile, appears Mário Soares, from the Portuguese Socialist Party. Soares shows total confidence in the Army, differentiating it from the example of the Armed Forces of Chile that, in the previous year, deposed the socialist Salvador Allende and established a dictatorship led by General Augusto Pinochet. "We have no reason to doubt our Army's intention to bring down dictatorship" (Mário Soares oferece apoio, 1974, p. 9). The same article that talks about Soares, although the title does not say it ("Mário Soares offers support"), talks about the repercussions of the events among rebellion leaders in the African territories. From London, a note is sent by the Commission for the Liberation of Guinea and Mozambique. From Ottawa, Canada, Agostinho Neto, representative of the Movement for the Liberation of Angola (MPLA), affirms that the coup does not mean independence and that it would be necessary to wait to "verify the true motives for the coup" (Mário Soares oferece apoio, 1974, p. 9).

From London, the correspondent Hermano Alves reports that "the official and unofficial English media" has received the news with undisguised sympathy and even enthusiasm" (Alves, 1974, p. 9). England's reaction is very relevant, since the Anglo-Portuguese Alliance is the oldest diplomatic alliance in the world (still in force) and also because that country, which have recently elected a Labor Prime Minister, have a strong commercial interest in the colonies as well as in what a coup derived from a potential "Composition with African nationalists" could mean for the South Africa apartheid and for the white supremacy of Rhodesia. According to the correspondent of *O Estado de S. Paulo*, the British newspapers *Guardian* and *The Times* have recently reported the incursion of Rodesian troops in Mozambique.

Gilles Lapouge, correspondent in France, states that despite the lack of official reactions of the authorities and candidates (France was in full election campaign period), events in Portugal dominate the news reports in Paris. The journalist says he tried to talk "with several Portuguese workers in the worksites of Paris suburbs. Few wanted to make statements. Those who spoke said that they did not expect any major change in the situation of their country" (Lapouge, 1974, p. 9). The text also considers the popular dimension of the revolution, hitherto little explored by the journalistic narrative:

Either way, the news was greeted with joy by most of the French population. The presence of millions of Portuguese workers in this country could not fail to sensitize public opinion to the problem of people without rights, persecuted by a violent political police, led to poverty and disenchantment by an archaic regime. (Lapouge, 1974, p. 9)

In this sense, the article signed by the journalist Carlos Chagas states that "end of the regime *only* translates popular will" (emphasis added):



it can be said, with little margin of error, that the present revolution had strictly popular bases, although conducted by the Portuguese military. It simply fell on them the task of waking up to reality and challenge it, for they had the means to do so. It lacked a unit or common denominator that came up with Antonio de Spínola’s book in which he transposed to the paper not only the reaction of all, but pointed out a clear and precise solution to the stalemate. (Chagas, 1974, p. 9)

At the same time, the journalist attributes the events to the lack of competence and sensitivity of the Portuguese rulers – an interpretation that is recurrent in our analysis - and affirms that “some revolutions are made for lack of bread, others for lack of order (...) It may be concluded that yesterday’s movement was done for lack of intelligence” (Chagas, 1974, p. 9).

Carlos Lacerda’s opinion complemented the page nine of *O Estado de S. Paulo* April 26 edition. The composition of the page gives the speech of the former governor in Guanabara the status of nation or authority. The other texts show a certain caution in those spheres, what can be translated into difficulty for journalists in obtaining official statements. Even with his political rights revoked, Lacerda does not present this problem, expressing his opinion freely, which demonstrates the relevance of this character in the Brazilian public scene. The title is “For Lacerda, what happened was predictable”. In the article, “In sports clothes, very happy and receiving phone calls every moment”, Lacerda imputed the predictability of the event to the publication of Spínola’s book (the Brazilian version published by Nova Fronteira Publishing House, owned by the former governor). Known as “who overthrows presidents”, the reporter asks if he had anyhow collaborated in the fall of the Portuguese dictatorship, a question to which he replied seriously: “Unfortunately, I did not have the honor of participating in anything” (Lacerda, 1974, p. 9).

“It was a great day for the former governor, who started showing his emotion and hopes, that were likely the same as of all those who defend freedom for the peoples: ‘We are all to be congratulated’, he repeated several times” (Para Lacerda, era previsível o que aconteceu, 1974, p. 9). Communism continues to be rejected in Lacerda’s speech, and mentioned as a synonym of anarchy. He affirms that “what should be done there is to build a true democracy, dissociated from communism” (Para Lacerda, era previsível o que aconteceu, 1974, p. 9). Like Chagas, Lacerda attributes to the political incompetence of Marcelo Caetano the fact that the government did not perceive what was happening, especially among the Armed Forces.

Jornal do Brasil on April 26 opts for the headline “Junta controls Portugal and announces a Constituent”. Through the narrative of the newspaper, the protagonist of the actions is the *Junta de Salvação Nacional* [National Salvation Junta], which had the “seal of approval of the Armed Forces Movement, denomination adopted by the rebels since the beginning of their action”. In the spotlight are the immediate measures announced, such as the election of a Constituent Assembly by direct vote. On page 2, the headline “Military put an end to Salazarism and promise election” informs that the official

announcement of the *Junta* happened immediately after the surrender of Caetano, but does not clarify its relationship with the MFA. The goals of the movement are also highlighted, General Spínola himself disclosed them on a TV manifesto and through the “diplomatic observers in Lisbon”, it emphasizes that “the new power holders, within the period of transition until the convocation for general elections, are assigned the task of eliminating from public life all the elements linked to Salazarism” (*Militares acabam salazarismo e prometem eleição*, 1974, p. 2), including the possibility of purging the Armed Forces.

In a chronology of the revolution (“How the rebel movement was”), *Jornal do Brasil* passes on the edition of the newspaper *República*, now censorship free and seen as ‘liberal’:

‘the Armed Forces take over’. Under a red headline, the liberal newspaper *República* released yesterday an extensive report of the movement which culminated in the fall of Prime Minister Marcelo Caetano and announced to its readers that for the first time it has gone out to the streets without censorship. (*Como foi o movimento rebelde*, 1974, p. 2)

*Jornal do Brasil* narrative gives evidence of the confusion over the leadership of the movement. According to the chronology presented, in the end of the morning, with Lisbon taken by the MFA, especially in *Carmelitas’ Square*, in front of the Carmo barrack, where Caetano was a refugee, there was yet an important piece of information missing for the press: “the names of the leaders of the movement were not yet known” (*Como foi o movimento rebelde*, 1974, p. 2).

The narrative of the *Jornal do Brasil* exalts the protagonism of Spínola: the surrender of Caetano had been rushed by his presence in the place. After the withdrawal of the arrested premier, “General Spínola’s car left. He was wearing his uniform with all the decorations and was hailed by the crowd shouting “Hurrah for Spínola. Down with Fascism. Hurrah for Portugal” (*Como foi o movimento rebelde*, 1974, p. 2).

In his column, the journalist Carlos Castello Branco – says that Spínola lies in between the weight of the war and the spirit of the new generations, that is:

the inspiration of a general endowed with political vision and civic courage, who, after ruling Guinea and commanding the repressive forces, proposed in a book of great repercussion the end of the internal dictatorship in Portugal as a precondition for the survival of his homeland and the continuity of Portugal’s influence on the Portuguese world. (Castello Branco, 1974, p. 4)

Marcelo Caetano, whom he refers to as a professor, is also found guilty by Castello for the Portuguese government being so unable to overcome the conservatism of the society inherited from Salazar and for keeping the country immersed in isolationism. Castello seeks to explore the role of Brazil face “our overseas frontier’s” new situation. According to Castello, Brazil should be interested in the Portuguese world and not exclusively in Portugal, “to whose policy we lend the persistent sacrifice of our prestige in

international organizations”. He also sees Brazil as having a central role in preserving “a multinational system” (Castello Branco, 1974, p. 4).

On the news service, no official position of the Brazilian government is divulged. The government awaits the manifestation of “a new government that takes form and exercises, in fact, its political authority over Portugal” (Brasil aguarda em silêncio, 1974, p. 4). However, on the short news items in the section “Informe Jornal do Brasil” we read the sentence: “Portugal: Brazil will immediately recognize the new Portuguese Government” (Informe Jornal do Brasil, 1974, p. 10). *Jornal do Brasil* also makes room for Carlos Lacerda’s opinion, in the matter “Lacerda says that Spínola will democratize Portugal”.

In an editorial, *Jornal do Brasil* dedicates itself to analyzing Brazil’s role in the new Portuguese political configuration. It reinforces the thesis that changes in that country were predictable and reflected the popular will.

The predictable military and political movement that closed the government of Prime Minister Marcelo Caetano in Portugal was in fact the recognition that Portuguese public opinion demanded new paths for the country, which have been exhausted for 13 years in an inglorious war in their colonies in Africa. The movement was swift and virtually bloodless, which is the hallmark of actions that arise already supported by popular consensus. (Brasil-Portugal, 1974, p. 6)

As public authority, *Jornal do Brasil* demands attitudes of the rulers, suggesting the immediate recognition of the new government: “immediately recognizing the Government that assumed power, Brazil should put itself in the service of Portuguese language community, in the old metropolis and in the former colonies”. According to the newspaper, Brasília was already “away enough” from the Portuguese government and, it is imperative not to delay the meeting of the three worlds of Portuguese culture: the Lusitanian, the African, the Brazilian” (Brasil-Portugal, 1974, p. 6). Signed by the seal “Jornal do Brasil Research”, “Portugal on the margins of the world” is a retrieval of the recent turbulent trajectory of this country in relation to international organizations such as ONU, Unesco, International Labor Organization and even differences with the Church, hoarding several signs it was in fact “on the margins of the world” (Portugal à margem do mundo, 1974, p. 4).

The popular dimension in *Jornal do Brasil*’s narrative is in “People take to the streets of the Capital celebrating”. The same stories reported on *O Estado de S. Paulo*, the same quotes, probably by the common origin – the AFP agency. Practically identical are also the stories about the return, hitherto possible, of Mário Soares to Portugal.

On April 27, *Jornal do Brasil* dedicated the photo and the headline of its main cover to Portugal: “Portugal announces civilian government and election in a year’s time”. Besides the highlights indicated in the title, which are the first measures announced by the *Junta de Salvação Nacional*, the release of political prisoners from Caxias prison and some international repercussions are also pointed out: the intention of Spain’s immediate recognition of the new government, the Americans caution and the “European press” applaud to the end of Salazarism.

The press coverage is divided into two, the events in Lisbon and the worldwide repercussion. In the first approach, we have “Junta dissolves Salazarist police and party”. Among the first measures of the new government is the destruction of past Salazarist institutions: “less than a day after the victory of the armed movement, Salazarism began to disappear from Portuguese life. The work of reconstruction, according to Spínola, begins with the destruction of what ‘no longer serves us’” (Junta dissolve polícia e Partido salazaristas, 1974, p. 8).

One of the most prominent episodes is the question of the political prisoners in the Caxias prison in Lisbon. On one side, in the words of the Junta, the release of “all political prisoners not committed to other types of crimes” (Spínola solta presos políticos, 1974, p. 8), including military prisoners in the Caldas Uprising; on the other, the arrest, in the same center, of the political police officers who resisted at the headquarters of the DGS (General Department of Security, the old PIDE). According to *Jornal do Brasil*, a crowd of 2,000 people awaited the release of the political prisoners. The title of the matter about this issue once again centralizes the revolutionary actions in the figure of the general: ‘Spínola releases political prisoners’.

According to the newspaper, the early morning in Lisbon on April 26 “looked totally calm”: trade and banks were open. However, some daily life signs suggested ongoing changes: “signs of the military movement, only tanks parked at strategic points, shredded paper still on the streets, and, most noticeably, the ‘uncensored’ newspapers, reporting and commenting on everything” (Spínola solta presos políticos, 1974, p. 8).

Some violent incidents indicated the persecution and assault of police officers, especially in front of the DGS headquarters, where groups waited for the policemen who had resisted inside the building “with evident intentions of lynching” (Spínola solta presos políticos, 1974, p. 8). There are several reports, in the analyzed press, of the persecution of “pides”. The newly conquered political freedom explodes on the streets. As soon as April 26, according to *Jornal do Brasil*, thousands of people were participating in a rally in Rossio Square, “the first rally over almost 50 years, convened by the Democratic Electoral Commission, an organization that joins the parties contrary to the Salazar regime” (Primeiro comício tem bandeiras, 1974, p. 8).

On April 27, the *O Estado de S. Paulo* highlights in the headline “Spínola releases political prisoners”. Similarly to *Jornal do Brasil*, the cover highlights are the National Salvation Board’s first measures in its “program of national pacification, progress and justice” (Spínola liberta presos políticos, 1974, p. 1), the suppression of the outdated structures of Salazarism, and Spínola’s “caution” in relation to the “overseas problem” (Um novo país, 1974, p. 1). The *O Estado de S. Paulo* highlights the international repercussions, opposing “caution” in the USA and “praise” in Moscow (Cautela nos EUA e elogio em Moscou, 1974, p. 1). From Africa, the news are the same as in *Jornal do Brasil*: apprehension in South Africa and Rhodesia, contentment for the end of the dictatorship, but reassurance that the struggle of the independence movements in Guinea, Angola and Mozambique will continue.

*O Estado de S. Paulo*’s editorial position is expressed on page 3, focusing on the lack of experience and democratic structure in Portugal after 48 years of dictatorship. From

the Brazilian foreign policy point of view, it is understood that the inevitable changes in the relations between Portugal and African territories can bring some relief and can wide the possibility of dialogue between nations, since the signs of mismatching between Brazil and Portugal on the matter was growing bigger, so that a “breakdown could be thought of” (Portugal e a diplomacia, 1974, p. 1).

The topics summarized on the cover are deepened on the inside pages, with emphasis on regaining of democratic freedoms, popular reaction (“The climate is festive in Lisbon”) and repercussions in Africa and Europe. News and Quotes from newspapers and sources, mainly from the US, Europe, and Africa, are often identical to those of *Journal do Brasil*, indicating the use of sources of news agencies. Coverage differences can be found in the texts of the correspondents. Santana Mota, from Lisbon, highlights the first steps of the *Junta de Salvação Nacional* and describes details of the shift of power episode from the hands of Marcelo Caetano to General Spínola’s, indicating that the latter was not the head of the MFA until he was called to negotiate it with the Prime Minister: “as he did not exercise any leading function in the coup, it was decided to consult the movement leadership, which promptly agreed to hand over the leadership to Spínola” (Mota, 1974, p. 7).

The episode also occupies a news column on page six, under the title of “Caetano’s last gesture” (O último gesto de Caetano, 1974, p. 6). The text adds some details to the account of the correspondent Santana Mota, among them, Caetano’s assertion that he wanted to pass on the power to him “so that it would not fall into the hands of the rabble” and that the event had been carried out “with exemplary dignity” (O último gesto de Caetano, 1974, p. 6).

From London, the correspondent Hermano Alves analyzes the situation from the point of view of the North Atlantic Treaty Organization: “NATO will be favored”. In this reading, the dictatorship in Portugal was seen as a hindrance to this group. “A democratic regime in Portugal paves the way for the country to participate – as a member – in the European Economic Community, and can greatly influence the future of Spain and also Greece” (Alves, 1974, p. 7). It also confirms that, in Africa, the *Junta’s* proposals are considered, both to the left (African independence movements) and to the right (Portuguese communities in these territories), “very liberal” (Alves, 1974, p. 7).

Gilles Lapouge, from Paris, says that “in France there is an overall sympathy”, an opinion based on the press repercussions in this country, to the left and the right:

From the ultraconservative L’Aurore to the communist L’Humanité, yesterday French newspapers devoted entire pages to Portuguese events. Even L’Aurore, which on some occasions has supported Salazar and Caetano’s attitudes, admitted in an article by Roland Faure that the coup was justified. L’Humanité, for its part, issued a rare compliment to the military coup. (Lapouge, 1974, p. 7)

Lapouge worked out an interview with Mário Soares in Paris, in which he stated that “for the Portuguese opposition, there is only one solution: to end the war and recognize

the personality of the colonies” (Lapouge, 1974, p. 7). Note that Soares does not talk about total independence. The *Junta’s* cautious stance on African issues is supported by press readings, in addition to the analysis of Spínola’s past, who was a volunteer in the Spanish Civil War along with Franco, and until recently, a collaborator of Salazar regime:

A few hours after the interview, there were signs in Lisbon that the new government does not intend to initiate contacts with the guerrilla leaders. At least it is the opinion of the journalist Antonio Diez, of L’Express magazine, who declared to the state: “I believe that Spínola will not go as far in liberalization as it was credited. In my opinion, democratic life will be revitalized, but within an authoritarian regime”. (Lapouge, 1974, p. 7)

Finally, on April 28, the news about Brazil being the first country to recognize the new regime of Portugal is published, merely through the exchange of communications between the two countries. On *O Estado de S. Paulo*, the main headline is: “Brazil recognizes the Portuguese Junta”. On the cover, new information on popular demonstrations are shown (“After almost 50 years, a day of euphoria in Lisbon”) and Spínola’s initial concerns (“Spínola fears the misuse of freedom”). The cover includes a photo with the caption “Students dismantle a car of an agent of the former secret police”. From the streets of Lisbon, the correspondents Clóvis Rossi and Ewaldo Dantas report rallies and political demonstrations, especially by leftist groups and the hate speech towards PIDE which led to some violent acts, such as the car dismantling and the pursuit of a police officer identified and harassed by the crowd inside a bank, from where he was withdrawn and taken into custody by soldiers. The day started with buildings and buses marked in red spray paint, with the slogan: “The first of May is red”. Other slogans were: “People war to colonial war”, “Bread, peace, freedom, democracy and national independence”. The younger militants were already asking for “Down with Spínola”. The journalists also collected testimonies of newly released political prisoners, who reported torture in Portuguese prisons, including deprivation of sleep, contact with the family and beatings. The journalists insisted on asking the prisoners if the police had “drawn blood” from them, which the interviewees denied.

The cover still shows Spínola’s manifestations. Before popular euphoria, he declares: “it is natural for people to give vent to their joy. But we should not forget that it is a people that over half a century has not been aware of the use of freedoms”. The authoritatively-driven idea that deprivation under dictatorship disabled people for the exercising of freedom and of politics is recurrent, not only among authorities but also in the opinion of newspapers like *O Estado de S. Paulo*, as we have already seen.

It is only on the news published on April 28 that *O Estado de S. Paulo* attempts to the MFA basic constitution: a youth official movement. Hamilton de Souza, *O Estado de S. Paulo’s* special envoy to Lisbon, writes:

But in the news media, it is said that most of the measures announced by the National Salvation Junta – with the exception of the provinces – do not

reflect Spínola’s thinking. The same sources say that such measures were imposed by the young officers of the Armed Forces. (Souza, 1974, p. 7)

The correspondent also describes the popular adhesion to the unusual Coup, corroborating the view that the April 25 contradicted all the expectations in relation to this type of movement:

Lisbon does not appear to have been the scene of a coup. Except for the vicinity of the quarters and key posts occupied by the troops of General Antonio de Spínola, there is no military movement or indications of police repression. (...) Adhesion to the new government is almost total, and at any moment, supporting releases from different business sectors are radio broadcasted within regular programming. Newspapers, free from censorship, devote almost all space to recent events, always highlighting the release of political prisoners, the normalization of political life and the support manifestations for the Junta. The incredible speed with which people have joined the Armed Forces movement suggests that their anxiety for changing the regime, maintained for 48 years, was firmly rooted in the minds of all Portuguese citizens. (Souza, 1974, p. 7)

*O Estado de S. Paulo* April 28 editorial reflects on the events in Portugal, revealing, once again, the conservatism and anticommunism of São Paulo daily newspaper. Commenting on the euphoria about the prospects for redemocratization in Portugal, he affirms that, in a “realistic” way, democracy has “morphological constraints” and is achieved through “maturation”. Thus, for *O Estado de S. Paulo*, Portuguese people was not prepared for democracy, since popular education in this form of government was not “a priority of the Salazarist government program” and that “other totalitarian regimes, this time from the left under exogenous influence” could benefit from chaos and disorder.

However, almost fifty years ago, Salazar established his dictatorship to remedy the chaos and disorder caused by the political disintegration. Nearly half a century of dictatorship, in turn, completely alienated people from democratic practices, since popular education on democracy was not one of the priorities of the Salazarist government program, mainly concerned with the need to reorganize, consolidate and discipline the public administration and secure financial bases for production. Thus, there is no denying that democratization should be progressive (...) so that Portuguese people, not prepared and immature to assume cultural and moral responsibilities of self-government, being surprised by the rights derived from freedom, may forget its duties and begin to interpret it and exercise it as libertinism. It is common sense that libertinism leads to chaos and disorder, from which other totalitarian regimes would benefit, this time from the left under exogenous influence. (*Os caminhos dos militares portugueses*, 1974, p. 3)

On April 28, *Jornal do Brasil*'s headline is quite similar to that of *O Estado de S. Paulo*, the first “Portuguese Junta” and the latter “Portugal new government”: “Brazil recognizes the new government of Portugal”. Similarly to São Paulo newspaper, the emphasis is on Brazil being the first country to recognize the new government and on Spínola's promises of progressive self-determination and independence of Africa territories. The newspaper transcribes the exchange of messages between the Junta and the Ministry of Foreign Affairs. Unlike *O Estado de S. Paulo*, it emphasizes elements that would be perpetuated as symbols of the event imaginary: the password for the coup was the censored song, *Grândola, Vila Morena*, by José Afonso. *Jornal do Brasil* reproduces the lyrics of the song in upper case. Regarding the red carnations, *Jornal do Brasil*'s special envoy, José Silveira, states: “Army and Marine soldiers wearing military campaign uniforms carry light automatic riffles. Many of them carry red carnations in the guns, offered by the population” (Silveira, 1974, p. 3).

In addressing the African issue, *Jornal do Brasil* highlights the rumors that Portuguese settlers in Mozambique “would be preparing a plan to free the former President Marcelo Caetano from his current confinement on Madeira Island and entrust him with the Mozambican Government, which would declare itself independent of Portugal”. The plan is considered ‘totally unworkable’ by the Junta, not only for Caetano's arrest but also for the Portuguese military adhesion to the Revolution in Mozambique (*Colonos de Moçambique querem libertar Caetano*, 1974, p. 19).



Figure 3: For Ziraldo, freedom has risen in Portugal

Source: *Jornal do Brasil*, April 28, 1974, p. 6



The narrative on the Revolution of April 25 in our clipping ends in an open way. Where would the military coup d’etat lead Portugal to? Would the military hand over power to civilians? Could democracy establish itself? In Brazil, 10 years of military dictatorship curtails politics and individual freedoms. The offshore winds could bode well. Ziraldo’s cartoon (Figure 3), published in *Jornal do Brasil*, sums up that expectation by invoking the lyrics of the Anthem of Brazil’s Independence.

Freedom of expression is one of the most approached points by Brazilian press, with a certain nostalgia. With the popular euphoria and the sudden freedom of expression, Spínola says that the goal is “to create a more responsible press: ‘all newspapers should become valid instruments. We cannot allow a climate of irresponsibility’” (Spínola teme o uso indevido da liberdade, 1974, p. 1). The same fear regarding the misuse of liberty “is directed to the colonies where Spínola sees there is a confusion between self-determination (stance he defends) and independence, and also to the daily life of Portuguese citizens, who have been deprived of freedom for so long. Ziraldo’s cartoon, published in *Jornal do Brasil*, also focuses on the theme of freedom and suggests that Portuguese people is “forgotten” (Figure 4).



Figure 4: Would the Portuguese people be not familiar with freedom?

Source: *Jornal do Brasil*, April 27, 1974, p.6

## CONCLUSION

The recomposition of Brazilian press narrative of April 25 makes clear that the attempt to rewrite freedom has been very challenging. In terms of protagonism, we noticed that the horizontal movement of the young officers caused confusion, and the headlines ended up focusing on the already known figure of Spínola. The Revolution was seen as

predictable, but its unusual character (popular and peaceful) caused surprise. The theme of freedom has repercussions on domestic politics: even under prior censorship (*O Estado de S. Paulo* used to publish Camões sonnets in the spaces cut off by censorship), we saw an authoritarian point of view being defended in the opinion space of the newspaper: Portuguese people was unprepared for democratic life. News coverage, somewhat pasteurized by agencies’ texts, becomes colorful in reports from columnists and correspondents. International relations intersperse the coverage, demonstrating that the Portuguese dictatorship pleased a few, and that a new arrangement of forces was in progress in Brazil, in the Portuguese-speaking community. Very little has been reported on the repercussions in African territories, a gap which, as we have pointed out, would greatly contribute to a broader understanding of the meanings of April 25. ✍

Translation: Beatriz Lahorgue Kunz

## REFERENCES

- A queda do regime português (1974, April 26). *O Estado de S. Paulo*, p. 3.
- Alves, H. (1974, April 26). Na Inglaterra, simpatias são mal disfarçadas. *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Alves, H. (1974, April 27). A NATO sairá favorecida. *O Estado de S. Paulo*, p. 7.
- Brasil aguarda em silêncio (1974, April 26). *Jornal do Brasil*, p. 4.
- Brasil-Portugal (1974, April 26). *Jornal do Brasil*, p. 6.
- Castello Branco, C. (1974, April 26). A libertação de Portugal. *Jornal do Brasil*, p. 4.
- Cautela nos EUA e elogio em Moscou (1974, April 27). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Chagas, C. (1974, April 26). Fim do regime apenas traduz a vontade popular. *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Colonos de Moçambique querem libertar Caetano (1974, April 28). *Jornal do Brasil*, p. 19.
- Como foi o movimento rebelde (1974, April 26). *Jornal do Brasil*, p. 2.
- Fico, C. (2012). *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record.
- Frelimo rejeita a proposta (1974, March 28). *O Estado de S. Paulo*, p. 2.
- Geisel faz apelo pela unidade (1974, March 16). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Informe Jornal do Brasil (1974, April 26). *Jornal do Brasil*, p. 10.
- Itamaraty não foi surpreendido (1974, April 26). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Junta dissolve polícia e Partido salazaristas (1974, April 27). *Jornal do Brasil*, p. 8.
- Lacerda, C. (1974, April 9). Portugal acha a solução. *O Estado de S. Paulo*, p. 5.
- Lapouge, G. (1974, April 26). Por momentos, a França esquece a campanha eleitoral. *O Estado de S. Paulo*, p. 9.

- Lapouge, G. (1974, April 28). Na França, há simpatia geral. *O Estado de S. Paulo*, p. 7.
- Lisboa sufoca revolta mas crise se agrava (1974, March 17). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Livro se esgota em duas cidades (1974, April 27). *Jornal do Brasil*, p. 9.
- Mário Soares oferece apoio (1974, April 26). *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Martinho, F. C. P. (2007). Léguas a nos separar: o que levou o regime militar brasileiro a apoiar um movimento de esquerda como a Revolução dos Cravos em Portugal? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 42, 63-68.
- Martins, M. L. (1992). A dona de casa e a caravela transtlântica. Estudo sócio-antropológico sobre o imaginário salazarista. *Cadernos do Noroeste*, 5, 191-204. Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/25357>
- Martins, M. L. (2014). Os mitos de origem no salazarismo – o passado como se fora presente. In M. M. Baptista, J. E. Franco & B. Cieszyńska (Eds.), *Europa das nacionalidades: imaginários, identidades e metamorfoses políticas* (pp. 185-191). Coimbra: Grácio Editor.
- Martins, M. L. (2017). *O olho de Deus no discurso salazarista*. Porto: Afrontamento.
- Militares acabam salazarismo e prometem eleição (1974, April 26). *Jornal do Brasil*, p. 2.
- Mota, S. (1974, March 16). Em Portugal, a situação agora é menos confusa. *O Estado de S. Paulo*, p. 2.
- Mota, S. (1974, April 26). Às 4 da tarde, o final de uma era. *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Mota, S. (1974, April 27). Junta inicia sua missão. *O Estado de S. Paulo*, p. 7.
- Motta, L. G. (2005). A análise pragmática da narrativa jornalística. In *Anais do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (pp. 1-15). Rio de Janeiro: UERJ. Retrieved from <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>
- Mundo aguarda o desfecho da crise (1974, April 26). *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Nora, P. (1979). O retorno do fato. In J. Le Goff, & P. Nora, *História: novos problemas* (pp. 179-193). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Nora, P. (1983). Monster events. *Discourse*, 5, 5-20.
- O último gesto de Caetano (1974, April 27). *O Estado de S. Paulo*, p. 6.
- Os caminhos dos militares portugueses (1974, April 28). *O Estado de S. Paulo*, p. 3.
- Os feitos de Spínola o destacam como líder (1974, March 17). *O Estado de S. Paulo*, p. 14.
- Para Lacerda, era previsível o que aconteceu (1974, April 26). *O Estado de S. Paulo*, p. 9.
- Patrício rejeita alteração (1974, March 17). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Portugal à margem do mundo (1974, April 26). *Jornal do Brasil*, p. 4.
- Portugal e a diplomacia (1974, April 27). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Primeiro comício tem bandeiras (1974, April 26). *Jornal do Brasil*, p. 8.

- Rebeldes tentam evitar choque armado em Lisboa (1974, April 25). *Jornal do Brasil*, p. 14 [3º clichê].
- Recrudescer em Portugal a crise político-militar (1974, March 16). *O Estado de S. Paulo*, p.1.
- Rosas, F. (2013). *Salazar e o poder – a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Silva, J. M. da. (2006). *As tecnologias do imaginário*. Porto Alegre: Sulina.
- Silveira, J. (1974, April 28). Novos hóspedes nas prisões. *Jornal do Brasil*, p. 3.
- Sodré, M. (2009). *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Souza, H. de (1974, April 28). Oficialidade jovem parece controlar a Junta. *O Estado de S. Paulo*, p. 7.
- Spínola liberta presos políticos (1974, April 27). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Spínola solta presos políticos (1974, April 27). *Jornal do Brasil*, p. 8.
- Spínola teme o uso indevido da liberdade (1974, April 28). *O Estado de S. Paulo*, p. 19.
- Tropa rebelada marcha em direção à Lisboa (1974, April 25). *Jornal do Brasil*, p. 14 [2º clichê].
- Um novo país (1974, April 27). *O Estado de S. Paulo*, p. 1.
- Vieira, J. & Monico, R. (2014). *Nas bocas do mundo: o 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta-da-China.

#### BIOGRAPHICAL NOTE

Camila Garcia Kieling – PhD in Social Communication at the Pontifical Catholic University of the State of Rio Grande do Sul – PUCRS (Porto Alegre, Brazil). Associate professor at the School of Communications, Arts and Design in the same institution.

Email: [camila.kieling@gmail.com](mailto:camila.kieling@gmail.com)

Address: Avenida Otto Niemeyer, 1025 apto. 707B – 91910-001 – Porto Alegre, RS, Brasil.

\* Submitted: 15.05.2018

\* Accepted: 21.06.2018

VARIA | VARIA 



---

## **MOTIVAÇÕES E CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVAM A NÃO USOS DOS MÉDIA POR JOVENS E SEUS FAMILIARES**

**Maria José Brites & Cristina Ponte**

---

### **RESUMO**

Neste artigo argumentamos pela necessidade de atenção a dinâmicas de recusa e de rejeição de utilização dos média para melhor se compreender a sociedade de consumo profundamente mediatizada. Seguimos um suporte teórico sobre resistência aos média, contextos familiares de socialização e sociedade mediatizada. Analisamos 18 entrevistas realizadas em Portugal – conduzidas no âmbito de uma investigação mais vasta com 40 jovens e seus familiares, sobre a sua relação com os média na perspetiva de direitos de cidadania –, que evidenciaram sinais de não uso dos média. O presente artigo caracteriza estas pessoas, os seus contextos e motivos. Identificando recusas da internet, das redes sociais, das notícias e da televisão, chegamos a cinco tipos: “Não gosto e não quero usar”; “Nesta fase da vida, não!”; “Entre o não posso ter e o não posso comprar”; “Não dar nas ‘vistas’ e não ficar ‘agarrado’” e “Fazer diferente e fazer melhor”.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Resistência aos média; motivações; jovens; família; mediatização

---

## **REASONS AND CIRCUMSTANCES THAT LEAD TO THE NON-USE OF MEDIA BY YOUNG PEOPLE AND THEIR FAMILIES**

### **ABSTRACT**

This article argues for the need to pay attention to the dynamics of refusing and rejecting the use of media to better understand a highly mediatized consumer society. The theoretical background utilizes resistance to the media, family contexts of socialisation and mediated society. We analysed 18 interviews carried out in Portugal – undertaken as part of wider research project involving 40 young people and their families, on their relationship with the media regarding citizenship rights –, which showed signs of non-use of media. This article characterises these individuals, their contexts and motives. Through identifying refusal of the internet, social networks, news and television, we arrive at distinct five types: “I do not like and I do not want to use”; “At this stage of life, no!”; “Split between I can’t have and I can’t buy it”; “I don’t want to draw attention to myself and don’t want to get ‘hooked’”; and “Doing something different and doing it better”.

### **KEYWORDS**

Media resistance; motivations; young people; family; mediatization

---

## INTRODUÇÃO

No início da década de 1960, quando o cartoonista Quino pensou a tira alusiva a Mafalda não ter televisão, estava longe de antecipar como essa tira viria a ser importante para refletir e parodiar a relação quase umbilical entre seres humanos e ecrãs. O que estava implícito naquela tira era a opção de alguém, sagaz entre os pares, dizer não a uma cultura dominante. Mafalda não o fazia sozinha: crescia num ambiente familiar com essa opção.

As décadas passaram e à televisão vieram juntar-se novos ecrãs. Os média tornaram-se mais conectados, ubíquos, omnipresentes, com um ritmo acelerado de inovação: vivemos tempos de mediatização profunda (Couldry & Hepp, 2017; Hepp & Hasebrink, 2018). Sem dúvida que a permanente conexão mediada facilita relações e interações, pressupondo um valor societal fundamental (Livingstone, 2014). Mas a outra face merece igual atenção: *quem não quer* e *quem não pode* usufruir das condições proporcionadas por esse contexto.

Este artigo assenta na perspetiva de que é preciso perceber como se desenvolvem as desconetividades para entender a imersividade. Não basta olhar para os consumos, é preciso olhar também para os não consumos pois só o entendimento de ambos os lados – cada vez mais encarados em mobilidade (Araújo, Cogo & Pinto, 2015) e como fluídos (Syvertsen, 2017) – permite conhecer a sociedade mediatizada (Woodstock, 2014). Se os contextos de exclusão associados a razões socioeconómicas têm sido explorados (Brites, 2015), procuramos também compreender melhor os ainda pouco estudados contextos de resistência e de autoexclusão (Neves & Rente, 2017; Schrøder & BlachØrsten, 2016).

Foram sinais de resistência e/ou de impossibilidade em usufruir dos média (televisão, internet, redes sociais) que conduziram à análise que está na base deste artigo. Entre as 40 entrevistas realizadas nos finais de 2015 e inícios de 2016 que tinham como objetivo apreciar como jovens e seus familiares adultos referiam a relação com os média na perspetiva de direitos de cidadania, encontramos em perto de metade, (18) casos, em que um dos membros do par familiar enunciava não fazer um dado uso e casos em que ambos eram consonantes nos meios de comunicação e conteúdos que diziam ignorar.

Antes de procurar sistematizar motivações e constrangimentos por detrás destes sinais de exclusão, importa ter presente o contexto mediático particular em que surgem estes dados. Em Portugal a chegada massiva dos média audiovisuais e digitais aos lares ocorreu mais tarde do que noutros países europeus e a televisão continua a ser o meio hegemónico e de maior vinculação (Burnay & Ribeiro, 2016).

Se entre os internautas mais jovens (15-24 anos) o acesso à internet é quase universal, acima dessa idade, as diferenças são marcadas. Dados estatísticos do momento do estudo indicavam que mais de metade das mulheres (57%) não usavam, enquanto nos homens essa fasquia não chegava à metade (43%). O fosso geracional dava-se a partir dos 45-54 anos, com mais de metade a não fazer uso, e acentuava-se nas faixas etárias seguintes. Mais de dois terços dos que não ultrapassaram o ensino básico não faziam uso da internet, para 13% entre os que tinham o 12.º ano e 7% entre os que possuíam ensino superior (INE, 2015).



Por outro lado, a liderança dos internautas portugueses no uso de redes sociais destaca-se em termos europeus: mais de três quartos usavam-nas, acima da média europeia (57%); 98% dos internautas portugueses que usavam redes sociais tinham um perfil na rede Facebook, com um número de “amigos” que ultrapassava as centenas na maioria (INE, 2015).

Relativamente ao consumo de notícias em Portugal, em 2016 o relatório do Reuters Institute (Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, Levy & Nielsen, 2017) indica que o país se situa próximo dos países do norte da Europa no que se refere à sua rejeição (22%). É um valor bastante abaixo da Turquia, o país com mais rejeição (57%). Os valores de rejeição apontados pelos portugueses estão também abaixo da média apurada naquele relatório, no qual quase metade (48%) refere as notícias terem um efeito negativo no estado de espírito, seguindo-se a falta de confiança na sua veracidade (37%). Segundo o relatório do OberCom (2017), associado ao estudo do Reuters Institute, entre as razões para os portugueses evitarem notícias estão o querer evitar influências negativas (37%), o desgosto por algumas imagens (24%) e o não confiarem nelas (20%).

A estes contextos há que realçar que nos anos que antecederam a realização destas entrevistas, Portugal vivia uma severa crise económica, com famílias de todos os estratos sociais a experimentarem constrangimentos de várias ordens com possível impacto nas suas práticas com os média.

#### PRÁTICAS MEDIÁTICAS E DINÂMICAS FAMILIARES

Começámos este texto recordando a diferença entre Mafalda e os seus pares no que se diz respeito à televisão e indicamos de passagem o ambiente familiar. Aprofundemos um pouco este ponto. Na consideração das dinâmicas familiares em processos de mediação (Krotz, 2009) e de transmissão geracional (Buchner, 2003) são relevantes conceitos como *capital cultural* e *distinção*, de Bourdieu (2003), e os conceitos de *configuração social* e *formação pessoal* ou *habitus*, de Elias (1987). O conceito de *capital cultural*, em relação com outras formas de capital – social, educacional e económico – descreve as mudanças nas oportunidades de vida das pessoas geradas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação. O conceito de *configuração social* – de que a família é exemplo recorrente – destaca interdependências entre membros que afetam as suas experiências e ações e que são também afetadas pelos seus contextos. Em interação com a família, a formação da personalidade ou *habitus* é o processo pelo qual o indivíduo vai correspondendo a normas específicas que estão definidas pelos membros dessa configuração.

Ainda que as famílias se tenham democratizado nas relações entre os seus membros (Beck, 1997; Beck & Beck-Gernsheim, 2002) as relações familiares continuam a ser marcadas por expectativas parentais em proporcionar aos filhos certas trajetórias pessoais e sociais, sendo isso particularmente visível nas classes médias. A procura da *distinção* face a outras famílias e de acumulação de capital cultural marca o acesso a bens materiais e imateriais, como o conhecimento ou a educação formal. Buchner (2003) destaca as microculturas da família como espaços vitais para os seus membros, tanto no que se refere a oportunidades como a restrições.

A relação de famílias com a televisão é ilustrativa destes processos. Tendo sido apropriada com entusiasmo pelas classes populares, suscitou reservas entre as elites que consideravam que os seus conteúdos não teriam qualidade suficiente e poderiam mesmo causar danos na educação das gerações mais novas. A recorrência de preocupações com conteúdos considerados violentos, inadequados ou nocivos para a democracia e para os mais novos tem pautado a história da televisão (Milner, 2002; Postman, 1985/2005; Putnam, 2000).

Também as notícias, sobretudo as de noticiários televisivos, suscitam por vezes resistência, rejeição ou desconsideração. Helgerud (2017) identifica três explicações para baixos níveis de interesse pelas notícias: desinteresse pelo seu conteúdo e forma; necessidade de priorizar a gestão do tempo; evitar ou rejeitar notícias que deprimem, como assinalado nos estudos de Schrøder e BlachØrsten (2016) e Moeller (1999). Um ambiente social depressivo – crise económica, catástrofe – terá também impacto nas resistências e nas recusas. A saturação da própria informação pode ser outro fator.

Se o acompanhamento da atualidade tem uma raiz perene na relação de públicos com os média que aí procuravam informação adequada aos seus interesses – desde a leitura do jornal impresso pela manhã, como uma “missa” ao ritual do telejornal seguido em família, hoje esse acompanhamento faz-se pela conexão entre os média, com conteúdos atualizados e disponíveis em qualquer lugar.

Ao contrário da televisão, nos seus primeiros tempos a internet foi valorizada de uma forma celebratória (Castells, 2008; Jenkins, 2006). Com a web 2.0 as preocupações alastraram-se aos contactos proporcionados pelo meio e a conteúdos gerados por utilizadores. Poucos anos depois de terem surgido como comunidades de interesses, as redes sociais digitais entraram na lógica do desenvolvimento de conexões (Dijck, 2013). A pressão para a conexão tornou-se tão banal em aplicações móveis que muitos internautas ignoram a lógica de produção de valor económico que lhe está subjacente.

As preocupações em resistir às pressões da paisagem mediática são narrativas comuns a outros desafios políticos, sociais e culturais, considera Syvertsen (2017). Com um trabalho extensivo sobre resistência aos média, a autora aponta que esta é frequentemente ligada a uma conceptualização negativa, “vista como forma de pânico, como reação emocional causada pela tecnofobia, o medo, a histeria ou a marginalização social” (Syvertsen, 2017, p. 4). Contudo, a autora contrapõe a necessidade de considerar alguma forma de resistência como necessária num contexto de mediatização profunda: “numa era onde os meios estão por toda a parte, *todos* precisamos de uma dada resistência ou pelo menos de encontrar uma estratégia de autorregulação, para evitar que os média se tornem demasiado invasivos” (Syvertsen, 2017, p. 97).

Um recente estudo qualitativo sobre jovens adultos não utilizadores de sites de redes sociais (Neves & Rente, 2017) destacou a diversidade de não usos, as suas contingências e a sua potencial transição. A partir de uma análise empírica as autoras elaboraram três tipos ideais deste não uso voluntário: o *intencional*, que inclui a opção deliberada pela exclusão; o *imposto*, que decorre de pressões experienciadas para essa exclusão; e o *instrumental*, que intercala o não uso com o uso para finalidades específicas. Esta

tipologia vai também iluminar a análise sobre as formas de não uso a que este artigo se reporta.

Antes de vermos que tipos de resistências e a quê foram encontrados neste grupo de jovens e de adultos maduros reunidos por laços familiares, apresentamos a metodologia da análise realizada.

## METODOLOGIA

Como indicámos, na origem desta análise está uma amostra inicial de 40 indivíduos entrevistados entre novembro de 2015 e abril de 2016 sobre consumos de notícias e usos dos média, no âmbito de uma pesquisa de pós-doutoramento. Sendo um trabalho qualitativo e de carácter participativo, optamos por entrevistas-semiestruturadas e por indicar nomes fictícios, para manter anonimato e confidencialidade dos participantes. Para esta análise houve o cuidado, como se verifica na revisão de literatura, em apontar estudos posteriores que continuam a validar os dados de 2015-2016 e a dar relevância ao olhar sobre os resistentes aos média. Tendo em conta a crise económica e social (2011-2014) vivida no país, foi objetivo realizar a pesquisa em dois contextos socioeconómicos distintos: uma escola de classe média, que desenvolve um projeto de promoção da cidadania quotidiana, e um centro de apoio a jovens em risco de exclusão social. Em ambos os espaços, os jovens trariam um dos seus familiares para o estudo, se assim entendessem, o que não ocorreu em todos os casos. Quando realizadas ao par familiar, as entrevistas foram feitas em separado, permitindo cruzar informações.

Na transcrição das 40 entrevistas, encontramos falas que apontavam formas de resistência, rejeição e impossibilidade daqueles consumos, por parte de 18 entrevistados: sete jovens, cinco do sexo feminino e dois do sexo masculino; 11 adultos entre 45 e 61 anos, sete do sexo feminino e quatro do masculino. Não foram considerados neste grupo entrevistados que diziam *gostar menos* de algo (notícias, internet, redes sociais). Foram apenas considerados os que – claramente – resistiam, rejeitavam ou recusavam de forma ativa e para quem essas rejeições implicavam uma reflexão e gestão específica dos seus quotidianos. Se tivéssemos incluído os que indicavam *gostar menos*, o grupo seria um pouco maior, em especial no que respeita às notícias.

Para a análise, procedemos à codificação no NVivo 11.3.2 1888. Foram considerados temas relacionados com as recusas e resistências identificadas e a sua relação com a teoria. Baseamo-nos na *grounded theory*, deixando os dados falar por si, refletindo e abrindo novas pistas com a teorização (Seale, 2004), e na análise temática (Attride-Stirling, 2001), pois têm pontos em comum de organização da informação (Attride-Stirling, 2001; Corbin & Strauss, 1990).

As categorias foram induzidas através dos dados (Amado, Costa & Crsoé, 2014). Seguindo as indicações de Bardin (2009), primeiro reconhecemos as diferenciações e numa fase seguinte fomos reagrupando os elementos por grandes temas/categorias, que indicam as características comuns que as constituem. Alguns participantes estão inseridos em mais do que uma categoria, pois indicaram várias resistências ou rejeições.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

A rede social hegemónica Facebook é a que suscita mais resistência, sendo apontada por metade dos indivíduos do grupo e é transversal à idade. Por sua vez, a internet desmerece a atenção de cinco indivíduos, com a idade a ter um peso preponderante. A televisão é desvalorizada por quatro, o telemóvel e certos conteúdos noticiosos por três.

Organizamos as respostas individuais e as ligadas a dinâmicas familiares em duas tabelas. Em cada uma apresenta-se o/a participante, a sua idade, escolaridade, aquilo que refere não fazer uso e como caracteriza, nas suas próprias palavras, o ambiente de acesso a informação em casa e os usos da internet. Vejamos a tabela sobre resistências manifestadas apenas individualmente.

PARTICIPANTE	IDADE	ESCOLARIDADE E PROFISSÃO	RESISTÊNCIA/ REJEIÇÃO	AMBIENTES MEDIÁTICOS	USOS DA INTERNET
Arminda	59	12º ano; comercial	Internet; “notícias tristes”	Muitos livros em casa, de vários tipos, inclusive de arte. Na televisão, gosta de ver filmes e desenhos animados.	Só usa a internet por obrigação, no trabalho. Considera ter boa memória para se lembrar de tudo. Tem um telemóvel sem internet.
Antónia	49	4º ano; está reformada (refeitório e limpezas) e faz limpezas	Facebook; internet	Em casa, o computador avariou e não pôde arranjar por falta de dinheiro; tem telemóvel sem internet; por vezes tem acesso ao <i>Jornal de Notícias</i> impresso. Vê notícias na TV, que considera uma companhia.	Usa por vezes no tablet do neto, sobretudo para ver quais são os amigos homens que ele tem online (receio da pedofilia); pede ao neto para lhe mostrar e ele fá-lo, sem questionar o que lhe está a ser pedido.
Filipe	45	12º ano; técnico na CMP	Facebook	Em casa tem televisor e livros escolares. Costuma ler jornais desportivos. Usa a internet no emprego e em casa, para ver as notícias.	Usa para ver notícias e entretenimento.
Romeu	47	Doutoramento; professor universitário	Facebook; “notícias de política”	Em casa, há televisão, livros, CDs, DVDs, jogos digitais; raramente têm jornal impresso.	Usa a internet para trabalhar, de forma diária, e também para lazer.
Dina	53	6º ano; empregada de limpeza	Internet; telemóvel	Em casa há televisão e livros: escolares, romances, livros de arquitetura, a Bíblia e outros livros religiosos. Lê revistas informativas, que recolhe quando faz limpezas numa empresa de transportes públicos.	Não usa. Tem um telemóvel antigo apenas para chamadas, sobretudo dos filhos, sem acesso à internet.
Justina	46	9º ano; atualmente desempregada	“Notícias tristes”; condicionamentos económicos também fazem com que tenha de gerir os gastos.	Em casa há televisão, computador (que pouco usa), livros, CDs, bandas desenhadas, filmes. Não compra jornais. Usa a internet do telemóvel, com autonomia. <i>Nota: a filha demarcou-se das referências a livros feita pela mãe.</i>	Vê o jornal Correio da Manhã na internet. Usa no telemóvel de forma autónoma.

Rita	16	11º ano; estudante	Por motivos familiares nem sempre pode aceder à internet e ao telemóvel. Isso faz com que quase se esqueça da existência deles e adequa o seu quotidiano a esta escassez.	Tem livros no seu quarto, e lê muito. Em casa há filmes, CDs e consola de jogos, mas não há acesso à internet. A televisão está em espaço comum.	Não tem internet em casa, usa na escola ou no café.
Olavo	17	9º ano; estudante	Por motivos económicos, não tem telemóvel.	Em casa, tem televisão e livros mas lê pouco; vê filmes, sobretudo no tablet, que usa para aceder à internet. O telemóvel estragou-se e não pôde comprar outro, diz que se habituou a essa situação.	Usa a internet no centro de jovens, em casa usa num tablet; não tem computador nem telemóvel.

Tabela 1: Resistências ou impossibilidades individuais

Ressalta neste grupo composto sobretudo por adultos acima dos 45 anos a resistência apontada à internet em geral, à rede social Facebook em particular e a certos tipos de notícias (“notícias tristes”, “notícias de política”).

Em consonância com a literatura, pesam também o género e condições socioeconómicas e culturais: é sobretudo em mulheres e em contextos de carência económica e cultural que se encontram mais recusas à internet. Referindo ter “livros em casa”, o televisor continua a ser o meio dominante, para entretenimento e informação. Há quem use a internet apenas por motivos profissionais, não a inserindo noutros contextos.

Os dois jovens que surgem nesta tabela não referem rejeição, mas sim constrangimentos a que se habituaram. Com um percurso escolar marcado por insucesso, Olavo refere escassa relação com a leitura e gosto em ver filmes no ecrã digital no seu *tablet*, num lar pouco apetrechado tecnologicamente. Rita, com um percurso escolar bem-sucedido, refere hábitos de leitura e meios digitais acessíveis aos membros do agregado, mas não pode usar internet em casa: os pais não compram acesso receando que o irmão reincida numa dependência online. Nos dois casos, o contexto familiar condiciona a escolha individual e a própria comunicação: ambos não quiseram que os pais participassem na pesquisa.

## RESISTÊNCIAS E RECUSAS DE PARES FAMILIARES

Quando elementos de duas gerações coincidem em referir resistências vejamos se isso aponta transmissão familiar de uma dada cultura.

Dos cinco núcleos familiares da Tabela 2, dois são constituídos por famílias recompostas, circulando o elemento mais jovem por ambos os lares. A escolaridade dos adultos é superior à da Tabela 1, com vários profissionais diferenciados.

Encontramos aqui um claro foco no meio rejeitado. Três pares familiares recusam o Facebook e dois recusam a televisão. Nenhum par rejeita a internet em geral, apontando para a sua incorporação como meio.

A recusa do Facebook pelos mais novos deixa os pais – que também não a usam – agradados e os jovens a sentirem-se fora do “rebanho” dos seus pares que seguem as redes sociais. No que respeita à televisão, a rejeição comporta núcleos familiares de nível educacional elevado e lares ricos em média (livros, internet, rádio, entre outros). A rejeição parte dos pais e é apropriada pelos filhos, na transmissão geracional de que falava Buchner (2003). Estes também se olham como alternativos face aos colegas.

PARTICIPANTE	IDADE	ESCOLARIDADE E PROFISSÃO	RESISTÊNCIA/ REJEIÇÃO	AMBIENTES MEDIÁTICOS DE ACESSO A NOTÍCIAS	USOS DA INTERNET
Susana	54	12º ano; trabalha numa seguradora	Facebook; internet	Em casa há muitos livros, um computador fixo e um telefone “jurássico”. Costumam ver as notícias na televisão e usam a box para ver e gravar filmes.	Usa pouco a internet; sobretudo no trabalho e porque “tem de ser”.
António	19	12º ano; estudante	Facebook		Usa internet, sobretudo no computador em casa e não tanto no telemóvel.
Isabel	49	Licenciatura; enfermeira	Facebook	Além de televisão, há três portáteis em casa, CDs, DVDs, livros e banda desenhada. Há também televisão e jornais. A filha refere que gosta muito de ler. A mãe diz que segue as notícias pela internet.	Accede à internet no telemóvel, em casa e no trabalho, para pesquisa profissional e pessoal, e para seguir as notícias.
Sónia	14	9º ano; estudante	Facebook		Accede à internet no portátil e no telemóvel. Usa mais em casa do que na escola.
João	61	Licenciatura; reformado (assistente social)	Facebook; internet	Em casa, além da televisão e da rádio (sempre ligada), há livros, CDs, DVDs, jogos de tabuleiro. Antigamente, comprava mais jornais e revistas do que hoje, por questões financeiras. Considera-se informado e lê jornais e revistas na biblioteca.	Usa a internet sobretudo em casa e na biblioteca; por vezes usa no telemóvel.
Rute	14	9º ano; estudante	Facebook	Nas duas casas (paterna e materna) tem bens culturais semelhantes; na casa da mãe tem revistas e na casa do pai tem jogos de tabuleiro e banda desenhada que aprecia pouco.	Accede à internet em ambas as casas, nos portáteis, no telefone, e no tablet, o dispositivo que mais usa... Usa muito o telemóvel sobretudo para falar, pesquisar e jogar.
Raquel	46	Licenciatura; engenheira	Televisão	Em casa há rádio, muitos livros, (“todos leem imenso, dão livros de prendas”), assinam jornais e revistas (incluindo estrangeiros e específicos para crianças, como <i>Visão Júnior</i> ), bandas desenhadas, revistas de moda.	Accede frequentemente à internet, em vários dispositivos.
Marta	14	9º ano; estudante	Televisão	Tem rádio, muitos livros, que gosta de ler, tem muitos livros no quarto. Em casa, há CDs, filmes (antigos e novos).	Usa Internet, no telefone, no <i>iPad</i> e no computador.

Miguel	48	Doutoramento; Químico	Televisão	Em casa, há livros, bandas desenhadas, já chegou a comprar jornais e revistas, mas por questões económicas deixou de o fazer.	Em casa acede à internet com uma <i>pen</i> , no portátil (há muitos anos que não tem computador) e também no telemóvel.
Helena	17	12º ano; estudante	Televisão	Em casa do pai lê muito. Em casa da mãe lê, mas também vê alguma televisão; por vezes, ouve música e tem CDs.	Na casa do pai acede à internet numa <i>pen</i> , na casa da mãe quando quer é wireless e usa muitos os dados móveis do telefone.

Tabela 2: Resistências e impossibilidades de pares familiares

## MOTIVOS DE RESISTÊNCIA OU DE IMPOSSIBILIDADE

### NÃO GOSTO E NÃO QUERO USAR

Neste grupo temático encontram-se adultos (quase todos mulheres e acima dos 45 anos) de diferentes níveis socioeconómicos e de escolaridade, que evocam o direito a ter opção na sociedade digitalizada, seguindo uma intencionalidade em recusar (Neves & Rente, 2017). Se alguns têm de fazer uso da internet por motivos profissionais, para todos estar na internet é algo que rejeitam, porque não gostam ou não querem.

Estas resistências expressas com veemência, sobretudo por mulheres com baixos níveis de escolaridade e empregos indiferenciados, apesar de indicarem agência e voz, podem também fazer esconder a sua incapacidade em fazer uso da internet.

Dina, que completou o 6º ano em adulta através do programa Novas Oportunidades, não usa a internet por opção. O telemóvel é também um dispositivo que recusa e de que se esquece. Autointitula-se de forma descontraída como “apagadinha”. Recusa estar online, mesmo com os filhos a dizer que gostariam que estivesse e que a ajudariam. Contudo, procura estar informada. Ainda que acidentalmente, lê artigos sobre tecnologias (as suas vantagens para os jovens, os perigos que podem trazer e as suas capacidades em termos de sociedade do futuro), que saem na revista *Visão*, que recolhe no local onde faz limpezas. Gosta de ler sobre o assunto para poder acompanhar e falar com os filhos, mas recusa o apoio técnico que eles lhe poderiam proporcionar.

Entrevistadora: Em que condições acede a computadores, ao telemóvel, à internet?

Dina: Completamente apagada. Apagada! Apagadinha!

E: Não tem telemóvel?

D: É assim, tenho telemóvel, o mais simples dos simples e mesmo assim, eu só consigo fazer chamadas e às vezes abro mensagens que me mandam, mas é preciso que a mensagem entre e eu oiça e veja. Porque senão não ligo. Não. (...) É uma opção minha. Não só, tenho mesmo dificuldade, não me esforço para melhor...

E: Por exemplo, e se os seus filhos a ajudassem nessa tarefa?

D: Sempre tentam ajudar, mas eu ponho sempre outras coisas... (Dina, 53)

Arminda, por sua vez, vê com desagrado a imposição de ter de usar a internet e os emails na sua atividade profissional.

Entrevistadora – Onde e em que condições acede a computador e internet?

Arminda – Só, exclusivamente e porque fui obrigada, sou adversa às tecnologias nessa área, e estamos a falar até há cerca de dois anos, até lá reneguei qualquer computador na empresa. Tudo o que seja área de computadores, posso dizer-lhe que tenho telemóvel da empresa para atender e fazer chamadas [não manda mensagens], não quero saber de mais nada. Só uso computador para trabalho da empresa e 90% é para ler e escrever emails. Não quero ir ao Google, não quero nada, não me faz mais feliz, graças a Deus. (Arminda, 59 anos)

Entre os dois entrevistados que vivem em ambientes mediáticos ricos, ela rejeita a internet de modo radical, ele recusa o uso exagerado. Já reformado de assistente social, João (61 anos) interessa-se por notícias e incentiva a filha nas atividades relacionadas com a leitura e com o uso da internet; ele próprio a usa para busca de informação que lhe interessa, mas tem outras prioridades na vida. Saiu mesmo das redes sociais por as considerar uma perda de tempo.

Reformei-me e liguei-me ao Facebook, mas quando vi que estava a perder imensas horas naquilo, deixei. A vida não é isto. Quando tenho um interesse vou procurar seja na biblioteca ou online. Por exemplo há uns dias uma amiga emprestou-me um livro de uma senhora chamada Chimamanda Adichie, é uma coisa impressionante, fiquei tão fascinado, que fui procurar [à internet], queria saber mais. Em termos utilitários é muito direcionado. O meu trabalho prioritário é a minha filha. (João, 61 anos)

Em comparação com a televisão e a rádio, em especial entre os adultos mais velhos, a internet é tida como secundária no que se refere ao uso próprio. O mesmo já não acontece quando se referem a filhos e netos. Todos consideram que a internet é uma ferramenta importante para os mais jovens e para os seus filhos, em particular. Como membros pouco qualificados da sua geração, colocam-se de fora mas pretendem a integração digital dos seus descendentes.

Não, quer dizer, internet não. Eu tenho internet porque tenho televisão e tenho... é assim, eu tenho internet porque tenho telefone... Mas se eu não pagar, se me cortarem a internet, não faz falta. E se me cortarem a água ou a luz faz-me falta. Por isso é que essencial, essencial é mais a água e a luz. A internet já não... é secundário. Quer dizer é secundário para mim, agora faz falta é para ele [neto]. (Antónia, 49 anos)



### NESTA FASE DA VIDA, NÃO!

Neste grupo, indivíduos adultos com diferente escolaridade rejeitaram notícias específicas que lhes desagradavam, ou por serem tristes ou por se relacionarem com política, traduzindo desconforto ou desencanto. O modo como exprimiram essa rejeição traduz-se numa tomada de posição que justificam pela fase da vida em que se encontram.

Duas mulheres, que declararam ter passado a estar mais atentas à informação quando se tornaram mães, recusam-se agora a estar a par de notícias que as entristecem, ou que podem entristecer as filhas, com as quais vivem como famílias monoparentais. O não seguimento das notícias parece ser agora uma estratégia de casulo.

Outro fator que pode contribuir para esta recusa é o desinteresse, mesmo que pontual, por temas como a atualidade política (Brites, 2015). Um dos pais, Romeu, com doutoramento e a exercer funções de direção em instituição de ensino superior, referiu limitações decorrentes da sua decisão de não seguir nem notícias (uma opção gerada pelo seu desapontamento face à situação política) nem a rede Facebook (fica excluído/ impedido de divulgar ele mesmo as atividades enquanto diretor e artista).

Entre os motivos para rejeições de notícias estão: serem demasiado negativas, ponto referido em especial por mulheres com vidas duras, na linha do que foi encontrado por Helgerud (2017), Moeller (1999), Newman et al. (2017), Schrøder e BlachØrsten, 2016; o seu descrédito (Newman et al., 2017); o desencanto com a política (Brites, 2015).

Arminda: Sou capaz de dizer basta [às notícias que a deixam triste], recuso-me a ver notícias só porque sim, porque tenho de ter pena, ver a criança na praia, por isso, não. Eu não posso mudar o mundo, porque hei de sentir-me mal, se quem pode mudar não faz nada? Atualmente não há uma seleção e qualquer pessoa de qualquer idade vê, sem aviso, até crianças, eu rejeito isso. Acho que devia ser direcionado, mas se calhar que eles dizem que a notícia é chocante, mas isso até aguça. (...)

Entrevistadora: Se as notícias fossem mais positivas?

A: Positivas, mas sem desviar do que existe. Na realidade vivemos num mundo de confusões. Mas eu tenho direito a querer sentir-me bem. (Arminda, 59 anos)

Não estamos perante uma visão fatalista, mas perante uma opção deliberada e intencionada de quem se habituou a fazer escolhas em contracorrente à sociedade em que vive: Arminda considera-se uma pessoa informada e uma mulher lutadora. Falou amplamente do seu papel enquanto mulher fragilizada antes do 25 de Abril e de emancipada depois, da luta pela dignidade no trabalho e da superação da morte recente do marido. Apesar de evitar notícias negativas, disse que se interessa por informação no dia a dia e que gosta de conversar com a filha sobre temas de atualidade.

### ENTRE O NÃO POSSO COMPRAR E NÃO POSSO TER

Este grupo é composto por pessoas de baixos recursos económicos e por escolhas familiares em que não há espaço de diálogo sobre usos dos média e de procura de soluções conjuntas. Todos adaptam a sua vida quotidiana às limitações que enfrentam. As implicações acabam por se entranhar e criar rotinas de resistência e de contorno do uso de certos média. São os constrangimentos estruturais, externos a si mesmos, que afetam o que poderiam ter.

A dimensão dos custos foi indicada por Olavo, 17 anos, sem telemóvel por o seu ser estragado e não ter possibilidade para comprar outro. Constrangimentos verificam-se também em situações onde razões económicas são indicadas em termos mais gerais, como Justina, desempregada e a viver de subsídios.

A exceção a esta descrição marcada pela carência económica é de uma jovem, Rita, sem internet em casa, o que faz com que tenha de a usar em cafés e na escola. Rita faz uma gestão cuidada do que tem de fazer (pesquisas pessoais, trabalhos de casa, contactos de email) e controla os tempos que tem para estar online. Quase por arrasto, evita também o telemóvel, que já não considera essencial no seu dia a dia. Muito ativa na escola, onde lidera atividades como a rádio escolar, não se demite de participar apenas porque tem um acesso limitado à internet.

Entrevistadora: Onde e em que condições acedes a computador e internet?

Rita: Não tenho net em casa, porque os meus pais não querem dar-me. Mas normalmente uso nos computadores aqui na escola ou quando trago o *iPad*. Às vezes por causa da rádio.

E: E no telemóvel?

R: O telemóvel não serve para nada. Está sempre parado. Sem bateria. Tenho, mas não uso. E também a internet no tablet quando vou ao café.

E: E acesso ao computador?

R: Tenho computador em casa, um portátil, e quando tenho trabalhos que preciso de internet, ou recolho a informação aqui na escola ou vou ao café uma tarde e faço tudo o que preciso. E depois faço o trabalho em casa. (Rita, 16 anos)

A dada altura, Rita considerou que esta opção familiar poderia constituir uma violação dos seus direitos humanos – a relação da internet com direitos era uma das partes temáticas do guião de entrevista – e estabeleceu o contexto com a sua vida pessoal. Apesar dessa reflexão, não deixou de vincar o seu posicionamento no uso desse recurso:

honestamente, se eu fosse uma pessoa revoltada com os meus pais porque eles não me dão internet, era capaz de chegar a casa e usar essa informação contra eles! E ainda sou capaz de lhes dizer. Mas para mim a internet... eu vivo bem sem, não tenho a necessidade extrema de ter internet. (Rita, 16 anos)

### NÃO DAR NAS VISTAS E NÃO FICAR “AGARRADO”

Entrevistados jovens e adultos (alguns membros da mesma família, neste caso, ver Tabela 2) mostraram a sua rejeição à exposição pública e à possibilidade de se ligarem de forma exagerada a um meio, o Facebook. Rejeitam a rede social para manterem controlo sobre as suas vidas pessoais e evitam a exposição pessoal. Na sua reflexão há recusa do que já conhecem e que criticam na forma como está concebida, há uma estratégia de autorregulação para evitar que os média se transformem em algo demasiado invasivo (Syvertsen, 2017, p. 98).

Tenho recusado o Facebook, já participei numa rede, o MySpace. (...) mas há pouco tempo saí, porque para pertencer a uma rede social implica que vá lá com alguma assiduidade, e já tenho tantas coisas, não queria mais uma. Perturba-me ter que estar a lidar com esta obrigatoriedade... (Romeu, 47 anos)

O telemóvel está ligado, mas não tenho Facebook. Sinto isto até por causa dos filhos, porque estão sempre com isto, os ‘faces’, etc. Tento combater isso lá em casa, como nas horas das refeições a ver se há partilha, diálogo, de contrário... é uma invasão do nosso espaço. (Filipe, 45 anos)

Nos casos em que há uma rejeição do Facebook pelos jovens, ainda que não imposta pelos pais, estes manifestam alívio pela opção semelhante dos mais novos. Os mais adultos fazem questão de indicar que não tiveram influência sobre a decisão dos filhos de rejeitarem o Facebook. Nos mais novos, a devassa da vida privada é apontada como fator de rejeição desta rede social, como se nota neste par familiar.

Não é coisa assim que me desperte muito... As redes sociais. Às minhas filhas também não e olhe e não foi nunca porque eu dissesse “Não têm, não podem ter...”. Não, nunca foi nada disso. A mais velha já acho que teve Facebook, e depois chegou à conclusão que... que aquilo era uma treta, que as pessoas expunham a vida delas... Não tinha interesse nenhum. (Isabel 49 anos)

Eu acho que o conceito até poderia não ser muito mau [o Facebook], mas, entretanto, as pessoas, como é que eu hei-de dizer? Principalmente na minha idade têm tornado o site assim um bocado... só serve para falar da vida delas, fotos assim... eu não gosto. (Sónia, 14 anos)

Todos os entrevistados que rejeitaram o Facebook consideraram as implicações pessoais, sociais e até profissionais de estarem fora de um espaço onde os amigos, os colegas e os filhos se “encontram” – ou “desencontram” como preferiam identificar. Percebem que quem está na rede os tenta captar no sentido de poderem partilhar mais e contactar mais. Estas recusas implicam também uma opção de estar fora do padrão,

de estar à margem. É o caso do António, que chegou a estar muito viciado na internet e nas redes, mas que hoje se recusa a fazer parte do Facebook.

António: Não me importo [de não usar Facebook]. Já me chegaram a dizer que não tinha Facebook e assim coisas, mas eu vou-lhe dizer a verdade, isso não me preocupa.

Entrevistadora: Não ligas?

A: Não, estou-me nas tintas para isso. (António, 19 anos)

### FAZER DIFERENTE E FAZER MELHOR

Neste grupo, a resistência à televisão está ligada a uma recusa efetiva e opção consciente de elementos com fortes preocupações culturais, evidenciando a expressividade das microculturas familiares (Buchner, 2003). Podem possuir esse aparelho mas rejeitam o seu uso com o argumento de assim poderem conversar mais em família ou realizarem interesses culturais que seriam difíceis de concretizar se o quotidiano fosse pautado pelo televisor.

São ambientes familiares ricos em média, em livros e em diferentes formas de cultura incluindo o interesse por acompanhar a atualidade política (ver Tabela 2). Esta recusa, que parte dos adultos da família, é seguida pelos mais novos.

Não são opções lineares nem coincidentes. Na família 1, a mãe Raquel e o marido questionam-se com frequência sobre se não ver televisão, nomeadamente as notícias, é a melhor forma de assegurar uma educação mais rica cultural e civicamente, em especial perante questões relevantes, como a crise económica e atentados terroristas. Na família 2, recomposta, as filhas não têm televisão na semana em que estão a viver com o pai. Miguel não se questiona sobre as vantagens de não ter televisão, e Helena, a filha, também está satisfeita com a opção. Quando usa a televisão na casa da mãe é para ver notícias – sendo muito crítica das opções noticiosas da televisão – e gosta de debater questões políticas com o pai.

Família 1:

Isso [não usar televisão] tem um senão, não são só vantagens, por exemplo quando foi da questão dos refugiados, toda a gente falava do assunto e as minhas filhas estavam longe. (...) Como nós acabamos por não ver televisão, há ali uma lacuna. (...) pela internet tem de haver alguma disciplina, não? Pela televisão àquela hora dá notícias, na internet tem de haver mais disciplina na procura. Tenho tantas solicitações na minha agenda que não sei se quero marcar uma hora diária para ir ver notícias. [ri-se]. (Raquel, 46 anos)

Marta: Eu já tive televisão. Quer dizer, tive uma televisão em casa, mas só tinha os quatro canais, e só tive os canais todos quando andava para aí no

segundo ano, ou... primeiro, segundo ano, já não tenho bem a certeza.

Entrevistadora: Quem optou por não ter televisão? Imagino que talvez tenham sido os teus pais...

M: Eu não sei. Acho que nós... Eu lembro-me quando foram lá instalar a televisão... nós tínhamos mudado de casa há cerca de dois anos e... [acharam que não tinham espaço para a televisão e optaram por deixar de ver]. (Marta, 14 anos)

#### Família 2:

A única coisa que... a única coisa que me fez pensar por algum tempo foi as coisas boas que a televisão tem, sobretudo o cabo. E, portanto, mas e há um canal pelo menos, a TV2 na nossa televisão de sinal aberto, na nossa televisão pública que passa algum conteúdo com qualidade. Tudo o resto para mim é muito limitado, muito e que não justifica a existência de uma televisão em casa. Portanto, nunca receei esse... As minhas filhas são perfeitamente informadas, não perdem nada, acho que só se ganha em não ter televisão. (Miguel, 48 anos)

Quando vejo notícias na televisão, especialmente os canais portugueses [na casa materna ou programas na internet e com escolha pessoal], acho que é muito direcionado a um tipo de sensação que eles querem gerar em nós, por exemplo, aquele caso de Paris, achei um bocado ridículo... durante semanas passou sempre Paris, Paris, Paris e depois as pessoas que não têm a sorte ou não têm, sei lá, oportunidade de pesquisar e ouvir de outras fontes pensam que só aconteceu isso. E não sabem de outros ataques ou de outras coisas que se estão a passar que não é só na Europa, isso não é só centrado no nosso mundinho. Pronto, nesse sentido, consumo isso. A nível de internet e de plataformas virtuais, vejo... na internet vejo notícias a nível do que se está a passar, lá está, a nível social, no mundo, não tão político, mais direitos humanos, tudo isso. (Helena, 17 anos)

Tanto por parte dos adultos como das jovens, esta recusa da televisão configura-se positiva. Há pais preocupados pelo que se perde de sociabilização, pois os colegas na escola conversam sobre notícias que cumprem o agendamento determinado pela televisão. Já os mais jovens sentem-se especiais, e são assim que são vistos pelos colegas. Uma das raparigas da família 2 é vista pelos colegas como a mais culta da turma.

#### CONCLUSÕES

Assinalando a natureza profundamente mediatizada das sociedades contemporâneas e tendo em conta particularidades do contexto português, este estudo exploratório analisou os modos como 18 entrevistados, incluindo pares familiares compostos por

membros de diferentes gerações, mostraram sinais de resistência e ou de impossibilidade em usufruir dos média. Nuns casos, os sinais incidiram na internet e vieram apenas de um dos membros da família, quase sempre da geração mais velha, mulheres e com baixa escolaridade, reproduzindo um padrão já identificado (Ponte, 2011). Noutros, pais e filhos evidenciaram práticas comuns de rejeição da rede social hegemónica, o Facebook, de indiferença para com a televisão e de interesse comum em procurar alternativas para estar informado e usufruir do entretenimento mediático.

Assim, não se deu conta de uma rejeição global dos média mas de resistências e de constrangimentos, manifestando-se de diferentes modos e podendo ser singulares ou plurais. Essa resistência esbarra com contextos profissionais onde não se pode deixar de usar, mesmo não querendo.

As duas expressões, *não querer* e *não poder*, apontam para intencionalidades distintas, mas igualmente consequentes. A falta de capital cultural (Bourdieu, 2003) pode levar ao receio de usar, e assim evidencia um *não poder* por falta de competências. São ainda notórios o cansaço e o desencanto relacionados com uma determinada fase da vida ou condição económica da vida, e uma vontade em afirmar uma diferença social. A resistência a um certo tipo de informação noticiosa foi mais expressa por pais e mães do que associada a um certo desejo de ignorar o que não consideram estar ao seu alcance mudar. Entre os mais jovens e de famílias com mais recursos, a apetência pela informação é claramente incentivada pelo ambiente familiar mas pode ser também incentivada por dinâmicas de participação cívica em contexto escolar (Brites, 2015).

Dinâmicas geracionais são evidentes tanto em situações em que se denota a rejeição ao uso da internet, por parte dos adultos, mesmo com o incentivo dos mais novos – que aqui subvertem os tradicionais processos de transmissão – como nos pares familiares onde os hábitos dos mais novos claramente decorrem do ambiente em que cresceram – como é o caso da indiferença face à televisão.

Importa ainda anotar as tomadas de decisão que decorrem de um balanço a uma experiência anterior, como abandonar uma rede social. Diríamos que é preciso imprimir esforço para que se leve avante uma resistência ou rejeição àquilo que constitui o padrão dominante nas práticas com os média. No que respeita às redes sociais, foi prevalente uma consciência do direito a ter opção na sociedade digitalizada. Quando se afirma a pressão para se estar na rede social onde *estão todos* os internautas portugueses, não deixa de ser sintomático deste esforço que seja a rede social Facebook o meio que recolheu maior número de referências.

Além das motivações de sentido positivo, anotamos outras de entendimento mais negativo, como que de subjugação. São resistências e rejeições por consequência de fatores de ordem estrutural (imposição familiar) e situação socioeconómica (exclusão clássica). Nestes casos, houve uma estratégia de adaptação à limitação existente de uso dos média.

Estes resultados indicam que saber optar requer capacidades que nem sempre são facilitadas. Se este aspeto tem sido desenvolvido face ao consumo, também podemos dizer que recusar e rejeitar depende de vários fatores, como recursos culturais

e competências mediáticas para a escolha crítica e consciente, numa sociedade regida pela voragem dos média. ✍

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi financiado através da Fundação da Ciência e da Tecnologia (SFRH/BPD/92204/2013). Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/CCI/4667/2016; e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto com a Ref.<sup>a</sup> UID/CCI/04667/2016 – Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura Digital.

## REFERÊNCIAS

- Amado, J., Costa, A. P. & Crsoé, N. (2014). A técnica da análise de conteúdo. In J. Amado (Ed.), *Manual de investigação qualitativa em educação* (pp. 301-350). Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Araújo, E., Cogo, D. & Pinto, M. (2015). Mobilidades, media(ções) e cultura. *Comunicação e Sociedade*, 28, 7-14. DOI: 10.17231/comsoc.28(2015).2267
- Attride-Stirling, J. (2001). Thematic networks: an analytic tool for qualitative research. *Qualitative Research*, 1(3), 385-405. DOI: 10.1177/146879410100100307
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beck, U. (1997). Democratization of the family. *Childhood*, 4(2), 151-168. DOI: 10.1177/0907568297004002002
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*. Lisboa: Fim de Século.
- Brites, M. J. (2015). *Jovens e culturas cívicas: por entre formas de consumo noticioso e de participação*. Covilhã: LabCom Books.
- Buchner, P. (2003). The transmission of social and cultural capital between family generations. In B. Mayall & H. Zeiher (Eds.), *Childhood in generational perspective* (pp. 71-85). Londres: Institute of Education.
- Burnay, C. e Ribeiro, N. (2016). *As novas dinâmicas do consumo audiovisual em Portugal*. Lisboa: ERC.
- Castells, M. (2008). The new public sphere: global civil society, communication networks, and global governance. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 78-93. DOI: 10.1177/0002716207311877
- Corbin, J. & Strauss, A. (1990). Grounded theory research: procedures, canons, and evaluative criteria. *Qualitative Sociology*, 13(3), 3-21. DOI: 10.1007/BF00988593
- Couldry, N. & Hepp, A. (2017). *The mediated construction of reality*. Cambridge, USA: Polity Press.
- Dijck, J. v. (2013). *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press.
- Elias, N. (1987). *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

- Helgerud, A. (2017). Sjeldenkonsumenter av nyheter: holdning til nyhetsmedier, medborgerskap og forklaringer på sjeldenkonsumenter blant unge voksne. *Norsk medietidsskrift*, 24(2), 1-19. DOI: 10.18261/ISSN.0805-9535-2017-02-04
- Hepp, A. & Hasebrink, U. (2018). Researching transforming communications in times of deep mediatization: A figurational approach. In A. Hepp, A. Breiter, & U. Hasebrink (Eds.), *Communicative figurations: transforming communications in times of deep mediatization* (pp. 15-50). Gewerbestrasse: Palgrave.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence culture: where old and new media collide*. Nova Iorque: New York University Press.
- INE. (2015). Sociedade da Informação e do Conhecimento - inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação nas famílias: a participação em redes sociais é mais frequente em Portugal do que na EU. Retirado de <http://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/?id=10246&lang=PT>
- Krotz, F. (2009). Mediatization: a concept with which to grasp media and societal change. In K. Lundby (Ed.), *Mediatization: concepts, changes and consequences* (pp. 24-40). Nova Iorque: Peter Lang.
- Livingstone, S. (2014). The mediatization of childhood and education: reflections on the class.... In L. Kramp, N. Carpentier, A. Hepp, I. T. Trivundža, H. Nieminen, R. Kunelius, T. Olsson, E. Sundin, & R. Kilborn (Eds.), *Media practice and everyday agency in Europe* (pp. 55-68). Bremen: Edition Lumière.
- Milner, H. (2002). *Civic literacy: how informed citizens make democracy work*. Hanover e Londres: Tufts University.
- Moeller, S. D. (1999). *Compassion fatigue: how the media sell disease, famine, war and death*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Neves, B. B. & Rente, R. (2017). Não alinhados? Jovens não utilizadores de sites de redes sociais. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 85, 107-129. DOI: 10.7458/SPP2017856943
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., Levy, D. A. L. & Nielsen, R. K. (2017). *Reuters Institute digital news report 2017*. Retirado de <https://tinyurl.com/yarldolr>
- Obercom (2017). *Reuters Institute - digital news report 2017 Portugal*. Retirado de <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2017/12/2017-Reuters-Institute-DNR-PT.pdf>
- Ponte, C. (2011). Uma geração digital? A influência familiar na experiência mediática de adolescentes. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 65, 31-50. Retirado de <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n65/n65a02.pdf>
- Postman, N. (1985/2005). *Amusing ourselves to death*. Londres: Penguin Books.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Schrøder, K. C. & BlachØrsten, M. (2016). *The nature of news avoidance in a digital world-digital news report 2016*. Retirado de <http://www.digitalnewsreport.org/essays/2016/nature-news-avoidance-digital-world/>
- Seale, C. (2004). Generating grounded theory. In C. Seale (Ed.), *Researching society and culture*. Los Angeles, Londres, Nova Deli e Singapura: SAGE.
- Syvetsen, T. (2017). *Media resistance: protest, dislike, abstention*. Gewerbestrasse: Palgrave.
- Woodstock, L. (2014). Media resistance: opportunities for practice theory and new media research. *International Journal of Communication*, 8(2014), 1983-2001. Retirado de <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2415>



## NOTAS BIOGRÁFICAS

Maria José Brites é Professora associada na Faculdade de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, na Universidade Lusófona do Porto.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9840-9554>

Email: [britesmariajose@gmail.com](mailto:britesmariajose@gmail.com)

Morada: Rua Augusto Rosa, nº 24, 4000-098 Porto-Portugal

Cristina Ponte é Professora associada com agregação no Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (NOVA FCSH)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1534-4784>

Email: [cristina.ponte@fcsb.unl.pt](mailto:cristina.ponte@fcsb.unl.pt)

Morada: Av. De Berna, 26-C, 1069-061 Lisboa-Portugal

\* **Submetido: 12.04.2018**

\* **Aceite: 23.07.2018**



## **REASONS AND CIRCUMSTANCES THAT LEAD TO THE NON-USE OF MEDIA BY YOUNG PEOPLE AND THEIR FAMILIES**

**Maria José Brites & Cristina Ponte**

---

### **ABSTRACT**

This article argues for the need to pay attention to the dynamics of refusing and rejecting the use of media to better understand a highly mediatized consumer society. The theoretical background utilizes resistance to the media, family contexts of socialisation and mediated society. We analysed 18 interviews carried out in Portugal – undertaken as part of wider research project involving 40 young people and their families, on their relationship with the media regarding citizenship rights –, which showed signs of non-use of media. This article characterises these individuals, their contexts and motives. Through identifying refusal of the internet, social networks, news and television, we arrive at distinct five types: “I do not like and I do not want to use”; “At this stage of life, no!”; “Split between I can’t have and I can’t buy it”; “I don’t want to draw attention to myself and don’t want to get ‘hooked’”; and “Doing something different and doing it better”.

### **KEYWORDS**

Media resistance; motivations; young people; family; mediatization

---

## **MOTIVAÇÕES E CIRCUNSTÂNCIAS QUE LEVAM A NÃO USOS DOS MÉDIA POR JOVENS E SEUS FAMILIARES**

### **RESUMO**

Neste artigo argumentamos pela necessidade de atenção a dinâmicas de recusa e de rejeição de utilização dos média para melhor se compreender a sociedade de consumo profundamente mediatizada. Seguimos um suporte teórico sobre resistência aos média, contextos familiares de socialização e sociedade mediatizada. Analisamos 18 entrevistas realizadas em Portugal – conduzidas no âmbito de uma investigação mais vasta com 40 jovens e seus familiares, sobre a sua relação com os média na perspectiva de direitos de cidadania –, que evidenciaram sinais de não uso dos média. O presente artigo caracteriza estas pessoas, os seus contextos e motivos. Identificando recusas da internet, das redes sociais, das notícias e da televisão, chegamos a cinco tipos: “Não gosto e não quero usar”; “Nesta fase da vida, não!”; “Entre o não posso ter e o não posso comprar”; “Não dar nas ‘vistas’ e não ficar ‘agarrado’” e “Fazer diferente e fazer melhor”.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Resistência aos média; motivações; jovens; família; mediatização

---

## INTRODUCTION

In the early 1960s, when the Argentinian cartoonist Quino thought up a strip suggesting that his well-known character Mafalda did not have a television set, he never anticipated how such a strip would be important in reflecting and parodying the quasi-umbilical relationship between humans and screens. What was implied in that strip was the choice of someone, wise among her peers, to say no to a dominant culture. Mafalda did not do it alone: she grew up in a family environment which had chosen this option.

The decades went by and new screens were added to the television. The media has become more connected, ubiquitous, omnipresent, with an accelerated pace of innovation: we are living highly mediatized times (Couldry & Hepp, 2017; Hepp & Hasebrink, 2018). Undoubtedly, this permanent mediated connection facilitates relations and interactions, and presupposes a fundamental societal value (Livingstone, 2014). But the other side deserves equal attention: *who does not want* and *who cannot* enjoy the conditions provided by this context.

This article is based on the perspective that it is necessary to understand disconnections to understand immersivity. It is not enough to look at consumption, it is also necessary to look at non-consumption since it is only through understanding both sides – increasingly viewed in terms of mobility (Araújo, Cogo & Pinto, 2015) and as fluid (Syvertsen, 2017) – that we can understand mediatized society (Woodstock, 2014). If the contexts of exclusion due to socio-economic reasons have been explored (Brites, 2015), we also sought to better understand the still hardly studied contexts of resistance and self-exclusion (Neves & Rente, 2017; Schrøder & BlachØrsten, 2016).

There were signs of resistance and/or impossibility of using the media (television, internet, social networks) that led to the analysis that underlies this article. Among the 40 interviews carried out in late 2015 and early 2016, which had the aim of assessing how young people and their adult family relatives referred to their relationship with the media from the perspective of citizenship rights, we found 18 situations where one of the members of the family pair claimed not to make any use or where both were similar in their use of communication and content, which they stated they ignored.

Before attempting to systematize the motivations and constraints behind these signs of exclusion, it is important to bear in mind the particular media context within which such data arose. In Portugal the massive arrival of audiovisual and digital media in homes occurred later than in other European countries and television still is the hegemonic and more connected medium (Burnay & Ribeiro, 2016).

If, among younger internet users (15-24 years), internet access is almost universal, above this age there are marked differences. Statistical data at the time of the study indicated that while more than half of females (57%) did not use it, for males the value for non-users was less than half (43%). The generational gap started at 45-54 years of age, with more than half not using it. This was accentuated in the subsequent age groups. More than two-thirds of those who did not study beyond basic education did not use the internet, for 13% among those who had completed the 12<sup>th</sup> grade and 7% among those with higher educational studies (INE, 2015).

On the other hand, leadership of Portuguese internet users in social networks stands out in European terms: more than three quarters have used them, above the European average (57%); 98% of internet users who used social networks had a profile on the Facebook network, with most having more than hundreds of “friends” (INE, 2015).

Regarding the consumption of news in Portugal, in 2016 a report from the Reuters Institute (Newman, Fletcher, Kalogeropoulos, Levy & Nielsen, 2017) indicated that the country was situated close to countries in the North of Europe regarding its rejection (22%). This is well below Turkey, the country with the highest level of rejection (57%). The rejection figures pointed out by the Portuguese are also below the average found in that report, in which almost half (48%) reporting that the news had a negative effect on their mood, followed by a lack of confidence in its veracity (37%). According to the report from OberCom (2017), associated with the Reuters Institute study, among the reasons for the Portuguese avoiding news are wanting to avoid negative influences (37%), distaste for certain images (24%) and not trusting it (20%).

It should be noted that in the years preceding these interviews, Portugal had been going through a severe economic crisis, with families from all social sectors experiencing various constraints with a possible impact on their media practices.

#### **MEDIA PRACTICES AND FAMILY DYNAMICS**

We started this text by recalling the difference between Mafalda and her peers regarding television and we briefly mentioned the family environment. Let us analyse this point in a bit more detail. In considering family dynamics in mediatization processes (Krotz, 2009) and generational transmission (Buchner, 2003) important concepts include *cultural capital* and *distinction*, from Bourdieu (2003), *social configuration* and *personal* or *habitus formation*, both from Elias (1987). The concept of *cultural capital*, in relation to other forms of capital – social, educational and economic – describes the changes in the life opportunities of people caused by the development of the means of communication. The concept of *social configuration* – of which the family is a recurrent example – highlights interdependencies between members whose experiences and actions are affected and who are also influenced by their contexts. In interaction with the family, the formation of the personality or *habitus* is the process through which the individual corresponds to specific norms that are defined by the members of this configuration.

Although family members have democratized their relationships (Beck, 1997; Beck & Beck-Gernsheim, 2002), family relationships continue to be marked by parental expectations to provide their children with certain personal and social paths. This is particularly visible in the middle classes. The search for a *distinction* from other families and the accumulation of cultural capital mark their access to material and immaterial goods such as knowledge or formal education. Buchner (2003) highlights family micro-cultures as vital spaces for their members, both in terms of opportunities and constraints.

The relationship of families with television is illustrative of these processes. With the popular classes having appropriated it with enthusiasm, it aroused reservations

among the elites who felt that its contents would not be of sufficient quality and could even cause damage to the upbringing of younger generations. The history of television has included recurring concerns about violent content deemed unsuitable or harmful for democracy and for the young (Milner, 2002; Postman, 1985/2005; Putnam, 2000).

News, especially television news, sometimes provokes resistance, rejection or disregard. Helgerud (2017) identifies three explanations for low levels of interest in the news: indifference towards content and form; need to prioritize time management; avoiding or rejecting depressing news, as noted in the studies of Schrøder and BlachØrsten (2016) and Moeller (1999). A depressing social environment – economic crisis, catastrophe – also has an impact on resistances and denials. Information saturation may be another factor.

If monitoring current affairs has a perennial root in the relationship of audiences who have sought media information appropriate to their interests – from reading the newspaper printed in the morning to the ritual of television news followed together, today this monitoring is undertaken through connection with continuously updated content which is available everywhere.

Unlike television, in its early days the internet was valued in a celebratory fashion (Castells, 2008; Jenkins, 2006). With web 2.0 concerns spread to contacts provided by the medium and to user-generated content. A few years after they had emerged as communities of interest, digital social networks contributed to feed data connectivity (Dijck, 2013). The pressure to connect has become so commonplace in mobile apps that many internet users ignore the logic of producing economic value which underlies this.

Concerns about resisting the pressures of the media landscape are narratives common to other political, social and cultural challenges, according to Syvertsen (2017). With extensive work on resistance to the media, the author points out that this is often linked to a negative conceptualization, “seen as a form of panic, an irrational reaction, caused by technophobia, fear, hysteria or social marginalization” (Syvertsen, 2017, p. 4). However, the author contrasts the need to consider some form of resistance as necessary in a context of major mediatization: “in an era of ubiquitous media, we all need a measure of resistance, or at least a strategy for self-regulation, to prevent media from being too invasive” (Syvertsen, 2017, p. 97).

A recent qualitative study of young adults not using social networking sites (Neves & Rente, 2017) highlighted the diversity of non-uses, their contingencies and their potential transition. Informed by an empirical analysis, the authors drew up three ideal types for this voluntary non-use: *intentional*, which includes a considered choice regarding exclusion; *imposed*, which results from pressures experienced from this exclusion; and *instrumental*, which combines non-use with use for specific purposes. This typology will also illuminate the analysis on the forms of non-use reported by this article.

Before we see which types of resistance and towards what, which were found in this group of young and mature adults connected by family ties, we will introduce the methodology used to carry out the analysis.

## METHODOLOGY

As we have indicated, this analysis started with an initial sample of 40 individuals interviewed between November 2015 and April 2016, regarding news consumption and media usage, as part of postdoctoral research work. As it is a qualitative and participative research work, we opted for semi-structured interviews and have provided fictitious names, to maintain the anonymity and confidentiality of participants. As shown in the literary review, later studies continue to validate the data from 2015-2016 and show the importance of looking at those resisting the media. Considering the economic and social crisis experienced in Portugal (2011-2014), the aim was to carry out research into distinct socio-economic contexts: a middle-class school, which was carrying out a project promoting daily citizenship; and a support centre for young people at risk of social exclusion. In both situations, the young people were invited to include one of their family members in the study, if they so wished, which did not happen in all cases. When a family pair was formed, the interviews were carried out separately, to allow for information to be matched.

In the transcription of the 40 interviews, we found extracts which pointed to forms of resistance, rejection and impossibility of such consumption, by 18 respondents: seven young people, five female and two male; 11 adults aged between 45 and 61, seven female and four male. Respondents who said they *liked* something *less* (news, internet, social networks) were not included in this group. We only included those who – clearly – actively resisted, rejected or were unable to access something and for whom these situations implied a reflection on and specific management of their daily lives. If we had included those who indicated they *liked* something *less*, the group would be a little larger, especially regarding the news.

Further analysis was carried out in NVivo 11.3.2 1888. Topics related to the refusals, resistances and impossibilities identified were considered and their relationship to theory. We based ourselves on grounded theory, letting the data speak for itself, reflecting and opening new clues through theorising (Seale, 2004), and topic analysis (Attride-Stirling, 2001), since they have points in common for information organization (Attride-Stirling, 2001; Corbin & Strauss, 1990).

The categories were induced through the data (Amado, Costa & Crsoé, 2014). Following Bardin's (2009) indications, we first recognized the differentiations and in the following phase we regrouped the data elements into major topics/categories, indicating the common features characterizing these. Some participants fell into more than one category because they indicated various resistances or rejections.

## ANALYSIS OF THE RESULTS

The hegemonic social network Facebook was the element that provoked most resistance, being indicated by half of the individuals in the group, irrespective of age. In turn, the internet was not considered worthy of their attention by five individuals, with age having a significant weighting. Four had a low opinion of television, and three concerning the mobile phone and certain news content.

We organized the individual responses and those related to family dynamics into two tables. Each one shows participants, their age, level of schooling, what they mention that they do not make use of and how they describe, in their own words, the environment regarding access to information at home and uses of the internet. Let us now consider the table concerning resistances shown only individually.

PARTICIPANT	AGE	EDUCATION AND PROFESSION	RESISTANCE/ REJECTION	MEDIA ENVIRONMENTS	USES OF THE INTERNET
Arminda	59	Completion of Secondary Education; saleswoman	Internet; "sad news"	Many books at home, of various kinds, including art. As regards television, she likes to watch movies and cartoons.	She just uses the internet when she has to, at work. She thinks she has a good memory and remembers everything. She has a mobile phone that does not have internet access.
Antónia	49	Completed Primary Education; retired (canteen and cleaning) and cleans	Facebook; internet	Her computer broke down at home and she did not have the money to fix it; she has a mobile phone without internet access; she sometimes has access to the printed newspaper <i>Jornal de Notícias</i> . She watches the news on TV, and she considers that it provides company.	She sometimes uses her grandson's tablet, especially to see which male friends he has online (fear of paedophilia); she asks her grandson to show her and he does so, without questioning what is being asked of him.
Filipe	45	Completion of Secondary Education; technician at Porto Town Hall	Facebook	At home there is television and school books. He usually reads sports newspapers. He uses the internet at work and at home, to watch the news.	He uses it to watch the news and for entertainment.
Romeu	47	PhD; university Professor	Facebook; "news about politics"	At home there is television, books, CDs, DVDs, digital games; rarely are there printed newspapers.	He uses the internet every day for work, and for leisure.
Dina	53	Completion of Middle School; cleaner	internet; mobile phone	At home there is television and books: school books, novels, books on architecture, the Bible (and other religious books). She reads informational magazines (which she collects when she cleans at a public transportation company).	She does not use it. She has an old mobile phone only for calls, especially from her children, without Internet access.
Justina	46	Completion of Lower Secondary education; currently unemployed	"Sad news"; economic constraints also mean she has to manage her expenses	At home there is television, computer (which she hardly uses), books, CDs, comic books, films. She does not buy newspapers. She uses the internet on the mobile phone autonomously. <i>Note: The daughter differed in the references to books made by the mother.</i>	She looks at the newspaper <i>Correio da Manhã</i> online. She uses the mobile phone autonomously.



Rita	16	11 <sup>th</sup> grade; student	For family reasons she cannot always access the internet and the mobile phone. This makes her almost forget they are there and she adjusts her daily life to do without them	There are books in her room, and she reads a lot. At home there are films, CDs and a games console but there is no internet access. The television is in a common space.	There is no internet at home, so she uses it at school or in the cafe.
Olavo	17	9 <sup>th</sup> grade; student	He does not have a mobile phone for economic reasons	At home, he has television and books, but he does not read very much; he watches films, particularly on his tablet, which he uses to access the internet. His mobile phone broke, and he could not buy another, and he says he got used to this situation.	He uses the internet at the youth centre, at home he uses a tablet; he does not have a computer or a mobile phone.

Table 1: Individual resistances or impossibilities

Of note in this group of adults, who are mainly over the age of 45, is the resistance to the internet in general, the social network Facebook in particular and certain types of news (“sad news”, “political news”).

In line with the literature, gender, socio-economic and cultural conditions are also significant factors: those refusing the internet more are mainly women and those in contexts involving economic and cultural deprivation. Although mentioning having “books at home”, television remains the dominant medium for entertainment and information. Some people use the internet only for professional reasons, and do not make it part of their lives in other contexts.

The two young people who appear in this table do not refer to rejection, but rather constraints to which they have become accustomed. With a school experience marked by failure, Olavo refers to a poor relationship with reading and enjoys watching films on the digital screen of his tablet, in a home not very well provided for technologically. Rita, with a successful school experience, mentions reading habits and digital media accessible to members of the household, but cannot use the internet at home: her parents have not paid for access fearing that her brother will reassume his online addiction. In both cases, the family context conditions individual choice and communication itself: neither Olavo nor Rita want their parents to participate in the research.

## RESISTANCES AND REFUSALS OF FAMILY PAIRS

When members of two generations coincide in mentioning resistances, let us see if this points to the family transmission of a given cultural component.

Of the five nuclear families in Table 2, two consist of blended families, with the youngest member moving between both households. The level of education among adults is higher than in Table 1, with several different professions.

Here we can see a clear focus on the rejected medium. Three family pairs refused Facebook and two refused television. No pair rejected the internet in general, pointing to its incorporation as a medium.

Refusing Facebook by the younger member leaves parents – who also do not use it – pleased and young people feel outside of the “flock” of their peers who follow social networks. As regards television, rejection involves highly-educated households and households which on average are rich in media (books, internet, radio, among others). The rejection comes from the parents and is appropriated by the children, in the generational transmission mentioned by Buchner (2003). They also see themselves as being alternative compared to their colleagues.

PARTICIPANT	AGE	EDUCATION AND PROFESSION	RESISTANCE/ REJECTION	MEDIA ENVIRONMENTS FOR ACCESS TO NEWS	INTERNET USES
Susana	54	Completed Secondary Education; works at an insurer's	Facebook; internet	At home there are many books, a desktop computer and a “juristic” phone. They often watch the news on television and use the box to watch and record films.	She does not use the internet very much; mainly at work and because “she has to”.
António	19	12 <sup>th</sup> grade; student	Facebook		He uses the internet, especially on the computer at home and not so much on his mobile phone.
Isabel	49	Graduate; nurse	Facebook	In addition to television, there are three laptops at home, CDs, DVDs, books and comics. There are also television and newspapers. The daughter says that she loves reading.	She accesses the internet on her mobile phone, at home and at work, for professional and personal research, and to follow the news.
Sónia	14	9 <sup>th</sup> grade; student	Facebook	The mother says she follows the news on the internet.	She accesses the internet on her laptop and mobile phone. She uses it more at home than at school.
João	61	Graduate; retired (social worker)	Facebook; internet	At home, in addition to television and radio (always on), there are books, CDs, DVDs, board games. In the past, he bought more newspapers and magazines than nowadays, for financial reasons. He considers himself informed and reads newspapers and magazines in the library.	He uses the internet mainly at home and in the library; he sometimes uses it on his mobile phone.
Rute	14	9 <sup>th</sup> grade; student	Facebook	In her two houses (paternal and maternal) she has similar cultural items; in her mother's house she has magazines and in her father's house she has board games and comic books that she does not utilize very much.	She accesses the internet in both homes, through laptops, phone, and tablet which is the device she uses the most. She uses her mobile phone a lot especially for talking, searching and playing.
Raquel	46	Graduate; engineer	Television	At home, there is a radio, a lot of books, (“everybody reads so much, they give books as gifts”), they subscribe to newspapers and magazines (including foreign ones and those specifically for children, such as <i>Visão Junior</i> ), comic books, fashion magazines.	She frequently accesses the internet on multiple devices.

Marta	14	9 <sup>th</sup> grade; sStudent	Television	She has a radio, many books, she likes to read, there are many books in her bedroom. At home, there are CDs, movies (old and new).	She uses the internet, on the phone, on the iPad and on the computer.
Miguel	48	PhD; Chemist	Television	At home, there are books, comic books, he even bought newspapers and magazines but for economic reasons he stopped doing this.	At home he accesses the internet with a USB pen, on the laptop (for many years he has not had a desktop computer) and on the mobile phone.
Helena	17	12 <sup>th</sup> grade; student	Television	At her father's house, she reads a lot. At her mother's house, she reads but also watches some television; sometimes she listens to music and she has CDs.	At her father's house, she accesses the internet through a USB pen, at her mother's house whenever she wants using Wi-Fi and she uses lots of mobile data on her mobile phone.

Table 2: Resistances and impossibilities of family pairs

## REASONS FOR RESISTANCE OR IMPOSSIBILITY

### I DO NOT LIKE AND DO NOT WANT TO USE THIS

Adults (almost all women and those who are more than 45 years of age) in this thematic group, with different levels of schooling and socio-economic status, have evoked the right to have the choice within a digitalized society, to intentionally refuse something (Neves & Rente, 2017). If some have to make use of the internet for professional reasons, being on the internet is something all reject because they do not like or do not want to do this.

These vehemently expressed resistances, especially by women with low levels of schooling and unskilled jobs, despite indicating agency and voice, may also hide their inability to use the internet.

Dina, who completed her 6<sup>th</sup> year of schooling as an adult through the New Opportunities educational programme, does not use the internet by choice. The mobile phone is also a device which she refuses and forgets to use. In a relaxed manner, she described herself as somebody who “switches off”. She refuses to go online, even though her children say they would like her to be online and they would help her. However, she tries to be informed. Albeit accidentally, she says she reads articles about technology (their advantages for young people, the dangers they can bring and their capacities in terms of the society of the future), which appear in magazines she collects at the place where she cleans. She likes to read about the matter to be able to follow and talk with her children but refuses the technical support that they would be able to provide her.

Interviewer: Under what conditions do you access computers, the mobile phone, the internet?

Dina: Completely off. Off! Really off!

I: Don't you have a mobile phone?

D: Here's the thing, I have a mobile phone, the simplest of the simplest

and even then, I can only make calls and sometimes I open messages that they send me, but only if I receive the message and I hear it and see it. Because otherwise I don't pay much attention. No. (...) It's a choice I make.

And it's not just that, I really find it difficult, and I don't try to get better...

I: For example, what if your children help with this task?

D: They're always trying to help, but I always do other things... (Dina, 53)

Arminda, on the other hand, does not like the fact that she has to use the internet and emails at work.

Interviewer: Where and under what conditions do you access the computer and the internet?

Arminda: Only and exclusively because I have to, I'm against this kind of technology, and I'm talking here about two years back, because previously I refused any company computer. Anything to do with computers, I can say that I have a company mobile phone to receive and make calls [not to send messages], I don't care about anything else. I only use a computer for work at the company and 90% of that is reading and writing emails. I don't want to go on Google, I don't want anything, it doesn't make me happy, thank God. (Arminda, 59 years old)

Of the two respondents who live in rich media environments, Antónia rejects the internet in a radical manner, and João refuses to overuse it. Already retired as a social worker, João (61 years old) is interested in news and encourages his daughter to read and to use the internet; he uses the internet to search for information that interests him, but has other priorities in his life. He left social networking sites since he considers them a waste of time.

I retired and joined Facebook, but when I realised I was losing endless hours there, I left it. That's not what life is about. When I am interested in something, I'll search for it either in the library or online. For example, a few days ago, a friend lent me a book about a lady called Chimamanda Adichie; it was amazing, I was so fascinated that I went to search [online], I wanted to know more. In utilitarian terms it is very goal-directed. My priority job is my daughter. (João, 61 years old)

Compared to television and radio, especially among older adults, the internet is perceived as being secondary for own use. The same is not the case when they refer to children and grandchildren. Everyone feels that the internet is an important tool for young people and for their children, in particular. As low-skilled members of their generation, they put themselves on the outside but want their descendants digitally integrated.

No, I mean, not the internet. I have the internet because I have a television and I have... the thing is, I have the Internet because I have a phone... But if I do not pay, if they cut off the internet, I won't miss it. But if they cut off the

water and the power I would miss it. That is why it is essential, what is more essential is water and light. The internet isn't... it's secondary. I mean it's secondary to me, but he [grandson] would miss it. (Antónia, 49 years old)

#### AT THIS STAGE OF LIFE, NO!

In this group, adult individuals with different levels of schooling reject specific news they dislike, either because it is sad or because it is connected to politics and cause discomfort or disenchantment. The way they express this rejection translates into taking a position they justify due to the stage of life in which they find themselves.

Two women, who stated they became more attentive to information when they became mothers, now refuse to be aware of news that saddens them or may sadden their daughters, with whom they live as single-parent families. Failure to follow the news now seems to be a cocooning strategy.

Another factor which can contribute to this refusal is lack of interest, even if occasional, in topics such as current affairs (Brites, 2015). One of the parents, Romeu, who has a PhD and carries out administrative duties in a higher educational institution, mentions limitations resulting from his decision not to follow either news (an option caused by his disappointment regarding the political situation) or the Facebook network (he is excluded/prevented from disclosing activities as a director and artist).

Reasons for rejecting the news are the following: it is too negative, a point referred to particularly by women with difficult lives, along the lines of what was found by Helgerud (2017), Moeller (1999), Newman et al. (2017), Schrøder and BlachØrsten, 2016; their discredit (Newman et al., 2017); disenchantment with politics (Brites, 2015).

Arminda: I can say that's enough [to the news that makes her sad], I refuse to watch news just because, because I have to feel sorry, to see the child on the beach, so no. I cannot change the world, so why do I have to feel bad if those who can do nothing? Currently there is no selection and anybody of any age can watch, without warning, even children, and I am against that. I think it should be channelled, but maybe they say the news is shocking, but that even makes people more interested. (...)

Interviewer: If the news was more positive?

A: Positive, but without deviating from what is happening. In reality, we live in a world of confusion. But I have a right to want to feel good. (Arminda, 59 years of age)

We are faced with a considered and deliberate choice of those who have become accustomed to making choices in the opposite direction to the society in which they live: Arminda considers herself an informed person and a woman who is a fighter. She spoke extensively of her role as a frail woman before 25 April (the Portuguese revolution of 1974) and then later being emancipated, of her struggle for dignity at work and of overcoming her husband's recent death. Despite avoiding negative news, she said that she

is interested in information on a daily basis and that she likes to talk with her daughter about current affairs.

#### **BETWEEN THE I CANNOT PAY FOR IT AND I CANNOT HAVE IT**

This group is made up of people with low economic resources and family choices where there is no room for dialogue about the use of media and the search for joint solutions. All those in the group adapted their daily lives to the limitations they face. The implications of these turn out to be entangled and to create resistance routines shaping the use of certain media. These are structural constraints external to themselves, which affect what they might have.

The aspect of cost is mentioned by Olavo, 17 who has no mobile phone because his device is damaged and he does not have any way of buying another. Constraints are also seen in situations where economic reasons are indicated in more general terms, such as Justina, unemployed and living on welfare.

The exception to these descriptions involving economic hardship is a young woman, Rita, without internet at home, which causes her to have to use it in cafes and at school. Rita carefully manages what she has to do (personal searches, homework, contacts through email) and controls the time she has to be online. Almost as a consequence, she also avoids her mobile phone, which she no longer considers essential for everyday use. She is very active at school, where she runs activities such as the school radio, and does not give up participating just because she has limited access to the internet.

Interviewer: Where and under what conditions do you access the computer and the internet?

Rita: I don't have the internet at home, because my parents do not want to let me have it. But I usually make use of the computers here at school or when I bring the iPad. Sometimes because of the radio.

I: And on the mobile phone?

R: The mobile phone is no good for anything. It never works. No battery. I have one, but I don't use it. I also have internet on the tablet when I go to the cafe.

I: And access to the computer?

R: I have a computer at home, a laptop, and when I have homework where I need the internet, either I get the information here at school or I go to the cafe in the afternoon and do everything I need. And then I do the work at home. (Rita, 16 years old)

At a certain point of the interview, Rita considered that this family option could constitute a violation of her human rights – the relationship of the internet and rights was one of the topics of the interview transcript – and set the context for her personal life. Despite this reflection, she points out her position concerning the use of this resource:

Honestly, if I were a person in revolt against my parents because they did not give me internet access, I would probably get home and use that information against them! And I might still tell them. But for me the internet... Well I live fine without it, I don't have an extreme need to have internet. (Rita, 16 years old)

### **I DON'T WANT TO DRAW ATTENTION TO MYSELF AND DON'T WANT TO GET "HOOKED"**

Young and adult respondents (some of them members of the same family, see Table 2) have shown their rejection of public exposure and the possibility of overconnecting to one medium, which is Facebook. They reject the social network maintaining control over their personal lives and they avoid personal exposure. In their consideration they are refusing what they already know and criticizing how it is conceived; there is a self-regulating strategy to avoid the media becoming something too invasive (Syvertsen, 2017, p. 98).

I have refused Facebook, I have already participated in a network, MySpace. (...) But I left recently, because belonging to a social network implies going there regularly, and I've got so many things to do, I don't want one more. It disturbed me having to deal with this obligation... (Romeu, 47 years old)

The mobile phone is on, but I do not have Facebook. I feel this even because of the children, because they are always on it, the "faces", etc. I try to fight it at home, like at mealtimes to see if we can share, have a dialogue, otherwise... it is an invasion of our space. (Filipe, 45 years old)

In the cases where there is a rejection of Facebook by young people, their parents express relief that the younger members make the same choice. The older adults are keen to point out that they had no influence over their children's decision to reject Facebook. In younger members, this intrusion into private life is pointed out as the factor for rejecting the social network, as this family pair noted.

It's not something that really calls my attention... Social networks. The same for my daughters who do not look at it and this was never because I said, "you can't, you can't have that...". No, it was never that way. The older one I think was on Facebook, and then came to the conclusion that... that it was bullshit, that people exposed their lives... It has no interest at all. (Isabel, 49 years old)

I think the concept might not be too bad [Facebook], but in the meantime, people, how should I say it? Especially at my age they have made the website somewhat... it is only for talking about their lives, photos here and there... I don't like it. (Sónia, 14 years old)

All respondents who rejected Facebook considered the personal, social, and even professional implications of being outside a space where friends, colleagues, and children “meet” – or “sham meet” as they preferred to describe it. They perceive that whoever is in the network tries to capture them, in the sense of being able to share more and to contact them more. These refusals also imply an option of being on the edge. This is the case with António, who became very addicted to the internet and networks, but who nowadays refuses to be part of Facebook.

António: I do not mind [not using Facebook]. I've already been told that I could not have Facebook and stuff like that, but let me tell you the truth, it doesn't bother me.

Interviewer: You don't care?

A: No, I don't give a crap about it. (António, 19 years old)

### **DOING SOMETHING DIFFERENT AND DOING IT BETTER**

In this group, the resistance to television is connected to an actual refusal and conscious choice with elements of strong cultural concerns, which is expressed in family micro cultures (Buchner, 2003). They may own this device, but they reject its use with the argument that they can talk more as a family or carry out cultural interests that would be difficult to achieve if everyday life was determined by the television.

These are family environments rich in media, in books and in different forms of culture including an interest in following current affairs (see Table 2). This refusal comes from the adults in the family and is followed by the younger members.

They are neither linear nor coincident options. In family 1, the mother Raquel and her husband often wonder about whether watching television, especially the news, is the best way to ensure a culturally and civically richer education, especially given important issues such as the economic crisis and terrorist attacks. In family 2, a blended family, the daughters do not have television in the week in which they are living with their father. Miguel, the father, does not question the advantages of not having television, and Helena, the daughter, is also satisfied with the choice. She uses the television at her mother's house for watching the news – she is very critical of television's choices regarding news – and enjoys discussing political issues with her father.

Family 1:

this [not using television] has a snag, there's not only advantages, for example when it came to the issue of refugees, everyone talked about it and my daughters were not aware of it. (...) As we end up not watching television, there is a gap there. (...) on the internet there has to be some discipline, right? On the television, news is on at that time, on the internet you have to be more disciplined when searching. I have so many items in my diary, that I'm not sure if I should set a time every day to watch the news. [laughs].  
(Raquel, 46 years old)



Marta: I've had television. I mean, I had a television at home, but I only had the four [terrestrial] channels, and I only had all the channels when I was probably in the second year, or... First, second year, I'm not sure anymore.

Interviewer: Who chose not to have television? I imagine it might have been your parents...

M: I do not know. I think we... I remember when they went there to install the television... We had moved out of the house about two years before and... [they thought they did not have room for the television and chose to stop watching]. (Marta, 14 years old)

## Family 2:

The only thing that... the only thing that made me think for a while was the good things that television has, especially cable. And so, but there is one channel at least, TV2 on our open access television, on our public television, that broadcasts some quality content. Everything else for me is very limited, too much and that does not justify having a television at home. So, I never feared this... My daughters are perfectly informed, they do not miss out on anything, I think you only gain by not having a television. (Miguel, 48 years old)

When I watch the news on television, especially the Portuguese channels [in my mother's house or programmes on the internet personally chosen], I think it's very much aimed at the type of sensation which they want to generate in us, for example, that thing in Paris, I thought it was a little ridiculous... for weeks it was always Paris, Paris, Paris and then people were not lucky or don't have that, I don't know, don't have the opportunity to search for and listen to other sources they think that only that had happened. And they don't know about other attacks or other things that are happening not only in Europe, and that is only centred on our little world. So, in that sense, I consume that. At the level of the internet and virtual platforms, I watch... On the internet I watch news at the level of what's going on, you know, the social level, in the world, not so political, human rights, all that. (Helena, 17 years old)

Both the adults and younger members consider this refusal of television positive. There are parents worried about what is lost in terms of socialization, as schoolmates talk about news that meets the schedule determined by television. The younger members feel special, and are also seen as special by their colleagues. One of the girls in family 2 is seen by her classmates as the most highbrow in the class.

## CONCLUSIONS

Noting the deeply mediatized nature of contemporary societies and considering particular aspects of the Portuguese context, this exploratory study analysed the ways in which 18 respondents, including family members of different generations, showed signs of resistance and or of being unable to enjoy the media. In some cases, these signs were related to the internet and came only from one of the family members, almost always from the older generation, women and those with low levels of schooling, reproducing an already identified pattern (Ponte, 2011). In others, parents and children demonstrated common practices rejecting the hegemonic social network, Facebook, indifference to television and having a common interest in seeking alternatives to be informed and to enjoy media entertainment.

As such, we did not find a global rejection of the media but resistances and constraints, shown in different ways, which could be singular or plural. Resistances come up against professional contexts where, even if one wishes to, one cannot stop using these.

The two expressions, *not wanting to* and *not being able to*, point to different but equally consequential behaviors. The lack of cultural capital (Bourdieu, 2003) can lead to fear of use, and thus this shows a *not being able to* due to lack of skills. The tiredness and disenchantment related to a certain phase of life or economic condition of life, and a wish to affirm a social difference, are also clear. The resistance to a certain type of news information was stated more by mothers and fathers, coupled with a certain desire to ignore what they did not consider to be within their power to change. Among young people and families with more resources, the desire for information is clearly encouraged by the family environment, but it can also be encouraged by the dynamics of civic participation in a school context (Brites, 2015).

Generational dynamics are evident both in situations which show rejection of the internet by adults, even with the encouragement of younger members – who here subvert the traditional transmission processes – as in family pairs where the habitus of the younger members clearly arises from the environment in which they grew up – as is the case with indifference to television.

It is also important to note the decision-taking which results from an assessment of previous experience, such as abandoning a social network. We would say that effort must be exerted to carry out a resistance or rejection to what constitutes the dominant pattern in media practices. With regard to social networks, an awareness of the right to have a choice in the digitized society prevailed. When stating the pressure to be part of the social network where *all* the Portuguese internet users are, it is nonetheless symptomatic of this effort that it is the Facebook social network which is the medium which obtained the largest number of references.

In addition to motivation in a positive sense, we noted other more negative feelings, such as subjugation. These are resistances and rejections due to structural factors (family imposition) and socioeconomic situation (classical exclusion). In these cases, there was a strategy of adapting to the existing limitation of media use.

These results indicate that knowing how to choose requires skills, which are not always facilitated. If this aspect has been developed in relation to media consumption, we can also state that refusing and rejecting depends on various factors, such as cultural resources and media competencies to make a critical and aware choice, in a society governed by the voracity of the media.

Translation: David Hardisty

#### ACKNOWLEDGEMENTS

This work was funded through the Science and Technology Foundation (SFRH / BPD / 92204/2013). Financed by FCT – Foundation for Science and Technology within the framework of the project UID/CCI/4667/2016; and by National Funds through the FCT – Foundation for Science and Technology within the framework of the project Ref.<sup>a</sup> UID/CCI/04667/2016 – Center for Research in Communication, Information and Digital Culture.

#### REFERENCES

- Amado, J., Costa, A. P. & Crsoé, N. (2014). A técnica da análise de conteúdo. In J. Amado (Ed.), *Manual de investigação qualitativa em educação* (pp. 301-350). Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra.
- Araújo, E., Cogo, D. & Pinto, M. (2015). Mobilidades, media(ções) e cultura. *Comunicação e Sociedade*, 28, 7-14. DOI: 10.17231/comsoc.28(2015).2267
- Attride-Stirling, J. (2001). Thematic networks: an analytic tool for qualitative research. *Qualitative Research*, 1(3), 385-405. DOI: 10.1177/146879410100100307
- Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisbon: Edições 70.
- Beck, U. (1997). Democratization of the family. *Childhood*, 4(2), 151-168. DOI: 10.1177/0907568297004002002
- Beck, U. & Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*. London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage.
- Bourdieu, P. (2003). *Questões de Sociologia*. Lisbon: Fim de Século.
- Brites, M. J. (2015). *Jovens e culturas cívicas: Por entre formas de consumo noticioso e de participação*. Covilhã: LabCom Books.
- Buchner, P. (2003). The transmission of social and cultural capital between family generations. In B. Mayall & H. Zeiher (Eds.), *Childhood in generational perspective* (pp. 71-85). London: Institute of Education.
- Burnay, C. & Ribeiro, N. (2016). *As novas dinâmicas do consumo audiovisual em Portugal*. Lisbon: ERC.
- Castells, M. (2008). The new public sphere: global civil society, communication networks, and global governance. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 616(1), 78-93. DOI: 10.1177/0002716207311877
- Corbin, J. & Strauss, A. (1990). Grounded theory research: procedures, canons, and evaluative criteria. *Qualitative Sociology*, 13(3), 3-21. DOI: 10.1007/BF00988593

- Couldry, N. & Hepp, A. (2017). *The mediated construction of reality*. Cambridge, USA: Polity Press.
- Dijck, J. v. (2013). *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Oxford: Oxford University Press.
- Elias, N. (1987). *A sociedade dos indivíduos*. Lisbon: Publicações D. Quixote.
- Helgerud, A. (2017). Sjeldenkonsumenter av nyheter: Holdning til nyhetsmedier, medborgerskap og forklaringer på sjeldenkonsumenter blant unge voksne. *Norsk medietidsskrift*, 24(2), 1-19. doi:10.18261/ISSN.0805-9535-2017-02-04
- Hepp, A. & Hasebrink, U. (2018). Researching transforming communications in times of deep mediatization: A figurational approach. In A. Hepp, A. Breiter, & U. Hasebrink (Eds.), *Communicative figurations: transforming communications in times of deep mediatization* (pp. 15-50). Gewerbestrasse: Palgrave.
- Jenkins, H. (2006). *Convergence Culture: where old and new media collide*. New York and London: New York University Press.
- INE. (2015). Sociedade da Informação e do Conhecimento - inquérito à utilização de tecnologias da informação e da comunicação nas famílias: a participação em redes sociais é mais frequente em Portugal do que na EU. Retrieved from <http://smi.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/?id=10246&lang=PT>
- Krotz, F. (2009). Mediatization: a concept with which to grasp media and societal change. In K. Lundby (Ed.), *Mediatization: concepts, changes and consequences* (pp. 24-40). New York: Peter Lang.
- Livingstone, S. (2014). The mediatization of childhood and education: reflections on the class... In L. Kramp, N. Carpentier, A. Hepp, I. T. Trivundža, H. Nieminen, R. Kunelius, T. Olsson, E. Sundin & R. Kilborn (Eds.), *Media practice and everyday agency in Europe* (pp. 55-68). Bremen: Edition Lumière.
- Milner, H. (2002). *Civic literacy: how informed citizens make democracy work*. Hanover and London: Tufts University.
- Moeller, S. D. (1999). *Compassion fatigue: how the media sell disease, famine, war and death*. New York and London: Routledge.
- Neves, B. B. & Rente, R. (2017). Não alinhados? Jovens não utilizadores de sites de redes sociais. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 85, 107-129. DOI: 10.7458/SPP2017856943
- Newman, N., Fletcher, R., Kalogeropoulos, A., Levy, D. A. L. & Nielsen, R. K. (2017). *Reuters Institute digital news report 2017*. Retrieved from <https://tinyurl.com/yarldolr>
- Obercom (2017). *Reuters Institute - Digital news report 2017 Portugal*. Retrieved from <https://obercom.pt/wp-content/uploads/2017/12/2017-Reuters-Institute-DNR-PT.pdf>
- Ponte, C. (2011). Uma geração digital? A influência familiar na experiência mediática de adolescentes. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 65, 31-50. Retrieved from <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n65/n65a02.pdf>
- Postman, N. (1985/2005). *Amusing ourselves to death*. London: Penguin Books.
- Putnam, R. D. (2000). *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster.
- Schröder, K. C. & BlachØrsten, M. (2016). *The nature of news avoidance in a digital world - digital news report 2016*. Retrieved from <http://www.digitalnewsreport.org/essays/2016/nature-news-avoidance-digital-world/>

Seale, C. (2004). Generating grounded theory. In C. Seale (Ed.), *Researching society and culture*. Los Angeles, London, New Delhi and Singapura: SAGE.

Syvetsen, T. (2017). *Media resistance: protest, dislike, abstention*. Gewerbestrasse: Palgrave.

Woodstock, L. (2014). Media resistance: opportunities for practice theory and new media research. *International Journal of Communication*, 8(2014), 1983-2001. Retrieved from <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/2415>

## BIOGRAPHICAL NOTES

Maria José Brites is Associate Professor at the Faculty of Communication, Architecture, Arts and Information Technologies, at the Universidade Lusófona do Porto.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9840-9554>

Email: [britesmariajose@gmail.com](mailto:britesmariajose@gmail.com)

Address: Rua Augusto Rosa, nº 24, 4000-098, Porto-Portugal

Cristina Ponte is Associate Professor at the Department of Communication Sciences of the Faculty of Social Sciences and Humanities of the NOVA University of Lisbon (NOVA FCSH).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1534-4784>

Email: [cristina.ponte@fcs.unl.pt](mailto:cristina.ponte@fcs.unl.pt)

Address: Av. De Berna, 26-C, 1069-061, Lisboa – Portugal

\* Submitted: 12.04.2018

\* Accepted: 23.07.2018



---

## REPORTAGEM HISTÓRICA COMO PROCEDIMENTO NARRATIVO

Juremir Machado da Silva

---

### RESUMO

Este texto aborda o cruzamento de história, jornalismo e literatura como procedimento para a constituição de uma narrativa específica, a grande reportagem histórica ou intelectual de aprofundamento. Explora-se uma questão simples: e se o historiador for um jornalista que cobre o passado e o narra como um escritor?

### PALAVRAS-CHAVE

Literatura; história; jornalismo; narrativa

---

## HISTORICAL REPORT AS NARRATIVE PROCEDURE

### ABSTRACT

This text approaches the intersection of history, journalism and literature as a procedure for the constitution of a specific narrative, the great historical or intellectual report of deepening. A simple question is explored: what if the historian is a journalist who covers the past and narrates him as a writer?

### KEYWORDS

Literature; history; journalism; narrative

---

### ESCRITOR, JORNALISTA, HISTORIADOR

Quando tudo é narrativa, expressão máxima de uma relatividade incontornável, resta decidir como narrar. Essa escolha arranca aquilo que será narrado da sua condição de massa amorfa de dados. Um aspecto sempre determinante é o ponto de vista como lugar de onde se fala: vista de um ponto. Mas que pode ser também simplesmente quem fala. Esse sujeito do discurso é em si um lugar privilegiado de fala. Um autor pode transferir a um personagem essa posição de enunciação. Mas pode também se situar como o próprio falante. De onde narrar a vida de um personagem histórico: de um ponto de vista externo ou de dentro da sua cabeça? Como narrar o momento em que Getúlio Vargas decide puxar o gatilho do seu pequeno revólver às 8h35 de 24 de agosto de 1954?

O cruzamento num mesmo procedimento autoral das técnicas de um escritor com sua bagagem de historiador e seu imaginário de jornalista é capaz de produzir uma especificidade narrativa? Num arroubo conceitual seria possível sustentar que biografias, romances de não ficção, etnografias antropológicas, pesquisas de campo de todos

os tipos e descrições históricas são sempre grandes reportagens. Todas baseadas nos mesmos princípios: levantar dados, reconstruir épocas e indivíduos ou observar acontecimentos e recuperar todos os lados envolvidos. Em qualquer caso, sob qualquer pretexto, trata-se de tentar descobrir o que está encoberto, fazer emergir o oculto, dar à luz, desvelar, revelar, esclarecer, focalizar, destapar, iluminar.

Cada campo de conhecimento evidentemente ergue cercas para proteger seus domínios e preservar suas propriedades duramente conquistadas. Pierre Bourdieu (1997, p. 57) escancara seu realismo.

Um campo é um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.

Essa definição é objeto frequente de dissecação. Vale salientar que enfatiza o conflito, o jogo de interesses, o fechamento, a correlação de forças e a racionalidade das estratégias adotadas. Fica subentendido que há mobilidade dentro do campo. Para que definir estratégias se não há possibilidade de vitória? O dominante pode virar dominado, que pode se tornar dominante. A heresia vira cânone. O canônico sofre a corrosão do tempo e do novo. Cada época, porém, produz as suas condições de canonização e seus eleitos. O campo literário (Bourdieu, 1992) não é diferente. Distribui prêmios, troféus, medalhas, certificados e condecorações. Legítima e deslegítima obras e autores conforme a subjetividade objetivada dos “donos” da área em determinado tempo. Cruzar literatura, história e jornalismo significa entrar em conflito com os dominantes de três campos distintos. Pode ser uma boa estratégia narrativa, mas não se revela à primeira vista uma razoável estratégia de legitimação.

Um olhar pragmático sobre a legitimação no campo literário indica que existem dois caminhos principais: a aceitação pela crítica ou a aceitação pelo público. Vender pouco, mas ser admirado pelos “formadores de opinião”, ou vender muito e se impor como um autor de mercado. O cruzamento dos dois é infrequente. Paulo Coelho é o exemplo mais famoso do segundo caso. Campeão de vendas, continua sendo rejeitado pela crítica jornalística e acadêmica. Os controladores do campo não podem provar que estão certos, pois não há mais “certo” em se tratando de gosto e de consumo cultural. Mas eles continuam detendo um poder cobiçado, inclusive por Paulo Coelho, o poder da legitimação. Publicar livros não faz um escritor. Faz, no máximo, um autor. O reconhecimento funciona como uma certificação. Cada campo é um cartório apto a conceder atestado de nascimento a quem aparecer. Atestados de óbito também são emitidos. O pior, contudo, parece ser a indiferença, a não atestação por recusa de receber o processo.

Porquê tanta necessidade de certificação numa época de crise de referenciais e de parâmetros em que todos os gostos são igualmente legítimos? Talvez seja esse o grande



paradoxo da atualidade: quando tudo é possível, sem hierarquias absolutas, só o reconhecimento expresso de uma “autoridade” reconhecida pelo demandante de legitimação parece capaz de estabelecer um valor seguro. Guy Debord (1997, p. 12) sustentava que o “espetáculo não diz nada além de o que é bom aparece, o que aparece é bom”. Trata-se de um critério circular de validação. Bom é o que funciona. Se funciona, é bom. Funciona como? Se encontra leitores, é bom. Se é bom, encontra leitores. O resto seria ruim. Salvo o que encontra uma crítica favorável, grau frequentemente mínimo de leitura e de vendas, sendo bom para esse tribunal de reputações e para a vaidade do autor e até mesmo para a sua carreira na medida em que prêmios podem lhe ser atribuídos.

Jean-François Lyotard (1986, p. 29), um dos grandes teóricos da pós-modernidade como espaço privilegiado da desconfiança em relação às “narrativas legitimadoras”, destacava outro aspecto relevante:

numa sociedade em que a componente comunicacional torna-se cada dia mais evidente, simultaneamente como realidade e como problema, é certo que o aspecto da linguagem (*langagier*) adquire uma nova importância, que seria superficial reduzir à alternativa tradicional da palavra manipuladora ou da transmissão unilateral da mensagem, por um lado, ou da livre expressão ou do diálogo, por outro lado.

O que pode significar esse aspecto da linguagem nas estratégias de legitimação dentro de um campo? Numa perspectiva mais imediata, pode ser um “lance”, no sentido de uma jogada argumentativa ou de visibilidade, de marketing, uma forma de subir na hierarquia do campo graças a dispositivos de valorização, passando de inexistente a dominado e de dominado a dominante. Numa vertente dialógica, porém, a situação é mais nobre: quem escreve normalmente o faz para ser lido. Ou seja, entra numa posição intersubjetiva, quer ser reconhecido e necessita para tanto, se não for praticante de algum solipsismo de esteta, desse aval externo para existir e dar sentido ao seu trabalho. Eis que se chega possivelmente a outro paradoxo: para ser reconhecido num campo é estrategicamente melhor seguir as suas regras ou desafiá-las? Deve-se escrever para o campo ou para si? Escrever para si pode ser a estratégia mais eficaz para ser reconhecido pelos outros?

Esse tema evidentemente não é novo. Mas pode ser explorado por ângulos diferentes. Ou arrancado da sua invisibilidade. O artista deve produzir os parâmetros de avaliação da sua obra. O preço a pagar é a rejeição pelo seu campo. O consolo obtido consiste em considerar-se como incompreendido. A história da literatura é rica em exemplos alentadores para quem ainda não alcançou a sonhada legitimação. No desespero sempre é possível citar o caso de Marcel Proust tendo sua obra-prima recusada por André Gide na editora Gallimard. A questão posta aqui, porém, vai além das tristezas e ressentimentos dos que ainda não foram condecorados por seus pares ou pelo público: como ousar em termos de narrativa quando se depende do reconhecimento de um campo, ou de vários, com suas regras e seus controladores? Uma possibilidade generosa é que o campo artístico tenha como norma de ouro a produção da novidade e de originalidade. Em outros termos, produção de diferença e descobrimento (Silva, 2017) como regra.

## A NARRATIVA COMO APOSTA

Resta saber o que pode ser considerado como novidade, originalidade, diferença e descobrimento? A diferença, como novidade radical, pode ser justamente o descobrimento: fazer algo emergir, destapar, revelar, desvelar, trazer à tona. Uma literatura de descobrimento pode ser aquela que produz diferença, logo originalidade, destapando por meios de técnicas de reportagem o que foi encoberto pela história e exige um olhar e uma narrativa transdisciplinares para se dar a ver na plenitude dos seus mistérios.

Não deixa de ser uma questão de método. Paul Feyerabend (1977, p. 229), defensor de uma “epistemologia libertária”, provoca:

tendência dominante em discussões a propósito de metodologia é a de focalizar o problema do conhecimento *sub specie aeternitatis*, por assim dizer. Comparam-se enunciados uns com outros, esquecendo-lhes a história e sem levar em conta a circunstância de poderem provir de estratos históricos diferentes. Indaga-se, por exemplo: dado certo conhecimento prévio, algumas condições iniciais, certos princípios básicos, várias observações reconhecidas – que conclusões será lícito retirar com respeito a uma hipótese recém-sugerida?

Que conclusões tirar de uma proposta de cruzamento de história, jornalismo e literatura com o objetivo de coletar dados e narrar o passado como uma grande reportagem sem que isso represente uma simplificação dos procedimentos dos historiadores nem “romancear” a suposta verdade histórica, mas, ao contrário, uma complexificação? Dadas as condições iniciais, expostas em tom de provocação, é permitido pensar que historiador, jornalista e escritor podem assumir essa condição de repórter cobrindo o passado. É questão de técnica e competência ou até mesmo, categoria escorregadia, de “talento”. Mais do que tudo evidentemente se trata de uma atitude transdisciplinar.

Edgar Morin (1999, p. 164) vê na atitude transdisciplinar uma relação complexa entre explicação e compreensão:

a explicação é um processo abstrato de demonstrações logicamente realizadas, a partir de dados objetivos, em virtude de necessidades causais materiais ou formais e/ou em virtude de uma adequação a estruturas ou modelos. A compreensão move-se principalmente nas esferas do concreto, do analógico, da intuição global, do subjetivo. A explicação move-se principalmente nas esferas do abstrato, do lógico, do analítico, do objetivo. A compreensão compreende em função de transferências projetivas/identificatórias. A explicação explica em razão da pertinência lógico-empírica de suas demonstrações, enquanto compreender significa captar os significados existenciais de uma situação ou de um fenômeno.

Por que não supor que só se tem a ganhar na cobertura e na narração do passado com a aliança de sensibilidades e técnicas de jornalistas, historiadores e escritores capazes de dar conta, num mesmo movimento e até num mesmo pesquisador/autor, em

profundidade e complexidade, dessa ponte entre explicação e compreensão, abstração e empatia, interpretação e descrição, reconstrução e verificação?

Paul Veyne (1998, p. 69), autor de um clássico sobre as armadilhas da narrativa histórica, já advertia com bom senso e elegância para quem não tivesse medo de aceitar sua constatação:

uma vez que tal é a quintessência da explicação histórica, deve-se admitir que ela não merece tanto elogio e dificilmente se pode distingui-la do tipo de explicação que se pratica na vida cotidiana ou em qualquer romance onde essa vida é contada; ela é apenas a clareza que emana de uma narrativa suficientemente documentada; oferece-se por conta própria ao historiador na narração e não é uma operação distinta desta, assim como não o é para um romancista.

Nada se pode inventar na história e no jornalismo. Nem tudo, porém, se consegue provar, demonstrar, resolver, elucidar, explicar, descobrir, destapar, dar a ver. Os documentos dizem suas verdades, mas não contam necessariamente como foram produzidos. Cada escolha narrativa recorta o objeto a ser descrito jogando luz sobre uma parte e deixando outras nas sombras. O historiador e o jornalista interferem no fato a ser narrado pelo simples fato que usam “lentes” de observação. Não há olhar neutro. Eles selecionam o que contar, o que destacar, que perspectiva interpretativa adotar, escolhem quando passar da explicação à compreensão e vice-versa, preenchem lacunas por dedução, dialogam com seus dados e com seus pares de investigação na busca de uma narrativa verossímil e convincente. Um arqueólogo, por exemplo, produz narrativas que exigem até mesmo intuição e imaginação. O grande historiador, portanto, pode ser um repórter que cobre o passado com a sensibilidade de um escritor e as técnicas dessas três áreas associadas numa atitude que derruba as cercas dos campos.

## O TEMPO DA ESCRITA

Pensar o que se escreve obriga frequentemente a voltar sobre o que se costuma escrever. Cada autor tem seus temas obsessivos. Qual é o tempo da escrita? Modernidade? Pós-modernidade? Se for a pós-modernidade, como focá-la? a) Crise da ideia de verdade em ciências humanas e artes, ou crise das narrativas legitimadoras; b) fim da ilusão emancipacionista pela razão absoluta; c) ocaso da ideia de homem como sujeito racional, consciente e dominador da natureza numa caminhada inexorável para o bem, o belo e o verdadeiro; d) crepúsculo das utopias redentoras e do mito do progresso; e) fim das vanguardas iluminadoras e iluministas; f) niilismo irônico; g) humor cínico; h) cetismo radical; i) relativismo epistemológico e estético; j) mescla de gêneros em arte; k) desconstrução; l) paródia; m) pastiche; n) retorno à narrativa sem retomada do realismo do século XIX nem assimilação pelo *storyteller* simplificador da indústria cultural; o) fim da ideia de representação; p) fim da separação entre alta e baixa cultura; q) ruptura com o estruturalismo (a pós-modernidade seria pós-estruturalista, mas o pós-estruturalismo

nem sempre seria pós-moderno, sendo, muitas vezes, uma nova forma de militância ou a leitura norte-americana da pós-modernidade francesa); r) retorno da subjetividade (por exemplo no texto literário em oposição ao objetivismo do novo romance), equivalência entre significante e significado; s) retorno da frase limpa, em literatura, em oposição ao experimentalismo de linguagem moderno baseado na implosão ou explosão da palavra; t) intertextualidade, colagem, citação, mescla, saturação de imagens, barroquismo, cruzamento de estilos e épocas, ecletismo; u) concentrado narrativo de alta voltagem pela aceleração discursiva, simulação do “eu” como portador de um pseudouniversal; v) coloquialismo extremo e autoironia; w) retomada irônica da ficção de ideias sem defesa de tese ou militantismo; x) anarquismo epistemológico e estético; y) abordagem da cultura e da ideologia como imaginários ou como simulação de realidade, ou seja, como hiper-realidade, surrealismo, irrealismo; e z) a pós-verdade.

Cada item desse abecedário exigiria uma demonstração. A questão, porém, é outra, de contextualização. O que um tempo mostra? O que uma narrativa carrega do seu tempo? O que, por exemplo, um filme diz por trás do que ele mostra? O que um livro conta para além do que está escrito? O que uma obra revela sobre o que não diz explicitamente? O que a ironia desmascara? Tomemos um caso. O que diz este texto? Os algoritmos já dominam o mundo. Os seus porta-vozes garantem que eles são do bem. Não dirão isso manipulados pelos seus senhores algoritmos? Esses algoritmos, como os psicopatas, podem ser muito inteligentes. É uma inteligência opaca. Sem volta. Em breve, seremos todos escravos dos algoritmos. Como não teremos mais utilidade social, serviremos exclusivamente para satisfazer à perversidade dos algoritmos.

Uma primeira hipótese: revela o medo em relação ao avanço tecnológico. Uma segunda possibilidade: relativiza a força da técnica ao enfatizar uma tomada de distância pela subjetividade. Se o imaginário libera sentidos que as convenções de um tempo podem bloquear, o que nos diz uma obra – filme livro, crônica, uma letra de canção, uma biografia – sobre um tempo cujo alcance talvez ainda não tenha se encerrado? O intérprete não se vincula ao vivido como uma tela em branco. A lente e a tela encontram-se numa relação que pode ser acionada livremente. Hipótese metodológica: e se o imaginário for justamente o resultado da lente que provoca a tela com seu grau e é provocada pelo que vê gerando uma nova profusão de imagens? E se o imaginário for o mecanismo que conduz a mão na escolha do que escreverá? E se o imaginário for um agente secreto do seu tempo?

O espectador e o leitor não têm garantias contra o que veem e leem. Mas o que eles veem e leem? O sentido da recepção pode ser alterado se o espectador e o leitor encontrarem uma atmosfera de adesão ou de ruptura. Essa condição tende a surgir com a erosão do instituído, imagem congelada da emissão como proposta de olhar, que nunca deixa de ser recomposto em permanência pela ação reconstituinte da recepção. A imagem oferecida como fotografia ou narrativa é um procedimento condicionante que opera como um perfume cujo aroma se esvai no contato com o receptor. O imaginário, como circuito que vai da imagem capturada ou construída à desmontagem ou remontagem de uma narrativa, é uma percepção social daquele que vê sobre aquilo que é

projetado como a ser visto, a obra como reconstrução do vivido, uma rememoração, ou sua simulação, mediada pela sequência de imagens e revirada por quem sente, aquele que por sentir atribui sentido, o significado que só existe como relato de uma interpretação vivida.

Se o livro e o filme permitem uma reconstrução do vivido, o sentido atribuído interpela a imagem levando-a dizer o que mostra. Essa sequência banal exige um discurso. O que vem a ser esse discurso? O que dizem essas legendas? Pois, em certo sentido, é disso que se trata: legendar a imagem, comentar o texto, revelar o subtexto, dialogar com o encoberto. Para isso, impõe-se rever o conjunto de imagens como um todo estruturado que se apresenta como algo mais do que a soma das partes. Essa caminhada do fim para o começo estabelece uma trajetória pela qual o intérprete se interpreta. Na interpretação, encontram-se o olhar capturado e a ação de capturar. Essa relação de leitura pode ser uma operação consciente ou inconsciente de esclarecimento mesmo que o imaginário do cinema e do livro se alimentem da atmosfera do escuro. Tudo pode ficar mais claro na escuridão interrompida pelo holofote da tela ou pela transparência da página coberta por signos. A interpretação como método de reconstrução obriga a dizer o que se viu e leu, o que só se pode colocar à luz do dia depois, ao final da recepção. O termo projeção, em se tratando de filmes, talvez ainda diga mais: exibição do projeto, orientação do olhar, entrega da proposta. Todo filme fornece lentes para que o espectador o compreenda. Todo livro sugere sua leitura. O espectador e o leitor, porém, carregam no bolso as próprias lentes, que o transformam em intérprete, aquele que vê e remonta a narrativa ao ler.

Aquilo que descongela a imagem, como ato interpretativo ou reconstrução de um projeto, é a chave da interpretação como percurso. Na passagem da imagem ao imaginário edifica-se uma estrutura passível de decupagem. Aquilo, ou aquele, que decupa, lê, decompõe, recompõe, reinventa, narra e propõe. O espectador – todo leitor é um espectador – convertido em intérprete, liberta-se do projeto do autor e projeta-se na obra como um usurpador, um traidor, um montador, um roteirista, um narrador, um autor. A interpretação desconfigura e reconfigura. Toda interpretação é um ato de infidelidade assumida e necessária. O intérprete, esse leitor que vê e revê, abala o fundamento narrativo.

O que se vê por meio de imagens que evocam um mundo de sons? O que se vê através de signos que remontam um universo ausente? O imaginário pode ser ouvido, visto e lido como uma composição. A nota que transborda e ecoa como uma trilha que ampara o vivido, a musicalidade que estava no trajeto como projeção do ser. O trabalho de decupagem (leitura de reconfiguração) do imaginário nunca se livra dessa vibração que explora a sonoridade da metáfora como imagem em imagem. Interpretar significa fazer vibrar os sentidos silenciados, ofertar o ouvido, iluminar, dialogar com a imagem, explorar o subjacente, provocar o excedente, revisar ou escolher as legendas, provocar imagem com texto até a produção de um contexto, um agregado de imagens sobre imagens. Aquele que interpreta, imagina, revela-se, desvela-se, exhibe-se para si e para que o interpretará, diz o que viu do ponto de vista da reflexão, que é sempre espelho distorcido. Ver e ler é dar-se a ver sob a luz da compreensão. Desnudar-se pela tela.

A interpretação é um processo de aproximações sucessivas e permanentes. A primeira olhada é exploratória e diletante. Pode ser ingênua ou precavida, informada ou conformada. Enfrenta o solo lavrado, assinado pela lavra do autor, recoberto pela mata simbólica do narrado. Interpretar não é recolher a imagem madura, mas procurar as raízes do que foi inseminado. Aquele que interpreta e aquilo que é interpretado se descobrem simultaneamente. O intérprete sugere uma narrativa para o interpretado. Essa sugestão não é verdadeira nem falsa. É um desvelamento, um encontro de perspectivas, um diálogo em ato. Essa provocação projeta evocações que provocam novas operações cognitivas. Interpretar tira as imagens da inércia finalizada.

A interpretação do imaginário talvez requeira uma hermenêutica de superfície, pois a camada que cobre a imagem, antes da sua transfiguração em imaginário, permanece ao alcance da mão. Interpretar é retirar essa tênue cobertura. Escavar e espanar, ver, ouvir e contar, sentir, vibrar e narrar. A interpretação que encontra adesão se legitima como leitura pertinente. Na interpretação sempre há uma perda, a perda desse discurso original ou originário da autoria.

O intérprete invade o palco, entra na tela, na página, encena, apossa-se do cenário, reorganiza a cena, narra o que está vendo e interpela o acontecimento como novo ator, narrador e autor. Mas não o faz livremente como numa ficção autoral. A interpretação acompanha um roteiro ainda que para dele divergir ou tentar negá-lo. A referência fica à espreita. O ato dialógico da interpretação não pode prescindir do encontro das partes. É como se a cada momento marcante fosse necessário voltar atrás para conferir uma imagem, um parágrafo, um símbolo, um efeito, precisamente uma marca, a referência consumada.

A interpretação é compreensiva e relativista. Põe em relação e pratica a empatia. Explora a impossibilidade de reduzir a imagem à razão fechada. Os procedimentos abstratos da lógica pouco podem diante da experiência que condiciona o olhar. A compreensão não escapa da fascinação. A interpretação dialoga com a explicação e a compreensão em plano aberto, em página livre, texto em construção. A pós-modernidade colocou sob suspeita velhas verdades que se afirmavam como universais sem a prova da prova dessa ambição desmesurada. Mostrou-se o quanto há de ficção e de construção em cada relato. Paradoxalmente, nesta época de desconfiança em relação à realidade do real, os leitores apreciam como nunca narrativas que possam se apresentar como “verdadeiras”: depoimentos, relatos de viagem e biografias. É preciso que o autor convença o leitor de que ele esteve lá. Narrar é viver.

Toda definição é tomada como uma narrativa e como tal passível de ironia e de relativização. Alguns exemplos à guisa de provocação. Ideologia: lente que define aquilo que é observado. Óculos que conforma, deforma ou reforma a narrativa podendo até coincidir com o descrito. Imaginário social: ficção coletiva compartilhada como realidade objetiva. Política: domesticação do poder ou poder de domesticação. Ciência política: a opinião de cada um nas regras da academia. Economia: ciência com poder de previsão tão eficaz quanto o da astrologia. *Impeachment*: o golpe na visão dos beneficiados. Golpe: impeachment que não convenceu a todos. Democracia: sistema político em que

cada voto pode ser precificado antes ou depois da eleição. Realidade: autoficção sustentada por pessoas com elevada autoestima.

Outras possibilidades. Direito: ideologia pela qual certas pessoas podem dizer o que é a lei. Comunismo: o pior modo de organização socioeconômica junto com o capitalismo. Mídia: sistema de manipulação da opinião para que ela se torne pública. Opinião pública: visão de mundo de origem privada, autoria desconhecida e consequências previsíveis. Político profissional: pessoa que desistiu da sua profissão para viver como amador. Profissional de marketing: especialista em deformar a realidade de preferência sem mentir, mas também sem falar a verdade. *Youtubers*: famosos que a maioria ainda desconhece. Inteligência artificial: sabedoria natural das máquinas. *Best-seller*: obra lida por quem nunca abre um livro. Pós-trabalho: nome que se dará a um mundo em que todos estarão desempregados. Pós-humano: evolução do homem para a sua condição totalmente animal.

Em tempos de aceitação geral de que as ciências, não só as humanas, mas certamente em especial elas, são probabilísticas, trabalhando com hipóteses que sempre devem ser expostas a refutações sucessivas, todo relato, ou mesmo todo relatório de pesquisa, é narrativa, o que apaga a suposta nitidez da fronteira com o ensaio. Nesse sentido, tudo é experimentação, possibilidade ou aposta.

### CONCLUSÃO PROVISÓRIA

O foco deste texto não foi a falta de legitimidade de quem por ventura pratica o cruzamento complexo entre jornalismo, história e literatura. Essa foi apenas uma questão secundária ou derivada. O ponto principal desta reflexão esteve concentrado na ideia de pensar o historiador como um repórter que cobre o passado recorrendo a ferramentas narrativas de escritor para a divulgação dos seus resultados. Dito de outra maneira, retomando um termo polissêmico, o historiador é um cronista que interpreta o passado. O termo cronista, contudo, foi ganhando cada vez mais uma acepção literária, a literatura no jornalismo. A crônica explora profundamente a compreensão, a empatia, a descrição, a narração, a reconstrução.

Do ponto de vista prático o que pode um cronista/repórter do passado ousar na apresentação do seu material para, sem perder o rigor, dar-lhe uma forma capaz de ser lida fora do seu campo de atuação, onde, muitas vezes, a leitura nem acontece, servindo o “relatório” apenas como comprovação de que o trabalho foi realizado? Pode eliminar o jargão legitimador da área? Pode ser claro sem correr o risco de ser acusado de superficialidade? Pode valorizar mais a pesquisa empírica do que a teoria? Pode privilegiar o livro ao artigo? Pode tirar a bibliografia do final do livro e diluí-la ao longo do texto para quebrar a formalidade do relato? Há algum espaço para a ousadia formal na rigidez dos campos regidos pela academia? Qual campo é mais aberto a algum tipo de experimentação: comunicação, história ou letras? Ou nenhum deles permite qualquer infração ao regulamento?

Uma leitura menos atenta poderá imaginar que este texto reflete uma insatisfação com as normas exigidas pelo discurso científico. Trata-se, no entanto, de uma análise em movimento sobre as condições de possibilidade de alargamento das linhas

demarcatórias dos campos em termos de recursos de pesquisa e de dispositivos de narração. Não houve intenção de atingir suscetibilidades de historiadores nem de hiperdimensionar o papel dos jornalistas. Tampouco se quis reduzir tudo a ficção. Em certo sentido, caso fosse necessário concluir estranhamente sob a forma de uma pergunta de síntese, seria esta: a narratividade nas ciências humanas ou nas ciências sociais aplicadas têm espaço para a escrita criativa para além da esfera literária?

Não é difícil imaginar a contrariedade que tal proposição é capaz de gerar. A resposta padrão certamente deve ser: ciência é ciência e tem seus protocolos de pesquisa e de apresentação de resultados. A característica da ciência, nessa perspectiva específica, não seria fazer, mas pensar o fazer. Como, porém, ecoando a complexidade moriniana, pensar o fazer do fazer, ou seja, os aspectos que envolvem o fazer que pensa outra fazer? O senso estratégico do leitor de Pierre Bourdieu manda avaliar a força do analista dentro do seu campo. Se for dominado, melhor seguir o regulamento. Se for dominante talvez caiba uma ousadia. Mas isso não afetará a sua posição? Não acarretará uma asfixia de acordo com o alerta de Lyotard?

Outro aspecto considerado foi o lugar desse questionamento: fóruns políticos e administrativos ou textos acadêmicos? Sociologia da ciência ou epistemologia? Se cada campo tem suas regras, como constituir regras transdisciplinares, com base na ideia de um conhecimento conjuntivo, sem necessariamente se isolar numa espécie de gueto mantido sob controle e bem cercado para evitar que contamine os demais? Na falta de um fecho de ouro, serve este: há espaço para a criatividade narrativa na divulgação de resultados científicos? ✍

## REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bourdieu, P. (1992). *Les règles de l'art – genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Feyerabend, P. (1977). *Contra o método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lyotard, J.-F. (1986). *O Pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Morin, E. (1999). *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina.
- Silva, J. M. da. (2017). *Diferença e descobrimento. O que é o imaginário. A hipótese do excedente de significação*. Porto Alegre: Sulina.
- Veyne, P. (1998). *Como se escreve a história*. Brasília: UNB.

## NOTA BIOGRÁFICA

Juremir Machado da Silva, doutor em Sociologia pela Sorbonne, Paris V, escritor, historiador, jornalista, radialista e tradutor, é pesquisador 1B do CNPq, coordenador do



Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS e autor, entre outros livros, de *A miséria do jornalismo brasileiro* (Petrópolis, Vozes, 2000), *As Tecnologias do imaginário* (Porto Alegre, Sulina, 2003), *O que pesquisar quer dizer* (Porto Alegre: Sulina, 2010), *História regional da infâmia – o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras, ou como se produzem os imaginários* (Porto Alegre: L&PM, 2010), *Vozes da Legalidade: política e imaginário na era do rádio* (Porto Alegre, Sulina, 2011), *Um escritor no fim do mundo: viagem com Michel Houellebecq à Patagônia* (Rio de Janeiro: Record, 2011) e dos romances *Getúlio* (Rio de Janeiro, Record, 2004), *Solo* (Rio de Janeiro: Record, 2008) e *1930: águas da revolução* (Rio de Janeiro: Record, 2010); *A sociedade Midiocre – passagem ao hiperespetacular – o fim do direito autoral, do livro e da escrita*. Porto Alegre; Sulina, 2012; *Jango, a vida e a morte no exílio: (como foram construídos, com ajuda da mídia, o imaginário favorável ao golpe e as narrativas sobre as suspeitas de assassinato do presidente deposto em 1964)*. Porto Alegre: L&PM, 2013; *1964: golpe midiático-civil-militar*. Porto Alegre: Sulina, 2014; *Correio do Povo: a primeira semana de um jornal centenário*. Porto Alegre: Sulina, 2015; *Corruptos de estimação e outros textos sobre o golpe hiper-real*. Porto Alegre: Sulina, 2016. *Diferença e repetição: o que é o imaginário*. Porto Alegre: Sulina, 2017. *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8105-5596>

Email: [Juremir@pucrs.br](mailto:Juremir@pucrs.br)

Morada: PUCRS, Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 7 – Partenon – Porto Alegre/RS

CEP: 90619-900

\* **Submetido: 03.05.2018**

\* **Aceite: 12.07.2018**



## **HISTORICAL REPORT AS NARRATIVE PROCEDURE**

**Juremir Machado da Silva**

---

### **ABSTRACT**

This text approaches the intersection of history, journalism and literature as a procedure for the constitution of a specific narrative, the great historical or intellectual report of deepening. A simple question is explored: what if the historian is a journalist who covers the past and narrates him as a writer?

### **KEYWORDS**

Literature; history; journalism; narrative

---

## **REPORTAGEM HISTÓRICA COMO PROCEDIMENTO NARRATIVO**

### **RESUMO**

Este texto aborda o cruzamento de história, jornalismo e literatura como procedimento para a constituição de uma narrativa específica, a grande reportagem histórica ou intelectual de aprofundamento. Explora-se uma questão simples: e se o historiador for um jornalista que cobre o passado e o narra como um escritor?

### **PALAVRAS-CHAVE**

Literatura; história; jornalismo; narrativa

---

### **WRITER, JOURNALIST, HISTORIAN**

When everything is narrative, the highest expression of an unavoidable relativity, it is a matter of deciding how to narrate. This choice draws what will be narrated out of its condition of amorphous mass of data. An always decisive aspect is the point of view as the place where one speaks from: view of a point. But it can also be simply who speaks. This subject of the discourse is per se a privileged place of speech. An author can transfer this position of enunciation to a character; or place oneself as the speaker. What place of speech should be chosen to narrate the life of a historical character: an external point of view or an internal one, from inside his/her head? How should one narrate the moment when Getúlio Vargas decided to pull the trigger of his small gun at 8:35 a.m. on August 24<sup>th</sup>, 1954?

Is it possible to produce a narrative specificity by intersecting, in the same authorial procedure, techniques of a writer with his/her background as historian and his/her imagination as a journalist? In a conceptual rapture, it would be possible to sustain that

biographies, nonfiction novels, anthropologic ethnographies, field researches of all kinds and historical descriptions are always great reports. All of them based on the same principles: to raise data, date back to periods and individuals, or observe events and recover all the sides involved. In any case, under any pretext, it is about trying to uncover what is covered up, give rise to what is hidden, bring to light, unveil, reveal, clarify, focus, disclose, enlighten.

Each field of knowledge, evidently, builds fences to protect its domains and preserve its hard-won properties. Pierre Bourdieu (1998, pp. 40-41) openly reveals his realism:

a field is a structured social space, a field of forces, a force field. It contains people who dominate and others who are dominated. Constant, permanent relationships of inequality operate inside this space, which at the same time becomes a space in which the various actors struggle for the transformation or preservation of the field. All the individuals in this universe bring to the competition all the (relative) power at their disposal. It is this power that defines their position in the field and, as a result, their strategies.

This definition is frequently object of dissection. It is important to note that it highlights the conflict, the self-interests involved, the closing, the correlation of forces, and the rationality of the strategies adopted. It is implied that there is mobility in the field. Why defining strategies if there is no chance of victory? The dominant may become dominated, which may become dominant. The heresy becomes canon. The canonic suffers the corrosion of the time and the new. Each period, however, produces its conditions of canonization and its representatives. The literary field (Bourdieu, 1992) is not different. It gives prizes, trophies, medals, certificates and awards. It legitimizes and delegitimizes works and authors according to the aimed subjectivity of the “owners” of the area in given period. Intersecting literature, history and journalism means coming into conflict with the dominants of three different fields. It may be a good narrative strategy, but it is not revealed at first sight as a reasonable legitimation strategy.

A pragmatic view on legitimation in the literary field indicates that there are two main ways: the acceptance by the critique or the acceptance by the readers. It is about selling little, but being admired by “opinion makers”, or selling a lot and placing oneself as an author of market. The crossing of both is infrequent. Paulo Coelho is the most famous example of the second case. As a best-seller, he keeps being rejected by the journalistic and academic criticism. The field controllers cannot prove they are right, since there is not “right” anymore concerning taste and cultural consumption. But they keep holding an envied power, including by Paulo Coelho, the power of legitimation. Publishing books does not make a writer; it makes, at most, an author. The acknowledgment works as a certification. Each field is a registry office able to issue a birth certificate to whoever shows up. Death certificates are also issued. The worst, however, seems to be the indifference, the non-certification by refusing to receive the case.

Why is there such necessity of certification in a period of crisis of references and parameters in which all the tastes are equally legitimate? This may be the great paradox of

the present time: when everything is possible, without absolute hierarchies, only the acknowledgment expressed by an “authority” known by the plaintiff of legitimation seems to be able to establish a safe value. Guy Debord (1995, p. 15) sustained that all the spectacle says is “what appears is good; what is good appears”. It is a circular validation criterion. The good thing is the one that works. If it works, it is good. How does it work? If it has readers, it is good. If it is good, it has readers. The rest is bad – unless the one that finds a favorable critique, a frequently minimum level of reading and sales, being good for this court of reputations and for the author’s vanity, and even for his/her career insofar as prizes can be awarded.

Jean-François Lyotard (1984, p. 16), one of the greatest theorists of postmodernity, as a privileged space of distrust regarding “legitimizing narratives”, highlighted another relevant aspect:

in a society whose communication component is becoming more prominent day by day, both as a reality and as an issue, it is clear that language assumes a new importance. It would be superficial to reduce its significance to the traditional alternative between manipulatory speech and the unilateral transmission of messages on the one hand, and free expression and dialogue on the other.

What may be the meaning of this aspect of language in the strategies of legitimation in a given field? In a more immediate perspective, it may be a “stunt”, as an argumentative or visibility strategy, a marketing ploy, a mean to scale the field’s hierarchy thanks to valuation devices, going from inexistent to dominated and from dominated to dominant. In a more dialogic perspective, however, the situation is nobler: the person who writes usually does that to be read. It means that he/she gets into an intersubjective position, wants to be acknowledged and needs – if this is not a practitioner of some aesthetic solipsism – this external acceptance to exist and make this work worth it. And here another paradox possibly comes up: to be acknowledged in a given field, is it strategically better to follow one’s own rules or to challenge them? Must one write for the field or for oneself? Can writing for oneself be the most efficient strategy to be acknowledged by others?

Evidently, this topic is not new. But it can be explored by different angles; or drawn out from its invisibility. The artist must produce the evaluations standards of his/her work. The price to be paid is the rejection of its field. The consolation received is at considering oneself as misunderstood. The history of literature is abundant in encouraging examples for those who have not reached the desired legitimation. In case of despair, it is always possible to mention Marcel Proust’s case, who had his masterpiece refused by André Gide at Éditions Gallimard. The issue addressed here, however, goes beyond sadness and resentment of the ones who have not been awarded by their peers or readers: how to dare in terms of narrative when it is dependable on acknowledgment of a field, or several fields, with its rules and controllers? A generous possibility is to establish the production of novelty and originality as a golden rule in the artistic field. In other words, it would mean production of difference and discovery (Silva, 2017) as a rule.

## THE NARRATIVE AS A STAKE

The question that remains is: what can be considered novelty, originality, difference and discovery? The difference, as radical novelty, can be justly the discovery: make something emerge, disclose, reveal, unveil, bring it up. A literature of discovery may be the one that produces difference, then originality, uncovering through report techniques what was covered up by history, and it requires transdisciplinary view and narrative in order to be seen in the fullness of its mysteries.

It is also a matter of method. Paul Feyerabend (1993, p. 106), an advocate of “libertarian epistemology”, provokes:

a prevalent tendency in philosophical discussions is to approach problems of knowledge *sub specie aeternitatis*, as it were. Statements are compared with each other without regard to their history and without considering that they might belong to different historical strata. For example, one asks: given background knowledge, initial conditions, basic principles, accepted observations – what conclusions can we draw about a newly suggested hypothesis?

Which conclusions can be made after a proposal of intersecting history, journalism and literature whose aim is to collect data and narrate the past as a great report without representing a simplification of the historian’s procedures nor “romanticizing” a supposed historical truth, but, on the contrary, a complexification? Given the initial conditions, exposed in tone of provocation, it is possible to consider that a historian, a journalist and a writer can assume the position of reporter covering the past. It is a matter of technique and competence, or even – slippery category – “talent”. Overall, evidently, it is about transdisciplinary attitude.

Edgar Morin (1999, p. 164) sees in the transdisciplinary attitude a complex relation between explanation and comprehension:

the explanation is an abstract process of demonstrations logically made, from objective data, due to material or formal causal needs and/or due to an adaptation to structures or models. The comprehension moves specially along concrete, analogical, intuitional, subjective spheres. The explanation moves specially along abstract, logical, analytical, objective spheres. The comprehension comprehends due to projective/identifiable transferences. The explanation explains due to logical-empirical pertinence of its demonstrations, while comprehending means to capture the existential meanings of a situation or phenomenon.

Why not to suppose that there is only advantage in covering and narrating the past allied with the sensibilities and techniques of journalists, historians and writers who, in a joint movement, or even all of them in only one researcher/author, deeply and complexly, are able to make a bridge between explanation and comprehension, abstraction and empathy, interpretation and description, reconstruction and verification?

Paul Veyne (1998, pp. 89-90), author of a classic about the traps of historical narrative, warned, with good sense and elegance, the ones who would not fear accepting his statement:

since such is the quintessence of historical explanation, it must be agreed that it does not deserve so much praise and that it is hardly distinguishable from the kind of explanation in use in everyday life or in any novel in which that life is related. It is but the light emanating from a sufficiently documented account; it offers itself to the historian in the narrative and it is not an operation separate from the latter, any more than it is for a novelist.

Nothing can be invented in history and in journalism. Not everything, however, can be proved, demonstrated, solved, elucidated, explained, found out, discovered, showed. The documents tell their truth, but they do not tell how they were produced. Each narrative choice cuts out the object that will be described, lighting up a part of it and leaving others in the shadows. The historian and the journalist interfere in the fact that will be narrated simply because they use observation “lenses”. There is no neutral look. They select what to tell, what to highlight, which perspective to adopt, choose the proper moment to go from explanation to comprehension and vice versa, fill out gaps by deduction, interact with their data and research peers aiming a credible and convincing narrative. An archeologist, for example, produces narratives that require even intuition and imagination. The great historian, then, can be a reporter who covers the past with the sensibility of a writer and the techniques of these three areas associated in an attitude that brings down the fences of these fields.

#### **THE TIME OF WRITING**

The act of thinking about what to write compels the author to look back to what he/she is used to write. Each author has obsessive themes. What is the time of writing? Modernity? Post-modernity? If it is the post-modernity, how should the author focus on it? Some possibilities: a) the crisis of the idea of truth in human sciences and arts, or the crisis of legitimizing narratives; b) the end of the illusion of emancipation for the absolute reason; c) the end of the idea of a man as a subject that is rational, conscious and nature-dominator in an inexorable journey towards the goodness, the beautiful and the truth; d) the decline of the redeeming utopias and the myth of progress; e) the end of the illuminating and illuminist vanguards; f) ironic nihilism; g) cynical humor; h) radical skepticism; i) epistemological and esthetical relativism; j) merging of genres in arts; k) deconstruction; l) parody; m) pastiche; n) return to the narrative without recovering the 19th-century realism nor the assimilation by the “storyteller”, simplifier of the cultural industry; o) the end of the idea of representation; p) the end of the separation between high and low culture; q) the rupture with the structuralism (post-modernity would be post-structuralist, but post-structuralism would not always be post-modern, being, several times, a new form of militancy or the North-American view of French

post-modernity); r) the return of subjectivity (for example, in the literary text in opposition to the objectivism of the new novel), equivalence between signifier and signified; s) the return of the clean sentence, in literature, in opposition to the modern language experimentalism based on the word implosion or explosion; t) intertextuality, collage, quotation, merging, saturation of images, baroque, crossing of styles and times, eclecticism; u) high-voltage narrative concentration by discursive acceleration, simulation of “I” as bearer of a pseudouniversal; v) extreme colloquialism and self-irony; w) ironical recovery of fiction of ideas without thesis defense nor militantism; x) epistemological and esthetical anarchism; y) approach of culture and ideology as imaginary or as simulation of reality, that is, as hyper-reality, surreality, unreality; z) after truth.

Each item of this alphabet would require some demonstration. The question, however, is another one, about contextualization. What does the time show? What does a narrative bear from its time? What does a movie, for example, say behind the scenes? What does a book tell beyond what is written? What does a work reveal about what it does not say explicitly? What does irony unmask? Let us take a case. What does this text say? The algorithms already dominate the world. Their spokespersons assure they are good-natured. Would not they say this while manipulated by their master algorithms? These algorithms, like psychopaths, can be very intelligent. It is an opaque intelligence. With no return. Soon, we will all be slaves of algorithms. Since we will not have social utility anymore, we will serve exclusively to satisfy the perversity of the algorithms.

A first hypothesis: reveals the fear regarding the technological advance. A second possibility: relativizes the force of technique by emphasizing a step back of subjectivity. If the imaginary reveals meanings that the conventions of a time may block, what does a piece of work say – movie, book, chronicle, lyrics, biography – about a time whose coverage has not ended up yet? The interpreter does not link him/herself to what is lived as a blank screen. The lens and the screen meet in a relation that can be freely triggered. Methodological hypothesis: what if the imaginary is the result of the lens that triggers the screen with its degree and is teased by what it sees generating a new profusion of images? What if the imaginary is the mechanism that leads the hand to choose what to write? What if the imaginary is a secret agent of its time?

The viewer and the reader do not have guarantees against what they watch or read. But what do they watch or read? The meaning of the reception may be altered if the viewer or reader finds an atmosphere of adhesion or rupture. This condition tends to come up with the erosion of the instituted, frozen image of the emission as a propose of viewing, which never ceases to be recomposed in permanence by the restorative action of reception. The image offered as photography or narrative is a conditioning procedure that operates as a perfume whose smell disperses by reaching the receptor. The imaginary, as a circuit that goes from the image captured or built to the deconstruction or construction of a narrative, is a social perception of the one who sees on what is projected to be seen, the work as reconstruction of what was lived, a recalling, or its simulation, mediated by the sequence of images and turned by who feels, the one who, by felling, gives meaning, which only exists as a report of an interpretation that was lived.



If the book and the movie allow a reconstruction of what was lived, the meaning attributed inquires the image forcing it to say what it shows. This banal sequence requires a discourse. What is this discourse? What do the captions say? For, in a sense, it is all about this: caption an image, comment the text, reveal the subtext, dialogue with what is covered. For that, it is necessary to review the set of images as a structured whole that presents itself as something else than the sum of the parts. This journey from the end to the beginning establishes a trajectory through which the interpreter interprets him/herself. In the interpretation, it is possible to find the captured view and the action of capturing. This relation of reading may be a conscious or unconscious operation of clarification, even if the imaginary of the cinema or book feeds itself from the atmosphere of the darkness. Everything can be clearer in the darkness interrupted by the floodlight of the screen or by the transparency of the page covered by signs. The interpretation as a method of reconstruction forces to say what was seen and read, which can be brought to light only the day after, at the end of the reception. The word “projection”, regarding movies, may say even more: exhibition of the project, orientation of viewing, delivery of the proposal. Every film provides lens for the viewer to comprehend it. Every book suggests its reading. The viewer and the reader, however, have in their pocket their own lens, which turns them into interpreters, who watch and retrace the narrative while reading.

What unfreezes the image, as interpretative act or reconstruction of a project, is the key for interpreting the course. In the journey from the image to the imaginary, a structure is built, which is subject to decoupage. The one that makes the decoupage reads, decompose, recompose, reinvents, narrates and proposes. The spectator – every reader is a spectator –, converted into interpreter, gets free from the project of the author and projects him/herself in the work as a usurper, a betrayer, an assembler, a screenwriter, a narrator, an author. The interpretation dismantles and reconfigures. Every interpretation is an act of assumed and necessary infidelity. The interpreter, this reader that views and reviews, impacts the narrative foundation.

What is seen through images that evoke the world of the songs? What is seen through signs that retrace an absent universe? The imaginary can be listened, seen and read as a song. The note that overflows and echoes such a soundtrack that supports what was lived, the musicality that was in the course as projection of the being. The work of decoupage (reconfiguration reading) of the imaginary is never free of this vibration that explores the sonority of the metaphor as image in image. Interpreting is to make vibrate the silenced meanings, offer the hearing, lighten, dialogue with the image, explore what is underlying, tease what is exceeding, review or choose the captions, provoke image with text until the production of a context, an aggregate of images over images. The one who interprets imagines, reveals, unveils, exhibits to him/herself and to the one who will interpret him/herself, says what was seen from the point of view of the reflection, which is always distorted. Viewing and reading is setting oneself under the light of comprehension. It is disrobing by the screen.

The interpretations is a process of successive and permanent approximations. The first glance is exploratory and dilettante. It may be ingenuous or cautious, informed or

conformed. It faces the plowed soil, signed by the author's plow, recovered by the symbolic forest of what was narrated. Interpreting is not collecting the mature image, but looking for roots of what was inseminated. The one who interprets and what is interpreted discover themselves simultaneously. The interpreter suggests a narrative for the interpreted. This suggestion is neither true nor false. It is an unveiling, an encounter of perspectives, a dialogue in act. This teasing projects evocations that tease new cognitive operations. Interpreting moves the images out of inertia.

The interpretation of the imaginary may require a surface hermeneutics, since the layer that covers the image, before its transfiguration into imaginary, remains within arm's reach. Interpreting is to remove this tenuous layer. Digging and dusting, watching, listening and telling, feeling, vibrating and narrating. The interpretation that gains adhesion legitimates itself as pertinent reading. During the interpretation, there is always some loss, the loss of this original discourse, which originates from the authoring.

The interpreter invades the stage, gets into the screen, the page, plays a role, takes over the setting, reorganizes the scene, narrates what is watching and inquires the event as a new actor, narrator and author. But the interpreter does not act freely such as in authorial fiction. The interpretation follows a script, even if it serves only for being questioned or denied. The reference is there to be peeked. The dialogic act of interpretation cannot prescind from the encounter of parts. It is like if, at each defining moment, it were necessary to look back to check an image, a paragraph, a symbol, an effect, precisely a mark, the consummate reference.

The interpretation is comprehensive and relativist. It puts empathy in relation and practices it. It explores the impossibility of reducing the image to closed reason. The abstract procedures of logics have low power in the face of the experience that guides the viewing. The comprehension does not escape from the fascination. The interpretation dialogues with the explanations and the comprehension in open plan, free page, text in progress. The post-modernity has put under suspect old truths that were considered universal ones without the evidence of the evidence of this disproportionate ambition. It showed how much fiction and construction there is in each report. Paradoxically, at this time of distrust about the reality of what is real, readers have appreciated, like never before, "real" narratives: testimonies, travel reports and biographies. The author needs to convince the reader that he/she had been there. Narrating is living.

Every definition is taken as a narrative and, as such, open to irony and relativization. Some examples may be cited for teasing. Ideology: lens that defines what is observed; glasses that conform, deform or reform the narrative, being able to coincide with what was described. Social imaginary: collective fiction shared as objective reality. Politics: domestication of power or power of domestication. Political science: each one's opinion on the academy rules. Economy: science with a power of foresight as efficient as the astrology's. Impeachment: the coup in the beneficiary's point of view. Coup: the impeachment that did not convince everyone. Democracy: political system in which each vote may be priced before or after the election. Reality: autofiction sustained by people with high self-esteem.

Other possibilities. Law: ideology through which certain people can say what is the law. Communism: the worst form of socioeconomic organization with the capitalism. Media: system for manipulation of opinion so that it becomes public. Public opinion: worldview from private origin, whose author is unknown and consequences are predictable. Professional politician: person that gave up a profession in order to live as an amateur. Marketing professional: expert in deforming the reality preferably without lying, but also not saying the truth. Youtubers: famous people that the majority still does not know. Artificial intelligence: machines' natural wisdom. Bestseller: book read by who never opens a book. Post-work: name that will be given to a world where everyone will be unemployed. Post-human: evolution of the man for his absolute animal condition.

In times of general acceptance of the fact that the sciences, not only the human ones, but especially them, are probabilistic, working with the hypothesis that they always have to be exposed to successive refutations, every report, or even every research report, is narrative, which erases the supposed clearness of the boundary with the essay. In this sense, everything is experimentation, possibility or stake.

#### **PROVISIONAL CONCLUSION**

The focus of this text was not the lack of legitimation of those who, by any chance, put in practice the complex intersection between journalism, history and literature. This was only a secondary or derived issue. The main point of this reflection was centered on the idea of thinking the historian as a reporter who covers the past recurring to narrative tools of a writer in order to disseminate results. In other words, recovering a polysemic term, the historian is a chronicler that interprets the past. The term chronicler, however, gained day by day a literary meaning, the literature in journalism. The chronicle deeply explores the comprehension, the empathy, the description, the narration, the reconstruction.

From a practical point of view, what can a chronicler/reporter of the past dare in the presentation of a material, without losing accuracy, giving to it a readable form in other fields, where, several times, it is not even read, serving only as a report to prove the work was done? Can he/she eliminate the field jargon? Can he/she be clear without taking the risk of being accused of superficiality? Can he/she give more value to empirical research than to theory? Can he/she privilege the book instead of the article? Can he/she spread the bibliography listed in the end of the book along the text in order to soften the formality? Is there any breach for the formal daring in the rigidity of the fields ruled by the academy? Which field is more open to some kind of experimentation: communications, history, languages? Or does none of them allow any kind of infraction of the regulation?

A less attentive reading may lead to imagine that this text reflects dissatisfaction with the rules required by the scientific discourse. It is, however, an analysis in movement about the conditions of possibilities for enlarging the boundaries of the fields concerning research resources and narrative devices. There was no intention of reaching susceptibilities of historians or hyperdimension the role of journalists. Neither is this an

intention of reducing everything to fiction. If it were necessary to strangely conclude using a question as synthesis, it would be: does the narrative in human sciences or applied social sciences have space for creative writing beyond the literary scope?

It is not difficult to figure out the disruption this proposition is able to cause. The standard answer certainly is: science is science and has its protocols of research and results dissemination. The characteristic of science, according to this specific perspective, would not be to do, but to think over doing. But how can one, echoing Morin's complexity, think over doing the act of doing, that is, the aspects involving the act of doing that thinks over another act of doing? The strategic sense of Pierre Bourdieu's reader recommends the evaluation of the analyst's force in his/her field. If he/she is dominated, it is better to follow the regulation. If he/she is dominant, there may be space for daring. But does not it affect his/her position? Does not it cause asphyxia according to Lyotard's warning?

Another aspect considered was the place of this question: political and administrative forums or academic texts? Sociology of science or epistemology? If each field has its regulations, what is the solution for making transdisciplinary rules, based on the idea of shared knowledge, without necessarily isolating oneself in a kind of slum controlled and enclosed to avoid infecting the others? Given the lack of a grand closing, this is suitable: is there space for narrative creativity in the dissemination of scientific results? ✍

Translation: Felícia Volkweis

## REFERENCES

- Bourdieu, P. (1998). *On television*. New York: The New Press.
- Bourdieu, P. (1992). *Les règles de l'art – genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil.
- Debord, G. (1995). *The society of the spectacle*. New York: Zone Books.
- Feyerabend, P. (1993). *Against method*. New York: Verso.
- Lyotard, J.-F. (1984). *The postmodern condition: a report on knowledge*. Manchester: Manchester University Press.
- Morin, E. (1999). *O método 3: o conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Sulina.
- Silva, J. M. da. (2017). *Diferença e descobrimento. O que é o imaginário. A hipótese do excedente de significação*. Porto Alegre: Sulina.
- Veyne, P. (1998). *Writing history: essay on epistemology*. Middletown: Wesleyan University Press.

## BIOGRAPHICAL NOTE

Juremir Machado da Silva, Doctor of Sociology from Sorbonne, Paris V, writer, historian, journalist, radio broadcaster and translator, is researcher level 1B of CNPq,

coordinator of the Postgraduate Program of the School of Communications of PUCRS, and author, among other books, of *A miséria do jornalismo brasileiro* (Petrópolis: Vozes, 2000), *As tecnologias do imaginário* (Porto Alegre: Sulina, 2003), *O que pesquisar quer dizer* (Porto Alegre: Sulina, 2010), *História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras, ou como se produzem os imaginários* (Porto Alegre: L&PM, 2010), *Vozes da legalidade: política e imaginário na era do rádio* (Porto Alegre: Sulina, 2011), *Um escritor no fim do mundo: viagem com Michel Houellebecq à Patagônia* (Rio de Janeiro: Record, 2011), *Getúlio* (Rio de Janeiro: Record, 2004), *Solo* (Rio de Janeiro: Record, 2008), *1930: águas da revolução* (Rio de Janeiro: Record, 2010), *A sociedade medíocre: passagem ao hiperespetacular (o fim do direito autoral, do livro e da escrita)* (Porto Alegre, Sulina, 2012), *Jango, a vida e a morte no exílio* (Porto Alegre: L&PM, 2013), *1964: golpe midiático-civil-militar* (Porto Alegre: Sulina, 2014), *Correio do Povo: a primeira semana de um jornal centenário* (Porto Alegre: Sulina, 2015), *Corruptos de estimação e outros textos sobre o golpe hiper-real* (Porto Alegre: Sulina, 2016), *Diferença e repetição: o que é o imaginário* (Porto Alegre: Sulina, 2017), *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8105-5596>

Email: [Juremir@pucrs.br](mailto:Juremir@pucrs.br)

Address: PUCRS, Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 7 – Partenon – Porto Alegre/RS

CEP: 90619-900

\* Submitted: 03.05.2018

\* Accepted: 12.07.2018



**LEITURAS | BOOK REVIEWS** 





---

## **MBEMBE, A. (2017). CRÍTICA DA RAZÃO NEGRA. LISBOA: ANTÍGONA.**

Vítor de Sousa

---

*Crítica da razão Negra*, de Achille Mbembe, não é uma história das ideias, nem um exercício de sociologia histórica, embora se sirva da história “para propor um estilo de reflexão crítica acerca do mundo do nosso tempo” (p. 21). Logo na *Introdução* da obra, Achille Mbembe avisa que ela integra um processo que se encontra numa fase inicial e que se prende com a urgência em abrir a problemática da política da raça, do racismo e do colonialismo ao pensamento crítico, desclassificando o *statu quo* assente em predefinições e estereótipos tendentes a dar “conforto” à lógica dominante. Por outras palavras, a necessidade em deixar para trás a ideia de verdade absoluta, a que, já em 1997, Stuart Hall chamara a atenção. E é disso que trata este livro, que tem um recorte teórico sublinhado, em que o autor discorre sobre o conceito de “negro”, sobre a evolução do pensamento europeu que lhe esteve na origem, sobre a colagem do selo àqueles que estão subalternizados (que apelida de “devir-negro do mundo”) e sobre os estratagemas destinados a ofuscar o próprio assunto. Neste livro, considera-se urgente a descolonização mental da Europa para combater o fenómeno do racismo global tecido pelo capitalismo selvagem, em que potencialmente todos poderão ser os novos “negros”.

A obra integra a trilogia iniciada com *Sortir de la grande nuit* (2010), onde o autor analisa a problemática da descolonização numa perspectiva decolonial, e terminada com *Políticas de inimizade* (2017), em que promove um diálogo transversal com pensadores de diferentes quadrantes que trataram a questão colonial e a sua relação com o imperialismo, o capitalismo e o racismo. É traduzida por Marta Lança, e pode ser encarada enquanto paródia da *Crítica da razão pura*, de Kant, em que pretende demonstrar a ligação estrutural entre os conceitos de modernidade e de colonialidade, e em que discorre sobre o que diz ser a negrificação do mundo e a generalização dessa condição, que extravasa as fronteiras biológicas e sociológicas do “outro” racializado, em que o “negro” seria um deserddado do mundo.

Nesse quadro, o autor, que é historiador, filósofo, professor de Ciência Política, e uma referência académica no estudo do pós-colonialismo e um dos intelectuais africanos mais reputados da atualidade, recorda o peso do eurocentrismo, que

sempre teve tendência para abordar a identidade não em termos de per-  
tença mútua (co-presença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do  
mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser  
primeiro ou, ainda, no seu próprio espelho. (p.10)

Em contrapartida, urge compreender se o “negro” e a raça têm significado a mesma coisa para os imaginários das sociedades europeias, em consequência dessa lógica “de autoficção, de autocontemplação e, sobretudo, de enclausuramento” (p. 10).

Observando as asserções primárias em relação à raça que se desenvolveram na sua grande maioria a partir do século XVII, e cuja terminologia daí resultante é por si apelidada como de um “delírio” produzido pela modernidade, Mbembe observa que os conceitos de escravo e de negro se diluem, lembrando que o “negro” passa de homem-mercadoria (tráfico negreiro de escravos) a homem-metal (exploração mineira em África) e, daí, a homem-moeda (como produto de troca no capitalismo) (p. 300). Olha, também, para as manifestações elementares do conceito de “negro”, desde logo começando por aquele em que o vemos “quando nada se vê, quando nada compreendemos e, sobretudo, quando nada queremos compreender”; também aquele em que “ninguém (...) desejaria ser um negro ou, na prática, ser tratado como tal”; e, finalmente, “funcionando simultaneamente como categoria ordinária, material e fantasmagórica”, em que a raça tem estado, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, “e terá sido a causa de devastações inauditas e de incalculáveis crimes e carnificinas” (p. 11).

Achille Mbembe refere-se a um “devir-negro do mundo”, em que toda a Humanidade subalterna corre o risco de se tornar negra, e em que as desigualdades em que todo o processo assenta correm o risco de se disseminarem rapidamente. Explica que tudo isso é consequência da violência do capitalismo, nomeadamente o tráfico atlântico de escravos e a colonização dos séculos XIX e XX, cuja lógica está, de forma rápida, a disseminar-se e a chegar à Europa. No atual contexto de crise, alarga o conceito de “negro” a uma condição universal a que todos estarão sujeitos pelo facto de o neoliberalismo, na sequência dos novos modelos de exploração que o caracterizam, olhar para todos enquanto negros, com a consequente ideia de submissão associada. O que não diverge muito da lógica racista vivenciada nomeadamente em setores da sociedade portuguesa, que apelidam ainda hoje de “negro”/“preto” aquele que é sujeito, por exemplo, a um trabalho muito mais duro do que o habitual. Um resquício, afinal, da dinâmica social colonial que o próprio Mbembe pretende derrubar.

A isto não está dissociada a ideia de declínio da Europa e o seu recentramento no mundo, com a consequente perda da sua importância. Segundo Mbembe, o ocaso europeu anuncia-se “mesmo que o mundo euro-americano não tenha chegado a saber, ainda que quisesse saber (ou fingir saber), do negro”, o que leva a que em muitos países se assevere agora um “racismo sem raça”. No intuito de aprimorar a prática da discriminação, tornando a raça conceptualmente impensável, explica que se fez “com que a cultura e a religião tom[assem] o lugar da ‘biologia’”. O que faz com que afirme que o universalismo republicano é cego em relação à raça: “encerram-se os Não-Branços nas suas supostas origens, e continuam a proliferar categorias totalmente racializadas, as quais, maioritariamente, alimentam, no quotidiano, a islamofobia”. É por isso que não tem dúvidas de que terá chegado o momento de finalmente fundar qualquer coisa de absolutamente novo, “enquanto a Europa se extravia, apanhada pela doença de não saber onde se encontra o mundo” (p. 20).

O impacto para o racismo e para a ideia de raça no contexto de subalternização da Europa pode ser explicado através da história. Mbembe concluiu que os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo estão na base das constantes dinâmicas de subalternização. Não será, assim, de estranhar que o fio condutor do autor em relação a esta problemática assente num quadro de recorte económico, pelo que não é possível separar a subjugação do “negro” da exploração capitalista. O racismo teria, assim, sido desenvolvido como legitimador do capitalismo, através da opressão e da exploração, sendo que, para sobreviver, necessitava de pressupostos raciais.

Sustenta que os conceitos de raça e de racismo são constantemente renovados, não importando o lado da barricada em que estejam os protagonistas, o que simplifica um processo ideológico complexo. Refere Mbembe que não passará de uma mera ficção a redução da pessoa humana a uma dinâmica biológica (como a cor da pele), e evidencia que a Europa e a América em particular “fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura, a da loucura codificada” (p. 11). A construção da identidade do “negro” passou, assim, para além da fixação do próprio nome, pela sua interiorização e, finalmente, pela subversão do conceito. O autor não se limita a desferir as suas críticas às correntes ideológicas legitimadoras do colonialismo, estendendo-as aos movimentos “africanistas”, em que

a proclamação da diferença é apenas um momento de um projecto mais vasto – de um mundo que virá, de um mundo antes de nós, no qual o destino é universal, um mundo livre do peso da raça e do ressentimento e do desejo de vingança que qualquer situação de racismo convoca. (p. 306)

Transversal aos seis capítulos do livro (“A questão da raça”, p. 25; “O poço da alucinação”, p. 75; “Diferença e autodeterminação”, p. 139; “O pequeno segredo”, p. 179; “Réquie para o escravo”, p. 223; e “Clínica do sujeito”, p. 255), são as referências do autor a Frantz Fanon, de que se mostra adepto, nomeadamente no último capítulo. Prova disso é o comentário que faz ao autor de *Pele Negra Máscaras Brancas* sobre o conceito político de violência racista da era colonial, citando-o, de resto, bastamente: “Fanon diz que a violência não é apenas consubstancial à opressão colonial. A duração no tempo de tal sistema, por si estabelecido com violência, é, explica ele, ‘função da manutenção da violência’” (p. 183), não obstante o discurso colonial ter um recorte subdesenvolvido uma vez que se articula à volta dos estereótipos de alteridade. Mbembe refere que, se algo devemos a Fanon, é exactamente a ideia segundo a qual existe, em qualquer ser humano, “algo de indomável, de verdadeiramente inapreensível, que a dominação (...) não consegue nem eliminar, nem conter, nem reprimir, pelo menos totalmente” (p. 285). É assim que sublinha não haver nenhuma relação consigo mesmo que não passe pela relação com o Outro:

O outro mais não é do que a diferença e semelhante reunidos. O que teremos de imaginar será uma política do ser humano que seja, fundamentalmente,

uma política do semelhante, mas num contexto onde, é verdade, o que partilhamos em conjunto sejam as diferenças. E são elas que precisamos, paradoxalmente, de por em comum. (p. 297)

Por em comum as diferenças passa pela reparação e por “uma ampla concepção da justiça e da responsabilidade” (p. 297).

Trata-se de uma ideia reafirmada e desenvolvida no “Epílogo” da obra, intitulado “Existe apenas um mundo” (p. 299), e em que Mbembe aponta alguns caminhos para um futuro que pretende “livre do peso da raça e do ressentimento” (p. 306). Trata-se de um processo que só será possível concretizar através da justiça, restituição e reparação: “para construir este mundo que é o nosso, será necessário restituir, àqueles e àquelas que passaram por processos de abstracção e de coisificação na história, a parte de humanidade que lhes foi roubada”, sendo que o conceito de “reparação”, enquanto categoria económica, “remete para o processo de reunião de partes que foram amputadas, para a reparação de laços que foram quebrados”. Por isso é que defende que “restituição” e “reparação” (“porque a história deixou lesões e cicatrizes (...) que impedem de fazer comunidade”, p. 305) estão no centro da própria construção de uma consciência comum do mundo, o que significará no “cumprimento de uma justiça universal” (p. 304). Para tanto, o autor propõe a necessidade de a Europa ser mentalmente descolonizada, numa lógica em que “a construção do comum [seja] inseparável da reinvenção da comunidade” (p. 305). E, como lembra, trata-se de um processo que não é linear, uma vez que há que contar com inúmeras cicatrizes “[da]queles que passaram pela dominação colonial ou a quem, num dado momento da história, a sua humanidade foi roubada, a recuperação desta parte de humanidade passa muitas vezes pela proclamação da diferença” (p. 306).

Publicada inicialmente em 2013 (a primeira edição foi dada à estampa, em Portugal, no ano seguinte), a obra é de uma grande atualidade, não tendo sido de estranhar a sua republicação em 2017. Numa altura em que, de forma global, estão a ser postos em causa conceitos tidos até recentemente como verdadeiros, faz sentido convocar algumas polémicas mediatizadas que cruzaram a atualidade mediática recente e que tiveram o seu início no verão de 2017. É o caso dos acontecimentos ocorridos em Charlottesville, na Virgínia (EUA), com o derrube de estátuas em homenagem a símbolos dos Estados Confederados, evidenciando a clivagem entre os que defendem que elas homenageiam a Guerra Civil Americana e não devem ser retiradas, e os adeptos do seu derrube, por elas serem símbolos racistas que celebram a escravidão. Situações que, também em Portugal, vão tendo repercussões. Para tanto, bastará recordar a visita do Presidente da República a Gorée, no Senegal (2017), em que este que foi criticado por não ter pedido desculpa por causa das responsabilidades escravagistas que Portugal teve no local, conhecido por ter sido um antigo entreposto nas rotas atlânticas do tráfico de escravos. Também a inauguração da estátua do Padre António Vieira (no largo Trindade Coelho, em Lisboa, em 2017), em que o escritor e prelado está representado na companhia de três crianças índias, o que denota, segundo os críticos, paternalismo colonial mas, em contrapartida, mereceu uma manifestação de apoio de um grupo de extrema-direita, em defesa de alegados valores nacionais. Ou a ideia de a Câmara de Lisboa fazer um

Museu das Descobertas, nome que não é consensual e que motivou várias tomadas de posição públicas entre os que defendem o seu alegado recorte nacionalista e aqueles que sublinham a necessidade de ele dever mostrar o lado mais obscuro dos Descobrimientos (como por exemplo a escravatura, as pilhagens e a violência da conquista). Ou, já em 2018, com o CDS a recuperar uma proposta antiga para indemnizar os espoliados das ex-colónias portuguesas, pretendendo o maior consenso possível sobre um tema que constitui para aquele partido ainda uma ferida aberta resultante do processo de descolonização.

Trata-se da face visível da luta entre a história e a memória que, sendo coisas diferentes, tendem a ser misturadas neste tipo de ativismos. Paul Ricoeur estabelece uma ligação entre memória e história, considerando que o estudo histórico encena o trabalho da memória. O que não deixa de ser um processo contraditório, já que promove a seleção, transformando experiências anteriores para se ajustarem a novos usos, bem como pratica o esquecimento, que será a única forma de dar lugar ao presente (Ricoeur, 2000). Segundo Irene Flunser Pimentel, enquanto a memória se coloca no evento, sendo contemporânea daquele que tenta transmitir e se apoia na experiência vivida num passado que deixou marcas nos atores, a história, enquanto conhecimento, distancia-se e tenta extrair um sentido do passado:

a História estabelece uma distância com o seu objecto de referência, mas, na medida em que é mais distante, mais objectivante, mais impessoal na sua relação com o passado, ela pode ter um papel de equidade e de verdade, para temperar a exclusividade e a fidelidade das memórias particulares. (Pimentel, 2013, s. p.)

José Neves observa que o relato historiográfico está condenado a usar palavras do passado e de hoje, sendo que

o problema não reside na circunstância de um historiador discursar sobre sujeitos de um dado período fazendo uso de nomes próprios de outros períodos no que consubstancia um anacronismo; o problema surge quando o historiador não o circunstancia (...) nem discute tal intertextualização. (Neves, 2016, p. 14)

É, afinal, como refere Moisés de Lemos Martins (2014), a propósito da lusofonia, a evidência da existência de uma clivagem entre equívocos que urge desconstruir junto dos protagonistas de uma história da relação entre um “eu” colonial e um “outro” colonizador. É por isso que é urgente a descolonização mental, como preconiza Mbembe, no sentido de ultrapassar esses equívocos e dirimir ressentimentos, sentidos de superioridade e/ou de inferioridade, bem como de imaginários ideológicos. O que sublinha a diversidade relacional entre as partes, contrariando a homogeneização provocada pela globalização em que, quanto mais idênticas forem as pessoas, mais veloz será a circulação do capital, das mercadorias e da informação, mas onde menor será a crítica exercida pelos cidadãos e em que o produto final será monolítico. //

## REFERÊNCIAS

- Hall, S. (1997). The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. In K. Thomson (Ed.), *Media and culture regulation* (pp. 208-238). Reino Unido: The Open University.
- Martins, M. L. (2014). Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp.15-33). São Paulo: EDUC - IP-PUC.
- Neves, J. (2016). Os sujeitos da História. In J. Neves (Ed.), *Quem faz a História? Ensaios sobre o Portugal contemporâneo* (pp. 9-16). Lisboa: Tinta da China.
- Pimentel, I. F. (2013, 20 de fevereiro). Será que a História nos pode fornecer algo de preventivo e “anular o destino”? [Post em blogue]. Retirado de <http://irenepimentel.blogspot.com/2013/02/>
- Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil.

## NOTA BIOGRÁFICA

Vítor de Sousa é doutorado em Ciências da Comunicação (Comunicação Intercultural), pela Universidade do Minho, em 2015, com a tese *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*, é mestre (especialização em Educação para os Média) e licenciado (especialização em Informação e Jornalismo) na mesma área. Entre as suas áreas de investigação constam as questões em torno da identidade, Estudos Culturais, Educação para os Média e teorias de Jornalismo. É investigador do CECS, onde integra o Grupo de Estudos Culturais, sócio da Sopcom, ECREA e da Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel. Venceu o Prémio Científico Mário Quartim Graça 2016, que distinguiu a melhor tese concluída nos últimos três anos na área das Ciências Sociais e Humanas, em Portugal e na América Latina. Foi jornalista (1986-1997) e assessor de imprensa (1997-2005).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6051-0980>

Email: [vitorde Sousa@gmail.com](mailto:vitorde Sousa@gmail.com)

Morada: CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, ICS-Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

\* **Submetido: 15.05.2018**

\* **Aceite: 29.06.2018**

---

**MBEMBE, A. (2017). CRÍTICA DA RAZÃO  
NEGRA. LISBOA: ANTÍGONA.**

Vítor de Sousa

---

*Crítica da razão Negra* [Critique of Black reason], by Achille Mbembe, is not a story about ideas, or an exercise in historical sociology, despite making use of history “to put forth a style of critical reflection about the world of our time” (p. 21). Straightaway in the work’s *Introduction*, Achille Mbembe lets the reader know that it’s included in a process that’s at a preliminary stage in connection with the urgency to open up the problem of racial policy, racism and colonialism to critical thinking, declassifying the *status quo* hinged on predeterminations and stereotypes tending to bring “comfort” to the predominant logic. In other words, the need to put behind the notion of absolute truth, which, as early as 1997, Stuart Hall called attention. And this is what this book is about, that it comprises an underscored theoretical clipping, where the author expounds on the concept of “black,” on the evolution of European thinking that was behind it, with regard to affixing the stamp on those that are subordinated (which he calls “black development” of the world) and regarding stratagems intended to overshadow the matter itself. This book deems it urgent to mentally decolonize Europe in order to fight the phenomenon of global racism forged by rampant capitalism, where potentially everyone could be the new “blacks”.

The work includes the trilogy that starts with *Sortir de la grande nuit* (2010), where the author looks into the problem of decolonization from a decolonial perspective, and ends with *Politiques de l’inimitié* (2017), where he fosters a cross-sectional dialogue with thinkers from different quarters who dealt with the colonial issue and how it relates to imperialism, capitalism and racism. Translated (to Portuguese) by Marta Lança, it can be viewed as a parody of Kant’s *Critique of pure reason*, where it seeks to show the structural link between the concepts of modernity and coloniality, and which expounds on what it says is the “blackification” of the world and the generalization of that condition, going beyond biological and sociological boundaries of the racialized “other”, where the “black” would be disowned in the world.

Within this framework, the author, who is a historian, a philosopher, a Political Science professor, and an academic reference in the study of post-colonialism and currently one of the most renowned African intellectuals, recalls the weight of eurocentrism, which

always tended to address identity not in terms of mutual belonging (co-presence) to a single world, but, rather, how they relate to one another, the emergence of the being and of their manifestation in their first being or even in their own mirror. (p.10)

By contrast, we need to understand whether “black” and race have meant the same thing for the imaginaries of European societies, as a result of that logic “of autofiction, self-contemplation and, above all, enclosure” (p. 10).

Upon observing primary assertions regarding race that have been developed mostly from the 17<sup>th</sup> century, and whose resulting terminology he dubs as that of a “delirium” arising from modernity, Mbembe remarks that the concepts of slave and black are blurred, while recalling that the “black” goes from man-merchandise (black slave trafficking) to man-metal (mining in Africa) and, then, to man-currency (as the product of exchange in capitalism) (p. 300). He also looks at the basic manifestations of the concept of “black”, starting off by that where we see “when nothing is seen, when we don’t understand anything and, especially, when we don’t want to understand anything”; likewise, that where “nobody (...) would wish to be a black or, in practice, to be treated as such”; and, finally, “simultaneously working as an ordinary, material and phantasmagorical category”, where race has been, throughout the previous centuries, behind countless catastrophes, “and which has been the cause of untold devastations and incalculable crimes and carnages” (p. 11).

Achille Mbembe refers to a “black development of the world”, where all of subordinate Humanity risks becoming black, and where the inequalities on which the entire process is hinged runs the risk of being quickly disseminated. He explains that all this is the result of the violence of capitalism, namely Atlantic slave trafficking and the colonization in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, whose logic is quickly disseminating and arriving in Europe. In the current crisis context, he expands the concept of “black” to a universal condition to which everyone is subject due to the fact that neoliberalism, in the wake of new exploitation models characterizing it, looks to everyone as blacks, with the subsequent idea of related subjection. This does not diverge much from the racist logic experienced, namely in sectors of Portuguese society, which even today dubs as “black” he who is subject, for example, to much harder work usual. As it turns out, this is a remnant of the colonial social dynamic that Mbembe himself seeks to tear down.

This is not separate from the notion of the decline of Europe and its re-focus in the world, with the subsequent loss of its importance. According to Mbembe, Europe’s sunset is announced “even if the Euro-American world has not become aware of, despite wanting to know (or to pretend to know) about, the black man”, which now leads many countries to assert a “raceless racism”. In order to enhance the practice of discrimination, where race becomes conceptually unthinkable, he explains that this caused “culture and religion to take the place of ‘biology’”. This, in turn, leads him to state that republican universalism is blind in relation to race: “non-Whites are encapsulated in their supposed origins, while fully racialized categories continue to proliferate, which mostly feed islamophobia on a daily basis”. This is why there is no question in his mind that the moment has come arrived in order to found something absolutely new, “while Europe goes astray, caught by the disease of not knowing where the world is at” (p. 20).

The impact for racism and for the notion of race within the subordination of Europe, can be explained by history. Mbembe concluded that the systematic risks to which



black slaves were exposed during the first capitalism forms the basis for constant dynamics of subordination. Thus, it's no wonder that the author's common thread in relation to this problem hinges on a framework of economic clipping, and so we cannot separate subjecting the "black man" from capitalist exploitation. Racism would, therefore, have been developed to legitimize capitalism, through oppression and exploitation, as racial assumptions were required for this to survive.

He maintains that the concepts of race and racism are constantly renewed, regardless of the players' side of the fence, thus simplifying a complex ideological process. Mbembe points out that reducing human beings to a biological dynamic (such as skin color) is nothing more than mere fiction, while emphasizing that Europe and America in particular "take the black man and race and make two versions of a single figure: encoded madness" (p. 11). The construction of the "black man" identity thus included not only establishing one's own name, but also its internalization and, finally, subverting the concept. The author does not merely unleash his criticism on ideological currents that legitimize colonialism, as he also extends them to "africanist" movements, where

proclaiming difference is just a moment on a broader project – of a coming world, of a world preceding us, where destiny is universal, a world free from the weight of race and resentment and from the desire for revenge summoned by any situation of racism. (p. 306)

Transversal to the books' six chapters ("The issue of race", p. 25; "The pit of hallucination", p. 75; "Difference and self-determination", p. 139; "The little secret", p. 179; "Réquiem for the slave", p. 223; and "The subject's clinic", p. 255) are the author's references to Frantz Fanon, of whom he admits to being a fan, namely in the last chapter. Proof of that is his comment regarding the author of *Black skin, white masks*, concerning the political concept of colonial era racist violence, quoting him quite simply: "Fanon says violence is not just an integral part of colonial oppression. Such a system's duration over time, established with violence, is, he explains, 'a function of maintaining violence'" (p. 183), notwithstanding the colonial discourse comprising an underdeveloped contour articulated around the stereotypes of otherness. Mbembe refers that, if there's anything we owe Fanon, it's precisely the notion whereby, in any human being, there is "something indomitable, truly intangible, that domination (...) cannot achieve or do away with, or contain, or repress, at least totally" (p. 285). This is how he points out that there is no relation to himself that does not go by way of a relation with the Other:

the other is nothing more than the difference and similarity combined. What we will need to imagine is a policy where the human being is essentially a policy of what is similar, but within a context where, truth be told, what we share together are the differences. And, paradoxically, these are what we need to set in common. (p. 297)

Setting differences in common goes by way of repair and of "a broad concept of justice and responsibility" (p. 297).

This notion is reasserted and developed in the works “Epilogue” entitled “There is but one world” (p. 299), and where Mbembe highlights a few paths to a future seeking to be “free from the weight of race and resentment” (p. 306). This is a process only achievable through justice, restitution and repair: “to build this world that is ours, it will be necessary to restore, to those who have gone through processes abstraction and objectification in history, that part of humanity of which they have been robbed”, as the concept of “reparation”, as an economic category, “hearkens to the process of bringing together parts that were amputated, to repairing bonds that were broken”. That’s why he maintains that “restitution” and “repair” (“because history has left wounds and scars e cicatrizes (...) that hinder forming a community”, p. 305) are at the center of the very construction of a common awareness of the world, which will entail the “fulfillment of a universal justice” (p. 304). To such end, the author suggests the need for Europe to be mentally decolonized, within a logic where “construction of what is common [is] inseparable from reinventing the community” (p. 305). And, as he reminds us, this is not a linear process, as we need to take into account countless scars “[of] those who experienced colonial domination or who, at a given point in history, were robbed of their humanity, recovery of this part of humanity often goes by way of proclaiming the difference” (p. 306).

Originally published in 2013 (the first edition appeared in Portugal the following year), the work is highly up-to-date, and so it’s no wonder it was republished in 2017. At a time when, at a global scale, concepts recently regarded as true are being called into question, it makes sense to summon a few high-profile controversies that recently put forth in the media, starting in the summer of 2017. This is the case with events that took place in Charlottesville, Virginia (U.S.), with the toppling of statues honoring symbols of the Confederate States, highlighting the rift between those maintaining they pay tribute to the U.S. Civil War and should not be removed, and those in favor of bringing them down, saying they are racist symbols extolling slavery. Such situations have had repercussion, even in Portugal. To this end, we simply need to hearken back to the Portuguese president’s visit to Gorée, Senegal (2017), where he was criticized for not having issued an apology for Portugal’s role in the slave trade there, a place known for having served as a former outpost for Atlantic slave trafficking routes. Likewise, the dedication of the statue of Father António Vieira (at largo Trindade Coelho, in Lisbon, in 2017), where the author and prelate is depicted in the company of three Indian children, which critics claim to denote colonial paternalism, but which, by contract, warranted a show of support from a far-right group defending alleged national values. Or Lisbon City Council’s idea of creating a Museum of the Discoveries, a name that does not garner consensus, as it prompted various public stances among those maintaining its alleged nationalist contours and those underpinning that it needs to display the darker side of the Discoveries (such as slavery, lootings and conquest-related violence). Or, in 2018, with the CDS political party reviving an old proposal to compensate those dispossessed when they lived in the former Portuguese colonies, while seeking the greatest possible consensus regarding a topic which that party still regards as an open sore resulting from the decolonization process.

This is the visible face of the struggle between history and the memory which, despite being two different things, tend to be mistaken in this kind of activism. Paul Ricoeur establishes a link between memory and history, as he feels that historical study stages the memory's work. Still, this remains a contradictory process, as this fosters selection, transforming previous experiences so that they are adjusted to new uses, while engaging in forgetfulness, which will be the only way to give way to the present (Ricoeur, 2000). According to Irene Flunser Pimentel, as memory is placed into the event, becoming contemporary to that which it attempts to convey and is based on experience from a past that left scars on its players, history, in the form of knowledge, distances itself while seeking to draw some sense from the past:

while history establishes a distance from its reference object, to the extent where it is more distant, more objectivizing, more impersonal in its relation to the past, it can play an equitable and truthful role, in order to mitigate the exclusivity and faithfulness of particular memories. (Pimentel, 2013, n.p.)

José Neves remarks that the historiographic report is doomed to use words from the past and from today, as

the problem does not lie in the circumstance of a historian giving a speech on subjects from a given period, making use of names from other periods included in an anachronism; the problem arises when the historian does not give details (...) or discusses such an intertextual relation. (Neves, 2016, p. 14)

It is, after all, as Moisés de Lemos Martins (2014) points out, the purpose of Lusophony, proof of the existence of a rift between mistakes need to be deconstructed among players from a history of the relation between a colonial 'me' and a colonizing 'other'. This is why engaging in mental decolonization is urgent, as advocated by Mbembe, in order to overcome such mistakes and to settle resentments, feelings of superiority and/or inferiority, as well as ideological imaginations. What underpins relational diversity among the parties, counteracting the homogenization brought about by globalization, where, the more identical people are, the swifter the circulation of capital, goods and information, but which will result in less criticism expressed by citizens and where the end product will be monolithic. ✍

Translation: Traduções Técnicas do Minho, Lda.

## REFERENCES

- Hall, S. (1997). The centrality of culture: notes on the cultural revolutions of our time. In K. Thomson (Eds.), *Media and culture regulation* (pp. 208-238). United Kingdom: The Open University.
- Martins, M. L. (2014). Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp.15-33). São Paulo: EDUC - IP-PUC.

Neves, J. (2016). Os sujeitos da História. In J. Neves (Ed.), *Quem faz a História? Ensaios sobre o Portugal contemporâneo* (pp. 9-16). Lisboa: Tinta da China.

Pimentel, I. F. (2013, 20 de fevereiro). Será que a História nos pode fornecer algo de preventivo e “anular o destino”? [Blog post]. Retrieved from <http://irenepimentel.blogspot.com/2013/02/>

Ricoeur, P. (2000). *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil.

#### **BIOGRAPHICAL NOTE**

Holder of a Ph.D in Communication Sciences (Intercultural Communication), from the University of Minho, in 2015, Vítor de Sousa authored the thesis *Da 'portugalidade' à lusofonia*; he holds a master's degree (specialization in Media Education) and a B.A. (specialization in Information and Journalism) in the same field. His areas of research include issues surrounding identity, Cultural Studies, Media Education and Journalism theories. He is a researcher at CECS, where he is part of the Group of Cultural Studies, a member of Sopcom, ECREA and the Association of Friends of the Penafiel City Library. He was awarded the 2016 Mário Quartim Graça Scientific Prize, given to the best thesis completed in the last three years in the field of Social and Human Sciences, in Portugal and Latin America. He was a journalist (1986-1997) and press secretary (1997-2005).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6051-0980>

Email: [vitorde Sousa@gmail.com](mailto:vitorde Sousa@gmail.com)

Address: CECS-Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, ICS-Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

\* **Submitted: 15.05.2018**

\* **Accepted: 29.06.2018**

---

**FARACO, C. A. (2016). *HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA*. SÃO PAULO: PARÁBOLA EDITORA.**

Micaela Ramon

---

Sob o título de *História sociopolítica da língua portuguesa*, saiu a público, em 2016, uma importante obra da autoria de Carlos Alberto Faraco, renomado linguista brasileiro, ao tempo coordenador da Comissão Nacional do Brasil junto do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), instituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) cujos objetivos são, de acordo com os seus estatutos, “a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em *fora internacionais*”<sup>1</sup>.

Gozando o autor de reputação quer nos meios académicos, quer nos círculos de decisão associados às políticas de língua, a obra foi objeto de não despidendo interesse, traduzido em várias recensões surgidas a público, sobretudo em revistas da especialidade e noutros meios de comunicação do Brasil. Reação idêntica nos restantes países da CPLP não se encontra tão facilmente documentada. A publicação, porém, merece toda a atenção por parte de quantos se interessem pelas questões da língua, sua formação, expansão, transformação e situação atual.

O título dado à obra deixa antever o seu conteúdo. Trata-se, de facto, de uma história da língua portuguesa elaborada não a partir do ponto de vista da linguística interna, mas antes adotando a perspetiva da linguística externa. O próprio autor, no texto de “Apresentação” do livro, esclarece a distinção entre tais conceitos, explicitando, do mesmo passo, os propósitos que o guiaram na sua elaboração:

são muitas as perspectivas pelas quais se pode investigar a história de uma língua. A mais comum tem sido a que procura descrever as mudanças dos diversos subsistemas que compõem sua organização estrutural – sua fonologia, sua sintaxe, sua morfossintaxe e seu léxico. (...) Não é disso que tratamos neste livro. (...) Preocupou-nos observar como a variedade linguística românica que emergiu do latim falado no noroeste da Península Ibérica (...) se expandiu para o sul, ocupando toda a faixa ocidental da Península; e, posteriormente, na esteira da expansão marítima e do colonialismo português, deixou as fronteiras europeias, instalando-se na Ásia, na África e na América, e é hoje uma língua internacional. (pp. 9-10)

---

<sup>1</sup> Retirado dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, disponíveis em [http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLISo7.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLISo7.pdf)

Ainda no texto de “Apresentação” são reveladas informações sobre o método seguido por Faraco. Tal método funda-se na identificação, seleção e apresentação de “boa parte da diversidade de opiniões e concepções sobre a língua portuguesa”, analisadas e discutidas sob o prisma da “suspeita e [da] crítica das narrativas” (p. 10).

Trata-se, portanto, de uma obra que não se debruça sobre as evoluções registadas a nível da estrutura da língua portuguesa enquanto sistema de signos regido por regras intrínsecas de funcionamento, mas sim de um estudo que privilegia as relações da língua com os seus falantes, no decorrer dos séculos e nos múltiplos espaços geográficos em que está presente. É, pois, uma história sociopolítica da língua portuguesa.

Carlos Alberto Faraco organiza a sua obra (fruto de reflexões que foram “tomando forma nos últimos dez ou quinze anos em decorrência do [seu] envolvimento, acidental ou intencional, com questões de política de língua”, p. 11) em dois extensos capítulos, acrescidos de um terceiro, bastante mais conciso, no qual são sistematizadas algumas ideias-chave em jeito de “Conclusão”.

No primeiro capítulo (pp. 14-225), intitulado “História”, o autor passa em revista todo o processo de formação da língua portuguesa, desde a sua diferenciação relativamente aos restantes “falares românicos” (ou seja, os múltiplos “desdobramentos históricos do chamado latim vulgar, isto é, do conjunto de variedades de latim falado pelas populações das diferentes regiões do Império Romano”, p. 14) até à sua disseminação pelos demais continentes a que as viagens marítimas empreendidas pelos portugueses a fizeram chegar. A nosso ver, três questões merecem particular destaque naquilo que concerne este capítulo: 1) a oficialização da língua; 2) as consequências linguísticas da expansão portuguesa; e 3) a criação dos principais instrumentos de fixação do seu *corpus*.

Relativamente à primeira questão, o autor mostra como o paulatino abandono do latim, não só, mas também em Portugal, foi motivado por questões eminentemente pragmáticas, decorrentes de necessidades prementes de comunicação que levaram, por exemplo, a que, a partir do reinado de D. Afonso II (1211-1223), “a crescente ação jurídica inovadora e a necessidade de tornar as leis conhecidas por um sempre maior número de pessoas [tenham motivado] a progressiva substituição do latim pela língua românica vernácula na redação da documentação saída da Chancelaria Real” (pp. 21-22). Motivações idênticas estiveram na base das normativas reais produzidas quer por D. Manuel I (1498), quer por D. João IV (1656), no sentido de obrigar os “médicos e cirurgiões” a “receitar aos Boticarios as purgas, xaropes e medicinas que mandarem tomar os enfermos, em linguagem portugueza, que as intendessem todos” (p. 24). Acompanhando o lento, mas inexorável, processo de utilização privilegiada da língua vernácula portuguesa em todos os contextos que hoje podem ser considerados institucionais, Faraco documenta a sua progressiva “oficialização”, ainda que assuma um posicionamento crítico relativamente àquilo que considera serem “armadilhas do anacronismo (...) ou do triunfalismo” que levam alguns “estudiosos da história de Portugal e historiadores da língua” a atribuírem “a D. Dinis o gesto de transformação da língua ‘portuguesa’ em língua ‘oficial’ do reino, o que teria ocorrido em 1296” (p. 23).

No apartado dedicado à expansão da língua portuguesa, o autor começa por sintetizar o processo de internacionalização deste idioma nos seguintes termos:

a partir de meados do século XV, a língua portuguesa, na esteira da expansão marítima de Portugal, sai de suas fronteiras europeias e se torna uma língua internacional, com falantes seus se estabelecendo em enclaves ao longo da costa ocidental e oriental do continente africano, alcançando a Índia em 1498, a América em 1500, a China em 1513, o Timor em 1515 e o Japão em 1534. (p. 57)

Uma vez mais, são apontadas razões socioeconômicas, extrínsecas à própria língua, para justificar o seu sucesso e implantação em paragens distantes do seu ponto de origem:

são a estrutura em rede, com relativamente poucas pessoas envolvidas, e a supremacia naval resultante de os navios portugueses transportarem artilharia a bordo (...) que podem explicar que um país com cerca de dois milhões de habitantes tenha sido capaz de dominar sem grande concorrência, por praticamente um século, o comércio marítimo internacional nas rotas que cobriam a costa africana e chegavam à Índia, Malaca, Timor e Macau. (pp. 58-59)

A mesma ordem de razões é invocada para explicar o retrocesso da presença do Português, a partir do século XVII, em territórios asiáticos:

com a perda dos entrepostos, retraiu-se também a presença da língua portuguesa na Ásia, que já não era grande quando do domínio português, considerando que a população que a tinha como língua primeira sempre tinha sido numericamente pouco expressiva. (p. 59)

Porém, o que mais ressalta no campo das consequências linguísticas da “expansão extraeuropeia de Portugal” é que ela “pôs os portugueses em contacto com um sem-número de línguas africanas, asiáticas e americanas” (p. 62), tendo resultado daí:

o surgimento de um *pidgin* e de línguas crioulas de base portuguesa; a transformação de línguas indígenas americanas em línguas coloniais (...); a emergência das chamadas variedades não nativas, decorrentes do uso do português como língua segunda (...); a consolidação, no Brasil, de uma inteira comunidade extraeuropeia em que a língua portuguesa se consolidou hegemonicamente como língua primeira no correr do século XIX. (p. 63)

A este elenco de consequências, julgamos pertinente acrescentar (embora o autor não o refira), as alterações ocorridas no próprio idioma transportado pelos portugueses, fruto desses múltiplos contactos que muito contribuíram para o enriquecimento da língua através, por exemplo, da incorporação de termos oriundos das diversas outras línguas com que o Português comunicou, muitos deles absolutamente indispensáveis para a nomeação das novas realidades até então desconhecidas.

Finalmente, no último apartado do primeiro capítulo, Faraco reflete sobre aquilo a que chama a “língua imaginária”. Sob este título algo depreciativo, o autor inventaria

as ações desenvolvidas, primeiramente em Portugal e, a partir do século XIX, no Brasil também, em prol da fixação do *corpus* da língua portuguesa. É assim que, recuando ao século XVI, Carlos Alberto Faraco destaca o surgimento das primeiras gramáticas, dos primeiros tratados de ortografia e dos primeiros dicionários, obras complementadas por vários “elogios” da língua portuguesa produzidos por alguns dos mais importantes vultos do Humanismo português como João de Barros, Pero de Magalhães de Gândavo, António Ferreira ou Camões.

Relativamente às obras desta natureza, Faraco assume uma posição dúbia e, quanto a nós, contraditória. Se, por um lado, avalia com suspeição crítica estas iniciativas que considera etapas do “processo de construção da língua imaginária (...) com a escrita de instrumentos que buscavam definir-lhe também um perfil enobrecido” (pp. 176-177), por outro, acompanha as vozes de quantos lastimam que “a lexicografia portuguesa [seja] uma das mais modestas entre as grandes línguas europeias” (p. 187), que haja tantas e tão frequentes hesitações em termos de estabilização de uma ortografia do Português e que não tenha sido ainda possível produzir “uma gramática ecumênica da língua” (p. 225) na senda dos esforços encetados de forma pioneira por Celso Cunha e Lindley Cintra no último quartel do século XX. Ou seja, embora questione a legitimidade de instrumentos que adotam e traduzem uma visão “uniformizadora que paira sobre a diversidade concreta e fluida” (p. 177) da língua, acaba, no entanto, por implicitamente reconhecer a importância desses instrumentos enquanto mecanismos reguladores de políticas de língua ao nível da definição do *corpus*, criticando mesmo a relativa tibieza e falta de concertação com que os diversos agentes com responsabilidades para tal atuam neste domínio.

O segundo capítulo da obra (pp. 228-357), com o título “Rumo à lusofonia”, é inteiramente dedicado a essa importante questão e nele assume preponderância a postura do analista comentador comprometido com uma certa visão sobre as representações identitárias da língua portuguesa que vêm sendo construídas e veiculadas, ao longo dos séculos, pelas elites dos seus usuários.

A primeira tarefa a que Faraco se dedica é a desmontar a ideia de “um Portugal maior que Portugal”. Fá-lo pela via da análise dos discursos daqueles autores a quem se deve a construção de uma conceção mítica de Portugal como país dotado de uma supremacia natural que lhe reservaria um destino grandioso no seio do conclave das nações do mundo.

Começa a sua análise pela referência ao Padre António Vieira, autor que, embora não se tenha aliado à “lista dos que, antes e depois dele, escreveram elogios e defesas das ‘maravilhas’ da língua” (p. 235), abriu caminho, através da sua noção de Portugal e dos portugueses como reino e povo escolhidos por Deus para estabelecer o Império de Cristo na terra, às teses daqueles que defendem a existência de uma comunidade supranacional construída em torno da língua comum. Fernando Pessoa, que atribuiu a Vieira o epíteto de “Imperador da língua portuguesa”, foi quem formulou “a tese de que o Quinto Império será fundamentalmente um império encarnado na língua, porque não há de ser um império material, mas cultural” (p. 235). Agostinho da Silva associa-se-lhe



na defesa da necessidade de operar uma “revolução cultural e moral como necessária e suficiente para a reconstrução civilizacional que desembocaria num novo tempo de paz, liberdade, fraternidade e abundância para toda a Humanidade (...) a ser construído (...) pelos povos falantes da língua portuguesa” (p. 242).

Destaque é igualmente dado por Faraco à teoria do lusotropicalismo, defendida por Gilberto Freyre, assente na ideia de que o colonialismo português, por ter sido feito “não pela força bruta, não pelo poder militar, não pela superioridade técnica, não pela astúcia econômica, mas pelo amor, o amor fraternal” (p. 251), teria propiciado a criação de uma grande comunidade de povos irmanados por um sentir comum de que a língua seria expressão.

Faraco vê com ceticismo ambos os posicionamentos, argumentando (e bem, em nosso entender), que não há línguas superiores a outras, se analisadas por critérios puramente linguísticos, e que, como tal, o Português não pode reclamar ser um idioma mais “puro” do que qualquer outro e, por isso, destinado a uma missão civilizadora de outros povos. Por outro lado, o autor faz eco das palavras de Eduardo Lourenço, sustentando que “a ideia de o colonizador português ter sido, pela sua plasticidade, o mediador providencial entre o europeu e o exótico tropical não passa de uma mitificação que *traduz um complexo de inferioridade cultural transfigurada em apologia delirante*” (p. 275).

No entanto, segundo o autor, é a partir destes “topos de orgulho”, apesar de dificilmente sustentáveis quando submetidos a uma prática de análise desapaixonada, que emergem os fundamentos para a criação de uma Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Na sua génese encontram-se o pensamento de Agostinho da Silva (“O Professor Agostinho (...) entendia que era importante fazermos uma política de unidade, de fundamento da nossa língua comum. E isso foi uma abordagem que passou a ser feita e que chegou, inclusive, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP” (p. 244) e a lúcida análise de Freyre sobre o caráter pluricêntrico da língua portuguesa, “a mesma língua, embora com linguagens as mais diversas – nacionais, subnacionais, regionais, populares – a enriquecerem, avivarem e movimentarem essa língua comum e essa cultura ao mesmo tempo una e plural” (p. 265).

A CPLP viria efetivamente a constituir-se em 1996, congregando os então oito países de língua oficial portuguesa que, “apelando aos aspectos históricos, culturais, linguísticos que (...) compartilham, decidem se congregar numa organização internacional voltada para o cumprimento de três grandes objetivos: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da língua portuguesa” (p. 303). Porém, se o projeto encontrou no presidente da República Portuguesa à época – Mário Soares – um fervoroso defensor, não logrou despertar entusiasmo equivalente nos demais países parceiros que inicialmente não elegeram a comunidade como uma das prioridades das suas políticas externas. Tal apreciação leva o linguista brasileiro a expressar um sentimento de desconfiança e desalento relativo à eficácia da CPLP por considerar que há poucas “possibilidades de a CPLP se afirmar como um organismo internacional para além da retórica sentimental, mesmo considerando que há um potencial inexplorado de cooperação entre os países de língua portuguesa” (p. 308).

Ceticismo ainda maior expressa em relação ao conceito de “Lusofonia”. Afetado por um preconceito comum a outros autores igualmente desfavoráveis ao vocábulo e ao universo que ele evoca, Faraco defende que se trata de um termo cunhado por portugueses para servir os interesses de Portugal, “não [conseguindo] (...) alcançar ressonâncias nos demais países de língua oficial portuguesa”, sendo “praticamente inexistente no Brasil” e “visto com grandes desconfianças nos países africanos” (p. 315); o autor não acrescenta informação sobre a sua aceitação e presença em Timor-Leste.

Os argumentos apresentados para justificar a pretensa inoperância e inadequação do termo são basicamente os seguintes: 1) trata-se de uma tentativa de fazer face à “nostalgia do império perdido”, funcionando como “uma vingança sobre o fenómeno conhecido por descolonização” (p. 320); 2) nos países em que o Português não é língua nacional hegemónica pode ter um efeito glotofágico; 3) ignora a deriva que o Português vem sofrendo em Portugal e no Brasil, o que leva alguns linguistas a considerar que se trata já de duas línguas e não de uma só com duas variedades diferentes.

Muitas razões poderiam ser invocadas para contrariar tais argumentos. Atente-se, por exemplo, que o primeiro parece querer fazer crer que o legado da língua foi uma imposição do antigo colonizador e não uma escolha livre e autónoma dos povos auto-determinados; o segundo faz tábua rasa dos direitos consagrados nas leis dos diversos países sobre as línguas nacionais e das políticas levadas a cabo para a implementação de currículos bilingues nos países africanos e em Timor; a última hipostasia diferenças que efetivamente existem, sobretudo a nível dos discursos orais, sem no entanto ter em conta as confluências que logo se impõem quando se considera o código escrito.

Outra falácia vastas vezes evocada, e de que Faraco dá conta também, é a de que a “lusofonia” remete para a “língua dos portugueses” e não para a “língua dos que falam português”. A este propósito, cabe lembrar a teoria dos “círculos concêntricos”, proposta por Braj Kachru para a realidade do Inglês e que se aplica igualmente ao idioma português, que é pertença da vasta comunidade para a qual é L<sub>1</sub> – *inner circle* (Portugal e o Brasil), L<sub>2</sub> – *outer circle* (restantes países da CPLP) ou LE – *expanding circle* (comunidades em que é reconhecida como uma língua internacional, embora sem estatuto social diferenciado) (pp. 343-344).

Como resultado das dinâmicas demográficas e do crescente interesse que o Português tem despertado junto de comunidades onde não goza de qualquer estatuto de oficialidade, a estabilidade destes círculos tende a ser alterada, prevendo-se que em países como Angola e Moçambique se alargue o número de falantes de Português como L<sub>1</sub>, bem assim como que o núcleo dos que o falam como LE continue em expansão. Estas seriam razões para justificar uma “esperança para o mundo da língua portuguesa”, sendo sob este título, enunciado na forma de questão, que Faraco apresenta as suas conclusões.

Embora não deixando de enfatizar a relevância dos seus mais de 250 milhões de falantes, com perspectivas de quase duplicarem até ao final de século (p. 361), o autor não se coíbe de alertar para os principais desafios que se colocam à afirmação do Português enquanto língua pluricêntrica partilhada por vastas comunidades geograficamente distantes e socioeconomicamente heterogêneas. Em jeito de síntese, conclui que

o efetivo destaque internacional futuro da língua portuguesa na galáxia das línguas dependerá de as sociedades que a falam melhorarem substancialmente seus índices socioeconômicos e culturais; sofisticarem suas economias; desenvolverem seus recursos de 'reserva gráfica' (...); e, por fim, se projectarem como referência política internacional de um conjunto de valores fundamentais para a Humanidade tais como a paz, a democracia, a justiça, a distribuição equitativa da riqueza e o equilíbrio ambiental. (p. 367)

Esta *História sociopolítica da língua portuguesa*, conjugando instrumentos e métodos da pesquisa acadêmica, que levam o autor a compulsar analiticamente diversas fontes documentais referidas numa ampla bibliografia, com um posicionamento crítico que se traduz na apresentação e defesa de pontos de vista pessoais que, concorde-se ou não com eles, o autor fundamenta e justifica, constitui indubitavelmente uma leitura útil e agradável não só para linguistas e cientistas sociais, como também para um público não especializado mas interessado em conhecer a evolução da língua portuguesa e as suas diferentes dinâmicas nos espaços e contextos em que é usada, seja qual for o seu estatuto. //

#### NOTA BIOGRÁFICA

Micaela Ramon é Professora Auxiliar do Departamento de Estudos Portugueses e Lusófonos do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, onde leciona Literatura Portuguesa e Português como Língua Estrangeira em cursos de graduação, pós-graduação e extensão. É licenciada em ensino de Português – Francês, mestre em ensino da Língua e da Literatura Portuguesas e doutorada em Literatura Portuguesa. É investigadora do Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM), colaborando igualmente com o Centro de Literaturas de Expressão Portuguesa da Universidade de Lisboa (CLEPUL) em vários projetos. É diretora do Mestrado em Português Língua Não Materna e diretora-adjunta do CEHUM. É autora do livro *Os sonetos amorosos de Camões* e do volume II do tomo II da *Obra completa. Padre António Vieira. Sermão da sexagésima e sermões da Quaresma*, tendo ainda vários capítulos e artigos publicados em livros, revistas e atas de encontros, nacionais e internacionais, sobre temas ligados às áreas em que investiga e leciona.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2193-4075>

Email: [micaelar@ilch.uminho.pt](mailto:micaelar@ilch.uminho.pt)

Morada: Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

\* **Submetido: 20.04.2018**

\* **Aceite: 07.07.2018**



---

**FARACO, C. A. (2016). *HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA*. SÃO PAULO: PARÁBOLA EDITORA.**

**Micaela Ramon**

---

*História sociopolítica da língua portuguesa* [Sociopolitical history of the Portuguese language] was published in 2016 by Carlos Alberto Faraco and constitutes a very important work by the renowned Brazilian linguist. At the time Faraco was the coordinator of the National Committee of Brazil with the Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) [International Institute of the Portuguese Language], an institution pertaining to the Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) [Community of Portuguese-Speaking Countries] whose goals, according to its statutes, consist in: “the promotion, safekeeping, enrichment and dissemination of the Portuguese language as a means of promoting culture, education, information and access to scientific, technologic knowledge, and officially used in international forums”<sup>1</sup>.

Bearing in mind the author’s reputation both in the academic community, and in the decision-making circles associated to language policies, his work aroused significant interest and was translated in several reviews that have come to light, mainly in specialist journals, but also in other means of communication in Brazil. A similar reaction from other countries of the CPLP cannot be found as easily documented as the above. The publication, nonetheless, deserves close attention from all those interested in matters of language, its development, expansion, transformation and current status.

The title of the work enables us to foresee its contents. It is, in fact, a history of the Portuguese language accomplished, not from the point of view of internal linguistics, but rather adopting the perspective of external linguistics. The author himself, in the introductory text of the book, titled “Apresentação” [Introduction], clarifies the distinction between such concepts, while explaining the purposes that guided him during its accomplishment:

there are many perspectives through which one can research the history of a language. The most common one has been that which seeks to describe the changes of the different subsystems that constitute its structural organisation – its phonology, syntax, morphosyntax and lexicon. (...) That is not the subject of our book. (...) Our concern consisted in observing how the Romanic linguistic variety that emerged from the Latin spoken in the north-west of the Iberian Peninsula (...) expanded south, occupying all the western strip of the Peninsula; and later, in the wake of the maritime expansion

---

<sup>1</sup> Retrieved from the statutes of the Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) [Community of Portuguese-Speaking Countries], available at [http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos\\_CPLP\\_REVLISo7.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REVLISo7.pdf)

and Portuguese colonialism, how it left the European borders, settling in Asia, Africa and America and, today, is an international language. (pp. 9-10)

In the introductory text of “Apresentação”, some information is also provided about the method followed by Faraco. Such method is founded on the identification, selection and presentation of “a considerable part of the diversity of opinions and conceptions about the Portuguese language”, analysed and discussed in terms of the “suspicion and critique of narratives” (p. 10).

This is, thus, a work that does not dwell on the evolutions registered at the level of the Portuguese language structure as a sign system ruled by intrinsic operating rules, but rather a study that privileges the relations of language with their speakers in the course of the centuries, and in the multiple geographic spaces in which it is present. It is, therefore, a sociopolitical history of the Portuguese language.

Carlos Alberto Faraco organises his work (the outcome of reflections that gradually “took shape over the past ten or fifteen years as a result of [his] accidental or intentional involvement related to language policy matters” (p. 11), in two extensive chapters followed by a third one, considerably more concise, in which some key-ideas are systematised by way of a conclusion (“Conclusão”).

In the first chapter (pp. 14-225), entitled “História” [History], the author reviews the whole formation process of the Portuguese language, from its differentiation from the other “Romance dialects” (that is, the multiple “historic unfoldings of the so-called Vulgar Latin, in other words, the set of varieties of Latin spoken by the populations from the different regions of the Roman Empire”, p. 14) up to its dissemination throughout the other continents where the maritime travels accomplished by the Portuguese took it. In our view, three questions deserve particular focus in this chapter: 1) the formalisation of the language; 2) the linguistic consequences of the Portuguese expansion; and 3) the creation of the main instruments of fixation of its *corpus*.

With regard to the first question, the author shows how the gradual abandonment of Latin everywhere, and in Portugal as well, was motivated by eminently pragmatic questions, arising from the pressing communication needs that, for instance, since the reign of King D. Afonso II (1211-1223), led to the “increasing innovative juridical action and to the necessity to make laws known to an ever-growing number of people who [had motivated] the progressive substitution of Latin by the vernacular Romance language in the drafting of the documentation produced by the Royal Chancellery” (pp. 21-22). Identical motivations were the basis for the royal regulations produced either by king D. Manuel I (1498), or by king D. João IV (1656), in order to force the “physicians and surgeons” to “prescribe to the pharmacists, the purges, syrups and medicines they tell the sick to take using the Portuguese language, so that all of them would understand”. Accompanying the slow but inexorable process of privileged usage of the vernacular Portuguese language in all contexts that today may be considered institutional, Faraco documents its progressive “formalisation”, even though he assumes a critical positioning regarding what he considers to be the “pitfalls of anachronism (...) or triumphalism” that leads a

few “scholars of the history of Portugal and language historians” to “ascribe the gesture of transforming the ‘Portuguese’ language into the ‘official language’ of the reign to king D. Dinis, a change that would have occurred in 1296” (p. 23).

In the section devoted to the expansion of the Portuguese language, the author begins by synthesising the internationalisation process of this language in the following terms:

by the middle of the fifteenth century, in the wake of Portugal’s maritime expansion, the Portuguese language leaves its European borders and becomes an international language, with its speakers settling in enclaves along the western and oriental coastline of the African continent, reaching India in 1498, America in 1500, China in 1513, Timor in 1515 and Japan in 1534. (p. 57)

Once again, socioeconomic reasons extrinsic to the language itself, are pointed out to justify its success and implementation in foreign parts, distant from its point of origin:

they are the network structure, with relatively few people involved, and the naval supremacy resulting from the transportation of artillery on board the Portuguese ships (...) which may explain that a country with around two million inhabitants was capable of mastering, with no major competition, for nearly one century, the international maritime trade in the routes that covered the African coast and reached India, Malacca, Timor and Macao. (pp. 58-59)

The same reasons are invoked to explain the retrocession of the Portuguese presence from mid seventeenth century in Asian territories:

with the loss of the depots, the presence of the Portuguese language in Asia also retracted, as it wasn’t that extensive at the time of the Portuguese rule, taking into account that the population who spoke it as the first language had always been numerically low. (p. 59)

Yet, what stands out in the domain of the linguistic consequences of the “extra-European expansion of Portugal” is that it “enabled the Portuguese to establish contact with a countless number of African, Asian and American languages” (p. 62), hence resulting

the appearance of *pidgin* and creole languages of Portuguese base; the transformation of American indigenous languages into colonial languages (...); the emergence of the so-called non-native varieties, arising from the use of Portuguese as a second language (...); the consolidation in Brazil of a whole extra-European community in which the Portuguese language was hegemonically consolidated as a first language during the nineteenth century. (p. 63)

We believe it is relevant to add to this array of consequences (although this is not mentioned by the author), the alterations in the language itself, carried by the Portuguese, resulting from those multiple contacts that greatly contributed to the enrichment of the language through, for example, the incorporation of elements originating from several other languages with which Portuguese communicated, many of them absolutely indispensable for the nomination of the new realities unknown till then.

Finally, in the last section of the first chapter, Faraco reflects upon what he calls the “imaginary language”. Under this somewhat derogatory title, the author would make up the undertaken actions, firstly in Portugal, and from the nineteenth century onwards, in Brazil as well, on behalf of the fixation of the Portuguese language *corpus*. It is therefore by going back to the sixteenth century that Carlos Alberto Faraco highlights the appearance of the first grammar books, the first orthography treatises and the first dictionaries, works complemented by several “accolades” to the Portuguese language, produced by some of the most important figures of Portuguese Humanism, as João de Barros, Pero de Magalhães de Gândavo, António Ferreira or Camões.

Concerning this kind of works, Faraco takes on a dubious stance and, we believe, a contradictory one. If, on the one hand, he evaluates these initiatives which he considers as stages of the “construction process of the imaginary language with critical suspicion (...), with the writing of instruments that also sought to define an ennobled profile to it” (pp. 176-177), on the other hand, he joins the voices of those who regret that “Portuguese lexicography [is] one of the most modest among the great European languages” (p. 187). He regrets that there are so many and such frequent hesitations in terms of the stabilisation of an orthography of the Portuguese language, and that it hasn’t yet been possible to produce “an ecumenical grammar of the language” (p. 225) on the path towards the efforts embarked upon in a pioneering way by Celso Cunha e Lindley Cintra, in the last quarter of the twentieth century. In other words, although he questions the legitimacy of instruments that adopt and translate a “standardising vision that hovers over the specific and fluid diversity” (p. 177) of the language, however, he ends up by implicitly recognising the importance of those instruments as mechanisms that regulate language policies at the level of *corpus* definition, even criticising the relative lukewarmness and lack of coordination with which the different agents with responsibilities to do so perform in this domain.

The second chapter of the work (pp. 228-357), entitled “Rumo à lusofonia” [Towards Lusophony], is fully dedicated to that important question, and by reading it, we can observe the preponderance of the analyst commentator’s posture, committed to a certain vision about the identity representations of the Portuguese language that have been built and propagated over the centuries by the elites of its users.

Faraco’s first task is to dismantle the idea of “a Portugal greater than Portugal itself”. He does so through the speeches of the authors to whom we owe the construction of a mythical conception of Portugal as a country endowed with a natural supremacy, that would grant it a magnificent destiny amid the conclave of the world’s nations.

He begins his analysis by making reference to Padre António Vieira (Father António Vieira, the Jesuit missionary), an author who, despite not having become associated with



the “list of those who before and after him wrote accolades and pleas to the ‘wonders’ of language” (p. 235) through his notion of Portugal and the Portuguese as a kingdom and a people, chosen by God to found the empire of Christ on earth, paved the way for the theses of those who defend the existence of a supranational community built around the common language. Fernando Pessoa, who attributed the epithet of “Emperor of the Portuguese language” to Vieira, was the one who formulated “the thesis that the Fifth Empire will fundamentally be an empire incarnated in language, because it will not be a material empire, but rather, a cultural one” (p. 235). Agostinho da Silva joins him in defending the need to operate a “cultural and moral revolution as necessary and sufficient for the civilisational reconstruction that would result in a new time of peace, liberty, fraternity and abundance for the whole Humankind (...) to be constructed by the peoples who speak Portuguese” (p. 242).

A similar emphasis is given by Faraco to the theory of luso-tropicalism, advocated by Gilberto Freyre, founded on the idea that Portuguese tropicalism, because it was carried out “not by brute force, not by military power, not by technical superiority, not by economic craftiness, but through love, fraternal love” (p. 251), would have fostered the creation of a great community of peoples united by a common feeling of which language would be the direct manifestation.

Faraco sees both sides with scepticism, arguing (wisely, in our view) that no language is superior to other languages if analysed by purely linguistic criteria, and as such, Portuguese cannot claim to be a language “purer” than any other, and therefore destined to a civilising mission of other peoples. On the other hand, the author echoes the words of Eduardo Lourenço, supporting “the idea that the Portuguese coloniser, due to his plasticity, was the providential mediator between the European and the tropical exotic, is nothing but a mystification that *translates a cultural inferiority complex transfigured into a delirious apologia*” (p. 275).

However, according to the author, it is from these “peaks of pride”, though hardly sustainable when submitted to the practice of dispassionate analysis, that the bases for the creation of a Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP) emerge. In its genesis, we find the thought of Agostinho da Silva [“Professor Agostinho (...) understood that it was important to build a policy of unity, of foundation of our common language. That was an approach which began to be undertaken, and which inclusively reached the Community of Portuguese Language Countries, CPLP” (p. 244), and the lucid analysis by Freyre about the polycentric character of the Portuguese language, “the same language, though with the most diverse languages – national, subnational, regional and popular – enriching, enlivening and moving that common language and that culture, simultaneously one and plural” (p. 265).

CPLP would effectively arise in 1996, assembling the then eight countries that spoke Portuguese as official language which, “appealing to the historic, cultural, linguistic aspects (...) they share, decide to congregate in an international organisation oriented to the accomplishment of three major goals: political-diplomatic concertation, cooperation in all domains and both promotion and dissemination of the Portuguese language” (p.

303). However, if the project had a fervent supporter in the president of the Portuguese Republic at the time – Mário Soares – it did not succeed in generating similar enthusiasm in the other partner countries that initially did not elect the community as one of the priorities of their external policies. Such an appraisal leads the Brazilian linguist to express a feeling of suspicion and dismay regarding the efficacy of CPLP, for considering that there are few “possibilities that CPLP will assert itself as an international organism beyond the sentimental rhetoric, even taking into account that there is an unexplored cooperation potential among the Portuguese speaking countries” (p. 308).

He expresses an even greater scepticism with regard to the concept of “Lusophony”. Affected by a prejudice common to other authors, equally adverse to the word and to the universe he evokes, Faraco defends that this is a term coined by the Portuguese to serve the interests of Portugal, “not [achieving] (...) resonances in the other Portuguese-speaking countries”, being “nearly inexistent in Brazil”, and “seen with great suspicions in the African countries” (p. 315); the author does not add information about its acceptance and presence in East Timor.

The arguments presented to justify the alleged inoperativeness and inadequacy of the term are essentially the following: 1) “it is an attempt to address the ‘nostalgia of the lost empire’”, functioning as “a revenge over the phenomenon known as decolonisation” (p. 320); 2) in the countries in which Portuguese is not the hegemonic national language, it may have a glottophagic effect; 3) it ignores the drift that Portuguese has been suffering in Portugal and in Brazil, which leads some linguists to consider that we are already dealing with two languages rather than only one with two different varieties.

Many reasons could be invoked to counteract such arguments. Consider, for example, that the first one would have us believe that the language legacy was an imposition of the former coloniser and not a free and autonomous choice of the self-determined peoples; the second overlooks the rights laid down in the laws of the different countries about national languages and policies undertaken for the implementation of bilingual curricula in the African countries and in Timor; the last one hypostatizes differences that actually exist mainly at the level of oral speeches, however not taking into account the confluences that are soon imposed when the written code is considered.

Another fallacy that is widely evoked, and which Faraco also points out, is that “Lusophony” refers to “the language of the Portuguese” and not to the “language of those who speak Portuguese”. In this regard, it is to be recalled the theory of the “concentric circles”, proposed by Braj Kachru for the reality of English, which equally applies to the Portuguese language that belongs to the vast community for whom it is the L1 – *inner circle* (Portugal and Brazil), L2 – *outer circle* (remaining countries of the CPLP) or FL – *expanding circle* (the communities where it is recognised as an international language, though without a differentiated social statute) (pp. 343-344).

As a result of the demographic dynamics and growing interest that the Portuguese language has aroused among communities in which it does not have any official statute, the stability of these circles tends to be altered, envisaging the fact that in countries like Angola and Mozambique the number of speakers of Portuguese as L1 will increase,

while at the same time, the core of those that speak it as FL continues to expand. These reasons would justify “hope for the Portuguese-speaking world”. It is under this title, worded as a question, that Faraco presents his conclusions.

Although he still emphasises the relevance attributed to the fact that Portuguese is spoken by more than 250 million people, envisioning twice as many speakers till the end of the century (p. 361), the author still alerts to the main challenges that are posed to the affirmation of Portuguese as a polycentric language, shared by vast geographically distant and socio-economically heterogeneous communities. In conclusion, he states that

the effective international future prominence of the Portuguese language in the galaxy of languages will depend on the substantial improvement of the socio-economic and cultural indices by the societies that speak it; how they refine their economies; how they develop their ‘*graphic reservation*’ resources (...); and, lastly, how they project themselves as an international political reference of a set of fundamental values for Humanity, such as peace, democracy, justice, equitable distribution of wealth, and environmental balance. (p. 367)

This *História sociopolítica da língua portuguesa* [Socialpolitical history of the Portuguese language], combining academic research instruments and methods that make the author analytically check several documental sources referred in a vast bibliography, with a critical positioning that is translated in the presentation and protection of personal viewpoints which, whether one agrees with them or not, the author substantiates and justifies, undoubtedly constitutes a useful and pleasant reading, not only for linguists and social scientists, but also for an unskilled audience who is interested in knowing the evolution of the Portuguese language and its different dynamics in the spaces and contexts in which it is used, whatever its statute. ✍

Translation: Maria Amélia Carvalho

#### BIOGRAPHICAL NOTE

Micaela Ramon is an Assistant Professor in the Department of Portuguese and Lusophone Studies at the Institute of Letters and Humanities of the University of Minho, where she teaches Portuguese Literature and Portuguese as a Foreign Language in undergraduate, postgraduate and extension courses. She has a degree in Portuguese-French teaching, a master in Portuguese Language and Literature teaching and a PhD in Portuguese Literature. She is a researcher at the Center for Humanistic Studies at the University of Minho (CEHUM). She also collaborates with the Center for Literatures of Portuguese Expression at the University of Lisbon (CLEPUL) in several projects. She is the director of the Master’s Degree in Portuguese Non-Maternal Language and deputy director of CEHUM. She is the author of the book *Os sonetos amorosos de Camões* [The loving sonnets of Camões] and of the volume II of the *Obra completa. Padre António*

*Vieira. Sermão da sexagésima e sermões da Quaresma* [Complete work of Father António Vieira. Sermon of the sixtieth and lenten sermons], and of several chapters and articles published in books, magazines and meeting's papers, both national and international, on topics related to the areas in which she researches and teaches.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2193-4075>

Email: [micaelar@ilch.uminho.pt](mailto:micaelar@ilch.uminho.pt)

Address: Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga

\* Submitted: 20-04-2018

\* Accepted: 07-07-2018

#### **AGRADECIMENTO AOS REVISORES**

Os artigos publicados na revista *Comunicação e Sociedade* estão sujeitos a um processo de *blind peer review*.

Agradecemos aos investigadores que colaboraram connosco como revisores dos artigos que foram submetidos para publicação nesta edição da revista. A todos eles endereçamos o nosso reconhecimento pelo seu valioso contributo.

#### **ACKNOWLEDGMENTS**

The articles published in this issue of *Comunicação e Sociedade* have been blind peer-reviewed.

We hereby thank researchers who have accepted our request to review articles and acknowledge their invaluable contributions.